PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

AUTOR: DEPUTADO NELSON LUERSEN

SÚMULA:

REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, PARA INVESTIGAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES VINCULADAS À CONCESSÃO E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE PEDÁGIO DE RODOVIAS NO ÂMBITO TERRITORIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

PROTOCOLO: Nº 6697/12-DAP

DIRETORIA LEGISLATIVA

15:56 30/10/2012 006697 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

DL FLS. 02

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 02

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura 2012

Anote-se e encaminhe.
Para Providências
DL, 31 / 10 / 12

DESPACHO

ENCAMINHE-SE À DL PARA VERIFICAR REQUISITOS.

DATA: 30 OUT. 2012

PRESIDENTE:

Súmula: Requer a constituição de CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que o presente subscrevem, no uso das atribuições conferidas pela Constituição do Estado do Paraná por meio do § 3º, do artigo 62, com fundamentos nos artigos 34, 36 e 37 do Regimento Interno (R.I.) da Assembleia Legislativa, com muita honra comparecem perante Vossa Excelência, para **REQUERER**, depois de colhida a devida aprovação do douto Plenário desta Casa de Leis, a constituição de **CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**, doravante denominada de "CPI das Concessões dos Pedágios", integrada por 09 membros, com prazo de duração previsto em 120 (cento de vinte) dias passíveis de suspensão durante recessos e prorrogação nos termos do § 3º, do artigo 36 do R.I., para proceder a inquérito sobre denuncias, inclusive veiculadas pela imprensa, de possíveis irregularidades na concessão e execução dos Contratos de Pedágios do Programa de Concessão de Rodovias do Estado, incluso alterações e aditamentos, avaliando o cumprimento de suas cláusulas, a qualidade da prestação dos serviços, as condições das rodovias, a ocorrência de omissão ou atraso na execução de obras, focando também as investigações na constatação ou não, de desproporcionalidade entre investimentos realizados pelas concessionárias diretamente nos trechos rodoviários pedagiados, e os valores arrecadados como receita oriunda da cobrança de tarifas de pedágio, procedendo avaliação sob o ponto de vista do interesse público e do Estado, aferindo o benefício e a economicidade das concessões, identificando o impacto produzido pela cobrança de pedágios na ordem econômica dos Municípios, do Estado, das Cooperativas, da indústria e Comércio do âmbito do Paraná.

Para cumprimento dos propósitos desta pretensa CPI, em atenção ao preceituado no § 6º, do artigo 36 do R.I., requer-se desde já, a aprovação do Plenário para que a respeitável Comissão Executiva, de forma preferencial e sempre em caráter de urgência, observado o exíguo prazo de vigência da Comissão, destine os recursos necessários em atendimento às solicitações da CPI, em especial no que concerne a deslocamentos da Comissão e equipe técnica pelo território do Estado, requisição de servidores e equipamentos, dentre outras fundamentais, a critério da CPI, para exercício das competências impostas pelo artigo 37 do R.I. e demais legislações satélites.

Sala das Sessões em 23 de outubro de 2012.

NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL

DL
fls. 03

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa

Certifico que o presente expediente foi autuado nesta data como CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos contratos de pedágios de rodovias no âmbito territorial do Estado do Paraná, protocolado sob nº 6697/12 – DAP, em 30/10/12.

DL, 31 de outubro de 2012.

Giselle Guérios
Matrícula 40.858

1-Ciente;
2- Anexe-se o coeficiente e expeça-se comunicado para os líderes partidários procederem à indicação dos membros.

DL,31 de outubro de 2012.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 04

INFORMAÇÃO

Informo que a CPI de autoria do Deputado Nelson Luersen, apresentada em 30 de outubro de 2012 com o objetivo de investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná, está na ordem de instalação como a **sétima** CPI a ser instalada.

Informo também que já se encontra 5 CPI em andamento na ALEP conforme prevê o § 4º, art. 36 do Regimento Interno.

Curitiba, em 22 de fevereiro de 2013.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 05

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA
ANOTAÇÕES.
DATA: 11 JUN. 2013
PRESIDENTE

Curitiba, 15 de maio de 2013.

Assunto: **retirada de assinaturas da CPI do Pedágio.**

Prezado Presidente da Mesa Executiva, Valdir Rossoni

Nós, deputados abaixo assinados, solicitamos a esta presidência a retirada das nossas assinaturas da CPI do Pedágio. Esta solicitação prende-se ao fato de que o governo do estado viabiliza entendimentos com as concessionárias, através da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar), aprovada por esta Casa de Leis para futuros avanços de execução de obras e redução da tarifa de pedágio no Paraná.

14:57 11/06/2013 005181 Nº ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

10

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 06

Curitiba, 15 de maio de 2013

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.
DATA: 11 JUN. 2013
PRESIDENTE

Ofício nº **139/2013-GMM**

Senhor Presidente,

Ao renovar meus cumprimentos, venho pelo presente, solicitar a retirada de minha assinatura da CPI dos pedágios, onde me justifico em razão do Governo do Estado estar viabilizando diretamente com as concessionárias por intermédio da AGEPAR – Agência Reguladora de Serviços Públicos de Infraestrutura do Paraná, um acordo para futuros avanços de execução de obras e redução de tarifa nas rodovias do Paraná.

Certo de vossa colaboração, reitero os meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Mauro Moraes
Deputado Estadual

Ao Exmo. Senhor,
Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná
VALDIR ROSSONI
Nesta casa

14:58 11/06/2013 0065182 Nº ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 07

INTERESSADO: NELSON LUERSEN
ASSUNTO: REQUERIMENTO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Informação à Presidência

Trata-se o presente de requerimento, de autoria do Deputado Nelson Luersen, para a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos contratos de pedágio de rodovias no Estado do Paraná.

Protocolado em Plenário no dia 30 de outubro de 2012, o requerimento veio a esta Diretoria Legislativa para verificação dos requisitos para sua constituição.

Pois bem. Preliminarmente, salutar esclarecer que quando da apresentação do presente requerimento já haviam sido instaladas nesta Casa Legislativa cinco Comissões Parlamentares de Inquérito, não trazendo com isso, à época, a possibilidade da constituição de outra CPI, à luz do disposto no artigo 36, § 4°, do Regimento Interno.

Concluída, em 25 de maio de 2013, a CPI da Copa do Mundo, concedeu-se prazo para a indicação dos membros da CPI para apurar investigar a atuação dos síndicos e administradores judiciais dos processos de falência e recuperação judicial. Assim, o presente requerimento retornou para análise dos requisitos, tendo em vista ser o sétimo protocolado, e devido ao fato de que, em 17 de junho de 2013, findará o prazo para conclusão das outras quatro CPI's em andamento.

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 08

No entanto, informamos que, diante do teor dos ofícios protocolados em 11 de junho de 2013, sob os números 5181 e 5182-DAP, dando conta da retirada das assinaturas de sete parlamentares, o presente requerimento não tem como prosperar, uma vez que não preenche os requisitos elencados no artigo 36 do Regimento Interno, notadamente quanto ao apoiamento necessário para sua constituição.

Pelo exposto, entendemos que o presente requerimento deve seguir para arquivamento, cientificando-se do ocorrido o autor, Deputado Nelson Luersen.

Solange Cordeiro Faria
OAB/PR nº 59.062
Diretoria Legislativa

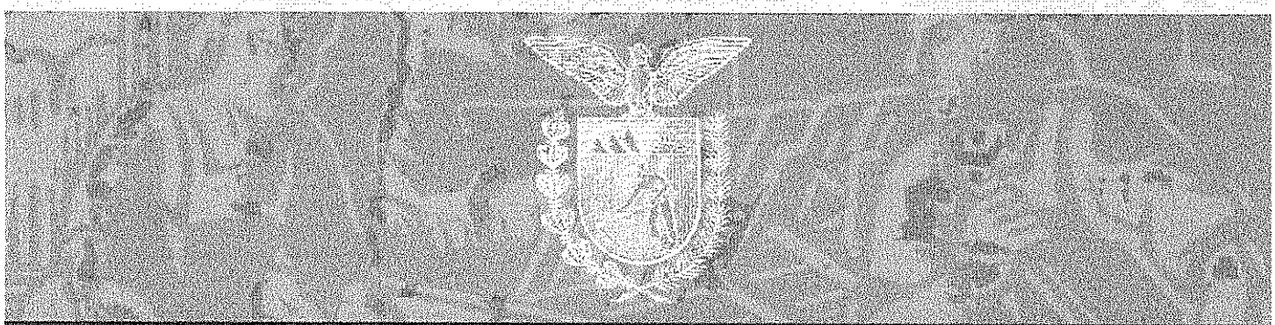
1. Ciente,
2. Encaminhe-se à Presidência.

Lucília Felicidade Dias
Diretoria Legislativa

Ciente.
Dê-se ciência ao Deputado Nelson Luersen.
Em, 13/06/13
Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 09

Diário Oficial Certificado Digitalmente



Diário OFICIAL Assembleia

Poder Legislativo

Edição nº 444 | 17ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa | Publicação nº 86 | 12 páginas
Curitiba, Sexta-feira, 14 de Junho de 2013

Mesa Executiva

DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR
1º Vice-Presidente

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO
2º Vice- Presidente

DEPUTADO NELSON LUERSEN
3º Vice-Presidente

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

DEPUTADO ADEMIR BIER
2º Secretário

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
3 ºSecretário

DEPUTADO FABIO CAMARGO
4º Secretário

DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO
5º Secretário

Lideranças

Líder do Governo	Ademar Traiano
Líder da Oposição	Tadeu Veneri
PMDB	Teruo Kato
PSDB	Francisco Bührer
PSD	Ney Leprevost
PSB	Wilson Quinteiro
DEM	Elio Lino Rusch
PDT	Fernando Scanavaca
PT	Luciana Rafagnin
MD	Doutor Batista
Bloco - PP,PV,PTB,PSL	Adelino Ribeiro

Representação Partidária

PMDB – Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Jonas Guimarães, Nereu Moura, Stephanes Junior, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi, Gilberto Martin, Caito Quintana, Cleiton Kielse. **PSDB** – Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Bührer, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Rose "Litro", Valdir Rossoni, Alceuzinho Maron. **DEM** – Elio Lino Rush, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães. **PT** – Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Toninho Wandscheer, Elton Welter. **PDT** – Andre Bueno, Fernando Scanavaca, Nelson Luersen. **PSB** – Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr, Wilson Quinteiro. **PSD** - Marla Tureck, Ney Leprevost, Luiz Carlos Martins. **MD** - Dr. Batista, Douglas Fabrício, Tercílio Turini. **PV** – Rasca Rodrigues, Roberto Acioli. **PSC** – Gilson de Souza, Paranhos. **PRB** – Pastor Edson Praczyk. **PSL** – Adelino Ribeiro. **PTB** – Fabio Camargo.

Deputados Licenciados

DEM - Osmar Bertoldi. **PMDB** - Luiz Cláudio Romanelli, Eduardo Cheida. **PP** - Dulio Genari.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, na garantia da autenticidade deste documento, declara que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA 10 Pág.

Professor Lemos, Roberto Acioli, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (20 Deputados)]. Com 19 votos favoráveis e 15 votos contrários, está **aprovado** o substitutivo geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 367/2012.

ITEM 05 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 120/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 24/2013, dispondo sobre a concessão, alteração, renovação e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Comissão de Indústria e Comércio. Em regime de urgência. Emenda de plenário com parecer favorável da CCJ. Sobre o referido projeto, **Requerimento nº 5.217/2013**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a retirada por uma Sessão. Em discussão.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, uma Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen - PDT): Aqui está rasurado.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Vale a rasura, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen - PDT): Uma Sessão?

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Uma Sessão, a Sessão de amanhã. **SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen - PDT)**: Em votação o requerimento do Deputado Ademar Traiano, que pede a retirada por uma Sessão. Vamos fazer votação simbólica. Quem for a favor, permanece como está. **Aprovado o requerimento de retirada por uma Sessão do Projeto de Lei nº 120/2013 e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**

ITEM 06 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 124/2013, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de utilidade pública a Associação dos Produtores do Bairro Barreirinho, com sede e foro no Município de Santana do Itararé. Com parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o substitutivo geral da CCJ. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Encerrada a votação. **[Votaram "*sim*":** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Rasca Rodrigues, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (33 Deputados). **Não votaram:** Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Fábio Camargo, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pedro Lupion, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Acioli, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (21 Deputados)]. Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o substitutivo geral da CCJ ao Projeto de Lei nº 124/2013.

ITEM 07 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 149/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 32/2013, alterando a Lei nº 17.465 de 2.1.2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de Imprensa Oficial-Paraná. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Comissão de Obras, Transportes e Comunicação. Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário nº 1, protocolada sob o nº 5.197/2013, do Deputado Ademar Traiano, com apoiamento dos Deputados Nelson Luersen, Bernardo Ribas Carli, Paranhos, Andre Bueno e Alceu Maron Filho, visando alterar a redação do art. 5º. **O projeto retorna à CCJ para apreciação da emenda**.

ITEM 08 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 165/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 36/2013, alterando a redação do art. 2º, da Lei nº 16.271/2009, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Chopinzinho. Com pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras, Transportes e Comunicação. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Em discussão o projeto, ressalvada a emenda. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Encerrada a votação. **[Votaram "*sim*":** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Anibelli Neto, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Rasca Rodrigues, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (31 Deputados). **Não votaram:** Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Elton Welter, Evandro Junior, Fábio Camargo, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pedro Lupion, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Acioli, Toninho Wandscheer, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (23 Deputados)]. Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 165/2013. Vamos à votação da emenda. Os Srs. Deputados favoráveis à emenda "*sim*", os contrários "*não*". Em votação. Encerrada a votação. **[Votaram "*sim*":** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Anibelli Neto, Douglas Fabrício, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Rasca Rodrigues, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tercilio Turini, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (28 Deputados). **Não votaram:** Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Fábio Camargo, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Acioli, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (26 Deputados)] Com 28 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovada** a emenda ao Projeto de Lei nº 165/2013.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada, passou-se à votação dos requerimentos).

REQUERIMENTOS

Lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento nº 5.176/2013**, do Deputado Gilberto Martin, para envio de voto de pesar à família do médico ortopedista Dr. Luiz Márcio Pozzi, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 10.6.2013; **Requerimento nº 5.194/2013**, do Deputado Dr. Batista, para envio de voto de pesar à família do Sr. Rodolfo Purpur, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 8.6.2013; **Requerimento nº 5.195/2013**, do Deputado Dr. Batista, para envio de voto de pesar à família da Sra. Ivete Arriente Angeli, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 9.6.2013; **Requerimento nº 5.211/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de voto de pesar à família da Sra. Miriam Natalia Salvadori Crestani, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 7.6.2013, nesta capital; **Requerimento nº 5.175/2013**, do Deputado Cleiton Kielse, para envio de voto de congratulações à Equipe Rotam da Polícia Rodoviária do Paraná/Maringá e diplomas para o Sargento Gilson Cardoso Fahur, Cabo Josias Ramos dos Santos e o Soldado Paulo César Cândido, pela maior apreensão de crack já realizada no Paraná; **Requerimento nº 5.184/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações ao Cabo PM Meujael Alves Martins, da Companhia Independente de Polícia de Guarda-Polícia Militar do Paraná; **Requerimento nº 5.205/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos ao Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito e a todos os Vereadores pela comemoração do 58º aniversário do Município de Umuarama, em 26.6.2013; **Requerimento nº 5.206/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal da Educação, pela comemoração do 104º aniversário do Município de Clevelândia, em 28.6.2013; **Requerimento nº 5.207/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal da Educação, pela comemoração do 20º aniversário do Município de Farol, em 23.6.2013; **Requerimento nº 5.208/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal da Educação, pela comemoração do 32º aniversário do Município de São Jorge do Patrocínio, em 22.6.2013; **Requerimento nº 5.209/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal da Educação, pela comemoração do 19º aniversário do Município de Marquinho, em 22.6.2013; **Requerimento nº 5.210/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal da Educação, pela comemoração do 79º aniversário do Município de Rolândia, em 29.6.2013; **Requerimento nº 5.212/2013**, do Deputado Mauro Moraes, para envio de voto de congratulações junto da expedição de certificados de menção honrosa aos policiais militares do 2º Comando Regional de Londrina, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Requerimento nº 5.148/2013, do Deputado Cleiton Kielse, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Governo do Estado, para que devolva ao Ministério dos Transportes todas as concessões realizadas em 1996, baseadas nos Convênios nºs 2 a 7/96.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, para encaminhar. Apenas para recomendar aos Srs. Deputados o voto Não, porque lamentavelmente esse requerimento não tem a menor condição de prosperar, até porque isso é uma competência exclusiva do Governador e não iniciativa do Sr. Deputado

SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen - PDT): Vamos colocar em votação o requerimento no painel. Deputados a favor do requerimento "*sim*" e contrários "*não*". Em votação. Votando. Encerrada a votação. Não há quórum para deliberação. Ficou prejudicado. Cai a Sessão. **Não há quórum para deliberação, cai a Sessão**.

Requerimentos prejudicados: **Requerimento nº 5.171/2013**, do Deputado Fernando Scanavaca, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 9/2013, de sua autoria, que altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 149, de 22.8.2012, por erro formal; **Requerimento nº 5.190/2013**, da Deputada Marla Tureck, solicitando o arquivamento da Indicação nº 1772/2013, de sua autoria, por erro formal; **Requerimento nº 5.213/2013**, dos Deputados Ney Leprevost e Luiz Carlos Martins, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 227/2013, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Luiz Carlos Martins; **Requerimento nº 5.191/2013**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de um Instituto Médico Legal, no Município de Londrina; **Requerimento nº 5.192/2013**, do Deputado Tercílio Turini, para envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, com relação ao incêndio no Teatro Ouro Verde, no Município de Londrina.

Despachados pelo Presidente: Requerimento nº 5.181/2013, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Stephanes Júnior, Marla Tureck e Luiz Eduardo Cheida, retirando o respectivo apoiamento ao Requerimento protocolado sob nº 6.697/2012 (À Diretoria Legislativa para providências.); **Requerimento nº 5.182/2013**, de autoria do Deputado Mauro Moraes, retirando o apoiamento ao requerimento protocolado sob o nº 6.697/2012. (À Diretoria Legislativa para providências.)

JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA

Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno: Requerimento nº 5.173/2013, do Deputado Enio Verri, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10.6.2013; **Requerimento nº 5.183/2013**, do Deputado Fábio Camargo, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 5.6.2013; **Requerimento nº 5.196/2013**, do Deputado Ademar Traiano, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10.6.2013, conforme acordo de lideranças.

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno: Requerimento nº 5.198/2013, do Deputado Ney Leprevost, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10.6.2013, conforme atestado médico.

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "d" do Regimento Interno: Requerimento nº 5.216/2013, do Deputado Professor Lemos, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12.6.2013, por designação da Presidência conforme Ofício nº 281/2013, da Presidência desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12 de junho, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 131/2013, 150/2013 e 167/2013; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 367/2012, 124/2013 e 165/2013; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 154/2013, 232/13 e do Projeto de Resolução nº 11/2013. "*Levanta-se a Sessão*" (Sessão encerrada às 17h43, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno).

COMUNICADO DA DIRETORIA LEGISLATIVA, INFORMANDO QUE RETIRADOS SETE APOIAMENTOS DO REQUERIMENTO 6697/12, O MESMO FOI ARQUIVADO EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 36, "CAPUT", DO REGIMENTO INTERNO.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 17 JUN. 2013
1º Secretário

14:29 17/06/2013 005263 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 12

Diário Oficial Certificado Digitalmente

Diário OFICIAL Assembleia

Poder Legislativo

Edição nº 446 | 17ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa | Publicação nº 88 | 12 páginas
Curitiba, Terça-feira, 13 de junho de 2017

Mesa Executiva

DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR
1º Vice-Presidente

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO
2º Vice- Presidente

DEPUTADO NELSON LUERSEN
3º Vice-Presidente

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

DEPUTADO ADEMIR BIER
2º Secretário

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
3 ºSecretário

DEPUTADO FABIO CAMARGO
4º Secretário

DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO
5º Secretário

Lideranças

Líder do Governo ..... Ademar Traiano
Líder da Oposição ..... Tadeu Veneri
PMDB ..... Teruo Kato
PSDB ..... Francisco Bührer
PSD ..... Ney Leprevost
PSB ..... Wilson Quinteiro
DEM ..... Elio Lino Rusch
PDT ..... Fernando Scanavaca
PT ..... Luciana Rafagnin
MD ..... Doutor Batista
Bloco - PP,PV,PTB,PSL ..... Adelino Ribeiro

Representação Partidária

PMDB – Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Jonas Guimarães, Nereu Moura, Stephanes Junior, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi, Gilberto Martin, Caito Quintana, Cleiton Kielse. **PSDB** – Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Bührer, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Rose "Litro", Valdir Rossoni, Alceuzinho Maron. **DEM** – Elio Lino Rush, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães. **PT** – Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Toninho Wandscheer, Elton Welter. **PDT** – Andre Bueno, Fernando Scanavaca, Nelson Luersen. **PSB** – Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr, Wilson Quinteiro. **PSD** - Marla Tureck, Ney Leprevost, Luiz Carlos Martins. **MD** - Dr. Batista, Douglas Fabrício, Tercílio Turini. **PV** – Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli. **PSC** – Gilson de Souza, Paranhos. **PRB** – Pastor Edson Praczyk. **PSL** – Adelino Ribeiro. **PTB** – Fabio Camargo.

Deputados Licenciados

DEM - Osmar Bertoldi. **PMDB** - Luiz Cláudio Romanelli, Eduardo Cheida. **PP** - Dulio Genari.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 13

Sessões Plenárias

Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Palácio XIX de Dezembro
Diretoria Legislativa
Sessão Ordinária do dia 17 de junho de 2013 - Ata nº 52

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e treze, no plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Cleiton Kielse (PMDB), Douglas Fabrício (MD), Dr. Batista (MD), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Fábio Camargo (PTB), Francisco Bührer (PSDB), Luiz Carlos Martins (PSD), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Pastor Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Enio Verri (PT), Fernando Scanavaca (PDT), Professor Lemos (PT), Ademir Bier (PMDB), Wilson Quinteiro (PSB), Nelson Garcia (PSDB), Adelino Ribeiro (PSL), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Evandro Junior (PSDB), Gilson de Souza (PSC), Hermas Brandão Jr. (PSB), Gilberto Ribeiro (PSB), Roberto Acioli (PV), Paranhos (PSC), Rasca Rodrigues (PV), Nelson Luersen (PDT), Pedro Lupion (DEM), Gilberto Martin (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Tercílio Turini (MD) e Alcebi Maron Filho (PSDB) (**47 Parlamentares**). **Ausente**, sem justificativa, o Deputado Caíto Quintana (PMDB) (**1 Parlamentar.**) **Ausentes**, justificadamente, os Deputados Cantora Mara Lima (PSDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB, em licença médica no período de 12.6.2013 a 28.6.2013), Marla Tureck (PSD), Plauto Miró (DEM) e Rose "Litro" (PSDB) (**6 Parlamentares.**) O Senhor Presidente, Deputado **Valdir Rossoni**, secretariado pelos Senhores Deputados **Ademir Bier** (na função de 1º Secretário) e **Fernando Scanavaca** (na função de 2º Secretário), "*sob a proteção de DEUS*", iniciou os trabalhos da 52ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura. O Senhor 2º Secretário procedeu à leitura da Ata anterior (nº 51, de 12.6.2013), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa, até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Senhor 1º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Documentos originais sob guarda das Comissões e Diretorias.)
Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 5.264/2013**, Ofício nº 141/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 92/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 166/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.588; **Protocolo nº 5.265/2013**, Ofício nº 142/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 79/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 71/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.589; **Protocolo nº 5.266/2013**, Ofício nº 143/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 96/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 144/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.590; **Protocolo nº 5.267/2013**, Ofício nº 144/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 94/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 197/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.591; **Protocolo nº 5.268/2013**, Ofício nº 145/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 80/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 164/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.592; **Protocolo nº 5.269/2013**, Ofício nº 146/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 98/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 173/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.593; **Protocolo nº 5.270/2013**, Ofício nº 150/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 90/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 148/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.597; **Protocolo nº 5.271/2013**, Ofício nº 149/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 81/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 109/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.596; **Protocolo nº 5.272/2013**, Ofício nº 147/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 83/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 78/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.594; **Protocolo nº 5.273/2013**, Ofício nº 148/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 91/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 12.6.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 170/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.595; **Protocolo nº 5.274/2013**, Ofício nº 1.031/2013, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes, encaminhando resposta do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT, ao Ofício nº 350-C/2013, referente à Indicação Legislativa nº 350/2013, do Deputado Paranhos; **Protocolo nº 5.275/2013**, Ofício nº 151/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 71/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, comunicando que vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 249/2012, por considerar a parte vetada inconstitucional (Veto Parcial autuado sob o nº 14/2013); **Protocolo nº 5.276/2013**, Ofício nº 152/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 67/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 675/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional (Veto Parcial autuado sob o nº 15/2013); **Protocolo nº 5.277/2013**, Ofício nº 153/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 70/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 882/2011, por considerar as partes vetadas inconstitucionais (Veto Parcial autuado sob o nº 16/2013); **Protocolo nº 5.278/2013**, Ofício nº 41/2013, do Superintendente Regional Curitiba Leste do Paraná, da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos do FGTS destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato nº 0319.701-29, empreendimento de Vias de Integração Radial Metropolitanas, Programa PAC Copa do Mundo, no valor de R$ 73.047,64; **Protocolo nº 5.279/2013**, Ofício nº 10/2013, do Chefe do Núcleo Regional da Educação de Curitiba da Secretaria de Estado da Educação, encaminhando resposta do Núcleo Jurídico da Administração ao Ofício nº 6.361/2012, referente a requerimento da Deputada Cantora Mara Lima; **Protocolo nº 5.280/2013**, Ofício nº 1.162/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Ofício nº 83/2013, referente à Indicação Legislativa nº 83/2013, do Deputado Pedro Lupion; **Protocolo nº 5.281/2013**, Ofício nº 1.163/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Ofício nº 116/2013, referente à Indicação Legislativa nº 116/2013, do Deputado Douglas Fabrício; **Protocolo nº 5.282/2013**, Ofício nº 1.165/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 327/2013, do Deputado Douglas Fabrício; **Protocolo nº 5.283/2013**, Ofício nº 126/2013, do Diretor Geral do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, encaminhando resposta às informações requeridas através do Ofício nº 1.939/2013.

Comunicado: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 5.263/2013**, Comunicado da Diretoria Legislativa, informando aos Srs. Deputados que, diante do teor dos ofícios protocolados no dia 11.6.2013, sob os nºs 5.181/2013 e 5.182/2013-DAP, dando conta da retirada das assinaturas de sete Parlamentares do Requerimento nº 6.697/2012, do Deputado Nelson Luersen, o presente requerimento não tem como prosperar, uma vez que não preenche os requisitos elencados no art. 36, *caput* do Regimento Interno, notadamente quanto ao apoiamento necessário para sua constituição. Pelo exposto, o presente requerimento deve seguir para arquivamento, cientificando-se do ocorrido o autor Deputado Nelson Luersen. **SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. Temos a satisfação de receber o Presidente da Itaipu Binacional, Sr. Jorge Samek, acompanhado do Sr. Cezar Ziliotto, Diretor Jurídico da Itaipu; Sr. Orlando Pessuti, Conselheiro da Itaipu; Sr. Gilmar Piolla, Superintendente de Comunicação Social; Sr. Daniel de Andrade Ribeiro, Superintendente de Planejamento Empresarial; e o Sr. Dalton Fernando da Costa, Assistente da Diretoria Geral Brasileira; assessores de imprensa Carlos e a Érica; sejam bem-vindos à nossa Casa. Por proposição da Deputada Luciana Rafagnin, teremos a participação do Presidente da Itaipu Binacional, Sr. Jorge Samek, que falará sobre o Programa Cultivando Água Boa, que se trata de um conjunto de diversos projetos voltados à readequação das atividades econômicas na região, especialmente a agropecuária, a educação ambiental e a preservação a biodiversidade, executados em 59 microbacias que fazem parte da Bacia do Paraná III, como é chamada a área de drenagem conectada à margem esquerda do reservatório da hidrelétrica. Entre os projetos do Cultivando Água Boa está a gestão ambiental de bacias hidrográficas, que promove a readequação ambiental das propriedades rurais. Agradecemos a presença do Diretor Presidente da Itaipu, dos diretores e convido a Deputada Luciana Rafagnin para fazer a saudação aos nossos visitantes. Por favor, o som.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é com alegria que quero saudar o nosso companheiro, Presidente da Itaipu Binacional Jorge Samek, também toda a equipe que está acompanhando o Presidente, neste momento. Agradecer a esta Casa por ter aprovado este requerimento e assim trazer aqui, e temos a oportunidade de ouvir o Jorge Samek, que tem toda uma história dentro da Itaipu e de um trabalho tão importante que vem sendo realizado, como o Projeto Cultivando Água Boa. Quando falamos da água, estamos falando de um bem universal. Sabemos que a Itaipu hoje, usa esse bem, mas também transforma, além da energia elétrica que é um bem que vai para todos, tem os seus programas, os seus projetos sociais que também são levados à população. Hoje, quando falamos da água, estamos falando de um bem que está sendo bastante questionado, porque sabemos da importância que tem e sabemos da escassez da água, Jorge Samek, quando falamos isso, estamos falando de mais de 16 países que já sofrem - ou em torno de 250 milhões de pessoas - com a falta da água. Por isso, é importante sabermos como usamos esse bem, que é um bem universal, que é um bem de todos, mas como também podemos, além da sua transformação, na questão da energia elétrica, ajudar a contribuir com programas, com projetos sociais a toda a população do nosso Estado do Paraná. Então, quero agradecer pelo Diretor Presidente da Itaipu, Jorge Samek, ter aceitado este convite, agradecemos a toda equipe que está aqui, Sr. Presidente, de uma maneira especial agradeço a V. Exa. e a todos os Deputados desta Casa por terem aceitado. Queremos, é claro, neste momento, ouvir Jorge Samek, para sabermos o que, realmente, é esse projeto e quais são as suas ações, a sua abrangência, que resultados bons podermos ter com o projeto Cultivando Água Boa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Agradecemos e cumprimentamos a Deputada Luciana Rafagnin pela sua iniciativa e, antes de conceder a palavra ao Sr. Jorge Samek, assistiremos ao vídeo da Itaipu Sustentável. Peço à nossa assessoria que apague as luzes para que possamos assistir ao vídeo. (Apresentação do vídeo.) Concedo a palavra ao Diretor-Geral Brasileiro e Diretor-Técnico Executivo, Dr. Jorge Samek. Queremos cumprimentar o Prefeito Marco Aurélio Zandoná do Município de Barracão; o Prefeito César Bueno, do Município de Bom Jesus do Sul, o Vereador André Lima, do Município de Bom Jesus do Sul, a pedido dos Deputados Ademar Traiano e Nelson Luersen. Com a permissão do Diretor Jorge Samek, quero registrar a presença dos Vereadores de Curiúva, Imbaú e de Fazenda Rio Grande. V. Exa. tem a palavra.

GRANDE EXPEDIENTE: (Manifestação sem revisão do orador.) Usou da palavra o Sr. Jorge Samek, Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional.

SR. JORGE SAMEK: Sr. Presidente Valdir Rossoni quero, em primeiro lugar, cumprimentar toda esta Casa, em especial a Deputada Luciana Rafagnin, que fez uma solicitação acatada no conjunto do Plenário, para que pudéssemos, de forma

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 14

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

A Secretaria geral da Presidência para análise.
PRESIDENTE

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios no Paraná.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, a criação da CPI dos Pedágios no Paraná, tendo em vista o requerimento nº6697/2012 aprovado em sessão plenária de 30/10/2012 e considerando que :

- O Secretário Luiz Eduardo Cheida, não licenciou-se da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para reassumir a cadeira nesta Assembleia, portanto não poderia subscrever o requerimento de n° 5181/2013

- Não existindo ato em que o Secretário Luiz Eduardo Cheida reassumiu o mandato de Deputado Estadual para poder legalmente subscrever o requerimento n°5181/2013

- Não existindo publicação no Diário Oficial do ato em que o Secretário Luiz Eduardo Cheida reassumiu o mandato de Deputado Estadual para poder legalmente subscrever o requerimento n °5181/2013

15:13 02/07/2013 0005804 046 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Contudo assim o requerimento atende todos os requisitos estabelecidos no artigo 36 do regimento interno, motivo pelo qual requer o subscritor desta, a criação e a consequente instalação da CPI acima descrita.

se e encaminhe-se
providências
3/7/13

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 15

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Sala das Sessões, em 02 de julho de 2013.

NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL

15:56 30/10/2012 006697 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 16

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura 2012

DESPACHO
ENCAMINHE-SE À DL PARA VERIFICAR REQUISITOS.
DATA: 30 OUT. 2012

PRESIDENTE:

Súmula: Requer a constituição de CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que o presente subscrevem, no uso das atribuições conferidas pela Constituição do Estado do Paraná por meio do § 3º, do artigo 62, com fundamentos nos artigos 34, 36 e 37 do Regimento Interno (R.I.) da Assembleia Legislativa, com muita honra comparecem perante Vossa Excelência, para **REQUERER**, depois de colhida a devida aprovação do douto Plenário desta Casa de Leis, a constituição de **CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**, doravante denominada de "CPI das Concessões dos Pedágios", integrada por 09 membros, com prazo de duração previsto em 120 (cento de vinte) dias passíveis de suspensão durante recessos e prorrogação nos termos do § 3º, do artigo 36 do R.I., para proceder a inquérito sobre denuncias, inclusive veiculadas pela imprensa, de possíveis irregularidades na concessão e execução dos Contratos de Pedágios do Programa de Concessão de Rodovias do Estado, incluso alterações e aditamentos, avaliando o cumprimento de suas cláusulas, a qualidade da prestação dos serviços, as condições das rodovias, a ocorrência de omissão ou atraso na execução de obras, focando também as investigações na constatação ou não, de desproporcionalidade entre investimentos realizados pelas concessionárias diretamente nos trechos rodoviários pedagiados, e os valores arrecadados como receita oriunda da cobrança de tarifas de pedágio, procedendo avaliação sob o ponto de vista do interesse público e do Estado, aferindo o benefício e a economicidade das concessões, identificando o impacto produzido pela cobrança de pedágios na ordem econômica dos Municípios, do Estado, das Cooperativas, da indústria e Comércio do âmbito do Paraná.

Para cumprimento dos propósitos desta pretensa CPI, em atenção ao preceituado no § 6º, do artigo 36 do R.I., requer-se desde já, a aprovação do Plenário para que a respeitável Comissão Executiva, de forma preferencial e sempre em caráter de urgência, observado o exíguo prazo de vigência da Comissão, destine os recursos necessários em atendimento às solicitações da CPI, em especial no que concerne a deslocamentos da Comissão e equipe técnica pelo território do Estado, requisição de servidores e equipamentos, dentre outras fundamentais, a critério da CPI, para exercício das competências impostas pelo artigo 37 do R.I. e demais legislações satélites.

Sala das Sessões em 23 de outubro de 2012.

NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 17

Ofício nº 203/2013

Curitiba, 2 de julho de 2013.

Senhor Deputado,

Através do presente, informamos que foram instaladas cinco CPIs em 6 de novembro de 2012:

- a CPI da Copa do Mundo de 2014 já foi encerrada, tendo seu relatório final aprovado através da Resolução nº 6/2013, publicado no DiOA nº 430, de 25/5/13;

- as demais, CPI de Irregularidade de Tributos – Grandes Devedores; CPI do Ibope; CPI dos Planos de Saúde e CPI da Telefonia Móvel tiveram como prazo para conclusão o dia 17 de junho de 2013, sendo que até a presente data não apresentaram seus relatórios finais para apreciação em Plenário.

Outrossim, informamos que das CPIs que aguardam instalação, a próxima, por ordem de inscrição, será a CPI com a finalidade de investigar e apurar a atuação dos síndicos e administradores judiciais nos processos de falência e recuperação judicial, cujo ato de constituição aguarda o processo de eleição de Conselheiro do Tribunal de Contas, em razão de o autor, Deputado Fábio Camargo, ser candidato ao cargo.

Quanto à CPI para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos contratos de pedágio, de vossa autoria, protocolada em 23 de outubro de 2012, e sétima na ordem de instalação, informamos que foram protocolados dois requerimentos em 11 de junho de 2013, retirando assinaturas de sete Parlamentares que haviam apoiado sua criação.

02/7/2013

Exmo. Sr.
Deputado **NELSON LUERSEN**
Nesta

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 18

Portanto e devido à retirada do apoiamento desses Parlamentares, a instalação da referida CPI restou prejudicada, visto que a análise de requisitos é realizada quando da sua constituição e não da data do protocolo de seu requerimento.

Enfatizamos, finalmente, a utilização, por analogia, do art. 124, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, que determina a competência para propor projetos e, da mesma forma, o seu arquivamento, a saber:

> **Art. 124** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Assim sendo, o mesmo entendimento deve ser utilizado quando da retirada dos apoiamentos de uma proposição, uma vez que descumprido o requisito de constituição não há como prosperar a CPI, razão pela qual, a mesma foi arquivada.

Todavia, esta Presidência está pronta a instalar CPI para investigar o assunto tão logo seja apresentado novo requerimento, formalizado de acordo com a Constituição Estadual e disposições regimentais.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 08 JUL. 2013
1° Secretário

DESPACHO

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 5804/2013 - CONSTITUIÇÃO DA CPI DO PEDÁGIO
INTERESSADO: DEPUTADO NELSON LUERSEN

CONSIDERANDO A ARGUMENTAÇÃO DO DEPUTADO NELSON LUERSEN, INSURGINDO-SE CONTRA A RETIRADA DA ASSINATURA DO DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA DO REQUERIMENTO 6697, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012, DETERMINEI A ANÁLISE DA REFERIDA PRETENSÃO.

TENDO EM VISTA QUE O DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA CONTINUA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ESTADO E NÃO TENDO REASSUMIDO O MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL, DEFIRO O REQUERIMENTO DO DEPUTADO NELSON LUERSEN PARA O FIM DE MANTER NO REQUERIMENTO 6697/2012 A ASSINATURA DO DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA.

SALA DAS SESSÕES, 8 DE JULHO DE 2012.

DEPUTADO **VALDIR ROSSONI**
PRESIDENTE

14:48 08/07/2013 005886 DOCUMENTO DIGITALIZADO EM 1 PÁGINA

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 20

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 08 JUL. 2013
1º Secretário

COMUNICADO

Comunicamos aos Senhores Deputados que foi apresentado requerimento na Sessão Plenária de 30 de outubro de 2012, de autoria do Deputado Nelson Luersen, destinado à criação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO *para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná.*

Solicitamos aos Senhores Líderes que procedam à indicação dos respectivos Membros, em número de nove, conforme quociente anexo.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

14:59 08/07/2013 005923 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 21

Comissões Parlamentar de Inquérito - Composição 9 Membros

Partido/Bloco	Deputados	Quociente	Membros
PMDB	13	2,648	2
PSDB	09	1,833	1
DEM	06	1,222	1
PT	06	1,222	1
PDT	04	0,814	1
PSB (PSB/PSC/PRB)	07	1,425	1
PP/PV/PTB/PSL	05	1,018	1
MD (PPS/PMN)	04	0,814	1
		Vagas Preenchidas	9

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 22

RELAÇÃO DOS INDICADOS

PMDB	NEREU MOURA Titular	JONAS GUIMARÃES Suplente
PMDB	ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JR Titular	CLEITON KIELSE Suplente
PSDB	ALCEU MARON FO Titular	NELSON GARCIA Suplente
DEM	BERNARDO CARLI Titular	FERNANDO SCANAVACA Suplente
PT	PERICLES DE MELLO Titular	TONINHO WANDSCHEER Suplente
PDT	NELSON LUERSEN Titular	ANDRE BUENO Suplente
PSB (PSB/PSC/PRB)	WILSON QUINTEIRO Titular	HERMAS BRANDÃO JR. Suplente
PP/PV/PTB/PSL	ADELINO RIBEIRO Titular	ROBERTO ACIOLLI Suplente
MD (PPS/PMN)	DOUGLAS FABRICIO Titular	DR. BATISTA Suplente

DIRETORIA LEGISLATIVA
29
Pág.

Sessões Plenárias

Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 8 de julho de 2013 - Ata nº 61

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e treze, no plenário do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Caito Quintana (PMDB), Cleiton Kielse (PMDB), Douglas Fabricio (MD), Dr. Batista (MD), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Francisco Bührer (PSDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Carlos Martins (PSD), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Pastor Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Fernando Scanavaca (PDT), Professor Lemos (PT), Ademir Bier (PMDB), Wilson Quinteiro (PSB), Nelson Garcia (PSDB), Adelino Ribeiro (PSL), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Evandro Junior (PSDB), Gilson de Souza (PSC), Hermas Brandão Jr. (PSB), Gilberto Ribeiro (PSB), Roberto Acirolli (PV), Parantos (PSC), Cantora Mara Lima (PSDB), Marla Tureck (PSD), Nelson Luersen (PDT), Rose "Litro" (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Gilberto Martin (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Tercilio Turini (MD) e Alceu Maron Filho (PSDB) (**51 Parlamentares.**) **Ausentes**, sem justificativa, os Deputados Fábio Camargo (PTB) e Rasca Rodrigues (PV, ausente do país no período de 4.7.2013 a 19.7.2013) (**02 Parlamentares**). **Ausente**, justificadamente, o Deputado Enio Verri (PT) (**1 Parlamentar.**) O Senhor Presidente, Deputado **Valdir Rossoni**, secretariado pelos Senhores Deputados **Ademir Bier** (na função de 1º Secretário) e **Jonas Guimarães** (na função de 2º Secretário), *"sob a proteção de DEUS"*, iniciou os trabalhos da 61ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura. O Senhor 2º Secretário procedeu à leitura da Ata anterior (nº 60, de 3.7.2013), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa, até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Senhor 1º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Documentos originais sob guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 5.845/2013**, Mensagem nº 66/2013, do Governador do Estado, encaminhando, para apreciação desta Casa, o anteprojeto de lei (autuado sob o nº 274/2013), que objetiva a aprovação de crédito suplementar no valor de R$429.560,00 ao vigente orçamento da Casa Militar, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18.12.2012, visando atender despesas com a reestruturação dos Centros Municipais de Gestão de Riscos e Desastres da Defesa Civil de Guaraqueçaba, Antonina e Guaratuba, em decorrência do Acordo Judicial firmado entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado do Paraná, a Justiça Federal, o Instituto Ambiental do Paraná e a Petrobras, em virtude do rompimento do duto Olapa, ocorrido no litoral paranaense; **Protocolo nº 5.963/2013**, Mensagem nº 67/2013, do Governador do Estado, encaminhando, para apreciação desta Casa, o anteprojeto de lei (autuado sob o nº 275/2013), que objetiva autorizar o parcelamento, conforme especifica, dos seguintes débitos do Estado do Paraná com seu Regime Próprio de Previdência Social, RPPS, geridos pela Paranaprevidência, observado o disposto nos arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com a redação das Portarias MPS nºs 21/2013 e 307/2013.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 5.846/2013**, Ofício nº 48/2013, do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, informando que o pedido da Deputada Marla Tureck, aprovado em Sessão Plenária, solicitando a liberação de computadores para a Biblioteca Cidadã Professor Ephigênio José Carneiro, do Município de Campo Mourão, será atendido; **Protocolo nº 5.847/2013**, Ofício nº 547/2013, do Diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional, comunicando que foi liberada, a favor da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, a importância de R$1.109.439,10, referente à primeira parcela dos recursos aprovados pela Portaria/MI/nº 253, de 13.6.2013, objetivando a execução de obras de reconstrução e recuperação de danos causados por enxurrada, conforme consta no Processo nº 59050.000063/2013-46; **Protocolo nº 5.848/2013**, Ofício nº 2.394/2013, do Coordenador e da Gerente de Filial de Desenvolvimento Urbano e Rural - Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R$192.159,30, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0301552-46, firmado com o Estado do Paraná, assinado em 29.12.2009, no âmbito do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, sob a gestão do MCidades, que tem por objeto a urbanização da Planta Fazenda Guarituba; **Protocolo nº 5.849/2013**, Ofício nº 161/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 102/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 1º.7.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 150/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.607; **Protocolo nº 5.850/2013**, Ofício nº 162/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 105/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 1º.7.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 154/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.608; **Protocolo nº 5.852/2013**, Ofício nº 163/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 120/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 3.7.2013 sancionou o Projeto de Lei nº 218/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.609; **Protocolo nº 5.853/2013**, Ofício nº 1.394/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística aos Ofícios nºs 2.961/2012 e 743/2012, referente a requerimento e indicação, ambos do Deputado Douglas Fabrício; **Protocolo nº 5.854/2013**, Ofício nº 2.032/2013, do Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, encaminhando informação da Superintendência de Desenvolvimento Educacional ao Ofício nº 1.218/2013, referente a requerimento do Deputado Evandro Junior; **Protocolo nº 5.855/2013**, Ofício nº 1.541/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.016/13, dos Deputados Adelino Ribeiro e Elio Rusch; **Protocolo nº 5.856/2013**, Ofício nº 1.505/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao Ofício nº 1.714/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.714/2013, do Deputado Bernardo Ribas Carli; **Protocolo nº 5.857/2013**, Ofício nº 1.508/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta ao Ofício nº 470/2013, referente à Indicação Legislativa nº 470/2013, do Deputado Douglas Fabrício; **Protocolo nº 5.858/2013**, Ofício nº 1.540/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.321/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.859/2013**, Ofício nº 1.550/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.418/2013 do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.860/2013**, Ofício nº 1.554/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Ofício nº 1.363/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.363/2013 do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.861/2013**, Ofício nº 1.544/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Ofício nº 1.481/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.481/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.862/2013**, Ofício nº 1.545/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Ofício nº 1.322/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.322/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.863/2013**, Ofício nº 1.533/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Indicação Legislativa nº 1.515/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.864/2013**, Ofício nº 1.551/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.401/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.865/2013**, Ofício nº 1.542/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.324/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.866/2013**, Ofício nº 1.543/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.325/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.867/2013**, Ofício nº 1.553/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.417/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.868/2013**, Ofício nº 1.552/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.421/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.869/2013**, Ofício nº 1.534/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Companhia de Habitação do Paraná, Cohapar, à Indicação Legislativa nº 1.592/2013, da Deputada Marla Tureck; **Protocolo nº 5.870/2013**, Ofício nº 1.502/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ao Ofício nº 164/2013, referente à Indicação Legislativa nº 164/2013, do Deputado Tercílio Turini; **Protocolo nº 5.871/2013**, Ofício nº 1.475/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.389/2013, do Deputado Teruo Kato; **Protocolo nº 5.872/2013**, Ofício nº 1.402/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.284/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.284/2013, do Deputado Wilson Quinteiro; **Protocolo nº 5.873/2013**, Ofício nº 1.439/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação à Indicação Legislativa nº 1.285/2013, do Deputado Wilson Quinteiro; **Protocolo nº 5.874/2013**, Ofício nº 1.503/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ao Ofício nº 350-A/2013, referente à Indicação Legislativa nº 350/2013, do Deputado Paranhos; **Protocolo nº 5.875/2013**, Ofício nº 1.428/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social ao Ofício nº 1.499/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.499/2013, do Deputado Paranhos; **Protocolo nº 5.876/2013**, Ofício nº 1.473/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública aos Ofícios nºs 1.134 e 1.137/2013, referente às Indicações Legislativas nºs 1.134 e 1.137/2013, do Deputado Paranhos; **Protocolo nº 5.877/2013**, Ofício nº 1.444/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 553/2013, referente à Indicação Legislativa nº 553/2013, do Deputado Ney Leprevost; **Protocolo nº 5.878/2013**, Ofício nº 1.491/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ao Ofício nº 105/2013, referente à Indicação Legislativa nº 105/2013, do Deputado Ney Leprevost; **Protocolo nº 5.879/2013**, Ofício nº 1.430/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social ao Ofício nº 1.746/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.746/2013, da Deputada Marla Tureck; **Protocolo nº 5.880/2013**, Ofício nº 1.429/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social ao Ofício nº 1.646/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.646/2013, da Deputada Marla Tureck; **Protocolo nº 5.881/2013**, Ofício nº 1.406/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.309/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.309/2013, da Deputada Marla Tureck; **Protocolo nº 5.882/2013**, Ofício nº 1.494/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística à Indicação Legislativa nº 168/2013, da Deputada Marla Tureck; **Protocolo nº 5.883/2013**, Ofício nº 1.405/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.307/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.307/2013, da Deputada Marla Tureck; **Protocolo nº 5.884/2013**, Ofício nº 1.490/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ao Ofício nº 68/2013, referente à Indicação Legislativa nº 68/2013, da Deputada Marla Tureck; **Protocolo nº 5.885/2013**, Ofício nº 1.412/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.041/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.041/2013, da Deputada Marla

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, dando que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 24

Turecki; **Protocolo nº 5.887/2013**, Ofício nº 1.492/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística à Indicação Legislativa nº 298/2013, do Deputado Professor Lemos; **Protocolo nº 5.888/2013**, Ofício nº 1.495/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística à Indicação Legislativa nº 18/2013, do Deputado Professor Lemos; **Protocolo nº 5.889/2013**, Ofício nº 1.400/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação à Indicação Legislativa nº 1.190/2013, do Deputado Professor Lemos; **Protocolo nº 5.890/2013**, Ofício nº 1.470/2013, do Secretário de Estado de Governo encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 28/2013, do Deputado Andre Bueno; **Protocolo nº 5.892/2013**, Ofício nº 1.476/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 26/2013, do Deputado André Bueno; **Protocolo nº 5.893/2013**, Ofício nº 1.469/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 41/2013, do Deputado Andre Bueno; **Protocolo nº 5.894/2013**, Ofício nº 1.530/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 171/2013, referente à Indicação Legislativa nº 171/2013, do Deputado Pedro Lupion; **Protocolo nº 5.895/2013**, Ofício nº 1.531/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 1.476/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.476/2013, do Deputado Paranhos; **Protocolo nº 5.896/2013**, Ofício nº 1.517/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando informação do Departamento de Trânsito do Paraná ao Ofício nº 1.359/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.359/2013, do Deputado Paranhos; **Protocolo nº 5.897/2013**, Ofício nº 1.514/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Indicação Legislativa nº 1.643/2013, do Deputado Tercílio Turini; **Protocolo nº 5.898/2013**, Ofício nº 1.512/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta às Indicações nºs 933, 926, 932, 924, 923, 935, 936, 938, 925, 931, 941, 930, 939, 922, 921, 937, 928, 929, 934, 920, 927 e 940/2013, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando viaturas para diversos Municípios; **Protocolo nº 5.899/2013**, Ofício nº 1.549/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 942/2013, da Deputada Cantora Mara Lima; **Protocolo nº 5.900/2013**, Ofício nº 1.532/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde à Indicação Legislativa nº 637/2013, da Deputada Marla Turecki; **Protocolo nº 5.901/2013**, Ofício nº 1.448/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.098/2013, do Deputado Gilson de Souza; **Protocolo nº 5.902/2013**, Ofício nº 1.461/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 793/2013, do Deputado Gilberto Ribeiro; **Protocolo nº 5.903/2013**, Ofício nº 1.460/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 1.657/2013, do Deputado Gilberto Martin; **Protocolo nº 5.904/2013**, Ofício nº 1.404/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.140/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.140/2013, do Deputado Evandro Junior; **Protocolo nº 5.905/2013**, Ofício nº 1.401/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.145/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.145/2013, do Deputado Evandro Junior; **Protocolo nº 5.906/2013**, Ofício nº 1.437/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação à Indicação Legislativa nº 1.146/2013, do Deputado Evandro Junior; **Protocolo nº 5.907/2013**, Ofício nº 1.408/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.143/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.143/2013, do Deputado Evandro Junior; **Protocolo nº 5.908/2013**, Ofício nº 1.403/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.299/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.299/2013, do Deputado Douglas Fabricio; **Protocolo nº 5.909/2013**, Ofício nº 1.410/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.298/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.298/2013, do Deputado Douglas Fabricio; **Protocolo nº 5.910/2013**, Ofício nº 1.399/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação à Indicação Legislativa nº 1.297/2013, do Deputado Douglas Fabricio; **Protocolo nº 5.911/2013**, Ofício nº 1.147/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta à Indicação Legislativa nº 1.046/2013, do Deputado Douglas Fabricio; **Protocolo nº 5.912/2013**, Ofício nº 1.411/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.017/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.017/2013, do Deputado Bernardo Ribas Carli; **Protocolo nº 5.913/2013**, Ofício nº 1.409/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 1.018/2013, referente à Indicação Legislativa nº 1.018/2013, do Deputado Bernardo Ribas Carli; **Protocolo nº 5.914/2013**, Ofício nº 1.468/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Ofício nº 27/2013, referente à Indicação Legislativa nº 27/2013, do Deputado Andre Bueno; **Protocolo nº 5.915/2013**, Ofício nº 1.474/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Ofício nº 24/2013, referente à Indicação Legislativa nº 24/2013, do Deputado Andre Bueno; **Protocolo nº 5.916/2013**, Ofício nº 1.471/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Ofício nº 42/2013, referente à Indicação Legislativa nº 42/2013, do Deputado Andre Bueno; **Protocolo nº 5.917/2013**, Ofício nº 1.463/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 34/2013, do Deputado Andre Bueno; **Protocolo nº 5.918/2013**, Ofício nº 1.436/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação à Indicação Legislativa nº 21/2013, do Deputado Adelino Ribeiro; **Protocolo nº 5.919/2013**, Ofício nº 1.161/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta ao Ofício nº 967/2013, referente à Indicação Legislativa nº 967/2013, do Deputado Adelino Ribeiro; **Protocolo nº 5.920/2013**, Ofício nº 1.462/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 32/2013, do Deputado Andre Bueno; **Protocolo nº 5.921/2013**, Ofício nº 1.464/2013, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública à Indicação Legislativa nº 43/2013, do Deputado Andre Bueno, **Protocolo nº 5.982/2013**, Ofício nº 7/2013, da Deputada Luciana Rafagnin, Líder do PT, indicando os Deputados Péricles de Mello, como titular; e Toninho Wandscheer, como suplente na CPI do Pedágio, que está sendo instaurada nesta Casa de Leis.

Comunicado: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências, com vista às Comissões de Educação e de Fiscalização, e demais providências.) **Protocolo nº 5.844/2013**, dando ciência à Casa quanto ao Comunicado: AL102845/2013, do dia 21.06.2013, do Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE, notificando a liberação de recursos para a Secretaria de Estado da Educação, no valor de R$31.864.509,00.

Telegrama: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 5.851/2013**, do Vice-Presidente da República, acusando o recebimento do Ofício nº 1.770/13, referente à Indicação Legislativa nº 1.770/2013, da Deputada Marla Turecki.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Finda a leitura do Expediente. Srs. Deputados, gostaria de ter a atenção dos senhores. É uma questão... **Despacho do Presidente (protocolo nº 5.886/2013)**, referente à CPI do Pedágio: (Lê) *"Assunto: Requerimento nº 5.804/2013 - Constituição da CPI do Pedágio. Interessado: Deputado Nelson Luersen. Considerando a argumentação do Deputado Nelson Luersen, insurgindo-se contra a retirada da assinatura do Deputado Luiz Eduardo Cheida, do Requerimento nº 6.697, de 30 de outubro de 2012, determinei a análise da referida pretensão. Tendo em vista que o Deputado Luiz Eduardo Cheida continua no exercício do cargo de Secretário de Estado, e não tendo reassumido o mandato de Deputado Estadual, defiro o requerimento do Deputado Nelson, para o fim de manter no Requerimento nº 6.697, de 2012, a assinatura do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Sala das Sessões, 08 de julho de 2013".* (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) Então, com esta decisão já passo a ler o **Comunicado do Presidente (protocolo nº 5,923/2013),** solicitando aos Srs. Líderes para que, no prazo regimental, indiquem os seus devidos representantes para comporem a CPI do Pedágio, que queremos instalar antes do recesso. (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) E também, leio **Comunicado do Presidente (protocolo nº 5.891/2013)** *"Comunicamos aos Srs. Deputados, membros da CPI de Irregularidades de Tributos - Grandes Devedores, da CPI do Ihope, da CPI dos Planos de Saúde e da CPI da Telefonia Móvel, que em razão do encerramento do prazo para a conclusão dos trabalhos, os relatórios finais devem ser entregues com a maior brevidade possível. Sala das Sessões, 08 de julho de 2013".* (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) Também quero comunicar aos Srs. Deputados, e fazer um breve relato, para que esta notícia da escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, em data - que fique muito bem claro - em data, para ser escolhido o Conselheiro, pelo Presidente da Assembleia, não definida a data. É importante que todos tenham o seguinte conhecimento: o art. 77, § 2º da Constituição Estadual diz o seguinte: uma vaga é de Auditor, uma vaga é do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, os demais membros são escolhidos pela Assembleia, na forma do art. 77, § 1º da Constituição Estadual - está errado isso aqui, me desculpe. Eu queria dizer aos senhores o seguinte: uma vaga é de Auditor. Veja a composição do Tribunal de Contas hoje - e me socorram aqui se eu cometer um erro - uma vaga, hoje, no Tribunal de Contas, é ocupada pelo Caio Soares, que é de Auditor, não é Deputado; outra vaga é do Ministério Público, que é ocupada por Fernando Guimarães, a outra vaga é indicada pelo Governador, e três vagas são indicadas pela Assembleia Legislativa. Acho que a interpretação hoje está equivocada, mas é importante, e quero cumprimentar o Deputado Elio Rusch, fiz um pedido todo especial a ele.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PSD): Senhor?

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Só para concluir. Depois lhe dou a *"questão de ordem"*. Pedir ao Deputado Elio Rusch e à Comissão que está ouvindo os pré-candidatos, para que faça da melhor forma e maior transparência possível. E a partir dos próximos dias também teremos oportunidade de ouvir os candidatos em Plenário. Vamos definir agora à tarde se começaremos a ouvir amanhã ou na segunda-feira os pré-candidatos. O que eu tinha que esclarecer aos Srs. Deputados era isto. Vamos começar o Pequeno Expediente, mas primeiro a *"questão de ordem"* do Deputado Luiz Carlos Martins.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PSD): Presidente Valdir Rossoni, apenas lembrando que o Fernando é originário do Tribunal de Contas, não é do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não, mas ele é do Ministério Público junto ao TC.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PSD): É uma outra observação, Sr. Presidente, até para a imprensa, e colaborando, mesmo assim eles são votados, os seus nomes são colocados aqui na Assembleia e passam pelo crivo dos Srs. Deputados. Porque deu a entender, pela imprensa, que eles não precisam de votações, de homologação por este Plenário. Não sei se V. Exa. entendeu desta maneira.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): É, eu entendi, e por isso até cumprimento V. Exa. por ter ajudado a nos esclarecer, porque o que parece para a opinião pública é que os Conselheiros são todos Deputados. Não é verdade. E eu me preocupo muito com a imagem do Poder Legislativo, Deputado Luiz Carlos Martins, porque não é o Presidente Rossoni, ou os Srs. Deputados que estão impondo como se escolhe o Conselheiro do Tribunal de Contas. Agora, se queremos mudar a composição do Tribunal de Contas, só há uma maneira: mudar a Constituição Federal, porque a Constituição Estadual tem simetria com a Constituição Federal; ou há outra maneira: nenhum Deputado Estadual ser candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas. Essa é outra saída, aí tomaríamos a decisão de outra forma. Agora, a forma como se vende para a opinião pública, parece que quem fez a lei foi esta Casa, quem fez a Constituição Estadual foi o Presidente Rossoni. E não sou; eu tenho que me submeter à lei. Então, acho que poderíamos até nos somar ao movimento que existe, e ele é justo, ele é o direito da própria população. Poderíamos nos somar e fazer um pedido ao Congresso Nacional para que mude a forma de escolher o Conselheiro do Tribunal de Contas, e aí abrimos um amplo debate sobre essa questão. Agora, extremamente difícil um Poder - e todos os Srs. sabem - o Poder Legislativo, hoje, não tem o Banco do Brasil, não tem a Caixa Econômica, não tem os Ministérios, a nossa despesa com publicidade é zero. Desde o dia em que assumimos a Presidência, e o Deputado Plauto assumiu a Primeira Secretaria, zeramos a conta de publicidade do Poder Legislativo. Então, estamos impossibilitados de usar ou pagar para podermos fazer defesa do Poder Legislativo. Ora! O Poder Legislativo do Paraná, hoje, é exemplo para o Brasil. É o primeiro Poder Legislativo do Brasil a cortar o 14º e o 15º. É o primeiro Poder do País a economizar mais de 20% do seu orçamento. É o primeiro Poder em que tudo está no Portal da Transparência. É o primeiro Poder Legislativo do País que obriga os seus Parlamentares a estarem em Plenário, senão têm a sua falta descontada. Então, não podem... Quero pedir a compreensão de todos para que possamos trabalhar essa questão de uma forma harmônica, para que o Poder Legislativo do Estado do Paraná possa se somar a essa vontade popular para mudar a forma. Agora, a maneira de mudar a forma, quero depois... Vou propor no dia de amanhã, vou subscrever um requerimento com os líderes desta Casa. Vamos subscrever um requerimento para

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 25

encaminhar ao Congresso Nacional, pedindo ao Congresso Nacional para que mude a forma da escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, nas Assembleias Legislativas. Este é um manifesto que quero propor amanhã aos Srs. Deputados, para colocar em votação por este Plenário. Se aprovado pelo Plenário, vou encaminhar ao Congresso Nacional. Essa é a atitude com que este Poder pode contribuir para essa vontade que existe da sociedade, na forma, na escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas. Acho que já esclarecemos. Acho que o momento que o Brasil está vivendo é um momento ímpar, é um momento importante. Aí daquele político que não fizer a leitura correta das ruas. Essa história de que não sabemos o que está acontecendo, eu não concordo; eu sei o que está acontecendo. E acho que nós, como Poder, podemos dar um belo exemplo novamente, nos posicionando, pedindo ao Congresso Nacional que mude a forma de escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas. Por quê? Não é possível, Deputada Rose, Deputada Mara, as demais Deputadas e os Srs. Deputados, que esta Casa leve a culpa de algo que não é constitucionalmente a nossa atribuição. Eu concluo. Como primeiro orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

DEPUTADO ELIO RUSCH (DEM): Presidente, o senhor permite só "*pela ordem*"?

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): "*Pela ordem*". Deputado Elio Rusch.

DEPUTADO ELIO RUSCH (DEM): Só para informar à Casa, já conversamos com V. Exa. no horário do meio-dia. Na manhã de hoje, a Comissão Especial, instituída para ouvir os candidatos inscritos, ouvimos 10 candidatos, e a Comissão, diga-se de passagem, é formada pelo Deputado Wilson Quinteiro, como Relator; Deputados Caito Quintana; Francisco Bührer; Tadeu Veneri; e a nossa pessoa. Dentro daquilo que V. Exa. tem explicado, é importante que se diga e que se acrescente que o Mistério Público, a vaga do Ministério Público, no Tribunal de Contas, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, entre eles, entre o Ministério Público, escolhem três nomes. Lista tríplice enviada para o Governador, e esse, por sua vez, envia para a Assembleia Legislativa, que tem que dar o aval. Tem que pegar 28 votos; se não tiver 28 votos, tem que vir um próximo nome. A mesma coisa acontece com os auditores. Os auditores entre si, entre a sua classe, escolhem três candidatos, uma lista tríplice enviada para o Governador. O Governador, entre os três, envia um nome para a Assembleia Legislativa, que também tem que obter os seus 28 votos. O Governador indica também uma pessoa de sua livre escolha, que tem que ter o referendo, também, da Assembleia Legislativa; e a Assembleia Legislativa, Presidente Deputado Valdir Rossoni - aí cabe um parêntese dentro daquilo que V. Exa. diz - são quatro vagas, enquanto é Deputado, nós votamos nas vagas da Assembleia. É importante que a sociedade do Paraná e as pessoas entendam, o Conselheiro Ivan Bonilha é uma vaga da Assembleia Legislativa; ele não é Deputado. Nós votamos aqui na Assembleia Legislativa, Srs. Deputados, no passado, o Henrique Naigeboren, técnico, uma vaga da Assembleia Legislativa; podia ser um Deputado, não foi. O Deputado Heinz Herwig foi indicado também, não como Deputado, mas foi votado pela Assembleia Legislativa; não indicado pelo Governador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Gostaria, Deputado Elio, que V. Exa. concluísse.

DEPUTADO ELIO RUSCH (DEM): Concluo, sim, senhor. Nenhum desses três foi indicado pelo Governador. Eles se inscreveram como agora, temos 45 inscritos, dos quais dois não apresentaram documentação completa e um desistiu; são 42 nomes que estão sendo sabatinados. Então, nem sempre a vaga da Assembleia é ocupada por um Deputado. Isso é importante que se frise, e eu agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Concedemos a palavra ao Deputado Douglas Fabrício. Depois, no Grande Expediente, vamos ouvir o Presidente do Londrina Esporte Clube.

PEQUENO EXPEDIENTE: (Manifestação sem revisão do orador.) Usou da palavra o Deputado Douglas Fabrício (usou também o horário da Liderança do MD).

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (MD): Sr. Presidente Deputado Valdir Rossoni, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o motivo de estarmos utilizando o Pequeno Expediente, quero já aproveitar, Deputado Rossoni, e parabenizar V. Exa., esse assunto do pedágio deu muita discussão aqui na Assembleia Legislativa. Fui procurar os relatórios das CPIs do Pedágio que aconteceram, duas CPIs e uma CEI, e numa delas encontrei um relatório. Quero agradecer à equipe administrativa, à equipe da Assembleia, que me ajudaram a encontrar esse relatório. Li o relatório e lá consta que não foram encontradas irregularidades no contrato. Enfim, também bem elaborado. Só que de lá para cá muitas coisas aconteceram: aumentou o número de veículos, uma série de coisas aconteceu. A população não aguenta mais o preço do pedágio, e vimos observando isto, acompanhando. Essa CPI, no meu entender, no início tinha um objetivo mais de pressão em cima das empresas, me parecia, tanto é que fiquei observando. Mas, ouvindo as pessoas, tenho a prática de conversar com as lideranças, e esta semana me reuni com lideranças importantes da minha região e de algumas do Paraná, ligadas às maçonarias do Paraná. E, conversando com os irmãos, tive a percepção de que não dá mais para segurar. Tem que ter, de fato, a CPI. E quando vejo V. Exa. anunciando a CPI do Pedágio, tenho que realmente dar-lhe os parabéns. Primeiro, porque V. Exa. está cumprindo a sua palavra, que dizia que quando terminassem as demais CPIs, esta chegaria a vez. Teve algumas manobras, mas V. Exa. cumpre também o Regimento, em acertar a assinatura do Deputado Cheida, para que dê veracidade e seja instalada essa CPI. Espero que essa CPI investigue quantos carros foram vendidos, daquele tempo para cá; quanto aumentou a arrecadação dessas empresas de pedágio. Não só a questão das mortes, como foi citada aqui, mas também quanto de lucro estão tendo essas empresas de pedágio e que não sabemos, nós, os Deputados. Também quanto o governo arrecada, desse dinheiro que o povo paga. Então, acho que neste ponto a Assembleia Legislativa dá um passo à frente, dentro de todos os que está dando. É importante que o povo saiba que nós, Deputados, estamos procurando fazer o máximo para cumprir o nosso papel. Deputado Tercílio, nós que somos do mesmo partido, conversamos na semana passada, V. Exa. preocupadíssimo com essa questão, V. Exa. que é de Londrina, falávamos sobre esse tema, que teríamos bem clara nossa posição em favor da CPI do Pedágio. E agora o Deputado Rossoni atende também a nossa reivindicação, porque vai instalar a CPI do Pedágio. Esperamos que seja uma CPI bem feita, que todos os Deputados que forem indicados pelos seus partidos para cumprir o seu papel nessa CPI, não só honrar o voto, mas também esclarecer claramente esse assunto para o povo do Paraná, porque há muita informação distorcida em relação ao pedágio. Não dá mais. O povo está entrando nas rodovias pedagiadas, está indo às concessionárias, está indo aonde se arrecada o dinheiro do pedágio, está parando os carros. É só ver a imprensa desse final de semana e da semana passada. Quer dizer, a Assembleia, mais uma vez, cumpre o seu papel ao instalar essa CPI; e vai ser instalada antes, inclusive, do recesso parlamentar, o que acho particularmente importante. Então, Deputado Rossoni, mais uma vez parabéns pela sua decisão. Acho que é a decisão correta. V. Exa., como Presidente; eu como 2º Vice-Presidente da Assembleia, tenho a certeza de que é a opinião da Mesa, dos demais Deputados que participam da Mesa da Assembleia, e também tenho certeza de que da maioria dos Deputados desta Casa que esta CPI seja bem feita. E ouvindo, como dizia, a sociedade, já clamando...

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): V. Exa. faz uso do horário do MD.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (MD): A sociedade já estava querendo que essa resposta fosse dada. Segundo assunto que V. Exa. traz é com relação ao Tribunal de Contas. Tem umas coisas que fico imaginando, e ontem conversava inclusive com o Deputado Federal Rubens Bueno sobre esse assunto. Eu falei: - "Escute, será que não conseguimos mudar essa regra, esse sistema do Tribunal de Contas?" Deputado Caito Quintana, V. Exa. que é um Deputado muito experiente e respeitado nesta Casa, por que temos que eleger alguém, e essa pessoa chega lá, independente de quem seja, e tem lá um cargo vitalício. Por que tem que ser vitalício? É um questionamento que acho que temos que fazer, com todo o respeito a quem já foi, a quem é e a quem ainda será do Tribunal de Contas. Por que tem que ser vitalício? Será que não dá para mudar essa forma? Porque percebo que as pessoas estão questionando, hoje, inclusive, e posso falar isso, porque aqui nesta Casa apresentei um voto de homenagem ao Tribunal de Contas logo no meu primeiro mandato, no primeiro ano ainda. Apresentei...

Deputado Fernando Scanavaca (PDT): Deputado Douglas.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (MD): Na sequência, Deputado Scanavaca. Já conversamos. Homenageando, naquela oportunidade fazia 60 anos o Tribunal de Contas, e eu sempre respeitei o trabalho técnico, vim do Sebrae, vocês sabem disso, e lá valorizamos muito a defesa da micro e pequena empresa, da capacidade, do mérito. E também, estando em uma Casa de pessoas que chegaram aqui através de um partido político, pelo voto, temos que respeitar os políticos, porque foram votados. Ninguém chegou aqui porque veio alguém por conta, porque indicou fulano de tal. Não, o povo indicou pelo voto. Milhares de votos cada um teve que receber para estar aqui. Então, o nosso questionamento é justamente esse: por que tem que ser dessa forma? E aí o Deputado Federal Rubens Bueno me ouviu e vai propor, inclusive já me disse que propôs uma alteração nesse sentido lá em Brasília, e que deve reforçar isso, por que tem que ser dessa forma? Porque as pessoas já não estão acreditando muito nas instituições, e isso é ruim para as instituições. O Deputado Scanavaca pediu um aparte, é isso?

Deputado Fernando Scanavaca (PDT): Isso.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (MD): Pois não. V. Exa. tem a palavra.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT): Só queria lembrar, Deputado Douglas, que não é vitalício. Acho que deveríamos estar analisando um tempo que fique aí. Até porque um Conselheiro, quando faz 70 anos, que é o caso do Conselheiro Hermas Brandão, que está saindo não porque queria, mas pela idade. Então, poderíamos propor que ficasse um tempo lá para que tivesse uma renovação no Tribunal de Contas. Acho que precisaríamos fazer essa proposta, que o Conselheiro tivesse um período que estaria lá, e depois, independente da idade ou não, estaria outra pessoa assumindo esse cargo de Conselheiro. Por isso que não é vitalício, não é até a morte, mas até os 70 anos. Era isso o que eu queria.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (MD): Agradeço a sua correção, muito bem-vinda. A minha preocupação, Deputado Scanavaca, é justamente nesse sentido. Se você coloca uma pessoa lá com 40 anos de idade, seja quem for, só vai sair de lá quando tiver 70 anos de idade. Certo? Então, por que não tem um rodízio? Mas nós, da Assembleia, não podemos mudar isso, os Deputados Estaduais não têm esse poder. Só a Câmara Federal pode fazer essa mudança, o Congresso Nacional. E por isso, nesse sentido, o Deputado Valdir Rossoni também, na minha opinião, está correto, quando vem com a proposta de discutir com os Deputados, discutimos, elaboramos uma proposta e enviamos ao Congresso Nacional para que eles mudem. E está no momento propício, que é o momento de mudanças. Quando o povo foi para a rua, o povo sinalizou assim: - "Olha, não estou contente com o que está acontecendo." E aí vale para todos os políticos, principalmente quem está no Executivo, mas também o Legislativo, que às vezes não cumpre o seu papel, elege-se prometendo o mundo e o fundo. Tem Deputado, Tadeu Veneri, tem candidato que na hora em que vai se candidatar a Vereador ou a Deputado faz campanha como se fosse ser candidato a Presidente da República, porque o que promete...

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (MD): ...O que promete, o que fala que vai fazer! E a população, às vezes, não consegue distinguir a capacidade, o papel de um e o papel de outro, acaba até elegendo, de repente, e aí chega lá o Deputado, chega lá o Vereador e não consegue cumprir aquilo. Por quê? Porque não é sua competência. O Deputado é eleito para fiscalizar, para cobrar, para fazer com que as coisas, o orçamento seja cumprido, para que o Executivo, seja ele qual for, em nível estadual, municipal ou federal, cumpra, bem claramente, o orçamento, e o povo não aguenta mais a taxa de impostos, somando taxa, somando tributo, somando tudo, que pagamos 40% do PIB - estou arredondando os números, não é bem esse, mas é quase isso - vai de imposto. O governo federal fica com a maior parte desse dinheiro, concentrado lá no governo federal, e de lá para voltar esse dinheiro em benefício do povo, olha, Deputado Tadeu Veneri, que sacrifício que é, meu Deus do céu! E lá vai o povo pagando imposto; por isso que o povo foi para as ruas, não aguenta mais! E agora, este momento que vivemos aqui na Assembleia, falando de Tribunal de Contas, o povo está indo para as ruas também. Então, acho que temos que discutir isso mesmo, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. tem razão. Mais uma vez parabenizo V. Exa. pela postura, primeiro de fazer a CPI do Pedágio, segundo essa questão de discutir a questão do Tribunal de Contas. Porque senão, daqui a pouco, o povo invade a Assembleia Legislativa e vai aquela imagem para a população de como se a Assembleia Legislativa estivesse fazendo alguma coisa de errado, e não está; pelo contrário, estamos cumprindo o nosso papel, e a Assembleia Legislativa do Paraná, hoje, é uma das Assembleias mais organizadas do Brasil. Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. pediu um aparte.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado, Deputado Douglas. V. Exa. está correto, temos que fazer esse debate aqui. Hoje de manhã, com a Presidência do Deputado Elio Rusch, ouvimos dez candidatos. Eu diria que há alguns muito qualificados, muito qualificados, particularmente. E creio que os outros Deputados também, e aqueles que acompanharam, puderam ver que temos, dos dez que ouvimos, sem demérito de nenhum, há pelo menos três ou quatro candidatos que são muito qualificados para exercer a função a que se propõem. Mas V. Exa. está correto também quando diz que quem faz - assim como falou o Presidente - quem faz as alterações não é a Assembleia Legislativa; quem vai fazer essa alteração é o Congresso Nacional. Hoje há pelo menos duas PECs, uma delas já há 11 anos tramitando, ou aguardando tramitar, porque não está tramitando, duas PECs que mudam a forma de indicação. Uma delas propõe que tenhamos a escolha por lista tríplice; isso serve para o Tribunal de Contas da União e para os Tribunais de Contas dos Estados, e aqueles Municípios que têm Tribunal de Contas, como é o caso de São Paulo, dos Municípios. Então, me parece que agora, o nosso papel, V. Exa. colocou bem isso aí, é lembrar ao Congresso Nacional que ele tem nas mãos as condições objetivas de fazer, se quiser, as alterações que são necessárias. Acho

Diário OFICIAL Paraná
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 26

que esse é o nosso papel. No mais, obviamente que vamos só acompanhar, porque não podemos alterar a Constituição Estadual sem que ela tenha similaridade com a Nacional. Parabéns pelo seu pronunciamento, acho que é extremamente oportuno.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (MD): Obrigado, Deputado Tadeu Veneri. Então é isso, temos que realmente começar a discutir. E o melhor momento é este, só pegar e lembrar a questão que estava na PEC 37, independente de qual foi o resultado, mas era uma PEC que se transformava de forma polêmica, e que a população exigia, foi para a rua, e o Congresso Nacional deu o resultado, votou. Aí eu não quero entrar no mérito do resultado, mas votou rapidamente. Então, de novo, nós, Deputados, podemos pressionar o Congresso Nacional, os Deputados Federais, falando aqui do Paraná, naturalmente, mas aí valendo para todos os 513, com relação a essa discussão dos Tribunais de Contas dos Estados. Também faço outra pergunta aqui, e os Deputados mais entendidos nesse assunto, se alguém quiser me responder: como é nos outros países? Os outros países também têm Tribunal de Contas? Como funciona nos países mais desenvolvidos do que o Brasil? Tem também Tribunal de Contas, não tem? Porque nós, em minha opinião, hoje o mundo globalizado, temos que seguir alguns exemplos que busquem, naturalmente, a economia, e quando se fala em economia, está falando em arrecadação de dinheiro público. Todo esse aparato dessa estrutura é mantido pelo povo. E se conseguirmos, cada vez mais, economizar como a Assembleia Legislativa vem fazendo, economizando recursos, naturalmente esse dinheiro sobra no caixa do Executivo para fazer mais obras, para ajudar no desenvolvimento das cidades, como o Beto Richa tem feito com o recurso que a Assembleia Legislativa tem economizado, criando programas que beneficiam os Municípios pequenos, abaixo de 50 mil habitantes, programas de apoio aos Municípios. Com isso lá, a população na ponta, que é quem pagou o imposto, está ganhando de volta o dinheiro que ela pagou através de seus impostos. Então, é neste sentido o nosso pronunciamento. Finalizando, dizendo mais uma vez, Sr. Presidente, que está correto em fazer a CPI do pedágio, na nossa opinião. Tem o nosso apoio, tanto meu como do Deputado Batista, quanto do Deputado Tercílio Turini, que são os membros... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço para V. Exa. concluir.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (MD): Para concluir, Presidente! Tem o nosso apoio, tanto meu, quanto do Deputado Batista, quanto do Deputado Tercílio Turini, com relação à implantação da CPI do Pedágio e também com relação à discussão do Tribunal de Contas, de propor ao Congresso Nacional que faça mudanças, porque do jeito que está, pelo que eu vejo, a sociedade também não está contente. Era isso, Presidente! Muito obrigado a V. Exa. e a todos os Deputados que nos ouviram, em especial a imprensa e a população das casas que nos acompanham pela TV SINAL. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Quero pedir ao Plenário se autorizam invertermos o Pequeno com o Grande Expediente. Aí vamos ouvir o Sr. Cláudio Aparecido Canuto - Presidente do Londrina Esporte Clube, que explanará sobre a história e trabalhos realizados pela entidade desportiva. Coloco em votação. Aprovado pelos Srs. Deputados. Depois damos continuidade... Foi proposição do Deputado Gilberto Martin. Então, convido o Deputado Gilberto Martin para que faça a saudação aos nossos visitantes. Logo após o Deputado Gilberto Martin fazer a saudação convidamos o Sr. Cláudio Aparecido Canuto para fazer uso da palavra.

DEPUTADO GILBERTO MARTIN (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nossos ilustres visitantes, a Diretoria do nosso querido Tubarão, Conselheiros, pessoal de alguma das torcidas que estão aqui presentes. Nossa querida bandeira do Tubarão desfraldada aqui na Assembleia Legislativa, marcando esse momento que para nós, lá da região norte do Paraná, de Londrina, Cambé, Rolândia, Sertanópolis, Ibiporã, toda aquela região, não só essa região próxima à região metropolitana de Londrina, mas de outras regiões do Vale do Ivaí, Norte Pioneiro, que é uma região que tem um time de futebol do Estado do Paraná como referência. E o time de futebol que une toda essa região, que galvaniza todo esse congraçamento que acontece em torno do futebol na nossa região, é o nosso Tubarão, é o Londrina Esporte Clube, o Londrina de uma história magnífica. O Londrina foi criado em 1956, e em 1959 ele já era campeão do Estado do Paraná, um dos três títulos estaduais que o Londrina conquistou, que foram em 1959, 1962 e 1992; e o Londrina que foi, em 1981, campeão na Taça de Prata, que foi em 1977 o quarto melhor time do Brasil, quando virou Tubarão, quando ganhou de clubes como o Vasco da Gama, o Santos, o Corinthians, o Flamengo e grandes clubes. O Londrina, que tem como sua casa maior o Estádio do Café, que foi construído pelo então Prefeito José Richa, pai do nosso Governador Beto Richa, aliás, com quem estivemos agora a pouco e fomos muito bem recebidos pelo Governador, que confessou, e já havia confessado, já tinha ouvido isso certa vez na imprensa, que é torcedor do Tubarão desde criança. Temos histórias, aqui contadas pelos nossos diretores, do Beto Richa indo, criança, lá na sede campestre do Londrina para passar o dia, para jogar, para se divertir. Então, esse é o Londrina, que tem uma história fantástica. Nosso Presidente Cláudio Canuto está aqui junto com toda diretoria. O Londrina que tem jogadores como Carlos Alberto Garcia, que marcou história no futebol do Paraná; como Everton, que foi da seleção; como jogadores que foram jogar no exterior e que marcaram; o Ado, que foi goleiro da Seleção em 1970. São nomes que passaram pelo nosso clube. Mas esta homenagem hoje aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem um simbolismo muito grande. Primeiro, ela simboliza a união de homens sérios, que são esses senhores que estão aqui, que são pessoas representativas da sociedade londrinense - empresários, pessoas de bem - que se uniram para fazer um trabalho de recuperação do time do Londrina, que estava numa condição muito ruim. Então, essa homenagem simboliza, primeiro, a seriedade e a credibilidade dessa união, que fez com que o Londrina se recuperasse; essa união simboliza também a união de uma cidade e de uma região em torno de um time, união que reflete inclusive o novo momento que a cidade de Londrina vive na sua política, na sua união de lideranças, e que tem esse simbolismo fundamental; simboliza também uma coisa muito importante, que é o fortalecimento do futebol do interior. Eu disse para a imprensa, agora, e repito aqui: precisamos ter, senhores dirigentes da Federação Paranaense de Futebol, um campeonato paranaense de futebol, e não um campeonato curitibano de futebol. Os times do interior têm que ser respeitados, os times do interior têm que ser valorizados, e precisamos de toda a força para que os times do interior se fortaleçam. Quem ganha com isso é o futebol do Paraná, é o povo do Paraná. Esta homenagem tem também esse simbolismo e essa representação: esta homenagem simboliza a paixão, por fim, simboliza a paixão dos pés-vermelhos, a paixão vermelha dos pés-vermelhos, que se pintam de azul e branco, que são as cores do Londrina, essas cores amadas por todos nós lá em Londrina e que curtimos muito esse time. Muito feliz de ver essa diretoria, esses conselheiros, esses homens de bem aqui presentes. Muito feliz que aqui é a Casa do Povo do Paraná... (É retirado o som).

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço para V. Exa. concluir.

DEPUTADO GILBERTO MARTIN (PMDB): Para encerrar, Sr. Presidente. Aqui, a Casa do Povo do Paraná, faz o reconhecimento do Paraná a esse que é um dos maiores clubes do Estado. Só para lembrar: o Londrina foi o que fez o maior número de pontos corridos nesse campeonato. Se fosse um campeonato por pontos corridos, o Tubarão teria sido campeão por antecedência. Então, o grande campeão moral de 2013 do campeonato paranaense foi o Londrina, e o campeão, de fato, do interior do Estado do Paraná é o Londrina Esporte Clube. Parabéns a vocês! Bem-vindos! É uma alegria recebê-los aqui. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Convido o Sr. Cláudio Aparecido Canuto para fazer uso da palavra.

GRANDE EXPEDIENTE: (Manifestação sem revisão do orador.) Usou da palavra o Sr. Cláudio Aparecido Canuto - Presidente do Londrina Esporte Clube.

SR. CLÁUDIO APARECIDO CANUTO: Boa tarde a todos! Presidente desta Casa, demais Deputados, autoridades. É com muita honra e muito orgulho que recebemos o convite desta Casa, através do Deputado Gilberto Martin, e é muito bom estar aqui recebendo esta homenagem. As palavras ditas pelo Deputado já falam um pouco do nosso histórico, do que realmente estamos fazendo em Londrina e no norte do Paraná em relação ao futebol. Gostaria de agradecer a toda nossa diretoria, que teve disponibilidade hoje para vir até Curitiba, uma viagem de pouco mais de 800 quilômetros, pessoas que têm os seus afazeres. Nenhum de nós é remunerado no Londrina Esporte Clube, são trabalhos voluntários, e temos mantido sempre a lisura e a transparência, que é a meta dessa diretoria. O Londrina Esporte Clube estava adormecido, por situações que fizeram com que o clube fosse, inclusive, administrado pela Justiça do Trabalho. Dívidas se acumularam por administrações do passado, péssimas administrações do passado. Não podemos aqui incluir todas, mas algumas sim, e o Londrina acabou se deteriorando. Fizemos algumas parcerias que foram frustradas, a dívida trabalhista acumulou muito, a Justiça do Trabalho acabou assumindo e administrando todo o ativo e passivo do futebol em Londrina. Constituímos uma nova diretoria, que são esses senhores que estão aqui; alguns não puderam vir, por alguns outros compromissos. Mas começamos um trabalho, que vai fazer exatamente três anos no final deste ano. Pessoas honestas, pessoas que se dispuseram a fazer um trabalho para a recuperação do clube e para a alegria de mais de 700 mil pessoas de Londrina e região. Hoje, o Londrina está de volta ao cenário do futebol paranaense. Tivemos, em 2011, a nossa recuperação na série B; subimos rapidamente para a série A do Campeonato Paranaense; disputamos com o Coritiba este ano, possibilidades grandes de chegar ao Campeonato Paranaense, mas por alguns motivos de prejuízo de algumas arbitragens que tivemos no campeonato, fomos totalmente prejudicados, com vários protestos que fizemos na época, inclusive do Deputado Gilberto Martin. Muito obrigado, Deputado, o senhor realmente levou a nossa bandeira, a bandeira da honestidade, da lisura e da transparência. Londrina está de volta, a partir do ano que vem, na série A do Campeonato Paranaense, com forças totais. Esperamos que assim possamos ter justiça dentro de campo, para que possamos chegar à disputa de um Campeonato Estadual. Jogaremos também a Copa do Brasil, que conseguimos conquistar a nossa vaga dentro de campo. Estamos hoje disputando a série D, somos líderes com uma partida a menos, com possibilidades reais de, a partir do ano que vem, jogar o campeonato também da série C. Aí teremos um calendário anual extensivo, que é para o bem de todos os nossos parceiros, que estão hoje acreditando no nosso trabalho. Então, como os senhores podem ver, através de um trabalho. Presidente, de recuperação, como eu tenho acompanhado, e nós de Londrina temos acompanhado também a lisura que esta Casa tem tido, o trabalho de transparência que vocês têm dado nesta Casa; nós também temos procurado fazer isso em Londrina, com o nosso trabalho. Sempre tenho dito que não precisamos mentir para ninguém, não precisamos enganar ninguém, roubar ninguém; só temos que fazer aquilo que estamos fazendo, um trabalho com honestidade, uma recuperação fantástica. Hoje, o cidadão londrinense tem orgulho de colocar essas cores maravilhosas no seu corpo e sair desfilando pela cidade de Londrina e região e pelo mundo. Temos visto isso. Então, é um motivo de muito orgulho estar aqui hoje presente, representando o Londrina Esporte Clube. Sabemos que temos muito trabalho para fazer ainda. Quero ressaltar o trabalho de parceria feito pela SM Esportes, a qual detém um contrato de parceria em Londrina, por 10 anos. Estamos no terceiro ano, temos ainda muito para fazer, e uma recuperação, que acreditamos que estamos seguindo a passos firmes e chegaremos onde estávamos, no Campeonato Brasileiro da série B, em pouquíssimo tempo. Esperamos que no próximo ano possamos contar com o trabalho de apoio da Federação Paranaense de Futebol. Não queremos vantagem nenhuma, o nosso trabalho é feito dentro de campo e queremos somente justiça, é isso que estamos pedindo, para que o nosso time possa representar o nosso povo diante de um Campeonato Paranaense, que a cada dia melhora o seu nível. Precisamos melhorar o nível das arbitragens no Paraná. Tenho conversado muito e tenho cobrado muito isso. Gostaria também de agradecer a todos vocês que aqui estão presentes, pela oportunidade que estamos tendo. Dizer que o Londrina está cada vez mais forte. O Londrina, cada vez mais, nesse grupo de empresários, diretores, são mais de 50 pessoas que estão fazendo um trabalho de dedicação, sem nenhum tipo de remuneração, conforme eu já disse. É com muito orgulho que saímos hoje de manhã de Londrina, bem cedo, para estar aqui recebendo esta homenagem. Esperamos que em uma próxima vez possamos estar aqui recebendo, quem sabe uma homenagem por um título paranaense; é essa a nossa vontade e trabalhamos firmes para isso. Muito obrigado, mais uma vez. Meus agradecimentos ao Deputado Gilberto Martin, a esta Casa, ao Presidente. Tenho pedido a Deus que ilumine os senhores desta Casa, todos os dias, para que possamos ter, no momento em que o Brasil clama por justiça, o povo vai às ruas, também acompanhamos o trabalho que está sendo feito aqui. Que Deus possa iluminar a cabeça de todos vocês, a decisão de vocês a cada dia, e que possamos fazer deste País um país melhor. Estamos fazendo do Londrina um clube melhor, pessoas com um sorriso no rosto, que é a nossa alegria também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Eu é que cumprimento o Presidente do Londrina, Cláudio Canuto, cumprimento o Getúlio Castilho, o Miguel Filho, o Airton Inglês, o Dorival Pagani, o Jairo Dutra, o José Carlos Sampaio, o Carmelindo Dias, o João Correia dos Santos Neto, o Luciano de Oliveira Pinho, o Walter da Silva, o Rafael Pio de Mello, o Marcelo Fuentes, o Mário Henrique, o Alex Barbosa, o Fábio Galdino. Convido o Presidente da Comissão de Esportes, Deputado Ney Leprevost, para fazer uso da palavra. Ausente. Então, vamos interromper por alguns minutos a nossa Sessão, vamos entregar uma menção honrosa ao Londrina. Convido o Deputado Gilberto para fazer a entrega. Interrompemos a nossa Sessão por cinco minutos, para que possamos cumprimentar nossos visitantes. (É interrompida a Sessão)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Reaberta a Sessão, convido os nossos visitantes para chegarem à sala aqui ao lado, da nossa Presidência. Convido o Deputado Gilberto que acompanhe os nossos visitantes à sala ao lado; nós já vamos lá. Convido o Deputado Douglas a assumir a Presidência. Peço a 1ª Secretária Rose que proceda à leitura de uma Mensagem do governo, e logo depois vamos ouvir a palavra do Deputado Tadeu Veneri. Ah, não, desculpe; Fernando Scanavaca. Equívoco meu, Deputado Tadeu. Por favor, o som. Eu faço a leitura:

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 27

(Lê) *Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado pela Assembleia Legislativa, o anteprojeto que objetiva autorizar o parcelamento - Projeto de Lei nº 402...* Está lido. Com a palavra Deputado o Fernando Scanavaca. Deputado Douglas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Deputado Scanavaca, V. Exa. está inscrito no Pequeno Expediente? Então V. Exa. tem cinco minutos. Fique à vontade.

PEQUENO EXPEDIENTE: (Manifestações sem revisão dos oradores.) Usaram da palavra os oradores: Deputados Fernando Scanavaca, Tadeu Veneri (usou também o horário do Grande Expediente), Péricles de Mello (usou também o horário da Liderança do PT), Adelino Ribeiro (usou também o horário da Liderança do Bloco PP/PV/PTB/PSL) e Ademar Traiano (usou também o horário da Liderança do PSDB).

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, para falar de um fato que pode ter sido, pode ter ocorrido, quando das enchentes do rio Ivaí. Estive, na sexta-feira última, naquele evento da Cocamar, quando teve aquela comemoração dos 50 anos da Cooperativa Cocamar. E, de repente ouvi pessoas preocupadas com essas enchentes, que nunca tinham ocorrido no nosso Estado, principalmente ali no rio Ivaí, e de que essas enchentes poderiam ter sido ocasionadas pelo rio Paraná, que tem várias hidrelétricas instaladas, e de que as hidrelétricas do rio Paraná, em momento nenhum, comunicaram a ninguém que estaria aumentando a sua vazão, como aconteceu em Itaipu, porque a enchente, lá, foi muito rápida, Deputado Elton. De repente, pode ter sido por um descuido das hidrelétricas de São Paulo, que abriram suas comportas, e de repente o rio Paraná acabou represando o rio Ivaí. Então, estou apresentando nesta tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este requerimento: (lê) "*O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, ANA; e ao Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, com cópia à Bancada Federal do Paraná, prestando as seguintes informações, referentes aos últimos 30 dias: o volume de água registrada na bacia do rio Paraná; o volume de águas na vazão das comportas das hidrelétricas que compõem a bacia do rio Paraná; relatório da abertura das comportas das hidrelétricas que compõem a bacia do rio Paraná; quando verificada a necessidade de abertura das comportas, qual o procedimento utilizado para terminar essa operação. Sala das Sessões, 8 de julho de 2013, Fernando Scanavaca, Deputado Estadual*". Por que fiz esse requerimento, Sr. Presidente? Porque, de repente, nosso Estado do Paraná, principalmente aqueles Municípios - e neste momento está sendo realizada no Palácio Iguaçu uma reunião com aqueles Prefeitos que declararam emergência nos seus Municípios, os quais o Governador está atendendo, as reivindicações desses municípios, com recursos financeiros, tenho certeza que, de repente, poderíamos estar cientes do que é que aconteceu. Coisa que nunca tinha acontecido, principalmente a ponte do rio Ivaí, quando da instalação da PR-323, pelo que me consta, nunca aconteceu aquele alagamento nessa ponte, na PR-323. E aconteceu agora, fazendo com que a estrada, a PR-323, ficasse interditada. Mas o que menos foi o prejuízo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi essa relação com o que aconteceu nos Municípios, como Querência do Norte, mais de 400 famílias, até hoje, desabrigadas, passando por coisas que não deveriam estar passando, e que poderiam ter sido ocasionadas em função do rio Paraná, das hidrelétricas instaladas nesse rio, com seu volume maior ter represado o rio Ivaí. Porque no rio Ivaí, praticamente não existe nenhuma hidrelétrica, fazendo com que esse fenômeno não pudesse ter um alagamento de dez quilômetros, como aconteceu com o rio Ivaí em Querência do Norte, Douradina, naqueles Municípios que são banhados pelo rio Ivaí. Por isso, Sr. Presidente, apresentei este requerimento, nesta tarde, e espero o apoio de todas as Deputadas e Deputados desta Casa, para que a ANA e a ANEEL possam nos informar se houve ou não negligência de algum operador dessas hidrelétricas instaladas no rio Paraná. Por isso, Sr. Presidente, é que ocupo esta tribuna nesta tarde. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Muito obrigado, Deputado Fernando Scanavaca. Convido o terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri. V. Exa. tem a palavra. Antes, porém, vamos registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Vereador Domingos Antonio Signorini. Muito obrigado pela sua presença. Também a presença do Prefeito de Wenceslau Braz, Atahyde Ferreira dos Santos Junior, o Taidinho. Em nome dos Deputados desta Casa, agradecemos a presença de V. Exas. Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. tem cinco minutos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, fiquei muito surpreso, há alguns anos alguns não estavam aqui; outros, como o Deputado Praczyk, o Deputado Traiano já eram Deputados nessa época, o Deputado Elton, lembram quando V. Exa., que preside neste momento, Deputado Douglas, já era Deputado, lembram quando o Governador Requião assumiu, que houve a suspensão do curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa, porque entendia o Governador Requião que não havia condições objetivas, por falta de hospital, por falta de funcionários, por falta de professores, de fazer o concurso vestibular naquele momento e obviamente dar as condições de que necessitavam os alunos e a comunidade de Ponta Grossa. E o Governador Requião e obviamente o Líder do Governo Requião, que na época era o Deputado do nosso partido, o Deputado Ângelo Vanhoni, da mesma forma que outros Deputados que também estavam naquela época na base do governo Requião, foram muito questionados; legitimamente, mas foram muito questionados. E questionados, Deputado Péricles, V. Exa. que é de Ponta Grossa, porque diziam os Deputados do PSDB e do Democratas, na época, que era inconcebível que uma cidade como Ponta Grossa ficasse sem o curso de Medicina no momento em que muitos dos jovens aspiravam a possibilidade de um vestibular, e me parece que 45 vagas seriam abertas naquele concurso vestibular. Pois bem, passado o tempo, o desgaste, o Governador Requião instalou, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o curso de Medicina, junto com a Reitoria, a Pró-Reitoria, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2009. Em 2009 foi instalado o curso, Deputado Gilberto. De lá para cá, são cinco anos, e o curso vem caminhando. Para nossa surpresa, esse curso, neste semestre, pelo menos até o momento - é possível que isso mude, e espero que mude, espero que mude, estamos torcendo para que mude - mas a decisão tomada pela Pró-Reitoria de Graduação, Deputado Enio, Deputado Péricles, Deputados que me ouvem neste momento, foi de suspender o curso de Medicina, por falta de professores. É a primeira vez, na história do Paraná e talvez uma das únicas vezes na história do Brasil, que um curso de Medicina é suspenso no seu período já mais avançado - porque essa é a turma que deve ou deverá se formar no ano que vem - por falta de professores. O que diz a Ordem de Serviço nº 82/2013, de 5 de julho de 2013, da semana passada? (Lê) *Ordem de Serviço nº 82/2013. A professora Graciete Tozetto Góes, Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições, considerando o contido no Ofício nº 73/2013, emitido pelo Departamento de Medicina, RESOLVE: Art. 1º Determinar a suspensão do calendário acadêmico do curso de Medicina, uma vez que ainda não foram convocados, pelo governo do Estado do Paraná, os professores aprovados no teste seletivo, conforme Edital nº 80/2013 e suas respectivas retificações, e concurso público, conforme Edital nº 2/2012 e suas respectivas retificações, publicadas com a finalidade de contratar professores para ministrar aulas naquele curso.* Deputado Lemos, V. Exa. que é da educação, nunca deve ter ouvido falar nisso, em curso superior, como é o curso de Medicina, ter que ser suspenso por falta de professores. *Art. 2º Esclarecer que a suspensão estabelecida no art. 1º desta Ordem de Serviço produzirá efeitos até que nova Ordem de Serviço seja publicada, convocando o início das aulas do curso em questão. A presente Ordem de Serviço entrará em vigor a partir da data de sua publicação.* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. está inscrito no Grande Expediente e já vou passar a palavra para V. Exa. fazer uso do Grande Expediente.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Então, V. Exa. tem mais 15 minutos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. O que diz a nota oficial que foi retirada do site da UEPG, do dia 8 de julho de 2013? (Lê) *A Pró-Reitoria de Graduação, Prograd, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, emitiu Ordem de Serviço nº 82/2013, nesta sexta-feira, dia 5 de julho, determinando a suspensão do calendário acadêmico do curso de Medicina.* Isso é extremamente grave, Deputado Péricles, porque não são apenas 45, 50, 100, 200 alunos do curso, são todas as pessoas que têm uma expectativa no curso de Medicina, da graduação que deve ocorrer no próximo ano, dos familiares dessas pessoas, das suas vidas que estão envolvidas, muitas delas, eu diria a maioria, não são de Ponta Grossa, e que tem agora uma notícia sem saber exatamente o que vai acontecer. Mais ainda, vejam, Srs. Deputados, o que diz a nota, Deputado Scanavaca, V. Exa. que é de Umuarama e que também tem acompanhado o curso de Medicina daquela região, e aqueles que são de Francisco Beltrão, como é o caso da Deputada Luciana, que deve ficar, o Deputado Traiano também, muito preocupados com a instalação do curso de Medicina em Francisco Beltrão. O que diz a nota: (Lê) *A medida se deve à morosidade, por parte do governo do Estado, do Governador Carlos Alberto, na contratação dos professores aprovados no teste seletivo, na nomeação de aprovados em concurso público, realizados com finalidade de contratar professores para ministrar aulas do curso de Medicina. A decisão do Prograd atende ofício expedido pelo Departamento de Coordenação do Curso de Medicina. Dirigentes departamentais e membros do colegiado reuniram-se, no último dia 2, com o objetivo de discutir a questão de não nomeação de 42...* Apenas 42, não estamos falando daqueles milhares de comissionados que o Governador Carlos Alberto nomeou nesses dois anos e meio, 42 professores. Estamos falando de pessoas que foram aprovadas nos testes seletivos, em concurso público, para ministrar aulas nas cinco primeiras séries do curso, a partir do próximo dia 16 de julho, agora, próxima semana. (Lê) *Como a nomeação não deverá ocorrer até a data prevista para o início deste ano letivo do curso, decidiram pela suspensão do início das aulas, até que seja deliberado pelo governo do Estado a autorização para a contratação dos professores.* No ofício 73/2013 diz a nota: (Lê) *Os dirigentes departamentais e coordenadores do curso alegam que o atraso da contratação dos novos professores inviabiliza o funcionamento do curso, inviabiliza, isso porque os atuais professores estão sendo remanejados para atender ao estágio obrigatório.* Deputado Gilberto, V. Exa. que é médico e que, como médico, sabe como funciona o curso de Medicina, porque foi Secretário, e o senhor quando foi Secretário ouviu duras críticas pela suspensão do curso de Medicina, feitas inclusive por aqueles que à época eram Oposição e que hoje suspendem o curso de Medicina da cidade de Ponta Grossa por falta de professores. Diz a nota: (Lê) *Os professores estão sendo remanejados para atender ao estágio obrigatório do curso nos internatos médicos, como preveem as diretrizes curriculares nacionais para a graduação em Medicina, Resolução Conselho Nacional de Educação, SES, nº 4/2001, art. 7º.* No ofício ainda informam: (Lê) *Após a efetivação dos contratados será proposto novo calendário de aulas, com as recomposições necessárias para o cumprimento da carga horária. De sua parte, a Reitoria está redobrando esforços.* O Deputado Gilberto tem vindo a esta tribuna reiteradas vezes, a falta de médicos que temos. É chocante que, com a falta de médicos, não tenhamos 42 professores contratados, e por isso a turma do 5º ano de Medicina tenha que ser suspensa, porque não há professores para ministrar. (Lê) *De sua parte, a Reitoria está redobrando esforços,* essa é a nota da Reitoria - *no sentido de obter do governo do Estado autorização para contratação e nomeação de novos professores. Nesse sentido, esclarece que desde a abertura do curso há um planejamento para a contratação dos docentes, à medida em que a primeira turma de alunos vai avançando. Neste ano, a primeira turma que ingressou em 2009 vai cursar a 5ª série, de acordo com o programa de implantação do curso ao final dos seis primeiros anos, período de duração do curso, o quadro de professores efetivos do departamento de Medicina deverá contar com 94 docentes.* Fico chocado, Srs. Deputados, porque ouvi aqui, como todos os Deputados, duras críticas, Deputado Anibelli, duras críticas ao Governador Requião, durríssimas ao Líder do Governo, Deputado Ângelo Vanhoni, por terem suspendido o curso e o vestibular em 2013, e hoje parece que é normal que suspendam o curso de Medicina.

Deputado Gilberto Martin (PMDB): Concede-me um aparte?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Na sequência, Deputado Gilberto.

Deputado Péricles de Mello (PT): Também me inscrevo para um aparte.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): O que mais me chama a atenção é que, ao mesmo tempo em que não temos, por parte do governo, e não temos, Deputado Turini, V. Exa. é médico, condições de contratar 42 professores, porque a LRF não permite, há condições para se contratar um Secretário Especial para Assuntos Cerimoniais Internacionais, que é o Sr. Ezequias, para livrá-lo de uma situação de dificuldade? O Governador fez uma opção clara, o Governador Carlos Alberto faz uma opção clara entre o curso de Medicina de Ponta Grossa e a proteção do seu amigo. Protege o seu amigo e deixa os alunos e a cidade de Ponta Grossa olhando sabe-se lá para onde. Vão contratar os professores? Não tenho dúvidas. Vão ser contratados daqui a um mês, daqui a dois meses, daqui a três meses? O curso de Medicina não vai deixar de contratar. Daqui a 15 dias? Com certeza não, mas vão contratar. Agora, se havia condições de criar a Secretaria Especial de Cerimonial de Assuntos Internacionais, para albergar o Sr. Ezequias Moreira, o homem da sogra, que é réu confesso no recebimento de R$562 mil de forma irregular, como não há condições de contratar professores? Isso é gravíssimo! E creio que o Governador vai ser responsabilizado por essa opção que fez. Ao invés de fazer a opção pela maioria da população, optou pelo seu amigo. Certamente, daqui a um ano e meio, terá que procurar o seu amigo e não a cidade de Ponta Grossa. Deputado Gilberto, lhe concedo um aparte.

Deputado Gilberto Martin (PMDB): Obrigado pelo aparte, Deputado Tadeu Veneri. Só para dizer que é uma lástima que isso esteja acontecendo. Quando houve a interrupção do curso de Medicina, no início do governo Requião, a decisão foi muito clara. O curso não tinha condições de se desdobrar, porque faltava o básico elementar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do sítio http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
28
Pág.
4

e fundamental para a formação de um médico, que era o hospital. E o Requião, na época, assumiu o compromisso da construção do hospital, para que, através do hospital, pudesse reabrir o curso. Assim que o hospital ficou pronto, o curso foi reaberto. Inclusive agora o hospital - aprovado nesta Casa - foi transformado em Hospital Universitário, uma decisão bastante acertada. E é uma surpresa muito triste essa de que o curso tenha interrupção no quinto ano, por conta de falta de docentes. Fico imaginando um aluno do quinto ano, quando ele já está praticamente pensando em prova de residência, se preparando para sair da faculdade, enfrentar uma situação dessas! Então, lastimamos muito, e espero que essa questão tenha uma solução rápida, porque o prejuízo pode ser muito grande.

Deputado Péricles de Mello (PT): Deputado Tadeu, queria um aparte?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Concedo-lhe um aparte, Deputado.

Deputado Péricles de Mello (PT): Queria cumprimentá-lo, é um assunto de extraordinária importância para o Paraná e para Ponta Grossa, o senhor ter falado sobre esse assunto que eu iria comentar depois, mas aproveito o seu aparte. É uma coisa muito grave, Deputado Tadeu Veneri. Suspender, a universidade ser obrigada a suspender, adiar o calendário escolar, por falta de contratação de professores, que já foram concursados há muito tempo! Quer dizer, essa inércia do governo não pode ser aceita, de forma alguma! E me lembro de quando o Secretário Hauly esteve aqui várias vezes, ele sempre comentou, quando se questionava a LRF, ele dizia: - "Não, mas existe uma margem de manobra, porque o mês fica um pouco acima do nível potencial; no outro mês cai." Será que essa margem de manobra não permitiria que contratassem? Permitiu que contratasse um Secretário, sem nenhuma necessidade, a não ser questão jurídica: proteger o amigo do Governador. Mas atrasar a contratação de um curso de extraordinária importância, estratégica para a região dos Campos Gerais, o Curso de Medicina, e a nossa história da universidade é muito importante. Parabenizo o senhor. Estamos apresentando um requerimento pedindo urgência ao governo, questionando essa grave questão. E isso traz uma nova preocupação, Deputado Tadeu, ao povo de Ponta Grossa e região, que é o Hospital Universitário, como disse o Deputado Gilberto Martin. Aprovamos, inclusive elogiando o Governador, fizemos duas emendas, em parceria com a Liderança do Governo, o Deputado Plauto, garantindo o concurso vigente para contratação de funcionários. Agora, se o governo não está tendo condições de contratar nem professor para o curso de Medicina, o que vai acontecer com as contratações necessárias? Inclusive para o bom desenvolvimento do curso de Medicina, o desenvolvimento futuro. Com as contratações do Hospital Universitário, que são vários médicos também que foram aprovados em concursos, enfermeiros, pessoal ligado à área de saúde. Então, isso traz uma enorme preocupação, que vamos cobrar com muita firmeza que o governo do Estado e o nosso Secretário Alípio, da Ciência e Tecnologia, aja com rapidez, para que o curso de Medicina não seja mais uma vez prejudicado em nossa cidade, em nossa UEPG. Obrigado, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Péricles, fico aqui me perguntando...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Já lhe concedo. Qual é a posição do Prefeito de Ponta Grossa? Do Prefeito de Ponta Grossa. Por que do Prefeito de Ponta Grossa? Porque o Prefeito de Ponta Grossa foi um dos mais duros críticos da decisão tomada, conforme lembrou aqui o Deputado Gilberto, da decisão tomada de não se ter o curso de Medicina no vestibular daquele ano de 2003. O Prefeito de Ponta Grossa, Marcelo Rangel, foi duríssimo aqui - com razão, tinha todos os seus argumentos, e nós entendíamos que era correta a sua argumentação. Qual a posição do Prefeito Marcelo Rangel, hoje, diante da não contratação de 42? Vejam, não estamos falando de 400 pessoas; não estamos falando de salário de R$15 mil, não estamos falando de Secretário; estamos falando de 42 professores universitários, que não ganham rios de dinheiro, nós sabemos disso, mas que vão inviabilizar o curso de Medicina, pelo menos por alguns meses ou por seis meses. Não é por que o curso possa ser retomado daqui a três meses que o prejuízo não seja colocado para todo Brasil, porque coloca-se em dúvida - e esse é o principal prejuízo, coloca-se em dúvida a capacidade real que tem o Estado do Paraná de dar continuidade a esse curso, assim como outros cursos, como é o caso de Francisco Beltrão. Concedo um aparte a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputado Tadeu. Quero parabenizar V. Exa. por trazer esse tema, e é um tema que quero deixar bem claro que nos deixa muito preocupada, muito preocupada, tanto por Ponta Grossa quanto por Francisco Beltrão, que o curso está iniciando, e há poucos dias atrás eu estava numa reunião na Unioeste, onde participaram alguns alunos, inclusive alunos do curso de Medicina, e apresentaram essa preocupação da falta de professores. Agora, casado com o que V. Exa. nos traz nesta tarde, falo que eu fico ainda mais preocupada, tanto com Francisco Beltrão quanto com Ponta Grossa. Também dizer, Deputado Tadeu, lembrando que os demais Parlamentares já se manifestaram com relação, na época, quando o ex-Governador Roberto Requião fechou o curso, fechou justamente porque disse que quando abrisse o curso tinha que ter toda uma estrutura, porque estávamos falando de um curso de Medicina e, na época, foi muito criticado, duramente criticado, mas o curso voltou e estava funcionando bem e, agora, nos deixa essa preocupação grande sobre a forma como está agindo o Governador Carlos Alberto Richa, até mesmo no momento em que o país destina mais recurso, tem preocupação em criar mais vagas para o curso de Medicina, o Estado do Paraná suspende o curso. Então, fica a preocupação a todos os paranaenses sobre qual é a preocupação do Governador Beto Richa com a saúde do povo paranaense.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputada Luciana! Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrar que estamos torcendo para que o Estado contrate esses professores. Agora, não basta discurso, não basta ir àquela tribuna e dizer que a Oposição está fazendo papel de ave de mau agouro. Não somos nós. Não somos nós, Deputada Marla, que estamos emitindo a Ordem de Serviço 82/2013. Não foi a Oposição que emitiu a Ordem de Serviço 82/2013. Não é a Oposição que tem uma nota oficial com: *A UEPG suspende as aulas do curso de Medicina do quinto período*. São pessoas da mais alta responsabilidade, o Reitor da Universidade de Ponta Grossa e a Sra. Graciete Tozetto Góes, que é Pró-Reitora de Graduação, que fizeram essa nota. Então, não adianta fazer um discurso tentando imputar ao mensageiro a notícia ruim, porque a notícia ruim existe. Agora, não dá para imputar à Oposição, e já vi isso algumas vezes, Deputado Gilberto, quando trazemos aqui a preocupação e levantamos a preocupação, é comum que o Líder do Governo suba à tribuna para dizer que estamos tentando fazer com que as coisas ruins aconteçam. Elas já aconteceram. O que estamos fazendo é alertar que as coisas ruins que o Governador Carlos Alberto fez, podem ficar muito piores, e por isso mesmo me parece que ainda há tempo, ainda há tempo... (É retirado o som).

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. ...Ainda há tempo de não prejudicar dezenas ou centenas de jovens que acreditaram e acreditam no governo do Estado, não no Governador A, B, ou C, mas no Estado do Paraná, que se dispôs a fazer um curso de Medicina e fazer a graduação do primeiro ao último ano. O PSDB, que tem batido tanto na história dos médicos cubanos, está vendo que algumas vezes, não se consegue formar nem médicos em Ponta Grossa, que dirá suprir a deficiência que temos no Brasil! Por isso, Srs. Deputados, espero que tenhamos a solução. Se não tivermos, voltaremos a essa tribuna e vamos cobrar do Governador Carlos Alberto Richa, porque é dele a responsabilidade, é dele a opção de não contratar professores e, ao mesmo tempo, fazer uma Secretaria Especial para nomear o seu amigo, o Sr. Ezequias, como Secretário Especial do Cerimonial. Para a Secretaria Especial do Cerimonial tem dinheiro, tem recurso; para contratar 42 professores, para concluir o curso de Medicina, não há recursos. É uma opção trágica, se não fosse cômica. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Próximo orador inscrito, Deputado Péricles. V. Exa. tem horário no Pequeno Expediente, por cinco minutos. Quero registrar a presença e agradecer, ao mesmo tempo, o Deputado Federal Alfredo Kaefer. Seja bem-vindo sempre, Deputado Alfredo Kaefer. Deputado Péricles, V. Exa. tem a palavra.

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO (PT): Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo à tribuna para falar de dois assuntos. O primeiro deles já foi muito bem esclarecido pelo Deputado Tadeu Veneri, que diz respeito ao atraso da contratação de 42 professores do curso de Medicina, da nossa UEPG. No momento, no País, na sociedade brasileira a questão da saúde vem com muita visibilidade e com muita cobrança da comunidade. Inclusive, o governo federal faz um esforço enorme para, a partir de agora, formar mais professores, mais médicos no Brasil, em faculdades públicas e particulares, mais cursos de Residência e também a contratação de médicos do exterior para suprir as necessidades mais prementes. É lastimável que o governo do Paraná, a Secretaria da Ciência e Tecnologia atrase na contratação de 42 profissionais do curso de Medicina da UEPG, fazendo que o calendário escolar seja alterado. Fica o meu protesto, como bem disse o Deputado Tadeu Veneri. Estamos apresentando um requerimento cobrando urgência e celeridade na contratação, ao Governador Beto Richa e ao Secretário da Ciência e Tecnologia, Professor Alípio. O segundo assunto, Sr. Presidente, diz respeito ao pedágio. Queria, inicialmente, cumprimentar a Mesa e parabenizá-la pela decisão de validar a assinatura do Deputado Cheida, hoje na condição de Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná, para que a CPI aconteça. No dia 8 de julho saiu uma matéria na Gazeta do Povo: *Relatório diz que concessionárias deveriam baixar tarifa do pedágio. Segundo o relatório do Tribunal de Contas do Paraná, investimentos feitos pela Ecocataratas e pela Viapar foram menores do que havia sido estipulado em contratos de 3 de julho de 2013*. O Tribunal de Contas do Paraná analisou dois contratos, apenas dois lotes, e vai continuar analisando os demais. E é muito importante isso, porque tudo o que diz o Tribunal de Contas vem confirmar aquilo que o Deputado Cleiton trouxe, no discurso que fez, nos dados que trouxe para toda a sociedade paranaense. No relatório do Deputado Cleiton, são R$20,5 bilhões de arrecadação das concessionárias, R$20,5 bilhões de arrecadação, investimento de menos de R$3 bilhões. Então, os números do Tribunal vão chegar próximos aos números do Deputado Cleiton. Isso dá mais confiança a todos nós e mostra a decisão acertada desta Casa, em instalar a CPI do Pedágio. Continuando a matéria, Srs. Deputados: (Lê) *As concessionárias Econorte, Caminhos do Paraná, Ecovia e Rodonorte também serão avaliadas nos próximos meses. O relatório final sobre as concessionárias de pedágio do Estado deve ser divulgado no final do ano. Viapar: a Viapar teria investido em obras menos da metade do que foi estipulado em contrato. De 1998 a 2012 a empresa investiu R$650 milhões, valor bem abaixo do R$1,5 bilhão previsto no contrato. Ela teria deixado de duplicar 35 quilômetros de rodovia. As opções propostas pelos auditores são aumentar o valor dos investimentos e reduzir as tarifas nas seis praças de pedágio mantidas pela Viapar, entre as cidades de Londrina, Maringá, Nova Londrina, Cascavel e Campo Mourão*. A reportagem cita o exemplo da praça de pedágio de Floresta, que deveria baixar o valor da tarifa de R$9,20 para R$7,50. *Ecocataratas: a Ecocataratas também investiu menos do que deveria. Foram R$406 milhões, enquanto o contrato previa investimentos de R$613 milhões entre 1998 e 2010. Não foram duplicados 141 quilômetros de rodovia de responsabilidade da concessionária. Além de investir mais, os auditores sugerem que as cinco praças de pedágio mantidas pela Ecocataratas também baixem as tarifas. As praças ficam entre os Municípios de Foz do Iguaçu, Medianeira e Guarapuava. Entre as duas últimas cidades, por exemplo, o preço do pedágio deveria passar de R$10,80 para R$8,40*. Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que fique claro que o Tribunal de Contas, me parece... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Deputado Péricles, V. Exa. está inscrito no horário do seu partido, portanto tem mais 10 minutos.

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO (PT): Que fique claro que o Tribunal de Contas, com toda certeza, nessa auditoria que fez, não questionou valores. Deputado, se houve superfaturamento ou não. Acho que não houve tempo para o Tribunal analisar as planilhas da empresa e verificar se esses investimentos realmente custaram isso. Talvez não tenha acontecido isso. Então, ele analisou apenas os dados da própria concessionária, e a partir desses dados chegou à conclusão que ela não investiu o que tinha que investir, que a tarifa deve baixar e que obras devem ser feitas, as que não foram. Então, vejam a importância dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, momento de extraordinária importância para o Brasil. Falei várias vezes sobre isso, quando temos esse parecer do Tribunal de Contas que está sendo feito, o parecer do Tribunal de Contas da União, duas auditorias contratadas pelo próprio governo do Estado, uma auditoria pelo DER e outra auditoria pela Agência Reguladora dos Transportes no Paraná. Temos todos os dados necessários para fazer uma CPI e levar a bom termo. Temos também a comparação com o pedágio do governo federal, que foi executado, e com os novos pedágios que vão acontecer e que o Ministro Guido Mantega inclusive percorreu vários países do mundo divulgando, quer atrair o capital para investir nessa Parceria Público Privada, os novos pedágios que vão acontecer...

Deputado Elton Welter (PT): Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO (PT): Na sequência, Deputado Elton. A taxa de retorno. É um momento de extraordinária importância. Agora, tem que ficar clara uma coisa - essa é a minha posição, a posição do Partido dos Trabalhadores: essa CPI tem que ser escancarada, tem que ser uma CPI que conte com a participação da sociedade paranaense organizada, sociedade civil; essa é a proposta. Participando da CPI, vou defender com muita força esta proposta. Temos que chamar a Federação das Indústrias do Paraná para acompanhar a CPI, o CREA, o Sindicado dos Engenheiros, a Fecomércio, as Cooperativas, as Associações de Caminhoneiros, usuários, Associação das Transportadoras, e fazer uma CPI completamente transparente. Precisamos contratar, com apoio inclusive dessas instituições, assessorias da mais alta competência técnica para analisar todos os contratos desde o início, coletar os dados disponíveis. Tenho vários dados do começo do pedágio, a chamada Proposta Comercial das Concessionárias. Temos uma análise rigorosa. O Deputado Cleiton e outros Deputados consolidaram vários dados, fizeram denúncias, fizemos denúncias na Procuradoria Geral, Procuradoria de Justiça. Então, é um momento de extraordinária importância para que possamos,

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 29

com a participação popular ampla - podemos convidar, inclusive, representantes do Movimento Passe Livre, das entidades que saíram às ruas, que levaram milhões de brasileiros às ruas, aqui em Curitiba 10, 20 mil pessoas. Chamar atenção para todo esse movimento nacional com relação ao pedágio e chegarmos a uma conquista para o Paraná e para o Brasil. Essa CPI, levada a bom termo, pode servir de exemplo para outras Assembleias Legislativas. Deputado Elton, por favor.

Deputado Elton Welter (PT): Deputado Péricles, quero cumprimentá-lo. V. Exa. é um dos nomes que vai nos representar nessa CPI do Pedágio, V. Exa. é engenheiro e profundo conhecedor desse tema, já participou de uma CEI, na época não tinha poder investigativo, CEI tem outro caráter. Mas, tenho certeza de que aquilo que já foi dito, e o governo, de certa forma, perdeu o prazo, Deputado Péricles, teve um acordão publicado pelo Tribunal de Contas da União, recomendando realinhamento tarifário em função do momento, em função do requerimento feito pela então Senadora Gleisi Hoffmann, que foi aprovado pelo Senado Federal, no dia 18.05.2011. Esse acordão, que determinou prazo de 360 dias para o Estado fazer esse realinhamento tarifário, em função de que aumentou o número de veículos, que o risco da época dos contratos era muito maior. Esse prazo já se expirou há mais... Já passaram 360 dias, já passaram mais de quatro meses, já venceu, e o Estado não presta conta para a sociedade. Esse acordão, essa cobrança que foi determinada pelo Tribunal de Contas da União, não se deu atenção para isso. O Estado não se pronunciou, não houve o realinhamento tarifário, não se fala. Se é feito algum pedido de informação, aqui nesta Casa, é negado. Então, quero reconhecer que essa CPI que foi instalada, que foi sugerida hoje pelo Presidente, acredito que foram as vozes da rua que sensibilizaram. Critiquei na época, no dia não estávamos presentes no plenário, em função... Logo depois das eleições, senão teríamos subscrito a CPI que foi encabeçada pelo Nelson Luersen. E, agora, com essa decisão de ser instalada a CPI, acredito que as investigações vão acontecer e V. Exa. vai, certamente, se debruçar sobre isso. Precisa, de fato, do envolvimento da comunidade, precisa ter a participação com excelentes quadros técnicos, para que consigamos, com dados comparativos, ter pedágios módicos e com investimentos.

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO (PT): Obrigado, Deputado Elton. É, normalmente, de extraordinária riqueza para a instituição de um instrumento como a CPI da Assembleia sobre o pedágio. Mesmo porque os caminhoneiros, todo o Paraná, estão se mobilizando em todo o Brasil, questionando o pedágio. Estive reunido com a Associação dos Transportadores de Ponta Grossa, a Associação dos Caminhoneiros, amanhã teremos a assembleia, várias lideranças das transportadoras do Paraná acompanhando a Sessão. O momento é de extraordinária importância para realizarmos uma CPI, Deputado Elton, temos condições também de procurar, não só a Procuradoria da Justiça do Paraná, para acompanhar a CPI, mas também os Procuradores da República. Tive uma audiência com o Procurador Osvaldo Sower, de Ponta Grossa, já citei esse fato aqui, o Procurador chegou a me dizer: - "Olha, às vezes tenho vontade de pegar, fazer um panfleto e eu, pessoalmente, distribuir nas praças de pedágio, tão absurdo o processo de pedágio no Paraná." O Procurador entrou com um inquérito de investigação sobre a duplicação da rodovia, da BR que vai de Piraí do Sul a Jaguariaíva. O Governador trocou a duplicação da rodovia Piraí/Jaguariaíva pela antecipação do contorno de Campo Largo. É uma coisa que é um verdadeiro absurdo, uma excrescência. O Procurador entrou com uma ação contra isso, porque o contorno de Campo Largo tem uma extensão de um pouco mais de 11 quilômetros; a rodovia Piraí/Jaguariaíva são mais de 40 quilômetros, Deputado Elton. O pior, as duas estavam previstas no contrato para terem sido terminadas este ano. Então, são absurdos dessa natureza que acontecem nas rodovias pedagiadas do Paraná. Eu repito: essa CPI pode ser um exemplo para todo o Brasil, trabalhar de forma correta, séria - Deputado Nelson, sei que a sua intenção é essa, do Deputado Cleiton, vários Deputados que assinaram a CPI - trabalharmos juntos, para a sociedade paranaense organizada, com assessoria técnica gabaritada, temos condições de fazer um excepcional trabalho, dando exemplo para todo o país. Não queremos prejudicar contratos, nem gerar instabilidade no momento em que a sociedade brasileira precisa de capital, de parcerias para desenvolver a infraestrutura. Ninguém quer isso; queremos apenas justiça. Um contrato justo, que as empresas tenham um lucro justo, a taxa de retorno justa, mas que cumpram suas obrigações de fazer as obras necessárias, diminuir o número de mortes, melhorar a infraestrutura paranaense, diminuir o Custo Brasil e o Custo Paraná. Por isso estou muito entusiasmado com essa possibilidade de instalarmos a CPI. Espero, com a máxima urgência, que essa CPI seja instalada, os Deputados e representantes dos partidos diversos que compõem esta Casa escolham os seus representantes para compor a CPI e tenhamos o Presidente, o Relator, e o mais depressa possível possamos trabalhar de forma aberta, transparente, vinculados com o movimento social organizado em nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Muito obrigado, Deputado Péricles. Agora, convido o Deputado Adelino Ribeiro. V. Exa. tem cinco minutos.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Deputado Douglas Fabrício, queria fazer um cumprimento a todos os Deputados, cumprimentar o Deputado Federal Alfredo Kaefer, da cidade de Cascavel, cumprimento os Deputados que permaneceram firmes com o propósito de fazer sua função de fiscalizar o dinheiro do cidadão paranaense aplicado, que foram os 18 Deputados que permaneceram com a assinatura da CPI do Pedágio. Não fazendo crítica a nenhum daqueles que não assinaram e daqueles que retiraram a assinatura; estávamos certos, que era fazer nossa função. Acho que o cidadão paranaense, que paga um dos pedágios mais caros do Brasil, não teria desta Casa outra atitude que não fosse a de ter a função de legislar. Fiscalizar e legislar. O Tribunal de Contas, como colocou o Deputado Péricles, fez um levantamento somente em duas dessas empresas. É um absurdo o que eles não cumpriram. É isto o que nós, da CPI, que assinamos a criação da CPI, gostaríamos de ter visto. Achar a caixa preta dessas empresas, onde estão os investimentos não feitos no Estado do Paraná. Não tenho dúvidas, Deputado Scanavaca, que esta Casa... E aqui discordo daqueles que falam que essa CPI não vai dar em nada, porque a outra não deu em nada, discordo, porque esta CPI, se criada, como colocou nosso Presidente, vai dar respaldo ao cidadão paranaense. Há bons Parlamentares, pessoas comprometidas com esta Casa, comprometidas com o cidadão paranaense. Acho que quando se fala na criação de uma CPI, já se faz o julgamento dela, que não vai dar em nada, é tirar o respeito desta Casa, como vimos há dias atrás, aqui. Hoje, o Deputado Rossoni teve uma atitude louvável. Foi o que pedi a ele naquele dia, em minha fala. Eu esperava que o Deputado Rossoni não retirasse sua assinatura da CPI do Pedágio, como retiraram mais seis companheiros, e hoje, numa atitude de grandeza, recolocou a CPI, dando validade a ela. Eu, como cidadão paranaense, não tenho dúvida nenhuma de que este 1 bilhão de melhorias que essas duas empresas deixaram de investir, daria, Deputado Péricles, só para construir a duplicação de Foz do Iguaçu a Curitiba. Só nessa via daria para duplicar todas essas estradas. Mas, infelizmente, se foi. O que colocamos, desde o primeiro dia que aqui cheguei, e falei que não voltaria mais a este assunto, dias atrás começaram de novo a catar assinaturas dos Parlamentares para ser instalada a CPI, de novo. Seria a terceira assinatura que este Parlamentar iria colocar num papel, para dar o direito de o cidadão ter a CPI implantada nesta Casa de Leis. Três assinaturas! Na primeira, 29 pessoas assinaram. Vinte e nove! Ficaram 24. Das 24, sete Parlamentares retiraram. Que pena! Pena dos Deputados que tiraram, porque agora, na hora da criação da CPI, as pessoas que retiraram têm algum motivo para terem retirado. Ninguém assina um documento na consciência de um Parlamentar que recebeu 30 mil, 40 mil votos, ninguém tira a assinatura de um documento, não sabendo o que está fazendo. Sabe o que está fazendo! Não vi a pressão sendo feita, desde o primeiro dia que cheguei aqui, para ser criada a CPI do Pedágio. Vi a pressão que foi feita. Espero que esta pressão se volte agora para ajudar aos Parlamentares que vão estar na missão de fazer uma boa CPI. Estou presidindo uma CPI agora. Gostaria muito de participar da CPI do Pedágio. Gostaria muito. Se me der a oportunidade, o meu Bloco, de participar, quero participar. Quero dar aos meus 30 mil e 500 eleitores a oportunidade de investigar, fazer a função primordial que é do Parlamentar. As ruas, Deputado Péricles, estão cheias de jovens, e esses jovens que estão nas ruas, hoje, a grande maioria nasceu com a democracia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Para V. Exa. concluir.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Vou usar o tempo do meu Bloco.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Qual é o Bloco de V. Exa.?

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): PSL/PPS/PTB/PV.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): V. Exa., então, usa o horário do seu Bloco. Portanto, mais 10 minutos.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): As ruas, que estão sendo tomadas pelos jovens de hoje, é o sentimento que essa juventude tem de fazer a função que, infelizmente, em muitos Parlamentos não se faz, que é de fazer a fiscalização do dinheiro bem aplicado, do seu dinheiro, que paga os impostos. O Brasil é um dos países que mais arrecada em tributos, é um dos países que mais arrecada. Se deu pressa no governo federal com a pressão que as ruas estão fazendo, certamente a pressão que fizeram aqui nesta Casa, e mostro aqui, o Tribunal de Contas teve um papel fundamental, está aqui, 141 quilômetros daria para duplicar, 141 quilômetros daria para duplicar, só com o dinheiro que deixaram de investir, só de lucro que deixou de investir em uma concessionária só. Então, Srs. Parlamentares, espero que esta Casa, como colocou o Deputado Rossoni, no dia em que pegamos as assinaturas, Deputado Nelson Luersen, muitos Deputados falaram o seguinte: - "Se vier assinatura de A eu assino, se é de B não assino". De agora para frente acabou o A e o B, é um pensamento só. Cinquenta e quatro pessoas preocupadas em fiscalizar, que é a nossa função. Tive o prazer de ler as matérias do dia de hoje e olha só, na BR-277, a quantidade de acidentes que teve nesse período de 14 anos, onde se tem a via de mão única. Um pedágio de R$13, R$12, R$10, para uma via em que o cara não investiu nada! A empresa só pegou o asfalto pronto, colocou a guarita, colocou uma empresa para fazer limpeza nas beiradas da estrada e, com péssima qualidade, colocou uma ambulância para recolher as pessoas mortas nesse tapete negro do Estado do Paraná. Só colocou ambulância, porque nem médico tem! De Maringá a Cascavel é uma ambulância com um médico só! Se um cidadão se acidentar, tem que ser socorrido pelo SIATE dos Municípios mais próximos, e isso é função dessas empresas. É isso que este Parlamentar sempre falou, desde o primeiro dia em que cheguei aqui nesta Casa, e gostaria muito de ver essa CPI implantada, para buscar os investimentos que esta Casa tem o poder de fazer. O Governador Beto Richa, se for contra a implantação da CPI, neste momento ele está falando assim: - "Que bom, vamos ajudar o governo também." O governo está fazendo a sua parte, já fez as empresas virem para o limpo e duplicarem algumas partes. Certamente esta Casa aqui vai trazer esse investimento que precisa ser feito nessas rodovias. Desde o início em que cheguei aqui, já assinei duas, a terceira assinatura minha foi para o papel para ter este dia que está acontecendo aqui. Para mim está sendo um dos melhores dias! Usei em campanha isso. Achei um absurdo quando visitei os Municípios e vi as pessoas falando: - "Candidato a Deputado, Adelino, é um absurdo o que se paga de pedágio!" Muitos caminhoneiros estiveram, Deputado Alfredo, na época, empenhados nas nossas campanhas, e era o mínimo que esperavam deste Parlamentar, no dia de hoje: ter a sua assinatura mantida, como tive a oportunidade. Sei que deste Parlamento sou uma das pessoas mais simples, uma das pessoas mais humildes, a minha trajetória de vida na vida pública sempre foi prezada pela simplicidade. Não tenho vergonha de falar de onde vim, mas firmeza para defender as minhas ideias, isso não falta. Sempre tive isso.

Deputado Nelson Luersen (PDT): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Já concedo um aparte. Sempre tive isso na minha vida e espero, se tiver a oportunidade de participar, junto com mais Parlamentares, termos a oportunidade de ver essas empresas virem a público e colocar os investimentos que têm que ser colocados no Estado do Paraná. É um absurdo o que se cobra, e ninguém fala nada, ninguém cobra nada, toda vez que você fala do pedágio aqui, não pode, não pode falar, porque a outra já deu em nada. Gente, é chamar 54 Parlamentares - aí tem que voltar para casa mesmo, se está aqui para fazer a sua função e não faz, aí tem que pegar o boné e voltar. O cidadão que foi às ruas já mostrou o tom da eleição do ano que vem. A pressão vem, hoje eu já vi a juventude de novo aqui no plenarinho, sobre o assunto do Tribunal de Contas. E tem que pressionar mesmo. Fizeram-me uma pergunta esses dias: - "O que você acha da manifestação nas ruas, Adelino?" Falei: - "Tarde, mas positiva". Acho que quando não se faz o papel dos homens públicos, não se faz, a sociedade faz a sua parte, e fez. O PT, que governa hoje - não faço crítica a partido A ou B, porque há dez anos atrás era o PSDB e era a mesma coisa - se o PT está no poder e a pressão vem no PT, tem dinheiro para investir na saúde, por que não pode investir na saúde? Dois bilhões para fazer cinco estádios, para ficar quatro jogos, para jogar a Nigéria, jogar Honduras, ficar lá um elefante branco, R$2 bilhões em cinco estádios, é um absurdo! Então, quando não se faz a lição de casa, a pressão vem das ruas - e veio bonito - e no ano que vem, Srs. Deputados, vocês vão ver muita pressão vinda das ruas em cima das candidaturas. Por isso que a minha função nesta Casa é tentar, de todas as formas, defender o cidadão que realmente precisa de voz forte, que venha da base como eu vim, pessoa sofrida, que sabe o que o trabalhador passa no dia a dia. Não tenho dúvida, Deputado Luersen, que o Deputado Kielse, todos aqueles que pregaram aqui que Cascavel, dos 18 nomes, quatro Parlamentares são de Cascavel, quatro, nenhum retirou a assinatura, quatro, 30% das assinaturas da CPI do Pedágio é da cidade de Cascavel - houve os outros três Deputados que não tiraram as suas assinaturas - 30% dessa CPI foi criada pela cidade de Cascavel. É sinal de que quem passa nessas rodovias só recolhendo as pessoas mortas, quer ver, no dia de amanhã, os investimentos sendo feitos nessas rodovias. O aparte.

Deputado Nelson Luersen (PDT): Deputado Adelino, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, e dizer que ficamos felizes com a implantação da CPI do Pedágio, e dizer que o nosso requerimento foi feito antes da pressão das ruas, então, isso demonstra que já estávamos insatisfeitos mesmo antes das manifestações. Esse requerimento foi feito em outubro do ano passado, e agora, dia 11 de junho, foi anunciado o seu arquivamento devido à retirada de assinatura de sete Parlamentares.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 30

Mas, graças ao Regimento Interno, graças ao nosso Presidente, que acatou a nossa "*questão de ordem*" e desconsiderou a retirada da assinatura do Deputado Luiz Eduardo Cheida, temos hoje a possibilidade de ver a realidade sobre o pedágio no Paraná. Não estamos querendo dizer que vamos baixar o pedágio da noite para o dia, mas vamos mostrar a realidade para o povo do Paraná, vamos mostrar o que o Tribunal de Contas já mostrou há poucos dias, quando disse que, em média, teriam que baixar, hoje, o preço do pedágio no Estado, em, no mínimo, 20%. Isso já é um bom indício, já é um bom começo, e vejo que Cascavel, os quatro Deputados se mantiveram firmes na assinatura da CPI do Pedágio, e nem poderia ser diferente, eles estão numa região produtiva, uma região agrícola, um entroncamento rodoviário, e sabem do absurdo que é o transporte de grãos que sai do oeste do Paraná até o porto de Paranaguá. Para o senhor ter uma ideia, um caminhão, nove eixos, que sair de Foz do Iguaçu a Paranaguá e fizer duas viagens por semana, vai pagar R$2 mil e 800 por semana de pedágio; em um mês dá R$11 mil e 200, em um ano dá R$134 mil, em oito anos dá R$1 milhão e 70 mil de pedágio que esse caminhão vai pagar. Então, realmente é um absurdo; acho que precisamos trabalhar essa realidade, ver os contratos, ver o processo licitatório quando foi implantado o pedágio, as alterações desses contratos. Sei que em 2003 foi feita uma CPI nesta Casa, mas vivemos um novo momento, aumentou o número de automóveis, e isso tudo tem que ser revisto. Então, acredito que vamos ter, sim, a oportunidade, nove Deputados vão fazer parte da CPI, que são nove membros, e trabalhar essa questão, trabalhar junto com a população, como V. Exa. disse, com a sociedade organizada, com as entidades, para que possamos ver a possibilidade de rever esses contratos de pedágio do Paraná. Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Também espero, como o Tribunal de Contas colocou, que poderia baixar 20%. Espero que no dia de amanhã já esteja na praça de pedágio, 20%. Já está comprovado que é uma realidade. É isso que queremos com a criação da CPI. É fazer isso. É fazer com que as empresas venham a limpo e coloquem os investimentos necessários e reduzam o preço do pedágio. É o mínimo que nós, como paranaenses, esperamos. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Obrigado, Deputado Adelino Ribeiro. Convido o Deputado Ademar Traiano, Líder do Governo, para fazer uso do Pequeno Expediente. Último orador inscrito no Pequeno Expediente. V. Exa. tem cinco minutos, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vou fazer a minha fala dividida em duas fases. Primeiro, para dizer ao Deputado Tadeu Veneri, a Deputada Luciana Rafagnin, que trouxeram a preocupação com relação ao curso de Medicina de Ponta Grossa e ao curso de Medicina de Francisco Beltrão, é importante que se diga que quando o governo Requião posicionou-se pela não implantação do curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa, estávamos aqui, poucos Parlamentares, defendendo o curso de Medicina de Ponta Grossa, enquanto alguns que hoje contestam não se posicionaram, na época. Portanto, as dificuldades que encontramos são públicas e notórias, todo mundo sabe a questão do limite prudencial. Mas acabei de conversar com o Secretário Chefe da Casa Civil, falei com o Governador e a orientação e a informação que me deram é que todos os procedimentos necessários de análise técnica do processo de contratação já findaram, o Governador disse que não deixará o curso de Medicina sem professores e os alunos terão aulas no mês de agosto. Serão chamados, sim, os professores, imediatamente, que passaram em concurso, para que o curso de Medicina de Ponta Grossa e seus alunos não sofram solução de continuidade. Da mesma forma, Deputada Luciana, estivemos em Francisco Beltrão, nesse final de semana, com o Secretário Alípio, ele foi muito claro e o próprio Reitor da Unioeste... Houve um concurso, sim, para o curso de Medicina de Francisco Beltrão e há um número de vagas remanescentes que não estão sendo chamados em outros concursos. Portanto, aproveitando-se esse número de vagas remanescentes, serão chamados os professores do curso de Medicina, e os demais, que não há necessidade neste momento, serão chamados posteriormente, para resolver o problema do curso de Medicina de Francisco Beltrão. Então, quero crer que a resposta está dada, e acabei de receber a informação que os alunos do curso de Medicina de Ponta Grossa não terão prejuízos, e os professores serão imediatamente chamados. Quero também, Srs. Deputados, falar sobre as medidas que o governo está anunciando no dia de hoje, de redução de custos da máquina administrativa, de uma redução de gastos que serão implementadas agora, neste primeiro momento, e numa segunda etapa, provavelmente no mês de setembro, serão anunciadas outras medidas mais fortes, porque tem uma equipe, hoje, que está fazendo a análise de toda conjuntura do governo, para que, em setembro, possamos ter outro anúncio de contenção de gastos. O governo pretende economizar, até o final deste ano, R$200 milhões em despesa de custeio; R$6 milhões o governo deve economizar em energia elétrica, água, esgoto, telefonias fixa e móvel; R$8,3 milhões serão suprimidos em despesas com viagens, passagens e diárias; R$174 milhões serão economizados na gestão e aquisição de veículos, com cortes de carros de representação, o que significa dizer que somente terão carro de representação Secretários de Estado; os demais todos terão corte: diretores de autarquias, chefes de autarquias, enfim, todos os demais cargos terão os... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Deputado Traiano, V. Exa. está na Liderança do seu partido, o PSDB, portanto, V. Exa. tem mais dez minutos.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Falo no horário da Liderança do PSDB. Todos os demais cargos, então, não terão mais carros de representação. Haverá também uma redução de R$12 milhões em horas extras. O governo, definitivamente, corta o pagamento de horas extras a servidores do Estado do Paraná, e ainda está em andamento o projeto Movimenta Brasil Competitivo, que estimula uma economia de R$81 milhões ainda para este ano. Para o mês de agosto ou setembro, teremos uma reforma administrativa ampla, com algumas reduções da estrutura de governo, enxugamento da máquina, que deve ser anunciado em meados do mês de agosto e setembro, e que definitivamente propicia ao governo fazer uma reforma estrutural, visando exatamente ir ao encontro daquilo que a sociedade paranaense e as vozes das ruas, como são chamadas, estão cobrando dos governantes. Acho que, com isso, estamos dando um grande exemplo para os paranaenses. Também estou autorizado a dizer que o governo deve chamar, imediatamente, os aprovados no concurso de Defensoria Pública. Quero crer que ainda neste mês de agosto, no máximo, já estarão disponibilizados para prestarem os serviços à sociedade paranaense. Acho que com essas medidas podemos corresponder àquilo que todos os brasileiros e paranaenses esperam dos seus governantes. É perfeitamente compreensível irmos ao encontro desses movimentos sociais, que exigem, mas é bom e oportuno dizer também que o Governador Beto Richa, antecipadamente a isso, já anunciou medidas que vieram ao encontro de todos os paranaenses, tais como a redução da tarifa do transporte coletivo aqui de Curitiba, região metropolitana, e de outras grandes cidades do Paraná. É bom que se diga aos paranaenses que foi o único Governador que tomou medidas dessa natureza, com o objetivo de atender às famílias de baixa renda do nosso Estado. Então, Srs. Deputados, quero crer que, com isso, estamos contribuindo - e muito - com o momento que os paranaenses estão vivendo, e os brasileiros também estão exigindo dos seus governantes. Então, para definitivamente tranquilizarmos, principalmente a nossa gente de Ponta Grossa, dou a segurança de que os professores serão chamados e que o curso de Medicina não terá nenhum prejuízo, com certeza, e os alunos do quinto ano voltarão a ter as suas aulas. Com relação a Francisco Beltrão, reuni-me com o Diretório Acadêmico lá de Francisco Beltrão, há alguns dias, e já ajustamos esse entendimento, eles já têm pleno conhecimento de que os professores também serão chamados, para que possamos dar a segurança absoluta para a continuidade do curso de Medicina em Francisco Beltrão. Os recursos para as obras, os investimentos dos compromissos assumidos pelo governo estão em franco andamento, as obras estão em andamento. Não faltarão recursos para que tenhamos um curso de Medicina à altura dos demais de todo o Estado do Paraná. Eram as informações que tinha a dar, Srs. Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - MD): Obrigado, Deputado Traiano. Horário do PDT. Horários do PRB e PSC. Liderança da Oposição. Confirmo se o Deputado Ademar Traiano vai fazer uso da Liderança do Governo. Então, convido o Deputado Tadeu Veneri para fazer uso da palavra, no horário da Liderança da Oposição. Aguardo a informação do Deputado Traiano. Peço o som para o orador da Oposição. Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. tem 10 minutos.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: (Manifestação sem revisão do orador.) Usou da palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi o Deputado Ademar Traiano e, ao mesmo tempo em que fico surpreso, obviamente é aquilo que falamos, e espero, Deputado Ademar Traiano, que realmente o governo consiga fazer a contratação dos 42 professores que faltam - e falava isso com o Deputado Caito Quintana - para o curso de Medicina, Agora, Srs. Deputados, é surpreendente, Deputado Nereu, que o governo deixe para emitir uma nota, que vai contratar os professores para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, depois que o Pró-Reitor suspende o curso de Medicina. É necessário que o Pró-Reitor suspenda o curso de Medicina, diga que não poderá fazer o semestre, porque não há professores, para o Governador Carlos Alberto - ainda que de forma não oficial, mas absolutamente não coloco nenhuma dúvida, do pronunciamento feito aqui pelo Deputado Ademar Traiano, que acabou de conversar, conforme disse para todos nós aqui, com o Governador Carlos Alberto Richa - mas é preciso que o Pró-Reitor suspenda o curso para que depois venha uma nota dizendo que vão ser contratados os professores. Acho que é possível, Deputado Ademar Traiano, que esses professores sejam contratados - acredito que o tempo é muito curto - mas, obviamente que ser for possível, melhor ainda. Se, ao invés de começar em agosto, começar em setembro, sabemos que o calendário pode ser adequado. Aliás, a nota da Pró-Reitoria inclusive diz isso, que o calendário será adequado. Mas surpreende-me que haja a necessidade de uma manifestação tão radical, do ponto de vista da decisão do Reitor, e que obviamente não depende de V. Exa., Deputado Ademar Traiano, depende do Governador, mas de ter de suspender o curso, porque não há professores, para depois sabermos que serão contratados professores. Aí me pergunto - que essas coisas estão sendo, infelizmente, quase que repetitivas - afinal, o Estado tem rumo, ou não tem rumo? A impressão que dá, Professor Lemos, é que não há rumo para o Estado, não há, definitivamente. Suspende o curso de Medicina, porque não tem professor. Aí, o Governador liga dizendo: - "Vou contratar professor." Quer dizer, vão tapar o buraco. Suspendemos a CPI do Pedágio. Por uma pressão feita, inclusive pelo Deputado Luersen, volta a CPI do Pedágio. O porto de Paranaguá, tínhamos o entendimento que a Rodrimar, uma empresa de Santos, e a APPA, que tinham pelo menos algumas documentações, indicam uma negociação, ou a perspectiva de uma negociação encaminhada, e hoje o Deputado Ademar Traiano deve nos trazer a resposta a respeito disso. A nota da APPA, hoje, coloca uma resposta àquilo que questionamos na quarta-feira, dizendo que está totalmente fora de cogitação qualquer negociação entre a Rodrimar e a APPA. Que bom! Até porque esperamos, Deputado Alceu, que seja feita, de fato, uma nova licitação, se for possível, que o berço 211 venha a ser da forma como era originariamente proposto, venha a ser utilizado. Chama-me a atenção também, Srs. Deputados, a Mensagem nº 67/2013 de hoje, dia 8 de julho de 2013. Está aqui, inclusive pedindo regime de urgência para o Deputado Ademar Traiano, que propõe o parcelamento das dívidas que têm de recolhimento o Estado para com a Paranaprevidência, para que seja feito em 60 meses. Aí cabe uma pergunta: no ano passado, ou há poucos meses, votamos um novo regime para a Paranaprevidência, lembram disso? Nós, Deputado Scanavaca, questionamos, inclusive, não só o Fundo Militar, por entender que é um fundo de repartição simples e que, com isso, teria alguma dificuldade, mas enfim, não somos nós que estamos mais abalizados para falar, mas questionamos a forma como está sendo feita, Deputado Caito Quintana, a nova Lei da Previdência, da Paranaprevidência. Agora vem a mensagem dizendo que o Governador encaminha um anteprojeto de lei solicitando à Assembleia que autorize o parcelamento dos débitos do Estado do Paraná para com o RPPS, Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela Paranaprevidência, observando o disposto nos arts. 5º e 5º-A da Portaria do Ministério de Previdência Social 402/2008, e segue: (Lê) *Os débitos oriundos das contribuições legalmente instituídas devidas pelo ente federativo e não repassados à unidade gestora até o seu vencimento em até 60 prestações...* Mas não tinha sido tudo resolvido? Não isso tudo... Deputado Praczyk, eu já não consigo entender exatamente. Há alguns meses tudo estava encaminhado, a Paranáprevidência não teria mais problemas. Agora, pede-se o parcelamento, e com um detalhe: esse parcelamento deve ser feito, e no Anteprojeto que leva o nº 275/2013, afirma, no art. 2º, § 1º, aliás, afirma no art. 2º e afirma no § 1º. (Lê) *...para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo IPCA acrescido de juros de 5,75 acumulados desde a data do vencimento até a data da assinatura do termo.* Aqui fica uma dúvida: a Paranaprevidência, por ser um regime próprio, não tem as suas obrigações, quando aplicadas, não tem que ter um rendimento? E fico com uma dúvida: aquilo que prevê a própria ex-Secretaria da Previdência Complementar, que não existe mais, mas que hoje continua sendo a Secretaria que gere os Fundos de Previdência Privado, não é necessário que tenha um rendimento mínimo de 6% mais a inflação? Vamos buscar esse entendimento. Espero, inclusive, que a nossa assessoria jurídica possa dirimir, Deputado Traiano, essa dúvida até o dia de amanhã, se de fato for votado em regime de urgência. Agora, estamos aqui, diante de um pedido de parcelamento em 60 vezes de um débito, Deputado Gilberto, que se dizia, há poucos meses, que estava solucionado. Estava solucionado. Quando viemos a essa tribuna e afirmamos que a Paranaprevidência não estava com as suas contas resolvidas, continuaria com problemas, o que foi dito? "Daqui para frente" - parece uma música de um cantor bastante conhecido – "tudo será diferente". Realmente, as coisas são diferentes, porque agora admite-se que há um atraso das parcelas e que se busca fazer a recomposição desse pagamento em 60 parcelas. Não há nada de errado nisso, Deputado Ademar Traiano, é bom que se diga. Não há nada de errado, até porque o governo tem que buscar recompor suas contas, porque todos sabemos que há, hoje, sim, uma redução de FPM, há uma redução

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 31

do Fundo de Participação dos Estados, há uma dificuldade na própria economia, embora a economia do Paraná esteja crescendo mais do que a economia nacional, mas há essa redução de atividade econômica, compreende-se. Mas o que me chama a atenção é que se pretende fazer o parcelamento justamente, poucos, poquíssimos meses depois de ter sido afirmado para este Plenário, Deputado Lupion, que estava tudo resolvido, que não haveria problema, que a Paranaprevidência estava navegando em mar limpo e estava voando em céu de brigadeiro! Parece que as coisas não são bem assim! Então, fico surpreso, Deputada Luciana, porque algumas afirmações que são feitas nos levam, às vezes, a duvidar delas. O porto de Paranaguá não está negociando. Estamos aqui, vimos a esta tribuna, levantamos um questionamento. Hoje, sai a nota dizendo que não há mais negociação. A Paranaprevidência não tem mais nenhum débito. Hoje veio um projeto de lei para parcelar em 60 vezes. O curso de Medicina está ok. Aí ficamos sabendo que o curso de Medicina não tem professores. Meia hora depois, o Governador afirma, segundo o seu Líder, que serão contratados os professores para o curso de Medicina. É assim as coisas andam. Então, é um governo Kinder Ovo: a cada dia uma surpresa, mas não dá para trabalhar desse jeito! Acho que é preciso um planejamento, e parece que o governo não tem planejamento nenhum, que atende conforme... Por espasmos, conforme a pressão o governo atende. Quando temos uma pressão, como essa que aconteceu... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço para V. Exa. concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Quando vemos uma pressão como essa que aconteceu recentemente nas ruas, não é de estranhar que o governo, pela centésima vez, venha mais uma vez afirmar que os defensores públicos finalmente serão contratados. Só resta saber como serão pagos, porque o orçamento do ano que vem, da Defensoria, não paga nem 50% daquilo que será necessário para compor a Defensoria Pública. Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não havendo mais oradores inscritos, está encerrado o horário do Expediente. Vamos zerar o painel para entrar na Ordem do Dia. Peço aos Srs. Deputados que registrem as suas presenças. Passamos à **Ordem do Dia**. Projetos e Indicações que necessitam de apoiamento. **Projetos de Lei:** (Com apoiamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Protocolo nº 5.922/2013** (autuado sob o nº 276/2013), do Deputado Professor Lemos, proibindo o desligamento do processo de seleção de gestantes candidatas em concursos públicos de provas ou de provas e títulos, em função da impossibilidade de participarem de exames de capacitação física em decorrência da gravidez, no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná; **Protocolo nº 5.932/2013** (autuado sob o nº 277/2013), da Deputada Cantora Mara Lima, instituindo o Dia do Cantor, a ser comemorado anualmente em 27 de setembro; **Protocolo nº 5.933/2013** (autuado sob o nº 278/2013), do Deputado Ney Leprevost, declarando de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Segurança, com sede e foro no Município de Curitiba; **Protocolo nº 5.944/2013** (autuado sob o nº 279/2013), do Deputado Gilberto Ribeiro, dispondo sobre a obrigatoriedade de divulgação dos valores originais e promocionais de produtos comercializados de forma direta ao consumidor; **Protocolo nº 5.945/2013** (autuado sob o nº 280/2013), do Deputado Gilberto Ribeiro, dispondo sobre a obrigatoriedade do uso de seringas com agulha retrátil em hospitais e prontos-socorros no Estado do Paraná; **Protocolo nº 5.956/2013** (autuado sob o nº 281/2013), do Deputado Tercílio Turini, instituindo no calendário de eventos do Estado do Paraná o Encontro de Carros e Motos Antigos, realizado anualmente no terceiro final de semana de maio, no Município de Jataizinho; **Protocolo nº 5.962/2013** (autuado sob o nº 282/2013), do Deputado Mauro Moraes, alterando a Lei nº 17.572, de 17.5.2013, acrescentando parágrafo ao inciso III, do art. 21, da Lei nº 1.943, de 23.6.1954; **Protocolo nº 5.971/2013** (autuado sob o nº 283/2013), do Deputado Gilberto Ribeiro, dispondo sobre a obrigatoriedade da disponibilização de banheiros químicos adaptados a portadores de necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida, em eventos no âmbito do Estado do Paraná; **Protocolo nº 5.972/2013** (autuado sob o nº 284/2013), do Deputado Gilberto Ribeiro, dispondo sobre a obrigatoriedade de adaptação de veículos em centros de formação de condutores e autoescolas ao aprendizado de pessoas com deficiência física; **Protocolo nº 5.973/2013** (autuado sob o nº 285/2013), do Deputado Gilberto Ribeiro, dispondo sobre o atendimento médico e as políticas de remoção em eventos com grande aglomeração de pessoas; **Protocolo nº 5.974/2013** (autuado sob o nº 286/2013), do Deputado Gilberto Ribeiro, dispondo sobre a obrigatoriedade das locadoras de veículos de disponibilizar automóveis adaptados à cidadãos portadores de deficiência física no âmbito do Estado do Paraná; **Protocolo nº 5.983/2013** (autuado sob o nº 287/2013), do Deputado Artagão Junior, declarando de utilidade pública a Apae, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo, mantenedora da Escola Despertar - Educação Infantil, Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial, com sede e foro no Município de Cantagalo.

Indicações: (Com apoiamento e encaminhadas à Diretoria Legislativa para registro e autuação.) **Protocolo nº 5.924/2013** (autuada sob o nº 1.879/2013), do Deputado Professor Lemos, sugerindo ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Estado da Cultura melhorias no acervo de livros da Biblioteca Rui Barbosa, do Colégio Estadual do Campo do Meio, no Município de Serranópolis do Iguaçu; **Protocolo nº 5.925/2013** (autuada sob o nº 1.880/2013), do Deputado Professor Lemos, sugerindo ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Estado da Cultura a liberação de um veículo utilitário (micro-ônibus) para ser adaptado como Biblioteca Móvel. Tal veículo tem como finalidade atender o projeto de leitura coordenado pela Escola Municipal Professora Maxmiriam Bárbara Gaspar Silva, no Município de Terra Roxa; **Protocolo nº 5.926/2013** (autuada sob o nº 1.881/2013), do Deputado Professor Lemos, sugerindo ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado do Esporte um veículo para atender à Secretaria de Esporte do Município de Capitão Leônidas Marques; **Protocolo nº 5.934/2013** (autuada sob o nº 1.882/2013), da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando ao Governador do Estado a liberação das máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem, DER, para auxílio na recuperação das estradas rurais da região sudoeste do Paraná; **Protocolo nº 5.946/2013** (autuada sob o nº 1.883/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística o recapeamento da Rodovia Ercides Rosseto, que conecta o Distrito de Yolanda ao Município de Ubiratã, extensão de 16 quilômetros; **Protocolo nº 5.947/2013** (autuada sob o nº 1.884/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a disponibilização de pedras poliédricas para o Município de Ubiratã, destinadas a empedrar as 20 ruas do perímetro urbano do Distrito de Yolanda; **Protocolo nº 5.948/2013** (autuada sob o nº 1.885/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação a viabilização de um veículo para o Município de Ubiratã, destinado ao transporte escolar de 20 alunos da zona rural que frequentam o Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bezerra; **Protocolo nº 5.949/2013** (autuada sob o nº 1.886/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação a construção de quatro salas de aula no Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bezerra, situado no Município de Ubiratã; **Protocolo nº 5.950/2013** (autuada sob o nº 1.887/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação a viabilização de dois micro-ônibus para atender os mais de 40 docentes e funcionários do Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bezerra; **Protocolo nº 5.951/2013** (autuada sob o nº 1.888/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a disponibilização de pedras poliédricas para o Município de Ubiratã, destinadas a readequar a Estrada Porto 1, que liga o Distrito de Yolanda à rodovia estadual conexa aos Municípios de Quarto Centenário e Nova Aurora; **Protocolo nº 5.952/2013** (autuada sob o nº 1.889/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e à Secretaria de Infraestrutura e Logística a viabilização de recursos para o Município de Ubiratã, destinados à recuperação e construção de novas pontes na zona rural; **Protocolo nº 5.953/2013** (autuada sob o nº 1.890/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e ao Diretor-Presidente da Cohapar a construção de 30 moradias populares no Município de Ubiratã; **Protocolo nº 5.954/2013** (autuada sob o nº 1.891/2013), da Deputada Marla Tureck, sugerindo ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação a viabilização de recursos para o transporte universitário no Estado do Paraná, por meio das Associações de Universitários, com a criação de um Programa Estadual, se necessário.

(Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.)

Consulto o Plenário se podemos fazer as votações das redações finais simbolicamente? **Aprovado** pelo Plenário. Vamos colocar em votação, simbolicamente, as redações finais.

(Após a verificação do quórum necessário, procedeu-se à votação simbólica das redações finais.) (Manifestações sem revisão dos oradores.) (Presidente sem voto.)

ITEM 01 - Redação Final do Projeto de Lei nº 127/2013, de autoria dos Deputados Gilson de Souza e Paranhos, instituindo a Semana Estadual Todos Contra a Pedofilia, incluindo-a no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná. Em votação. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**.

ITEM 02 - Redação Final do Projeto de Lei nº 159/2013, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de utilidade pública a Federação Paranaense de Sinuca, com sede e foro no Município de Curitiba. Em votação. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**.

ITEM 03 - Redação Final do Projeto de Lei nº 185/2013, de autoria do Deputado Nelson Luersen, declarando de utilidade pública a Associação dos Segurados Aposentados e Pensionistas do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município de Realeza. Em votação. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**.

(Em seguida, procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório anexo.)

ITEM 04 - 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 541/2012, de autoria do Deputado Artagão Junior, declarando de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de São Damião, com sede e foro no Município de Campina do Simão. Com parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno substitutivo geral da CCJ aprovado em 2ª discussão. Está em discussão o substitutivo. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Votaram "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44 Deputados).* ***Não votaram:*** *Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Enio Verri, Fábio Camargo, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (10 Deputados)*]. Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 541/2012.

ITEM 05 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 481/2012, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, regulamentando o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Queremos registrar, com muita honra, a presença do Deputado Osmar Serraglio e do Deputado Alfredo Kaefer. Sejam bem-vindos a nossa Casa. Encerrada a votação. [***Votaram "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44 Deputados).* ***Não votaram:*** *Bernardo Ribas Carli, Dulio Genari, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bührer, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (10 Deputados)*]. Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei nº 481/2012.

ITEM 06 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 3/2013, de autoria do Deputado Tercílio Turini, instituindo o Distrito de São Martinho, no Município de Rolândia, como a Capital Paranaense dos Embutidos. Com parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Vamos votar o substitutivo geral. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Votaram "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi*

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que validizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA 32 Pág. 4

*e Wilson Quinteiro (46 Deputados). **Não votaram:** Bernardo Ribas Carli, Enio Verri, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (8 Deputados)*]. Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 3/2013.

ITEM 07 - 2ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 11/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 64/2013, dispondo sobre o piso salarial dos professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná, em virtude do reajuste do piso nacional - Lei Federal nº 11.738/2008 e equiparação do salário de ingresso de professores ao dos agentes profissionais do Quadro do Poder Executivo. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação, Comissão de Finanças e Comissão de Orçamento. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Artagão Junior, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (47 Deputados). **Não voturam:** Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Enio Verri, Fábio Camargo, Plauto Miró, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (7 Deputados)*]. Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei Complementar nº 11/2013.

ITEM 08 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 76/2013, de autoria do Deputado Gilberto Martin, criando uma rede previamente definida para o parto, que vincule cada unidade pré-natal do SUS à garantia de acesso automático a uma maternidade. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o substitutivo geral. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46 Deputados). **Não voturam:** Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Enio Verri, Evandro Junior, Fábio Camargo, Plauto Miró, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (8 Deputados)*]. Com 46 votos, está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 76/2013.

ITEM 09 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 106/2013, de autoria do Deputado Tercilio Turini, declarando de utilidade pública a Sociedade Psicanalítica do Paraná, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44 Deputados). **Não voturam:** Alexandre Curi, Bernardo Ribas Carli, Enio Verri, Fábio Camargo, Jonas Guimarães, Paranhos, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (10 Deputados)*]. Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 106/2013.

ITEM 10 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 155/2013, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, alterando a Lei Estadual nº 15.328/2006, que declara de utilidade pública o Instituto Tibagi de Escolas Técnicas, com sede e foro no Município de Curitiba. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Queremos cumprimentar e registrar a presença do Prefeito de Ponta Grossa, Deputado e Prefeito Marcelo Rangel. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (47 Deputados). **Não voturam:** Alexandre Curi, Enio Verri, Fábio Camargo, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior, Teruo Kato e Valdir Rossoni (7 Deputados)*]. Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 155/2013.

ITEM 11 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 192/2013, de autoria do Deputado Alceu Maron Filho, concedendo o título de Cidadão Honorário ao Dom Alfredo Ernest Novak, Bispo Emérito de Paranaguá. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (45 Deputados). **Não voturam:** Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Nelson Justus, Paranhos, Plauto Miró, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (9 Deputados)*]. Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 192/2013.

ITEM 12 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 220/2013, de autoria do Deputado Ney Leprevost, declarando de utilidade pública o CDC - Clube Dataro de Ciclismo, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44 Deputados). **Não voturam:** Alceu Maron Filho, Caito Quintana, Enio Verri, Fábio Camargo, Gilson de Souza, Nelson Justus, Plauto Miró, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (10 Deputados)*]. Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 220/2013.

ITEM 13 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 228/2013, de autoria do Deputado Dr. Batista, estabelecendo Nossa Senhora das Águas como Padroeira do Rio Ivaí, com data comemorativa no último domingo do mês de agosto. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Gostaria de comunicar aos Srs. Deputados que amanhã vamos iniciar a oitiva dos candidatos a Conselheiro do Tribunal de Contas. Aqueles que foram ouvidos pela Comissão serão ouvidos no dia de amanhã. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Anibelli Neto, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (34 Deputados). **Não voturam:** Ademar Traiano, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Gilson de Souza, Nelson Justus, Paranhos, Plauto Miró, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (19 Deputados) **Abstenção:** Wilson Quinteiro (1 Deputado)*]. Com 34 votos favoráveis e 1 abstenção, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 228/2013.

ITEM 14 - 2ª Discussão do Projeto de Resolução nº 13/2013, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados referentes ao mês de abril de 2013. Com parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (45 Deputados). **Não voturam:** Enio Verri, Fábio Camargo, Gilson de Souza, Nelson Justus, Paranhos, Plauto Miró, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (9 Deputados)*]. Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Resolução nº 13/2013.

ITEM 15 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 136/2013, de autoria do Deputado Anibelli Neto (anexo Projeto nº 156/2013 - Deputada Cantora Mara Lima), instituindo o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 28 de julho. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): "*Questão de ordem*"?

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): "*Questão de ordem*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): "*Questão de ordem*", Deputado Adelino.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Só queria parabenizar os dois Parlamentares pela iniciativa desse projeto, até porque agora, nesta semana, do dia 20 em diante, no Rio de Janeiro, o Papa vai estar aqui no Brasil. Então, parabenizar o Papa Francisco, parabenizar as pessoas desse projeto, a juventude do Brasil, do mundo vai estar no Brasil. Então, parabenizar pela iniciativa do projeto aos dois Parlamentares.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Fica feito o registro. Está em votação. Vamos ao voto, Srs. Deputados. Queremos agradecer a presença do Prefeito de Santa Mônica, o Sérgio José Ferreira. Vamos concluir. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46 Deputados). **Não voturam:** Douglas Fabrício, Enio Verri, Fábio Camargo, Nelson Justus, Paranhos, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (8 Deputados)*]. Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 136/2013.

ITEM 16 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 229/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 55/2013, autorizando o Poder Executivo e sua autarquia Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, a efetivar a doação de imóveis ao Município de Rondon. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr*

DIRETORIA LEGISLATIVA
33
Pág.

*Pugliesi e Wilson Quinteiro (46 Deputados). **Não votaram:** Alceu Maron Filho, Caito Quintana, Douglas Fabrício, Enio Verri, Fábio Camargo, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (8 Deputados)*]. Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 229/2013.
(Não havendo mais matéria a ser deliberada, passou-se à votação dos requerimentos.)
REQUERIMENTOS
Requerimento nº 5.825/2013, do Deputado Tadeu Veneri, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná para que informe os termos da tentativa de acordo noticiada nos autos 2003.70.08.000283-6/TRF 4PR, entre a APPA e a empresa Rodrimar S/A.
DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sr. Presidente, nós, com o Líder do Governo, o Líder do Governo já entregou algumas das respostas, e certamente contemplam aquilo que pretendíamos com o pedido de informação. Dessa forma, estou retirando o pedido de informações.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Retirado pelo autor.
Requerimento nº 5.937/2013, do Deputado Elton Welter, solicitando envio de pedido de informações ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia, Copel, relativo a processos judiciais em que as partes são a empresa Ivaí Engenharia de Obras S/A e a Copel.
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Para discutir.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Adia-se na forma regimental.
Requerimento nº 5.987/2013, do Deputado Ademar Traiano, solicitando regime de urgência para a tramitação e votação do Projeto de Lei nº 275/2013, do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 67/2013; **DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Para encaminhar, Sr. Presidente.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para encaminhar, V. Exa. encaminha o requerimento.
DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sr. Presidente, pedimos a nossa Bancada que não vote favoravelmente a esse pedido, por uma razão simples, Sr. Presidente. Na verdade, Deputado Ademar Traiano, o que está se requerendo é que tenha tramitação em regime de urgência, Projeto de Lei nº 275, que é justamente o projeto que há pouco fazíamos alguns questionamentos a respeito dele. Por quê? Porque é um projeto que pretende fazer o parcelamento de dívida, ou seja, o parcelamento de parcelas vencidas do governo do Estado para com a Paranaprevidência, e que, no nosso entendimento, há inclusive um percentual que está previsto, de 5,75, que é, neste momento pelo menos, discutível. Por isso, Sr. Presidente, se votarmos aqui e aprovarmos o regime de urgência, não haverá tempo hábil para que façamos o debate. Esse projeto envolve - é bom que lembremos sempre - a Paranaprevidência, que são 200 mil pessoas. Como podemos votar um projeto que parcela a dívida do Estado com a Paranaprevidência, em última análise, que parcela a dívida do Estado com 200 mil pessoas, 200 mil servidores ou mais, Deputado Lemos? Como podemos, em regime de urgência, sem que tenhamos sequer tempo para analisar o projeto, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista constitucional, e fazermos, obviamente, um debate? Amanhã mesmo o Fórum dos Servidores Públicos do Estado do Paraná estará reunido, o Fórum Estadual, e nesse Fórum certamente esse será um dos temas. Então, pediria ao Deputado Ademar Traiano que pudéssemos retirar o regime de urgência e votar normalmente, passar pela Comissão de Constituição e Justiça. Olha, não sei qual a urgência que há do governo, que esperou tanto tempo para fazer esse parcelamento, em tentar fazê-lo em 24 horas! Claro que temos a semana que vem, e será a última semana que temos aqui de votações, pelo menos em princípio encerraremos no dia 17. Agora, é óbvio também que é possível se fazer um acordo com a Comissão de Constituição e Justiça, que tem se mostrado extremamente, diria, parceira, inclusive do governo; todas as vezes que é necessário o Deputado Nelson Justus tem feito Sessões Extraordinárias, eu mesmo tenho participado das Sessões Extraordinárias em outras Comissões. Agora, fazer dessa forma, Presidente, usando o regime de urgência - e não estou aqui questionando a legitimidade, nem a legalidade dele - mas usando o regime de urgência, impedindo que façamos o debate diretamente com os interessados, ou com os representantes dos interessados, nos parece algo a ser levado de uma forma que não é propriamente aquela que, me parece, o bom senso recomenda. Ou seja, que possamos debater, talvez, inclusive acrescentar nesse projeto, contribuir com esse projeto. Há legalidade do projeto? Certamente que há, o governo não mandaria um projeto para cá se não houvesse legalidade, do ponto de vista constitucional. Tenho dúvidas com relação ao percentual de 5,75. Tenho dúvidas com relação às questões que envolvem mérito. Agora, só podemos fazer esse debate se não for regime de urgência. Se for com regime de urgência, aí, claro que não há como se fazer, porque amanhã mesmo esse projeto entra, as Comissões são dispensadas, os pareceres são dados diretamente em Plenário e aprovado esse projeto dentro de 48 horas, ou em 72 horas estará já em condições de ser enviado ao Governador para se transformar em lei. Mas volto a dizer, atropela-se o processo de discussão e debate. E lembro mais, Sr. Presidente, esse projeto deu entrada nesta Casa hoje, dia 8 de julho, para ser votado em 48 horas, terminar a votação. Não é possível que tenhamos minimamente condições, mesmo com todo esforço que a nossa assessoria jurídica faça e as demais assessorias façam. Não é possível que tenhamos condições de votar e de saber o que estamos votando, aquilo que legalmente e legitimamente é o melhor para o Estado do Paraná e é o melhor para os servidores públicos. Por isso, encaminharemos contrário, junto com a Líder do nosso partido, a votação e ao pedido do regime de urgência, porque antevemos que não há nenhuma necessidade de regime de urgência, já que temos mais, pelo menos, cinco Sessões, Sr. Presidente, obrigado.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Continua em discussão.
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para encaminhar, Deputado Traiano.
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que estamos usando, na verdade, é um direito que está estabelecido no Regimento Interno desta Casa, que nos permite solicitar o regime de urgência, até porque é público e notório que teremos encerramento do nosso período legislativo, provavelmente no dia 17, e o objetivo do regime de urgência é darmos agilidade. Isso não significa dizer que não passará pela Comissão de Constituição e Justiça. O que diz o regime de urgência é que as Comissões afins terão 48 horas para se manifestarem sobre a matéria que hoje foi lida aqui no plenário. Portanto, temos tempo suficiente e necessário, até o dia 17, para votarmos essa mensagem. E é oportuno que se diga também que estamos nos valendo de uma medida provisória do governo federal, que nos permite fazer esse parcelamento. E essa decisão é em função da queda de receita, que o próprio governo federal reconhece e que dá a condição aos Estados de fazerem esse parcelamento. Portanto, peço aos Srs. Parlamentares que aprovem o regime de urgência, porque isso não vai atropelar, em nada, as discussões em relação à matéria.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Talvez eu possa contribuir, é um requerimento em regime de urgência e não em comissão geral. Então, não tem parecer amanhã no plenário. Vamos votar no painel. Srs. Deputados favoráveis ao regime de urgência votam "*sim*", contrários votam "*não*". Votando.
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Srs. Deputados, "*sim*".
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Vamos concluir. Todos votaram? Encerrada a votação. [***Votaram "sim":** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Plauto Miró, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tercílio Turmi, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (40 Deputados). **Votaram "não":** Elton Welter, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer (6 Deputados). **Não votaram:** Caito Quintana, Cleiton Kielse, Enio Verri, Fábio Camargo, Nereu Moura, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (8 Deputados).* Com 40 votos favoráveis e 6 votos contrários, está **aprovado** o requerimento e **encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**
Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento nº 5.966/2013, do Deputado Tercílio Turmi, solicitando dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 106/2013, pois o mesmo não recebeu emendas no curso de sua tramitação; **Requerimento nº 5.967/2013**, do Deputado Valdir Rossoni, solicitando dispensa de redação final do Projeto de Resolução nº 13/2013, pois o mesmo não recebeu emendas no curso de sua tramitação; **Requerimento nº 5.984/2013**, do Deputado Dr. Batista, solicitando dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 228/2013, pois o mesmo não recebeu emendas no curso de sua tramitação; **Requerimento nº 5.975/2013**, do Deputado Valdir Rossoni, solicitando o arquivamento do Projeto de Resolução nº 13/2011, do ex-Deputado Marcelo Rangel; **Requerimento nº 5.927/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de pesar à família do Sr. José Leão Filho, pelo seu falecimento, ocorrido em 3.7.2013, no Município de Apucarana; **Requerimento nº 5.938/2013**, do Deputado Nelson Luersen, para envio de voto de pesar à família do Sr. Gilberto Simonetto, pelo seu falecimento, em 7.7.2013, no Município de Ampére; **Requerimentos nºs 5.939/2013 a 5.942/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de pesar às famílias, pelo falecimento: dos Srs. Arlindo Antônio Pizzato; Renato Moschetta; da Sra. Teresa Urban e do Dr. Ayrton Alfredo Russo; **Requerimento nº 5.960/2013**, do Deputado Caito Quintana, para envio de voto de pesar à família do empresário Gilberto Luiz Simonetto, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 7.7.2013, no Município de Ampére; **Requerimento nº 5.964/2013**, do Deputado Ademir Bier, para envio de voto de pesar à família do jovem João Henrique Aparecido Bernardino, pelo seu falecimento, ocorrido em 4.7.2013, no Município de Araguari, em Minas Gerais; **Requerimento nº 5.981/2013**, do Deputado Dr. Batista, para envio de voto de pesar à família do Sr. Francisco Arrais, pelo seu falecimento, ocorrido em 6.7.2013, no Município de Maringá; **Requerimento nº 5.928/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal da Educação, pela comemoração do aniversário do Município de Cafezal do Sul, em 20.7.2013; **Requerimentos nºs 5.929/2013** a **5.931/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal da Educação, pela comemoração do aniversário dos Municípios de Alto Piquiri, Agudos do Sul e Adrianópolis, em 25.7.2013; **Requerimento nº 5.935/2013**, do Deputado Alceu Maron Filho, para envio de voto de congratulações ao Jornal Folha do Litoral News, pela Certificação no Selo Oito Objetivos do Milênio, certificação concedida pela FIEP e pela ONU; **Requerimentos nºs 5.955/2013** e **5.957/2013**, do Deputado Stephanes Junior, para envio de votos de louvor e congratulações ao Dr. Flavio Daniel Saavedra Tomasich, Diretor Geral do Hospital de Clínicas da UFPR, e ao Sr. Antônio Saad Gebran Sobrinho, Diretor do Jornal Folha do Litoral News; **Requerimento nº 5.958/2013**, do Deputado Stephanes Junior, para envio de votos de louvor e congratulações ao Jornal Folha do Litoral News; **Requerimento nº 5.959/2013**, do Deputado Stephanes Junior, para envio de votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Carlos Alves Bonzato, Diretor do Jornal Folha do Litoral News; **Requerimento nº 5.965/2013**, da Deputada Cantora Mara Lima, para envio de voto de congratulações pela comemoração dos 75 anos da 1ª Igreja Presbiteriana Independente de Londrina; **Requerimento nº 5.977/2013**, do Deputado Elio Rusch, para envio de voto de louvor ao Sr. Miguel Fernandes Reichert, pela comemoração de seus 35 anos de radialista, no Município de Marechal Cândido Rondon; **Requerimento nº 5.978/2013**, do Deputado Elio Rusch, para envio de voto de louvor à Cooperativa de Crédito Costa Oeste, Sicredi Costa Oeste, do Município de Marechal Cândido Rondon, pela comemoração dos 28 anos de fundação, em 6.7.2013; **Requerimento nº 5.979/2013**, do Deputado Gilberto Martin, para envio de voto de congratulações à Escola Municipal Santos Dumont, do Jardim Silvino, de Cambé, pelo 1º lugar da classificação final do Prêmio Estudante Seara Rede Massa 2013, no tema escolhido "Reciclando na Escola"; **Requerimento nº 5.980/2013**, do Deputado Gilberto Martin, para envio de voto de congratulações ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Emater-PR, pelo recebimento da Comenda Ouro Verde, agraciada pela Câmara Municipal de Londrina; **Requerimento nº 5.989/2013**, do Deputado Ademir Bier, para envio de voto de congratulações pelo 50º aniversário de emancipação política do Município de Missal, a ser comemorado no dia 25.7.2013; **Requerimentos nºs 5.990/2013** e **5.991/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos ao Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito e a todos os Vereadores, pela comemoração do 53º aniversário do Município de Barbosa Ferraz e do Município de Flórida, em 25.7.2013; **Requerimento nº 5.943/2013**, do Deputado Mauro Moraes, solicitando pedido de menção honrosa ao Sr. Fernando Henrique Ribas; **Requerimento nº 5.961/2013**, do Deputado Mauro Moraes, solicitando pedido de menção honrosa aos nomes presentes neste requerimento; **Requerimento nº 5.936/2013**, do Deputado Fernando Scanavaca, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, ANA, e ao Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, com cópia à Banca Federal do Paraná.
Requerimento com despacho do Presidente: Requerimento nº 5.970/2013, do Deputado Ney Leprevost, solicitando à Mesa Executiva desta Casa que seja realizada uma Sessão Solene no dia 13.9.2013, às 17h, no plenário, com a finalidade de reunir a Polícia Civil do Estado do Paraná, que completa 160 anos. Nessa oportunidade contaremos com a ilustre presença do Príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências.)
JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA
Deferidos, conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno: Requerimento nº 5.968/2013, do Deputado Enio Verri, justificando sua ausência na Sessão Plenária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia no autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA 34 Pág.

do dia 8.7.2013; **Requerimento nº 5.969/2013**, do Deputado Nelson Garcia, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 3.7.2013.
Deferido, conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno:
Requerimento nº 5.986/2013, do Deputado Roberto Acriolli, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 2.7.2013, por problemas de saúde.
Deferido, conforme o art. 60, § 3º, alínea "b" do Regimento Interno:
Requerimento nº 5.985/2013, do Deputado Elio Rusch, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 2.7.2013, em virtude de ter acompanhado o Sr. Governador do Estado em visita a Municípios da região metropolitana de Curitiba.
Deferido, conforme o art. 60, § 3º, alínea "c" do Regimento Interno:
Requerimento nº 5.988/2013, da Deputada Luciana Rafagnin, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 9.7.2013, em decorrência de audiência com a Ministra Chefe da Casa Civil, em Brasília.
Deferido, conforme o art. 60, § 3º, alínea "d" do Regimento Interno:
Requerimento nº 5.976/2013, do Deputado Artagão Junior, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 3.7.2013.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 9 de julho, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 11/2013; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 3/2013 e 76/2013; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 136/2013 e 229/2013; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 43/2013, 100/2013, 175/2013, 193/2013, 230/2013 e 233/2013. Deputado Tadeu Veneri, antes de encerrar a Sessão, gostaria de convidá-lo, preciso conversar com V. Exa. "*LEVANTA-SEASESSÃO*". (Sessão encerrada às 17h26, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

63473/2013

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL
JULGAMENTO DAS IMPUGNAÇÕES
Protocolos 7931, 7932 e 7933, de 3 de julho de 2013

O Presidente da **Comissão Especial**, constituída pelo Ato do Presidente da Assembleia Legislativa nº 15/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 451, de 25 de junho de 2013, **com a finalidade de opinar no Procedimento de Indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições e, por deliberação unânime de seus membros

RESOLVE

Indeferir as Impugnações protocoladas sob números 7931, 7932 e 7933, de 3 de julho de 2013, conforme decisões anexas.
Publique-se.
Sala das Comissões, 11 de julho de 2013.

Deputado Elio Rusch
Presidente da Comissão Especial

Deputado Wilson Quinteiro
Relator da Comissão Especial

Deputado **Caito Quintana**
Membro

Deputado **Tadeu Veneri**
Membro

Deputado **Francisco Bührer**
Membro

63620/2013

Protocolo 7931, de 3 de julho de 2013
Impugnante: Isolete Micheluzi de Lara
Impugnado: Fábio de Souza Camargo

RELATÓRIO

A impugnante Isolete Micheluzi de Lara, em sua peça inicial, apresenta razões contrárias à candidatura de Fábio de Souza Camargo, alegando, em tese, que trabalhava como doméstica em casa de familiar do impugnado. Em determinada ocasião, segundo a impugnante, esta foi acusada de furto, sendo que o impugnado a teria, supostamente, intimidado a confessar o crime. Por tais razões, a impugnante noticiou o fato ao Ministério Público, o qual, segundo a ela, instaurou investigação para apurar os fatos. Ressalte-se que a impugnante acostou à presente impugnação apenas algumas cópias simples, sem autenticação, de depoimentos prestados perante aquela Promotoria.

Alegando, ainda, que o candidato Fábio de Souza Camargo, em tese, não preenche os requisitos elencados no inciso II do § 1º do art. 77 da Constituição do Estado do Paraná, quais sejam: ausência de idoneidade moral e de reputação ilibada.

No tocante à ausência de idoneidade moral, afirma que o candidato impugnado, Fábio de Souza Camargo não satisfaz tais requisitos, pois teve suposta atitudes para com a impugnante, no intuito de intimida-la para conseguir uma confissão, bem como pelo fato de estar o candidato impugnado respondendo a processo, o que vai de encontro à aludida reputação ilibada.

Às fls. 10/42, junta fotocópias simples, sem autenticação, dos fatos que citou.

Em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º LIV e LV, da Constituição Federal, ao candidato impugnado, Fábio de Souza Camargo foi aberta oportunidade para manifestação quanto aos termos da impugnação em questão.

Através do protocolo nº 8047/2013, em suma, o impugnado refutou todas as alegações trazidas pela impugnante, alegando que a impugnante está sendo incitada por terceiros com o fito exclusivo de desmoraliza-lo e que o fato narrado por ele já é objeto de ação movida pelo Ministério Público cuja certidão explicativa juntada à decisão traz com clareza a natureza do fato, bem como aponta para a possibilidade de alcançar o prazo prescricional da ação penal.

E, ao final, diz que a impugnação é objeto de estratégia para prejudicá-lo em seu pleito.

Este, em síntese, o necessário relato. Passamos à decisão.

DECISÃO

Tratam os presentes autos de pedido de impugnação da candidatura do candidato Fábio de Souza Camargo ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, feito pela senhora Isolete Micheluzi de Lara.

A Constituição do Estado do Paraná prevê requisitos para se pleitear o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

> Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.
> § 1º. Os conselheiros e auditores do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:
> (vide ADIN-2208)
>
> I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;
>
> II - idoneidade moral e reputação ilibada;
>
> III - notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;
>
> IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Compulsando os autos de impugnação e conforme o relatório supra consignado, a presente impugnação reside no fundamento de suposta ausência de idoneidade moral e reputação ilibada, previstas no inciso II, do § 1º do art. 77, da Constituição Estadual.

O legislador constitucional traz exigências de natureza objetiva e subjetiva para fins de se reconhecer o preenchimento de tais condições aquele que se dispõe a candidatar-se a Conselheiro do Tribunal de Contas.

Nada obstante, é indispensável, quando de análise subjetiva, seguir balizamento de convicção com observância dos princípios constitucionais; caso contrário, incorrer-se-á em subjetivismo exacerbado, conflitante e equivocado.

Diante disso, passamos a analisar os termos trazidos na impugnação e na resposta dessa lide a fim de que possamos, ao final, proferir a melhor decisão que possa ter o alcance adequado e, sobretudo, justo aquele que se submete a candidatar-se ao respectivo cargo.

As alegações da impugnante Isolete Micheluzi de Lara trazem em seu bojo questões de ordem subjetiva e outras objetivas que só podem ser reconhecidas por meio de provas inequívocas, o que, no caso, não restaram demonstradas. Senão, vejamos:

I - Da reputação ilibada

As alegações de que o impugnado não teria reputação ilibada são informações trazidas aos autos sem provas que pudessem estabelecer reprovação da pretensa conduta. Ademais, a impugnante traz, apenas, fotocópias simples, sem autenticações. Além do que, não há processos judiciais transitados em julgado no tocante a essas alegações. Portanto, não cabe a esta Comissão Especial formar juízo de valor quanto à suposta conduta, em tese, reprovável.

A inicial traz considerável subjetividade e exigência inadequada para o fim dos padrões do texto constitucional.

Objetivando a formação de um melhor juízo, foram solicitadas também certidões explicativas junto ao Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em relação ao candidato impugnado, sendo localizados três processos, conforme certidões explicativas anexas a esta decisão. No entanto, tais processos trazem tipo penal de potencial menor ofensivo, crimes contra a honra, sendo que um dos processos, por analogia jurídica, está na iminência de prescrição e os outros dois, de iniciativa de Ação Penal Privada, manejados pelo próprio impugnante e seus familiares, estão apenas no início.

Num juízo objetivo, com base em todos os documentos que envolvem as partes, poder-se-á concluir que a existência de tais processos judiciais e/ou procedimentos administrativos não maculam a reputação do cidadão, de forma a afastar a exigida conduta ilibada, requisito constitucional. Mais do que isso, a análise e a aplicação da exigência constitucional, no aspecto objetivo, devem ser observados princípios constitucionais como o devido processo legal e a ampla defesa, bem como a presunção de inocência daqueles que ainda não tiveram contra si eventual decisão condenatória transitada em julgado.

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 35

LIDERANÇA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Ofício 07/2013 Curitiba, 08 de julho de 2013

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.
DATA: 08 JUL. 2013
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Pelo presente, a Deputada Luciana Rafagnin, Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, indica formalmente o seus representantes, na pessoa dos deputados Péricles de H. Mello como titular e Toninho Wandscheer como suplente na CPI do Pedágio que está sendo instaurada nesta Casa de Leis.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Deputada Luciana Rafagnin
Líder do Partido dos Trabalhadores

Excelentíssimo Senhor
Valdir Rossoni
M.D. Presidente da ALEP
Nesta

15:58 08/07/2013 0059882 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

...ote-se e encaminhe-se
...ra Providências
...L. 9/7/13

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Liderança do PDT

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 36

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.
DATA: 09 JUL. 2013
PRESIDENTE

REQUERIMENTO

Súmula: Requer a indicação de membros integrantes da CPI do Pedágio.

Excelentíssimo Senhor Presidente .

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Lider do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, comparece perante Vossa Excelência, para **REQUERER** que seja recebida formalmente a indicação dos Deputados abaixo mencionados, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio.

TITULAR : DEPUTADO NELSON LUERSEN

SUPLENTE : DEPUTADO ANDRÉ BUENO

Sala das Sessões , em 09 de julho de 2013

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
Lider do PDT – Partido Democrático Trabalhista

...e-se e encaminhe-se
... Providências
10/7/13

15:08 09/07/2013 006634 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

DIRETORIA LEGISLATIVA
37
Pág. 2

ATO DO PRESIDENTE Nº 17/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 36, do Regimento Interno,

D E C L A R A

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Proposição do Deputado NELSON LUERSEN, apresentada na Sessão Ordinária do dia 30 de outubro de 2012, com dezoito assinaturas e autuada na Diretoria Legislativa, com a finalidade de investigar *"possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná."*. A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos Deputados Nereu Moura (PMDB), titular e Jonas Guimarães (PMDB), suplente; Artagão Junior (PMDB), titular e Cleiton Kielse (PMDB), suplente; Alceu Maron Filho (PSDB), titular e Nelson Garcia (PSDB), suplente; Bernardo Ribas Carli (PSDB), titular, (vaga cedida pelo DEM) e Fernando Scanavaca (PDT), suplente, (vaga cedida pelo DEM); Péricles de Mello (PT), titular e Toninho Wandscheer (PT), suplente; Nelson Luersen (PDT), titular e Andre Bueno (PDT), suplente; Wilson Quinteiro (PSB), titular e Hermas Brandão Jr (PSB), suplente; Adelino Ribeiro (PSL), titular e Roberto Aciolli (PV), suplente; Douglas Fabrício (MD), titular e Dr. Batista (MD), suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 9 de julho de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
38
Pág.

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE OPINAR NO PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala das Comissões, reuniram-se, sob a presidência do Deputado Elio Rusch, os membros da Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente da Assembleia Legislativa nº 15/2013, com a finalidade de opinar no procedimento de escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para, nos termos da Ata nº 1, publicada no Diário Oficial da Assembleia no 456, de 3 de julho de 2013, proceder à sabatina dos candidatos convocados para esta data. Ao iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente informou aos demais membros que foi realizado contato telefônico com os candidatos, bem como anexado ao processo de cada candidato e-mail com a comunicação da data, hora e local de realização da sabatina, confirmando presença para esta data os candidatos: Ivoney Masi, Jezelia Nogueira, Plauto Miró Guimarães Filho, Prescila Alves Pereira Francioli, Roberto Bohlen Seleme, Sérgio Augusto Kalil, Sérgio Luiz Libel, Silvia Kasmirski, Tarso Cabral Violin e Rubens Artur Hering. Ao iniciar cada oitiva, o Presidente esclareceu que o candidato contaria com seis minutos, prorrogáveis por mais quatro minutos, para discorrer sobre as suas qualificações e sobre as razões que motivaram a sua candidatura. Após o uso da palavra, todos os candidatos foram inquiridos pelos membros da Comissão que, ao final, os cumprimentaram pela demonstração de conhecimento e pelo histórico de formação acadêmica e profissional. Ato contínuo, foi, a pedido do candidato Plauto Miró Guimarães Filho e com a concordância do primeiro candidato, invertida sua oitiva, tendo sido sabatinados os candidatos na seguinte ordem: PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO, JOZELIA NOGUEIRA, IVONEY MASI, PRESCILA ALVES PEREIRA FRANCIOLI, ROBERTO BOHLEN SELEME, SÉRGIO AUGUSTO KALIL, SÉRGIO LUIZ LIBEL, SILVIA KASMIRSKI, TARSO CABRAL VIOLIN E RUBENS ARTUR HERING, cujas íntegras constam das notas taquigráficas. Concluídas as sabatinas dos candidatos presentes, o Senhor Presidente determinou que permanecessem na sala os Deputados integrantes da Comissão Especial para deliberações acerca do processo, tendo, na oportunidade, recebido o requerimento da candidata ADRIANE FIDELIS LEITE ASCHEMBRENER, protocolado, em 8/7/2013, sob o nº 8088/2013, de renúncia à candidatura. Diante da desistência de alguns candidatos, houve deliberação da Comissão Especial no sentido de adiantar as sabatinas dos candidatos de quinta-feira para que possam ser ouvidos na quarta-feira, dia 10/7/2013. Assim, as sabatinas do dia 10 de julho de 2013 seguirão a seguinte ordem: Serão sabatinados às 09h00min: Silvana do Rocio Oliveira Geara, Andrea Ricetti Bueno Fusculim, Antonio Gonçalves de Oliveira, Beatriz Sock Pepes Athanásio e Bruno Maurizzio Tosin. Às 10h00min se iniciará a sabatina dos candidatos: Carlos Alberto da Costa Macedo, Cleis Maria Heim Weber, Cristiano Niemeyer e Edson Navarro Tasso. Às 11h00min, serão sabatinados: Henderson Flavio Raimundo, Joel Melo Cordeiro e Jorge Luiz Zuch. Serão sabatinados às 12h00min: Luciano Pereira Mewes, Luiz Guilhermino Rorato, Maria das Dores Moreira Alves e Marlus Vinicius Forigo. Finalmente, às 13h00min, serão sabatinados os candidatos: Mauricio Bastos, Max Schrappe, Melissa Folman e Paulo Roberto Drabik. Ressalva-se a ausência dos Deputados Francisco Bührer e Caito Quintana, tendo sido substituídos, respectivamente, pelos suplentes Deputada Cantora Mara Lima e Deputado Gilberto Martin. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, determinando, para a produção de efeitos legais, fosse lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão Especial.

Deputado **Elio Rusch**
Presidente da Comissão Especial

Deputado **Wilson Quinteiro**
Relator da Comissão Especial

Deputado **Gilberto Martin**
Suplente

Deputado **Tadeu Veneri**
Membro

Deputada **Cantora Mara Lima**
Suplente

62718/2013

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 17/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 36, do Regimento Interno,

D E C L A R A

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Proposição do Deputado NELSON LUERSEN, apresentada na Sessão Ordinária do dia 30 de outubro de 2012, com dezoito assinaturas e autuada na Diretoria Legislativa, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná.". A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos Deputados Nereu Moura (PMDB), titular e Jonas Guimarães (PMDB), suplente; Artagão Junior (PMDB), titular e Cleiton Kielse (PMDB), suplente; Alceu Maron Filho (PSDB), titular e Nelson Garcia (PSDB), suplente; Bernardo Ribas Carli (PSDB), titular, (vaga cedida pelo DEM) e Fernando Scanavaca (PDT), suplente, (vaga cedida pelo DEM); Péricles de Mello (PT), titular e Toninho Wandscheer (PT), suplente; Nelson Luersen (PDT), titular e Andre Bueno (PDT), suplente; Wilson Quinteiro (PSB), titular e Hermas Brandão Jr (PSB), suplente; Adelino Ribeiro (PSL), titular e Roberto Acíolli (PV), suplente; Douglas Fabricio (MD), titular e Dr. Batista (MD), suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 9 de julho de 2013.

Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente

62716/2013

RESOLUÇÃO Nº 10/2013

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 2009, referente ao mês de abril de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de abril de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 8 de julho de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

62717/2013

Atos Regulamentares

Diretoria Geral

OFÍCIO CIRCULAR CONJUNTO Nº 006/2013 – DG/DP

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em conjunto com o Diretor de Pessoal, no uso de suas atribuições previstas no Decreto Legislativo nº 52/1984,

RESOLVEM DETERMINAR

Que, por força da Lei Federal nº 8.429/92, artigo 13, todos os servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná deverão apresentar DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES que compõem o seu patrimônio privado e de seus dependentes, para fins de arquivamento junto a Diretoria de Pessoal.

A declaração referente ao exercício 2012 deverá ser entregue de 1º a 30 DE AGOSTO DE 2013, abrangendo os deputados, servidores efetivos, comissionados, cedidos de outros órgãos para o Poder Legislativo, cedidos do Legislativo a outros órgãos, os isentos ou não da declaração de imposto de renda anual, ou ainda aqueles que não possuam bens.

A partir da distribuição desta, estará disponível na Diretoria de Pessoal um formulário para a prestação das informações solicitadas.

Palácio XIX de Dezembro, em 9 de julho de 2013.

ROBERTO COSTA CURTA
Diretor Geral

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

62719/2013

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 39

COMUNICADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 09 JUL. 2013
1º Secretário

COMUNICAMOS AOS SENHORES DEPUTADOS QUE DIA 09 DE JULHO, HOJE, LOGO APÓS A SESSÃO PLENÁRIA, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, SERÁ INSTALADA A CPI DO PEDÁGIO.

CURITIBA, 09 DE JULHO DE 2013.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

PRESIDENTE

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 10/7/13

14:48 09/07/2013 0060003 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA AO INSSEN

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 40

Sessões Plenárias

Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Palácio XIX de Dezembro
Diretoria Legislativa
Sessão Ordinária do dia 9 de julho de 2013 - Ata nº 62

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e treze, no plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Cleiton Kielse (PMDB), Douglas Fabrício (MD), Dr. Batista (MD), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Fábio Camargo (PTB), Luiz Accorsi (PSDB), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Pastor Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB), Enio Verri (PT), Fernando Scanavaca (PDT), Professor Lemos (PT), Ademir Bier (PMDB), Wilson Quinteiro (PSB), Nelson Garcia (PSDB), Adelino Ribeiro (PSL), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Evandro Junior (PSDB), Gilson de Souza (PSC), Hermas Brandão Jr. (PSB), Gilberto Ribeiro (PSB), Roberto Acioli (PV), Paranhos (PSC), Cantora Mara Lima (PSDB), Marla Tureck (PSD), Nelson Luersen (PDT), Rose "Litro" (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Gilberto Martin (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Tercílio Turini (MD) e Alceu Maron Filho (PSDB) (**48 Parlamentares.**) **Ausentes**, sem justificativa, os Deputados Caito Quintana (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Carlos Martins (PSD) e Rasca Rodrigues (PV, ausente do país no período de 4.7.2013 a 19.7.2013 (**04 Parlamentares.**) **Ausentes**, justificadamente, os Deputados Francisco Bührer (PSDB) e Luciana Rafagnin (PT) (**02 Parlamentares.**) O Senhor Presidente, Deputado **Valdir Rossoni**, secretariado pelos Senhores Deputados **Plauto Miró** (1º Secretário) e **Ademir Bier** (2º Secretário), "*sob a proteção de DEUS*", iniciou os trabalhos da 62ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura. O Senhor 2º Secretário procedeu à leitura da Ata anterior (nº 61, de 8.7.2013), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa, até o final da Sessão para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Senhor 1º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Documentos originais sob guarda das Comissões e Diretorias.) **Mensagem:** (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 6.007/2013**, Mensagem nº 68/2013, do Governador do Estado, encaminhando, para apreciação desta Casa, o anteprojeto de lei (autuado sob o nº 288/13), que objetiva dispor que o Programa "Luz Fraterna" estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, sejam em área urbana ou rural, e preencham os requisitos que especifica, e adota outras providências.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 6.005/2013**, Ofício nº 164/2013, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 112/2013, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que sancionou o Projeto de Lei nº 204/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 17.610; **Protocolo nº 6.006/2013**, Ofício nº 657/2013, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando, para apreciação desta Assembleia Legislativa o incluso anteprojeto de lei (autuado sob o nº 289/2013), que dispõe sobre a estrutura funcional do quadro de pessoal do 1º grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com inclusão de dispositivo na Lei Estadual nº 17.528, de 26.3.2013, e adota outras providências.

Comunicado: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 6.003/2013**, do Deputado Valdir Rossoni, Presidente desta Casa, comunicando aos Srs. Deputados que dia 9 de julho, logo após a Sessão Plenária, no Gabinete da Presidência, será instalada a CPI do Pedágio.

Relatórios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 5.992/2013**, Ofício nº 149/2013, do Deputado Duílio Genari, Presidente da Comissão de Tomada de Contas, encaminhando o relatório das atividades desenvolvidas pela Comissão, referente ao primeiro semestre de 2013; **Protocolo nº 6.004/2013**, Ofício nº 311/2013, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando o relatório de atividades desenvolvidas por aquela Corte durante o primeiro trimestre de 2013.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Finda a leitura do Expediente. Queremos comunicar aos Srs. Deputados que logo após a Sessão, na Sala da Presidência - e queremos convidar o Vice-Presidente Artagão - faremos a instalação da CPI do Pedágio. Conforme entendimento das Lideranças, vamos suprimir o Pequeno Expediente, o Grande Expediente e o Horário das Lideranças para oportunizar aos candidatos a Conselheiro do Tribunal de Contas que possam apresentar suas candidaturas. É importante salientar aos senhores candidatos que estamos fazendo esta abertura para tornar o processo transparente, para que cada candidato tenha condições e o tempo necessário para apresentar sua candidatura. Vamos ouvir os candidatos no dia de hoje, amanhã e segunda-feira. Após ouvidos todos os candidatos e apresentado o relatório da Comissão Especial, imediatamente vamos marcar a eleição da escolha do Conselheiro. Então, como terminamos na segunda-feira, ao terminar a oitiva já marcaremos a eleição para escolha do Conselheiro. Temos presentes, pelo levantamento da nossa assessoria, dos 12 candidatos, temos 10. Pergunto se o Sr. Fábio de Souza Camargo e o Sr. Francisco de Assis Inocêncio ainda não estão presentes. Fixamos aqui, Srs. Deputados - e foi uma sugestão do Presidente da Comissão Especial - a sugestão para ouvirmos os candidatos; não tem outra maneira: ou sorteio, ou por ordem alfabética. Vamos ouvir por ordem alfabética. Consulto os Srs. Deputados se concordam com a decisão. Com a aprovação dos Srs. Deputados, hoje não teremos nem Pequeno, nem Grande Expedientes e nem Horário das Lideranças. Apenas teremos as 12 oitivas. O tempo que estamos estabelecendo é de cinco minutos, prorrogáveis por mais dois minutos. Acho que é o suficiente. Então, vamos começar a ouvir os candidatos. Para "*questão de ordem*", concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sr. Presidente, apenas fazendo a V. Exa. uma ponderação. Temos dez candidatos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Doze.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Dez estão aqui. Por cinco minutos?

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Cinco minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Uma hora e meia. Faço a V. Exa. a seguinte ponderação: que mantenhamos o horário das Lideranças, porque normalmente o horário do Grande Expediente e do Pequeno Expediente já seria uma hora e meia; isso porque, Sr. Presidente, se não tivermos o horário das Lideranças hoje, certamente não teremos, pela mesma lógica, amanhã. Amanhã também teremos um grande número de candidatos, e há temas que precisamos discutir aqui, no horário das Lideranças. Eu me inscrevo no horário da Liderança da Oposição, porque há temas que temos que colocar, como por exemplo, o corte de despesas do governo, que não podemos abrir mão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Quero dizer o seguinte: me submeto à decisão da maioria dos Líderes. Hoje, será cumprida esta decisão. Então, vamos marcar uma reunião de Líderes para logo depois da Sessão. Se houver mudança, da minha parte não tem nenhum problema, se for necessário ficar aqui até o horário que for necessário; agora, hoje, vamos fazer desta forma, porque ouvi os Líderes, mas a partir de amanhã podemos mudar, sem nenhum problema.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sem problema, Sr. Presidente, só que vamos perder. Tudo bem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Convido o Sr. Alexandre Antônio dos Santos. Porque também não é por um minuto que vamos atrapalhar a exposição do candidato. Acho que não podemos ser tão rígidos, para não atrapalhar a exposição do candidato. Então, convido o Sr. Alexandre Antônio dos Santos a ser o primeiro candidato a ser ouvido. Queremos cumprimentar aqui a ex-Deputada Estadual, Arialba Freire, e agradecer a presença dos funcionários do Tribunal de Contas do Paraná, que estão aqui presentes também. Sr. Alexandre, o senhor tem a palavra. Gostaria de pedir silêncio.

SR. ALEXANDRE ANTÔNIO DOS SANTOS: Boa tarde a todos, boa tarde aos Exmos. Deputados Estaduais do Paraná. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Valdir Rossoni, a quem já, de pronto, agradeço a oportunidade de estarmos nesta Plenária. Sou candidato à vaga de Conselheiro para o Tribunal de Contas do Paraná, e tenho muito orgulho de estar aqui nesta oportunidade, porque fui escolhido dentre os meus Pares, os servidores daquela Casa, por iniciativa do Sindicato dos Servidores, para os representar, de modo que entendo que desta forma sou candidato do anseio dos servidores daquela Casa, anseio legítimo de que tenhamos, entre os membros daquela Corte, um candidato, ou quiçá, um Conselheiro que seja técnico, servidor de carreira daquela Casa - não que não tenhamos - e alguém já poderá me dizer isso. Há pouco tivemos a oportunidade de ingressar com o Conselheiro Dr. Ivan Bonilha, mas entendo, e entendemos, que nós, enquanto servidores, temos a oportunidade de ter um representante que saia dos seus quadros, e não apenas que fez parte dos seus quadros, como no caso do Conselheiro Ivan, a quem saúdo e o reputo como excelente jurista e administrativista. A minha carreira profissional se iniciou antes do Tribunal de Contas: tenho atuado como contador há muitos anos, sou contador de formação, a minha especialidade é auditoria governamental, tenho especialidade também na controladoria e gestão. Trabalhei em grandes empresas deste Estado do Paraná, cito aqui o grupo empresarial Trombini; a Refripar, do nosso querido Sérgio Prosdócimo, que hoje é Electrolux do Brasil, onde fizemos as demonstrações contábeis por diversos anos, sendo auditado por empesas de grande porte, entre as quais posso citar a Ernst & Young, KPMG, Price Waterhouse, Arthur Andersen. Fiz concurso há 20 anos, sou concursado e analista de controle efetivo do Tribunal há 20 anos. Nesses 20 anos exerci seis anos da minha atividade profissional junto à Diretoria de Contas Municipais, onde fizemos análise e prestação de contas de diversas Prefeituras, de Câmaras Municipais, entidades de economia mista, autarquias municipais. Depois, 14 anos participando em inspetoria de controle interno, fiscalizando e exercendo, de fato, o controle externo, no âmbito do Estado do Paraná, em diversas Secretarias de Estado, em diversas empresas públicas e autarquias, participação especial em diversas contas como Coordenador de Contas do Governo do Estado, a qual os senhores julgam após o parecer prévio do Tribunal de Contas. De forma que tenho tranquilidade para dizer que estou preparado para assumir esse cargo. Participação última como Presidente e Coordenador da comissão que fez auditoria nos contratos de pedágio do Estado do Paraná, comissão esta que participei por duas vezes. Na Presidência do Conselheiro Fernando Guimarães fui Presidente dessa comissão, apresentamos os relatórios, que foram encaminhados ao governo do Estado, que foi encaminhado ao DER, e que o Estado tem procurado negociar - assim, pelo menos, são as notícias que temos - com as concessionárias, a partir dos números que apontamos, relatório esse que não foi ainda apreciado pelo Tribunal de Contas. À medida que o Presidente Artagão de Mattos Leão assumiu a Presidência daquela Casa, solicitou que o trabalho continuasse. Então, instauramos a segunda auditoria no contrato da Viapar, que todos vocês noticiaram, e ontem, aqui neste Plenário, tive a oportunidade de ver os nobres Deputados fazendo menção a esse trabalho, e implantando - e aqui quero parabenizar, Deputado Valdir Rossoni, não só o senhor, como os Deputados, pela iniciativa de investigar as concessões... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): V. Exa. tem mais dois minutos.

SR. ALEXANDRE ANTÔNIO DOS SANTOS: Agradeço. Participei também do Relatório de Auditoria das Obras da Copa do Mundo, relatório esse que está, neste

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 41

momento, sendo apresentado a toda imprensa lá no Tribunal de Contas, e não posso estar lá porque estou aqui, e ainda não posso estar em dois lugares ao mesmo tempo. Não é verdade? Mas, de forma que quero dizer que me sinto preparado para assumir essa cadeira naquele corpo do Tribunal. Gostaria de pedir aos nobres Deputados que pudessem ter consciência de que o Tribunal de Contas é um lugar muito especial da administração, ou faz parte da administração, sendo um lugar muito especial. É um Tribunal que costumamos dizer, alguns dizem, político-administrativo. Eu não concordo; concordo que o Tribunal é um órgão técnico-administrativo, e a parte política já cabe aos Srs. Deputados quando da votação dos pareceres prévios lançados pelo Tribunal, assim como das Prefeituras do interior. Mas, cabe a nós, sim, aos técnicos, aos Auditores, aos Auditores Substitutos, aos Conselheiros, votar pela legalidade dos atos administrativos, e é assim que entendo. Estou preparado para isso, e por ser funcionário há 20 anos daquela Casa, quero dizer que conheço a Casa como poucos dos candidatos que aqui estão, e mais, sou dela conhecido; de forma que entendo a necessidade de o Tribunal ser alçado, no novo milênio, a um patamar de um ente que vai auxiliar a administração pública do Estado do Paraná e das Prefeituras. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço para V. Exa. concluir.

SR. ALEXANDRE ANTÔNIO DOS SANTOS: É isso. Peço o voto de todos os Deputados. Peço que ponham a mão na consciência e elejam o melhor. Obrigado. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Cumprimentamos o Sr. Alexandre Antônio dos Santos pela sua exposição e pelo respeito a esta Casa. Convido o Sr. Amaury José Soares para fazer uso da palavra.

SR. AMAURY JOSÉ SOARES: Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa com especial respeito, cumprimento a todos os Parlamentares desta Casa, com especial apreço e admiração. Quem lhes fala é Amaury José Soares, cidadão paranaense que gosta de ser chamado de Zé. Eu sou do povo, sou o Zé Ninguém, que trabalhou na roça, na construção civil, em fábricas, e fez a mobilidade de acesso ao ensino universitário em cargos públicos. Essa é uma chance muito rara, e por isso muito valiosa, de uma pessoa do povo falar aos Parlamentares, pelos quais fala a todos os paranaenses, nossos conterrâneos que laboram firme para o progresso deste Estado. Após uma década de muito esforço estudantil, já completo 25 anos de serviço público, sempre mediante concurso público, concursos difíceis, honrados, sérios. Quero enfatizar que considero o concurso público a melhor forma de acesso aos cargos não eletivos, o que me parece ser totalmente adequado ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cujo portal informa que o modelo vigente foi proposto pelo saudoso Rui Barbosa. Todavia, as regras aí estão e permitem candidaturas para as quais os critérios estão na Carta Magna do Estado do Paraná, de todos conhecidos: idade, idoneidade moral, reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis e de administração pública. Asseguro a todos que tenho todos os requisitos exigidos, sendo desnecessário falar do meu currículo, pois quase tudo está disponível no processo de inscrição e na internet. Entre fortes concorrentes, posso demonstrar o perfil técnico adequado ao ofício que requer amplo conhecimento de legislação e prática administrativa, bem como experiência focada em matéria de licitações e contratos administrativos, relacionamento da União com o Estado e Municípios, patrimônio público, funcionalismo, sistemas previdenciários, tributários e tecnológicos. Posso assegurar que essa é a minha praia, esse é o meu campo de dedicação. Hoje me parece inadequado falar de direito público ou contabilidade estatal, o que faço no expediente da consultoria jurídica da União, e farei bem no Tribunal de Contas no silêncio de um gabinete adequado, mediante a luz dos processos e com livros técnicos adequados. Peço vossa atenção para falar de educação moral e cívica, uma disciplina que gostava muito na minha juventude e me fez muito bem. Infelizmente, foi retirada do plano pedagógico, e hoje conto com o projeto de meu conterrâneo, o Senador Sérgio Souza, no Senado, para voltar à pauta escolar. O livro em questão, senhores, é este aqui. Creio que todos nós, que passamos dos 40, tivemos algum contato com ele na escola. Como afirmei ontem à Comissão Especial que, de todos os meus diplomas, este é o que considero mais valioso, mais rico em termos de moral e civismo. E hoje direi os meus motivos para esta valoração: considero que fui muito bem educado; meus pais enfrentaram e venceram sérias dificuldades, em minha infância, por causa de geadas, doenças, inflação, arbítrio governamental e corrupção. Tantas vezes ouvi meu avô dizer: - "O governo é pior que dez geadas". Decerto tinha razões, porque assim o povo contemporâneo manifesta em suas marchas nos dias atuais. Mesmo assim, asseguro a qualidade da educação dada por meus pais, que me ensinaram os Dez Mandamentos, a não cobiçar e nem tocar no alheiro, nem cair em tentação diante do alheio, virtudes de extrema necessidade na vida pública, em especial nesse ambiente do Centro Cívico. Para complementar, meus mestres, mesmo eventualmente maus pagos pelo Estado do Paraná, me proporcionaram uma educação virtuosa. Este livro é meu ponto de partida na compreensão das questões do livre arbítrio. Quero mostrar a todos esta imagem. Existem dois caminhos, um que leva à felicidade e outro à infelicidade. E tal imagem corresponde a todos os dias de nossas vidas, quando temos que decidir inúmeros assuntos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): V. Exa. tem mais dois minutos.

SR. AMAURY JOSÉ SOARES: Vós, ilustres Deputados, eleitos pelo povo paranaense pela forma direta nas urnas, são os que devem eleger o novo Conselheiro, pela forma indireta e secreta. Que Deus os ilumine, lhes providencie uma epifania a tempo e modo de revelar a melhor alternativa para o povo que os elegeu e que não custa exortar: se afastem de tentações, como mimos, cortesias, rendez-vous, comuns na política. Que a entourage dos candidatos majoritários não os intimidem, nem os ameacem, nem ofereçam coisas incompatíveis com o decoro parlamentar. E, se isso acontecer, tenham a fortaleza moral para resistir e combater o mal. Digo-o com base na observação cotidiana de como a extrema Direita age para consolidar seus interesses. Afirmo, sem temor, face ao relato de um Prefeito do interior que me disse: - "Por inúmeras dificuldades não conseguimos acompanhar os padrões vigentes, e tendo pendências do TCE, alguns Conselheiros políticos nos pressionam para fazer votos aos candidatos que indicam, para livrar-nos de punições." Eis a dinâmica de um ciclo vicioso, cujas causas estão na vontade de alguns de terem o que não podem, que não combina com suas personalidades e mérito social. Esquecem esses de uma canção popular muito apreciada pelo vosso povo, Milionário e José Rico: *Nós devemos ser o que somos, ter aquilo que bem merecer*. Ademais, tendo muito o que dizer, publiquei isso no meu Facebook; quem quiser conhecer o texto integral está lá. Encerro com Helena Kolody, com o seguinte poema: *Para quem vai rumo ao sol é sempre madrugada, é sempre o começo de um novo dia profícuo, apto a realizar coisas boas para a humanidade*. Muito obrigado a todos. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Queremos cumprimentar o Sr. Amaury José Soares pela sua exposição e pelo respeito. Como terceiro a ser ouvido, o Sr. Antônio Spolador Júnior. Só gostaria do silêncio para que os senhores candidatos tivessem a oportunidade de falar.

SR. ANTÔNIO SPOLADOR JÚNIOR: Boa tarde, Sr. Presidente e nobres Deputados. Meu nome é Antônio Spolador Júnior. Os senhores devem estar pensando o seguinte: - "Esse rapaz que está aí, hoje, já deve ter escutado que essa indicação já está quase definida por um membro desta Casa. Será que ele acredita em Papai Noel?" Digo para os senhores o seguinte: eu acredito nos homens, acredito na democracia, acredito nas instituições. É por isso que estou aqui, é porque eu acredito em todos vocês, com essa serenidade com que eu estou me apresentando hoje. Estou me apresentando porque comecei a trabalhar aos 12 anos - hoje tenho 63 anos - e em todo esse tempo eu me dediquei ao trabalho, exaustivamente, todos os dias. Em torno de 23 anos trabalhei no setor público, o restante na atividade privada. Consigo discernir as dificuldades existentes num processo em virtude de ter trabalhado quase 20 anos fazendo análise de processo de julgamento, em que há o conflito de interesses do Estado, dos contribuintes, perante o conselho de contribuintes e recursos fiscais. Essa capacidade de discernir eu considero um atributo essencial a quem vai exercer um cargo no Tribunal de Contas, porque hoje temos um emaranhado de complicações, um emaranhado de legislação, um emaranhado de burocracia a ser atendida pelos órgãos do Poder Executivo. Essa pessoa que vai fazer essa análise tem que ter competência para diferenciar aquilo que ofendeu uma mera norma burocrática daquilo que ofendeu o patrimônio público. Essa pessoa tem que ter capacidade de discernimento - e essa capacidade é conquistada ao longo do tempo, não é do dia para noite, não é num simples momento que a pessoa vai adquirir isso. Isso só acontece, meus senhores, com quem analisa processo. Essa pessoa tem que ter a capacidade de fazer essa análise fria da lei e a capacidade técnica e política para verificar que a penalidade proposta, uma vez que se torna exacerbada, inaplicável, e quando isso acontece não pode ser aplicado esse tipo de penalidade a quem quer que seja. Vou procurar ser o mais breve possível, para que possa esta Casa cumprir o pedido do Deputado, para que possa fazer a análise, as demais análises da pauta que está prevista, mas quero deixar claro o seguinte: acredito nos homens, acredito na democracia, e a democracia se faz com instituições, instituições firmes, instituições sérias e homens que possam movê-la. A minha propositura é procurar fazer com que consigamos desvencilhar um pouco essa parte burocrática, agilizando todos os processos, para que não haja necessidade de ficar anos e anos para ter uma solução final de um processo que está sobre a mesa para ser julgado, e a pessoa que está esperando esse julgamento fique agoniada sem saber como vai ser o resultado final. Acredito, sinceramente, nos homens; acredito, sinceramente, na democracia. A nossa democracia é jovem e está sendo construída. O modelo atual do Tribunal de Contas está sofrendo em torno de 12 Propostas de Emendas Constitucionais. Essas reflexões, que peço aos senhores uma análise, uma reflexão, vocês, Srs. Deputados, têm neste momento uma oportunidade de efetuar essa análise e fazer a escolha daquela pessoa que melhor poderá representar esta Casa, porque o Tribunal de Contas é uma extensão dela, o Tribunal de Contas é um órgão que vai assessorar esta Casa, e esta Casa tem que colocar lá pessoas que possam, realmente, discernir entre o que é certo e o que é errado. Por essas razões, coloco-me à disposição e encerro o meu pedido, agradecendo a todos os presentes. Muito obrigado, pela atenção. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): Agradecemos o Sr. Antônio Spolador Júnior, também pelo seu respeito. Convidamos, agora, o próximo orador, Sr. Daniel Ferreira. (Aplausos)

SR. DANIEL FERREIRA: Boa tarde a todos. Exmo. Sr. Presidente desta Sessão, Deputado Artagão, Exmos. Srs. Deputados, boa tarde. É um prazer e uma honra estar aqui, e gostaria de informá-los exatamente do seguinte: meu nome é Daniel Ferreira, sou engenheiro eletricista, advogado, mestre e doutor em Direito Administrativo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; sou professor da Faculdade Curitiba há 17 anos; sou professor de Direito Administrativo, de Processo Administrativo; sou autor de alguns ensaios, trato do tema da sanção administrativa, da teoria de infração, e por último trato do tema da licitação, como instrumento de desenvolvimento nacional sustentável. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o que me traz aqui é o fato de ter sido servidor público federal durante 10 anos. A minha vida foi construída primeiro na Justiça do Trabalho, onde tive o prazer e a honra de trabalhar por exatos 10 anos, onde sempre trabalhei na área meio, sempre vinculada às licitações e aos contratos. Fui Diretor de Patrimônio, fui Presidente de Comissão de Licitações, atuei na área como gestor. Tive as minhas contas estabilizadas pelo Tribunal de Contas da União e não tive nenhum problema, o que não quer significar que eu tenha sido um bom gestor; quer dizer apenas que, quem sabe, o Tribunal de Contas da União não teve a oportunidade de apreciar minhas contas, como auxiliar que era do Diretor Geral. Srs. Deputados, depois de 10 anos de profícua existência no serviço público, resolvi migrar em outro oceano, resolvi dedicar-me à administração pública, na perspectiva de advogado que milita, não auxílio, na contribuição da construção de um Brasil melhor. Virei de lado, não virei a mesa. Passei a advogar especialmente no âmbito do Direito Administrativo, e sou um sujeito que há muito tempo atua especialmente nessa área. E por trabalhar nessa área e por desenvolver esse assunto há tantos anos, atuo diretamente com licitações e contratos, mas também com licitações e sanções. Mas ainda não é isso que me traz, aqui, Srs. Deputados. O que me traz aqui é a percepção de que alunos, meus ex-alunos, como esse que aqui se encontra, exigem um momento novo, uma atuação nova, em que não basta ser professor e professorar no magistério, não adianta ficar de cima olhando para baixo; é preciso descer. Eu estou aqui para aprender, estou aqui para somar, estou aqui para me colocar à disposição, para colocar a nossa Corte de Contas em uma experiência nova. Não acredito apenas no combate à corrupção, embora a corrupção tenha que ser muito combatida. Não acredito apenas na responsabilização de gestores, muito embora gestores tenham de ter as suas contas analisadas e aprovadas. Acredito, Srs. Deputados, que o Tribunal de Contas tem outro perfil a desempenhar. É preciso agir pró-ativamente, é preciso agir preventivamente, é preciso atuar concomitantemente. Não consigo acreditar que eu possa utilizar a mesma mão e a mesma pena para julgar contas, ainda que mediante a parecer de um pequeno Município e de Curitiba, Paraná. Acredito que as pessoas devam e mereçam, por conta do estado de direito, ser compreendidas no seu

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 42

contexto, o que exige do Tribunal de Contas um perfil cada vez mais técnico, cada vez mais antenado com a necessidade democrática contemporânea. Srs. Deputados, a licitação hoje mudou o seu perfil, a finalidade legal da licitação foi alterada desde 2010, e poucos perceberam. A licitação não é apenas um instrumento para garantir isonomia, seleção da proposta mais vantajosa. É para promover o desenvolvimento nacional sustentável, é para alavancar o microempreendedorismo, é para garantir a sustentabilidade ambiental, é para buscar a inclusão social, Srs. Deputados, e isso tem que ser percebido inclusive na perspectiva da Corte de Contas. É por isso que as consultas têm que ser meramente aprimoradas, é por isso que o Tribunal tem que dar exemplo na fiscalização preventiva, na fiscalização proativa. E digo mais, Srs. Deputados, é por isso que esse momento novo exige uma compreensão distinguida da experiência do passado. Nós, de nossa parte, estudamos o assunto há muito tempo, inclusive no mestrado de Direito Empresarial e Cidadania do Unicuritiba, no qual sou professor do corpo permanente e que tive a honra de coordenar. É uma pesquisa que já foi levada ao México, que inclusive usou indicativos deste Estado do Paraná como referencial, um decreto do Estado do Paraná em matéria ambiental, que é por nós levado Brasil afora, como exemplo a ser seguido. Portanto, Srs. Deputados, tenho certeza de que, na medida das potencialidades e das perspectivas que o momento nos apresenta, me coloco à disposição para servir, exatamente para servir a esta Casa integrando um órgão auxiliar. Coloco-me para servir o Estado do Paraná e coloco-me à disposição para servir a todos os paranaenses. Sinceramente, Exas.... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): V. Exa. tem mais dois minutos.

SR. DANIEL FERREIRA: Obrigado, Sr. Presidente. Sinceramente, Exas., embora já tenha ouvido que realmente a decisão está comprometida com um dos Parlamentares, continuo acreditando no futuro, continuo acreditando em Deus inclusive, na perspectiva que daqui até a eleição há pelo menos sete noites. Sete noites em que é preciso refletir o que queremos para amanhã. Tenham certeza de que, de minha parte, não estou abandonando a advocacia, e se não for eleito, continuarei advogando, inclusive em decisões de Corte de Contas, que já tive o prazer e a honra de modificar no Judiciário, mudando decisões de rejeição para aprovação com ressalvas junto ao Tribunal de Contas da União e em desfavor do Tribunal de Contas da União. O que eu não quero, Exas., é diminuir a qualidade, a relevância, a autonomia e a expressão que a Corte de Contas tem que ter no cenário nacional, inclusive para auxiliar esta Casa no controle do poder e dos Poderes entre si. O que eu quero é ajudar a fortalecer aquela Casa, é me somar aos Pares e, quem sabe, se for possível e contando com a confiança de V. Exas., contribuir para que este Estado vá cada vez mais para um lugar melhor. Muito obrigado. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): Agradecemos também ao Sr. Daniel Ferreira pela sua cordialidade, educação e participação nesta tarde. Convido o próximo orador, Sr. Eduardo Kardush.

SR. EDUARDO KARDUSH: Sr. Presidente desta Casa, Srs. Deputados, eu me chamo Eduardo Kardush, e sou professor, há 37 anos, com muito orgulho, da rede estadual do Paraná. Sou natural de Palmeira, e entre outras ações na minha atuação no magistério fui, por 16 anos, diretor de três escolas públicas do Estado, fui professor de Biologia, fui coordenador, professor de outras disciplinas também, por minha mão passaram centenas de jovens, quer como professor, quer como diretor, ou coordenador. Minha candidatura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma homenagem a todos os professores e funcionários da rede estadual do Paraná, especialmente aos meus colegas do Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria de Estado da Educação, onde trabalho atualmente, que é um setor que faz aplicação da LOA e ajustes na Lei Orçamentaria Estadual, e também faz análises de custos, projeções de eventos da Secretaria, cursos, formação continuada, semana pedagógica, etc. E também faz análise de contas das APAEs, e estabelece os parâmetros dos convênios entre a Secretaria de Educação e diversos órgãos, quer sejam públicos ou não. Na minha opinião, um Conselheiro tem que ter várias capacidades: tem que ter capacidade técnica, sensibilidade pública e política, capacidade intelectual, e tem que também rever as questões dos gastos do Tribunal de Contas. Srs. Deputados, o tempo está aí, ouçam o clamor dos jovens, ouçam o clamor da população, porque a época dos gastos excessivos, a época de mordomias excessivas está no fim; vivemos uma crise econômica, social e política. Srs. Nobres Deputados, como representantes legítimos do Estado do Paraná, da população, dos cidadãos paranaenses, faço uma proposta e gostaria que o Presidente da Assembleia, o Sr. Valdir Rossoni, que teve a grandeza de realizar inúmeras ações aqui nesta Casa em favor da ética, em favor da economicidade, em favor da transparência, que os senhores tenham a grandeza de que a escolha desse Conselheiro seja por voto aberto e justificando as razões da escolha de um Conselheiro. Esta é a proposta que eu trago a esta Casa. Ouçam a voz do povo, senhores, ouçam a voz do tempo. Não necessariamente tem que ser escolhido o professor Eduardo Kardush, mas uma pessoa que tenha as razões que eu apresentei aqui: sensibilidade pública, sensibilidade política, ética, moral, e que atue junto aos nobres outros Conselheiros, para que o Tribunal de Contas represente com dignidade o povo do Paraná. Viva o Brasil, justo e honesto! Agradeço a oportunidade de estar falando aqui. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Junior - PMDB): Agradecemos ao Sr. Eduardo Kardush. Destacamos, no entanto, que a votação deve ser secreta por uma decisão judicial, por um princípio constitucional. Próximo convidado, Sr. Erli de Pádua... (Manifestação da plateia)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Junior - PMDB): O Sr. Erli de Pádua Ribeiro é o nosso próximo orador. Solicitamos aos convidados que mantenham silêncio para que possamos dar continuidade à Sessão. Por gentileza, Sr. Erli de Pádua Ribeiro.

SR. ERLI DE PÁDUA RIBEIRO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, agradecer o respeito com que fomos tratados, ontem, pela Comissão que nos atendeu, que nos ouviu e que recebeu os nossos currículos e as nossas titulações. Não vou me ater aqui ao meu currículo, mas entendo que, no Paraná, existem milhares de homens de bem que poderiam estar aqui, propondo também a sua candidatura a esse Conselho; porém, não o fizeram. Aqui estamos nós, para colocar o nosso nome à disposição e à avaliação dos nobres Deputados. O País vive um momento em que o clamor da população é para que os direitos naturais da pessoa humana sejam atendidos em sua plenitude, e que as ações do poder sejam desenvolvidas em favor do bem comum. É natural que muitos de V. Exas. que aqui estão poderão não retornar, depois de passar pelo crivo das eleições do próximo ano, porque as escolhas aqui realizadas, com certeza terão uma força e um peso contundentes para a população. Sou filho de pedreiro, carpinteiro; fui boia-fria; tive oportunidade de estudar, sou Bacharel em Administração; sou mestre em Gestão de Empresas pela Universidade Internacional de Lisboa; fui Vereador do Município de Cambé; já fui fiscal das contas do Município, quando atuei como Vereador, de 97 a 2000; fui Diretor de Ensino Superior daquele Município, até 2004. Hoje, sou empregado de carreira da Conab. Quando entrei, em 1986, fiscalizei e fui fiscal dos estoques públicos do governo federal, e ainda atuo na supervisão dos programas da agricultura familiar vinculados à doação simultânea, o PA. Sou membro e técnico nomeado para intermediar os processos de doação de recursos a fundos não reembolsáveis do BNDES e Conab, do convênio para os mais de 170 Municípios da agricultura familiar deste Estado, orientando os pareceres técnicos e atuando para que o dinheiro seja gasto de forma condizente com aquilo que foi proposto. Hoje, sou Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico da Conab, atuando principalmente na elaboração do relatório de gestão e atendendo às demandas e às questões do CGU e Tribunal de Contas da União. Sou cristão temente a Deus e pretendo ser cada vez mais fiel a Ele. Pretendo ser Conselheiro dessa Corte de Contas, para buscar a valorização maior desse Tribunal no tocante à sua atuação, dando respostas concretas à sociedade dessa Corte em relação ao trato com a coisa pública. Pretendo retribuir aos apelos da sociedade e às demandas desta Casa Legislativa, com trabalho e dedicação, diante das demandas na fiscalização de contas do governo do Estado. Pretendo ser Conselheiro em respeito a cada cidadão que paga seus impostos, e muitas vezes não tem o retorno justo pela aplicação dos seus recursos dispendidos. Pretendo ser Conselheiro do Tribunal de Contas em respeito a cada Parlamentar aqui, honesto, que assumiu ou que venha a assumir uma cadeira nesta Assembleia, com o desejo de que os recursos do povo, que estão sob a administração do Estado ou dos Municípios ou organizações, possam ser devolvidos a cada paranaense, com políticas que de fato cumpram sua finalidade, dentro dos princípios norteadores da administração pública, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, publicidade e eficiência. Peço o apoio de V. Exas. Deputados, nesta tarde, que estão aqui e que pretendem deixar seu legado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Junior - PMDB): V. Sa. tem mais dois minutos.

SR. ERLI DE PÁDUA RIBEIRO: Muito obrigado. E que pretendem deixar seu legado na história do nosso Estado, seguindo o exemplo dos antepassados, que tiveram a coragem de quebrar paradigmas e romper com acordos, atendendo ao apelo da população, que é a razão de cada um vocês estarem aqui. Quero apelar para vossas consciências, para que nos deem a oportunidade de voltar os olhos do Tribunal de Contas para a realização da missão de apoiar e auxiliar o Legislativo no exercício da fiscalização das contas públicas. Nenhum Deputado tem a obrigação de saber tudo, de dominar todos os temas. Para poder atuar com legitimidade, é preciso que o Tribunal de Contas, com sua independência, possa auxiliar esta Casa na sua atuação de fiscalização. Este é o momento, Exas., de quebrarem-se os paradigmas, renunciarem-se às pressões, se existirem. Vamos vivenciar, aderir ao apelo da sociedade, romper com o reprodutivismo histórico que privilegia o melhor para os melhores. Se o pai é um médico, seu filho será um grande cirurgião? Se o pai é advogado, o filho será um grande juiz? E meu pai, que foi boia fria? Serei o quê? É preciso romper com o reprodutivismo histórico. Não posso ser o melhor dos candidatos, mas, me coloco como grande alternativa, com possibilidade, para que não me pareça técnico demais e emperre a máquina pública. Em memória aos inúmeros homens e mulheres ilustres que passaram por esta egrégia Casa de Leis, que foram homens de grandes virtudes, dotados de prudência, honestidade, que cumpriram a sua missão com sabedoria; outros passaram por aqui como se nunca tivessem existido. Será que é desse lado que nós, legisladores, queremos estar? Quero finalizar, Sr. Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): Para concluir.

SR. ERLI DE PÁDUA RIBEIRO: Parafraseando Rui Barbosa, que, antes de Felisberto Caldeira Brant, foi idealizador do primeiro Tribunal de Contas do Brasil: *Eu não quero que os meus filhos vejam o triunfo das mihdades, eu não quero que os meus netos concordem com a prosperação da desonra, eu não quero a minha família seja refém dos poderes agigantados nas mãos dos maus; quero que todo homem de bem não desanime da virtude, quero que toda a família lute para a prevalência da honra, quero que os homens e mulheres do nosso Estado jamais desistam de buscar a graça de Deus e a honestidade.* Muito obrigado. O meu nome é Erli de Pádua Ribeiro. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): Agradecemos ao Sr. Erli de Pádua Ribeiro. Queremos registrar, com alegria, a presença do Vereador de Curitiba, Chico do Uberaba; do Prefeito de Mamborê, Nei Calori; e dos Vereadores de Mamborê: Silvio Silveira, Dirlei Martins e João do Prado. A solicitação foi do Deputado Douglas Fabrício. Agradecemos a presença do Movimento Popular Contra a Corrupção por Amor a Londrina, representado pelo Dr. Jorge Custódio. Movimento por Amor a Arapongas, representado por Carlos Pereira de Souza. Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina, Carlos Roberto Delarosa. (Aplausos) Agradecemos e registramos ainda a presença do Sindicato das Empresas de Transporte de Ponta Grossa, representado por Wilson Stumer. Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Região Oeste do Paraná, Jeová Pereira. Sejam bem-vindos! (Aplausos) Quero esclarecer ainda aos nobres visitantes, para que reste clara a informação: na escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas Mauricio Requião o voto foi realizado de forma aberta por esta Casa de Leis, e uma decisão judicial do Supremo Tribunal Federal revogou a votação, cancelou a eleição do Conselheiro e, na sequência, acabou ocorrendo a eleição do Conselheiro Ivan, por voto secreto, por uma determinação judicial, seguindo um princípio constitucional. Então, quando fiz essa observação, não é no sentido de que esta Casa de Leis não quer proceder com o voto aberto; pelo contrário. Historicamente, sempre fizemos as eleições aqui através de voto aberto, até que houve essa contestação judicial, e uma determinação do Supremo Tribunal Federal decidiu que as eleições para a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas obrigatoriamente devem ser feitas por voto secreto. Foi esse o esclarecimento que fiz anteriormente e acho que agora ficou um pouco mais claro.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 43

Não é uma decisão dos Deputados, e sim uma decisão judicial. Próximo orador inscrito, Sr. Fábio de Souza Camargo.

SR. FÁBIO DE SOUZA CAMARGO: Exmo. Sr. Presidente, nosso Vice-Presidente, Deputado Artagão, demais Deputados que compõem a Mesa, Deputado Hermas, Deputado Bier, Sras. e Srs. Deputados, nossos candidatos, nossa candidata, senhoras e senhores, subo a esta tribuna com toda a humildade e com o mais absoluto respeito - aqueles que me conhecem sabem que eu prezo muito a humildade, o respeito - e por isso, senhoras e senhores, me inscrevi para postular esse tão honrado cargo. Tenho comigo os ensinamentos de minha família, a família da qual eu tenho a mais absoluta tranquilidade de dizer que é uma família muito honrada aqui neste Estado, por sempre lutar e buscar a justiça. Tenho alma de magistrado, e essa alma de magistrado me faz caminhar no lado judicante do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná é um órgão administrativo e judicante; e do lado administrativo posso buscar as minhas raízes na política. Sim, explico a V. Exas. por que na política. Enquanto Vereador, fui Vice-Presidente da Casa e fui 1º Secretário. Enquanto 1º Secretário administrei um orçamento maior do que 60% dos Municípios do Estado do Paraná; colaborei na informatização da Câmara e, consequentemente, na transformação da Câmara. Aqui neste Parlamento, como 5º Secretário e como 4º Secretário, ambos também participando sob a liderança do Presidente Rossoni, na maior transformação que esta Casa viu nos últimos anos, e logicamente, com todo o apoio e com toda a luta de todos os Parlamentares. Na questão jurídica, voltado ao lado judicante, até vejo aqui meu professor de pós, também candidato, Dr. Daniel, sim, porque não só me formei em Direito, mas sempre busquei o aperfeiçoamento, e desde 99 militando como advogado, tendo a sociedade como majoritária no escritório de advocacia na Inácio Lustosa, 827, tive muitas demandas, mas também muitas consultas. E desta forma, trabalhando com humildade, mas com muita honradez, consegui o apoio de V. Exas. para transformar a CPI das Falências num marco no Judiciário do Estado do Paraná, e quiçá do Brasil. Através da CPI das Falências, a qual eu tive a oportunidade e a honra de presidir, com o apoio de V. Exas, conseguimos uma transformação no Judiciário do Estado do Paraná, com criação de Varas especializadas, com digitalizações de processos, com o afastamento de Magistrados, com o afastamento definitivo de um administrador de 196 falências, as maiores do Paraná, conseguindo, com isso, que trabalhadores recebessem o que era de direito, credores e falidos. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, com toda a humildade do mundo, Sr. Presidente, entendo aqui que estou me deparando com grandes técnicos, com pessoas como o professor que me antecedeu nesta tribuna, altamente preparado, não só curricularmente, mas também pessoalmente, mas que todos possamos continuar nessa disputa sadia em igualdade, porque aqui não somos Deputados, nós estamos Deputados; amanhã ou depois um de V. Sas. podem acabar enveredando para a política, e nem porque vão para a política vão deixar de ser pessoas honestas, honradas, direitas. E hoje, o que nós Deputados estamos sofrendo com a imprensa marrom, bruta, covarde, é simplesmente eles usando... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): V. Exa. tem mais dois minutos para concluir.

SR. FÁBIO DE SOUZA CAMARGO: Obrigado, Sr. Presidente. Muitas vezes usando essa eleição e tentando transformar políticos sérios, honrados, direitos, que lutam, que trabalham, que V. Exas., quando conversam comigo concordam com isso, em verdadeiros monstros. Então, quero dizer a V. Exas. que, particularmente, respeito muito a candidatura de todos. Tenho certeza, converso com todos os Deputados e todos dizem: - "Nossa, como tem pessoas boas, Fábio; seu currículo também é bom". Que modéstia à parte eu tenho um currículo bom também. Disputei recentemente o 5º Constitucional, tive sete votos, e dos sete votos, nada mais, nada menos, do que quatro votos vitalícios de Conselheiros da OAB, vitalícios de ex-Presidentes da Ordem, que eram independentes e votaram em mim, porque lá tinha o Glomb, que falava pelo Guilherme Döring da Cunha Pereira, o ventríloquo, que era contra mim. Então, disputei contra tudo e todos. Tive cassada a minha OAB, medida do Simão, que também entrou contra mim, Deputados, está tentando me impugnar. O mesmo Simão que perdeu as 196 falências. Então, peço a V. Exas. que compreendam que os votos pelos quais estamos lutando aqui, tanto eu quanto o nobre Deputado Plauto, são tão dignos quanto os votos pelos quais V. Exas. estão disputando. Espero que esta eleição, com a benção de Deus, possa acontecer com naturalidade e normalidade, que não é o que a Grpcom quer. Muito obrigado. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): Agradecemos o Sr. Fábio de Souza Camargo pela sua manifestação. Registramos a presença do ex-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina, Walter Orsi; e do Presidente do CREA-Londrina, Osmar Alves, a pedido do Deputado Gilberto Martin. Sejam bem-vindos! Convidamos a próxima oradora, Sra. Flávia Freire.

SRA. FLÁVIA FREIRE: Boa tarde, senhores, Exmos. Srs. Deputados. Sou Flávia Freire, pedagoga, policial civil, servidora pública de carreira, e me coloco à disposição do meu Estado, com experiência direcionada à área de segurança pública, focada na análise socioeconômica e aplicação de políticas públicas nas áreas com maior índice de criminalidade do Estado, sempre respeitando os princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Diante da seriedade deste Legislativo, ressalto o art. 5º da Constituição: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de natureza, garantindo-se a inviolabilidade, a igualdade e a propriedade*. Senhores, tenho a garra da juventude para aceitar novos desafios. Em 66 anos de existência do Tribunal de Contas, nenhuma mulher ainda ocupou esse cargo. Estou aqui e me coloco à disposição dos senhores, sim, porque tenho capacidade para tal. Sempre trabalhei com o principal objetivo de garantir o interesse público, objetivo principal este da administração pública. Conto com os senhores, opções das mais diversas os senhores têm, basta fazer a escolha agora. O povo está nas ruas pedindo mudança, eu sou povo e sou Estado, cumpro as minhas obrigações diárias e constitucionais. Peço o apoio dos senhores para que possam garantir esse nosso direito; os senhores são os nossos representantes. Concluo a minha fala: *A vida é combate, que aos fracos abate; os fortes e bravos só pode exaltar.* Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): Agradecemos a Sra. Flávia Freire também pelo respeito manifestado. E convidamos o próximo orador, Sr. Francisco de Assis Inocêncio. O Sr. Francisco não veio. Lembramos que a manifestação pública é uma opção do candidato, não é obrigatória, mas registramos aqui o convite e a oportunidade ao Sr. Francisco de Assis Inocêncio, que não está presente. Próxima oradora, Sra. Prescila Alves Pereira Francioli.

SRA. PRESCILA ALVES PEREIRA FRANCIOLI: Boa tarde ao Presidente desta Comissão Plenária, aos Exmos. Deputados. O meu nome é Prescila Alves Pereira Francioli; eu resido em Campo Mourão, Paraná; sou formada em Direito, Ciências Contábeis, Matemática; tenho especialização em Direito Empresarial, Educação Matemática e MBA em Gestão Empresarial. Sou perita da Justiça Federal e da Justiça Estadual, perita contábil. Exerço atividade da contabilidade há mais de 15 anos, fui professora por mais de seis anos no Município e no Estado. Já prestei trabalho para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fazendo auditoria para Prefeitura de Peabiru como contratada terceirizada. Por que estou me candidatando? Primeiro porque é um desafio, e eu gosto de desafios; também porque estou investida do princípio da impessoalidade, que está lá no art. 37 da Constituição Federal, e também todos os demais que, com certeza, vocês, até aqueles que estão aí e não estão prestando atenção conhecem: o da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade. Também me considero capaz porque sei que tenho inteligência brilhante, sou brilhante - vou deixar agora de lado um pouco a modéstia - tenho um Q.I. acima de 150, cientificamente comprovado. Não sou eu que digo, porque não tenho conhecimento para isso, mas através de exames médicos. Sei que posso resolver qualquer problema que chegar até mim. Gosto muito de desafios. Conheço as leis do Tribunal de Contas, a 8.429, a 101 de 2000, e lá nessas leis tem tudo que precisa para você fazer um bom trabalho como Conselheiro. Estou aqui como candidata, como todos os outros demais colegas, que também são muito capazes. Todos os nossos títulos principais - porque se fôssemos colocar todos seriam muitos, não daria tempo nem de estudar, porque todos aqui têm muitos títulos - já estão lá anexados. Venho a vocês, com humildade, pedir o voto a minha pessoa, como profissional técnica competente, para atuar junto ao Tribunal de Contas de forma republicana, para prestar serviço ao Estado e não dele me servir. Conheço poucos Deputados aqui, conheço dois que são lá da minha cidade, a Marla Tureck que está ali, o Deputado Douglas Fabrício que está lá, e os outros tive a alegria de conhecer aqui, mas não fui conversar com eles e falar assim: - "Por favor, esteja lá defendendo o meu nome", porque eu não acho ético fazer esse tipo de coisa; mas estou agora pedindo, de forma igual a todos, que se me considerarem como uma pessoa capaz de exercer esse cargo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): A senhora tem mais dois minutos para concluir.

SRA. PRESCILA ALVES PEREIRA FRANCIOLI: Obrigada. Porque todos os cursos que eu fiz até hoje, que são: Contabilidade, Direito, Matemática, foi com o objetivo de um dia estar junto ao Tribunal de Contas prestando esse trabalho. Agradeço por vocês terem me ouvido. Agradeço a oportunidade de estar aqui nesta Sessão, podendo falar um pouquinho. Muito obrigada. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Artagão Júnior - PMDB): Agradecemos a Sra. Prescila Alves Pereira Francioli, pela sua manifestação e também pelo respeito. Próximo orador inscrito, Sr. Roberto Rohlen Seleme.

SR. ROBERTO ROHLEN SELEME: Boa tarde, Presidência da Câmara. Boa tarde, Srs. Deputados. Meu nome é Roberto Rohlen Seleme, brasileiro, casado, dois filhos. A minha formação: sou mestre em Administração, sou MBA em Executivo Internacional, sou Engenheiro Elétrico, pela Universidade de São Paulo. Como professor tento, mencionado os cursos de pós-graduação em MBA presencial e até em MBA em ensino à distância, alguns cursos voltados à área pública, dentre os quais tenho Gestão Municipal de Desenvolvimento Urbano, Gestão de Recursos Financeiros e Arrecadação Pública Tributária e Gestão de Produtos e Serviços. Tenho algumas obras publicadas, entre as últimas: - até na sabatina de hoje, deixei à disponibilidade da Câmara - "Diretrizes e Práticas de Gestão Financeira e Orientações Tributárias" e "Criando Universidades Corporativas no Mundo Virtual", como gestor em Diretoria Administrativa de Empresas, que prestavam serviços a todas as esferas públicas, participando dessa forma de licitações, onde impera a Lei 866, de 1993 e todas as suas modificações, como consultor para o desenvolvimento de projetos do setor público, tanto na parte gerencial, como no estudo de viabilidade econômica financeira. Srs. Deputados, tendo o privilégio de me dirigir a esta egrégia Casa do Povo, na condição de postulante ao alto cargo de Conselheiro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tenho a dizer que tenho conhecimento das altas funções, em importância que o Tribunal exerce, que na honrosa função pública, na análise dos feitos públicos, quer das leis votadas por esta Câmara, quer de projetos de obras e serviços dentro dos parâmetros ditados pelas leis vigentes em nosso país e muito particularmente pela Lei 866, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que rege a administração das licitações públicas. Tais conhecimentos que possuo, aliados ao profundo conhecimento, além da Constituição do Estado do Paraná, da Constituição Federal, particularmente o seu art. 5º, credencio-me ao exercício do cargo de Conselheiro, para análise isenta de quaisquer compromissos de ordem política, buscando sempre a isonomia e tratamento nas questões postas, oriundas de qualquer setor público, sejam de ordem política, sejam de ordem administrativa. Assim e no trato harmônico com os colegas Conselheiros, que possam garantir a justeza, a isenção de tratamento da coisa pública, submetidos à análise e grifo do Tribunal de Contas e assim atender aos ditames populares. Minhas qualificações já apresentadas, no preâmbulo, também garantem a minha condição, para o exercício de tão alta função de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. E com isso, ponho à apreciação de Vs. Sas. a minha vida privada, a minha vida pública, a minha vida como professor e como gestor. Muito obrigado. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni-PSDB): Nós temos o último candidato a falar aos Srs. Deputados, o Sr. Tarso Cabral Violin.

SR. TARSO CABRAL VIOLIN: Boa tarde a todos e a todas, Exmos. Deputados Estaduais e também Deputadas desta Casa. Meu nome é Tarso Cabral Violin, sou candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Perguntam-me, às vezes, se tenho uma carta proposta, se tenho algum documento de ideias, de propostas a serem realizadas como Conselheiro. Sempre digo que, na verdade, a minha proposta já está pronta desde 1988, com a nossa Constituição social e democrática de direito. Essa Constituição que se, ao mesmo tempo, ela garante a propriedade privada e a livre iniciativa, ela também prevê a existência de, quem sabe, um dia cheguemos a um estado do bem estar social. Um Estado que vai intervir na economia de forma direta ou indireta, um Estado que intervém também na área social de forma direta ou indireta. Estado que vai, então, almejar

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 44

a chamada justiça social. Isso não sou eu que estou falando, está na Constituição, justiça social, redução das desigualdades sociais regionais, bem estar da população, entre outras questões. Na verdade, a minha plataforma política nada mais é, então, do que lutarmos pela aplicação do que está na nossa Constituição, uma carta que defendo com unhas e dentes, seja na minha atividade como advogado, professor ou cidadão. Também na Constituição tem a previsão de que precisamos ter uma administração pública profissionalizada, uma administração pública que respeite procedimentos, processos, que vá buscar o atendimento do interesse público e também garantir, claro, os direitos fundamentais dos cidadãos. Então, - isso está no meu currículo entregue aos senhores, já encaminhei por e-mail para todos - sou advogado, consultor jurídico na área do Direito Administrativo, na área das Licitações e Contratos Administrativos, já atuei pró administração pública, já atuei contra administração pública nessas áreas do Direito do terceiro setor e Direito Administrativo. Também sou professor da Universidade Positivo, aqui de Curitiba, na graduação, mas também sou professor na pós graduação seja como palestrante ou professor em praticamente todas as demais instituições aqui de Curitiba. Palestrante e professor na Unicuritiba, na pós graduação, na Academia Brasileira de Direito Constitucional, na PUC Paraná, na própria Unibrasil e no Instituto do Professor Romeu Bacelar, e também na Universidade Federal do Paraná. Sou mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, minha dissertação de mestrado teve nota 10 na Universidade, meu professor orientador, professor Romeu Bacelar Filho. Essa dissertação, inclusive, virou livro: "Terceiro Setor e as Parcerias com Administração Pública", que apresento aqui para os Srs. Sou membro, já fui membro de várias Comissões da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, hoje faço parte das Comissões de Estudos Constitucionais aqui da OAB-Paraná, faço parte da Comissão de Gestão Pública E Controle Da Administração Pública, também da OAB do Estado do Paraná, por lá que passam todas as questões relativas às questões constitucionais e jurídicas e também as questões relativas à administração pública que a OAB faz como análise para, quem sabe, ás vezes entrar com uma ADIN, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ou fazer pedidos administrativos. Tenho, também, oito anos de experiência dentro da administração pública, onde já fui assessor jurídico, diretor jurídico de empresa estatal, aqui do Estado do Paraná, atuando sempre nos termos do interesse público e nada sendo questionado sobre a minha atuação. Já assinando pareceres, passando ás vezes milhões em nossas mãos, assinando um parecer, aprovando ou não um edital de licitação, e nunca sofri nenhum questionamento do Tribunal de Contas ou de nenhuma autoridade, ou cidadão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): V. Exa. tem mais dois minutos.

SR. TARSO CABRAL VIOLIN: Então, rapidamente. Já fiz também estágio no Tribunal de Contas, conheço bem a realidade lá dentro, defendo e entendo que os servidores do Tribunal de Contas são muito qualificados e precisamos de Conselheiros com uma visão não só política, mas também com domínio da técnica, do Direito, principalmente, mas, claro que, também das demais áreas como Economia, Contabilidade e Financeiro. Tenho um manifesto publicado no meu blog, no blogdotarso.com, que, de apoio, vários juristas - sejam membros do Ministério Público, magistrados, professores - elaboraram um manifesto de apoio a minha candidatura. Um dos maiores nomes do Direito do Paraná, o Professor Luiz Edson Fachin, professor da Federal, está me apoiando para este cargo de Conselheiro. O maior nome do Direito Administrativo do Brasil, o Professor Celso Antonio Bandeira de Melo, assinou esse manifesto em apoio ao meu nome. Com esse currículo e esses apoios, gostaria de pedir o voto para os Srs. Deputados e Deputadas Estaduais aqui do Paraná. Para finalizar, gostaria de dizer que não é uma obrigação desta eleição, mas também pedi uma certidão negativa, tanto do Tribunal de Contas do Estado, quanto do Ministério Público do Estado do Paraná, e não consta, contra o meu nome, nenhuma investigação, nenhum questionamento, nem da justiça, nem da polícia, nem do Tribunal de Contas e nem do Ministério Público. Não há nada, sou um candidato ficha limpa e com isso peço voto dos senhores. Faço campanha na internet e, também junto aos próprios Deputados e peço aos cidadãos que concordam com a minha eleição como Conselheiro, que peçam votos também para os seus Deputados. Muito obrigado pela atenção dos senhores e até a eleição. (Aplausos).

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Queremos agradecer a presença do ex-Presidente da ACIL, Walter Orsi e o Presidente do CREA- Londrina, Osmar Alves, a pedido do Deputado Gilberto Martin. Queremos cumprimentar a todos os candidatos e convidá-los para amanhã e segunda-feira, virem a esta Casa, onde estaremos fazendo a oitiva dos demais candidatos e, provavelmente, procedendo à eleição logo a seguir de ouvir todos os candidatos. Agradecemos a forma respeitosa com que V. Sas. se dirigiram aos Parlamentares desta Casa, temos procurado dar a maior transparência para que esta eleição seja feita. Também sabemos das dificuldades e da lei que hoje obriga este Presidente a respeitar. Não sou advogado, mas em não sendo também advogado, devo respeito à Constituição. Se alguma mudança na escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas deve ser feita, deve ser feita primeiro, com o Congresso, pelo Congresso Nacional; segundo - a simetria - pela Constituição Estadual e aí cabe aos Srs. Deputados. Hoje mesmo entrei em contato com alguns Senadores da República, dizendo a eles que vamos encaminhar sugestões que estão sendo encaminhadas pelos Srs. Deputados a esta Presidência e vamos encaminhá-las ao Congresso Nacional. Não tenho mais nenhuma dúvida com o movimento das ruas, com o "Acordou o Gigante". Parece-me, algo me diz que vamos fazer a última eleição baseados nesta lei ou baseados no que diz a Constituição, porque me parece que sopram ventos muito fortes para que haja uma mudança na Constituição Federal e Constituição Estadual. Saúdo e agradeço a presença e convido-os para que amanhã e na segunda-feira estejam nesta Casa, onde daremos continuidade a este processo de escolha do novo Conselheiro do Tribunal de Contas. Interrompo a Sessão, por cinco minutos, para que possamos cumprimentar os candidatos, depois dar prosseguimento à Sessão. (Suspensa a Sessão). Está reaberta a Sessão. Srs. Deputados, vamos dar prosseguimento à nossa Sessão. Recebemos um pedido do Deputado Tercílio Turini e Deputado Gilberto Martin, com a concordância do Líder da Oposição e do Líder do Governo, para que possamos abrir um tempo para que o representante do Movimento que aqui está possa fazer uso da palavra. Então, vamos abrir, por cinco minutos, a palavra ao Sr. Jorge Custódio, para falar aos Srs. Deputados, até porque eles vieram de longe e não têm como amanhã estarem aqui. Então, o Sr. Jorge Custódio fará uso da palavra por cinco minutos, no entendimento dos Líderes. Por favor, Sr. Jorge Custódio. (Aplausos)

SR. JORGE CUSTÓDIO: Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia, aos Srs. Deputados, Deputado Tercílio Turini, Deputado Gilberto Martin, Deputado Cleiton Kielse, que nos têm recebido hoje, para que possamos trazer - o pessoal do norte do Paraná, da região de Londrina - o pedido que, na verdade, já está sendo realizado de certa forma, que é o pedido da instalação da CPI. Sabemos que ontem foi já aprovado e a CPI irá ser constituída nos próximos dias. O que queremos, Srs. Deputados, temos aqui um abaixo-assinado de milhares de londrinenses, milhares de pessoas que puderam assinar este documento, no pouco tempo em que estivemos coletando assinaturas, porque somos todos voluntários e somos cidadãos, somos pessoas trabalhadoras, sindicalistas, estamos aqui em nome do Movimento Por Amor a Londrina, movimento contra o pedágio, o movimento de donas de casa, o movimento de pessoas que estão indignadas e também o Sindicato dos Caminhoneiros de Londrina e o sindicato dos caminhoneiros de outras cidades daqui do Paraná, que são os grandes penalizados pela situação do pedágio. Então, Srs. Deputados, a nossa vinda, essa vinda de Londrina, andando cerca de 450 quilômetros, saímos de lá às 5h, agradeço a todos os companheiros que estão aqui, a todos os membros caminhoneiros, (aplausos) donas de casa, lideranças, jovens e estudantes que estão aqui empenhados para trazer aos senhores um pedido, para que a CPI venha a acontecer, acontecer de fato. O Tribunal de Contas, na semana passada, trouxe a público um Relatório, onde demonstra aquilo que estamos dizendo, aquilo que vemos. Lá em Londrina, a região de Londrina tem um dos pedágios mais caros do mundo, é R$13,40 um carro pequeno, quase R$100 uma carreta de oito ou nove eixos para sair de Londrina e ir para Jacarezinho, ir para Jataizinho e, se passar para o Estado de São Paulo, são dois pedágios em um trecho de menos de 100 quilômetros. Então, isso encarece. Esta nossa luta é uma luta pela dignidade e queremos que os Srs. Deputados ouçam este clamor. São acidentes, pessoas que estão morrendo, são pessoas que acabam dando mais custo ao Estado, mais custo ao erário público, porque acabam perdendo a vida, são pessoas, são tratamento médicos e as estradas estão aí, não precisa nem dizer muito que precisa melhorar. Que a CPI investigue essas irregularidades graves que nós já tivemos conhecimento através do próprio dossiê do Deputado Cleiton Kielse e também agora do Parecer do Tribunal de Contas. Gostaria de agradecer. Esperamos que os Deputados possam contribuir com a sociedade neste momento tão importante. Muito obrigado. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Nós queremos cumprimentar o Sr. Jorge e cumprimentar todos do movimento. Vamos dar continuidade à Sessão. Passamos à **ORDEM DO DIA**. Projetos e Indicações que necessitam de apoiamento. Peço para zerar o painel. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Senhores, quebramos o protocolo da Casa hoje, e com a compreensão dos Srs. Deputados abrimos espaço para o representante do movimento falar. Gostaríamos de contar com o respeito de V. Exas., porque aqui temos demonstrado esse respeito, e espero que esse movimento, que certamente tem um objetivo nobre, nos respeite e mantenham o silêncio. Vocês estão convidados a permanecerem aqui conosco, vamos dar prosseguimento à Sessão, mas não vamos permitir manifestações, porque, com a compreensão dos Srs. Deputados, abrimos espaço; hoje não tinha fala de ninguém. Os Srs. Deputados Gilberto Martin, Tercílio Turini, Kielse, todos eles, até o Kielse está inscrito, depois, no término da Sessão, vai fazer uso da palavra. Tivemos a compreensão de todos os Deputados, agora, ordem é ordem, então, por favor, o respeito. Vamos dar prosseguimento à Sessão.

Projetos de Lei: (Com apoiamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Protocolo nº 5.993/2013** (autuado sob o nº 290/2013), do Deputado Paranhos, obrigando as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná a preverem, nos testes seletivos vestibulares, no mínimo uma questão versante sobre obra de autoria de escritor paranaense; **Protocolo nº 5.994/2013** (autuado sob o nº 291/2013), do Deputado Paranhos, proibindo o descarte de filtro de cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná; **Protocolo nº 5.995/2013** (autuado sob o nº 292/2013), do Deputado Paranhos, obrigando os postos de combustíveis informarem se a gasolina comercializada é formulada ou refinada; **Protocolo nº 5.996/2013** (autuado sob o nº 293/2013), do Deputado Paranhos, inserindo no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Dia da Liderança Jovem, a ser comemorado, anualmente, no dia 1º de agosto; **Protocolo nº 5.999/2013** (autuado sob o nº 294/2013), do Deputado Paranhos, instituindo a Semana de Conscientização e Combate a Anorexia, Bulimia e Transtornos Alimentares no Estado do Paraná, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de novembro; **Protocolo nº 6.000/2013** (autuado sob o nº 295/2013), do Deputado Tercílio Turini, instituindo no calendário de eventos do Estado do Paraná a Expo Japão, realizada anualmente no mês de junho, no Município de Londrina; **Protocolo nº 6.001/2013** (autuado sob o nº 296/2013), do Deputado Tercílio Turini, instituindo no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Exposição Agrícola Regional de Assaí, Expoasa, realizada anualmente na segunda final de semana de junho, no Município de Assaí; **Protocolo nº 6.008/2013** (autuado sob o nº 297/2013), do Deputado Francisco Bührer, declarando de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, com sede no Município de Pién e foro no Município de Rio Negro; **Protocolo nº 6.009/2013** (autuado sob o nº 298/2013), do Deputado Teruo Kato, alterando a redação do art. 1º da Lei nº 15.967/2008, incluindo o parágrafo único no art. 1º; alterando a redação do art. 3º e incluindo o art. 4º; **Protocolo nº 6.036/2013** (autuado sob o nº 299/2013), do Deputado Professor Lemos, ficando instituído o meio passe nas passagens de ônibus intermunicipais aos estudantes que estejam matriculados em estabelecimentos de ensino localizados em Municípios diversos de seus domicílios no Estado do Paraná e dá outras providências.

Indicações: (Com apoiamento e encaminhadas à Diretoria Legislativa para registro e autuação.) **Protocolo nº 5.997/2013** (autuada sob o nº 1.892/2013), do Deputado Paranhos, sugerindo ao Governador do Estado a adoção de medidas, a fim de que promova a descentralização dos serviços de perícia aos portadores de necessidades especiais, no âmbito do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, Detran;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 45

Protocolo nº 5.998/2013 (autuada sob o nº 1.893/2013), do Deputado Paranhos, sugerindo ao Governador do Estado a implantação do Programa de Capacitação de Professores da Rede Estadual de Ensino Médio, por meio do Projeto de Prevenção ao Uso de Drogas aos Professores do Estado do Paraná.

Queremos registrar a presença do Presidente da Câmara de Mandaguaçu, Vereador Guga Saes, a pedido do Dr. Batista. Está registrado.

(Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Após a verificação do quórum necessário, procedeu-se à votação simbólica da redação final.) (Manifestações sem revisão dos oradores.) (Presidente sem voto.)

ITEM 01 - Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 11/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 64/2013, dispondo sobre o piso salarial dos professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná, em virtude do reajuste do piso nacional - Lei Federal nº 11.738/2008 e equiparação do salário de ingresso de professores ao dos agentes profissionais do Quadro do Poder Executivo. Em votação. Srs. Deputados que concordam com a redação final permaneçam como estão. **Aprovado**.

(Em seguida, procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório anexo.)

ITEM 02 - 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 3/2013, de autoria do Deputado Tercilio Turini, instituindo o Distrito de São Martinho, no Município de Rolândia, como a Capital Paranaense dos Embutidos. Com parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2ª Discussão. Está em discussão o substitutivo. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Votaram "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44 Deputados).* ***Não votaram:*** *Caito Quintana, Cleiton Kielse, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Plauto Miró, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (10 Deputados)*]. Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 3/2013.

ITEM 03 - 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 76/2013, de autoria do Deputado Gilberto Martin, criando uma rede previamente definida para o parto que vincule cada unidade pré-natal do SUS à garantia de acesso automático a uma maternidade. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2ª discussão. Em discussão o substitutivo. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Votaram "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (43 Deputados).* ***Não votaram:*** *Ademar Traiano, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (11 Deputados)*]. Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 76/2013.

ITEM 04 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 136/2013, de autoria do Deputado Anibelli Neto (anexo Projeto nº 156/2013 - Deputada Cantora Mara Lima), instituindo o Dia Estadual da Juventude Cristã, a ser celebrado anualmente no dia 28 de julho. Com parecer favorável da CCJ. Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário nº 1, protocolada sob o nº 6.045/2013, da Deputada Cantora Mara Lima, com apoiamento dos Deputados Marla Tureck, Wilson Quinteiro, Luiz Accorsi, Pastor Edson Praczyk, Stephanes Junior e Nelson Luersen, alterando a redação do projeto. **O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça**.

ITEM 05 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 229/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 55/2013, autorizando o Poder Executivo e sua autarquia Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, a efetivar a doação de imóveis ao Município de Rondon. Com pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44 Deputados).* ***Não votaram:*** *Ademar Traiano, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (10 Deputados)*]. Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 229/2013.

ITEM 06 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 43/2013, de autoria do Deputado Péricles de Mello, instituindo o Dia da Eubiose. Com parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (37 Deputados).* ***Não votaram:*** *Alceu Maron Filho, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Evandro Junior, Fábio Camargo, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (17 Deputados)*]. Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 230/2013.

ITEM 11 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 233/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 57/2013, instituindo o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná, SFM. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças, Comissão de Orçamento e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Em discussão. Não havendo

ITEM 07 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 100/2013, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Sérgio Sebastião Miguel. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (42 Deputados).* ***Não votaram:*** *Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Fábio Camargo, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (12 Deputados)*]. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 100/2013.

ITEM 08 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 175/2013, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, de Santa Amélia, com sede no Município de Santa Amélia e foro no Município de Bandeirantes. Com parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Andre Bueno, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (41 Deputados).* ***Não votaram:*** *Alexandre Curi, Anibelli Neto, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Fábio Camargo, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (13 Deputados)*]. Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 175/2013.

ITEM 09 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 193/2013, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, alterando a Lei Estadual nº 14.843/2005 que declara de utilidade pública a Associação Projeto não Violência Brasil, com sede e foro no Município de Curitiba. Com parecer favorável da CCJ. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Andre Bueno, Artagão Junior, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duílio Genari, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Luersen, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (34 Deputados).* ***Não votaram:*** *Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paranhos, Plauto Miró, Rasca Rodrigues, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (20 Deputados)*]. Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 193/2013.

ITEM 10 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 230/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 56/2013, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Toledo. Com pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [***Voturam "sim":*** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Artagão Junior, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44 Deputados).* ***Não votaram:*** *Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (10 Deputados)*]. Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 43/2013.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 46

quem queira discutir, vamos à votação. Em votação. Encerrada a votação. [*Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Marla Turcek, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tertuo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (42 Deputados). Não votaram: Ademar Traiano, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Dalho Genari, Fábio Camargo, Francisco Bührer, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Rasca Rodrigues, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (12 Deputados)*]. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 233/2013. (Não havendo mais matéria a ser deliberada, passou-se à votação dos requerimentos).

REQUERIMENTOS

Requerimento nº 5.937/2013, do Deputado Elton Welter, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando envio de pedido de informações ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia, Copel, relativo a processos judiciais em que as partes são a empresa Ivaí Engenharia de Obras S/A e a Copel. Em discussão.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para discutir... Para encaminhar, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Welter, nós, na verdade, estamos declinando do encaminhamento e vamos liberar para aprovação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): **Aprovado e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**

Requerimento nº 6.031/2013, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário Chefe da Casa Civil.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): **Adia-se na forma regimental**.

Requerimento nº 6.030/2013, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando a convocação do Diretor-Presidente da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, Ferroeste.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): **Adia-se na forma regimental**.

Requerimento nº 6.032/2013, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando envio de pedido de informações ao Diretor-Presidente da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, Ferroeste.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): **Adia-se na forma regimental**.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): "*Questão de ordem*", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): "*Questão de ordem*", Deputado Adelino.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Só queria convidar o pessoal da Comissão de Educação; após a Sessão vamos nos reunir aqui na sala ao lado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): O Presidente da Comissão de Educação convoca seus membros para uma reunião.

Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento nº 6.033/2013, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação da redação final do Projeto de Lei nº 229/2013, do Poder Executivo, e que foi aprovado em 2ª discussão, sem sofrer emendas no curso de sua tramitação; **Requerimento nº 6.002/2013**, do Deputado Cleiton Kielse, solicitando a comunicação ao Governo do Estado do Paraná, sobre a criação da Empresa Paranaense de Rodovias, EPR, a qual tem a finalidade permanente de fiscalização das rodovias no Estado do Paraná; **Requerimento nº 6.010/2013**, do Deputado Adelino Ribeiro, para envio de voto de pesar à família da Sra. Ivone Maria Ferreira de Souza, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 9.7.2013, no Município de Cascavel; **Requerimento nº 6.021/2013**, do Deputado Tercílio Turini, para envio de voto de pesar à família do Sr. Azel Bitencourt de Moraes, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 2.7.2013; **Requerimento nº 6.011/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações ao radialista Sr. Ali Chaim; **Requerimento nº 6.012/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações ao Comandante-Geral da Polícia Militar Cel. QOPM Sr. Roberson Luiz Bondaruk; **Requerimento nº 6.013/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações ao Comandante do Corpo de Bombeiros, Cel. QOBM Luiz Henrique Pombo do Nascimento; **Requerimento nº 6.014/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações ao Comandante do 6º Grupamento de Bombeiros, Ten. Cel. QOBM Fábio Marinho de Oliveira; **Requerimento nº 6.015/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações às equipes de Voleibol do Círculo Militar; **Requerimento nº 6.016/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações à equipe de Basquete Círculo Militar/Dom Bosco pelo 3º lugar conquistado no Campeonato Sul-Americano de Basquete; **Requerimento nº 6.017/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações ao atleta paranaense Sr. Ronaldo Schwantes; **Requerimento nº 6.018/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações à equipe de Voleibol Master do Círculo Militar; **Requerimento nº 6.019/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações ao corpo docente do Centro Universitário Uninter; **Requerimento nº 6.020/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações aos membros da Diretoria do Graciosa Country Club pela sua eleição para o biênio; **Requerimento nº 6.022/2013**, do Deputado Tercílio Turini, para envio de voto de congratulações pelo aniversário do Município de Santa Maria do Oeste, em 11.7.2013; **Requerimento nº 6.023/2013**, do Deputado Paranhos, para envio de voto de congratulações à Associação Paranaense de Engenheiros Florestais, APEF, em comemoração ao Dia do Engenheiro Florestal, 12.7.2013; **Requerimento nº 6.024/2013**, do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações e regozijo à Prefeitura e à Câmara Municipal, pelo aniversário do Município de Tuneiras do Oeste, a ser comemorado em 25.7.2013; **Requerimento nº 6.025/2013**, do Deputado Paranhos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura e à Câmara Municipal de Porecatu, em homenagem ao IX Festival de Inverno de Porecatu, a ser realizado dos dias 8 a 14.7.2013; **Requerimentos nºs 6.026/2013 e 6.028/2013**, do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações e regozijo à Prefeitura e à Câmara Municipal, pelo aniversário dos Municípios de Teixeira Soares e Rio Azul, comemorado em 14.7.2013; **Requerimento nº 6.027/2013**, do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações e regozijo à Prefeitura e à Câmara Municipal, pelo aniversário do Município de Santa Maria do Oeste, comemorado em 11.7.2013; **Requerimento nº 6.029/2013**, do Deputado Paranhos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura e à Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, em homenagem ao XXVII Fervo, Festival Regional de Interpretação da Música Popular e Sertaneja de Vera Cruz do Oeste, a ser realizado dos dias 10 a 13.7.2013; **Requerimentos nºs 6.037/2013 a 6.044/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal da Educação, pela comemoração do aniversário dos Municípios de Itambé, Ivaiporã, Ivaiporã, Flórida, Fênix, Cidade Gaúcha, Catanduvas e Barbosa Ferraz, em 25.7.2013; **Requerimentos nºs 6.046/2013 e 6.047/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos ao Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito e a todos os Vereadores, pela comemoração do 53º aniversário dos Municípios de Mandirituba e Ourizona, em 25.7.2013; **Requerimento nº 6.048/2013** do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos ao Prefeito Municipal, à Vice-Prefeita e a todos os Vereadores, pela comemoração do 53º aniversário do Município de Ivaiporã, em 25.7.2013; **Requerimento nº 6.049/2013**, do Deputado Elio Rusch, para envio de voto de congratulações ao Sr. Plínio Schütz, pelo recebimento do título de Sócio Benemérito da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, Acinsar; **Requerimento nº 6.050/2013**, do Deputado Elio Rusch, para envio de voto de congratulações à Sra. Salete Kronbauer, pela posse como Presidente do Conselho da Mulher Empresária de Nova Santa Rosa, ocorrido no dia 28.6.2013; **Requerimento nº 6.051/2013**, do Deputado Elio Rusch, para envio de voto de congratulações ao Sr. Daniel Ronaldo Dias Rodrigues, pela posse como Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, Acinsar, ocorrido no dia 28.6.2013; **Requerimento nº 6.052/2013**, do Deputado Elio Rusch, para envio de voto de congratulações ao Sr. Alan Patrick de Moura Roscamp, pela posse como Presidente do Conselho do Jovem Empreendedor de Nova Santa Rosa, Cojem, ocorrido no dia 28.6.2013; **Requerimento nº 6.053/2013**, do Deputado Elio Rusch, para envio de voto de honra ao mérito ao Sr. Omir Hettwer, pelo trabalho desenvolvido como Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, Acinsar, nos períodos 2010-2011 e 2012 a 2013; **Requerimento nº 6.054/2013**, do Deputado Elio Rusch, para registro de voto de honra ao mérito à Sra. Josilene Freitas Ribeiro, pelo trabalho desenvolvido como Presidente do Conselho do Jovem Empreendedor de Nova Santa Rosa, no período 2012 a 2013; **Requerimento nº 6.055/2013**, do Deputado Elio Rusch, para registro de voto de honra ao mérito à Sra. Oraide Rusch, pelo trabalho desenvolvido como Presidente do Conselho da Mulher Empresária de Nova Santa Rosa, no período 2012 a 2013.

Requerimento com despacho do Presidente: Requerimento nº 6.034/2013, do Deputado Fernando Scanavaca, Líder do PDT, comunicando a indicação dos Deputados Nelson Luersen - Titular e Andre Bueno - Suplente, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. (À Diretoria Legislativa para anotações.)

Deferido pelo Presidente: Requerimento nº 6.035/2013, do Deputado Francisco Bührer, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 9 e 10.7.2013, devido a falecimento de pessoa da família, seu sogro, Sr. Diorgenes Ferreira de Paula.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10 de julho, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 481/2012, 541/2012, 155/2013, 192/2013 e 220/2013; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 43/2013, 100/2013, 175/2013, 193/2013, 230/2013 e 233/2013; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 560/2011, 231/2013 e 236/2013.

Temos inscrito, em Explicações Pessoais, o Deputado Kielse. V. Exa. tem a palavra.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

DEPUTADO CLEITON KIELSE (PMDB): Rapidamente, Sr. Presidente, só cumprimentar todos os sindicatos, que hoje estão representados na pessoa do Delarosa, depois, junto com o Jorge Custódio, todas as Associações Comerciais da região de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Curitiba. Agradecer a presença de todos os membros, de todas as entidades, dos DCEs de todas as universidades, em favor da instalação da CPI dos Pedágios. Estou convidando a todos, que estão neste momento na tribuna, que se dirijam à sala da Presidência da Assembleia, onde será oficialmente instalada a CPI dos Pedágios no Paraná, e quiçá, Sr. Presidente, tenhamos um resultado, juntamente com toda a organização social do Estado, das federações, das entidades, de todos que fazem parte do sistema rodoviário, principalmente os caminhoneiros, que estão muito bem representados. Por isso, convido a todos para a instalação da CPI. Temos certeza de que será uma CPI extremamente coerente, transparente e da maneira como precisamos, com o acompanhamento da sociedade organizada do Estado do Paraná. Por isso, agradeço esse espaço, Sr. Presidente, e peço a todos que estão, não só aos de Londrina, mas de nove cidades do Estado do Paraná, se puderem estar na Presidência da Assembleia em seguida a esta Sessão, para que possamos começar, aí sim, uma investigação, com autorização desta Casa. Era isso, Sr. Presidente. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Está encerrada a Sessão. "***LEVANTA-SE A SESSÃO***". (Sessão encerrada às 16h36, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 47

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sala de reunião da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças, para eleição e instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 460, de 9 de julho de 2013, com a finalidade de, nos termos da proposição apresentada, no prazo de cento e vinte dias, *"investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná."* Presentes os Deputados Nereu Moura (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Adelino Ribeiro (PSL), Alceu Maron Filho (PSDB), Douglas Fabrício (MD), Nelson Luersen (PDT), Wilson Quinteiro (PSB) e Péricles de Mello (PT). Ato contínuo, verificado o número legal, passou-se à eleição do Presidente, do Vice-Presidente, do Relator e do Relator Adjunto. Passando-se para à votação, foram eleitos por unanimidade, para Presidente o Deputado Nelson Luersen, para Vice-Presidente o Deputado Adelino Ribeiro, para relator adjunto, o Deputado Wilson Quinteiro. Para a relatoria, o Deputado Douglas Fabrício recebeu seis votos e o Deputado Péricles de Mello, três votos, sendo eleito o primeiro, por maioria. Assim, foram eleitos, para Presidente o Deputado Nelson Luersen (PDT), para Vice-Presidente o Deputado Adelino Ribeiro (PSL), para Relator o Deputado Douglas Fabricio (MD) e para Relator Adjunto o Deputado Wilson Quinteiro (PSB). Na sequência, assumindo a função de Presidente o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença de todos e declarou instalada a Comissão. Nada mais havendo a tratar encerrou os trabalhos, e para que produza seus efeitos legais, determinou a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os membros presentes.

Sala de Reunião da Presidência, em 10 de julho de 2013.

Deputado Nelson Luersen
Presidente

Deputado Adelino Ribeiro
Vice-Presidente

Deputado Douglas Fabrício
Relator

Deputado Wilson Quinteiro
Relator Adjunto

Deputado Péricles de Mello
Membro

Deputado Alceu Maron Filho
Membro

Deputado Artagão Junior
Membro

Deputado Nereu Moura
Membro

Deputado Bernardo Ribas Carli
Membro

DIRETORIA LEGISLATIVA
48
Pág.

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE OPINAR NO PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala das Comissões, reuniram-se, sob a presidência do Deputado Elio Rusch, os membros da Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente da Assembleia Legislativa no 15/2013, com a finalidade de opinar no procedimento de escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para, nos termos da Ata no 1, publicada no Diário Oficial da Assembleia no 456, de 3 de julho de 2013, proceder à sabatina dos candidatos convocados para esta data. Ao iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente informou aos demais membros que foi realizado contato telefônico com os candidatos, bem como anexado ao processo de cada candidato e-mail com a comunicação da data, hora e local de realização da sabatina, confirmando presença para esta data os candidatos: Andrea Ricetti Bueno Fusculim, Antonio Gonçalves de Oliveira, Beatriz Soek Pepes Athanásio, Bruno Maurizzio Tosin, Carlos Alberto da Costa Macedo, Cleis Maria Heim Weber, Cristiano Niemeyer, Edson Navarro Tasso, Henderson Flavio Raimundo, Joel Melo Cordeiro, Jorge Luiz Zuch, Luciano Pereira Mewes, Luiz Guilhermino Rorato, Maria das Dores Moreira Alves, Marlus Vinicius Forigo, Mauricio Bastos, Max Schrappe, Melissa Folman, Paulo Roberto Drabik e Silvana do Rocio Oliveira Geara. Ao iniciar cada oitiva, o Presidente esclareceu que o candidato contaria com seis minutos, prorrogáveis por mais quatro minutos, para discorrer sobre as suas qualificações e sobre as razões que motivaram a sua candidatura. Após o uso da palavra, todos os candidatos foram inquiridos pelos membros da Comissão que, ao final, os cumprimentaram pela demonstração de conhecimento e pelo histórico de formação acadêmica e profissional. Ato continuo, foram sabatinados os candidatos na seguinte ordem: SILVANA DO ROCIO OLIVEIRA GEARA, ANDREA RICETTI BUENO FUSCULIM, ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA, BEATRIZ SOEK PEPES ATHANÁSIO, BRUNO MAURIZZIO TOSIN, CARLOS ALBERTO DA COSTA MACEDO, CLEIS MARIA HEIM WEBER, CRISTIANO NIEMEYER, HENDERSON FLAVIO RAIMUNDO, EDSON NAVARRO TASSO, JOEL MELO CORDEIRO, JORGE LUIZ ZUCH, MARIA DAS DORES MOREIRA ALVES, LUCIANO PEREIRA MEWES, MARLUS VINÍCIUS FORIGO, LUIZ GUILHERMINO RORATO, MAURÍCIO BASTOS, MAX SCHRAPPE, MELISSA FOLMAN E PAULO ROBERTO DRABIK, cujas íntegras constam das notas taquigráficas. Concluídas as sabatinas dos candidatos presentes, o Senhor Presidente determinou que permanecessem na sala os Deputados integrantes da Comissão Especial para deliberações acerca do processo, tendo, na oportunidade, convocado os membros para reunião que se realizará amanhã, 11 de julho de 2013, às 10h00min. Ressalva-se a ausência dos Deputados Francisco Bührer e Caito Quintana, que foram substituídos, respectivamente, pelos suplentes Deputada Cantora Mara Lima e Deputado Gilberto Martin. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, determinando, para a produção de efeitos legais, fosse lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão Especial.

Deputado **Elio Rusch**
Presidente da Comissão Especial

Deputado **Wilson Quinteiro**
Relator da Comissão Especial

Deputado **Gilberto Martin**
Suplente

Deputado **Tadeu Veneri**
Membro

Deputada **Cantora Mara Lima**
Suplente

63202/2013

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sala de reunião da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças, para eleição e instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 460, de 9 de julho de 2013, com a finalidade de, nos termos da proposição apresentada, no prazo de cento e vinte dias, "investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná." Presentes os Deputados Nereu Moura (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Adelino Ribeiro (PSL), Alceu Maron Filho (PSDB), Douglas Fabricio (MD), Nelson Luersen (PDT), Wilson Quinteiro (PSB) e Péricles de Mello (PT). Ato continuo, verificado o número legal, passou-se à eleição do Presidente, do Vice-Presidente, do Relator e do Relator Adjunto. Passando-se para à votação, foram eleitos por unanimidade, para Presidente o Deputado Nelson Luersen, para Vice-Presidente o Deputado Adelino Ribeiro, para relator adjunto, o Deputado Wilson Quinteiro. Para a relatoria, o Deputado Douglas Fabricio recebeu seis votos e o Deputado Péricles de Mello, três votos, sendo eleito o primeiro, por maioria. Assim, foram eleitos, para Presidente o Deputado Nelson Luersen (PDT), para Vice-Presidente o Deputado Adelino Ribeiro (PSL), para Relator o Deputado Douglas Fabricio (MD) e para Relator Adjunto o Deputado Wilson Quinteiro (PSB). Na sequência, assumindo a função de Presidente o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença de todos e declarou instalada a Comissão. Nada mais havendo a tratar encerrou os trabalhos, e para que produza seus efeitos legais, determinou a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os membros presentes.

Sala de Reunião da Presidência, em 10 de julho de 2013.

Deputado **Nelson Luersen**
Presidente

Deputado **Adelino Ribeiro**
Vice-Presidente

Deputado **Douglas Fabrício**
Relator

Deputado **Wilson Quinteiro**
Relator Adjunto

Deputado **Péricles de Mello**
Membro

Deputado **Alceu Maron Filho**
Membro

Deputado **Artagão Junior**
Membro

Deputado **Nereu Moura**
Membro

Deputado **Bernardo Ribas Carli**
Membro

63210/2013

Atos de Pessoal

Diretorias

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 393/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7744, de 2 de julho de 2013,

RESOLVE:

Comunicar que ELI HANNEMANN, Matrícula nº 41.002, servidora efetiva do Quadro de Pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na PROCURADORIA GERAL, estará em gozo do saldo de férias referente ao exercício 2013, de 22/07/2013 até 02/08/2013.

** Republicado para retificar data.*

Palácio XIX de Dezembro, em 9 de julho de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 405/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o art. 248 da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6494, de 3 de junho de 2013,

RESOLVE:

Mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ALESSANDRA MOLINARI SEQUINEL, Matrícula nº 40.724, servidora estável Quadro de Pessoal desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-03, lotada na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, o tempo de **6 (seis) meses**, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não ter se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre **21/12/1992** e **21/12/1997.**

Palácio XIX de Dezembro, em 5 de julho de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 406/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o art. 248 da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7693, de 1º de julho de 2013,

RESOLVE:

Mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de JOSE CARLOS FELINTO, Matrícula nº 40.422, servidor estável Quadro de Pessoal desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-05, lotado na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, o tempo de **6 (seis) meses**, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não ter se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre **21/12/1992** e **21/12/1997.**

Palácio XIX de Dezembro, em 5 de julho de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 49

Ata da 1ª Reunião Ordinária

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Artagão de Mattos Leão Júnior; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Deputado Cleiton Kielse, Suplente e Deputado Tercílio Turini. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, saudou a presença dos componentes e direcionou os trabalhos para definição dos itens da pauta: 1- Equipe técnica. O Senhor presidente fez a leitura de sugestões para compor a equipe técnica, sendo composta por uma coordenação geral na secretaria; uma secretária executiva; dois gestores do banco de dados; um coordenador jurídico; um coordenador de manutenção de site; um coordenador de registro taquigráfico e de vídeo; um secretário de comunicação; um coordenador de unidade móvel; um técnico assistente do Tribunal de Contas; um engenheiro civil, especialista em perícias civil; um membro indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; um membro indicado pela Federação da Indústria do Estado do Paraná; um membro indicado pela Associação Comercial do Estado do Paraná; um membro indicado pela Associação dos Engenheiros do Estado do Paraná; um membro indicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres; um membro indicado pela Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná e um membro indicado pelo Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga. O Senhor Presidente colocou em votação os nomes por ele citados e os acrescentados pelos senhores parlamentares. Aprovado. 2 – Regimento Interno. O Deputado Nelson Luersen colocou em votação o Regimento Interno e ficou deliberado por todos os membros que, na próxima reunião, será concluído. Aprovado. 3 – Plano de Trabalho. O Senhor Presidente e os demais membros acordaram em fazer melhor análise e incluir, se necessário, sugestões para aprovação do Plano de Trabalho para a próxima reunião. Aprovado. O Senhor Presidente sugeriu marcar a segunda reunião para quarta-feira, dia 17/07 às 10h:00min no mesmo local o qual foi aprovado. Na sequência, colocou em discussão e votação o calendário das reuniões ordinárias e pela maioria ficou aprovado que as reuniões acontecerão às terças-feiras, às 09h:00min e as extraordinárias sempre que for necessário, marcadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. 4 – Apoiadores e Parceiros. O Deputado Nelson Luersen enumerou entidades, associações, sindicatos, cooperativas para contribuírem com os trabalhos da CPI. Os Deputados Nereu Moura, Péricles de Mello, Bernardo Carli e Alceu Maron também fizeram sugestões as quais foram acatadas. O Deputado Wilson Quinteiro sugeriu criar um setor para que todas as entidades do Paraná, constituídas, representativas, apresentem, num prazo determinado, sua

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 5

proposta de participação para acompanhamento dos trabalhos da CPI. O Deputado Nelson Luersen citou haver um espaço na página da Internet (Site) da CPI para que todos possam dar sugestões, bem como uma equipe móvel percorrendo o Estado para que a sociedade possa contribuir com esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 57

da Fonseca, em 22.7.2013; do Sr. Jurandir Lambertucci; da Sra. Adelair Martins, ambos em 22.7.2013; e da Sra. Tânia Mara da Silva Padilha, em 29.7.2013, todos ocorridos em Curitiba; **Requerimento nº 6.561/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de voto de pesar à família do ex-Vereador Sr. Rubens Borkoski, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 28.7.2013, no Município de Palmeira; **Requerimento nº 6.562/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de voto de pesar à família do ex-Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel Anselmo José de Oliveira, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 17.7.2013, no Município de Curitiba; **Requerimento nº 6.564/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de pesar aos familiares e Movimento Negro de Londrina, pelo falecimento de Vilma Santos de Oliveira, ocorrido no dia 3.8.2013, no Jardim Champagnat, na Cidade de Londrina; **Requerimento nº 6.483/2013**, do Deputado Fernando Scanavaca, para envio de voto de congratulações à Prefeitura e à Presidência da Câmara Municipal pela comemoração do 52º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Kaloré, em 7.8.2013; **Requerimentos nºs 6.520/2013, 6.521/2013, 6.523/2013 a 6.530/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações; à Diretoria Executiva da Federação Espírita do Paraná; à Diretoria da Associação Paranaense do Ministério Público; ao Exmº. Desembargador Octávio Campos Fischer; ao Exmº Desembargador Clayton de Albuquerque Maranhão; ao Exmº. Desembargador Eduardo Casagrande Sarrão; à Diretoria do Sindicato dos Clubes Paranaenses, Sindiclubes; ao Sindicato da Guarda Municipal de Curitiba; aos atletas júnior e juvenil da equipe de natação do Clube Curitibano; aos triatletas do Clube Curitibano; e aos atletas infantil e mirim de judô do Clube Curitibano; **Requerimento nº 6.531/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações às equipes Alfa e Bravo Base 2 do SAMU, localizadas na Unidade de Pronto Atendimento de Campo Comprido; **Requerimento nº 6.540/2013**, do Deputado Gilberto Martin, para envio de voto de congratulações ao Presidente do Lions Club Cambé Aliança, pela realização da 27ª Festa do Barreado, ocorrida em 4.8.2013, no Município de Cambé; **Requerimento nº 6.560/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos ao Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito e a todos os Vereadores, pela comemoração do 58º aniversário do Município de Goioerê, em 10.8.2013; **Requerimento nº 6.563/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações pelas comemorações alusivas do dia do Funcionário de Escola, em 7.8.2013; **Requerimento nº 6.565/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de congratulações pelas comemorações alusivas aos 159 anos da Polícia Militar do Paraná, em 10.8.2013; **Requerimentos nºs 6.571/2013 a 6.575/2013**, do Deputado Stephanes Junior, para envio de votos de louvor e congratulações aos Senhores: Valmir Mezzomo; Amir Alexandre Campos; Pastor Carlos Marchioro; Dr. Rubens Tholkin; e à jornalista e escritora Regina Kracik Teixeira; **Requerimento nº 6.576/2013**, do Deputado Tercílio Turini, com apoiamento do Deputado Gilberto Martin, para envio de voto de congratulações ao jornalista e escritor Nilson Monteiro; **Requerimentos nºs 6.577/2013 a 6.589/2013**, do Deputado Tercílio Turini, para envio de voto de congratulações ao Sr. Evaldo Torregiane; ao Dr. André Gustavo de Souza; à Sra. Valdiane Gomes dos Santos; ao Sr. Arthur Emílio Leopoldo Conter Junior; ao Sr. Nelson Inforzato; à Sra. Helena de Andrade Negri; à Sra. Sumico Tamura; ao Sr. Ademir Martins Santana; ao Sr. Sérgio Sato; ao Sr. Edson Roberto Leme; ao Sr. Eduardo Ravagnani; ao Sr. Eusébio Sanguini e ao Sr. Gonçalo Perez.

Requerimentos com despacho do Presidente: Requerimento nº 6.548/2013, da Deputada Luciana Rafagnin, Líder do PT, comunicando que a Bancada do Partido dos Trabalhadores indica o Deputado Tadeu Veneri como membro titular e o Deputado Elton Welter como membro suplente da Comissão de Constituição e Justiça. (À Diretoria Legislativa para anotações); **Requerimento nº 6.568/2013**, dos Deputados Elton Welter, Péricles de Mello, Professor Lemos, Luciana Rafagnin e Tadeu Veneri, comunicando que a Liderança da Oposição passará a ter como Líder o Deputado Elton Welter e como Vice-Líder o Deputado Tadeu Veneri. (À Diretoria Legislativa para anotações); **Requerimento nº 6.591/2013**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando a utilização do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 19.8.2013, para que a Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Paraná, CUT, faça uso da palavra, em alusão aos 30 anos da entidade. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências); **Requerimento nº 6.592/2013**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 26.8.2013, para ouvir a Sra. Neuza Soares de Sá, Presidente da Federação das APAES do Paraná, Feapaes, que falará sobre a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências); **Requerimento nº 6.593/2013**, do Deputado Nelson Luersen, Presidente da CPI do Pedágio, solicitando a utilização do Plenarinho desta Casa, no dia 13.8.2013, às 9h, para a realização de Reunião Ordinária da CPI do Pedágio. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências.)

JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA:

Deferido conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno: Requerimento nº 6.566/2013, do Deputado Ademar Traiano, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 17.7.2013, por estar em Audiência com o Governador do Estado.

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno: Requerimento nº 6.567/2013, do Deputado Luiz Carlos Martins, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 16 e 17.7.2013.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 6 de agosto, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 32/2013, 111/2013, 203/2013, 207/2013, 209/2013 e 252/2013; 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 223/2013; Discussão Única do Veto Parcial nº 17/2013, aposto ao Projeto de Lei nº 839/2011 e 865/2011. "*LEVANTA-SE A SESSÃO*". (Sessão encerrada às 15h58, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

Processo Legislativo

Comissões Especiais

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 1ª Reunião Ordinária

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Artagão de Mattos Leão Júnior; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Deputado Cleiton Kielse, Suplente e Deputado Tercílio Turini. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, saudou a presença dos componentes e direcionou os trabalhos para definição dos itens da pauta: 1- Equipe técnica. O Senhor presidente fez a leitura de sugestões para compor a equipe técnica, sendo composta por uma coordenação geral na secretaria; uma secretária executiva; dois gestores do banco de dados; um coordenador jurídico; um coordenador de manutenção de site; um coordenador de registro taquigráfico e de vídeo; um secretário de comunicação; um coordenador de unidade móvel; um técnico assistente do Tribunal de Contas; um engenheiro civil, especialista em perícias civil; um membro indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; um membro indicado pela Federação da Indústria do Estado do Paraná; um membro indicado pela Associação Comercial do Estado do Paraná; um membro indicado pela Associação dos Engenheiros do Estado do Paraná; um membro indicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres; um membro indicado pela Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná e um membro indicado pelo Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga. O Senhor Presidente colocou em votação os nomes por ele citados e os acrescentados pelos senhores parlamentares. Aprovado. 2 – Regimento Interno. O Deputado Nelson Luersen colocou em votação o Regimento Interno e ficou deliberado por todos os membros que, na próxima reunião, será concluído. Aprovado. 3 – Plano de Trabalho. O Senhor Presidente e os demais membros acordaram em fazer melhor análise e incluir, se necessário, sugestões para aprovação do Plano de Trabalho para a próxima reunião. Aprovado. O Senhor Presidente sugeriu marcar a segunda reunião para quarta-feira, dia 17/07 às 10h:00min no mesmo local o qual foi aprovado. Na sequência, colocou em discussão e votação o calendário das reuniões ordinárias e pela maioria ficou aprovado que as reuniões acontecerão às terças-feiras, às 09h:00min e as extraordinárias sempre que for necessário, marcadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. 4 – Apoiadores e Parceiros. O Deputado Nelson Luersen enumerou entidades, associações, sindicatos, cooperativas para contribuírem com os trabalhos da CPI. Os Deputados Nereu Moura, Péricles de Mello, Bernardo Carli e Alceu Maron também fizeram sugestões as quais foram acatadas. O Deputado Wilson Quinteiro sugeriu criar um setor para que todas as entidades do Paraná, constituídas, representativas, apresentem, num prazo determinado, sua proposta de participação para acompanhamento dos trabalhos da CPI. O Deputado Nelson Luersen citou haver um espaço na página da Internet (Site) da CPI para que todos possam dar sugestões, bem como uma equipe móvel percorrendo o Estado para que a sociedade possa contribuir com esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 52

Ata da 2ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Artagão de Mattos Leão Júnior; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Deputado Cleiton Kielse, Suplente e Deputado Tercílio Turini. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, saudou a presença dos componentes e comunicou que foi convidado pela FIEP a participar de uma reunião informal, com assuntos diversos e com várias entidades do setor produtivo do Estado do Paraná. Por se tratar de pessoas com grande conhecimento na economia do Estado, foram unânimes em relatar que o alto preço do pedágio e a falta de qualidade das rodovias impedem o desenvolvimento do interior do Estado, bem como são contrários à renovação e prorrogação dos contratos por parte das concessionárias que administram os pedágios no Estado do Paraná. Na sequência os Deputados Nereu Moura, Wilson Quinteiro, Douglas Fabrício e Péricles de Mello fizeram questionamentos e explanações quanto à reunião citada. O Senhor Presidente informou sobre a reunião com o Presidente da Assembleia e a presença dos Senhores Deputados Douglas Fabrício, Adelino Ribeiro e Alceu Maron, para tratar de assunto referente à estruturação da CPI. O Presidente desta Casa colocou-se à disposição para dar condições necessárias aos trabalhos da Comissão. O Presidente Nelson Luersen comunicou aos membros haver uma reunião pré-agendada para as 13h30min com o Presidente do Tribunal de Contas, Artagão de Mattos Leão, para solicitar disponibilização de técnicos com conhecimento da matéria para contribuir com a CPI. Esclareceu que todas as ações oficiais da Comissão serão informadas aos membros com antecedência de 12 (doze) horas. Logo após colocou em votação os itens da pauta. 1 - disponibilização do Site. Aprovado. 2 – Primeiro requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer cópias de todos os documentos contratuais (termos originais e aditivos), bem como cópias de trabalhos de análise, de estudos econômicos e financeiros, de fiscalização e auditagem, referentes aos seis lotes de concessão das rodovias principais, aos seis lotes de concessão das rodovias de acesso paranaenses, que estejam sob a posse pelas respectivas atribuições do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR. Aprovado. Segundo Requerimento do Deputado Alceu Maron que requer, com

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 53

base no artigo 37 do Regimento Interno, seja colocado à deliberação dos membros desta CPI a promoção de audiência pública nas cidades-polo ligadas pelas rodovias paranaenses concedidas e que são objetivo de investigação destas comissões, obedecendo um cronograma dinâmico estabelecido por esta Presidência como o fim de ouvir a cidadania das diversas regiões paranaenses sobre a questão do pedágio. Aprovado. Terceiro Requerimento do Deputado Alceu Maron que requer, com base no artigo 37 do Regimento Interno, bem como no artigo 2º da Lei Federal 1.519/52, que seja colocado à deliberação dos membros desta CPI a requisição à Junta Comercial do Paraná- JUCEPAR das cópias dos Contratos Sociais das seguintes empresas concessionárias das rodovias paranaenses que estão registradas naquela autarquia: Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S/A – ECONORTE; Empresa Concessionária Rodovias Integradas do Paraná S/A – VIAPAR; Empresa Concessionária Rodovia das Cataratas S/A; Empresa Concessionária Caminhos do Paraná S/A; Rodonorte Empresa Concessionária de Rodovias Integradas S/A; Empresa Concessionária ECOVIA Caminho do Mar S/A. Aprovado. 3 - Regimento Interno – Aprovado. 4 – Aprovado o Plano de Trabalho com a inclusão dos Municípios de Cascavel, Guarapuava, Campo Mourão, Paranaguá e Curitiba onde serão realizadas Audiências Públicas além dos Municípios contemplados no Plano de Trabalho. Na sequência, o Senhor Deputado Nelson Luersen colocou em discussão e votação o Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer o envio de ofício ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, requisitando a disponibilização de dois funcionários para auxílio à assessoria técnica da CPI. Aprovado. Requerimento de autoria do Presidente desta Comissão, solicitando apoio, participação, envio de pedido de informações e/ou documentação a todas entidades, autarquias, secretarias envolvidas no assunto Pedágio. Aprovado. O Deputado Nereu Moura sugeriu aos membros que, na próxima sessão, tragam nomes para depor nesta Casa, ou como testemunha ou como depoente. O Deputado Péricles de Mello propôs que fosse colocado em votação o depoimento do Deputado Cleiton Kielse. Aprovado o convite para a quarta sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 54

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário OFICIAL Paraná
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, do garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 55

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 2ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Artagão de Mattos Leão Júnior; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Deputado Cleiton Kielse, Suplente e Deputado Tercílio Turini. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, saudou a presença dos componentes e comunicou que foi convidado pela FIEP a participar de uma reunião informal, com assuntos diversos e com várias entidades do setor produtivo do Estado do Paraná. Por se tratar de pessoas com grande conhecimento na economia do Estado, foram unânimes em relatar que o alto preço do pedágio e a falta de qualidade das rodovias impedem o desenvolvimento do interior do Estado, bem como são contrários à renovação e prorrogação dos contratos por parte das concessionárias que administram os pedágios no Estado do Paraná. Na sequência os Deputados Nereu Moura, Wilson Quinteiro, Douglas Fabrício e Péricles de Mello fizeram questionamentos e explanações quanto à reunião citada. O Senhor Presidente informou sobre a reunião com o Presidente da Assembleia e a presença dos Senhores Deputados Douglas Fabrício, Adelino Ribeiro e Alceu Maron, para tratar de assunto referente à estruturação da CPI. O Presidente desta Casa colocou-se à disposição para dar condições necessárias aos trabalhos da Comissão. O Presidente Nelson Luersen comunicou aos membros haver uma reunião pré-agendada para as 13h30min com o Presidente do Tribunal de Contas, Artagão de Mattos Leão, para solicitar disponibilização de técnicos com conhecimento da matéria para contribuir com a CPI. Esclareceu que todas as ações oficiais da Comissão serão informadas aos membros com antecedência de 12 (doze) horas. Logo após colocou em votação os itens da pauta. 1 - disponibilização do Site. Aprovado. 2 – Primeiro requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer cópias de todos os documentos contratuais (termos originais e aditivos), bem como cópias de trabalhos de análise, de estudos econômicos e financeiros, de fiscalização e auditagem, referentes aos seis lotes de concessão das rodovias principais, aos seis lotes de concessão das rodovias de acesso paranaenses, que estejam sob a posse pelas respectivas atribuições do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR. Aprovado. Segundo Requerimento do Deputado Alceu Maron que requer, com base no artigo 37 do Regimento Interno, seja colocado à deliberação dos membros desta CPI a promoção de audiência pública nas cidades-polo ligadas pelas rodovias paranaenses concedidas e que são objetivo de investigação destas comissões, obedecendo um cronograma dinâmico estabelecido por esta Presidência como o fim de ouvir a cidadania das diversas regiões paranaenses sobre a questão do pedágio. Aprovado. Terceiro Requerimento do Deputado Alceu Maron que requer, com base no artigo 37 do Regimento Interno, bem como no artigo 2º da Lei Federal 1.519/52, que seja colocado à deliberação dos membros desta CPI a requisição à Junta Comercial do Paraná- JUCEPAR das cópias dos Contratos Sociais das seguintes empresas concessionárias das rodovias paranaenses que estão registradas naquela autarquia: Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S/A – ECONORTE; Empresa Concessionária Rodovias Integradas do Paraná S/A – VIAPAR; Empresa Concessionária Rodovia das Cataratas S/A; Empresa Concessionária Caminhos do Paraná S/A; Rodonorte Empresa Concessionária de Rodovias Integradas S/A; Empresa Concessionária ECOVIA Caminho do Mar S/A. Aprovado. 3 - Regimento Interno – Aprovado. 4 – Aprovado o Plano de Trabalho com a inclusão dos Municípios de Cascavel, Guarapuava, Campo Mourão, Paranaguá e Curitiba onde serão realizadas Audiências Públicas além dos Municípios contemplados no Plano de Trabalho. Na sequência, o Senhor Deputado Nelson Luersen colocou em discussão e votação o Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer o envio de ofício ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, requisitando a disponibilização de dois funcionários para auxílio à assessoria técnica da CPI. Aprovado. Requerimento de autoria do Presidente desta Comissão, solicitando apoio, participação, envio de pedido de informações e/ou documentação a todas entidades, autarquias, secretarias envolvidas no assunto Pedágio. Aprovado. O Deputado Nereu Moura sugeriu aos membros que, na próxima sessão, tragam nomes para depor nesta Casa, ou como testemunha ou como depoente. O Deputado Péricles de Mello propôs que fosse colocado em votação o depoimento do Deputado Cleiton Kielse. Aprovado o convite para a quarta sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

72941/2013

Atos de Pessoal

Diretorias

INTIMAÇÃO POR EDITAL

CONVOCAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Paraná convoca os seguintes servidores, para comparecer à Diretoria de Pessoal desta Casa de Leis, no prazo de **10 (dez) dias** da publicação desta, para entregar a **Declaração de Bens e Valores, referente ao exercício 2011**, conforme Ofício Circular Conjunto sob o nº 010 – DG/DP publicado no Diário Oficial em 06/08/2012 e Ofício Circular Conjunto sob o nº 12 – DG/DP publicado no Diário Oficial em 02/10/2012.

Matr.	Nome
55075	ADÃO ROBERTO BALLICO
40141	ADEMIR ALVES DUARTE
55087	AFRANIO DE SÁ
3761	ALAN VON HOLLEBEN
40953	ALBERTINA SANTANA VILLAR SCHUBERT
10089	ALCIONIR MARTINS
7845	ALDO DA SILVA MATTOSO
9529	ALEXANDRE TRATZ
10397	ANDERSON DA SILVEIRA
7095	ANDREA MARQUES RIBEIRO
5386	ANE ESTER FLUGEL
40578	ANTONIO ALVES DA COSTA
40570	ANTONIO BATISTA SOARES
5259	ANTONIO CARLOS CARDOSO
10144	ANTONIO CARLOS DE LIMA
4365	ANTONIO CEZAR RIBEIRO
10349	ANTONIO DE PADUA MAIA DA SILVA
7881	ANTONIO FELIPE REIS DOS SANTOS
10100	ANTONIO LAERCIO SVAIGEN
9191	BARBARA SABRINA MABA
9882	CAMILA PANIZZI
10179	CARLOS EMAR MARIUCCI JUNIOR
40531	CARLOS HUMBERTO YONGILOR
40550	CARLOS ROBERTO DE CARVALHO
40099	CARMEM LAGO ARAGÃO
9824	CASSIO BADARO DA SILVEIRA PINTO
40890	CATARINA ALVES DOS SANTOS
40877	CELSO FELICIO BORTOLATO
9930	CICERO ROMAO VALENTIN
40392	CINTHIA BEATRIZ FERNANDES L MOLINARI
40040	CLAUDIO MARQUES DA SILVA
55098	CLAYTON OLIVEIRA LIMA
40923	CLEMAIR MARQUES
10337	GUSTAVO JOSE LISBOA DOS SANTOS
40254	HEDI AHRENFELD
53082	HELCIO BEATRICI
10373	HELOISE BORTOLETO GALDINO
44	HILTON RONALD ALICE
1134	IDENILSA DE FATIMA BORGES DOS SANTOS
123	INORLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA
40194	IRACI TORELLI PIRES
40433	IRENE MARTINS DE OLIVEIRA
40750	IRENI ALVES DE LIMA
8504	ISABELLE VANESSA SIMOES CORDEIRO
7112	IVO LEODENIS DOS SANTOS
2548	JACI ESTEVAO DE PAULA
10258	JAKELINE CRISTIANE FURQUIM PIVATO
41244	JEFFERSON STANISLAWCZUK
476	JOÃO ALBERTI ANDRETTA
9853	JOÃO HENRIQUE SANTOS DA SILVA
10265	JOÃO PIMENTEL
3451	JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA
10054	JONIA ANTUNES MALINOWSKI
9582	JORGE LUIZ MANSUR JAVORSKI
104	JORGE NAROSNIAK
10369	JOSE ALVES AFONSO FILHO
40382	JOSE ANTONIO CASTRO CABRAL
40122	JOSE AUGUSTO TUSSOLINE DE RAMOS
3901	JOSE CARLOS DA SILVA
40422	JOSE CARLOS FELINTO
4901	JOSE CORREA FERREIRA
40445	JOSE CORREIA
40996	JOSEFINA APARECIDA BARBOSA
1498	JOSILIANO DE MELLO MURBACH
5435	JUAREZ ROQUE BOTTEGA
9855	JULIANA ANDREATTA DALCOL
8342	JULIANA BOMBARDELLI
40402	LENITA SILVA BARROSO
40490	LIGIA MARCIA VIDAL CASSOU
40078	LILIANA LACERDA
510	LINDAMIR EDIL CARAN
4580	LOREN ALVES LEITE
8086	LUCIANO DE SOUZA
40922	LUIZ FRANCISCO DE FREITAS
9250	MARCIA CINTIA XAVIER DA SILVA
40918	MARCIO ANTONIO DO NASCIMENTO
146	MARCO ANTONIO MARCONCIN
2409	MARCO ANTONIO RAUEN PINTO
377	MARCO AURELIO SALDANHA ROCHA
1175	MARCO PAULO GASTALDI
9781	MARCOS AURELIO ALVES DE LIMA
9997	MARCOS AURELIO MAGALHAES PINTO
10266	MARCOS FRANCISCO SOARES FERREIRA
2868	MARIA ANGELICA BASTOS
40528	MARIA DA CONCEIÇAO MARCHIORATO
6040	MARIA DE FATIMA GODOY RIBEIRO
10352	THAIS TIZON ZANGRANDO
10353	THIAGO MALDONADO LUCIO DOS SANTOS
40780	ULISSES ORLANDO OGIBOWSKI
10059	VALDECIR LUIZ BRUGER
368	VALTER ANTONIO MARCHIORATO

Matr.	Nome
40213	DANIEL ALEXANDRE PEREIRA
333	DANILO CERQUEIRA LEITE JUNIOR
8874	DARIA DE OLIVEIRA MACHADO
40092	DELMINDA APARECIDA HENRIQUE WATANABE
40607	DELORA TEREZINHA B. F. A. DE CARVALHO
10367	DENISE SILVA RODRIGUES
2901	DIOGENES ODORICO CARLOS WALBERNAZ
40457	DIRCE CARVALHO DA SILVA
8311	DIRCEIA MARIA ZUBEK
40271	DORIVAL CAETANI
10247	EDIR DA APARECIDA DOS SANTOS
9995	EDNA FERREIRA DE SOUZA COSTA
7633	EDNA MARA VEIGA ALVES
41054	EDSON CARLOS BERNARDELLI
5806	EDUARDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO
9821	EDUARDO TOSHIO KIKUCHI
372	ELEOVAN CEZAR RIBEIRO
40120	ELIANE JAENSCH ZWETSCH
41173	ELIANE MARIA DE OLIVEIRA VARGAS
10324	ELIO BOLZON JUNIOR
9991	ERIKA BACCIN FURUKITA
40560	EUGENIA CAETANO FONTANA
40397	EURIDES BASSETTI NETO
1161	EVERTON VARGAS PINTO
10096	FABIANO VIUDES
10087	FERNANDA CUNHA COUTINHO DA SILVA
55085	FRANCISCO AFRANIO DE OLIVEIRA
10307	FRED CONRADO HAUSER
41165	GERALDINE CECILIA CARTÁRIO RIBEIRO
40605	GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO JUNIOR
8687	GERSON NUNES DA SILVA
3754	GILDO PETRUS FILHO
55046	GISELE DE FATIMA DA SILVA
8018	MARIA IZABEL LAZZAROTTO DE OLIVEIRA
40238	MARIA VERACI SKOLIMOSKI
40255	MARIANA CAZAMAJOU CELLI
40437	MARILENE BOCHNIA SCHAFFER
40690	MARIO JOSE DE RAUEN BACELLAR FILHO
40216	MARION VARASSIM DE LARA MIGUEL
40021	MARISA CAMARGO DOS SANTOS
8345	MARISTELA GOMES DOS SANTOS
40741	MARLI DE BASTOS STALCHMIDT
40745	MARLI DE VARGAS
8340	MATEUS FERREIRA DA SILVA
40451	MAURO PEDRO DE CHAVES CAVALHEIRO
6973	MIGUEL GUSTAVO LOPES KFOURI
9701	NADIA DA SILVA FERREIRA
29	NANCI TEREZINHA KOTELAK MARQUES
40456	NARGEL DOS SANTOS MANN
9561	NATHAN TERRA DO AMARAL BAMPI
9914	NELSON DIAS DA SILVA
40237	NEY FREDERICO BILIK FILHO
317	NILTON BUSATTO
41055	NILTON ROBERTO BARBOSA
40970	NOEL CANDIDO DE MORAES JUNIOR
40107	OVIDIO LACERDA FERREIRA
10336	PATRICIA ANGELITA P. C. TEODORO
10383	PATRICIA SIQUEIRA SILVA
40897	PAULO CEZAR DOS SANTOS
9991	PAULO HENRIQUE LENZ CESAR GUIMARAES
40417	PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR
8145	PAULO ZANONI PINNA
9088	RAFAEL GUARESKI
9029	RAMIRO JOSE ZANSAVIO
8711	REGIANE GONÇALVES CAMARGO FONTOURA
41260	REGINA FISCHER PESSUTI
105	REGINA TRINKEL ARAUJO
10309	RICARDO ISAIAS SABINO
10135	ROBERTO FRAIZ MARTINEZ JUNIOR
7092	ROBERTO MISTRORIGO BARBOSA
10262	RODRIGO BRAGA CORTES FIALHO DOS REIS
40825	ROGERIO HELIAS CARBONI
40199	ROSELI CONSTANTINO MACHADO SANTANA
10238	ROSELY APARECIDA BOIS
10347	SANDRA MARIA LENZI
40986	SANDRO ROBERTO CORNELIO DA SILVA
122	SEBASTIAO DE LIMA CARDOSO
40185	SEBASTIAO TACIANO SOARES
4586	SERGIO LUIZ RIBEIRO
7350	SERGIO MAIA RICCI FILHO
8781	SIDINEI JOSE DOS SANTOS
7093	SILTON LUIZ MORAIS TRATZ
40776	SILVANA BRUEL
10375	SILVIO RAMPAZZO BITTENCOURT
4758	SUELI TERESINHA SIRIGATTI
10027	THAIS FERNANDES KOGA

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 56

CERTIDÃO

Certifico que recebi as cópias das atas da 1ª Reunião Ordinária (15/7/13) e da 2ª Reunião Ordinária (17/7/13), relativas à CPI do Pedágio, que conferem com as originais publicadas em 7/8/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 480.

Curitiba, 8 de agosto de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 57

CERTIDÃO

Certifico que recebi as atas originais da 1ª Reunião Ordinária (15/7/13) e da 2ª Reunião Ordinária (17/7/13), relativas à CPI do Pedágio, publicadas em 7/8/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 480.

Certifico, ainda, que, a pedido, delas extraí cópias que conferem com os originais, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 8 de agosto de 2013.

Solange Maria Mariotti
Mat. 40.183

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

CONFERE COM O ORIGINAL
MAT. 40.183

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 58

REQUERIMENTO

A SECRETARIA GERAL
DA PRESIDÊNCIA.
EM, 18 JUN. 2013
PRESIDENTE

SÚMULA: Requer cópia do Requerimento nº 5.181/2013 publicado no diário oficial da Assembleia Legislativa no dia 14/06/2013 na ata de n° 50

Excelentíssimo Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a cópia do requerimento 5.181/2013 publicado no diário oficial do dia 14/06/2013 na ata de n°50.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2013.

Nelson Luersen
Deputado Estadual

Note-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 18/6/13

15:03 18/06/2013 005431 Nº PROTOCOLO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

1

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 59

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO

À Secretaria Geral da Presidência para providências.
PRESIDENTE

SÚMULA: Requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios no Paraná.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, a criação da CPI dos Pedágios no Paraná, tendo em vista o requerimento nº6697/2012 aprovado em sessão plenária de 30/10/2012 e considerando que :

- O Secretário Luiz Eduardo Cheida, não licenciou-se da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para reassumir a cadeira nesta Assembleia, portanto não poderia subscrever o requerimento de n° 5181/2013

- Não existindo ato em que o Secretário Luiz Eduardo Cheida reassumiu o mandato de Deputado Estadual para poder legalmente subscrever o requerimento n°5181/2013

- Não existindo publicação no Diário Oficial do ato em que o Secretário Luiz Eduardo Cheida reassumiu o mandato de Deputado Estadual para poder legalmente subscrever o requerimento n °5181/2013

Contudo assim o requerimento atende todos os requisitos estabelecidos no artigo 36 do regimento interno, motivo pelo qual requer o subscritor desta, a criação e a consequente instalação da CPI acima descrita.

15613 02/07/2013 00596 Nº 2006/13 DIRETORIA LEGISLATIVA

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 60

Sala das Sessões, em 02 de julho de 2013.

NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL

15:56 30/10/2012 000697 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 61

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura 2012

DESPACHO
ENCAMINHE-SE À DL PARA VERIFICAR REQUISITOS.
DATA: 30 OUT. 2012

PRESIDENTE:

Súmula: Requer a constituição de CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que o presente subscrevem, no uso das atribuições conferidas pela Constituição do Estado do Paraná por meio do § 3º, do artigo 62, com fundamentos nos artigos 34, 36 e 37 do Regimento Interno (R.I.) da Assembleia Legislativa, com muita honra comparecem perante Vossa Excelência, para **REQUERER**, depois de colhida a devida aprovação do douto Plenário desta Casa de Leis, a constituição de **CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**, doravante denominada de "CPI das Concessões dos Pedágios", integrada por 09 membros, com prazo de duração previsto em 120 (cento de vinte) dias passíveis de suspensão durante recessos e prorrogação nos termos do § 3º, do artigo 36 do R.I., para proceder a inquérito sobre denuncias, inclusive veiculadas pela imprensa, de possíveis irregularidades na concessão e execução dos Contratos de Pedágios do Programa de Concessão de Rodovias do Estado, incluso alterações e aditamentos, avaliando o cumprimento de suas cláusulas, a qualidade da prestação dos serviços, as condições das rodovias, a ocorrência de omissão ou atraso na execução de obras, focando também as investigações na constatação ou não, de desproporcionalidade entre investimentos realizados pelas concessionárias diretamente nos trechos rodoviários pedagiados, e os valores arrecadados como receita oriunda da cobrança de tarifas de pedágio, procedendo avaliação sob o ponto de vista do interesse público e do Estado, aferindo o benefício e a economicidade das concessões, identificando o impacto produzido pela cobrança de pedágios na ordem econômica dos Municípios, do Estado, das Cooperativas, da indústria e Comércio do âmbito do Paraná.

Para cumprimento dos propósitos desta pretensa CPI, em atenção ao preceituado no § 6º, do artigo 36 do R.I., requer-se desde já, a aprovação do Plenário para que a respeitável Comissão Executiva, de forma preferencial e sempre em caráter de urgência, observado o exíguo prazo de vigência da Comissão, destine os recursos necessários em atendimento às solicitações da CPI, em especial no que concerne a deslocamentos da Comissão e equipe técnica pelo território do Estado, requisição de servidores e equipamentos, dentre outras fundamentais, a critério da CPI, para exercício das competências impostas pelo artigo 37 do R.I. e demais legislações satélites.

Sala das Sessões em 23 de outubro de 2012.

NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL

DIRETORIA LEGISLATIVA 62

Ofício nº 203/2013

Curitiba, 2 de julho de 2013.

Senhor Deputado,

Através do presente, informamos que foram instaladas cinco CPIs em 6 de novembro de 2012:

- a CPI da Copa do Mundo de 2014 já foi encerrada, tendo seu relatório final aprovado através da Resolução nº 6/2013, publicado no DiOA nº 430, de 25/5/13;

- as demais, CPI de Irregularidade de Tributos – Grandes Devedores; CPI do Ibope; CPI dos Planos de Saúde e CPI da Telefonia Móvel tiveram como prazo para conclusão o dia 17 de junho de 2013, sendo que até a presente data não apresentaram seus relatórios finais para apreciação em Plenário.

Outrossim, informamos que das CPIs que aguardam instalação, a próxima, por ordem de inscrição, será a CPI com a finalidade de investigar e apurar a atuação dos síndicos e administradores judiciais nos processos de falência e recuperação judicial, cujo ato de constituição aguarda o processo de eleição de Conselheiro do Tribunal de Contas, em razão de o autor, Deputado Fábio Camargo, ser candidato ao cargo.

Quanto à CPI para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos contratos de pedágio, de vossa autoria, protocolada em 23 de outubro de 2012, e sétima na ordem de instalação, informamos que foram protocolados dois requerimentos em 11 de junho de 2013, retirando assinaturas de sete Parlamentares que haviam apoiado sua criação.

Exmo. Sr.
Deputado **NELSON LUERSEN**
Nesta

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 63

Portanto e devido à retirada do apoiamento desses Parlamentares, a instalação da referida CPI restou prejudicada, visto que a análise de requisitos é realizada quando da sua constituição e não da data do protocolo de seu requerimento.

Enfatizamos, finalmente, a utilização, por analogia, do art. 124, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, que determina a competência para propor projetos e, da mesma forma, o seu arquivamento, a saber:

> **Art. 124** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Assim sendo, o mesmo entendimento deve ser utilizado quando da retirada dos apoiamentos de uma proposição, uma vez que descumprido o requisito de constituição não há como prosperar a CPI, razão pela qual, a mesma foi arquivada.

Todavia, esta Presidência está pronta a instalar CPI para investigar o assunto tão logo seja apresentado novo requerimento, formalizado de acordo com a Constituição Estadual e disposições regimentais.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
64
Pág.

PROTOCOLO nº: 5431-DAP
INTERESSADO: DEPUTADO NELSON LUERSEN
ASSUNTO: RELATÓRIO

1. Tendo em vista a constituição da CPI do Pedágio em 9 de julho de 2013, o presente requerimento perdeu o objeto.

2. Arquive-se.

Diretoria Legislativa, 14 de agosto de 2013.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 65

Ata da 3ª Reunião Ordinária

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello, Titulares e na ausência do Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, assumiu o suplente Deputado Cleiton Kielse como Titular e Deputado Tercílio Turini. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, informando aos membros as atividades realizadas pela CPI no recesso parlamentar, como o encaminhamento de ofícios a diversas entidades e órgãos de governo, solicitando assessoramento técnico à FIEP; FECOMERCIO; FETRANSPAR; FACIAP; OCEPAR; ACP; OAB/PR e CREA, ofícios solicitando cópias de todos os documentos contratuais, tanto dos termos originais e aditivos, referentes aos 6 (seis) lotes de concessão das rodovias principais e aos 6 (seis) lotes de concessão das rodovias de acessos paranaenses. Ofícios solicitando cópias de trabalhos de análise, de estudos econômicos e financeiros, de fiscalização e auditagem, referentes aos mesmos lotes, acima citados à AGEPAR; TECPAR e DER. Foram também encaminhados ofícios solicitando relatórios, estudos, levantamentos e perícias sobre a concessão dos pedágios no Estado do Paraná, além de outras contribuições para a CPI, ao CREA; CAU; SENGE; ANTT; IEP; Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região; Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná; FETAEP; Força Sindical do Paraná; CUT; Movimento União Brasil Caminhoneiro e ABCAM, ofício enviado à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística – SEIL solicitando cópia integral do Edital e do Processo de Licitação, inclusos Contratos, Aditivos e todos os anexos da Concessão dos Pedágios às Concessionárias, no âmbito territorial do Estado do Paraná, com a respectiva publicação no Diário Oficial. Ofício solicitando os resultados dos estudos contratados junto à FIPE versando sobre o equilíbrio econômico e financeiro dos Contratos de Concessão Rodoviário no Estado do Paraná, quadro comparativo entre as obras inicialmente contratadas ou constantes nos contratos iniciais e as obras vinculadas aos Termos Aditivos aos Contratos Iniciais, com respectivos custos atualizados. Ofício enviado ao DETRAN solicitando a relação de veículos cadastrados no período de julho de 1998 a julho de 2013, especificado ano a ano e quanto à espécie, bem como ofício enviado à JUCEPAR, solicitando fotocópias dos Contratos Sociais e suas alterações da ECONORTE; VIAPAR; ECOCATARATAS; Caminhos do Paraná; RODONORTE e ECOVIA.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 66

Informou o recebimento, pela CPI, de expedientes do DER; AGEPAR; FAEP; FIEP; TECPAR e JUCEPAR, determinando à Secretaria da Comissão o envio de cópias dos documentos aos membros da Comissão. O Deputado Nereu Moura indaga sobre o envio de ofício ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da União e o Deputado Nelson Luersen esclarece que serão encaminhados na sequência, não somente aos Tribunais especificados bem como ao Ministério Público Estadual e Federal e Receita Estadual, para solicitar a disponibilidade de técnicos, para análise dos documentos. O Senhor Presidente enfatizou que qualquer sugestão à CPI seja feita por requerimento. Os Deputados Péricles de Mello e Nereu Moura sugeriram que a CPI se manifestasse por escrito quanto à matéria, do Jornalista da Gazeta do Povo Celso Nascimento, fazendo críticas sobre o *Site* criado pela CPI, devendo ser respondido por nota oficial desta Comissão que o *Site* será *linkado* ao *Site* da Assembleia, transformando-se em instrumento público. Colocado em votação. Aprovado. O Deputado Nelson Luersen sugeriu realizar uma reunião de trabalho com os membros da CPI onde foi acordado que acontecerá às terças-feiras após a Sessão Plenária e convidou os Parlamentares para conhecer a sede da CPI, sito à Rua Manoel dos Santos Barreto, 181, onde será restrita a entrada apenas da equipe de trabalho. Informou também, que a casa possui alarme e segurança 24 horas e para segurança dos documentos, estes serão também digitalizados. Passou-se à discussão e votação de Requerimentos e Ofícios recebidos na sessão anterior. Ofícios de autoria do Deputado Péricles de Mello nsº 780/2013 que foi retirado da pauta pelo Autor e nº 781/2013 que indica o técnico da Secretaria de Estado de Planejamento, Senhor Germinal Poca – Aprovado. Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requisitando a disponibilização de dois advogados da Comissão de Constituição e Justiça para auxílio e assessoria técnica da CPI. Retirado pelo Autor. Na sequência passou-se à leitura dos Requerimentos e Ofícios recebidos nesta Sessão. Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse solicitando quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das 06 (seis) Concessionárias de Pedágio no Estado do Paraná. O Deputado Nereu Moura sugeriu que os documentos protocolados na sessão do dia sejam discutidos na sessão seguinte e o Deputado Nelson Luersen colocou o assunto para ser debatido na reunião de trabalho. Dando continuidade na leitura dos requerimentos recepcionados pela Comissão. Dois requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello, o 1º requer pedido de informação ao Conselho Gestor das PPPs no Estado do Paraná e o 2º requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Agência Nacional dos Transportes – ANTT para que apresente os projetos e dados pertinentes às Concessões de Estradas Federais, já pedagiadas. Ofício nº 526/2013, de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Senhor Deputado Alceu Maron, que apresentou as primeiras sugestões para a CPI do Pedágio: Primeira – A Assembleia Legislativa do Paraná deve convidar, formalmente, representantes das entidades e instituições abaixo relacionadas e garantir a participação em todos os atos, apuração de dados e investigações – Ministério Público do Estado do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção Paraná, Federação das Indústrias do Paraná

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 67

– FIEP, Associação Comercial do Paraná, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR, Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP; - Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens – Londrina e Região; Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - FETRANSPAR. De imediato, a CPI do Pedágio deve tornar público os seguintes esclarecimentos e informações: quais as obrigações das concessionárias nos contratos iniciais firmados com o Governo do Estado do Paraná; quais alterações contratuais foram feitas com os termos aditivos assinados posteriormente; quem elaborou e quem assinou os aditivos contratuais e quais as datas de assinaturas; quais cronogramas de obras e demais obrigações das concessionárias constam nos contratos de concessão; apresentar cronogramas de obras previstas na ocasião da assinatura dos contratos de concessão; quais obras previstas nos contratos iniciais foram retiradas nas assinaturas dos termos aditivos; quanto era a frota de veículos no Paraná na época da assinatura dos contratos e quanto é hoje; qual o número de veículos que passam diariamente e mensalmente em cada praça de pedágio instalada no Paraná, inclusive nas cancelas do serviço Via Fácil; quais os critérios que nortearam a definição dos preços das tarifas de pedágio em cada praça de arrecadação; qual a atual situação de cada uma das ações judiciais impetradas contra o pedágio nas rodovias; quem autorizou as concessionárias a utilizar o serviço Via Fácil nas praças de arrecadação de pedágio; qual o percentual de usuários que utilizam o serviço Via Fácil; qual a participação do serviço Via Fácil no total arrecadado com pedágio pelas concessionárias; quem é o dono e quem gerencia o serviço Via Fácil no Paraná; por que na assinatura dos contratos o Governo do Estado aceitou que as concessionárias assumissem a conservação e manutenção de pouquíssimos trechos de rodovias secundárias (PRs), sendo que no edital de licitação estava previsto quantidade muito maior de quilometragem. Por que as concessionárias não aceitam cartões de débito e crédito nas praças de arrecadação, já que são formas de pagamentos praticadas na maioria das operações comerciais; qual critério definido para cobrança de eixo suspenso, principalmente de caminhões, nas praças de arrecadação. A primeira pessoa convocada a prestar esclarecimentos à CPI do Pedágio deve ser o ex-governador Jaime Lerner, que decidiu pela implantação do pedágio nas rodovias do Paraná, celebrou os contratos de concessão com as empresas concessionárias, autorizou termos aditivos e também a quebra unilateral dos contratos. Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse, com apoiamento dos Senhores Deputados Wilson Quinteiro, Alceu Maron, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello e Adelino Ribeiro, que solicita oitiva do Procurador do Ministério Público Federal, Doutor Osvaldo Sowek Júnior. Na sequência, o Senhor Presidente passou à leitura das atas da 1ª e 2ª Reuniões Ordinárias. O Senhor Deputado Wilson Quinteiro solicitou a dispensa da leitura das Atas, a qual, colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Após, o Deputado Péricles de Mello colocou-se à disposição para prestar esclarecimentos sobre o estudo feito por ele no início do pedágio, do contrato, da licitação e da proposta comercial das concessionárias. Colocou-se em votação a data do pronunciamento para o dia 20 de agosto próximo, na 5ª Reunião Ordinária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 681

da CPI. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON QUIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Ag. 69

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 127/13**, de autoria dos Deputados Gilson de Souza e Paranhos, que institui a "Semana Estadual Todos Contra a Pedofilia", incluindo-a no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a ser realizada anualmente no período de 13 a 18 de maio; **Projeto de Lei nº 159/13**, de autoria do Dep. Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Sinuca, com sede e foro no Município de Curitiba; **Projeto de Lei nº 185/13**, de autoria do Dep. Nelson Luersen, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Segurados Aposentados e Pensionistas do Sudoeste do Paraná – ASAP, com sede e foro no Município de Realeza. Colocada em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou a redação final ao **Projeto de Lei Complementar nº 11/2013**, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Piso Salarial dos Professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná em virtude do reajuste do Piso Nacional – Lei Federal nº 11.738, de 2008, e equiparação do salário de ingresso de Professores ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo. Colocada em votação a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 155/13, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que altera a Lei Estadual nº 15.328, de 2006, que declara de Utilidade Pública o Instituto Tibagi de Escolas Técnicas – ETTIBAGI, com sede e foro no Município de Curitiba; Projeto de Lei nº 192/13, de autoria do Dep. Alceu Maron Filho, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dom Alfredo Ernest Novak, CSsR, Bispo Emérito de Paranaguá; Projeto de Lei nº 220/13, de autoria do Dep. Ney Leprevost, que declara de Utilidade Pública o Club Dataro de Ciclismo -CDC, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu; Projeto de Lei nº 541/12, de autoria do Dep. Artagão Junior, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de São Damião – APROSDAM, com sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava e o Deputado Professor Lemos Relatou o Projeto de Lei nº 481/12, de autoria do Dep. Pastor Edson Praczyk, que Regulamenta o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD. Colocada em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Lemos apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 3/2013**, de autoria do Dep. Tercílio Turini, que declara o Distrito de São Martinho como a Capital Paranaense dos Embutidos; **Projeto de Lei nº 76/2013**, de autoria do Dep. Gilberto Martin, que cria uma rede previamente definida para o parto que vincule cada unidade pré-natal do SUS à garantia de acesso automático a uma dada maternidade. Colocada em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

78132/2013

Comissões Especiais

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 3ª Reunião Ordinária

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello, Titulares e na ausência do Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, assumiu o suplente Deputado Cleiton Kielse como Titular e Deputado Tercílio Turini. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, informando aos membros as atividades realizadas pela CPI no recesso parlamentar, como o encaminhamento de ofícios a diversas entidades e órgãos de governo, solicitando assessoramento técnico à FIEP; FECOMERCIO; FETRANSPAR; FACIAP; OCEPAR; ACP; OAB/PR e CREA, ofícios solicitando cópias de todos os documentos contratuais, tanto dos termos originais e aditivos, referentes aos 6 (seis) lotes de concessão das rodovias principais e aos 6 (seis) lotes de concessão das rodovias de acessos paranaenses. Ofícios solicitando cópias de trabalhos de análise, de estudos econômicos e financeiros, de fiscalização e auditagem, referentes aos mesmos lotes, acima citados à AGEPAR; TECPAR e DER. Foram também encaminhados ofícios solicitando relatórios, estudos, levantamentos e perícias sobre a concessão dos pedágios no Estado do Paraná, além de outras contribuições para a CPI, ao CREA; CAU; SENGE; ANTT; IEP; Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região; Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná; FETAEP; Força Sindical do Paraná; CUT; Movimento União Brasil Caminhoneiro e ABCAM, ofício enviado à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística – SEIL solicitando cópia integral do Edital e do Processo de Licitação, inclusos Contratos, Aditivos e todos os anexos da Concessão dos Pedágios às Concessionárias, no âmbito territorial do Estado do Paraná, com a respectiva publicação no Diário Oficial. Ofício solicitando os resultados dos estudos contratados junto à FIPE versando sobre o equilíbrio econômico e financeiro dos Contratos de Concessão Rodoviário no Estado do Paraná, quadro comparativo entre as obras inicialmente contratadas ou constantes nos contratos iniciais e as obras vinculadas aos Termos Aditivos aos Contratos Iniciais, com respectivos custos atualizados. Ofício enviado ao DETRAN solicitando a relação de veículos cadastrados no período de julho de 1998 a julho de 2013, especificando ano a ano e quanto à espécie, bem como ofício enviado à JUCEPAR, solicitando fotocópias dos Contratos Sociais e suas alterações da ECONORTE; VIAPAR; ECOCATARATAS; Caminhos do Paraná; RODONORTE e ECOVIA. Informou o recebimento, pela CPI, de expedientes do DER; AGEPAR; FAEP; FIEP; TECPAR e JUCEPAR, determinando à Secretaria da Comissão o envio de cópias dos documentos aos membros da Comissão. O Deputado Nereu Moura indaga sobre o envio de ofício ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da União e o Deputado Nelson Luersen esclarece que serão encaminhados na sequência, não somente aos Tribunais especificados bem como ao Ministério Público Estadual e Federal e Receita Estadual, para solicitar a disponibilidade de técnicos, para análise dos documentos. O Senhor Presidente enfatizou que qualquer sugestão à CPI seja feita por requerimento. Os Deputados Péricles de Mello e Nereu Moura sugeriram que a CPI se manifestasse por escrito quanto à matéria, do Jornalista da Gazeta do Povo Celso Nascimento, fazendo críticas sobre o *Site* criado pela CPI, devendo ser respondido por nota oficial desta Comissão que o *Site* será *linkado* ao *Site* da Assembleia, transformando-se em instrumento público. Colocado em votação. Aprovado. O Deputado Nelson Luersen sugeriu realizar uma reunião de trabalho

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 70

com os membros da CPI onde foi acordado que acontecerá às terças-feiras após a Sessão Plenária e convidou os Parlamentares para conhecer a sede da CPI, sito à Rua Manoel dos Santos Barreto, 181, onde será restrita a entrada apenas da equipe de trabalho. Informou também, que a casa possui alarme e segurança 24 horas e para segurança dos documentos, estes serão também digitalizados. Passou-se à discussão e votação de Requerimentos e Ofícios recebidos na sessão anterior. Ofícios de autoria do Deputado Péricles de Mello nº 780/2013 que foi retirado da pauta pelo Autor e nº 781/2013 que indica o técnico da Secretaria de Estado de Planejamento, Senhor Germinal Poca – Aprovado. Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requisitando a disponibilização de dois advogados da Comissão de Constituição e Justiça para auxílio e assessoria técnica da CPI. Retirado pelo Autor. Na sequência passou-se à leitura dos Requerimentos e Ofícios recebidos nesta Sessão. Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse solicitando quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das 06 (seis) Concessionárias de Pedágio no Estado do Paraná. O Deputado Nereu Moura sugeriu que os documentos protocolados na sessão do dia sejam discutidos na sessão seguinte e o Deputado Nelson Luersen colocou o assunto para ser debatido na reunião de trabalho. Dando continuidade na leitura dos requerimentos recepcionados pela Comissão. Dois requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello, o 1º requer pedido de informação ao Conselho Gestor das PPPs no Estado do Paraná e o 2º requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Agência Nacional dos Transportes – ANTT para que apresente os projetos e dados pertinentes às Concessões de Estradas Federais, já pedagiadas. Ofício nº 526/2013, de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Senhor Deputado Alceu Maron, que apresentou as primeiras sugestões para a CPI do Pedágio: Primeira – A Assembleia Legislativa do Paraná deve convidar, formalmente, representantes das entidades e instituições abaixo relacionadas e garantir a participação em todos os atos, apuração de dados e investigações – Ministério Público do Estado do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção Paraná, Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, Associação Comercial do Paraná, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR, Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP; - Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens – Londrina e Região; Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - FETRANSPAR. De imediato, a CPI do Pedágio deve tornar público os seguintes esclarecimentos e informações: quais as obrigações das concessionárias nos contratos iniciais firmados com o Governo do Estado do Paraná; quais alterações contratuais foram feitas com os termos aditivos assinados posteriormente; quem elaborou e quem assinou os aditivos contratuais e quais as datas de assinaturas; quais cronogramas de obras e demais obrigações das concessionárias constam nos contratos de concessão; apresentar cronogramas de obras previstas na ocasião da assinatura dos contratos de concessão; quais obras previstas nos contratos iniciais foram retiradas nas assinaturas dos termos aditivos; quanto era a frota de veículos no Paraná na época da assinatura dos contratos e quanto é hoje; qual o número de veículos que passam diariamente e mensalmente em cada praça de pedágio instalada no Paraná, inclusive nas cancelas do serviço Via Fácil; quais os critérios que nortearam a definição dos preços das tarifas de pedágio em cada praça de arrecadação; qual a atual situação de cada uma das ações judiciais impetradas contra o pedágio nas rodovias; quem autorizou as concessionárias a utilizar o serviço Via Fácil nas praças de arrecadação de pedágio; qual o percentual de usuários que utilizam o serviço Via Fácil; qual a participação do serviço Via Fácil no total arrecadado com pedágio pelas concessionárias; quem é o dono e quem gerencia o serviço Via Fácil no Paraná; por que na assinatura dos contratos o Governo do Estado aceitou que as concessionárias assumissem a conservação e manutenção de pouquíssimos trechos de rodovias secundárias (PRs), sendo que no edital de licitação estava previsto quantidade muito maior de quilometragem. Por que as concessionárias não aceitam cartões de débito e crédito nas praças de arrecadação, já que são formas de pagamentos praticadas na maioria das operações comerciais; qual critério definido para cobrança de eixo suspenso, principalmente de caminhões, nas praças de arrecadação. A primeira pessoa convocada a prestar esclarecimentos à CPI do Pedágio deve ser o ex-governador Jaime Lerner, que decidiu pela implantação do pedágio nas rodovias do Paraná, celebrou os contratos de concessão com as empresas concessionárias, autorizou termos aditivos e também a quebra unilateral dos contratos. Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse, com apoiamento dos Senhores Deputados Wilson Quinteiro, Alceu Maron, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello e Adelino Ribeiro, que solicita oitiva do Procurador do Ministério Público Federal, Doutor Osvaldo Sowek Júnior. Na sequência, o Senhor Presidente passou à leitura das atas da 1ª e 2ª Reuniões Ordinárias. O Senhor Deputado Wilson Quinteiro solicitou a dispensa da leitura das Atas, a qual, colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Após, o Deputado Péricles de Mello colocou-se à disposição para prestar esclarecimentos sobre o estudo feito por ele no início do pedágio, do contrato, da licitação e da proposta comercial das concessionárias. Colocou-se em votação a data do pronunciamento para o dia 20 de agosto próximo, na 5ª Reunião Ordinária da CPI. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

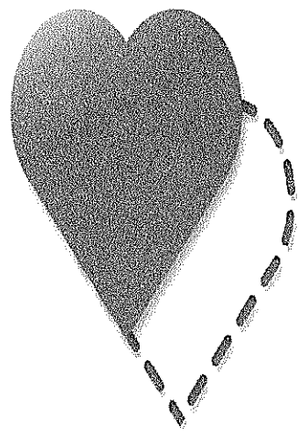
Deputado CLEITON QUIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

78135/2013

Paraná pela Vida

Avise sua família que você é um doador de órgãos.
É simples assim.



Mais de 2.000 paranaenses aguardam por um transplante. Você pode dar o presente que alguém tanto espera para voltar a ter uma vida normal.

INFORMAÇÕES SOBRE DOAÇÕES DE ÓRGÃOS E TECIDOS
CURITIBA: (41) 3304-1900 (24 HORAS) | CASCAVEL: (45) 3321-5565 (24 HORAS)
LONDRINA: (43) 3379-6078 (24 HORAS) | MARINGÁ: (44) 3027-3274 (24 HORAS)
WWW.SAUDE.PR.GOV.BR | SESATRAN@SESA.PR.GOV.BR

Central Estadual de Transplantes
GOVERNO DO ESTADO PARANÁ
PARANÁ

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 71

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 3ª Reunião Ordinária (6/8/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 21/8/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 489.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 23 de agosto de 2013.

Solange Maria Mariotti
Mat. 40.183

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 72

CERTIDÃO

Certifico que recebi cópia da ata da 3ª Reunião Ordinária (6/8/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 21/8/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 489.

Curitiba, 23 de agosto de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 73

Ata da 4ª Reunião Ordinária

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Deputado Cleiton Kielse, Suplente. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, solicitando ao relator a leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente ouviu sugestões quanto ao tempo estipulado para a apresentação do Deputado Cleiton Kielse, onde se definiu que serão trinta minutos prorrogáveis por mais quinze minutos. Foi solicitado ao Deputado Cleiton Kielse objetividade na apresentação e que havendo provas dos indícios de irregularidades, estas fossem repassadas à assessoria da CPI. Com auxilio de *slides*, o Deputado Cleiton Kielse deu início à apresentação, informando a crescente mortalidade nas rodovias pedagiadas, fazendo com que o Estado do Paraná, segundo dados da Polícia Rodoviária Estadual e Federal, possua o maior número de acidentes com veículos, bem como o maior número de pessoas com deficiências oriundas desses acidentes, totalizando mais de seis mil mortes desde o início da instalação dos pedágios no Estado do Paraná. Demonstrou a evolução da frota de veículos, com a projeção real de 1996 a abril de 2013, partindo de um milhão, oitocentos e setenta e um mil veículos para seis milhões, trezentos e cinquenta e três mil veículos. Em breve histórico, o Deputado Cleiton Kielse informou que em 1996, a União, por meio do Ministério dos Transportes, firmou convênio com o Paraná, a quem delegou a administração e a exploração de trechos de rodovias federais. Ao todo foram delegados 4.380 km de rodovias. Dentro de um acordo entre as concessionárias e empreiteiras foi assumido apenas 2.493 km, sendo que 1.950 km de rodovias principais e 498 oito km de rodovias paralelas, isto significa, quase 50% (cinquenta por cento) a menos de estradas, porém receberam a tarifa cheia, fator de desequilíbrio econômico e financeiro. Esclareceu que se iniciou já em 2006, apresentação comprovada ao Ministério Público Estadual e Procuradoria Geral de Justiça do Estado, da auditoria breve, feita àquela época, sobre as irregularidades existentes desde o princípio da licitação. Após, continuou sua explanação informando que o primeiro Termo Aditivo que foi feito nos contratos originais trouxe prejuízo no valor de três bilhões de reais de investimentos em obras, isto significa que foram retiradas 567 km de obras. Em seguida, no segundo Termo Aditivo, foram postergadas, por

DIRETORIA LEGIS.
Pág. 74

mais sete anos as obras que restaram, as quais deveriam ter sido executadas. Em 20 de junho de 1998 o Governo reduziu em 50% (cinquenta por cento) as tarifas; em 27 de março de 2000, as concessionárias aumentaram em 112% (cento e doze por cento) as tarifas para carros e 76% (setenta e seis por cento) para caminhões; após nove meses, concedeu-se mais 16,46% (dezesseis vírgula quarenta e seis por cento) para carros e 20,48% (vinte vírgula quarenta e oito por cento) para caminhões e em 1° de dezembro de 2001 mais 9,74% (nove vírgula setenta e quatro por cento) para carros e 9,62% (nove vírgula sessenta e dois por cento) para caminhões. Na licitação original a responsabilidade era de executarem 1.263 km em duplicações, viadutos, trincheiras, contornos, terceiras pistas e obras secundárias, porém retiraram 567 km dos trechos mais caros. Restaram então, 696 km a serem feitos, as quais 136 km foram executados. Em resposta ao requerimento da bancada do PT, a respeito da obra de 14,379 km, trecho dentro de Cascavel, as concessionárias conseguiram um aumento de 7,86% (sete vírgula oitenta e seis por cento) estendida para as cinco praças de pedágio, sendo toda a extensão de Guarapuava a Foz do Iguaçu, contabilizando um ganho de quase trezentos milhões de reais até o final do contrato para um investimento de cinquenta e cinco milhões. O resultado dessas negociações causou um prejuízo econômico e financeiro em várias regiões do Estado, como desestímulo à produção, desistência de instalação, falência de milhares de indústrias no interior e perda de competitividade diante de outras unidades da Federação. O Deputado Cleiton Kielse continuou sua explanação informando que a OCEPAR auditou e continua auditando o prejuízo que o pedágio traz para o transporte de grãos no Paraná; equivale em média 25% (vinte e cinco por cento), podendo chegar até 28,8% (vinte e oito vírgula oito por cento) do custo de frete de grãos em algumas regiões, tirando do produtor quase 6% (seis por cento) do valor nominal em *commodities*. Na sequência, o Deputado Kielse apresentou os valores gastos por um caminhão de nove eixos que faz o destino de ida e volta de Foz do Iguaçu à Paranaguá. Após, foi apresentado os valores da receita operacional bruta das Concessionárias, no ano de 2012 e a receita líquida, ficando claro que o lucro líquido chega a ser mais de 80% (oitenta por cento), embora o contrato de licitação determine índice de lucro de 18 a 22% (dezoito a vinte e dois por cento). Empreiteiras, que foram visitadas, que fazem pavimentação e que não são ligadas às concessionárias de pedágio no Paraná, estipulam que o valor da pavimentaçao feita pelas concessionárias de pedágio custaria mais do que o triplo do valor que custaria oficialmente no Estado. Logo após, o Deputado Cleiton Kielse mostrou a publicação de um jornal de grande circulação, o valor da arrecadação anunciada pelo DER, no valor de cento e quarenta e sete milhões de reais da empresa ECOVIA, responsável por 110 km, no ano de 2010. Uma semana depois, a mesma empresa anunciou, no mesmo jornal, a arrecadação de cento e setenta milhões de reais. Em um ano dá uma diferença de vinte e três milhões de reais em uma concessionária. Se for aferido a todas as demais concessionárias, a diferença seria de quase quatrocentos milhões de reais, apenas em um ano. Em seguida, demonstrou através do *slide*, a contabilidade

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 75

feita pelo DER, da curva de arrecadação e de investimento da ECONORTE. Demonstrou que a referida concessionária foi beneficiada em duzentos e quarenta milhões de reais em obras retiradas. A VIAPAR também está demonstrado pelo gráfico (*slide*), com arrecadação ainda mais acentuada devido ao número de tráfego ser maior. O trecho Maringá/Cascavel e Campo Mourão/Cascavel, trecho de 163 km que deveria ter sido duplicado integralmente, foram reduzidos para 77 km. Numa avaliação foi retirada em obras, apenas pela VIAPAR, a totalidade de um bilhão, duzentos milhões de reais. A ECOCATARATAS, responsável pelo trecho de 350 km, de Guarapuava a Foz do Iguaçu, trecho de maior mortalidade no Brasil, foram retiradas inúmeras obras, totalizando o valor de trezentos e oitenta milhões de reais. Em pesquisa aprofundada na ECOCATARATAS, feita a contabilização com Técnicos do Tribunal de Contas da União e com Auditores Oficiais, ficou demonstrado que, desde o início da obra, apenas para o recapeamento do trecho Foz do Iguaçu até Guarapuava, foram financiados trinta e nove milhões de reais, demonstrando, à época, que não houve investimento da Concessionária. Após quatro anos, com dois anos de carência, foi conseguido mais sessenta milhões em financiamento do BNDES. O Deputado Kielse mostrou gráficos a todos os membros da Comissão, deixando-os à disposição de todos para fazer comparativos. A arrecadação em 2012, da ECOCATARATAS, foi de duzentos e trinta milhões de reais. Se nos governos do Senhor Jaime Lerner ou do Senhor Requião tivessem demonstrado os valores judicialmente, já se teria justificativa contábil, judicial, tributária para anular todos os contratos que foram feitos e tornar nula a licitação desde o seu princípio. Explicou que os cálculos atuariais feitos por grandes empresas de auditagem demonstram que existe um pano de fundo na arrecadação global dessas empresas. Por isso, justifica-se o pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal, pertinente a todas as empresas e com aferição junto à FIEP, FAEP, OCEPAR e demais representantes do G7 do Estado do Paraná. O Deputado Kielse desafiou as concessionárias a demonstrar onde estão os recursos arrecadados e de que forma conseguem justificar o dinheiro arrecadado em todas as praças de pedágio. O Deputado Nelson Luersen interrompeu justificando faltar quinze minutos para o término da explanação. Dando continuidade, o Deputado Kielse informou sobre a Concessionária Caminhos do Paraná que da mesma forma, a arrecadação chega a um bilhão e trezentos milhões e menos de cento e quarenta milhões em investimentos. Os dados são encontrados nos *Sites* das concessionárias, são dados oficiais, onde há muitas diferenças entre a auditagem, o que é publicado e o que é entregue ao DER. O *Site* da RODONORTE demonstra o quantitativo e o prejuízo até o ano de 2012. A arrecadação da referida concessionária passa de quatro bilhões de reais, com menos de quatrocentos milhões de reais em investimentos. Em seguida, o Deputado Cleiton Kielse, em conversa com um Diretor da Secretaria da Receita Estadual, informou que o Estado de Santa Catarina irá absorver quase 15% (quinze por cento) da força industrial do Paraná, tendo em vista uma diferença de 800% (oitocentos por cento) entre a tarifa da ECOVIA e a tarifa que faz a ligação Joinvile e os demais Portos de Santa Catarina e causando também, prejuízo ao turismo do litoral paranaense. Para

DIRETORIA LEGISLATIVA Pag. 761

finalizar, o Deputado Kielse demonstrou o desequilíbrio econômico financeiro, onde as receitas são da ordem de vinte bilhões e quinhentos milhões de reais, contra menos de três bilhões de reais em investimentos, tornando as construções das rodovias uma doação oficial às concessionárias. Após, o Deputado fez um comparativo dos modelos de pedágio no Brasil e no Exterior. Esclarece que esta Comissão Parlamentar, com a participação da população e da sociedade organizada, tem grande importância para conseguir as respostas das diversas indagações lidas pelo Deputado. Dando continuidade, o Deputado Kielse esclareceu que a solução paliativa é o Governo reassumir as estradas; assumir a construção de 1.500 km em duplicações com o valor médio de três milhões de reais o quilômetro, ponderando que as concessionárias estão colando um preço médio de oito milhões de reais o quilômetro, totalizando quatro bilhões e quinhentos milhões de reais e com os mesmos parâmetros cedidos às concessionárias de pedágio via BNDES, isto é, a totalidade do anel de integração com 6% (seis por cento) ao ano de juros, mais dois anos de carência e quinze anos para pagar, economiza, no mínimo, quarenta e cinco bilhões de reais, dos paranaenses em pedágios por, no mínimo, quinze anos de garantia asfáltica. Imediatamente volta a competitividade do modal do transporte no Paraná, reativando bilhões em investimentos industriais, cooperativos, turísticos e portuários. A garantia dos pagamentos seria com a diferença de arrecadação do DETRAN, que tem hoje, o fluxo financeiro progressivo compatível com mais do que o dobro das garantias necessárias. O Deputado Kielse concluiu que "é preciso fazer algo, acabar com esta covardia contra a vida e contra a economia, quebrar a caixa preta, demonstrar e levantar as pessoas, as empresas, as entidades, os paranaense como um todo para acabar com esta farra com as estradas que pertencem ao povo paranaense". Agradeceu ao Presidente e aos senhores deputados. O Deputado Nelson Luersen parabenizou o Deputado Kielse pela apresentação e agradeceu a presença de todos. Afirmou que a Comissão irá trabalhar com os dados apresentados, sua veracidade, e que estes dados serão confrontados com o levantamento que a Comissão está realizando, em conjunto com as entidades, membros e equipe técnica. Em seguida, o Senhor Presidente abriu espaço para que os senhores deputados fizessem suas indagações, sendo três minutos para a resposta, dois minutos para a tréplica e mais três minutos para a resposta da tréplica. Com a palavra, o Deputado Alceu Maron que não questionou e sim parabenizou o Deputado Kielse pelo estudo completo que irá subsidiar os trabalhos da Comissão. Na sequência, o Deputado Douglas Fabrício esclareceu a importância do relatório apresentado pelo Deputado, defendendo que se analise trecho por trecho e que a Comissão confronte os dados apresentados, bem como busque mais informações para complementação e, concluindo, parabeniza o Deputado Kielse. Após, o Deputado Artagão Junior inicia parabenizando o Deputado Kielse pela explanação e questionou sobre o índice apresentado ser superior à média anual de reajustes provocados pela indexação inflacionária, onde fica evidente, aparentemente que essa compensação do eventual prejuízo havido automaticamente ocorreu pela correção da indexação promovida nos anos seguintes. Indagou se esta avaliação colocada é afirmativa, ou seja, se a exclusão das obras não deveria ocorrer,

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 771

uma vez que houve um aumento percentual da inflação bem maior que o normal. Em resposta, o Deputado Kielse esclareceu que foi conseguido, além do retorno do valor aferido e retirado em 1998, retornando no ano de 2000, a retirada de três bilhões em obras escolhidas. Citou a obra de Campo Mourão e Cascavel e afirmou que em um ano foi conseguido mais de 130% (cento e trinta por cento) de aumento no valor da arrecadação. Com a palavra, o Deputado Wilson Quinteiro, que primeiramente parabenizou o Deputado Kielse pelo levantamento das questões técnicas e dos valores, esclarecendo que defende que o debate das questões seja de ordem técnica e não política. Questionou sobre a oscilação de valores e sobre as decisões judiciais que autorizaram os aumentos, sendo assim, a necessidade em ouvir outros que estejam envolvidos, como o Judiciário, porque não teria revisto a questão do pedágio na origem. O Deputado Kielse informou que existem decisões dúbias da parte da Justiça Estadual, do procedimento do rito processual ordinário e sumário. O Deputado Wilson Quinteiro colocou a importância de pedir ao Deputado Kielse para trazer à Comissão, informações das decisões judiciais Estadual e Federal que possua, para poder saber se, desse trabalho já realizado, não haver decisões transitadas em julgado, para avaliação mais profunda. Na ordem, com a palavra o Deputado Adelino Ribeiro que parabenizou o Deputado pelo trabalho realizado e da sua importante participação na CPI. Fez perguntas ao Deputado Kielse, sendo: qual foi o percentual de reajuste da ECOCATARATAS sobre as obras, os 14 km de Matelândia e da onde vieram os números. O Deputado, por meio da apresentação de *slide,* respondeu ao questionamento. O Deputado Adelino fez a comparação do valor das tarifas e do número de mortes no pedágio do Estado do Paraná com pedágio dos Estados Unidos, salientando a importância da revisão dos números pela CPI. O Deputado Kielse informou que, segundo o cálculo do DNIT e demais órgãos oficiais, se houvesse duplicação nas estradas do Paraná, as mortes por acidente poderiam ser reduzidas a mais de 90% (noventa por cento). Com a palavra, o Deputado Péricles de Mello parabenizou o estudo realizado, enfatizando a necessidade de poder contar com o apoio do Poder Judiciário, da Procuradoria da Justiça e da Procuradoria da República. Indagou sobre a denúncia assinada, no mandato passado, por ele juntamente com o Deputado Kielse ao Procurador Geral de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto e opinou que a CPI o convide bem como o Procurador atual para explicações. Também questionou sobre as ações que estavam tramitando e o porquê que foram suspensas. O Senhor Deputado Cleiton Kielse justificou que esteve diversas vezes com os Procuradores e que a Senhora Procuradora Dra. Maria Cecília, convocada pelo Ministério Público, seja uma das melhores testemunhas a comparecer a esta CPI, tendo em vista possuir um volume muito grande de documentos em obras e valores. Também informou que os Procuradores Dra. Kelli e os Drs. Diogo e Osvaldo sejam de extrema validade. O Deputado Péricles de Mello propôs fazer um requerimento para convidar os quatro procuradores e requerimento pedindo explicações, por escrito, ao governador do Estado, à Agência Reguladora o DER sobre o dossiê apresentado pelo Deputado Cleiton Kielse. Para complementar, o Deputado Kielse informou que pedirá o histórico de cada Diretor atual do DER. Na sequência, com a palavra o Deputado Bernardo Carli, cumprimentou o Deputado

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 76

Kielse pela explanação do seu estudo, e questionou se a comparação entre receitas e investimentos, leva em consideração os custos operacionais, despesas com pessoal e manutenção das vias ou se são só novos investimentos e se os dados apresentados são oficiais. Em resposta, o Deputado Kielse afirmou que 95% (noventa e cinco por cento) são dados de órgãos oficiais e os demais são dados auditados por empresas e pelo próprio deputado, via dados oficiais. Esclareceu os dados, através da *internet,* do quadro oficial da RODONORTE. Após, com a palavra o Deputado Nereu Moura comentou que a CPI deve impedir a majoração da tarifa e que a população do Paraná aguarda uma proposta da mudança do atual modelo. O Deputado Kielse sugeriu que após a estada dos procuradores, seja convocado o Secretário atual dos Transportes para esclarecimentos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen parabenizou e agradeceu em nome de todos os deputados as exposições feitas pelo Deputado Kielse, esclareceu a importância de serem chamadas pessoas que realmente possam contribuir com a CPI, e indagou ao Deputado Kielse se há decisões judiciais sobre o tema e porque não foram cumpridas. O Deputado respondeu que são trinta e seis processos, na sua totalidade, sendo que vinte e dois estão em fase final, quatro em fase "finalíssima", que deveriam ser analisados pela CPI. O Senhor presidente agradeceu mais uma vez e solicitou o repasse de todos os documentos apresentados à assessoria, para análise. O Deputado Kielse agradeceu o espaço destinado e informou que disponibilizará toda a informação. Na sequência, o Deputado Nelson Luersen registrou a presença do Deputado Tercílio Turini e deu continuidade à reunião ordinária, passando para a deliberação e votação dos Requerimentos e Ofícios apresentados na sessão da semana anterior. 1 – Parecer Jurídico do Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das 06 (seis) concessionárias de pedágio no Estado do Paraná. Colocado em discussão o parecer, o mesmo foi adiado, juntamente com o Requerimento, até a oitiva dos procuradores. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que solicita informação ao Conselho Gestor das Parcerias Público Privadas do Estado do Paraná, foi aprovado. 3 – Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello para que a CPI oficie a Agência Nacional de Transportes – ANTT para apresentar os projetos dados pertinentes a concessões de estradas federais já pedagiadas no Paraná. – Aprovado. 4 - Ofício nº 526/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Alceu Maron que apresentou as primeiras sugestões para a CPI do Pedágio e que pede a convocação do ex-governador Jaime Lerner, para depor. Colocado em discussão, foi adiado para a próxima reunião. 4 - Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse, com o apoiamento dos Deputados Wilson Quinteiro, Alceu Maron, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello e Adelino Ribeiro, que solicita a oitiva do Procurador do Ministério Público Federal, Dr. Osvaldo Sowek Júnior, que foi aprovado, com voto contrário do Deputado Alceu Maron. Dando continuidade, o senhor Presidente, com a concordância dos demais membros, marcou a próxima reunião para o dia 20 de agosto, na Sala de Reuniões das Comissões, e lembrou que a partir das 17 horas, após a sessão plenária, haverá reunião de trabalho na casa onde a CPI está instalada. O Deputado Adelino Ribeiro sugeriu alterar as reuniões de trabalho para todas as segundas-feiras às 13h:00min, na casa da CPI. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Após, o Deputado

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 79

Nelson Luersen fez a leitura dos ofícios e requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1 – Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que sejam aceitas alterações do Regimento Interno desta Comissão. 1.2 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o DER para apresentar estudo sobre a tarifa básica. 1.3 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar os estudos realizados sobre o pedágio no Paraná. 1.4 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Procuradoria Geral do Estado do Paraná para que apresente cópia de processos sobre o pedágio. 1.5 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie à CUT e a Força Sindical para que indiquem membros técnicos, para compor a CPI. 1.6 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que todos os atos referentes à investigação sejam publicados no *site* oficial da CPI (www.cpidopedagioparana.com.br). 2 - Ofício nº 638/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, que solicita a aferição da quantidade de veículos que passam diariamente pelas praças de arrecadação de pedágio nas rodovias estaduais administradas por concessionárias no Paraná. Na sequência, o Deputado Kielse entregou oficialmente os documentos à presidência desta CPI e solicitou concomitantemente os aditivos do ano de 2008, 2003 e 2011. O Deputado Nelson Luersen informou que todos os aditivos foram solicitados, e que os documentos apresentados serão digitalizados e repassados a todos os Deputados e entidades que tenham interesse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 801

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 81

no Município de Curitiba. **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 33- PROJETO DE LEI nº 110/2013. Autor: Dep. Paranhos.** *Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Caminho da Vida, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 34- PROJETO DE LEI nº 345/2013. Autor: Dep. Ademar Traiano.** *Declara de Utilidade Pública o Instituto Sauê La Vie de Promoção à Vida e Prestação de Serviços em Saúde e Meio Ambiente, com sede e foro em Curitiba/ pr.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado.** Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Caline Favretto Gondim
Coordenadora
Mat. 6246

78922/2013

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Ata da 7ª Reunião Ordinária

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Veneri e com a presença dos senhores Deputados Ney Leprevost, Pedro Lupion , Wilson Quinteiro e Waldyr Pugliesi, a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Observando a presença de quórum legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos passando à pauta de votação. O primeiro item apreciado foi o Projeto de Lei nº 500/12, de autoria do Deputado Paranhos, que dispõe sobre a afixação de cartazes contendo a inscrição "Denuncie o Turismo Sexual – Ligue 100 ou 190", em hotéis, motéis, pousadas, pensões, restaurantes, bares, casas de show, boates, postos de gasolina e rodoviárias. O Projeto, relatado pelo Deputado Ney Leprevost recebeu parecer favorável e foi aprovado. O segundo item apreciado foi o Projeto de Lei nº 203/11, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Alexandre Curi e Gilberto Ribeiro, que altera o artigo 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de Hanseníase definitivamente incapacitados. Assumiu a presidência o Senhor Deputado Ney Leprevost. O projeto relatado pelo Deputado Pedro Lupion recebeu parecer favorável e foi aprovado. Novamente sob a presidência do Deputado Tadeu Veneri, passou-se ao terceiro item da pauta, o Projeto de Lei nº 246/13, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que objetiva instituir a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil. O projeto, relatado pelo Deputado Wilson Quinteiro, recebeu parecer favorável e foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Solange Mann Ullrich, Secretária da Comissão.

Deputado TADEU VENERI
Presidente

SOLANGE MANN ULLRICH
Secretária

78923/2013

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Mara Lima apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 32/2013**, de autoria do Dep. Elio Lino Rusch, que dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem;**Projeto de Lei nº 111/2013**, de autoria dos Deputados Gilberto Martin e Douglas Fabrício, que denomina de Rosina Migliorini Turini o viaduto localizado na Rodovia PR-445, em confluência com a Via Expressa, no Município de Londrina; **Projeto de Lei nº 203/2013**, de autoria do Dep. Péricles de Mello, que declara de Utilidade Pública o Instituto Mundo Melhor, com sede e foro no Município de Ponta Grossa; **Projeto de Lei nº207/2013**, de autoria do Dep. Gilberto Ribeiro, que institui a Semana Estadual de Informação e Conscientização Sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de agosto.**Projeto de Lei nº 209/2013**, de autoria do Dep. Elton Welter, que declara de Utilidade Pública o Movimento Tradicionalista Gaúcho da 12ª Região – RT - Componente do Movimento Gaúcho do Paraná, com sede e foro no Município de Matelândia; **Projeto de Lei nº 252/2013**, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. 73 da Lei nº 4.978, de 1964. Colocada em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 223/2013**, de autoria do Dep. Douglas Fabrício, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pecuaristas Cantuenses - APECAN, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa. Colocada em votação a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 199/2013**, de autoria do Dep. Toninho Wandscheer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Dom Barusso, Dom Luis e Terra Nostra - ASMOBALUTEN, com sede e foro no Município de Curitiba. Colocada em votação a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Lemos apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 160/2013**, de autoria do Dep. Pedro Lupion, que proíbe a cobrança de valores adicionais – sobretaxas para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de *Down*, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes; **Projeto de Lei nº 226/2013**, de autoria do Dep. Artagão Junior, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã; **Projeto de Lei nº 259/2013**, de autoria do Dep. Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação BEIT ABBA, com sede e foro no Município de Toledo. Colocada em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

79056/2013

Comissões Especiais

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO
Ata da 4ª Reunião Ordinária

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, com a finalidade de investigar "possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos Contratos de Pedágios de rodovias no âmbito do Estado do Paraná". Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello

Diário OFICIAL Paraná
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 82

e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Deputado Cleiton Kielse, Suplente. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, solicitando ao relator a leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente ouviu sugestões quanto ao tempo estipulado para a apresentação do Deputado Cleiton Kielse, onde se definiu que serão trinta minutos prorrogáveis por mais quinze minutos. Foi solicitado ao Deputado Cleiton Kielse objetividade na apresentação e que havendo provas dos indícios de irregularidades, estas fossem repassadas à assessoria da CPI. Com auxílio de *slides*, o Deputado Cleiton Kielse deu início à apresentação, informando a crescente mortalidade nas rodovias pedagiadas, fazendo com que o Estado do Paraná, segundo dados da Polícia Rodoviária Estadual e Federal, possua o maior número de acidentes com veículos, bem como o maior número de pessoas com deficiências oriundas desses acidentes, totalizando mais de seis mil mortes desde o início da instalação dos pedágios no Estado do Paraná. Demonstrou a evolução da frota de veículos, com a projeção real de 1996 a abril de 2013, partindo de um milhão, oitocentos e setenta e um mil veículos para seis milhões, trezentos e cinquenta e três mil veículos. Em breve histórico, o Deputado Cleiton Kielse informou que em 1996, a União, por meio do Ministério dos Transportes, firmou convênio com o Paraná, a quem delegou a administração e a exploração de trechos de rodovias federais. Ao todo foram delegados 4.380 km de rodovias. Dentro de um acordo entre as concessionárias e empreiteiras foi assumido apenas 2.493 km, sendo que 1.950 km de rodovias principais e 498 oito km de rodovias paralelas, isto significa, quase 50% (cinquenta por cento) a menos de estradas, porém receberam a tarifa cheia, fator de desequilíbrio econômico e financeiro. Esclareceu que se iniciou já em 2006, apresentação comprovada ao Ministério Público Estadual e Procuradoria Geral de Justiça do Estado, da auditoria breve, feita àquela época, sobre as irregularidades existentes desde o princípio da licitação. Após, continuou sua explanação informando que o primeiro Termo Aditivo que foi feito nos contratos originais trouxe prejuízo no valor de três bilhões de reais de investimentos em obras, isto significa que foram retiradas 567 km de obras. Em seguida, no segundo Termo Aditivo, foram postergadas, por mais sete anos as obras que restaram, as quais deveriam ter sido executadas. Em 20 de junho de 1998 o Governo reduziu em 50% (cinquenta por cento) as tarifas; em 27 de março de 2000, as concessionárias aumentaram em 112% (cento e doze por cento) as tarifas para carros e 76% (setenta e seis por cento) para caminhões; após nove meses, concedeu-se mais 16,46% (dezesseis vírgula quarenta e seis por cento) para carros e 20,48% (vinte vírgula quarenta e oito por cento) para caminhões e em 1º de dezembro de 2001 mais 9,74% (nove vírgula setenta e quatro por cento) para carros e 9,62% (nove vírgula sessenta e dois por cento) para caminhões. Na licitação original a responsabilidade era de executarem 1.263 km em duplicações, viadutos, trincheiras, contornos, terceiras pistas e obras secundárias, porém retiraram 567 km dos trechos mais caros. Restaram então, 696 km a serem feitos, as quais 136 km foram executados. Em resposta ao requerimento da bancada do PT, a respeito da obra de 14,379 km, trecho dentro de Cascavel, as concessionárias conseguiram um aumento de 7,86% (sete vírgula oitenta e seis por cento) estendida para as cinco praças de pedágio, sendo toda a extensão de Guarapuava a Foz do Iguaçu, contabilizando um ganho de quase trezentos milhões de reais até o final do contrato para um investimento de cinquenta e cinco milhões. O resultado dessas negociações causou um prejuízo econômico e financeiro em várias regiões do Estado, como desestímulo à produção, desistência de instalação, falência de milhares de indústrias no interior e perda de competitividade diante de outras unidades da Federação. O Deputado Cleiton Kielse continuou sua explanação informando que a OCEPAR auditou e continua auditando o prejuízo que o pedágio traz para o transporte de grãos no Paraná; equivale em média 25% (vinte e cinco por cento), podendo chegar até 28,8% (vinte e oito vírgula oito por cento) do custo de frete de grãos em algumas regiões, tirando do produtor quase 6% (seis por cento) do valor nominal em *commodities*. Na sequência, o Deputado Kielse apresentou os valores gastos por um caminhão de nove eixos que faz o destino de ida e volta de Foz do Iguaçu à Paranaguá. Após, foi apresentado os valores da receita operacional bruta das Concessionárias, no ano de 2012 e a receita líquida, ficando claro que o lucro líquido chega a ser mais de 80% (oitenta por cento), embora o contrato de licitação determine índice de lucro de 18 a 22% (dezoito a vinte e dois por cento). Empreiteiras, que foram visitadas, que fazem pavimentação e que não são ligadas às concessionárias de pedágio no Paraná, estipulam que o valor da pavimentaçao feita pelas concessionárias de pedágio custaria mais do que o triplo do valor que custaria oficialmente no Estado. Logo após, o Deputado Cleiton Kielse mostrou a publicação de um jornal de grande circulação, o valor da arrecadação anunciada pelo DER, no valor de cento e quarenta e sete milhões de reais da empresa ECOVIA, responsável por 110 km, no ano de 2010. Uma semana depois, a mesma empresa anunciou, no mesmo jornal, a arrecadação de cento e setenta milhões de reais. Em um ano dá uma diferença de vinte e três milhões de reais em uma concessionária. Se for aferido a todas as demais concessionárias, a diferença seria de quase quatrocentos milhões de reais, apenas em um ano. Em seguida, demonstrou através do *slide*, a contabilidade feita pelo DER, da curva de arrecadação e de investimento da ECONORTE. Demonstrou que a referida concessionária foi beneficiada em duzentos e quarenta milhões de reais em obras retiradas. A VIAPAR também está demonstrado pelo gráfico (*slide*), com arrecadação ainda mais acentuada devido ao número de tráfego ser maior. O trecho Maringá/Cascavel e Campo Mourão/Cascavel, trecho de 163 km que deveria ter sido duplicado integralmente, foram reduzidos para 77 km. Numa avaliação foi retirada em obras, apenas pela VIAPAR, a totalidade de um bilhão, duzentos milhões de reais. A ECOCATARATAS, responsável pelo trecho de 350 km, de Guarapuava a Foz do Iguaçu, trecho de maior mortalidade no Brasil, foram retiradas inúmeras obras, totalizando o valor de trezentos e oitenta milhões de reais. Em pesquisa aprofundada na ECOCATARATAS, feita a contabilização com Técnicos do Tribunal de Contas da União e com Auditores Oficiais, ficou demonstrado que, desde o início da obra, apenas para o recapeamento do trecho Foz do Iguaçu até Guarapuava, foram financiados trinta e nove milhões de reais, demonstrando, à época, que não houve investimento da Concessionária. Após quatro anos, com dois anos de carência, foi conseguido mais sessenta milhões em financiamento do BNDES. O Deputado Kielse mostrou gráficos a todos os membros da Comissão, deixando-os à disposição de todos para fazer comparativos. A arrecadação em 2012, da ECOCATARATAS, foi de duzentos e trinta milhões de reais. Se nos governos do Senhor Jaime Lerner ou do Senhor Requião tivessem demonstrado os valores judicialmente, já se teria justificativa contábil, judicial, tributária para anular todos os contratos que foram feitos e tornar nula a licitação desde o seu princípio. Explicou que os cálculos atuariais feitos por grandes empresas de auditagem demonstram que existe um pano de fundo na arrecadação global dessas empresas. Por isso, justifica-se o pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal, pertinente a todas as empresas e com aferição junto à FIEP, FAEP, OCEPAR e demais representantes do G7 do Estado do Paraná. O Deputado Kielse desafiou as concessionárias a demonstrar onde estão os recursos arrecadados e de que forma conseguem justificar o dinheiro arrecadado em todas as praças de pedágio. O Deputado Nelson Luersen interrompeu justificando faltar quinze minutos para o término da explanação. Dando continuidade, o Deputado Kielse informou sobre a Concessionária Caminhos do Paraná que da mesma forma, a arrecadação chega a um bilhão e trezentos milhões e menos de cento e quarenta milhões em investimentos. Os dados são encontrados nos *Sites* das concessionárias, são dados oficiais, onde há muitas diferenças entre a auditagem, o que é publicado e o que é entregue ao DER. O *Site* da RODONORTE demonstra o quantitativo e o prejuízo até o ano de 2012. A arrecadação da referida concessionária passa de quatro bilhões de reais, com menos de quatrocentos milhões de reais em investimentos. Em seguida, o Deputado Cleiton Kielse, em conversa com um Diretor da Secretaria da Receita Estadual, informou que o Estado de Santa Catarina irá absorver quase 15% (quinze por cento) da força industrial do Paraná, tendo em vista uma diferença de 800% (oitocentos por cento) entre a tarifa da ECOVIA e a tarifa que faz a ligação Joinvile e os demais Portos de Santa Catarina e causando também, prejuízo ao turismo do litoral paranaense. Para finalizar, o Deputado Kielse demonstrou o desequilíbrio econômico financeiro, onde as receitas são da ordem de vinte bilhões e quinhentos milhões de reais, contra menos de três bilhões

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 83

de reais em investimentos, tornando as construções das rodovias uma doação oficial às concessionárias. Após, o Deputado fez um comparativo dos modelos de pedágio no Brasil e no Exterior. Esclarece que esta Comissão Parlamentar, com a participação da população e da sociedade organizada, tem grande importância para conseguir as respostas das diversas indagações lidas pelo Deputado. Dando continuidade, o Deputado Kielse esclareceu que a solução paliativa é o Governo reassumir as estradas; assumir a construção de 1.500 km em duplicações com o valor médio de três milhões de reais o quilômetro, ponderando que as concessionárias estão colando um preço médio de oito milhões de reais o quilômetro, totalizando quatro bilhões e quinhentos milhões de reais e com os mesmos parâmetros cedidos às concessionárias de pedágio via BNDES, isto é, a totalidade do anel de integração com 6% (seis por cento) ao ano de juros, mais dois anos de carência e quinze anos para pagar, economiza, no mínimo, quarenta e cinco bilhões de reais, dos paranaenses em pedágios por, no mínimo, quinze anos de garantia asfáltica. Imediatamente volta a competitividade do modal do transporte no Paraná, reativando bilhões em investimentos industriais, cooperativos, turísticos e portuários. A garantia dos pagamentos seria com a diferença de arrecadação do DETRAN, que tem hoje, o fluxo financeiro progressivo compatível com mais do que o dobro das garantias necessárias. O Deputado Kielse concluiu que "é preciso fazer algo, acabar com esta covardia contra a vida e contra a economia, quebrar a caixa preta, demonstrar e levantar as pessoas, as empresas, as entidades, os paranaense como um todo para acabar com esta farra com as estradas que pertencem ao povo paranaense". Agradeceu ao Presidente e aos senhores deputados. O Deputado Nelson Luersen parabenizou o Deputado Kielse pela apresentação e agradeceu a presença de todos. Afirmou que a Comissão irá trabalhar com os dados apresentados, sua veracidade, e que estes dados serão confrontados com o levantamento que a Comissão está realizando, em conjunto com as entidades, membros e equipe técnica. Em seguida, o Senhor Presidente abriu espaço para que os senhores deputados fizessem suas indagações, sendo três minutos para a resposta, dois minutos para a tréplica e mais três minutos para a resposta da tréplica. Com a palavra, o Deputado Alceu Maron que não questionou e sim parabenizou o Deputado Kielse pelo estudo completo que irá subsidiar os trabalhos da Comissão. Na sequência, o Deputado Douglas Fabrício esclareceu a importância do relatório apresentado pelo Deputado, defendendo que se analise trecho por trecho e que a Comissão confronte os dados apresentados, bem como busque mais informações para complementação e, concluindo, parabeniza o Deputado Kielse. Após, o Deputado Artagão Junior inicia parabenizando o Deputado Kielse pela explanação e questionou sobre o índice apresentado ser superior à média anual de reajustes provocados pela indexação inflacionária, onde fica evidente, aparentemente que essa compensação do eventual prejuízo havido automaticamente ocorreu pela correção da indexação promovida nos anos seguintes. Indagou se esta avaliação colocada é afirmativa, ou seja, se a exclusão das obras não deveria ocorrer, uma vez que houve um aumento percentual da inflação bem maior que o normal. Em resposta, o Deputado Kielse esclareceu que foi conseguido, além do retorno do valor aferido e retirado em 1998, retornando no ano de 2000, a retirada de três bilhões em obras escolhidas. Citou a obra de Campo Mourão e Cascavel e afirmou que em um ano foi conseguido mais de 130% (cento e trinta por cento) de aumento no valor da arrecadação. Com a palavra, o Deputado Wilson Quinteiro, que primeiramente parabenizou o Deputado Kielse pelo levantamento das questões técnicas e dos valores, esclarecendo que defende que o debate das questões seja de ordem técnica e não política. Questionou sobre a oscilação de valores e sobre as decisões judiciais que autorizaram os aumentos, sendo assim, a necessidade em ouvir outros que estejam envolvidos, como o Judiciário, porque não teria revisto a questão do pedágio na origem. O Deputado Kielse informou que existem decisões dúbias da parte da Justiça Estadual, do procedimento do rito processual ordinário e sumário. O Deputado Wilson Quinteiro colocou a importância de pedir ao Deputado Kielse para trazer à Comissão, informações das decisões judiciais Estadual e Federal que possua, para poder saber se, desse trabalho já realizado, não haver decisões transitadas em julgado, para avaliação mais profunda. Na ordem, com a palavra o Deputado Adelino Ribeiro que parabenizou o Deputado pelo trabalho realizado e da sua importante participação na CPI. Fez perguntas ao Deputado Kielse, sendo: qual foi o percentual de reajuste da ECOCATARATAS sobre as obras, os 14 km de Matelândia e da onde vieram os números. O Deputado, por meio da apresentação de *slide*, respondeu ao questionamento. O Deputado Adelino fez a comparação do valor das tarifas e do número de mortes no pedágio do Estado do Paraná com pedágio dos Estados Unidos, salientando a importância da revisão dos números pela CPI. O Deputado Kielse informou que, segundo o cálculo do DNIT e demais órgãos oficiais, se houvesse duplicação nas estradas do Paraná, as mortes por acidente poderiam ser reduzidas a mais de 90% (noventa por cento). Com a palavra, o Deputado Péricles de Mello parabenizou o estudo realizado, enfatizando a necessidade de poder contar com o apoio do Poder Judiciário, da Procuradoria da Justiça e da Procuradoria da República. Indagou sobre a denúncia assinada, no mandato passado, por ele juntamente com o Deputado Kielse ao Procurador Geral de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto e opinou que a CPI o convide bem como o Procurador atual para explicações. Também questionou sobre as ações que estavam tramitando e o porquê que foram suspensas. O Senhor Deputado Cleiton Kielse justificou que esteve diversas vezes com os Procuradores e que a Senhora Procuradora Dra. Maria Cecília, convocada pelo Ministério Público, seja uma das melhores testemunhas a comparecer a esta CPI, tendo em vista possuir um volume muito grande de documentos em obras e valores. Também informou que os Procuradores Dra. Kelli e os Drs. Diogo e Osvaldo sejam de extrema validade. O Deputado Péricles de Mello propôs fazer um requerimento para convidar os quatro procuradores e requerimento pedindo explicações, por escrito, ao governador do Estado, à Agência Reguladora o DER sobre o dossiê apresentado pelo Deputado Cleiton Kielse. Para complementar, o Deputado Kielse informou que pedirá o histórico de cada Diretor atual do DER. Na sequência, com a palavra o Deputado Bernardo Carli, cumprimentou o Deputado Kielse pela explanação do seu estudo, e questionou se a comparação entre receitas e investimentos, leva em consideração os custos operacionais, despesas com pessoal e manutenção das vias ou se são só novos investimentos e se os dados apresentados são oficiais. Em resposta, o Deputado Kielse afirmou que 95% (noventa e cinco por cento) são dados de órgãos oficiais e os demais são dados auditados por empresas e pelo próprio deputado, via dados oficiais. Esclareceu os dados, através da *internet*, do quadro oficial da RODONORTE. Após, com a palavra o Deputado Nereu Moura comentou que a CPI deve impedir a majoração da tarifa e que a população do Paraná aguarda uma proposta da mudança do atual modelo. O Deputado Kielse sugeriu que após a estada dos procuradores, seja convocado o Secretário atual dos Transportes para esclarecimentos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen parabenizou e agradeceu em nome de todos os deputados as exposições feitas pelo Deputado Kielse, esclareceu a importância de serem chamadas pessoas que realmente possam contribuir com a CPI, e indagou ao Deputado Kielse se há decisões judiciais sobre o tema e porque não foram cumpridas. O Deputado respondeu que são trinta e seis processos, na sua totalidade, sendo que vinte e dois estão em fase final, quatro em fase "finalíssima", que deveriam ser analisados pela CPI. O Senhor presidente agradeceu mais uma vez e solicitou o repasse de todos os documentos apresentados à assessoria, para análise. O Deputado Kielse agradeceu o espaço destinado e informou que disponibilizará toda a informação. Na sequência, o Deputado Nelson Luersen registrou a presença do Deputado Tercílio Turini e deu continuidade à reunião ordinária, passando para a deliberação e votação dos Requerimentos e Ofícios apresentados na sessão da semana anterior. 1 – Parecer Jurídico do Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das 06 (seis) concessionárias de pedágio no Estado do Paraná. Colocado em discussão o parecer, o mesmo foi adiado, juntamente com o Requerimento, até a oitiva dos procuradores. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que solicita informação ao Conselho Gestor das Parcerias Público Privadas do Estado do Paraná, foi aprovado. 3 – Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello para que a CPI oficie a Agência Nacional de Transportes – ANTT para apresentar os projetos dados

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 841

pertinentes a concessões de estradas federais já pedagiadas no Paraná. – Aprovado. 4 - Ofício nº 526/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Alceu Maron que apresentou as primeiras sugestões para a CPI do Pedágio e que pede a convocação do ex-governador Jaime Lerner, para depor. Colocado em discussão, foi adiado para a próxima reunião. 4 - Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse, com o apoiamento dos Deputados Wilson Quinteiro, Alceu Maron, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello e Adelino Ribeiro, que solicita a oitiva do Procurador do Ministério Público Federal, Dr. Osvaldo Sowek Júnior, que foi aprovado, com voto contrário do Deputado Alceu Maron. Dando continuidade, o senhor Presidente, com a concordância dos demais membros, marcou a próxima reunião para o dia 20 de agosto, na Sala de Reuniões das Comissões, e lembrou que a partir das 17 horas, após a sessão plenária, haverá reunião de trabalho na casa onde a CPI está instalada. O Deputado Adelino Ribeiro sugeriu alterar as reuniões de trabalho para todas as segundas-feiras às 13h:00min, na casa da CPI. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Após, o Deputado Nelson Luersen fez a leitura dos ofícios e requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1 – Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que sejam aceitas alterações do Regimento Interno desta Comissão. 1.2 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o DER para apresentar estudo sobre a tarifa básica. 1.3 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar os estudos realizados sobre o pedágio no Paraná. 1.4 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Procuradoria Geral do Estado do Paraná para que apresente cópia de processos sobre o pedágio. 1.5 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie à CUT e a Força Sindical para que indiquem membros técnicos, para compor a CPI. 1.6 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que todos os atos referentes à investigação sejam publicados no *site* oficial da CPI (www.cpidopedagioparana.com.br). 2 - Ofício nº 638/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, que solicita a aferição da quantidade de veículos que passam diariamente pelas praças de arrecadação de pedágio nas rodovias estaduais administradas por concessionárias no Paraná. Na sequência, o Deputado Kielse entregou oficialmente os documentos à presidência desta CPI e solicitou concomitantemente os aditivos do ano de 2008, 2003 e 2011. O Deputado Nelson Luersen informou que todos os aditivos foram solicitados, e que os documentos apresentados serão digitalizados e repassados a todos os Deputados e entidades que tenham interesse. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN — Presidente
Deputado ADELINO RIBEIRO — Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO — Relator
Deputado WILSON QUINTEIRO — Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA — Titular
Deputado ALCEU MARON — Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI — Titular
Deputado PÉRICLES DE MELLO — Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR — Titular
CENI DO ROCIO FITZ — Secretária

78852/2013

Editais e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2013

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: PLUS SANTÉ EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços médicos e paramédicos para a Assembleia.
VALOR Anual: R$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais)
VIGENCIA: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO: 001.001.4000.3390.3904

FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

79060/2013

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2012

VENCEDOR: Procomp Soluções em Tecnologia Ltda
Lote 01 – Coordenadoria de Almoxarifado

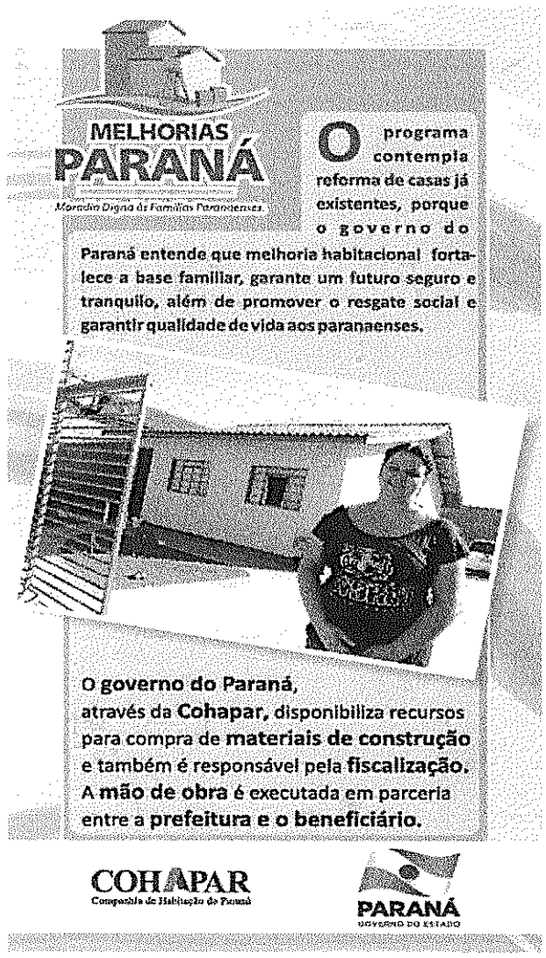
Item	Quant.	Especificações	Valor Unitário	Valor Total
1	1000	Unidades de caixas para arquivo morto com as seguintes especificações: confeccionada em papelão kraft, espaço para anotações e com as seguintes dimensões: 344 x 125 x 237.	R$ 1,90	R$ 1.900,00
Valor total do Lote 01 (um mil e novecentos reais)				R$ 1.900,00

Lote 02- Coordenadoria de Tecnologia e Informação

Item	Quant.	Especificações
1	05	Unidades de cilindros para impressora Brother MFC 8890 DW. Modelo DR 620
		LOTE DESERTO

Pregoeira: Eliana Delezuk Inglez
Mais Informações na Diretoria de Apoio Técnico.

79062/2013



DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 85

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 4ª Reunião Ordinária (13/8/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 23/8/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 491.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 26 de agosto de 2013.

Solange Maria Mariotti
Mat. 40.183

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 86

CERTIDÃO

Certifico que recebi cópia da ata da 4ª Reunião Ordinária (13/8/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 23/8/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 491.

Curitiba, 26 de agosto de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 87

Ata da 5ª Reunião Ordinária

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse e Elton Welter, Suplentes. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, anunciando a presença do Procurador do Ministério Público Federal no Município de Ponta Grossa e Coordenador da força-tarefa dos pedágios no Paraná, Dr. Oswaldo Sowek Júnior. Solicitou ao relator a leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos e ofícios apresentados na sessão anterior. 1 – Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 1.1 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que sejam aceitas alterações do Regimento Interno desta Comissão, aprovado 1.2 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o DER para apresentar estudo sobre a tarifa básica, aprovado 1.3 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar os estudos realizados sobre o pedágio no Paraná, aprovado 1.4 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Procuradoria Geral do Estado do Paraná para que apresente cópia de processos sobre o pedágio, aprovado 1.5 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie à CUT e à Força Sindical para que indiquem membros técnicos, para compor a CPI, aprovado 1.6 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que todos os atos referentes à investigação sejam publicados no *site* oficial da CPI (www.cpidopedagioparana.com.br), aprovado. 2 - Ofício nº 638/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, que solicita a aferição da quantidade de veículos que passam diariamente pelas praças de arrecadação de pedágio nas rodovias estaduais administradas por concessionárias no Paraná, aprovado. 3 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse, que solicita a expedição de ofício às concessionárias de pedágio no Estado do Paraná, solicitando informações, aprovado. 4 – Ofício nº 526/13, de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Alceu Maron, o qual foi aprovado, com alterações. Os Deputados Cleiton Kielse e Péricles de Mello, respectivamente, agradeceram a presença do Senhor Procurador e esclareceram que as informações prestadas serão de grande valia para os trabalhos futuros desta Comissão. Com a palavra o Senhor Procurador Osvaldo Sowek Júnior que agradeceu o convite e a indicação dos Deputados Kielse e Péricles de Mello. Salientou a importância da Assembleia

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 88

Legislativa e da imprensa para fazer mudanças na história do Pedágio no Paraná, e que o objetivo principal da força-tarefa é descobrir realmente o que aconteceu nos 15 anos em termos de pedágio. O Senhor Procurador fez suas explanações a respeito da extinção de obras nos contratos aditivos e troca de obras no Governo atual, com significativa diferença de valores. Sugeriu à Comissão indagar e investigar o Governo do Estado de como ressarcir a população por esta grande diferença de valores. Informou sobre o Índice de Gravidade Global – IGG, previsto nos contratos de concessão dos pedágios e sugeriu à Comissão que fiscalize, junto ao DER, a medição do IGG para manter o índice abaixo de 40 em todas as estradas. Após, fez a explanação sobre o parecer do Tribunal de Contas da União sobre os aditivos. Informou ser de extrema importância descobrir quem são os donos, pessoas físicas, das concessionárias, e quebrar o sigilo bancário e fiscal destas empresas, para verificar o ganho nestes anos, pois os números vistos são de que as obras são superfaturadas. Comentou sobre a publicação, em jornal, de uma Ata da Assembleia Geral Extraordinária, onde a ECOVIA faz um aditivo com uma empresa de assessoria e consultoria chamada ECO no valor de dezoito milhões e quinhentos e cinco mil reais. Sugeriu à Comissão escolher trechos para que sejam avaliadas por pessoas especializadas. Com a palavra o Deputado Elton Welter, que sugeriu à CPI fazer um expediente ao CREA-PR. O Deputado Nelson Luersen agradeceu a participação do Deputado solicitando que oficie esta solicitação à Comissão. Na sequência, o Senhor Procurador citou alguns trechos, para que sejam verificados, do Relatório do Tribunal de Contas da União e após, sobre uma ação da Procuradoria do Estado, do ano de 2005, para que fossem anulados os contratos aditivos, sendo esta constantemente suspensa a pedido da parte autora, o Estado do Paraná, sugerindo assim, à Comissão verificar o motivo. Para finalizar, o Senhor Osvaldo Sowek Júnior esclareceu algumas questões importantes, sugestões para a Comissão. 1 – Descobrir quem são os donos dos pedágios. 2 – Solicitar a quebra de sigilo bancário e fiscal das empresas. 3 – Investigar o custo das obras. 4 – Solicitar maior transparência por parte dos Governos. 5 – Que a imprensa informe à população do Paraná de como foi o contrato e como está. 6 - E por fim, lutar para que não ocorra a prorrogação dos contratos. Agradeceu a todos e colocou-se à disposição dos senhores deputados para questionamentos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen abriu espaço para as perguntas, que foram feitas por ordem de inscrição. Primeiramente os Deputados Nereu Moura e Alceu Maron fizeram questionamentos que foram, na sequência, respondidas pelo Senhor Procurador. Após, o Deputado Péricles de Mello fez um apelo para que a Comissão concretize uma forma de colaboração entre a CPI e a Procuradoria da República do Paraná para desnudar o pedágio no Paraná, com a concordância do Dr. Sowek. Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse que fez questionamentos ao Senhor Procurador, sendo respondidos na sequência. O Deputado Péricles de Mello interveio com um questionamento, respondido pelo Dr. Sowek. Pela ordem, o Deputado Bernardo Carli esclareceu a importância de se fazer o trabalho em conjunto com o Ministério Público Federal. Após, o Deputado Douglas Fabrício fez questionamentos e também informou ao Senhor Procurador sobre as alterações de sócios da ECOCATARATAS, sendo esclarecidas em seguida.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 89

O Deputado Nelson Luersen determinou que se busque o nome dos sócios jurídicos e depois, dentro destes, os sócios físicos das empresas de pedágio. Dando continuidade o Senhor Presidente fez questionamentos ao Dr. Sowek, respondidos na sequência. Agradeceu a participação do senhor Procurador e que as sugestões apresentadas serão utilizadas pela CPI do Pedágio. Informou a dificuldade de contratação de consultoria externa, devido a burocracia e morosidade do Poder Público, que a CPI conta com a disponibilidade de dois técnicos do Tribunal de Contas, e também das empresas FIEP, OCEPAR e outras que irão disponibilizar apoio técnico. Ressaltou que toda a documentação será divulgada, para que o povo do Paraná tome conhecimento dos contratos e suas alterações. Solicitou à população que colabore com a CPI denunciando o que tiver sobre o Pedágio. Lembrou a todos que na próxima sessão será a oitiva do Deputado Péricles de Mello. Deu continuidade à reunião ordinária, passando à leitura dos Requerimentos recebidos e que serão aprovados na próxima sessão. 1 – Requerimento de autoria dos membros da CPI que solicita a aprovação das oitivas das seguintes pessoas: Diretor Geral do DNITT, Jorge Ernesto Pinto Fraxe; Procurador-Geral do Estado, Julio Cesar Zem Cardoso; Diretores Gerais do DER : Luiz Eduardo Kuster , até 05/06/1997; Paulinho Dalmaz, 1997/2000/2002; Rogério Wallbach Tizzot, 2003/2007 e Nelson Leal Junior, na gestão atual. Diretores Presidentes das Concessionárias: ECONORTE – Helio Ogama; VIAPAR – Marcelo Stachow Machado; Rodovia das Cataratas – Evandro Vianna; Caminhos do Paraná – Rui Sergio Giublin; RODONORTE – Silvio Marchiori; ECOVIA – Evandro Viana e o Ex-Procurador-Geral do Estado, Sergio Botto de Lacerda. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kiese que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seis concessionárias de pedágio do Estado do Paraná. O Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença de todos e lembrou aos deputados da reunião marcada para a data de hoje, às 17h:00min com o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Gilberto Giacóia. Finalizou informando as ações já realizadas por esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 90

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, na garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 91

especifica.

Requerimentos com despacho do Presidente: Requerimento nº 7.284/2013, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 7.10.2013, para ouvir o juiz paranaense Roberto Bacellar sobre sua candidatura para concorrer à Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências); **Requerimento nº 7.326/2013**, dos Deputados Luiz Carlos Martins e Ney Leprevost, solicitando a realização de Sessão Solene no dia 10.9.2013, às 19h, no Plenário desta Casa, com a finalidade de entregar o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Mário José Luiz Gonzaga Petrelli, conforme Lei nº 9.904, de 14.1.1992. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências); **Requerimento nº 7.327/2013**, do Deputado Stephanes Junior, solicitando a liberação do horário do Grande Expediente no dia 9.9.2013, para apresentação das atividades do LEO Clube e celebração do Dia Nacional LEOístico, comemorado em 28.8.2013. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências); **Requerimento nº 7.330/2013**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando a liberação do Plenarinho desta Casa no dia 2.9.2013, às 10h, para a realização de uma reunião para debater a brucelose e a tuberculose no Paraná. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências); **Requerimento nº 7.360/2013**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando a disponibilização do Plenarinho desta Casa no dia 4.9.2013, no período das 10h às 12h, para realização de Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 224/2013. (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências).

JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA

Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno: Requerimento nº 7.335/2013, do Deputado Luiz Accorsi, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21.8.2013; **Requerimento nº 7.336/2013**, do Deputado Belinati, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21.8.2013; **Requerimento nº 7.351/2013**, do Deputado Nelson Luersen, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21.8.2013; **Requerimento nº 7.347/2013**, do Deputado Gilson de Souza, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26.8.2013, a partir das 16h, em face de convocação de reunião junto ao Conselho Estadual de Diretores, CED, da Igreja do Evangelho Quadrangular, da qual é Pastor Titular e membro do Conselho; **Requerimento nº 7.361/2013**, do Deputado Péricles de Mello, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21.8.2013.

Deferidos conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno: Requerimento nº 7.245/2013, do Deputado Elio Rusch, solicitando a concessão de licença para repouso, conforme orientação médica, no período de 19 a 29.8.2013; **Requerimento nº 7.334/2013**, do Deputado Luiz Carlos Martins, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 20 e 21.8.2013; **Requerimento nº 7.348/2013**, do Deputado Duílio Genari, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 19, 20 e 21.8.2013.

Determinada pelo Presidente a consignação em Ata dos argumentos do Deputado, contudo não há amparo para a justificativa: Requerimento nº 7.299/2013, do Deputado Pedro Lupion, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 21.8.2013. Justificativa em anexo: *"O Parlamentar que ora subscreve o presente requerimento, ficou impossibilitado de comparecer à Sessão Plenária do dia 21.8.2013, considerando a extensa agenda designada para o dia. Consigne-se que na mesma data, às 14h, ocorreu importante audiência, onde participaram o Governador do Estado (Carlos Alberto Richa), o Sr. Secretário da Saúde (Michele Caputo), o Sr. Secretário de Infraestrutura e Logística (Sr. José Richa Filho) e Prefeitos da microrregião COMCAM, dentre eles o Prefeito do Município de Goioerê (Beto Costa) - Município da base eleitoral do Parlamentar - para tratar de reivindicações das Santas Casas da região. Na sequência, às 15h, houve a solenidade de posse do novo Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sr. João Carlos Gomes), considerando que o novo Secretário é natural do Município de Santo Antônio da Platina, base eleitoral do Parlamentar. Ainda, na mesma solenidade, houve a assinatura da licitação da reconstrução do Cine Ouro Verde, na cidade de Londrina, o qual fora destruído em um incêndio ocorrido em fevereiro de 2012. Por fim, às 16h, participou da solenidade de assinatura do Programa Calçadas do Paraná, no qual o Município de Barra do Jacaré foi contemplado, Município que integra a base política deste Parlamentar. Gostaria ainda de destacar que mesmo tendo na pauta do referido dia dois projetos de lei de autoria deste Parlamentar, os quais foram votados e aprovados, ficando também ausente dessa importante votação. Assim, não obstante o hercúleo esforço do Parlamentar para conseguir participar da Sessão Plenária, não fora possível, considerando os eventos designados pelo Governador do Estado, aos quais era imprescindível a presença do Parlamentar. Tais fatos podem ser facilmente comprovados por intermédio da agenda oficial do Palácio Iguaçu, bem como pelas fotografias disponíveis no Cerimonial daquele órgão. Diante dos fatos expostos, vem requerer a compreensão de V. Exa. no sentido de deferir o abono da falta do Parlamentar, inclusive pelo fato de o mesmo encontrar-se em plena atividade parlamentar nesta Capital".*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27 de agosto, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei nº 597/2012; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 346/2012, 46/2013, 268/2013 e do Projeto de Resolução nº 17/2013; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 86/2013, 246/2013, 306/2013 e 345/2013.

"LEVANTA-SE A SESSÃO". (Sessão encerrada às 17h13, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

80628/2013

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
Ata da 14ª Reunião Ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Francisco Buhrer, observando a presença dos Membros Titulares da Comissão, Deputado Adelino Ribeiro, Deputado Elton Welter, Deputado Jonas Guimarães, Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Tercílio Turini e Deputado Teruo Kato, deu-se início aos trabalhos da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente agradeceu primeiramente a presença dos membros citados, destacando a importância da participação e do comprometimento de todos. Ao abrir os trabalhos o Senhor Presidente passou diretamente para o projeto a ser apreciado pela Comissão, **projeto de lei nº 361/2013 – Mensagem 081/2013**, de autoria do Poder Executivo, que atualmente tramita nas Comissões desta Casa de Leis. A proposição de relatoria do **Deputado TERUO KATO**, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná. Após a leitura do Projeto a ser apreciado, o Senhor Presidente passou a palavra ao relator, que ressaltou a valiosidade do mérito desta proposição, destacando que referido projeto de lei já recebeu parecer favorável em sua constitucionalidade analisada pela CCJ e que seu mérito foi analisado de forma positiva pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Conforme citou o próprio relator, esta proposição só trará benefícios aos moradores de São Jorge do Ivaí e região, que receberão investimentos e melhorias significativas no local. Após realizar sua análise, o Relator emitiu **PARECER FAVORÁVEL** ao projeto de lei 361/2013, recebendo apoiamento de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente Ata que para constar, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos membros da Comissão e por mim, Daniele A. Santos, Secretária da Comissão, para que produza efeitos legais.

FRANCISCO BUHRER
PRESIDENTE

DANIELE A. SANTOS
SECRETÁRIA

80606/2013

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
50ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 502/2012**, de autoria do Dep. Paranhos, que torna obrigatória a afixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde da rede pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, contendo, além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias; **Projeto de Lei nº 597/2012**, de autoria do Dep. Caito Quintana, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 17.015, de 2011; **Projeto de Lei nº 152/2013**, de autoria do Dep. Gilberto Martin, que institui no Estado do Paraná o "Dia de Ação Contra a Dengue", a ser realizado no dia 9 de cada mês. Colocada em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

80607/2013

Comissões Especiais

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 5ª Reunião Ordinária

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Neren Moura; Péricles de Mello e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse e Elton Welter, Suplentes. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, anunciando a presença do Procurador do Ministério Público Federal no Município de Ponta Grossa e

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 92

Coordenador da força-tarefa dos pedágios no Paraná, Dr. Oswaldo Sowek Júnior. Solicitou ao relator a leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos e ofícios apresentados na sessão anterior. 1 - Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 1.1 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que sejam aceitas alterações do Regimento Interno desta Comissão, aprovado 1.2 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie o DER para apresentar estudo sobre a tarifa básica, aprovado 1.3 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio qué se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar os estudos realizados sobre o pedágio no Paraná, aprovado 1.4 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Procuradoria Geral do Estado do Paraná para que apresente cópia de processos sobre o pedágio, aprovado 1.5 – Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie à CUT e à Força Sindical para que indiquem membros técnicos, para compor a CPI, aprovado 1.6 - Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que todos os atos referentes à investigação sejam publicados no *site* oficial da CPI (www.epidopedagioparana.com.br), aprovado. 2 - Ofício nº 638/13 de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, que solicita a aferição da quantidade de veículos que passam diariamente pelas praças de arrecadação de pedágio nas rodovias estaduais administradas por concessionárias no Paraná, aprovado. 3 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse, que solicita a expedição de ofício às concessionárias de pedágio no Estado do Paraná, solicitando informações, aprovado. 4 – Ofício nº 526/13, de autoria do Deputado Tercílio Turini, subscrito pelo Deputado Alceu Maron, o qual foi aprovado, com alterações. Os Deputados Cleiton Kielse e Péricles de Mello, respectivamente, agradeceram a presença do Senhor Procurador e esclareceram que as informações prestadas serão de grande valia para os trabalhos futuros desta Comissão. Com a palavra o Senhor Procurador Osvaldo Sowek Júnior que agradeceu o convite e a indicação dos Deputados Kielse e Péricles de Mello. Salientou a importância da Assembleia Legislativa e da imprensa para fazer mudanças na história do Pedágio no Paraná, e que o objetivo principal da força-tarefa é descobrir realmente o que aconteceu nos 15 anos em termos de pedágio. O Senhor Procurador fez suas explanações a respeito da extinção de obras nos contratos aditivos e troca de obras no Governo atual, com significativa diferença de valores. Sugeriu à Comissão indagar e investigar o Governo do Estado de como ressarcir a população por esta grande diferença de valores. Informou sobre o Índice de Gravidade Global – IGG, previsto nos contratos de concessão dos pedágios e sugeriu à Comissão que fiscalize, junto ao DER, a medição do IGG para manter o índice abaixo de 40 em todas as estradas. Após, fez a explanação sobre o parecer do Tribunal de Contas da União sobre os aditivos. Informou ser de extrema importância descobrir quem são os donos, pessoas físicas, das concessionárias, e quebrar o sigilo bancário e fiscal destas empresas, para verificar o ganho nestes anos, pois os números vistos são de que as obras são superfaturadas. Comentou sobre a publicação, em jornal, de uma Ata da Assembleia Geral Extraordinária, onde a ECOVIA faz um aditivo com uma empresa de assessoria e consultoria chamada ECO no valor de dezoito milhões e quinhentos e cinco mil reais. Sugeriu à Comissão escolher trechos para que sejam avaliadas por pessoas especializadas. Com a palavra o Deputado Elton Welter, que sugeriu à CPI fazer um expediente ao CREA-PR. O Deputado Nelson Luersen agradeceu a participação do Deputado solicitando que oficie esta solicitação à Comissão. Na sequência, o Senhor Procurador citou alguns trechos, para que sejam verificados, do Relatório do Tribunal de Contas da União e após, sobre uma ação da Procuradoria do Estado, do ano de 2005, para que fossem anulados os contratos aditivos, sendo esta constantemente suspensa a pedido da parte autora, o Estado do Paraná, sugerindo assim, à Comissão verificar o motivo. Para finalizar, o Senhor Osvaldo Sowek Júnior esclareceu algumas questões importantes, sugestões para a Comissão. 1 – Descobrir quem são os donos dos pedágios. 2 – Solicitar a quebra de sigilo bancário e fiscal das empresas. 3 – Investigar o custo das obras. 4 – Solicitar maior transparência por parte dos Governos. 5 – Que a imprensa informe à população do Paraná de como foi o contrato e como está. 6 - E por fim, lutar para que não ocorra a prorrogação dos contratos. Agradeceu a todos e colocou-se à disposição dos senhores deputados para questionamentos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen abriu espaço para as perguntas, que foram feitas por ordem de inscrição. Primeiramente os Deputados Nereu Moura e Alceu Maron fizeram questionamentos que foram, na sequência, respondidas pelo Senhor Procurador. Após, o Deputado Péricles de Mello fez um apelo para que a Comissão concretize uma forma de colaboração entre a CPI e a Procuradoria da República do Paraná para desnudar o pedágio no Paraná, com a concordância do Dr. Sowek. Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse que fez questionamentos ao Senhor Procurador, sendo respondidos na sequência. O Deputado Péricles de Mello interveio com um questionamento, respondido pelo Dr. Sowek. Pela ordem, o Deputado Bernardo Carli esclareceu a importância de se fazer o trabalho em conjunto com o Ministério Público Federal. Após, o Deputado Douglas Fabrício fez questionamentos e também informou ao Senhor Procurador sobre as alterações de sócios da ECOCATARATAS, sendo esclarecidas em seguida. O Deputado Nelson Luersen determinou que se busque o nome dos sócios jurídicos e depois, dentro destes, os sócios físicos das empresas de pedágio. Dando continuidade o Senhor Presidente fez questionamentos ao Dr. Sowek, respondidos na sequência. Agradeceu a participação do senhor Procurador e que as sugestões apresentadas serão utilizadas pela CPI do Pedágio. Informou a dificuldade de contratação de consultoria externa, devido a burocracia e morosidade do Poder Público, que a CPI conta com a disponibilidade de dois técnicos do Tribunal de Contas, e também das empresas FIEP, OCEPAR e outras que irão disponibilizar apoio técnico. Ressaltou que toda a documentação será divulgada, para que o povo do Paraná tome conhecimento dos contratos e suas alterações. Solicitou à população que colabore com a CPI denunciando o que tiver sobre o Pedágio. Lembrou a todos que na próxima sessão será a oitiva do Deputado Péricles de Mello. Deu continuidade à reunião ordinária, passando à leitura dos Requerimentos recebidos e que serão aprovados na próxima sessão. 1 – Requerimento de autoria dos membros da CPI que solicita a aprovação das oitivas das seguintes pessoas: Diretor Geral do DNITT, Jorge Ernesto Pinto Fraxe; Procurador-Geral do Estado, Júlio Cesar Zem Cardoso; Diretores Gerais do DER : Luiz Eduardo Kuster , até 05/06/1997; Paulinho Dalmaz, 1997/2000/2002; Rogério Wallbach Tizzot, 2003/2007 e Nelson Leal Junior, na gestão atual. Diretores Presidentes das Concessionárias: ECONORTE – Helio Ogama; VIAPAR – Marcelo Stachow Machado; Rodovia das Cataratas – Evandro Vianna; Caminhos do Paraná – Rui Sergio Giublin; RODONORTE – Silvio Marchiori; ECOVIA – Evandro Viana e o Ex-Procurador-Geral do Estado, Sergio Botto de Lacerda. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kiese que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seis concessionárias de pedágio do Estado do Paraná. O Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença de todos e lembrou aos deputados da reunião marcada para a data de hoje, às 17h:00min com o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Gilberto Giacóia. Finalizou informando as ações já realizadas por esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

80608/2013

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS PLANOS DE SAÚDE
Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Relator: Deputado Anibelli Neto
Membros Titulares: Deputados Douglas Fabricio, Mauro Moraes, Paranhos, Péricles de Mello e Stephanes Junior

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 19/02/13

A Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 06 de novembro de 2012, com a finalidade de "investigar e fiscalizar os procedimentos das empresas operadoras de plano de saúde no Estado do Paraná" reuniu-se ordinariamente aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do Deputado Adelino Ribeiro, mais os deputados Anibelli Neto, Péricles de Mello e Stephanes Junior. Fizeram-se presentes: Dr. João Carlos Gonçalves Baracho, Presidente da Associação Médica do Paraná, Dr. Luiz Ernesto Pujol, Departamento de Defesa Profissional da AMP, Dr. José Fernando Macedo, Vice-Presidente da Associação Médica do Paraná e Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira, neste ato representando a Associação Médica Brasileira e Dr. Fabiano Sponholz de Araújo, Advogado da Associação Médica do Paraná. O Presidente declarou aberta a reunião que teve por objetivo ouvir os representantes da Associação Médica do Paraná e da Associação Médica Brasileira. O Presidente declarou aberta a reunião que teve por objetivo ouvir os representantes da Associação Médica do Paraná e da Associação Médica Brasileira.O Presidente declarou aberta a reunião que teve por objetivo ouvir os representantes da Associação Médica do Paraná e da Associação Médica Brasileira.O Presidente da Associação Médica do Paraná e da Associação Médica Brasileira, Dr. João Carlos Gonçalves Baracho declarou QUE na relação dos médicos com a saúde suplementar não há vínculo trabalhista, os profissionais trabalham por produção, mediante contratos sendo que na maioria desses não há cláusula de reajuste ou quando consta é desrespeitada pelas operadoras dos planos; QUE muitos planos se utilizam da tabela da Associação Médica Brasileira de 1992, como referência para pagamento de procedimentos médicos, atualmente é utilizada a CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, não sendo respeitada a versão atualizada, por muitos planos; QUE, a pauta de reivindicações da classe médica, consiste em contratos com índice de reajuste anual (INPC) para honorários e consultas médicas, sendo o valor da consulta, próximo a cem reais; esclareceu sobre a segmentação na saúde suplementar e ressalta que não há proteção por parte das entidades médicas a profissionais que realizam cobranças indevidas e que a classe médica tem buscado seus direitos por meio de medidas judiciais e, principalmente pelas negociações; QUE Os representantes dos órgãos de defesa do consumidor se solidarizaram com as reivindicações e se posicionaram na defesa do cumprimento dos direitos dos consumidores.O Deputado Paranhos solicitou à presidência da Associação Médica do Paraná que encaminhasse as reivindicações e denúncias do segmento à Comissão; registrou a presença do Prefeito Beto Costa, da cidade de Goioerê e asseverou que, esta Casa de Leis tem a obrigação de gerenciar esse problema.Em seguida o presidente da CPI, questionou se A Associação Médica tem um relatório de quantos profissionais, no período de 10 anos, se descredenciaram dos planos de saúde. O presidente da Associação Médica do Paraná respondeu Que a associação não tem este número atualmente. O que existe é uma estimativa, QUE desde o dia 7 de abril de 2011 houve cerca de 3 mil descredenciamentos no Estado do Paraná; QUE isso não significa 3 mil médicos se descredenciando, mas sim, que um médico pode se descredenciar de mais de um plano de saúde. Porém, de fato há cerca de 3 mil médicos promovendo seu descredenciamento; QUE existem cidades em que esse movimento se tornou mais evidente, como por exemplo em União da Vitória e Ivaiporã, onde a totalidade dos médicos pediu para se descredenciar, mas de forma individual, não caracterizando, portanto, formação de cartel. O Relator da CPI, Deputado Anibelli Neto perguntou qual é a opinião do Dr. João Carlos Gonçalves Baracho, como Presidente da Associação, sobre a ANS. O Dr. Baracho respondeu QUE é muito difícil quando existe um conflito de interesses, e se percebe que muitos dos diretores que passaram pela Agencia são oriundos exatamente das seguradoras. Então, a Associação Médica cobra da ANS, lá em Brasília, maior fiscalização, por exemplo, de coisas simples como a exigência no

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 93

CERTIDÃO

Certifico que recebi cópia da ata da 5ª Reunião Ordinária (20/8/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 28/8/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 494.

Curitiba, 30 de agosto de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 94

Ata da 6ª Reunião Ordinária

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Gilberto Martin, Suplentes, e os convidados Dr. Diogo Castor de Mattos, Procurador da República do Município de Jacarezinho e Dra. Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, Promotora de Justiça do Estado do Paraná. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, agradecendo a presença do Dr. Alexandre, Diretor de Auditoria do Tribunal de Contas e à pessoa do Presidente Artagão, que colocou a sua equipe à disposição da CPI para ajudar nos trabalhos. Solicitou ao relator a leitura da Ata da 5ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos apresentados na sessão anterior. 1 – Requerimento de autoria dos membros da CPI que solicita a aprovação de nomes de diretores e presidentes para serem ouvidos durante os trabalhos. Aprovado com o aditivo "solicitando aprovação da convocação e convite para as seguintes pessoas". 2 - Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kiese que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seis concessionárias de pedágio do Estado do Paraná. Retirado pelo autor por quatro sessões. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra à Dra. Maria Cecília para fazer sua explanação. A Senhora Promotora iniciou a sua apresentação esclarecendo que no ano de 2009, foi designada, pelo Procurador-Geral, para presidir o Inquérito a respeito da existência de irregularidades no Programa de Concessão das Rodovias do Estado do Paraná. Em 2012, encaminhou o referido Inquérito Civil à Procuradoria da República, tendo em vista a competência da Justiça Federal processar e julgar eventuais ações em relação à matéria. Informou que a maioria dos documentos analisados para o referido Inquérito foram obtidos através do acervo de documentos do DER, cujo endereço, de acesso restrito, é www.documentador.pr.gov.br. O DER foi o responsável pela realização das três licitações que redundaram nas contratações das Concessionárias para explorar os trechos do Anel de Integração das Rodovias do Estado do Paraná, os quais foram divididos em seis trechos. Deu continuidade com sua explanação, fazendo um histórico dos acontecimentos acerca da concessão, em que teve início em 1994, onde foi feito o diagnóstico das Rodovias com os estudos de viabilidade até a assinatura dos termos aditivos firmados nos anos de 2000 e 2002, onde foram alterados os níveis de investimentos previstos originalmente, bem como, o momento em que deveriam ser efetivados. A Dra. Maria Cecilia colocou o relatório, com quase duzentas laudas, à disposição da CPI. Concluiu o seu estudo, que foi expedido ao Governador do Estado, com as seguintes recomendações administrativas: 1 – sejam inventariados todos os bens móveis e imóveis utilizados

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 95

pelas seis concessionárias que exploram os lotes rodoviários; 2 – sejam realizadas ações planejadas e transparentes; 3 – sejam realizadas ações, para que haja acompanhamento tático e efetivo do tráfego de veículos que utilizam diariamente as rodovias concessionadas; 4 – seja determinado que os municípios, nos quais estão localizadas as praças de pedágio, adotem medidas fiscalizatórias efetivas para garantir o devido pagamento do imposto municipal; 5 – sejam tomadas providências, para que tornem condizentes os valores das tarifas com as obrigações decorrentes das concessões públicas; 6 – sejam adotadas providências para impedir que as concessionárias efetuem a cobrança de mensalidades pelo uso do serviço "Sem Parar/Via Fácil" nas rodovias pedagiadas; 7 - sejam adotadas providências para impedir que as concessionárias, ao invés de adotarem medidas efetivas que melhorem o fluxo do tráfego e tornem segura a travessia dos pedestres, instalem excessivo número de mecanismos de controle de velocidades nas rodovias; 8 – seja determinado que o DER realize as devidas fiscalizações em todos os trechos pedagiados e 9 – seja determinado que as concessionárias mantenham, em cada uma das praças de pedágio, pelo menos uma unidade complexa dotada de sistema de monitorização contínua, apta a admitir pacientes potencialmente graves ou com instabilidade clínica. Na sequência, informou que até o início de 2012, existiam 188 ações envolvendo as concessionárias do Estado, das quais, os seus devidos posicionamentos, solicitados pelo Ministério Público, foram recebidos documentos somente de 84 ações. Destacou algumas ações que possam ser de interesse desta Comissão e observou que o seu julgamento dependerá de uma análise a respeito da arrecadação, das despesas, das receitas e dos contratos que foram firmados. Em seguida foram feitos questionamentos pelos senhores deputados Artagão Júnior, Wilson Quinteiro, Cleiton Kielse, Nereu Moura, Gilberto Martin, Bernardo Carli Filho e Douglas Fabrício que foram respondidos pela Dra. Maria Cecília. Após, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença da Senhora Promotora de Justiça e a participação do Ministério Público Estadual nesta CPI, passando a palavra ao Dr. Diogo Castor de Mattos. A senhora Promotora solicitou licença para se retirar da sessão, a qual foi concedida pelo senhor Presidente. O Dr. Diogo deu início à sua explanação falando sobre a atuação do Ministério Público Federal, expondo um breve histórico e apresentando algumas soluções sobre a questão do pedágio. Salientou ser de extrema importância esclarecer que no dia 15 de julho, ou seja, 24 dias após o início da operação do pedágio no Estado, o Governador Jaime Lerner baixou um decreto unilateral, onde reduziu 50% (cinquenta por cento) as tarifas e também reduziu os encargos das concessionárias. A ação judicial questionando esse Decreto foi proposta somente em agosto, dando início ao imbróglio jurídico. O Senhor Procurador continuou esclarecendo sobre a questão dos pedágios nos Governos Requião e Beto Richa e sobre as duas ações do pedágio transitado em julgado. Após, informou sobre o relatório do Tribunal de Contas da União, expedido no ano de 2012, onde foi concluído existir um desequilíbrio econômico e financeiro em detrimento do usuário, recomendando ao DER que promova o reequilíbrio desses contratos. Em julho de 2012, foi expedido o relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em relação à concessionária ECOCATARATAS, e a conclusão é que os aditamentos contratuais trouxeram benefícios exagerados às

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 96

concessionárias e desequilibraram o contrato em favor do Estado. Em seguida, o Dr. Diogo comentou sobre a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal de Jacarezinho, e a sua atual situação, pleiteando a nulidade dos aditivos 14 de 2000 e 34 de 2002 onde a concessionária ECONORTE amplia a concessão de rodovia federal sem licitação, sem anuência da União e com colocação de uma praça de pedágio dividindo o Município de Jacarezinho, entre outras coisas. Expos, com justificativa, a diretriz de trabalho da força-tarefa, que será, a princípio, não mais questionar as demandas judiciais; não focar mais na questão da redução tarifária e a solução que poderia dar uma resposta para a população, seria uma questão administrativa, com métodos efetivos, para que o DER realmente exerça a sua fiscalização e promova a revisão unilateral do contrato em favor do usuário. O Ministério Público Federal, considerando a manifesta conivência do DER em relação às questões jurídicas do pedágio e a questão da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, atuará junto ao Ministério dos Transportes, recomendando a revogação do plano de convênio, previsto no termo de convênio firmado entre as partes, passando a fiscalização do contrato de concessão das BRs, do DER para a União, por meio da ANTT e do DNIT. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra para que os senhores deputados Nereu Moura, Cleiton Kielse, Wilson Quinteiro, Douglas Fabrício, Gilberto Martin, Péricles de Mello e Adelino Ribeiro tecessem comentários ou fizessem indagações, que foram esclarecidas na sequência pelo Dr. Diogo. O Senhor Presidente agradeceu a presença e informou ser essencial o apoio do Ministério Público Federal para esta Comissão, fez um questionamento ao Senhor Procurador, sendo respondido em seguida. Para finalizar, o Senhor Procurador agradeceu estar presente nesta reunião, colocando o Ministério Público à disposição. O Deputado Nelson Luersen solicitou ao relator para que proceda a leitura dos requerimentos que serão votados na próxima sessão. 1 – Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício. 1.1 - solicita ao DER que informe a receita bruta das seis concessionárias de rodovias durante todos os anos, até 2012, bem como, o número de óbitos, ano a ano das seis concessionárias de rodovia, durante todos os anos, até 2012, inclusive dos óbitos ocorridos nos hospitais, decorrentes de acidentes automobilísticos nas rodovias objetos de concessão; 1.2 – solicita a oitiva do Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná, Senhor José Richa Filho, visando à explicitação do modelo de parcerias das concessões. 1.3 – solicita a oitiva do Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros - SINDICAM-PR, Senhor Laertes Freitas,; 1.4 – solicita ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER/PR, a disponibilização de senha para que esta Comissão tenha acesso ao site www.documentador.pr.gov.br; 1.5 – com o apoiamento da maioria dos membros, solicita que se oficie à Promotora Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, para que disponibilize estudo referente à concessão de rodovia nos termos do depoimento prestado a esta CPI; 1.6 – solicita requerer ao DER os protocolados, no sistema do Protocolo Geral do Estado, que fazem referência e autorizaram a substituição da praça de pedágio da BR-369, no Município de Andirá, (116 km de Londrina), para o Município de Jacarezinho, administradas pela Concessionária de Rodovias ECONORTE, responsável pelo Lote 1 do Anel de Integração, sem a realização de licitação pública e 1.7 – solicita a oitiva do Presidente da Federação das Empresas de

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 97

Transporte de Cargas do Estado do Paraná – FETRANSPAR, Senhor Sérgio Malucelli. Em seguida, o Senhor Presidente informou a participação na próxima sessão do Diretor-Geral do DNIT, Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe, do Procurador-Geral do Estado do Paraná, Dr. Julio Cesar Zem Cardozo e a oitiva do Deputado Péricles de Mello. O Deputado Péricles de Mello questionou sobre a questão da ausência de parlamentares no momento da deliberação dos requerimentos e o Deputado Nelson Luersen esclareceu que é necessário 30% (trinta por cento) de quorum para deliberação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 98

Processo Legislativo

Comissão Permanente

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 6ª Reunião Ordinária

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Gilberto Martin, Suplentes, e os convidados Dr. Diogo Castor de Mattos, Procurador da República do Município de Jacarezinho e Dra. Maria Cecilia Delisi Rosa Pereira, Promotora de Justiça do Estado do Paraná. O Deputado Nelson Luersen declarou aberta a presente sessão, agradecendo a presença do Dr. Alexandre, Diretor de Auditoria do Tribunal de Contas e à pessoa do Presidente Artagão, que colocou a sua equipe à disposição da CPI para ajudar nos trabalhos. Solicitou ao relator a leitura da Ata da 5ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos apresentados na sessão anterior. 1 – Requerimento de autoria dos membros da CPI que solicita a aprovação de nomes de diretores e presidentes para serem ouvidos durante os trabalhos. Aprovado com o aditivo "solicitando aprovação da convocação e convite para as seguintes pessoas". 2 - Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kiese que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seis concessionárias de pedágio do Estado do Paraná. Retirado pelo autor por quatro sessões. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra à Dra. Maria Cecília para fazer sua explanação. A Senhora Promotora iniciou a sua apresentação esclarecendo que no ano de 2009, foi designada, pelo Procurador-Geral, para presidir o Inquérito a respeito da existência de irregularidades no Programa de Concessão das Rodovias do Estado do Paraná. Em 2012, encaminhou o referido Inquérito Civil à Procuradoria da República, tendo em vista a competência da Justiça Federal processar e julgar eventuais ações em relação à matéria. Informou que a maioria dos documentos analisados para o referido Inquérito foram obtidos através do acervo de documentos do DER, cujo endereço, de acesso restrito, é www.documentador.pr.gov.br. O DER foi o responsável pela realização das três licitações que redundaram nas contratações das Concessionárias para explorar os trechos do Anel de Integração das Rodovias do Estado do Paraná, os quais foram divididos em seis trechos. Deu continuidade com sua explanação, fazendo um histórico dos acontecimentos acerca da concessão, em que teve início em 1994, onde foi feito o diagnóstico das Rodovias com os estudos de viabilidade até a assinatura dos termos aditivos firmados nos anos de 2000 e 2002, onde foram alterados os níveis de investimentos previstos originalmente, bem como, o momento em que deveriam ser efetivados. A Dra. Maria Cecília colocou o relatório, com quase duzentas laudas, à disposição da CPI. Concluiu o seu estudo, que foi expedido ao Governador do Estado, com as seguintes recomendações administrativas: 1 – sejam inventariados todos os bens móveis e imóveis utilizados pelas seis concessionárias que exploram os lotes rodoviários; 2 – sejam realizadas ações planejadas e transparentes; 3 – sejam realizadas ações, para que haja acompanhamento tático e efetivo do tráfego de veículos que utilizam diariamente as rodovias concessionadas; 4 – seja determinado que os municípios, nos quais estão localizadas as praças de pedágio, adotem medidas fiscalizatórias efetivas para garantir o devido pagamento do imposto municipal; 5 – sejam tomadas providências, para que tornem condizentes os valores das tarifas com as obrigações decorrentes das concessões públicas; 6 – sejam adotadas providências para impedir que as concessionárias efetuem a cobrança de mensalidades pelo uso do serviço "Sem Parar/Via Fácil" nas rodovias pedagiadas; 7 - sejam adotadas providências para impedir que as concessionárias, ao invés de adotarem medidas efetivas que melhorem o fluxo do tráfego e tornem segura a travessia dos pedestres, instalem excessivo número de mecanismos de controle de velocidades nas rodovias; 8 – seja determinado que o DER realize as devidas fiscalizações em todos os trechos pedagiados e 9 – seja determinado que as concessionárias mantenham, em cada uma das praças de pedágio, pelo menos uma unidade complexa dotada de sistema de monitorização contínua, apta a admitir pacientes potencialmente graves ou com instabilidade clínica. Na sequência, informou que até o início de 2012, existiam 188 ações envolvendo as concessionárias do Estado, das quais, os seus devidos posicionamentos, solicitados pelo Ministério Público, foram recebidos documentos somente de 84 ações. Destacou algumas ações que possam ser de interesse desta Comissão e observou que o seu julgamento dependerá de uma análise a respeito da arrecadação, das despesas, das receitas e dos contratos que foram firmados. Em seguida foram feitos questionamentos pelos senhores deputados Artagão Júnior, Wilson Quinteiro, Cleiton Kielse, Nereu Moura, Gilberto Martin, Bernardo Carli Filho e Douglas Fabrício que foram respondidos pela Dra. Maria Cecília. Após, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença da Senhora Promotora de Justiça e a participação do Ministério Público Estadual nesta CPI, passando a palavra ao Dr. Diogo Castor de Mattos. A senhora Promotora solicitou licença para se retirar da sessão, a qual foi concedida pelo senhor Presidente. O Dr. Diogo deu início à sua explanação falando sobre a atuação do Ministério Público Federal, expondo um breve histórico e apresentando algumas soluções sobre a questão do pedágio. Salientou ser de extrema importância esclarecer que no dia 15 de julho, ou seja, 24 dias após o início da operação do pedágio no Estado, o Governador Jaime Lerner baixou um decreto unilateral, onde reduziu 50% (cinquenta por cento) as tarifas e também reduziu os encargos das concessionárias. A ação judicial questionando esse Decreto foi proposta somente em agosto, dando início ao imbróglio jurídico. O Senhor Procurador continuou esclarecendo sobre a questão dos pedágios nos Governos Requião e Beto Richa e sobre as duas ações do pedágio transitado em julgado. Após, informou sobre o relatório do Tribunal de Contas da União, expedido no ano de 2012, onde foi concluído existir um desequilíbrio econômico e financeiro em detrimento do usuário, recomendando ao DER que promova o reequilíbrio desses contratos. Em julho de 2012, foi expedido o relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em relação à concessionária ECOCATARATAS, e a conclusão é que os aditamentos contratuais trouxeram benefícios exagerados às concessionárias e desequilibraram o contrato em favor do Estado. Em seguida, o Dr. Diogo comentou sobre a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal de Jacarezinho, e a sua atual situação, pleiteando a nulidade dos aditivos 14 de 2000 e 34 de 2002 onde a concessionária ECONORTE amplia a concessão de rodovia federal sem licitação, sem anuência da União e com colocação de uma praça de pedágio dividindo o Município de Jacarezinho, entre outras coisas. Expos, com justificativa, a diretriz de trabalho da força-tarefa, que será, a princípio, não mais questionar as demandas judiciais; não focar mais na questão da redução tarifária e a solução que poderia dar uma resposta para a população, seria uma questão administrativa, com métodos efetivos, para que o DER realmente exerça a sua fiscalização e promova a revisão unilateral do contrato em favor do usuário. O Ministério Público Federal, considerando a manifesta conivência do DER em relação às questões jurídicas do pedágio e a questão da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, atuará junto ao Ministério dos Transportes, recomendando a revogação do plano de convênio, previsto no termo de convênio firmado entre as partes, passando a fiscalização do contrato de concessão das BRs, do DER para a União, por meio da ANTT e do DNIT. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra para que os senhores deputados Nereu Moura, Cleiton Kielse, Wilson Quinteiro, Douglas Fabrício, Gilberto Martin, Péricles de Mello e Adelino Ribeiro tecessem comentários ou fizessem indagações, que foram esclarecidas na sequência pelo Dr. Diogo. O Senhor Presidente agradeceu a presença e informou ser essencial o apoio do Ministério Público Federal para esta Comissão, fez um questionamento ao Senhor Procurador, sendo respondido em seguida. Para finalizar, o Senhor Procurador agradeceu estar presente nesta reunião, colocando o Ministério Público à disposição. O Deputado Nelson Luersen solicitou ao relator para que proceda a leitura dos requerimentos que serão votados na próxima sessão. 1 – Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício. 1.1 - solicita ao DER que informe a receita bruta das seis concessionárias de rodovias durante todos os anos, até 2012, bem como, o número de óbitos, ano a ano das seis concessionárias de rodovia, durante todos os anos, até 2012, inclusive dos óbitos ocorridos nos hospitais, decorrentes de acidentes automobilísticos nas rodovias objetos de concessão; 1.2 – solicita a oitiva do Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná, Senhor José Richa Filho, visando à explicitação do modelo de parcerias das concessões. 1.3 – solicita a oitiva do Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros - SINDICAM-PR, Senhor Laertes Freitas.; 1.4 – solicita ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER/PR, a disponibilização de senha para que esta Comissão tenha acesso ao site www.documentador.pr.gov.br; 1.5 – com o apoiamento da maioria dos membros, solicita que se oficie à Promotora Maria Cecilia Delisi Rosa Pereira, para que disponibilize estudo referente à concessão de rodovia nos termos do depoimento prestado a esta CPI; 1.6 – solicita requerer ao DER os protocolados, no sistema do Protocolo Geral do Estado, que fazem referência e autorizaram a substituição da praça de pedágio da BR-369, no Município de Andirá, (116 km de Londrina), para o Município de Jacarezinho, administradas pela Concessionária de Rodovias ECONORTE, responsável pelo Lote 1 do Anel de Integração, sem a realização de licitação pública e 1.7 – solicita a oitiva do Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná – FETRANSPAR, Senhor Sérgio Malucelli. Em seguida, o Senhor Presidente informou a participação na próxima sessão do Diretor-Geral do DNIT, Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe, do Procurador-Geral do Estado do Paraná, Dr. Julio Cesar Zem Cardozo e a oitiva do Deputado Péricles de Mello. O Deputado Péricles de Mello questionou sobre a questão da ausência de parlamentares no momento da deliberação dos requerimentos e o Deputado Nelson Luersen esclareceu que é necessário 30% (trinta por cento) de quorum para deliberação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 99

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 6ª Reunião Ordinária (27/8/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 4/9/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 499.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 5 de setembro de 2013.

Solange Maria Mariotti
Mat. 40.183

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 100

CERTIDÃO

Certifico que recebi cópia da ata da 6ª Reunião Ordinária (27/8/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 4/9/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 499.

Curitiba, 5 de setembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

SECRETARIA LEGISLATIVA
Fls 101

Ata da 7ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Fernando Scanavaca e Jonas Guimarães, Suplentes e os Deputados Tercílio Turini, e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao relator que proceda a leitura da Ata da 6ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Após, fez a leitura do Ofício nº 664 recebido da Procuradoria Geral do Estado, informando o motivo pelo qual o Dr. Júlio Cesar Zem Cardozo não atendeu ao convite para comparecer na Sessão Ordinária do dia 03 de setembro. O Deputado Nereu Moura sugeriu que todo convidado que não vier na data estipulada, seja automaticamente convocado para a sessão seguinte. Na sequência, o Deputado Kielse insistiu na convocação, para a mesma sessão, do Dr. Júlio Zem Cardozo e também da Dra. Josélia Nogueira, o qual foi aprovado para a sessão do dia 10 de setembro. Dando continuidade, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Péricles de Mello, para fazer a explanação a respeito do pedágio no Estado do Paraná. O Deputado Péricles deu início à sua apresentação, esclarecendo ter realizado seu estudo, com o auxílio do engenheiro Joel Larocca Júnior, através do acesso ao documento original chamado "Proposta Comercial das Concessionárias". Explicou que o Pedágio no Paraná não foi uma concorrência por preço, o Governo do Estado definiu o preço da tarifa básica, por lote que iria ser licitado, reajustada por uma equação ao longo da concessão de 24 anos, ao mesmo tempo, o Governo definiu o rol de obras a serem feitas. Na sequência, foi distribuído aos Deputados presentes, o conteúdo da fala apresentada a seguir pelo Deputado Péricles. Com o auxílio de *slides* e o conteúdo constando nas notas taquigráficas, o Deputado explicou a tabela com o resumo do fluxo de caixa de cada lote, demonstrou que o percentual de investimentos representa de 14 a 29% da receita bruta e destacou algumas considerações em relação à RODONORTE. Teceu comentários a respeito da definição dos custos das concessionárias e em seguida, fez a leitura da Cláusula V do Contrato de Concessão – "Da Interpretação". Esclareceu que é sobre o valor da Proposta Comercial das Concessionárias que incide a análise feita. Comprovou a superestimação dos custos, comparando os valores da Proposta Comercial com os valores constantes da tabela de contratação de serviços do DER, para o mesmo período de referência, janeiro de 1997, conforme leitura da tabela apresentada. Continuou sua explanação informando que contratou uma equipe de técnicos que apresentou um relatório demonstrando que existe uma diferença significativa entre o montante das rubricas apresentadas na Proposta Comercial das Concessionárias e as pregadas pelo DER. O objetivo da avaliação destes técnicos foi a determinação do valor teto dos investimentos realizados sob a rubrica de: 1 – trabalhos iniciais e 2 – trabalhos ao longo da concessão. Explicou os critérios de como foram efetuados os

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 102

cálculos, sendo que em todos, procurou-se preservar a lucratividade para a empresa, com a bonificação adotada em seu valor máximo de mercado. A seguir, o Deputado Péricles demonstrou outra forma de classificação dos itens componentes dos "trabalhos iniciais". O item "trabalhos ao longo da concessão" foi dividido em dois subitens: 1) restauração das rodovias principais; 2) obras de melhoria e ampliação de capacidade, mostrando na sequência, a tabela com a comparação dos valores, concluindo que há, no conjunto dos investimentos comparáveis dos "trabalhos ao longo da concessão" sobrepreço de 51%, frisando estar embutido a bonificação normal de 39,25%. O Deputado Péricles continuou sua explanação esclarecendo que foi o Governo que definiu a tarifa básica e os custos das obras, mas não apresentou documentos e as concessionárias justificaram o valor dos custos, apresentando a Proposta Comercial. Informou que o edital de licitação exigia que cada consórcio tivesse capital mínimo para participar da concorrência, e este, não era obtido pela soma, mas pela média ponderada pelo percentual de participação, o que impediu que pequenas e médias empresas se consorciassem de forma independente. A seguir, para finalizar a apresentação com o auxílio de slides, mostrou o último item, constante na Proposta Comercial, que é o demonstrativo de custos de administração e operação de mão de obra, revelando os altos salários do quadro diretor. O Deputado Péricles de Mello enfatizou ser de extrema importância para os trabalhos da CPI, contratar engenheiros qualificados para fazerem o desnudamento da Proposta Comercial das Concessionárias e após verificar, com demais técnicos, o que aconteceu com cada Aditivo, para que se faça o estudo orçamentário. Também sugeriu a convocação dos técnicos das empresas contratadas pelo Governo Jaime Lerner que fizeram os estudos iniciais. O Senhor Presidente parabenizou o Deputado Péricles pela explanação e comentou quanto à preocupação da CPI em relação à assessoria técnica, comentando sobre um requerimento solicitando ao Tribunal de Contas, realização de auditoria em todas as concessionárias de pedágio. Agradeceu aos Deputados Elton Welter e Tercílio Turini pela presença e em seguida concedeu espaço aos senhores deputados para que fizessem comentários ou indagações. Com a palavra o Deputado Kielse que complementou informando que mais de 30 empresas foram desclassificadas por não possuírem o capital necessário à época e indagou ao Deputado sobre o impacto que o pedágio acarretou na região dos Campos Gerais. O Deputado Péricles esclareceu que não dá para medir o impacto totalmente e enfatizou novamente a necessidade de laudo técnico. O Deputado Artagão Júnior concordou em relação à contratação de técnicos especialistas e que, em havendo dificuldade na contratação por limitação de despesas, a CPI solicite auxílio às entidades interessadas na solução. O Senhor Presidente agradeceu a presença do representante da FIEP e esclareceu que as entidades já se colocaram à disposição para auxiliar os trabalhos da CPI. Pela ordem, o Deputado Adelino Ribeiro esclareceu que, com referência ao lote da Ecocataratas, os números apresentados pelo Deputado Péricles estão corretos em relação ao Relatório do Tribunal de Contas do Estado. O Deputado Péricles esclareceu que o Tribunal de Contas partiu da análise do balancete das concessionárias e que esses valores devem ser questionados. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Jonas Guimarães e passou a palavra ao Deputado Tercílio Turini, que expôs que o valor da tarifa é estabelecido pelos índices

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls 103

inflacionários e não se leva em consideração o número de veículos no Paraná atualmente, ser três vezes maior que no ano de 1997. O Deputado Péricles informou que a Polícia Rodoviária Federal pode oferecer o fluxo verdadeiro de veículos. O Deputado Nelson Luersen esclareceu que a CPI vai solicitar a instalação de máquinas fiscais aferidas pela Receita Federal e pelas Prefeituras. Com a palavra o Deputado Elton Welter considerou que a deliberação de peritos técnicos deve ser tomada imediatamente e que deve ser checada, junto ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, a contagem de veículos, para poder confrontar com o balanço das Concessionárias. O Deputado Artagão pediu a palavra e sugeriu que a CPI solicite ao DER o levantamento com relação ao custo da obra do contorno de Campo Largo para confrontações, acatada pelo Senhor Presidente. Pela ordem, o Deputado Alceu Maron Filho mostrou a indignação com relação aos dirigentes, proprietários das concessionárias, mas principalmente com os agentes públicos que advogam o interesse dos empresários, traindo a população paranaense. Considera-se normal o empresário buscar o lucro, mas o agente público tem o dever de defender o interesse da população e deve ser responsabilizado criminalmente pelos atos cometidos. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que ressaltou a importância do estudo apresentado pelo Deputado Péricles para avançar com bases em uma CPI técnica. Destacou duas questões importantes que vem a ser a busca da questão técnica especializada e a sequência lógica das avaliações e das oitivas, para que a CPI alcance o melhor resultado. O Deputado Douglas Fabrício opinou que os governos, desde o primeiro e todos que vieram, foram omissos em relação à questão do pedágio. O Deputado Kielse solicitou que a assessoria oficie onde está sendo recolhido o ISS do dispositivo "Sem Parar". O Deputado Luersen acatou a solicitação, passando a palavra ao Deputado Péricles para conclusões finais. O Deputado Péricles enfatizou a necessidade de assessoria técnica especializada, para superar o Tribunal de Contas, que fez auditoria digna e correta, mas nos marcos dos balancetes das concessionárias. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1. Requerimento de autoria dos membros da CPI, que solicita, em Regime de Urgência, a expedição de ofício requerendo ao TCE/PR realização de auditorias nas concessionárias Econorte, Viapar, Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia - Aprovado. 2 – Requerimentos de autoria do Deputado Douglas Fabrício. 2.1 - solicita ao DER que informe a receita bruta das seis concessionárias de rodovias durante todos os anos, até 2012, bem como, o número de óbitos, ano a ano das seis concessionárias de rodovia, durante todos os anos, até 2012, inclusive dos óbitos ocorridos nos hospitais, decorrentes de acidentes automobilísticos nas rodovias objetos de concessão - Aprovado; 2.2 – solicita a oitiva do Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná, Senhor José Richa Filho, visando à explicitação do modelo de parcerias das concessões – Aprovado; 2.3 – solicita a oitiva do Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros - SINDICAM-PR, Senhor Laertes Freitas – Aprovado; 2.4 – solicita ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER/PR, a disponibilização de senha para que esta Comissão tenha acesso ao site www.documentador.pr.gov.br - Aprovado; 2.5 – com o apoiamento da maioria dos membros, solicita que se oficie à Promotora Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, para que disponibilize estudo referente à concessão de rodovia nos termos do

Fls. 104

depoimento prestado a esta CPI - Aprovado; 2.6 – solicita requerer ao DER os protocolados, no sistema do Protocolo Geral do Estado, que fazem referência e autorizaram a substituição da praça de pedágio da BR-369, no Município de Andirá, (116 km de Londrina), para o Município de Jacarezinho, administradas pela Concessionária de Rodovias ECONORTE, responsável pelo Lote 1 do Anel de Integração, sem a realização de licitação pública – Aprovado e 2.7 – solicita a oitiva do Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná – FETRANSPAR, Senhor Sérgio Malucelli - Aprovado. O Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura do requerimento, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, apoiado pelos Deputados Nelson Luersen, Wilson Quinteiro, Alceu Maron Filho, Cleiton Kielse, Adelino Ribeiro e Artagão Júnior, que requer a convocação dos Procuradores Júlio Cesar Zem Cardozo e Josélia Nogueira, para a próxima sessão - Aprovado. Por sugestão do Senhor Presidente, foi aprovado também, convocar, o Ex-Procurador-Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda. O Deputado Nelson Luersen sugeriu serem realizadas as Sessões Extraordinárias nas quintas-feiras, sendo dia 19 em Jacarezinho e dia 26, por sugestão do Deputado Alceu Maron Filho, em Paranaguá. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão colocados em votação na próxima sessão. 1 – Requerimento do Deputado Douglas Fabrício, que requer o envio de ofício à Secretaria de Infraestrutura e Logística e Departamento de Estradas e Rodagem, solicitando cópia do estudo de viabilidade do Anel de Integração, efetuado pelo Governo e pelo Consórcio Cogito/Engefoto. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Adelino Ribeiro, que requer a convocação dos senhores: Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Incott para prestar esclarecimentos à CPI dos Pedágios. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 105

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado FERNANDO SCANAVACA
Suplente

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário OFICIAL Paraná
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
106

Nelson Garcia (PSDB), Adelino Ribeiro (PSL), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Gilson de Souza (PSC), Gilberto Ribeiro (PSB), Roberto Acioli (PV), Paranhos (PSC), Rasca Rodrigues (PV), Cantora Mara Lima (PSDB), Marla Tureck (PSD), Nelson Luersen (PDT), Rose "Litro" (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Gilberto Martin (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Tercílio Turini (PPS), Alceu Maron Filho (PSDB) e Belinati (PP) **(45 Parlamentares.) Ausentes**, sem justificativa, os Deputados Artagão Junior (PMDB), Caito Quintana (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Evandro Junior (PSDB), Hermas Brandão Jr. (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB) e Mauro Moraes (PSDB) **(8 Parlamentares.) Ausente**, justificadamente, o Deputado Enio Verri (PT) **(1 Parlamentar.)** O Senhor Presidente, Deputado **Valdir Rossoni**, secretariado pelas Senhoras Deputadas **Rose "Litro"** (na função de 1ª Secretária) e **Cantora Mara Lima** (na função de 2ª Secretária), *"sob a proteção de DEUS"*, iniciou os trabalhos da 17ª Sessão Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura, conforme requerimento aprovado em Sessão Ordinária, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, protocolado sob o nº 7.995/2013. A Senhora 2ª Secretária procedeu à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior (nº 16, de 11.9.2013), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa, até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Encerrada a leitura da Ata, passou-se à Ordem do Dia.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço aos Srs. Deputados que registrem suas devidas presenças. Passamos à **ORDEM DO DIA. (Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Após a verificação do quórum necessário, procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório anexo.)** (Manifestações sem revisão dos oradores.) (Presidente sem voto.)
ITEM 1 - 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 358/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 78/2013, que altera a Lei nº 12.327/1998, dispondo sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito junto ao Departamento de Trânsito do Paraná, Detran-PR. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emenda da CCJ. Em regime de urgência. Requerimento de Comissão Geral. Substitutivo geral. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2ª discussão. Em discussão o substitutivo geral. Em votação. Srs. Deputados favoráveis, *"sim"*; contrários, *"não"*.
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Voto *"sim"*, Srs. Deputados.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Vamos concluir. Encerrada a votação. [*Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Belinati, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duilio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marla Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rasca Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (43 Deputados). Votou "não": Professor Lemos (1 Deputado). Não votaram: Artagão Junior, Caito Quintana, Douglas Fabrício, Enio Verri, Evandro Junior, Hermas Brandão Jr., Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Mauro Moraes e Valdir Rossoni (10 Deputados)*]. Com 43 votos favoráveis e 1 voto contrário, está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 358/2013.
ITEM 2 - 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 395/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 85/2013, que autoriza o aumento do capital social da Sanepar, bem como a alienação das ações sem direito a voto, emitidas em nome do Estado do Paraná. Com pareceres favoráveis em Comissão Geral de Plenário da CCJ, Comissão de Finanças, Comissão de Orçamento e Comissão de Fiscalização. Requerimento de Comissão Geral. Substitutivo geral. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2ª discussão. Está em discussão o substitutivo.
DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Sr. Presidente.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para encaminhar, Deputado Welter.
DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Voto *"não"*. Ainda é tempo de mudar, gente.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não havendo quem queira encaminhar, vamos proceder à votação do substitutivo. Em discussão. Em votação.
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Voto *"sim"*.
SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Sempre lembrando aos Srs. Deputados que ainda teremos mais uma Sessão Extraordinária para redação final. Podemos concluir? Encerrada a votação. [*Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Andre Bueno, Belinati, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Duilio Genari, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paranhos, Pedro Lupion, Plauto Miró, Rasca Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tercílio Turini, Teruo Kato, e Wilson Quinteiro (28 Deputados). Votaram "não": Anibelli Neto, Cleiton Kielse, Elton Welter, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Marla Tureck, Nelson Luersen, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (15 Deputados). Não votaram: Artagão Junior, Caito Quintana, Douglas Fabrício, Enio Verri, Evandro Junior, Francisco Bührer, Hermas Brandão Jr., Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Mauro Moraes e Valdir Rossoni (11 Deputados)*]. Com 28 votos favoráveis e 15 votos contrários, está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 395/2013.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária, marcando outra dentro de cinco minutos, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 358/2013 e 395/2013. *"LEVANTA-SE A SESSÃO"*. (Sessão encerrada às 17h30, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

87584/2013

Processo Legislativo

Comissões Especiais

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Ata da 7ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares. Cleiton Kielse, Fernando Scanavaca e Jonas Guimarães, Suplentes e os Deputados Tercílio Turini, e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao relator que proceda a leitura da Ata da 6ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Após, fez a leitura do Ofício nº 664 recebido da Procuradoria Geral do Estado, informando o motivo pelo qual o Dr. Júlio Cesar Zem Cardozo não atendeu ao convite para comparecer na Sessão Ordinária do dia 03 de setembro. O Deputado Nereu Moura sugeriu que todo convidado que não vier na data estipulada, seja automaticamente convocado para a sessão seguinte. Na sequência, o Deputado Kielse insistiu na convocação, para a mesma sessão, do Dr. Júlio Zem Cardozo e também da Dra. Josélia Nogueira, o qual foi aprovado para a sessão do dia 10 de setembro. Dando continuidade, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Péricles de Mello, para fazer a explanação a respeito do pedágio no Estado do Paraná. O Deputado Péricles deu início à sua apresentação, esclarecendo ter realizado seu estudo, com o auxílio do engenheiro Joel Laroceа Júnior, através do acesso ao documento original chamado "Proposta Comercial das Concessionárias". Explicou que o Pedágio no Paraná não foi uma concorrência por preço, o Governo do Estado definiu o preço da tarifa básica, por lote que iria ser licitado, reajustada por uma equação ao longo da concessão de 24 anos, ao mesmo tempo, o Governo definiu o rol de obras a serem feitas. Na sequência, foi distribuído aos Deputados presentes, o conteúdo da fala apresentada a seguir pelo Deputado Péricles. Com o auxílio de *slides* e o conteúdo constando nas notas taquigráficas, o Deputado explicou a tabela com o resumo do fluxo de caixa de cada lote, demonstrou que o percentual de investimentos representa de 14 a 29% da receita bruta e destacou algumas considerações em relação à RODONORTE. Teceu comentários a respeito da definição dos custos das concessionárias e em seguida, fez a leitura da Cláusula V do Contrato de Concessão – "Da Interpretação". Esclareceu que é sobre o valor da Proposta Comercial das Concessionárias que incide a análise feita. Comprovou a superestimação dos custos, comparando os valores da Proposta Comercial com os valores constantes da tabela de contratação de serviços do DER, para o mesmo período de referência, janeiro de 1997, conforme leitura da tabela apresentada. Continuou sua explanação informando que contratou uma equipe de técnicos que apresentou um relatório demonstrando que existe uma diferença significativa entre o montante das rubricas apresentadas na Proposta Comercial das Concessionárias e as pregadas pelo DER. O objetivo da avaliação destes técnicos foi a determinação do valor teto dos investimentos realizados sob a rubrica de: 1 – trabalhos iniciais e 2 – trabalhos ao longo da concessão. Explicou os critérios de como foram efetuados os cálculos, sendo que em todos, procurou-se preservar a lucratividade para a empresa, com a bonificação adotada em seu valor máximo de mercado. A seguir, o Deputado Péricles demonstrou outra forma de classificação dos itens componentes dos "trabalhos iniciais". O item "trabalhos ao longo da concessão" foi dividido em dois subitens: 1) restauração das rodovias principais; 2) obras de melhoria e ampliação de capacidade, mostrando na sequência, a tabela com a comparação dos valores, concluindo que há, no conjunto dos investimentos comparáveis dos "trabalhos ao longo da concessão" sobrepreço de 51%, frisando estar embutido a bonificação normal de 39,25%. O Deputado Péricles continuou sua explanação esclarecendo que foi o Governo que definiu a tarifa básica e os custos das obras, mas não apresentou documentos e as concessionárias justificaram o valor dos custos, apresentando a Proposta Comercial. Informou que o edital de licitação exigia que cada consórcio tivesse capital mínimo para participar da concorrência, e este, não era obtido pela soma, mas pela média ponderada pelo percentual de participação, o que impediu que pequenas e médias empresas se consorciassem de forma independente. A seguir, para finalizar a apresentação com o auxílio de slides, mostrou o último item, constante na Proposta Comercial, que é o demonstrativo de custos de administração e operação de mão de obra, revelando os altos salários do quadro diretor. O Deputado Péricles de Mello enfatizou ser de extrema importância para os trabalhos da CPI, contratar engenheiros qualificados para fazerem o desmudamento da Proposta Comercial das Concessionárias e após verificar, com demais técnicos, o que aconteceu com cada

Aditivo, para que se faça o estudo orçamentário. Também sugeriu a convocação dos técnicos das empresas contratadas pelo Governo Jaime Lerner que fizeram os estudos iniciais. O Senhor Presidente parabenizou o Deputado Péricles pela explanação e comentou quanto à preocupação da CPI em relação à assessoria técnica, comentando sobre um requerimento solicitando ao Tribunal de Contas, realização de auditoria em todas as concessionárias de pedágio. Agradeceu aos Deputados Elton Welter e Tercilio Turini pela presença e em seguida concedeu espaço aos senhores deputados para que fizessem comentários ou indagações. Com a palavra o Deputado Kielse que complementou informando que mais de 30 empresas foram deselassificadas por não possuirem o capital necessário à época e indagou ao Deputado sobre o impacto que o pedágio acarretou na região dos Campos Gerais. O Deputado Péricles esclareceu que não dá para medir o impacto totalmente e enfatizou novamente a necessidade de laudo técnico. O Deputado Artagão Júnior concordou em relação à contratação de técnicos especialistas e que, em havendo dificuldade na contratação por limitação de despesas, a CPI solicite auxílio às entidades interessadas na solução. O Senhor Presidente agradeceu a presença do representante da FIEP e esclareceu que as entidades já se colocaram à disposição para auxiliar os trabalhos da CPI. Pela ordem, o Deputado Adelino Ribeiro esclareceu que, com referência ao lote da Ecocataratas, os números apresentados pelo Deputado Péricles estão corretos em relação ao Relatório do Tribunal de Contas do Estado. O Deputado Péricles esclareceu que o Tribunal de Contas partiu da análise do balancete das concessionárias e que esses valores devem ser questionados. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Jonas Guimarães e passou a palavra ao Deputado Tercilio Turini, que expôs que o valor da tarifa é estabelecido pelos índices inflacionários e não se leva em consideração o número de veículos no Paraná atualmente, ser três vezes maior que no ano de 1997. O Deputado Péricles informou que a Polícia Rodoviária Federal pode oferecer o fluxo verdadeiro de veículos. O Deputado Nelson Luersen esclareceu que a CPI vai solicitar a instalação de máquinas fiscais aferidas pela Receita Federal e pelas Prefeituras. Com a palavra o Deputado Elton Welter considerou que a deliberação de peritos técnicos deve ser tomada imediatamente e que deve ser checada, junto ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, a contagem de veículos, para poder confrontar com o balanço das Concessionárias. O Deputado Artagão pediu a palavra e sugeriu que a CPI solicite ao DER o levantamento com relação ao custo da obra do contorno de Campo Largo para confrontações, acatada pelo Senhor Presidente. Pela ordem, o Deputado Alceu Maron Filho mostrou a indignação com relação aos dirigentes, proprietários das concessionárias, mas principalmente com os agentes públicos que advogam o interesse dos empresários, traindo a população paranaense. Considera-se normal o empresário buscar o lucro, mas o agente público tem o dever de defender o interesse da população e deve ser responsabilizado criminalmente pelos atos cometidos. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que ressaltou a importância do estudo apresentado pelo Deputado Péricles para avançar com bases em uma CPI técnica. Destacou duas questões importantes que vem a ser a busca da questão técnica especializada e a sequência lógica das avaliações e das oitivas, para que a CPI alcance o melhor resultado. O Deputado Douglas Fabrício opinou que os governos, desde o primeiro e todos que vieram, foram omissos em relação à questão do pedágio. O Deputado Kielse solicitou que a assessoria oficie onde está sendo recolhido o ISS do dispositivo "Sem Parar". O Deputado Luersen acatou a solicitação, passando a palavra ao Deputado Péricles para conclusões finais. O Deputado Péricles enfatizou a necessidade de assessoria técnica especializada, para superar o Tribunal de Contas, que fez auditoria digna e correta, mas nos marcos dos balancetes das concessionárias. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1. Requerimento de autoria dos membros da CPI, que solicita, em Regime de Urgência, a expedição de ofício requerendo ao TCE/PR realização de auditorias nas concessionárias Econorte, Viapar, Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia - Aprovado. 2 – Requerimentos de autoria do Deputado Douglas Fabrício. 2.1 - solicita ao DER que informe a receita bruta das seis concessionárias de rodovias durante todos os anos, até 2012, bem como, o número de óbitos, ano a ano das seis concessionárias de rodovia, durante todos os anos, até 2012, inclusive dos óbitos ocorridos nos hospitais, decorrentes de acidentes automobilísticos nas rodovias objetos de concessão - Aprovado; 2.2 – solicita a oitiva do Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná, Senhor José Richa Filho, visando à explicitação do modelo de parcerias das concessões – Aprovado; 2.3 – solicita a oitiva do Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros - SINDICAM-PR, Senhor Laertes Freitas – Aprovado; 2.4 – solicita ao Departamento de Estradas de Rodagens – DER/PR, a disponibilização de senha para que esta Comissão tenha acesso ao site www.documentador.pr.gov.br - Aprovado; 2.5 – com o apoiamento da maioria dos membros, solicita que se oficie à Promotora Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, para que disponibilize estudo referente à concessão de rodovia nos termos do depoimento prestado a esta CPI - Aprovado; 2.6 – solicita requerer ao DER os protocolados, no sistema do Protocolo Geral do Estado, que fazem referência e autorizaram a substituição da praça de pedágio da BR-369, no Município de Andirá, (116 km de Londrina), para o Município de Jacarezinho, administradas pela Concessionária de Rodovias ECONORTE, responsável pelo Lote 1 do Anel de Integração, sem a realização de licitação pública – Aprovado e 2.7 – solicita a oitiva do Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná – FETRANSPAR, Senhor Sérgio Malucelli - Aprovado. O Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura do requerimento, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, apoiado pelos Deputados Nelson Luersen, Wilson Quinteiro, Alceu Maron Filho, Cleiton Kielse, Adelino Ribeiro e Artagão Júnior, que requer a convocação dos Procuradores Júlio Cesar Zem Cardozo e Josélia Nogueira, para a próxima sessão - Aprovado. Por sugestão do Senhor Presidente, foi aprovado também, convocar, o Ex-Procurador-Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda. O Deputado Nelson Luersen sugeriu serem realizadas as Sessões Extraordinárias nas quintas-feiras, sendo dia 19 em Jacarezinho e dia 26, por sugestão do Deputado Alceu Maron Filho, em Paranaguá. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão colocados em votação na próxima sessão. 1 – Requerimento do Deputado Douglas Fabrício, que requer o envio de ofício à Secretaria de Infraestrutura e Logística e Departamento de Estradas e Rodagem, solicitando cópia do estudo de viabilidade do Anel de Integração, efetuado pelo Governo e pelo Consórcio Cogito/Engefoto. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Adelino Ribeiro, que requer a convocação dos senhores: Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Incott para prestar esclarecimentos à CPI dos Pedágios. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN Presidente	Deputado ADELINO RIBEIRO Vice-Presidente
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO Relator	Deputado WILSON QUINTEIRO Relator Adjunto
Deputado NEREU MOURA Titular	Deputado ALCEU MARON FILHO Titular
Deputado ARTAGÃO JÚNIOR Titular	Deputado PÉRICLES DE MELLO Titular
Deputado FERNANDO SCANAVACA Suplente	CENI DO ROCIO FITZ Secretária

87595/2013



1088

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 7ª Reunião Ordinária (3/9/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 17/9/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 508.
Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.
Curitiba, 19 de setembro de 2013.

Solange Maria Mariotti
Mat. 40.183

CONFERE COM O ORIGINAL

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEG. Fls. 109

CERTIDÃO

Certifico que recebi cópia da ata da 7ª Reunião Ordinária (3/9/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 17/9/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 508.

Curitiba, 19 de setembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

Ata da 8ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e os Deputados Tercílio Turini e Gilberto Martin. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao relator que proceda a leitura da Ata da 7ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Após, o Deputado Nelson Luersen sugeriu a criação de uma Subcomissão para tratar do projeto do contorno de Campo Largo, devido ao grande volume de documentos, e em seguida procedeu a leitura do Ofício nº 679 recebido da Procuradoria Geral do Estado, informando o motivo pelo qual a Dra. Jozélia Nogueira não atendeu ao convite para comparecer na Sessão Ordinária do dia 10 de setembro, ficando aprovada por todos os membros, a convocação da senhora Procuradora para a próxima sessão. Convidou o Dr. Julio Zem Cardozo para se fazer presente à Tribuna è dar seu depoimento a esta CPI, agradeceu sua presença e solicitou ao propositor do convite, Deputado Kielse, para iniciar a apresentação. O Deputado Kielse, após breve introdução, questionou o porquê que não houve decisão da proposta, apresentada pelo Governador Beto Richa em fevereiro de 2011, do acordo de reequilíbrio econômico-financeiro entre o Governo do Estado e as concessionárias, e o porquê que as ações não foram devolvidas à Justiça. O Senhor Presidente lembrou ao Dr. Júlio que está sob juramento de falar a verdade. Com a palavra o Senhor Procurador iniciou sua explanação com um breve resumo da vida pessoal e profissional, informou que não houve retirada ou desistência de nenhuma ação por parte da Procuradoria-Geral do Estado; houve suspensão das ações, na tentativa de se encontrar uma solução amigável para a revisão dos contratos. Esclareceu que aproximadamente 30% das ações, que não estão suspensas, foram propostas pelo Ministério Público, a grande maioria das ações são propostas pelas concessionárias contra o Estado e o DER e aproximadamente 10% são ações de autoria do Estado ou do DER, sendo a principal a de nº 7929, ação contra todas as concessionárias, onde se postula a nulidade dos termos aditivos de 2000 e 2002. Informou que foi criado na Procuradoria, o Núcleo de Concessões, que teve por objeto a contratação da FIA (Fundação Instituto de Administração da USP), assistente técnico do Estado na ação 7929, que se encontra em fase de perícia. O Deputado Nereu Moura indagou sobre a autonomia do Governador Requião em reduzir as tarifas do pedágio por decisão administrativa; quais são os eixos de entendimento do governo atual com as concessionárias e se existe alguma questão relacionada à prorrogação dos contratos. O Dr. Júlio desconhece, neste caso, a possibilidade de revisão administrativa, ela existe desde que haja certeza de que houve desequilíbrio para algum dos lados do contrato. Para isto, está sendo desenvolvido o trabalho da FIA, com conclusão do estudo para o final do ano. Depende do quantitativo dos elementos que geraram o desequilíbrio para chegar à conclusão do que é preciso para recompor o reequilíbrio, prorrogação

ou não dos contratos, redução da tarifa, inclusão e exclusão de obras. O Deputado Douglas indagou se é o Governo Estadual ou também depende do Governo Federal, a decisão da prorrogação dos contratos, no caso do resultado dos estudos houver informações de que é necessária a prorrogação para o reequilíbrio econômico-financeiro; se os aditivos tiveram a anuência do Governo Federal à época; qual o valor jurídico dos aditivos e; no caso de uma renegociação em que se discuta a prorrogação, se teria que ter o aval da Assembleia Legislativa. O Dr. Júlio esclareceu ser necessária a anuência do Governo Federal e este concordou com os aditivos. Está sendo discutida judicialmente a nulidade dos contratos pela quebra do princípio da modicidade da tarifa e depende da prova pericial da FIA para saber se são nulos ou não e a Dra. Ana Elisa, Procuradora-Chefe do Núcleo Jurídico da Administração, respondeu à última questão esclarecendo não ter necessidade da autorização da Assembleia na decisão da prorrogação. O Deputado Douglas solicitou oficiar ao DER cópia dos estudos que já foram produzidos. Com a palavra o Deputado Artagão indagou qual é o prazo legal em relação à suspensão das ações; se todas as ações de autoria do DER ou do Estado contra as concessionárias foram suspensas. O Dr. Júlio Zem informou que o prazo previsto no Código de Processo Civil é de 180 dias, podendo ser prorrogados e que a maior parte das ações foi julgada desfavoravelmente ao Estado, a ação de nº 7929 está suspensa e informou não estar com o levantamento exato. O Deputado Artagão sugeriu obter a informação oficial da situação das ações e indagou se procede que o cupom entregue nas praças de pedágio não teria valor fiscal e qual a forma de controle que o Estado executa em não havendo valor fiscal dos recibos. A Dra. Ana Elisa informou que o DER é o responsável pela fiscalização e o controle é feito pelos técnicos, através dos relatórios encaminhados pelas concessionárias. Com relação à questão da fiscalização tributária o Dr. Júlio informou ser de competência dos Municípios para o controle do ISS. O Deputado Artagão questionou por quem foi contratado, qual o valor e quem pagou o Relatório da Fundação e porque o Relatório do Tribunal de Contas não teve valor para mediar a avaliação que o Estado necessita. O Dr. Julio esclareceu que a FIA foi contratada pelo DER, pelo valor em torno de R$ 4 milhões de reais e que o Relatório do Tribunal de Contas do Estado e da União estão sendo considerados nesse estudo. Após, o Deputado Bernardo Carli indagou em qual Vara e qual esfera da justiça tramita a ação 7929; qual estratégia que a PGE tem trilhado nas tratativas junto às concessionárias; e numa eventual rescisão contratual, caso o resultado do estudo entender que não foram cumpridas todas as metas estabelecidas, qual seria o ônus para o Estado e se existe a previsão contratual. O Dr. Júlio informou que tramita na 2ª Vara Federal de Curitiba; que as negociações com as concessionárias são feitas diretamente no DER, esclarecendo que o trabalho da PGE restringe-se a orientação e atuação jurídica; no caso do não cumprimento de alguma cláusula contratual, será necessário verificar quais as penalidades e sanções aplicáveis e por fim respondeu que existe previsão contratual. Pela ordem o Deputado Douglas Fabrício deixou registrado que a CPI deve solicitar informações detalhadas, junto ao DER, sobre a forma da contratação da FIA. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que questionou sobre a visão da Procuradoria quanto à pretensa ou suposta possibilidade no caso concreto da quebra dos contratos de forma administrativa e previsão de indenização; na ação 7929, a perícia foi contratada dentro do processo judicial ou pelo DER apenas como perícia para avaliação administrativa; solicitou ao procurador

o nome do perito judicial ou instituição indicada para o processo; qual a posição das procuradorias dos municípios onde tem praças de pedágio; se houve questionamentos, informações dos municípios sobre o ISS e para finalizar, indagou se existe alguma ação que está na competência da Justiça Estadual na questão do pedágio, solicitando à Procuradoria que forneça à CPI, o número das ações, os temas, e o estado de cada processo. O Dr. Júlio esclareceu, enquanto procurador, que o grande problema na questão dos pedágios surgiu pelas alterações que foram feitas no contrato original, sem estudo técnico adequado; que é possível fazer a adequação do eventual desequilíbrio de maneira administrativa; que a FIA é assistente técnica do Estado na ação 7929 para auxiliar o Estado na realização da perícia judicial e também para ajudar na construção de uma solução administrativa para a questão. Foi designado a FIP como instituição da perícia; informou não ter conhecimento sobre as procuradorias municipais e por fim esclareceu ao Senhor Deputado que existem várias ações na Justiça Estadual, dentre elas a ação do contorno de Campo Largo. O Deputado Wilson Quinteiro reforçou a solicitação à Procuradoria e ao Relator desta Comissão sobre as ações civis públicas, para que a CPI tenha conhecimento dos limites de eventuais ações transitadas em julgado para não incorrer ao erro. O Senhor Presidente registrou e agradeceu a presença do Deputado Tercílio Turini e Elton Welter, passando a palavra ao Deputado Kielse, que indagou o porque que o Governo do Estado não tomou as medidas necessárias para o reequilíbrio econômico-financeiro, dadas as orientações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e ainda autorizou mais dois aumentos, sugeriu a solicitação da presença da FIA para prestar informações preliminares à CPI, antes da conclusão do estudo. O Dr. Júlio respondeu que a determinação do Tribunal de Contas da União foi o reestabelecimento do equilíbrio dos contratos, mas não disse qual, e através do trabalho da FIA será apontado, se for o caso, qual é o desequilíbrio. O Deputado Nereu Moura indagou se existe aditivo para as obras de Campo Largo e Medianeira a Matelândia, e o Dr. Júlio esclareceu que foram feitas autorizações do diretor-geral do DER para realização das obras. Com a palavra o Deputado Alceu Maron que indagou a respeito do conflito de competência e até que ponto o Poder Judiciário já dirimiu essa questão e oportunizou ao Dr. Júlio esclarecer os motivos do desligamento do cargo de Procurador-Geral do Estado. O Dr. Júlio esclareceu que a definição da competência depende da natureza da causa, mas em geral, a competência é da justiça federal e com relação ao seu desligamento, foi por motivo pessoal. A seguir, o Deputado Péricles de Mello fez a leitura do parecer do Tribunal de Contas, página vinte e vinte e dois, fez um breve comentário sobre seu estudo; perguntou à procuradoria a opinião sobre essa leitura; se não houve interesse em estudar a gênese do contrato e se a procuradoria poderia tomar uma medida unilateral e fazer a encampação. O Dr. Júlio esclareceu que para se ter a conclusão adequada, é preciso ter os estudos técnicos e a ação 7929 discute as questões levantadas pelo relatório do Tribunal de Contas e que a Procuradoria poderia tomar medidas unilaterais e em sua opinião, talvez a encampação não fosse a melhor alternativa. Após, o Deputado Adelino Ribeiro solicitou a opinião ao Dr. Júlio sobre a quebra de sigilo fiscal e bancário das empresas e foi respondido que não sabe se a quebra do sigilo vai ter resultado positivo e para que finalidade seja necessária, mas respeita a decisão da CPI. Para finalizar a oitiva do Ex-Procurador-Geral do Estado, o Senhor Presidente

questionou qual o motivo da suspensão de todas as ações que estão na justiça; se procede à informação que o Governo determinou que fossem avocados os processos referentes ao pedágio num núcleo específico da Procuradoria-Geral do Estado e como a PGE está tratando o assunto da recusa da suspensão por mais 180 dias das ações do pedágio determinado pelo Supremo Tribunal de Justiça. O Dr. Júlio esclareceu que a suspensão teve por objetivo a tentativa de se chegar a uma solução amigável para equacionamento da questão, que procede a informação de o Governo avocar os processos e que os processos com pedidos de suspensão indeferidos, voltaram a tramitar normalmente. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Ex-Procurador-Geral do Estado e convida o segundo depoente, o Dr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador-Geral do Estado no período do segundo mandato do Governador Roberto Requião, para fazer sua explanação. O Dr. Sérgio iniciou sua fala fazendo um breve levantamento sobre a questão do pedágio, sobre o deferimento das medidas liminares na primeira ação ajuizada na 1ª Vara Federal de Curitiba e os aditivos de 2000 e 2002. Explicou sobre a questão da taxa interna de retorno – TIR, as ações ajuizadas sobre a taxa aplicada e sobre a ação 7929 que pede a nulidade dos aditivos. O Senhor Presidente abriu espaço para as indagações e solicitou a opinião a respeito do período de 18 meses de redução da tarifa em 50%, se a redução das obras não deveria ser, no máximo, pelo mesmo período. O Dr. Sérgio esclareceu que esta questão está na petição inicial da ação 7929, fez a leitura da petição. Na sequência, o Deputado Nereu Moura indagou se o Governo Estadual, em 2005, poderia ter reduzido as tarifas administrativamente e se, em sua opinião, houve crime por parte das concessionárias e das autoridades do Estado. O Dr. Sérgio comentou que o Estado tem um poder de autotutela, mas é um ato de imprudência fazê-lo, tendo diversas ações judiciais e não cabe a ele afirmar se houve crime. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício que solicitou informações sobre as ações ajuizadas e qual a sugestão que o Procurador daria à CPI para concluir os trabalhos. O Dr. Sérgio informou que há várias ações, mas as importantes se resumem na 7929 e a ação da TIR, ações estas que o Estado busca vencer. Esclareceu que a Procuradoria está fazendo a sua parte, ajuizando as ações e, por opinião pessoal, o Estado do Paraná está sendo penalizado com a omissão da União Federal, pois as rodovias são federais. Após, o Deputado Alceu Maron concordou com a opinião do Senhor Procurador, afirmando que não pode passar ao agente delegado toda a responsabilidade do agente originário que é a União Federal. Com a palavra o Deputado Péricles, solicitou sugestões de que providências devem ser tomadas para cobrar da União, indagou sobre as ações e falou sobre a questão da gênese do contrato. O Dr. Sérgio afirmou que a União Federal desenvolveu muito no aspecto de concessão de rodovia e ela deve participar ativamente na justiça; esclareceu sobre as ações 7929 e a TIR e explicou que a União participou do convênio de delegação e após a assinatura dos contratos o Paraná ficou isolado na Federação. O Deputado Alceu Maron indagou se algo impede a União Federal de rescindir o convênio e o Dr. Sérgio respondeu negativamente. Após o Deputado Kielse indagou se existe uma forma de ação conjunta da Procuradoria, de orientação técnica ao Governo do Estado, ao DER, para que seja devolvida a concessão ao Governo Federal e o Dr. Sérgio esclareceu que a Procuradoria, à época, orientava o Governo com bastante intensidade. O Deputado Douglas Fabrício questionou porque o Governador não devolveu a concessão à União e, no caso, se teriam que indenizar as concessionárias. Foi esclarecido que,

naquele momento, a decisão era política e as ações ainda estavam iniciadas e davam a entender que teriam uma tramitação rápida e não tem indenização. Com a palavra o Deputado Artagão que citou a demora das decisões judiciais e de que forma caberia alguma provocação para tentar promover a celeridade, tendo em vista fazer cumprir as obrigações até o término do contrato em 2022. O Dr. Sérgio informou que seria possível se as ações não tivessem sido suspensas a pedido do Estado e também questionou se a União Federal foi ouvida sobre essas suspensões. Após, o Deputado Bernardo Ribas Carli indagou sobre a troca do fluxo de investimentos de obras sem aditivos e qual seria o posicionamento para encaminhamento por parte da CPI. O Dr. Sérgio explicou que não entendeu, pois é um contrato e os documentos devem ser requisitados por esta Comissão. O Deputado Artagão indagou se a CPI pode provocar o cancelamento da suspensão das ações e o Dr. Sérgio respondeu positivamente. O Deputado sugeriu solicitar informações ao Estado, à SEIL, ao DER, à Procuradoria sobre o objetivo da suspensão das ações. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Procurador e concedeu-lhe a palavra para considerações finais. O Dr. Sérgio Botto de Lacerda agradeceu e colocou-se à disposição desta CPI. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos lidos na sessão anterior: 1 – Requerimento do Deputado Douglas Fabrício, que requer o envio de ofício à Secretaria de Infraestrutura e Logística e Departamento de Estradas e Rodagem, solicitando cópia do estudo de viabilidade do Anel de Integração, efetuado pelo Governo e pelo Consórcio Cogito/Engefoto - Aprovado. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Adelino Ribeiro, que requer a convocação dos senhores: Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Incott para prestar esclarecimentos à CPI dos Pedágios - Aprovado. Requerimentos aprovados em regime de urgência. 1 – Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, com o apoiamento da maioria dos membros, requer que todas as requisições, solicitações de documentos, definições de data de oitivas de depoentes, necessidade de realização de sessões extraordinárias, sessões fora da comarca de Curitiba, e demais procedimentos investigatórios sejam previamente deliberados por esta Comissão, nas sessões públicas ordinárias - Aprovado. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron Filho com apoiamento da maioria dos membros, requer que a Presidência e a Relatoria informem a listagem de todos os documentos que foram recebidos e catalogados pela CPI até o presente momento e, daqui para frente, informem idêntica listagem, atualizada, em cada sessão pública ordinária colegiada. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão colocados em votação na próxima sessão. 1 – Requerimentos de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli 1.1 - Requer a convocação de Vera Beznos e 1.2 – Requer a convocação de Djama Rocha M. Pereira, para oitiva perante a CPI do Pedágio. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer a convocação de Joel Larocca Júnior para oitiva perante a CPI do Pedágio. Para finalizar, ficou acordado o convite dos senhores Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Incott e da Procuradora-Geral do Estado, Dra. Jozélia Nogueira para a próxima sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls 115

senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Município de Curitiba. **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 29–PROJETO DE LEI 412/2013. Autor: Dep. Professor Lemos.** *Declara de Utilidade Pública a Associação da casa familiar rural de Candói-pr, com sede e foro no Município de Candói.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda Substitutiva Geral- Aprovado.** Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Caline Favretto Gondim
Coordenadora
Mat. 6246

89369/2013

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
58ª REUNIÃO ORDINÁRIA

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES, REUNIU-SE A COMISSÃO DE REDAÇÃO, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ALEXANDRE CURI. HAVENDO NÚMERO LEGAL, O SENHOR PRESIDENTE ABRIU OS TRABALHOS, PASSANDO A ORDEM DO DIA, OPORTUNIDADE EM QUE O DEPUTADO JONAS GUIMARÃES APRESENTOU A REDAÇÃO FINAL AO **PROJETO DE LEI Nº 314/2013**, DE AUTORIA DO DEP. LUIZACCORSI, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO FUKUOKA DO SUL DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA; **PROJETO DE LEI Nº 361/2013**, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ. COLOCADA EM VOTAÇÃO, TODAS AS REDAÇÕES FINAIS FORAM APROVADAS, SEM OBSERVAÇÕES. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, O SENHOR PRESIDENTE ENCERROU A REUNIÃO, DETERMINANDO A LAVRATURA DA PRESENTE ATA, QUE VAI ASSINADA PELO SENHOR PRESIDENTE E POR MIM, MARCELO REBELLO, SECRETÁRIO DA COMISSÃO.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
59º REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Mara Lima apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 245/2013**, de autoria da Dep. Rose Litro, que altera a Lei nº 16.252, de 28 de outubro de 2009, que declara de Utilidade Pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro;**Projeto de Lei nº 271/2013**, de autoria do Dep. Pedro Lupion, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, com sede e foro no Município Curitiba; **Projeto de Lei nº 273/2013,** de autoria do Dep. Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Esperança Resgate Vidas, com sede no Município de Quatro Barras e foro no Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; **Projeto de Lei nº 302/2013,** de autoria do Dep. Gilberto Martin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais da Saúde do Paraná - ACISPAR, com sede e foro no Município de Jacarezinho; **Projeto de Lei nº 358/2013,** de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR; **Projeto de Lei nº 395/2013**, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o aumento do capital social da SANEPAR, bem como a venda ou oferecimento como garantia de ações sem direito a voto, emitidas em nome do Estado do Paraná. Colocada em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

89370/2013

Comissões Especiais

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 8ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e os Deputados Tercílio Turini e Gilberto Martin. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao relator que proceda a leitura da Ata da 7ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. Após, o Deputado Nelson Luersen sugeriu a criação de uma Subcomissão para tratar do projeto do contorno de Campo Largo, devido ao grande volume de documentos, e em seguida procedeu a leitura do Ofício nº 679 recebido da Procuradoria Geral do Estado, informando o motivo pelo qual a Dra. Jozélia Nogueira não atendeu ao convite para comparecer na Sessão Ordinária do dia 10 de setembro, ficando aprovada por todos os membros, a convocação da senhora Procuradora para a próxima sessão. Convidou o Dr. Julio Zem Cardozo para se fazer presente à Tribuna e dar seu depoimento a esta CPI, agradeceu sua presença e solicitou ao propositor do convite, Deputado Kielse, para iniciar a apresentação. O Deputado Kielse, após breve introdução, questionou o porquê que não houve decisão da proposta, apresentada pelo Governador Beto Richa em fevereiro de 2011, do acordo de reequilíbrio econômico-financeiro entre o Governo do Estado e as concessionárias, e o porquê que as ações não foram devolvidas à Justiça. O Senhor Presidente lembrou ao Dr. Júlio que está sob juramento de falar a verdade. Com a palavra o Senhor Procurador iniciou sua explanação com um breve resumo da vida pessoal e profissional, informou que não houve retirada ou desistência de nenhuma ação por parte da Procuradoria-Geral do Estado; houve suspensão das ações, na tentativa de se encontrar uma solução amigável para a revisão dos contratos. Esclareceu que aproximadamente 30% das ações, que não estão suspensas, foram propostas pelo Ministério Público, a grande maioria das ações são propostas pelas concessionárias contra o Estado e o DER e aproximadamente 10% são ações de autoria do Estado ou do DER, sendo a principal a de nº 7929, ação contra todas as concessionárias, onde se postula a nulidade dos termos aditivos de 2000 e 2002. Informou que foi criado na Procuradoria, o Núcleo de Concessões, que teve por objeto a contratação da FIA (Fundação Instituto de Administração da USP), assistente técnico do Estado na ação 7929, que se encontra em fase de perícia. O Deputado Nereu Moura indagou sobre a autonomia do Governador Requião em reduzir as tarifas do pedágio por decisão administrativa; quais são os eixos de entendimento do governo atual com as concessionárias e se existe alguma questão relacionada à prorrogação dos contratos. O Dr. Júlio desconhece, neste caso, a possibilidade de revisão administrativa, ela existe desde que haja certeza de que houve desequilíbrio para algum dos lados do contrato. Para isto, está sendo desenvolvido o trabalho da FIA, com conclusão do estudo para o final do ano. Depende do quantitativo dos elementos que geraram o desequilíbrio para chegar à conclusão do que é preciso para recompor o reequilíbrio, prorrogação ou não dos contratos, redução da tarifa, inclusão e exclusão de obras. O Deputado Douglas indagou se é o Governo Estadual ou também depende do Governo Federal, a decisão da prorrogação dos contratos, no caso do resultado dos estudos houver informações de que é necessária a prorrogação para o reequilíbrio econômico-financeiro; se os aditivos tiveram a anuência do Governo Federal à época; qual o valor jurídico dos aditivos e; no caso de uma renegociação em que se discuta a prorrogação, se teria que ter o aval da Assembleia Legislativa. O Dr. Júlio esclareceu ser necessária a anuência do Governo Federal e este concordou com os aditivos. Está sendo discutida judicialmente a nulidade dos contratos pela quebra do princípio da modicidade da tarifa e depende da prova pericial da FIA para saber se são nulos ou não e a Dra. Ana Elisa, Procuradora-Chefe do Núcleo Jurídico da Administração, respondeu à última questão esclarecendo não ter necessidade da autorização da Assembleia na decisão da prorrogação. O Deputado Douglas solicitou oficiar ao DER cópia dos estudos que já foram produzidos. Com a palavra o Deputado Artagão indagou qual é o prazo legal em relação à suspensão das ações; se todas as ações de autoria do DER ou do Estado contra as concessionárias foram suspensas. O Dr. Júlio Zem informou que o prazo previsto no Código de Processo Civil é de 180 dias, podendo ser prorrogados e que a maior parte das ações foi julgada desfavoravelmente ao Estado, a ação de nº 7929 está suspensa e informou não estar com o levantamento exato. O Deputado Artagão sugeriu obter a informação oficial da situação das ações e indagou se procede que o cupom entregue nas praças de pedágio não teria valor fiscal e qual a forma de controle que o Estado executa em não havendo valor fiscal dos recibos. A Dra. Ana Elisa informou que o DER é o responsável pela fiscalização e o controle é feito pelos técnicos, através dos relatórios encaminhados pelas concessionárias. Com relação à questão da fiscalização tributária o Dr. Júlio informou ser de competência dos Municípios para o controle do ISS. O Deputado Artagão questionou por quem foi contratado, qual o valor e quem pagou o Relatório da Fundação e porque o Relatório do Tribunal de Contas não teve valor para mediar a avaliação que o Estado necessita. O Dr. Julio esclareceu que a FIA foi contratada pelo DER, pelo valor em torno de R$ 4 milhões de reais e que o Relatório do Tribunal de Contas do Estado e da União estão sendo considerados nesse estudo. Após, o Deputado Bernardo Carli indagou em qual Vara e qual esfera da justiça tramita a ação 7929; qual estratégia que a PGE tem trilhado nas tratativas junto às concessionárias; e numa eventual rescisão contratual, caso o resultado do

estudo entender que não foram cumpridas todas as metas estabelecidas, qual seria o ônus para o Estado e se existe a previsão contratual. O Dr. Júlio informou que tramita na 2ª Vara Federal de Curitiba; que as negociações com as concessionárias são feitas diretamente no DER, esclarecendo que o trabalho da PGE restringe-se a orientação e atuação jurídica; no caso do não cumprimento de alguma cláusula contratual, será necessário verificar quais as penalidades e sanções aplicáveis e por fim respondeu que existe previsão contratual. Pela ordem o Deputado Douglas Fabrício deixou registrado que a CPI deve solicitar informações detalhadas, junto ao DER, sobre a forma da contratação da FIA. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que questionou sobre a visão da Procuradoria quanto à pretensa ou suposta possibilidade no caso concreto da quebra dos contratos de forma administrativa e previsão de indenização; na ação 7929, a perícia foi contratada dentro do processo judicial ou pelo DER apenas como perícia para avaliação administrativa; solicitou ao procurador o nome do perito judicial ou instituição indicada para o processo; qual a posição das procuradorias dos municípios onde tem praças de pedágio; se houve questionamentos, informações dos municípios sobre o ISS e para finalizar, indagou se existe alguma ação que está na competência da Justiça Estadual na questão do pedágio, solicitando à Procuradoria que forneça à CPI, o número das ações, os temas, e o estado de cada processo. O Dr. Júlio esclareceu, enquanto procurador, que o grande problema na questão dos pedágios surgiu pelas alterações que foram feitas no contrato original, sem estudo técnico adequado; que é possível fazer a adequação do eventual desequilíbrio de maneira administrativa; que a FIA é assistente técnica do Estado na ação 7929 para auxiliar o Estado na realização da perícia judicial e também para ajudar na construção de uma solução administrativa para a questão. Foi designado a FIP como instituição da perícia; informou não ter conhecimento sobre as procuradorias municipais e por fim esclareceu ao Senhor Deputado que existem várias ações na Justiça Estadual, dentre elas a ação do contorno de Campo Largo. O Deputado Wilson Quinteiro reforçou a solicitação à Procuradoria e ao Relator desta Comissão sobre as ações civis públicas, para que a CPI tenha conhecimento dos limites de eventuais ações transitadas em julgado para não incorrer ao erro. O Senhor Presidente registrou e agradeceu a presença do Deputado Tercílio Turini e Elton Welter, passando a palavra ao Deputado Kielse, que indagou o porque que o Governo do Estado não tomou as medidas necessárias para o reequilíbrio econômico-financeiro, dadas as orientações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e ainda autorizou mais dois aumentos, sugeriu a solicitação da presença da FIA para prestar informações preliminares à CPI, antes da conclusão do estudo. O Dr. Júlio respondeu que a determinação do Tribunal de Contas da União foi o reestabelecimento do equilíbrio dos contratos, mas não disse qual, e através do trabalho da FIA será apontado, se for o caso, qual é o desequilíbrio. O Deputado Nereu Moura indagou se existe aditivo para as obras de Campo Largo e Medianeira a Matelândia, e o Dr. Júlio esclareceu que foram feitas autorizações do diretor-geral do DER para realização das obras. Com a palavra o Deputado Alceu Maron que indagou a respeito do conflito de competência e até que ponto o Poder Judiciário já dirimiu essa questão e oportunizou ao Dr. Júlio esclarecer os motivos do desligamento do cargo de Procurador-Geral do Estado. O Dr. Júlio esclareceu que a definição da competência depende da natureza da causa, mas em geral, a competência é da justiça federal e com relação ao seu desligamento, foi por motivo pessoal. A seguir, o Deputado Péricles de Mello fez a leitura do parecer do Tribunal de Contas, página vinte e vinte e dois, fez um breve comentário sobre seu estudo; perguntou à procuradoria a opinião sobre essa leitura; se não houve interesse em estudar a gênese do contrato e se a procuradoria poderia tomar uma medida unilateral e fazer a encampação. O Dr. Júlio esclareceu que para se ter a conclusão adequada, é preciso ter os estudos técnicos e a ação 7929 discute as questões levantadas pelo relatório do Tribunal de Contas e que a Procuradoria poderia tomar medidas unilaterais e em sua opinião, talvez a encampação não fosse a melhor alternativa. Após, o Deputado Adelino Ribeiro solicitou a opinião ao Dr. Júlio sobre a quebra de sigilo fiscal e bancário das empresas e foi respondido que não sabe se a quebra do sigilo vai ter resultado positivo e para que finalidade seja necessária, mas respeita a decisão da CPI. Para finalizar a oitiva do Ex-Procurador-Geral do Estado, o Senhor Presidente questionou qual o motivo da suspensão de todas as ações que estão na justiça; se procede à informação que o Governo determinou que fossem avocados os processos referentes ao pedágio num núcleo específico da Procuradoria-Geral do Estado e como a PGE está tratando o assunto da recusa da suspensão por mais 180 dias das ações do pedágio determinado pelo Supremo Tribunal de Justiça. O Dr. Júlio esclareceu que a suspensão teve por objetivo a tentativa de se chegar a uma solução amigável para equacionamento da questão, que procede a informação de o Governo avocar os processos e que os processos com pedidos de suspensão indeferidos, voltaram a tramitar normalmente. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Ex-Procurador-Geral do Estado e convida o segundo depoente, o Dr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador-Geral do Estado no período do segundo mandato do Governador Roberto Requião, para fazer sua explanação. O Dr. Sérgio iniciou sua fala fazendo um breve levantamento sobre a questão do pedágio, sobre o deferimento das medidas liminares na primeira ação ajuizada na 1ª Vara Federal de Curitiba e os aditivos de 2000 e 2002. Explicou sobre a questão da taxa interna de retorno – TIR, as ações ajuizadas sobre a taxa aplicada e sobre a ação 7929 que pede a nulidade dos aditivos. O Senhor Presidente abriu espaço para as indagações e solicitou a opinião a respeito do período de 18 meses de redução da tarifa em 50%, se a redução das obras não deveria ser, no máximo, pelo mesmo período. O Dr. Sérgio esclareceu que esta questão está na petição inicial da ação 7929, fez a leitura da petição. Na sequência, o Deputado Nereu Moura indagou se o Governo Estadual, em 2005, poderia ter reduzido as tarifas administrativamente e se, em sua opinião, houve crime por parte das concessionárias e das autoridades do Estado. O Dr. Sérgio comentou que o Estado tem um poder de autotutela, mas é um ato de imprudência fazê-lo, tendo diversas ações judiciais e não cabe a ele afirmar se houve crime. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício que solicitou informações sobre as ações ajuizadas e qual a sugestão que o Procurador daria à CPI para concluir os trabalhos. O Dr. Sérgio informou que há várias ações, mas as importantes se resumem na 7929 e a ação da TIR, ações estas que o Estado busca vencer. Esclareceu que a Procuradoria está fazendo a sua parte, ajuizando as ações e, por opinião pessoal, o Estado do Paraná está sendo penalizado com a omissão da União Federal, pois as rodovias são federais. Após, o Deputado Alceu Maron concordou com a opinião do Senhor Procurador, afirmando que não pode passar ao agente delegado toda a responsabilidade do agente originário que é a União Federal. Com a palavra o Deputado Péricles, solicitou sugestões de que providências devem ser tomadas para cobrar da União, indagou sobre as ações e falou sobre a questão da gênese do contrato. O Dr. Sérgio afirmou que a União Federal desenvolveu muito no aspecto de concessão de rodovia e ela deve participar ativamente na justiça; esclareceu sobre as ações 7929 e a TIR e explicou que a União participou do convênio de delegação e após a assinatura dos contratos o Paraná ficou isolado na Federação. O Deputado Alceu Maron indagou se algo impede a União Federal de rescindir o convênio e o Dr. Sérgio respondeu negativamente. Após o Deputado Kielse indagou se existe uma forma de ação conjunta da Procuradoria, de orientação técnica ao Governo do Estado, ao DER, para que seja devolvida a concessão ao Governo Federal e o Dr. Sérgio esclareceu que a Procuradoria, à época, orientava o Governo com bastante intensidade. O Deputado Douglas Fabrício questionou porque o Governador não devolveu a concessão à União e, no caso, se teriam que indenizar as concessionárias. Foi esclarecido que, naquele momento, a decisão era política e as ações ainda estavam iniciadas e davam a entender que teriam uma tramitação rápida e não tem indenização. Com a palavra o Deputado Artagão que citou a demora das decisões judiciais e de que forma caberia alguma provocação para tentar promover a celeridade, tendo em vista fazer cumprir as obrigações até o término do contrato em 2022. O Dr. Sérgio informou que seria possível se as ações não tivessem sido suspensas a pedido do Estado e também questionou se a União Federal foi ouvida sobre essas suspensões. Após, o Deputado Bernardo Ribas Carli indagou sobre a troca do fluxo de investimentos de obras sem aditivos e qual seria o posicionamento para encaminhamento por parte da CPI. O Dr. Sérgio explicou que não entendeu, pois é um contrato e os documentos devem ser requisitados por esta Comissão. O Deputado Artagão indagou se a CPI pode provocar o cancelamento da suspensão das ações e o Dr. Sérgio respondeu positivamente. O Deputado sugeriu solicitar informações ao Estado, à SEIL, ao DER, à Procuradoria sobre o objetivo da suspensão das ações. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Procurador e concedeu-lhe a palavra para considerações finais. O Dr. Sérgio Botto de Lacerda agradeceu e colocou-se à disposição desta CPI. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos lidos na sessão anterior: 1 – Requerimento do Deputado Douglas Fabrício, que requer o envio de ofício à Secretaria de Infraestrutura e Logística e Departamento de Estradas e Rodagem, solicitando cópia do estudo de viabilidade do Anel de Integração, efetuado pelo Governo e pelo Consórcio Cogito/Engefoto - Aprovado. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Adelino Ribeiro, que requer a convocação dos senhores: Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Incott para prestar esclarecimentos à CPI dos Pedágios - Aprovado. Requerimentos aprovados em regime de urgência. 1 – Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, com o apoiamento da maioria dos membros, requer que todas as requisições, solicitações de documentos, definições de data de oitivas de depoentes, necessidade de realização de sessões extraordinárias, sessões fora da comarca de Curitiba, e demais procedimentos investigatórios sejam previamente deliberados por esta Comissão, nas sessões públicas ordinárias - Aprovado. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron Filho com apoiamento da maioria dos membros, requer que a Presidência e a Relatoria informem a listagem de todos os documentos que foram recebidos e catalogados pela CPI até o presente momento e, daqui para frente, informem idêntica listagem, atualizada, em cada sessão pública ordinária colegiada. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão colocados em votação na próxima sessão. 1 – Requerimentos de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli 1.1 - Requer a convocação de Vera Beznos e 1.2 – Requer a convocação de Djanna Rocha M. Pereira, para oitiva perante a CPI do Pedágio. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer a convocação de Joel Larocca Júnior para oitiva perante a CPI do Pedágio. Para finalizar, ficou acordado o convite dos senhores Alexandre Antônio dos Santos, Homero Figueiredo Lima, José Antônio B. Pereira, Nagib Georges Fattouch e Paulo Roberto Incott e da Procuradora-Geral do Estado, Dra. Jozélia Nogueira para a próxima sessão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN Presidente	Deputado ADELINO RIBEIRO Vice-Presidente
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO Relator	Deputado WILSON QUINTEIRO Relator Adjunto
Deputado NEREU MOURA Titular	Deputado ALCEU MARON FILHO Titular
Deputado BERNARDO RIBAS CARLI Titular	Deputado PÉRICLES DE MELLO Titular
Deputado ARTAGÃO JÚNIOR Titular	CENI DO ROCIO FITZ Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls 118

CONFERE COM O ORIGINAL

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 8ª Reunião Ordinária (10/9/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 23/9/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 512.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 24 de setembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

Fls. 119

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 8ª Reunião Ordinária (10/9/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 23/9/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 512.

Curitiba, 24 de setembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

PROTOCOLO Nº 120

Ata da 9ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente, Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, dispensou a leitura da Ata da 8ª Reunião Ordinária, a pedido do Deputado Nereu Moura. Após, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença de todos, informando a presença dos auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da Procuradora-Geral do Estado, Dra. Jozélia Nogueira. O Deputado Adelino Ribeiro, propositor do convite aos senhores Auditores, esclareceu ser importante ouvir os servidores que realizaram a investigação feita pelo Tribunal de Contas para contribuir com os trabalhos da CPI. Após, o Senhor Presidente convidou o Dr. Homero Figueiredo Lima, ex-servidor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para se fazer presente à Tribuna e esclarecer o trabalho realizado pelo referido Tribunal. O Senhor Homero iniciou sua explanação mencionando o trabalho realizado pela Auditora do Tribunal de Contas. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen concedeu espaço aos senhores deputados para que fizessem comentários ou indagações. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello que indagou por qual motivo, não tinha como o Governo apresentar uma proposta orçamentária clara para o pedágio e porquê achou a suspensão das ações uma medida salutar. O Dr. Homero esclareceu que o grande mal da licitação foi o desequilíbrio posterior e atacar o contrato desde o início inviabiliza a resolução do problema. Com relação à suspensão respondeu que no início foi salutar, pois parecia que o Estado iria pressionar a Concessionária, diante do Relatório do Tribunal de Contas que apontava um grande desequilíbrio. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício que, na condição de Relator, informou ter vários questionamentos e estes serão respondidos na sequência pelo Dr. Homero: 1- se quando realizados os termos aditivos em 2000 e 2002 foram contratados pareceres, estudos pelo DER para esse trabalho; Resposta afirmativa do depoente; 2 – quem realizou os estudos técnicos na época. Resposta: foi um engenheiro e um economista, cujos nomes constam no relatório; 3 – os termos aditivos firmados estão vigentes ou foram anulados pelo Judiciário. Resposta: estão vigentes e foram alterados por uma Ata de reunião nº 17 de 2005; 4 – se foi levado em consideração, pela Comissão de Auditoria do Tribunal de Contas, os termos aditivos para a realização dos cálculos realizados. Resposta: não considerou os aditivos, porque eles desequilibraram a relação entre os encargos da empresa; 5 – na opinião do Dr. Homero, porque os governadores não declararam nulos os aditivos. Resposta: por incompetência e covardia do Poder Público; 6 - na opinião do Dr Homero, porquê a União, em todos esses anos, arrecadou impostos e não investiu nas rodovias. Resposta: a União não tem nada a ver com a concessão, pois delegou as rodovias para o Estado, a pedido do próprio Estado; 7- considerando que existe ação judicial que discute se os termos aditivos seriam nulos ou não, se o TCE pode desconsiderá-los. Resposta: o TCE, a Assembleia e o Estado do Paraná podem desconsiderar, por não haver decisão judicial; 8 – Qual o prejuízo que o Estado, o contribuinte paranaense teria para pagar se os aditivos fossem anulados. Resposta: prejuízo nenhum; 9 – quais os dados utilizados para os cálculos, feitos pelo Tribunal de Contas do Estado, no Relatório Final da empresa Ecocataratas, os demonstrativos financeiros realizados ou os dados da proposta. Resposta: usando os dados da concessionária, para fazer o equilíbrio; 10- se as ações judiciais das concessonárias que discutem o reequilíbrio dos contratos foram levadas em consideração. Resposta: todas as ações foram objetos de análise e mencionadas no relatório; 11 – e se elas ganharem na

121

justiça. Resposta: a situação atual, para o Lote 3, é favorável ao Estado; 12 – E se perder. Resposta: pode acontecer, mas em sua opinião, é improvável; 13 – A Ecocataratas possuía em 2004, um contrato preliminar que reduziu as tarifas de pedágio em 30%, para reequilíbrio foi composta uma comissão paritária, se essa redução foi reequilibrada. Resposta negativa do depoente, informando que a proposta de redução também foi um ato unilateral; 14- se a Ata nº 17 foi levada em consideração para o relatório. Resposta: foi levada em consideração no sentido de existência, desconsiderada na medida em que se desequilibra o contrato e 15 – se existe uma ação judicial que discute a situação, no caso do reequilíbrio dos 30%, que foi composta a Comissão Paritária e teve a Ata. Resposta: a principal ação judicial envolvendo o Estado e a Ecocataratas é o processo que o Estado pede anulação dos aditivos. Com a palavra o Deputado Nereu Moura fez os questionamentos a seguir, respondidas pelo Dr. Homero. 1 – quais são as empresas terceirizadas que contratam funcionários do DER. Resposta: na época em que esteve no DER o nome da empresa era Progresso; 2- a obra do contorno de Campo Largo deveria estar respaldada por aditivo, ou pode ser simples autorização do DER. Resposta: é necessário fazer um aditivo. A seguir, o Deputado Kielse questionou o Dr. Homero. 1 - qual seria sua decisão dentro do Plenário, se fosse Conselheiro do Tribunal de Contas. Resposta: se existe irregularidade lesiva ao interesse público, o responsável deve ser condenado. 2 – se esta Casa, os Tribunais de Contas do Estado e da União, poderia solicitar a intervenção das concessionárias, visto conseguir demonstrar em números o reequilíbrio do contrato. Resposta: se devidamente demonstrado, em tese, poderia. Com a palavra o Deputado Adelino indagou ao Dr. Homero. 1 – se a postergação das obras foi acertada na reunião realizada em 2005, ou consta em algum aditivo firmado anteriormente. Resposta: nessa reunião e nos aditivos anteriores. Os três aditivos, 2000; 2002 e a Ata da reunião de 2005 alteraram o contrato; 2 – se a mudança da taxa de retorno trouxe desequilíbrio. Resposta: o Estado teve três opiniões distintas a respeito de qual é o critério para equilibrar o contrato. O relatório deixa claro qual é o critério objetivo, é a TIR sem financiamento; 3 – quando foi acertado o aumento da taxa de retorno. Resposta: no aditivo de 2000, passou a ser a taxa com financiamento. Após, o Deputado Bernardo Ribas Carli fez as seguintes indagações: 1 – em relação aos relatórios do TCE, quais seriam os próximos passos dentro do Tribunal. Resposta: o lote 03 já poderia ir a julgamento; 2 - qual é a ilegalidade da Ata nº 17. Resposta: desequilibra o contrato. Com a palavra o Deputado Elton Welter questionou se, dentro do estudo feito, existem fundamentos jurídicos para decretar a nulidade dos contratos e o Dr. Homero afirmou que é possível declarar a nulidade dos aditivos. O Deputado Péricles de Mello indagou ao Dr. Homero. 1 - pela auditoria do TCE, reduzir-se-ia a tarifa em 30%, no Lote 03, ou investimento de R$ 300 milhões de reais. Resposta: o Dr. Homero afirmou que esse valor foi calculado em dezembro de 2010, hoje seriam aproximadamente R$ 350 milhões de reais; 2 – do ponto de vista jurídico, qual seria a diferença para ação do Estado, entre o parecer assinado por técnicos do Tribunal e um parecer consolidado pelos Conselheiros. Resposta: a decisão do Tribunal é dada pelos Conselheiros e estes tem o poder dado pela Constituição do Brasil e do Paraná de determinar que o Estado anule os contratos. 3 – no parecer consta que a lei de licitação, que deve ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas, não foi respeitada no caso dos aditivos. Resposta: o Tribunal falhou na fiscalização e que os três aditivos são nulos, não deveriam produzir os efeitos que produzem. O Dr. Homero teceu comentários a respeito da eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas e em seguida, o Deputado Artagão Júnior esclareceu que deve haver respeito com os Poderes constituídos. O Deputado Alceu Maron repeliu as afirmações do depoente, que colocou o Poder Legislativo como covarde e de que este Poder está mancomunado com o Poder Executivo, Judiciário e Tribunal de Contas para a escolha de Conselheiro. Informou que a CPI do Poder Legislativo quer investigar o Pedágio com seriedade e democracia. O Deputado Douglas Fabrício comentou sobre o respeito à democracia e ao crivo do voto. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que, em

1221

respeito a esta Casa e em especial à esta Comissão, chamou à ordem os trabalhos desta CPI. Esclareceu que estão sendo evidenciados os convites e não as convocações. Percebeu que os depoimentos estão caminhando para o subjetivismo, comprometendo a riqueza da informação que o depoente traz, portanto, propôs a esta Comissão objetividade nas indagações e, por condução do Presidente, nas respostas. A objetividade se faz necessária para a elaboração do relatório e consequentemente solucionar e beneficiar o equilibrio na questão do Pedágio. O Senhor Presidente fez breve comentário sobre o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas e convidou o auditor Alexandre Antônio dos Santos para fazer sua explanação. O depoente deu início explicando sobre o que é auditoria e sobre as questões priorizadas para o relatório. O Senhor Presidente abriu espaço aos comentários ou indagações. Deu início o Deputado Alceu Maron com as indagações: 1 – se, mediante os estudos feitos, o contrato original assinado em 1998 foi espelho do edital lançado. Resposta afirmativa; 2 – com a afirmação de que o contrato está desequilibrado, qual outro fator, fora a TIR, teria desequilibrado o contrato. Resposta: a TIR não desequilibra; ela mostra o desequilíbrio, conforme apresentou. com o auxílio de slides. O Deputado Douglas Fabrício indagou ao Dr. Alexandre: 1 - se seria simples acabar com os aditivos, tendo em vista que desde 1998 até hoje ninguém o fez. Resposta: tem que ter ousadia para enfrentar essa situação, por ser uma decisão extremamente pesada; 2 - uma das bandeiras do Governador Requião foi "pedágio abaixar ou acabar", não tomou a decisão radical de acabar, talvez, porque os precatórios para o Estado seriam maiores do que a situação enfrentada hoje. Resposta: talvez; 3 – o que afetou o equilíbrio dos contratos foi a redução das tarifas em 50%. Resposta afirmativa; 4 – as concessionárias alegam que a redução em 50% afetou a condição de financiamento do negócio. Resposta: não há registro nesse sentido; 5- se foi considerado no Relatório que, o reajuste dado com desconto, em torno de 30%, para ônibus e caminhões e que, segundo as concessionárias, afetou a receita prevista e desequilibrou o contrato. Resposta: foi considerado. 6 – se o volume de veículos faz diferença no equilíbrio econômico financeiro. Resposta: faz diferença no equilíbrio financeiro real do negócio, mas não faz na relação contratual. 7 – se os custos da concessionária são levados em consideração. Resposta afirmativa. 8 – como são medidas as obras realizadas pelas concessionárias, quais os valores aplicados e se devem estar previstas na proposta do edital de licitação. Se existe uma tabela de preço do DER e se o Tribunal teve acesso aos quantitativos empregados nas obras para a realização do cálculo. Resposta: responder às questões só seria possível se existissem os projetos executivos das obras; o DER tem poucos trechos com laudo de recebimento de obra. Na sequência o Deputado Péricles de Mello indagou ao Dr. Alexandre. 1 – se a razão da diferença apontada na tarifa, pelo Tribunal de Contas, é a comparação entre TIR com financiamento e sem financiamento. Resposta: o desequilíbrio é apontado na TIR. 2 – se o Poder Judiciário não anular os aditivos, se o estudo continua valendo. Resposta afirmativa. O Dr. Alexandre explicou que os contratos estão sendo cumpridos, nos termos da Ata 17, de 2005. 3 – a tarifa só poderá ser reduzida se o Poder Judiciário der ganho de causa para o Estado na anulação dos aditivos. Resposta afirmativa, se a questão for judicializada até o fim. 4 – A auditoria do TCE estabelece que deva haver ou uma redução da tarifa em 30% ou um investimento suplementar de R$ 300 milhões de reais, a valores de 2010, qual seria o valor aproximado para hoje. Resposta: Aproximadamente 20% a mais. O Dr. Alexandre comentou sobre a situação econômica da Viapar. O Deputado Kielse convidou o senhor auditor para participar da força-tarefa da Procuradoria da República, o qual foi recusado, mas não vê obstáculos em colaborar permanentemente com a CPI. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior que indagou ao Dr. Alexandre sobre: 1 – se a decisão judicial foi exclusivamente de retomadas das tarifas ou se ensejou também o primeiro aditivo realizado. Resposta: foi retomada a tarifa e a questão dos investimentos ficou prejudicada. 2 – se o aditivo não foi referendado pelo Poder Judiciário. Resposta negativa. 3 – que tipo de garantia, se existir, o Estado tem sobre o cumprimento dos

1237

contratos. Resposta: o contrato não traz garantia. Após, o Deputado Wilson Quinteiro registrou a importância do depoimento do Dr. Alexandre e a objetividade das indagações dos Deputados. Enalteceu que, com respostas precisas e com absoluto equilíbrio, a CPI alcançou um dos pontos mais altos. O Deputado Bernardo Carli cumprimentou o Dr. Alexandre pela explanação técnica e agradeceu ao Presidente Artagão de Mattos Leão pelo auxílio em contribuir com os trabalhos da CPI. O Deputado Nereu Moura sugeriu à CPI que as pessoas que vierem depor sejam convocadas, para que possam fazer o termo de juramento. O Deputado Nelson Luersen convidou a Senhora Procuradora para fazer sua explanação e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. Com a palavra o Deputado Kielse, propositor do convite, esclareceu o motivo da solicitação da presença. A Dra. Jozélia iniciou a fala esclarecendo a questão complexa do pedágio. O Senhor Presidente deu início às indagações, questionando sobre: 1 – em 2008, em entrevista à CBN, a Dra. Jozélia informou que as concessionárias de pedágio desejavam fazer alterações nos contratos e promover acordos, quais seriam as alterações e os acordos. Resposta: algumas concessionárias alegavam desequilíbrio no contrato, acabou em ação judicial, considerando esta, haver necessidade de reequilíbrio. 2 – se pretende tomar alguma medida, como Procuradora-Geral do atual Governo, obedecendo ao acórdão 346 de 2012 do Tribunal de Contas da União. Resposta negativa, a competência é do DER. 3 - se pode afirmar que há desequilíbrio em desfavor do Estado e dos usuários nas concessões. Resposta negativa, por falta de conhecimento técnico. O Senhor Presidente passou a palavra ao relator e informou que a CPI solicitou cópia do estudo da FIA para anexar à CPI. O Deputado Douglas Fabrício questionou sobre: 1 – se o equilíbrio econômico financeiro dever ser mantido ao longo da vigência do contrato ou durante determinado período. Resposta: Deve ser mantido durante todo o período. 2- quais as formas de se manter o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão. Resposta: constante avaliação das necessidades das obras. 3 – se é possível, em um processo judicial, as partes requererem a suspensão da ação. Resposta afirmativa. 4 – se existe ilegalidade de um processo judicial ficar suspenso por mais de 180 dias. Resposta negativa, desde que seja justificado o motivo. 5 – se as ações estão suspensas pelo atual Governo. Resposta afirmativa. 6 – se faltou coragem aos governantes em tomar a atitude de anular o contrato. Resposta negativa. 7 – se a União não tem mais responsabilidade sobre as rodovias pedagiadas. Resposta: a União deveria acompanhar e fiscalizar os acontecimentos, porque as rodovias são federais. 8 – qual é a garantia do Estado, caso não haja o cumprimento das obras. Resposta: não tem conhecimento técnico para a resposta. O Senhor Relator solicitou a resposta por escrito. Com a palavra o Deputado Alceu Maron indagou sobre: 1- quais as medidas que o Estado poderá tomar judicialmente se, eventualmente, houver um calote. Resposta: todo contrato tem garantia e será executada. 2 – uma vez decidido pelo Poder Judiciário que não seja o caminho chegar ao faturamento da empresa, se o Estado cogita uma ação regressiva contra os agentes públicos que contrataram as empresas de pedágio. Resposta afirmativa e a Procuradoria tem a obrigação legal de buscar o ressarcimento. Após, o Deputado Artagão Júnior questionou sobre: 1 – se a decisão unilateral seria uma decisão inteligente no momento. Resposta negativa, a melhor decisão seria a judicial; 2 – se seria temerária uma decisão unilateral, do ponto de vista da Procuradoria, proposta pelo Executivo ou outra entidade com competência. Resposta: a Procuradoria orienta o administrador público a tomar a decisão mais ponderada: ou acordo amigável ou a ação judicial. Com a palavra o Deputado Nereu Moura indagou sobre 1 – se, em sua opinião, o Governador Requião errou em não ter tentado buscar um acordo amigável para diminuir a tarifa. Resposta: O Governador tomou uma decisão coerente, a decisão tomada juridicamente. 2 – se o motivo da saída da Procuradoria, à época, esteve relacionado com o pedágio. Resposta negativa. 3 – porque o Governo não adota o relatório do TCE e do TCU para orientações. Resposta: o Estado está avaliando todos os estudos. Na sequência, o Deputado Péricles de Mello questionou a Dra. Jozélia sobre: 1 – se

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls 1247

o Estado do Paraná, em algum momento da história do pedágio, solicitou o apoio da União; 2 – Por que deixou a assessoria do DER e qual o encaminhamento atual como Procuradora-Geral na questão do pedágio. Respostas: 1 até 2007 houve a participação do TCU; 2 – saiu do DER por ter sido convidada a ser Procuradora-Geral em Foz do Iguaçu. 3 – porque, no momento em que a ação chegou à fase pericial, o Governador do Estado fez a suspensão. Resposta: suspendeu para que o resultado do julgamento seja bom para todos e para o interesse público. O Deputado Péricles insistiu na mesma questão e a Senhora Procuradora informou que os Governadores tomaram decisões, orientadas pelos procuradores-gerais com base na constitucionalidade e legalidade, e devem ser respeitadas. O Deputado Douglas Fabrício sugeriu que, no depoimento do Secretário Pepe Richa, também esteja presente o Núcleo Jurídico da Administração da Procuradoria-Geral de Justiça para possíveis questionamentos, a qual foi acatada pelo Deputado Nelson Luersen. Com a palavra o Deputado Kielse indagou à Dra. Jozélia qual seria sua posição se fosse Governadora do Estado e esta se permitiu em não responder à questão. O Deputado Adelino perguntou se o Governador atual mantém diálogo com as empresas e a Senhora Procuradora afirmou que o Governo aguarda o término do estudo da FIA para tomar as decisões, mas não parou de discutir, de ouvir e de discordar. Após o Deputado Bernardi Carli informou acreditar que as negociações estão caminhando, pois foi anunciada uma duplicação no trecho Guarapuava-Relógio. O Senhor Presidente indagou se é possível o Estado ingressar com uma medida cautelar, requerendo depósito em juízo do valor excedente dobrado no pedágio, dados esses que já são apurados pelos Tribunais de Contas do Estado e da União e caso a FIA também confirme. A Dra. Jozélia respondeu que essa questão deve ser estudada juridicamente. Após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos lidos na sessão anterior. 1 – Requerimentos de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli 1.1 - Requer a convocação de Djama Rocha M. Pereira – Aprovado e 1.2 – Requer a convocação de Vera Beznos, para oitiva perante a CPI do Pedágio – Aprovado. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer a convocação de Joel Larocca Júnior para oitiva perante a CPI do Pedágio - Aprovado. Requerimento de autoria do Deputado Nelson Luersen, que requer a criação da subcomissão a ser denominada Contorno de Campo Largo, fixando como missão para a mesma investigação, fiscalização, serviços de dados, informações relativas ao custo das obras do Contorno de Campo Largo – Retirado pelo autor. Passou à leitura dos Requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1 – Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer a convocação de João Chimizazzo Neto para oitiva perante a CPI. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse que solicita a oitiva dos ex-procuradores do Estado do Paraná, Dr. Luiz Carlos Caldas, Dr. Joel Geraldo Coimbra, Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro. Para finalizar, ficou acordada a convocação dos senhores Djama Rocha M. Pereira, Vera Beznos e Joel Larocca Júnior para a próxima reunião. O Deputado Nereu Moura sugeriu colocar na pauta da próxima reunião a possibilidade de fazer duas sessões por semana. Após, foi aprovado o roteiro das Sessões Extraordinárias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

126

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DA ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
Ata da 4ª Reunião Ordinária
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ao décimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões do Plenário, sob a presidência do Deputado Caito Quintana e com a presença dos senhores Deputados Elton Welter, Pedro Lupion, Jonas Guimarães, e do Deputado Rasca Rodrigues, a Comissão da Ecologia e Meio Ambiente - CEMA. Observada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente abriu os trabalhos passando à pauta de votações. **O primeiro item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 398/12** de autoria do Deputado Marcelo Rangel que "dispõe sobre a destinação final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes". Projeto em apenso com o PL Nº 400/12. Projeto Relatado pelo Deputado Elton Welter teve parecer favorável e foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. O **segundo item em pauta foi o Projeto de Lei nº 410/2012** de autoria do Deputado Stephanes Junior que "torna obrigatória, no Estado do Paraná, a implantação nas PCHS e barragens em curso de água para quaisquer fins, escadas e/ou outros dispositivos que possibilitem a subida de peixes para a desova (Piracema)". Projeto relatado pela Deputada Cantora Mara Lima, foi retirado de pauta por ausência da relatora. **O terceiro item em pauta foi o Projeto de Lei Complementar Nº 08/2013** de autoria do Deputado Francisco Buhrer que, "dá nova redação à Lei Complementar Nº59, de 1º de outubro de 1991". Projeto relatado pelo Deputado Jonas Guimarães, teve parecer favorável e foi colocado em discussão, não havendo que quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. Ao final da reunião, colocou - se em discussão as informações chegadas a esta comissão sobre os supostos problemas de coleta e tratamento de esgoto no Estado, ficando decidida a necessidade de agendar audiência com a Presidência da Sanepar objetivando esclarecer os fatos e viabilizar providências. Nada mais havendo a tratar, o Presidente desta Comissão, o Senhor Deputado Caito Quintana, encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente eu, Alessandra Silva Eleutério, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata que segue assinada Pelo Presidente e por mim.

DEP. CAÍTO QUINTANA
Presidente da CEMA

ALESSANDRA S. ELEUTÉRIO
Secretária da CEMA

91039/2013

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
3° Sessão Legislativa da 17° Legislatura
Ata 7º Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do Deputado Doutor Batista com as presenças dos Deputados Jonas Guimarães, Adelino Ribeiro e o Toninho Wandscheer. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia: **Projeto de Lei nº 87/2013,** de autoria do Dep. Ney Leprevost, que implanta o Cadastro Visual Infantil no Estado do Paraná. Relator Dep. Adelino Ribeiro: Parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

DR. BATISTA
PRESIDENTE

Richard Rüppel Sotto Maior
Secretário

91040/2013

Comissões Especiais

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO
Ata da 9ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares. Cleiton Kielse, Suplente, Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, dispensou a leitura da Ata da 8ª Reunião Ordinária, a pedido do Deputado Nereu Moura. Após, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença de todos, informando a presença dos auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da Procuradora-Geral do Estado, Dra. Jozélia Nogueira. O Deputado Adelino Ribeiro, propositor do convite aos senhores Auditores, esclareceu ser importante ouvir os servidores que realizaram a investigação feita pelo Tribunal de Contas para contribuir com os trabalhos da CPI. Após, o Senhor Presidente convidou o Dr. Homero Figueiredo Lima, ex-servidor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para se fazer presente à Tribuna e esclarecer o trabalho realizado pelo referido Tribunal. O Senhor Homero iniciou sua explanação mencionando o trabalho realizado pela Auditora do Tribunal de Contas. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen concedeu espaço aos senhores deputados para que fizessem comentários ou indagações. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello que indagou por qual motivo, não tinha como o Governo apresentar uma proposta orçamentária clara para o pedágio e porquê achou a suspensão das ações uma medida salutar. O Dr. Homero esclareceu que o grande mal da licitação foi o desequilíbrio posterior e atacar o contrato desde o início inviabiliza a resolução do problema. Com relação à suspensão respondeu que no início foi salutar, pois parecia que o Estado iria pressionar a Concessionária, diante do Relatório do Tribunal de Contas que apontava um grande desequilíbrio. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício que, na condição de Relator, informou ter vários questionamentos e estes serão respondidos na sequência pelo Dr. Homero: 1- se quando realizados os termos aditivos em 2000 e 2002 foram contratados pareceres, estudos pelo DER para esse trabalho; Resposta afirmativa do depoente; 2 – quem realizou os estudos técnicos na época. Resposta: foi um engenheiro e um economista, cujos nomes constam no relatório; 3 – os termos aditivos firmados estão vigentes ou foram anulados pelo Judiciário. Resposta: estão vigentes e foram alterados por uma Ata de reunião nº 17 de 2005; 4 – se foi levado em consideração, pela Comissão de Auditoria do Tribunal de Contas, os termos aditivos para a realização dos cálculos realizados. Resposta: não considerou os aditivos, porque eles desequilibraram a relação entre os encargos da empresa; 5 – na opinião do Dr. Homero, porque os governadores não declararam nulos os aditivos. Resposta: por incompetência e covardia do Poder Público; 6 - na opinião do Dr Homero, porquê a União, em todos esses anos, arrecadou impostos e não investiu nas rodovias. Resposta: a União não tem nada a ver com a concessão, pois delegou as rodovias para o Estado, a pedido do próprio Estado; 7- considerando que existe ação judicial que discute se os termos aditivos seriam nulos ou não, se o TCE pode desconsiderá-los. Resposta: o TCE, a Assembleia e o Estado do Paraná podem desconsiderar, por não haver decisão judicial; 8 – Qual o prejuízo que o Estado, o contribuinte paranaense teria para pagar se os aditivos fossem anulados. Resposta: prejuízo nenhum; 9 – quais os dados utilizados para os cálculos, feitos pelo Tribunal de Contas do Estado, no Relatório Final da empresa Ecocataratas, os demonstrativos financeiros realizados ou os dados da proposta. Resposta: usando os dados da concessionária, para fazer o equilíbrio; 10- se as ações judiciais das concessonárias que discutem o reequilíbrio dos contratos foram levadas em consideração. Resposta: todas as ações foram objetos de análise e mencionadas no relatório; 11 – e se elas ganharem na justiça. Resposta: a situação atual, para o Lote 3, é favorável ao Estado; 12 – E se perder. Resposta: pode acontecer, mas em sua opinião, é improvável; 13 – A Ecocataratas possuia em 2004, um contrato preliminar que reduziu as tarifas de pedágio em 30%, para reequilíbrio foi composta uma comissão paritária, se essa redução foi reequilibrada. Resposta negativa do depoente, informando que a proposta de redução também foi um ato unilateral; 14- se a Ata nº 17 foi levada em consideração para o relatório. Resposta: foi levada em consideração no sentido de existência, desconsiderada na medida em que se desequilibra o contrato e 15 – se existe uma ação judicial que discute a situação, no caso do reequilíbrio dos 30%, que foi composta a Comissão Paritária e teve a Ata. Resposta: a principal ação judicial envolvendo o Estado e a Ecocataratas é o processo que o Estado pede anulação dos aditivos. Com a palavra o Deputado Nereu Moura fez os questionamentos a seguir, respondidas pelo Dr. Homero. 1 – quais são as empresas terceirizadas que contratam funcionários do DER. Resposta: na época em que esteve no DER o nome da empresa era Progresso; 2- a obra do contorno de Campo Largo deveria estar respaldada por aditivo, ou pode ser simples autorização do DER. Resposta: é necessário fazer um aditivo. A seguir, o Deputado Kielse questionou o Dr. Homero. 1 - qual seria sua decisão dentro do Plenário, se fosse Conselheiro do Tribunal de Contas. Resposta: se existe irregularidade lesiva ao interesse público, o responsável deve ser condenado. 2 – se esta Casa, os Tribunais de Contas do Estado e da União, poderia solicitar a intervenção das concessionárias, visto conseguir demonstrar em números o reequilíbrio do contrato. Resposta: se devidamente demonstrado, em tese, poderia. Com a palavra o Deputado Adelino indagou ao Dr. Homero. 1 – se a postergação das obras foi acertada na reunião realizada em 2005, ou consta em algum aditivo firmado anteriormente. Resposta: nessa reunião e nos aditivos anteriores. Os três aditivos, 2000; 2002 e a Ata da reunião de 2005 alteraram o contrato; 2 – se a mudança da taxa de retorno trouxe desequilíbrio. Resposta: o Estado teve três opiniões distintas a respeito de qual é o critério para equilibrar o contrato. O relatório deixa claro qual é o critério objetivo, é a TIR sem financiamento; 3 – quando foi acertado o aumento da taxa de retorno. Resposta: no aditivo de 2000, passou a ser a taxa com financiamento. Após, o Deputado Bernardo Ribas Carli fez as seguintes indagações: 1 – em relação aos relatórios do TCE, quais seriam os próximos passos dentro do Tribunal. Resposta: o lote 03 já poderia ir a julgamento; 2 - qual é a ilegalidade da Ata nº 17. Resposta: desequilibra o contrato. Com a palavra o Deputado Elton Welter questionou se, dentro do estudo feito, existem fundamentos jurídicos para decretar a nulidade dos contratos e o Dr. Homero afirmou que é possível declarar a nulidade dos aditivos. O Deputado Péricles de Mello indagou ao Dr. Homero. 1 - pela auditoria do TCE, reduzir-se-ia a tarifa em 30%, no Lote 03, ou investimento de R$ 300 milhões de reais. Resposta: o Dr. Homero afirmou que esse valor foi calculado em dezembro de 2010, hoje seriam aproximadamente R$ 350 milhões de reais; 2 – do ponto de vista jurídico, qual seria a diferença para ação do Estado, entre o parecer assinado por técnicos do Tribunal e um parecer consolidado pelos Conselheiros. Resposta: a decisão do Tribunal é dada pelos Conselheiros e estes tem o poder dado pela Constituição do Brasil e do Paraná de determinar que o Estado anule os contratos. 3 – no parecer consta que a lei de licitação, que deve ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas, não foi respeitada no caso dos aditivos. Resposta: o Tribunal falhou na fiscalização e que os três aditivos são nulos, não deveriam produzir os efeitos que produzem. O Dr. Homero teceu comentários a respeito da eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas e em seguida, o Deputado Artagão Júnior esclareceu que deve haver respeito com os Poderes constituídos. O Deputado Alceu Maron repeliu as afirmações do depoente, que colocou o Poder Legislativo como covarde e de que este Poder está mancomunado com o Poder Executivo, Judiciário e Tribunal de Contas para a escolha de Conselheiro. Informou que a CPI do Poder Legislativo

Diário OFICIAL Paraná
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, na garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA Fls 1271

quer investigar o Pedágio com seriedade e democracia. O Deputado Douglas Fabrício comentou sobre o respeito à democracia e ao crivo do voto. Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro que, em respeito a esta Casa e em especial à esta Comissão, chamou à ordem os trabalhos desta CPI. Esclareceu que estão sendo evidenciados os convites e não as convocações. Percebeu que os depoimentos estão caminhando para o subjetivismo, comprometendo a riqueza da informação que o depoente traz, portanto, propôs a esta Comissão objetividade nas indagações e, por condução do Presidente, nas respostas. A objetividade se faz necessária para a elaboração do relatório e consequentemente solucionar e beneficiar o equilíbrio na questão do Pedágio. O Senhor Presidente fez breve comentário sobre o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas e convidou o auditor Alexandre Antônio dos Santos para fazer sua explanação. O depoente deu início explicando sobre o que é auditoria e sobre as questões priorizadas para o relatório. O Senhor Presidente abriu espaço nos comentários ou indagações. Deu início o Deputado Alceu Maron com as indagações: 1 – se, mediante os estudos feitos, o contrato original assinado em 1998 foi espelho do edital lançado. Resposta afirmativa; 2 – com a afirmação de que o contrato está desequilibrado, qual outro fator, fora a TIR, teria desequilibrado o contrato. Resposta: a TIR não desequilibra; ela mostra o desequilíbrio, conforme apresentou, com o auxílio de slides. O Deputado Douglas Fabrício indagou ao Dr. Alexandre: 1 - se seria simples acabar com os aditivos, tendo em vista que desde 1998 até hoje ninguém o fez. Resposta: tem que ter ousadia para enfrentar essa situação, por ser uma decisão extremamente pesada; 2 - uma das bandeiras do Governador Requião foi "pedágio abaixar ou acabar", não tomou a decisão radical de acabar, talvez, porque os precatórios para o Estado seriam maiores do que a situação enfrentada hoje. Resposta: talvez; 3 – o que afetou o equilíbrio dos contratos foi a redução das tarifas em 50%. Resposta afirmativa; 4 – as concessionárias alegam que a redução em 50% afetou a condição de financiamento do negócio. Resposta: não há registro nesse sentido; 5- se foi considerado no Relatório que, o reajuste dado com desconto, em torno de 30%, para ônibus e caminhões e que, segundo as concessionárias, afetou a receita prevista e desequilibrou o contrato. Resposta: foi considerado. 6 – se o volume de veículos faz diferença no equilíbrio econômico financeiro. Resposta: faz diferença no equilíbrio financeiro real do negócio, mas não faz na relação contratual. 7 – se os custos da concessionária são levados em consideração. Resposta afirmativa. 8 – como são medidas as obras realizadas pelas concessionárias, quais os valores aplicados e se devem estar previstas na proposta do edital de licitação. Se existe uma tabela de preço do DER e se o Tribunal teve acesso aos quantitativos empregados nas obras para a realização do cálculo. Resposta: responder às questões só seria possível se existissem os projetos executivos das obras; o DER tem poucos trechos com laudo de recebimento de obra. Na sequência o Deputado Péricles de Mello indagou ao Dr. Alexandre. 1 – se a razão da diferença apontada na tarifa, pelo Tribunal de Contas, é a comparação entre TIR com financiamento e sem financiamento. Resposta: o desequilíbrio é apontado na TIR. 2 – se o Poder Judiciário não anular os aditivos, se o estudo continua valendo. Resposta afirmativa. O Dr. Alexandre explicou que os contratos estão sendo cumpridos, nos termos da Ata 17, de 2005. 3 – a tarifa só poderá ser reduzida se o Poder Judiciário der ganho de causa para o Estado na anulação dos aditivos. Resposta afirmativa, se a questão for judicializada até o fim. 4 – A auditoria do TCE estabelece que deva haver ou uma redução da tarifa em 30% ou um investimento suplementar de R$ 300 milhões de reais, a valores de 2010, qual seria o valor aproximado para hoje. Resposta: Aproximadamente 20% a mais. O Dr. Alexandre comentou sobre a situação econômica da Viapar. O Deputado Kielse convidou o senhor auditor para participar da força-tarefa da Procuradoria da República, o qual foi recusado, mas não vê obstáculos em colaborar permanentemente com a CPI. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior que indagou ao Dr. Alexandre sobre: 1 – se a decisão judicial foi exclusivamente de retomadas das tarifas ou se ensejou também o primeiro aditivo realizado. Resposta: foi retomada a tarifa e a questão dos investimentos ficou prejudicada. 2 – se o aditivo não foi referendado pelo Poder Judiciário. Resposta negativa. 3 – que tipo de garantia, se existir, o Estado tem sobre o cumprimento dos contratos. Resposta: o contrato não traz garantia. Após, o Deputado Wilson Quinteiro registrou a importância do depoimento do Dr. Alexandre e a objetividade das indagações dos Deputados. Enaltecen que, com respostas precisas e com absoluto equilíbrio, a CPI alcançou um dos pontos mais altos. O Deputado Bernardo Carli cumprimentou o Dr. Alexandre pela explanação técnica e agradeceu ao Presidente Artagão de Mattos Leão pelo auxílio em contribuir com os trabalhos da CPI. O Deputado Nereu Moura sugeriu à CPI que as pessoas que vierem depor sejam convocadas, para que possam fazer o termo de juramento. O Deputado Nelson Luersen convidou a Senhora Procuradora para fazer sua explanação e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. Com a palavra o Deputado Kielse, propositor do convite, esclareceu o motivo da solicitação da presença. A Dra. Jozélia iniciou a fala esclarecendo a questão complexa do pedágio. O Senhor Presidente deu início às indagações, questionando sobre: 1 – em 2008, em entrevista à CBN, a Dra. Jozélia informou que as concessionárias de pedágio desejavam fazer alterações nos contratos e promover acordos, quais seriam as alterações e os acordos. Resposta: algumas concessionárias alegavam desequilíbrio no contrato, acabou em ação judicial, considerando esta, haver necessidade de reequilíbrio. 2 – se pretende tomar alguma medida, como Procuradora-Geral do atual Governo, obedecendo ao acórdão 346 de 2012 do Tribunal de Contas da União. Resposta negativa, a competência é do DER. 3 - se pode afirmar que há desequilíbrio em desfavor do Estado e dos usuários nas concessões. Resposta negativa, por falta de conhecimento técnico. O Senhor Presidente passou a palavra ao relator e informou que a CPI solicitou cópia do estudo da FIA para anexar à CPI. O Deputado Douglas Fabrício questionou sobre: 1 – se o equilíbrio econômico financeiro dever ser mantido ao longo da vigência do contrato ou durante determinado período. Resposta: Deve ser mantido durante todo o período. 2- quais as formas de se manter o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão. Resposta: constante avaliação das necessidades das obras. 3 – se é possível, em um processo judicial, as partes requererem a suspensão da ação. Resposta afirmativa. 4 – se existe ilegalidade de um processo judicial ficar suspenso por mais de 180 dias. Resposta negativa, desde que seja justificado o motivo. 5 – se as ações estão suspensas pelo atual Governo. Resposta afirmativa. 6 – se faltou coragem aos governantes em tomar a atitude de anular o contrato. Resposta negativa. 7 – se a União não tem mais responsabilidade sobre as rodovias pedagiadas. Resposta: a União deveria acompanhar e fiscalizar os acontecimentos, porque as rodovias são federais. 8 – qual é a garantia do Estado, caso não haja o cumprimento das obras. Resposta: não tem conhecimento técnico para a resposta. O Senhor Relator solicitou a resposta por escrito. Com a palavra o Deputado Alceu Maron indagou sobre: 1- quais as medidas que o Estado poderá tomar judicialmente se, eventualmente, houver um calote. Resposta: todo contrato tem garantia e será executada. 2 – uma vez decidido pelo Poder Judiciário que não seja o caminho chegar ao faturamento da empresa, se o Estado cogita uma ação regressiva contra os agentes públicos que contrataram as empresas de pedágio. Resposta afirmativa e a Procuradoria tem a obrigação legal de buscar o ressarcimento. Após, o Deputado Artagão Júnior questionou sobre: 1 – se a decisão unilateral seria uma decisão inteligente no momento. Resposta negativa, a melhor decisão seria a judicial; 2 – se seria temerária uma decisão unilateral, do ponto de vista da Procuradoria, proposta pelo Executivo ou outra entidade com competência. Resposta: a Procuradoria orienta o administrador público a tomar a decisão mais ponderada: ou acordo amigável ou a ação judicial. Com a palavra o Deputado Nereu Moura indagou sobre 1 – se, em sua opinião, o Governador Requião errou em não ter tentado buscar um acordo amigável para diminuir a tarifa. Resposta: O Governador tomou uma decisão coerente, a decisão tomada juridicamente. 2 – se o motivo da saída da Procuradoria, à época, esteve relacionado com o pedágio. Resposta negativa. 3 – porque o Governo não adota o relatório do TCE e do TCU para orientações. Resposta: o Estado está avaliando todos os estudos. Na sequência, o Deputado Péricles de Mello questionou a Dra. Jozélia sobre: 1 – se o Estado do Paraná, em algum momento da história do pedágio, solicitou o apoio da União; 2 – Por que deixou a assessoria do DER e qual o encaminhamento atual como Procuradora-Geral na questão do pedágio. Respostas: 1 até 2007 houve a participação do TCU; 2 – saiu do DER por ter sido convidada a ser Procuradora-Geral em Foz do Iguaçu. 3 – porque, no momento em que a ação chegou à fase pericial, o Governador do Estado fez a suspensão. Resposta: suspendeu para que o resultado do julgamento seja bom para todos e para o interesse público. O Deputado Péricles insistiu na mesma questão e a Senhora Procuradora informou que os Governadores tomaram decisões, orientadas pelos procuradores-gerais com base na constitucionalidade e legalidade, e devem ser respeitadas. O Deputado Douglas Fabrício sugeriu que, no depoimento do Secretário Pepe Richa, também esteja presente o Núcleo Jurídico da Administração da Procuradoria-Geral de Justiça para possíveis questionamentos, a qual foi acatada pelo Deputado Nelson Luersen. Com a palavra o Deputado Kielse indagou à Dra. Jozélia qual seria sua posição se fosse Governadora do Estado e esta se permitiu em não responder à questão. O Deputado Adelino perguntou se o Governador atual mantém diálogo com as empresas e a Senhora Procuradora afirmou que o Governo aguarda o término do estudo da FIA para tomar as decisões, mas não parou de discutir, de ouvir e de discordar. Após o Deputado Bernardi Carli informou acreditar que as negociações estão caminhando, pois foi anunciada uma duplicação no trecho Guarapuava-Relógio. O Senhor Presidente indagou se é possível o Estado ingressar com uma medida cautelar, requerendo depósito em juízo do valor excedente dobrado no pedágio, dados esses que já são apurados pelos Tribunais de Contas do Estado e da União e caso a FIA também confirme. A Dra. Jozélia respondeu que essa questão deve ser estudada juridicamente. Após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos lidos na sessão anterior. 1 – Requerimentos de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli 1.1 - Requer a convocação de Djama Rocha M. Pereira – Aprovado e 1.2 – Requer a convocação de Vera Beznos, para oitiva perante a CPI do Pedágio – Aprovado. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron que requer a convocação de Joel Larocca Júnior para oitiva perante a CPI do Pedágio - Aprovado. Requerimento de autoria do Deputado Nelson Luersen, que requer a criação da subcomissão a ser denominada Contorno de Campo Largo, fixando como missão para a mesma investigação, fiscalização, serviços de dados, informações relativas ao custo das obras do Contorno de Campo Largo – Retirado pelo autor. Passou à leitura dos Requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1 – Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer a convocação de João Chimizazzo Neto para oitiva perante a CPI. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse que solicita a oitiva dos ex-procuradores do Estado do Paraná, Dr. Luiz Carlos Caldas, Dr. Joel Geraldo Coimbra, Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro. Para finalizar, ficou acordada a convocação dos senhores Djama Rocha M. Pereira, Vera Beznos e Joel Larocca Júnior para a próxima reunião. O Deputado Nereu Moura sugeriu colocar na pauta da próxima reunião a possibilidade de fazer duas sessões por semana. Após, foi aprovado o roteiro das Sessões Extraordinárias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN Presidente	Deputado ADELINO RIBEIRO Vice-Presidente
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO Relator	Deputado WILSON QUINTEIRO Relator Adjunto
Deputado NEREU MOURA Titular	Deputado ALCEU MARON FILHO Titular
Deputado BERNARDO RIBAS CARLI Titular	Deputado PÉRICLES DE MELLO Titular
Deputado ARTAGÃO JÚNIOR Titular	CENI DO ROCIO FITZ Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 1284

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 9ª Reunião Ordinária (17/9/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 26/9/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 515.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 27 de setembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 129

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 9ª Reunião Ordinária (17/9/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 26/9/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 515.

Curitiba, 27 de setembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

130

Ata da 10ª Reunião Ordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse e Jonas Guimarães, Suplentes e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença de todos e à receptividade na realização da Sessão Extraordinária no Município de Jacarezinho. Após, passou à leitura da Ata da 9ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada. O Deputado Wilson Quinteiro destacou a importância do deslocamento desta CPI ao Município de Jacarezinho pelo fato de ter sido a primeira praça de pedágio do Paraná, tendo em vista que o diálogo e a busca de informações são necessários para um bom desempenho dos trabalhos. Após, o Senhor Presidente convidou o Senhor Djalma Rocha Pereira, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Bernardo Ribas Carli, propositor do convite, solicitou os esclarecimentos do depoente, tendo em vista a sua participação nos estudos de viabilidade técnica e econômica para a implantação do Programa de Concessão no Paraná. O Senhor Djalma iniciou sua explanação, com auxílio de slides, esclarecendo sobre a decisão do governo em idealizar um programa de concessões rodoviários; sobre o processo licitatório em que o Consórcio Cogito e Engefoto foram vencedoras e sobre a situação vigente, à época, dos estudos, contratados pela Secretaria dos Transportes junto ao Instituto Bonilha. Após, o Senhor Djalma passou a palavra à Senhora Vera Beznos para comentar sobre os resultados desses estudos. A senhora Vera, também com auxílio de slides, prestou informações sobre uma pesquisa de opinião, contratada pela Secretaria dos Transportes, e seus objetivos. Também esclareceu sobre a estruturação do programa, em que foram realizados estudos de estrutura tarifária e pedagiamento, de avaliação das obras e dos serviços e outros eventuais encargos das concessões. O Senhor Djalma, novamente com a palavra, explicou que a fase que antecedeu a cobrança de pedágio, chamada de "trabalhos iniciais", envolvia as ações para permitir uma condição mínima de circulação segura nas rodovias. Dando continuidade, explicou sobre a fase denominada "trabalhos ao longo da concessão"; que aconteceu após o início de arrecadação; e suas etapas, nas quais envolvem as obras de recuperação estrutural. Comentou sobre o contrato dos projetos básicos, em que foram realizados levantamentos que permitiram calcular quantitativos. O Deputado Péricles de Mello solicitou explicações sobre como se chegou ao valor da tarifa e sobre a TIR e a Senhora Vera, através de slides, demonstrou a metodologia usada para o cálculo da tarifa e o estudo realizado para a definição da Taxa Interna de Retorno – TIR. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença dos senhores Djalma Rocha Pereira e Vera Beznos e do Deputado Jonas Guimarães, Suplente desta Comissão. Dando inicio às indagações, o Senhor Presidente questionou se, como cidadãos, acreditam que as concessionárias estão cumprindo com o que foi proposto pelo estudo realizado. O Senhor Djalma respondeu não poder afirmar. Na sequência o Deputado Artagão Júnior questionou sobre quais foram os dias da semana que foi realizada a contagem de fluxo e se existiram outras pesquisas de opinião. Foi respondido que usualmente a contagem não se faz no final de semana e que desconhece outras pesquisas. O Deputado Kielse indagou sobre a existência de prestação de serviço da empresa junto ao Estado e, se afirmativo, qual a finalidade. O Senhor Djalma informou que a Engefoto tem um contrato com o DER com a finalidade de apoiar a fiscalização na ECONORTE, conforme o contrato atualmente vigente. O Senhor Presidente solicitou a

DIRETORIA LEGISLATIVA
131

informação sobre a composição societária da empresa Engefoto e qual o valor do contrato entre a empresa e o DER. O Senhor Djalma esclareceu ser ele um dos sócios, o Senhor Roberto Costa e Renato Asinelli Filho; o valor do contrato foi em torno de R$ um milhão de reais, por um ano de serviço. Pela ordem, o Deputado Douglas Fabrício solicitou informações sobre a experiência profissional e sobre os contratos e participações da empresa Engefoto, as quais foram informadas pelo Senhor Djalma. Na sequência o Deputado Bernardo Ribas Carli comentou que o estudo feito pela empresa deve ter sido prejudicado a partir da redução da tarifa e indagou qual o motivo do lote 06 ter o valor mais elevado de pedágio. O Senhor depoente informou que a tarifa, originalmente, é isonômica em relação à extensão que cobre. Para finalizar o Senhor Presidente questionou sobre o valor da TIR, sobre a TIR e o aumento de fluxo de veículos, e se no estudo realizado, está previsto um seguro para o caso de não realização das obras. O Senhor Djalma e a Senhora Vera esclareceram que a definição da TIR foi da Secretaria de Estado dos Transportes, que o risco de tráfego é das concessionárias e que existe a previsão no contrato de multa por inadimplência contratual e garantia de execução do contrato. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o engenheiro civil, Senhor Joel Larocca Júnior, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Alceu Maron, propositor do convite, sugeriu a presença do engenheiro, com o objetivo de contribuir com a CPI em relação ao estudo realizado no lote 05. O Senhor Joel fez sua explanação a respeito do estudo realizado sobre a empresa RODONORTE. A seguir, o Deputado Alceu Maron indagou qual é a impressão do depoente a respeito do alto valor dos pedágios, se partiu da gênese ou foi na redução de 50% da tarifa. O engenheiro informou que, como impressão e não como parecer técnico, parte é decorrente das modificações contratuais, e outra parte da gênese. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício questionou o motivo de serem revistas as tabelas do DER e do DNIT, anualmente. O Senhor Joel informou que hoje, por questões burocráticas, podem ser revistas anualmente, mas anos atrás, devido à inflação, poderiam ser revistas trimestralmente. Pela ordem, o Deputado Kielse indagou se o engenheiro teria condições de fazer o cálculo do lucro real das empresas, perante as obras que ainda devem ser feitas e o Senhor Joel afirmou que existe condição técnica para o cálculo. O Deputado Elton Welter usou da palavra para questionamentos, os quais foram esclarecidos pelo senhor depoente. O Deputado Péricles de Mello sugeriu que a CPI contrate a empresa Engefoto para calcular o orçamento do Contorno de Campo Largo e da duplicação do trecho Matelândia-Medianeira. Na sequência, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavaca, passando à deliberação dos requerimentos: 1 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse que requer oitiva dos ex-procuradores do Estado do Paraná; Dr. Luiz Carlos Caldas, Dr. Joel Geraldo Coimbra e Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro. Aprovado. O Deputado Kielse sugeriu acrescentar o ex-procurador Carlos Frederico Marés. O Deputado Péricles de Mello sugeriu convocar o Presidente do Tribunal de Contas da União. 2 - Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer a convocação do Senhor João Chimizazzo Neto para prestar informações sobre o modelo de concessão no Paraná e seus aspectos legais, técnicos e sociais. – Aprovado. 3 – Requerimento de autoria do Deputado Nelson Luersen, que requer a criação da subcomissão a ser denominada Contorno de Campo Largo, fixando como missão para a mesma investigação, fiscalização, serviços de dados, informações relativas ao custo das obras do Contorno de Campo Largo. Solicitaram a palavra para encaminhar a discussão do Requerimento os Deputados a seguir: Deputado Alceu Maron Filho demonstrou preocupação na possibilidade de se tornar uma sequência de subcomissões e prejudicar o foco da CPI; Deputado Péricles de Mello defendeu a possibilidade de criar outras subcomissões para descentralização e fortalecimento da Relatoria; Deputado Wilson Quinteiro citou os objetivos da CPI e a questão regimental, pois o constante do Requerimento se confunde com a natureza da Constituição da CPI; Deputado Bernardo

132

Ribas Carli opinou não achar necessário, no momento, a criação de subcomissão; Deputado Adelino Ribeiro avaliou ser importante a criação de subcomissão para contribuir com os trabalhos da CPI; Deputado Douglas Fabrício informou não achar necessário criar subcomissões por entender que os trabalhos devam continuar como estão; Deputado Artagão Júnior sugeriu que os trabalhos continuem sob a determinação e orientação do Presidente, de forma pública, aberta e com transparência como está sendo realizado. Em votação. Encerrada a votação. Rejeitado. Votaram a favor do Requerimento os Deputados Péricles de Mello e Adelino Ribeiro e contra os Deputados Bernardo Ribas Carli, Wilson Quinteiro, Artagão Júnior, Alceu Maron Filho, Jonas Guimarães, suplente do Deputado Nereu Moura (ausente) e Douglas Fabrício. 4 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, das seis concessionárias de pedágio no Estado do Paraná. Solicitaram a palavra para encaminhar à discussão do Requerimento os Deputados a seguir: Deputado Kielse informou que este Requerimento tem a incumbência de elucidar todas as dúvidas da CPI e reforçar a conclusão do Relator; Deputado Wilson Quinteiro esclareceu sobre a competência da CPI para a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico; citou algumas colocações das circunstâncias fáticas e da visão jurídica. Encaminhou, na condição de profissional do direito, a preocupação, no momento, quanto à questão da tempestividade do pedido, frisando não haver impeditivo do mesmo ser apresentado novamente; Deputado Péricles de Mello opinou que as concessionárias de serviço público, já deveriam ter colocado o seu sigilo fiscal e bancário à disposição da CPI e que não há risco do Poder Judiciário embargar o pedido; Deputado Kielse esclareceu sobre a importância da votação; Deputado Douglas Fabrício concordou com os argumentos do Deputado Wilson Quinteiro; Deputado Bernardo Ribas Carli propôs que sejam analisados os documentos encaminhados à Comissão. Em votação. Encerrada a votação. Rejeitado. Votaram a favor do Requerimento os Deputados Péricles de Mello e Adelino Ribeiro e contra os Deputados Bernardo Ribas Carli, Wilson Quinteiro, Artagão Júnior, Alceu Maron Filho, Jonas Guimarães, suplente do Deputado Nereu Moura (ausente) e Douglas Fabrício. Em seguida, o Senhor Presidente passou à leitura dos Requerimentos que serão votados na próxima sessão. 1- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1 – Requer a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Polícia Rodoviária Federal para informar o número de passagem de veículo; 1.2 – Requer a contratação da empresa Engefoto para fazer análise orçamentária da obra no Contorno de Campo Largo; 1.3 – Requer a contratação da Engefoto para fazer análise orçamentária da obra na Rodovia 177, trecho de Medianeira à Matelândia; 2 – Requerimentos de autoria do Deputado Adelino Ribeiro. 2.1 – Requer envio de pedido de informações ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, na forma que especifica; 2.2 - Requer envio de pedido de informações ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, na forma que especifica; 3 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse que solicita oitiva do Ex-Secretário dos Transportes do Estado do Paraná o Senhor Heinz Georg Herwig; 4 – Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a intimação do Senhor Raul Veloso; Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer a expedição de ofício às 06 (seis) concessionárias de pedágio solicitando informações sobre o ISS; e 5 – Requerimento dos Deputados Nelson Luersen e Artagão de Mattos Leão Júnior que requer a expedição de ofício ao DER solicitando cópia dos contratos celebrados com empresas de consultoria. Para finalizar, foi aprovada a sugestão para oitiva da próxima sessão, o Ex-Governador Jaime Lerner e o Senhor Sérgio Malucelli e esclareceu sobre a Reunião Extraordinária que acontecerá em Paranaguá, na próxima quinta-feira, às 10h00min, na Câmara Municipal de Vereadores. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 133

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

Deputado JONAS GUIMARÃES
Suplente

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de fluxo e se existiram outras pesquisas de opinião. Foi respondido que usualmente a contagem não se faz no final de semana e que desconhece outras pesquisas. O Deputado Kielse indagou sobre a existência de prestação de serviço da empresa junto ao Estado e, se afirmativo, qual a finalidade. O Senhor Djalma informou que a Engefoto tem um contrato com o DER com a finalidade de apoiar a fiscalização na ECONORTE, conforme o contrato atualmente vigente. O Senhor Presidente solicitou a informação sobre a composição societária da empresa Engefoto e qual o valor do contrato entre a empresa e o DER. O Senhor Djalma esclareceu ser ele um dos sócios, o Senhor Roberto Costa e Renato Asinelli Filho; o valor do contrato foi em torno de R$ um milhão de reais, por um ano de serviço. Pela ordem, o Deputado Douglas Fabrício solicitou informações sobre a experiência profissional e sobre os contratos e participações da empresa Engefoto, as quais foram informadas pelo Senhor Djalma. Na sequência o Deputado Bernardo Ribas Carli comentou que o estudo feito pela empresa deve ter sido prejudicado a partir da redução da tarifa e indagou qual o motivo do lote 06 ter o valor mais elevado de pedágio. O Senhor depoente informou que a tarifa, originalmente, é isonômica em relação à extensão que cobre. Para finalizar o Senhor Presidente questionou sobre o valor da TIR, sobre a TIR e o aumento de fluxo de veículos, e se no estudo realizado, está previsto um seguro para o caso de não realização das obras. O Senhor Djalma e a Senhora Vera esclareceram que a definição da TIR foi da Secretaria de Estado dos Transportes, que o risco de tráfego é das concessionárias e que existe a previsão no contrato de multa por inadimplência contratual e garantia de execução do contrato. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o engenheiro civil, Senhor Joel Laroceа Júnior, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Alceu Maron, propositor do convite, sugeriu a presença do engenheiro, com o objetivo de contribuir com a CPI em relação ao estudo realizado no lote 05. O Senhor Joel fez sua explanação a respeito do estudo realizado sobre a empresa RODONORTE. A seguir, o Deputado Alceu Maron indagou qual é a impressão do depoente a respeito do alto valor dos pedágios, se partiu da gênese ou foi na redução de 50% da tarifa. O engenheiro informou que, como impressão e não como parecer técnico, parte é decorrente das modificações contratuais, e outra parte da gênese. Com a palavra o Deputado Douglas Fabricio questionou o motivo de serem revistas as tabelas do DER e do DNIT, anualmente. O Senhor Joel informou que hoje, por questões burocráticas, podem ser revistas anualmente, mas anos atrás, devido à inflação, poderiam ser revistas trimestralmente. Pela ordem, o Deputado Kielse indagou se o engenheiro teria condições de fazer o cálculo do lucro real das empresas, perante as obras que ainda devem ser feitas e o Senhor Joel afirmou que existe condição técnica para o cálculo. O Deputado Elton Welter usou da palavra para questionamentos, os quais foram esclarecidos pelo senhor depoente. O Deputado Péricles de Mello sugeriu que a CPI contrate a empresa Engefoto para calcular o orçamento do Contorno de Campo Largo e da duplicação do trecho Matelândia-Medianeira. Na sequência, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavaca, passando à deliberação dos requerimentos: 1 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse que requer oitiva dos ex-procuradores do Estado do Paraná; Dr. Luiz Carlos Caldas, Dr. Joel Geraldo Coimbra e Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro. Aprovado. O Deputado Kielse sugeriu acrescentar o ex-procurador Carlos Frederico Marés. O Deputado Péricles de Mello sugeriu convocar o Presidente do Tribunal de Contas da União. 2 - Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer a convocação do Senhor João Chimizazzo Neto para prestar informações sobre o modelo de concessão no Paraná e seus aspectos legais, técnicos e sociais. – Aprovado. 3 – Requerimento de autoria do Deputado Nelson Luersen, que requer a criação da subcomissão a ser denominada Contorno de Campo Largo, fixando como missão para a mesma investigação, fiscalização, serviços de dados, informações relativas ao custo das obras do Contorno de Campo Largo. Solicitaram a palavra para encaminhar a discussão do Requerimento os Deputados a seguir: Deputado Alceu Maron Filho demonstrou preocupação na possibilidade de se tornar uma sequência de subcomissões e prejudicar o foco da CPI; Deputado Péricles de Mello defendeu a possibilidade de criar outras subcomissões para descentralização e fortalecimento da Relatoria; Deputado Wilson Quinteiro citou os objetivos da CPI e a questão regimental, pois o constante do Requerimento se confunde com a natureza da Constituição da CPI; Deputado Bernardo Ribas Carli opinou não achar necessário, no momento, a criação de subcomissão; Deputado Adelino Ribeiro avaliou ser importante a criação de subcomissão para contribuir com os trabalhos da CPI; Deputado Douglas Fabricio informou não achar necessário criar subcomissões por entender que os trabalhos devam continuar como estão; Deputado Artagão Júnior sugeriu que os trabalhos continuem sob a determinação e orientação do Presidente, de forma pública, aberta e com transparência como está sendo realizado. Em votação. Encerrada a votação. Rejeitado. Votaram a favor do Requerimento os Deputados Péricles de Mello e Adelino Ribeiro e contra os Deputados Bernardo Ribas Carli, Wilson Quinteiro, Artagão Júnior, Alceu Maron Filho, Jonas Guimarães, suplente do Deputado Nereu Moura (ausente) e Douglas Fabrício. 4 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse que solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, das seis concessionárias de pedágio no Estado do Paraná. Solicitaram a palavra para encaminhar à discussão do Requerimento os Deputados a seguir: Deputado Kielse informou que este Requerimento tem a incumbência de elucidar todas as dúvidas da CPI e reforçar a conclusão do Relator; Deputado Wilson Quinteiro esclareceu sobre a competência da CPI para a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico; citou algumas colocações das circunstâncias fáticas e da visão jurídica. Encaminhou, na condição de profissional do direito, a preocupação, no momento, quanto à questão da tempestividade do pedido, frisando não haver impeditivo do mesmo ser apresentado novamente; Deputado Péricles de Mello opinou que as concessionárias de serviço público, já deveriam ter colocado o seu sigilo fiscal e bancário à disposição da CPI e que não há risco do Poder Judiciário embargar o pedido; Deputado Kielse esclareceu sobre a importância da votação; Deputado Douglas Fabrício concordou com os argumentos do Deputado Wilson Quinteiro; Deputado Bernardo Ribas Carli propôs que sejam analisados os documentos encaminhados à Comissão. Em votação. Encerrada a votação. Rejeitado. Votaram a favor do Requerimento os Deputados Péricles de Mello e Adelino Ribeiro e contra os Deputados Bernardo Ribas Carli, Wilson Quinteiro, Artagão Júnior, Alceu Maron Filho, Jonas Guimarães, suplente do Deputado Nereu Moura (ausente) e Douglas Fabrício. Em seguida, o Senhor Presidente passou à leitura dos Requerimentos que serão votados na próxima sessão. I- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1 – Requer a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Polícia Rodoviária Federal para informar o número de passagem de veículo; 1.2 – Requer a contratação da empresa Engefoto para fazer análise orçamentária da obra no Contorno de Campo Largo; 1.3 – Requer a contratação da Engefoto para fazer análise orçamentária da obra na Rodovia 177, trecho de Medianeira à Matelândia; 2 – Requerimentos de autoria do Deputado Adelino Ribeiro. 2.1 – Requer envio de pedido de informações ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, na forma que especifica; 2.2 - Requer envio de pedido de informações ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, na forma que especifica; 3 – Requerimento de autoria do Deputado Kielse que solicita oitiva do Ex-Secretário dos Transportes do Estado do Paraná o Senhor Heinz Georg Herwig; 4 – Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a intimação do Senhor Raul Veloso; Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabricio que requer a expedição de ofício às 06 (seis) concessionárias de pedágio solicitando informações sobre o ISS; e 5 – Requerimento dos Deputados Nelson Luersen e Artagão de Mattos Leão Júnior que requer a expedição de ofício ao DER solicitando cópia dos contratos celebrados com empresas de consultoria. Para finalizar, foi aprovada a sugestão para oitiva da próxima sessão, o Ex-Governador Jaime Lerner e o Senhor Sérgio Malucelli e esclareceu sobre a Reunião Extraordinária que acontecerá em Paranaguá, na próxima quinta-feira, às 10h00min, na Câmara Municipal de Vereadores. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata que após aprovada, segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

Deputado JONAS GUIMARÃES
Suplente

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

93125/2013

Atos de Pessoal

Comissão Executiva

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1728/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe as Leis Estaduais nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 8381, de 15 de julho de 2013,

RESOLVE:

Retificar o Ato nº 1403/2013 de LUIZ AUGUSTO JUK, onde está "Matrícula nº 8381" leia-se "Matrícula nº 10.987".

Palácio XIX de Dezembro, em 23 de setembro de 2013

VALDIR ROSSONI
Presidente

PLAUTO MIRÓ
1º Secretário

ADEMIR BIER
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1729/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe as Leis Estaduais nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 11.119, de 19 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Exonerar MARA SPERANDIO, Matrícula nº 11.110, portadora do RG 899.601-6/PR, do cargo em comissão de simbologia G5, junto à ADMINISTRAÇÃO, a partir

135

Dep. Fernando Scanavaca. *Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das Empresas Operadoras de Telefonia Móvel no Paraná.* **RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 09– EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA- PROJETO DE LEI nº 558/2011. Autor: Péricles de Mello.** *Acrescenta a profissão de farmacêutico no rol de profissões previsto no Art. 1º da Lei Estadual nº 16.346/2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente.* **RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR. PARECER: FAVORÁVEL c/ Subemenda Substitutiva Geral- Aprovado. 10– PROJETO DE LEI nº 249/2013. Autor: Evandro Júnior.** *Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que fornecem serviços de TV por assinatura, compensarem por meio de abatimento ou de ressarcimento, ao assinante que tiver o serviço interrompido ou receber velocidade abaixo da contratada.* **RELATOR: DEP. TADEU VENERI. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 11–PROJETO DE LEI nº 262/2013. Autor: Ademir Bier.** *Autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão dos imóveis doados por Municípios à extinta Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.* **RELATOR: DEP. TADEU VENERI. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 12–PROJETO DE LEI nº 122/2013. Autor: Luciana Rafagnin.** *Cria o Fundo Estadual Extraordinário para erradicação de Brucelose e Tuberculose no Estado.* **RELATOR: DEP. TERCHLÍO TURINI. PARECER: ADIADO pelo Relator. 13–PROJETO DE LEI nº 300/2013. Autor: Plauto Miró.** *Altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.927 88 que dispõe acerca do imposto sobre a transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos.* **RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 14–PROJETO DE LEI 237/2013 - **EM ANEXO 250/2013. Autor: Dep. Luciana Rafagnin / Douglas Fabrício.** *Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação dos condutores de veículos automotores inabilitados por dirigir sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas.* **RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 15–PROJETO DE LEI 299/2013. Autor: Dep. Professor Lemos.** *Fica instituído o meio passe nas passagens de ônibus intermunicipais aos estudantes que estejam matriculados em estabelecimentos de ensino localizados em municípios diversos de seus domicílios no Estado do Paraná e dá outras providências.* **RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 16–PROJETO DE LEI 348/2013. Autor: Dep. Wilson Quinteiro.** *Estabelece um período máximo de tolerância de trinta minutos para início de apresentações de "shows" musicais e peças teatrais no Estado do Paraná.* **RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 17–PROJETO DE LEI 200/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost.** *Dispõe sobre o uso de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo em escolas e hospitais públicos, do Estado do Paraná.* **RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 18–PROJETO DE LEI 355/2013. Autor: Dep. Wilson Quinteiro.** *Torna obrigatório que as informações sobre produtos e serviços oferecidos por estabelecimentos comerciais sejam prestadas de forma clara, de modo a facilitar o entendimento por idosos e deficientes visuais.* **RELATOR: DEP. TADEU VENERI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 19–PROJETO DE LEI 332/2013. Autor: Dep. Gilberto Ribeiro.** *Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos e judiciais em que figure como parte cidadão portador de deficiência.* **RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 20–PROJETO DE LEI 380/2013. Autor: Dep. Bernardo Carli.** *Torna obrigatória a disponibilização de no mínimo um guichê exclusivo para a realização de jogos nos estabelecimentos lotéricos e similares.* **RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 21–PROJETO DE LEI 356/2013. Autor: Dep. Anibelli Neto.** *Obriga os Municípios Paranaenses a criar conselhos Municipais de proteção e defesa aos direitos dos animais.* **RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 22–PROJETO DE LEI 352/2013 **ANEXO AO 375/2013. Autor: Dep. Wilson Quinteiro.** *Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram as redes públicas e privadas de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por crianças ou adolescentes.* **RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 23–PROJETO DE LEI 381/2013. Autor: Dep. Bernardo Carli.** *Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação do número de portaria de outorga nas sedes das empresas envasadoras de águas naturais, minerais, carbogasosas naturais e artificiais, potáveis de mesa e purificadas adicionadas de sais, produzidas no Estado do Paraná.* **RELATOR: DEP. CAÍTO QUINTANA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 24–PROJETO DE LEI 428/2013. Autor: Dep. Nereu Moura.** *Revoga a Autorização concedida para Construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no estado do Paraná.* **RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 25–PROJETO DE LEI 296/2013. Autor: Dep. Tercílio Turini.** *Institui no calendário de eventos do Estado do Paraná a Expoasa, realizada anualmente no segundo final de semana de junho, no Município de Assaí.* **RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 26- PROJETO DE LEI 430/2013Autor: Dep. André Bueno.** *Insere no calendário oficial de eventos do estado do Paraná o Dia do Troféu Moura Brito, realizado anualmente na primeira quinzena do mês de outubro, no Município de Curitiba.* **RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 27–PROJETO DE LEI 679/2011. Autor: Dep. Rasca Rodrigues.** *Estabelece critérios para a concessão ou manutenção de permissões ambientais de emissões de efluentes líquidos no Estado do Paraná para produtores ou empreendedores que exerçam atividades comerciais em propriedades e residências rurais, vinculadas à cadeia produtiva da agricultura familiar e adota outras providências. (reservatórios impermeabilizados para a coleta de todas efluentes impossibilitando lançamento no solo e no lençol freático).* **RELATOR: DEP. TADEU VENERI PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 28–PROJETO DE LEI 560/2012. Autor: Dep. Anibelli Neto.** *Institui a obrigatoriedade de instalação de aquecedor solar para o aquecimento de água em projetos de habitação popular no Estado.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 29–PROJETO DE LEI 74/2013. Autor: Dep. Artagão Júnior.** *Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de seguro de acidentes pessoais coletivos em eventos artísticos, desportivos, culturais e recreativos com cobrança de ingresso.* **RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 30– PROJETO DE LEI 388/2013. Autor: Dep. Luciana Rafagnin.** *Declara de Utilidade Pública a Associação Real Lince de Ginástica e Artes Marciais, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 31–PROJETO DE LEI 341/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost.** *Declara de Utilidade Pública o Centro de Avaliação Diagnóstica Educacional de Paranaguá - CADEP, com sede e foro no Município de Paranaguá.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 32–PROJETO DE LEI 420/2013. Autor: Dep. Alexandre Curi.** *Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Homens e Mulheres que Amam e Realizam.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 33–PROJETO DE LEI 416/2013. Autor: Dep. Mauro Moraes.** *Declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Rio Negro e Mafra, com sede e foro no Município de Rio Negro.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 34–PROJETO DE LEI 426/2013. Autor: Dep. Stephanes Júnior.** *Declara de Utilidade Pública o Instituto Cidade Júnior, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 35–PROJETO DE LEI 425/2013. Autor: Dep. Gilberto Martin.** *Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, com sede e foro no Município de Londrina.* **RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado.** Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Caline Favretto Gondim
Coordenadora
Mat. 6246

93135/2013

Comissões Especiais

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO
Ata da 10ª Reunião Ordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares. Cleiton Kielse e Jonas Guimarães, Suplentes e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença de todos e à receptividade na realização da Sessão Extraordinária no Município de Jacarezinho. Após, passou à leitura da Ata da 9ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata a qual, colocada em votação, foi aprovada. O Deputado Wilson Quinteiro destacou a importância do deslocamento desta CPI ao Município de Jacarezinho pelo fato de ter sido a primeira praça de pedágio do Paraná, tendo em vista que o diálogo e a busca de informações são necessários para um bom desempenho dos trabalhos. Após, o Senhor Presidente convidou o Senhor Djalma Rocha Pereira, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Bernardo Ribas Carli, propositor do convite, solicitou os esclarecimentos do depoente, tendo em vista a sua participação nos estudos de viabilidade técnica e econômica para a implantação do Programa de Concessão no Paraná. O Senhor Djalma iniciou sua explanação, com auxílio de slides, esclarecendo sobre a decisão do governo em idealizar um programa de concessões rodoviários; sobre o processo licitatório em que o Consórcio Cogito e Engefoto foram vencedoras e sobre a situação vigente, à época, dos estudos, contratados pela Secretaria dos Transportes junto ao Instituto Bonilha. Após, o Senhor Djalma passou a palavra à Senhora Vera Beznos para comentar sobre os resultados desses estudos. A senhora Vera, também com auxílio de slides, prestou informações sobre uma pesquisa de opinião, contratada pela Secretaria dos Transportes, e seus objetivos. Também esclareceu sobre a estruturação do programa, em que foram realizados estudos de estrutura tarifária e pedagiamento, de avaliação das obras e dos serviços e outros eventuais encargos das concessões. O Senhor Djalma, novamente com a palavra, explicou que a fase que antecedeu a cobrança de pedágio, chamada de "trabalhos iniciais", envolvia as ações para permitir uma condição mínima de circulação segura nas rodovias. Dando continuidade, explicou sobre a fase denominada "trabalhos ao longo da concessão"; que aconteceu após o início de arrecadação; e suas etapas, nas quais envolvem as obras de recuperação estrutural. Comentou sobre o contrato dos projetos básicos, em que foram realizados levantamentos que permitiram calcular quantitativos. O Deputado Péricles de Mello solicitou explicações sobre como se chegou ao valor da tarifa e sobre a TIR e a Senhora Vera, através de slides, demonstrou a metodologia usada para o cálculo da tarifa e o estudo realizado para a definição da Taxa Interna de Retorno – TIR. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença dos senhores Djalma Rocha Pereira e Vera Beznos e do Deputado Jonas Guimarães, Suplente desta Comissão. Dando início às indagações, o Senhor Presidente questionou se, como cidadãos, acreditam que as concessionárias estão cumprindo com o que foi proposto pelo estudo realizado. O Senhor Djalma respondeu não poder afirmar. Na sequência o Deputado Artagão Júnior questionou sobre quais foram os dias da semana que foi realizada a contagem

1364

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 10ª Reunião Ordinária (24/9/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 2/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 519.

Curitiba, 09 de outubro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

137

CERTIDÃO

Certifico que recebi as atas originais da 10ª Reunião Ordinária (24/9/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 2/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 519.

Certifico, ainda, que, a pedido, delas extraí cópias que conferem com os originais, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 09 de outubro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.183

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 1384

Ata da 11ª Reunião Ordinária

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente, Elton Welter, Ademar Traiano e Tercílio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse a leitura da Ata da 10ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura a qual, colocada em votação, foi aprovada. Após, o Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor Jaime Lerner, Ex-Governador e Ex-Prefeito de Curitiba, para prestar esclarecimentos a respeito do Pedágio. O Deputado Alceu Maron, subscritor do Requerimento de autoria do Deputado Tercílio Turini, informou o motivo do convite, ter sido pelo fato de exercer o cargo de Governador do Estado, à época da implantação do pedágio no Paraná. O Senhor Jaime Lerner pontuou sobre as seguintes questões: essência do "fazer acontecer"; condições que atraem investimentos; estado das rodovias federais; concessão das rodovias à iniciativa privada; pioneirismo do Paraná nas concessões; modelo da tarifa única por quilômetro; acordo da taxa interna de retorno; redução unilateral das tarifas; termos aditivos de 2000 e 2002; atuação do governo sucessor; acordo de 2005; atuação do governo atual; comparação das tarifas de concessões recentes do Governo Federal com as praticadas por São Paulo e pelo Paraná; deveres do poder concedente e; benefícios da concessão passados 15 anos. O Senhor Jaime Lerner agradeceu a oportunidade em poder esclarecer os fatos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença do Ex-Governador bem como dos Senhores Heinz Herwig e Guaraci de Andrade e Deputados Tercílio Turini, Elton Welter e Ademar Traiano. O Senhor Presidente destinou espaço aos senhores Deputados para questionamentos, respondidos na sequência pelo Senhor Jaime Lerner. Deu início o Deputado Nelson Luersen: Se, na opinião do Ex-Governador, não deveria haver uma revisão nos contratos do Paraná, ou talvez redução de preço nas tarifas, devido ao aumento de fluxo de veículos. Resposta: Há condições para tal com a criação da Agência Reguladora. Deputado Alceu Maron: 1 - Qual o motivo do seu Governo de baixar em 50% as tarifas, às vésperas da eleição de 1998. Resposta: O motivo não foi a eleição e sim devido à reação da população à cobrança de pedágio. 2– Se entende ter sido a repactuação de 2000 e 2002 que fizeram com que a tarifa alcançasse o valor atual. Resposta: O período da repactuação não influiu tanto quanto oito anos de contencioso jurídico. 3– Se fosse governador nos dias de hoje, o que faria diferente para proteger o usuário dos altos preços. Resposta: Não faria nada diferente do que o Governo Federal está tentando fazer. Deputado Nereu Moura: 1- Pelo fato de ser o pioneiro, algumas questões poderiam ser melhoradas ou alguns erros foram praticados em razão de ser pioneiro. Resposta: Desconhece erro e, se houve os dados apresentados os minimizam. 2- Técnicos dos Tribunais de Contas do Estado e da União apontaram que os aditivos foram os erros do pedágio. Resposta: Desconhece os detalhes do Relatório, a partir dos detalhes das concessionárias e dos órgãos que deram pareceres se terá esclarecimentos da razão. O Senhor Presidente agradece a presença do Deputado Dr. Batista. Deputado Wilson Quinteiro: Se as empresas terão patrimônio suficiente para dar continuidade às obras e qual a visão, enquanto cidadão, das consequências do pedágio. Resposta: São grandes empresas, provavelmente terão condição patrimonial e acredita que, com a agência reguladora qualificada, possa ser revista a condição da execução das obras no seu devido momento. Deputado Kielse: Qual o posicionamento, diante do desequilíbrio econômico-financeiro.

139

Resposta: Seria fundamental preservar ao máximo a execução das obras. Deputado Douglas Fabrício: Pela experiência de hoje, quais foram os erros e as lições aprendidas. Resposta: Se aprende todo dia, e naquele momento, a visão estava correta. Não se deve ter pretensão de resolver tudo. Deputado Adelino Ribeiro: Se não houve erro dos Governos Lerner e Requião no quesito da redução das tarifas, onde as empresas questionam na justiça a desobrigação na execução das obras. Resposta: Respondeu ao questionamento no início da explanação. Deputado Péricles de Mello: Se poderia aprofundar a comparação a respeito do estudo da ENGEFOTO com a proposta comercial das concessionárias em relação aos preços. Comentário: É necessário que esta Comissão e a Agência Reguladora firmem novos parâmetros para colocar o que acha justo. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Plauto Miró. Deputado Artagão Júnior: Em sua opinião e pela experiência, qual é o maior legado para a CPI: redução da tarifa; retomada das obras ou cancelamento dos contratos. Resposta: Continuar criando condições de infraestrutura no Estado, garantindo a continuidade das obras que são necessárias. Deputado Bernardo Carli: Se havia a obrigatoriedade da duplicação de todo o Anel de Integração no contrato original. Resposta: A implantação do Anel de Integração exigia a recuperação, a manutenção e a duplicação de alguns trechos, considerados fundamentais. Para finalizar o Deputado Tercílio Turini: Se não faltou a devida amarra no contrato para se estabelecer o fluxo de caixa. Resposta: Todas as precauções foram tomadas. O Deputado Douglas Fabrício sugeriu convidar os gestores da Agência Reguladora para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Jaime Lerner, esclarecendo que a CPI discorda do preço do pedágio e com as obras não realizadas e que deverá cobrar a atuação da AGEPAR. Suspendeu a Sessão por alguns minutos para em seguida, ouvir o Senhor Sérgio Malucelli, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado do Paraná - FETRANSPAR. Lembrou aos Senhores Deputados sobre as Sessões Extraordinárias que acontecerão na quinta-feira (03/10), às nove horas, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Cascavel. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen reabriu a Sessão solicitando ao Deputado Douglas Fabrício, propositor do convite ao Senhor Sérgio Malucelli, para saudação. O Deputado Douglas agradeceu a presença do Senhor Sérgio justificando o convite por representar uma área bastante afetada pelo pedágio. O Senhor Sérgio deu início à sua explanação esclarecendo sobre: sua atuação na Federação em relação à questão do pedágio; sobre os estudos técnicos contratados e a pesquisa da Confederação Nacional de Transportes; custo frete-pedágio; posicionamento da Federação; justiça social aos usuários; concessão Rio-Petrópolis e; as reuniões do G7 com a Agência Reguladora e a Secretaria de Infraestrutura e Logística. Em seguida, por ordem de inscrição, fizeram uso da palavra os Deputados: Artagão Júnior: 1- qual é o maior legado para a CPI, do ponto de vista da Federação. Resposta: Auxiliar o Governo do Estado utilizando a Agência Reguladora, zerando as pendências judiciais, reduzindo tarifas, duplicando o anel de integração. 2- se a Federação tem levantamento de acidentes, mortes anteriores e posteriores ao pedágio. Resposta: Os acidentes se mantiveram com média razoável proporcional ao aumento de tráfego, e com redução de 25% no caso de morte. O Senhor Sérgio disponibilizou os estudos, pesquisas e estatísticas a esta Comissão. Deputado Kielse: se é justo, em sua opinião, obras serem reduzidas, retiradas e a arrecadação ser muito maior que os investimentos. Resposta: Não é justo, e é por esse motivo a existência da CPI. Deputado Adelino Ribeiro: Preocupou-se com o comentário da FETRANPAR, pois diverge do posicionamento dos caminhoneiros do interior. Senhor Sérgio ressaltou ser representante de empresas de transporte e não caminhoneiro. Deputado Péricles de Mello: 1- Se existe decisão judicial proibindo a cobrança sobre o eixo suspenso. Resposta: Foi conseguida a suspensão, por acordo com as concessionárias, durante longo período até que um Sindicato ou um Transportador entrou com ação contra o benefício e a decisão do STJ foi favorável à cobrança. 2- Qual o motivo

1404

do Sindicato dos Engenheiros e o CREA não aceitarem o relatório da Comissão Tripartite. Resposta: O Relatório foi assinado conforme está previsto no Decreto dos Usuários; o Sindicato e o CREA, como profissionais de engenharia, fizeram relatório paralelo. 3- Se há disposição em colaborar com a Comissão no sentido de contratação de assessoria técnica. Resposta: Colocou à disposição da CPI o Dr. Geraldo Viana, Ex-Presidente da Associação de Transportes do Brasil. Deputado Douglas Fabrício: 1- O que é considerado preço justo. Resposta: O Poder Concedente, a concessionária e esta CPI devem chegar ao valor. 2- Se, em sua opinião, as concessionárias aceitariam reduzir os preços e concluir as obras. Resposta afirmativa, por ser o momento pontual. 3- Se, em sua opinião, seria conveniente para o transporte de carga, extinguir as concessões por um ato unilateral. Resposta: Seria mais uma disputa jurídica. O Deputado Douglas solicitou à assessoria providenciar os documentos, junto ao DER, sobre a prorrogação da concessão Rio-Petrópolis concedida pelo Governo Federal. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Sérgio Malucelli e ressaltou que esta CPI oportuniza a todos os segmentos da sociedade para trazer informações e opiniões. Por questões de tempo, definiu-se que a próxima reunião de segunda-feira, marcada para encontro com os técnicos das entidades, iniciará às 13h00min na Casa da CPI. Em seguida, o Senhor Presidente passou à deliberação dos Requerimentos lidos na sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer a expedição de ofício às 06 (seis) concessionárias de pedágio solicitando informações sobre o ISS – Aprovado; 2 – Requerimentos de autoria do Deputado Adelino Ribeiro; 2.1 – Requer envio de pedido de informações ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, na forma que especifica - Aprovado; 2.2 - Requer envio de pedido de informações ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, na forma que especifica – Aprovado; 3- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello; 3.1 – Requer a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Polícia Rodoviária Federal para informar o número de passagem de veículo - Aprovado; 3.2 – Requer a contratação da empresa Engefoto para fazer análise orçamentária da obra no Contorno de Campo Largo – Retirado pelo Autor. O Deputado Nelson Luersen sugeriu solicitar ao CREA o levantamento do custo das obras para o Contorno de Campo Largo; 3.3 – Requer a contratação da Engefoto para fazer análise orçamentária da obra na Rodovia 177, trecho de Medianeira à Matelândia – Retirado pelo Autor; 4 – Requerimento dos Deputados Nelson Luersen e Artagão de Mattos Leão Júnior que requer a expedição de ofício ao DER solicitando cópia dos contratos celebrados com empresas de consultoria – Aprovado; 5- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a intimação do Senhor Raul Veloso – Aprovado; 6- Requerimento de autoria do Deputado Kielse, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello que solicita oitiva do Ex-Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, o Senhor Heinz Georg Herwig – Aprovado. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura da relação aprovada das pessoas solicitadas para oitivas, ficando determinada a convocação para a próxima sessão, do Presidente do Tribunal de Contas da União; dos Ex-Diretores do DER, Paulinho Dalmaz e Rogério Walbach Tizzot e do atual Diretor-Geral do DER, Nelson Leal Júnior. Para finalizar, o Senhor Presidente pronunciou os Requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1– Requerimento de autoria do Deputado Artagão Júnior, requer a oitiva do Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados no Estado do Paraná– AGEPAR, Senhor Antônio José Correia Ribas; 2- Requerimento de autoria do Deputado Nereu Moura, requer a oitiva do Delegado Mário Sérgio Bradock; 3- Requerimento do Deputado Bernardo Carli, requer convocação do Senhor Ágide Meneguette para oitiva perante a CPI; 4- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, requer a convocação do Senhor Maurício de Sá de Ferrante para oitiva perante a CPI do Pedágio; 5- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requer que seja oficiado ao DER para disponibilizar os documentos referentes à prorrogação da concessão da rodovia Rio-Petrópolis; 6- Requerimento de autoria dos membros da CPI que requer ao CREA que proceda levantamento do valor da obra do Contorno de Campo

Fls: 141

Largo. O Deputado Péricles de Mello propôs requerer o mesmo levantamento ao Sindicato dos Engenheiros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PERICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

142

Comissões Especiais

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 11ª Reunião Ordinária

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente, Elton Welter, Ademar Traiano e Tercílio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse a leitura da Ata da 10ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura a qual, colocada em votação, foi aprovada. Após, o Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor Jaime Lerner, Ex-Governador e Ex-Prefeito de Curitiba, para prestar esclarecimentos a respeito do Pedágio. O Deputado Alceu Maron, subscritor do Requerimento de autoria do Deputado Tercílio Turini, informou o motivo do convite, ter sido pelo fato de exercer o cargo de Governador do Estado, à época da implantação do pedágio no Paraná. O Senhor Jaime Lerner pontuou sobre as seguintes questões: essência do "fazer acontecer"; condições que atraem investimentos; estado das rodovias federais; concessão das rodovias à iniciativa privada; pioneirismo do Paraná nas concessões; modelo da tarifa única por quilômetro; acordo da taxa interna de retorno; redução unilateral das tarifas; termos aditivos de 2000 e 2002; atuação do governo sucessor; acordo de 2005; atuação do governo atual; comparação das tarifas de concessões recentes do Governo Federal com as praticadas por São Paulo e pelo Paraná; deveres do poder concedente e; benefícios da concessão passados 15 anos. O Senhor Jaime Lerner agradeceu a oportunidade em poder esclarecer os fatos. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen agradeceu a presença do Ex-Governador bem como dos Senhores Heinz Herwig e Guaraci de Andrade e Deputados Tercílio Turini, Elton Welter e Ademar Traiano. O Senhor Presidente destinou espaço aos senhores Deputados para questionamentos, respondidos na sequência pelo Senhor Jaime Lerner. Deu início o Deputado Nelson Luersen: Se, na opinião do Ex-Governador, não deveria haver uma revisão nos contratos do Paraná, ou talvez redução de preço nas tarifas, devido ao aumento de fluxo de veículos. Resposta: Há condições para tal com a criação da Agência Reguladora. Deputado Alceu Maron: 1 - Qual o motivo do seu Governo de baixar em 50% as tarifas, às vésperas da eleição de 1998. Resposta: O motivo não foi a eleição e sim devido à reação da população à cobrança de pedágio. 2– Se entende ter sido a repactuação de 2000 e 2002 que fizeram com que a tarifa alcançasse o valor atual. Resposta: O período da repactuação não influiu tanto quanto oito anos de contencioso jurídico. 3 – Se fosse governador nos dias de hoje, o que faria diferente para proteger o usuário dos altos preços. Resposta: Não faria nada diferente do que o Governo Federal está tentando fazer. Deputado Nereu Moura: 1- Pelo fato de ser o pioneiro, algumas questões poderiam ser melhoradas ou alguns erros foram praticados em razão de ser pioneiro. Resposta: Desconhece erro e, se houve os dados apresentados minimizam-nos. 2- Técnicos dos Tribunais de Contas do Estado e da União apontaram que os aditivos foram os erros do pedágio. Resposta: Desconhece os detalhes do Relatório, a partir dos detalhes das concessionárias e dos órgãos que deram pareceres se terá esclarecimentos da razão. O Senhor Presidente agradece a presença do Deputado Dr. Batista. Deputado Wilson Quinteiro: Se as empresas terão patrimônio suficiente para dar continuidade às obras e qual a visão, enquanto cidadão, das consequências do pedágio. Resposta: São grandes empresas, provavelmente terão condição patrimonial e acredita que, com a agência reguladora qualificada, possa ser revista a condição da execução das obras no seu devido momento. Deputado Kielse: Qual o posicionamento, diante do desequilíbrio econômico-financeiro. Resposta: Seria fundamental preservar ao máximo a execução das obras. Deputado Douglas Fabrício: Pela experiência de hoje, quais foram os erros e as lições aprendidas. Resposta: Se aprende todo dia, e naquele momento, a visão estava correta. Não se deve ter pretensão de resolver tudo. Deputado Adelino Ribeiro: Se não houve erro dos Governos Lerner e Requião no quesito da redução das tarifas, onde as empresas questionam na justiça a desobrigação na execução das obras. Resposta: Respondeu ao questionamento no início da explanação. Deputado Péricles de Mello: Se poderia aprofundar a comparação a respeito do estudo da ENGEFOTO com a proposta comercial das concessionárias em relação aos preços. Comentário: É necessário que esta Comissão e a Agência Reguladora firmem novos parâmetros para colocar o que acha justo. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Plauto Miró. Deputado Artagão Júnior: Em sua opinião e pela experiência, qual é o maior legado para a CPI: redução da tarifa, retomada das obras ou cancelamento dos contratos. Resposta: Continuar criando condições de infraestrutura no Estado, garantindo a continuidade das obras que são necessárias. Deputado Bernardo Carli: Se havia a obrigatoriedade da duplicação de todo o Anel de Integração no contrato original. Resposta: A implantação do Anel de Integração exigia a recuperação, a manutenção e a duplicação de alguns trechos, considerados fundamentais. Para finalizar o Deputado Tercílio Turini: Se não faltou a devida amarra no contrato para se estabelecer o fluxo de caixa. Resposta: Todas as precauções foram tomadas. O Deputado Douglas Fabrício sugeriu convidar os gestores da Agência Reguladora para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Jaime Lerner, esclarecendo que a CPI discorda com o preço do pedágio e com as obras não realizadas e que deverá cobrar a atuação da AGEPAR. Suspendeu a Sessão por alguns minutos para em seguida, ouvir o Senhor Sérgio Malucelli, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado do Paraná - FETRANSPAR. Lembrou aos Senhores Deputados sobre as Sessões Extraordinárias que acontecerão na quinta-feira (03/10), às nove horas, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Cascavel. Em seguida, o Deputado Nelson Luersen reabriu a Sessão solicitando ao Deputado Douglas Fabrício, propositor do convite ao Senhor Sérgio Malucelli, para saudação. O Deputado Douglas agradeceu a presença do Senhor Sérgio justificando o convite por representar uma área bastante afetada pelo pedágio. O Senhor Sérgio deu início à sua explanação esclarecendo sobre: sua atuação na Federação em relação à questão do pedágio; sobre os estudos técnicos contratados e a pesquisa da Confederação Nacional de Transportes; custo frete-pedágio; posicionamento da Federação; justiça social aos usuários; concessão Rio-Petrópolis e; as reuniões do G7 com a Agência Reguladora e a Secretaria de Infraestrutura e Logística. Em seguida, por ordem de inscrição, fizeram uso da palavra os Deputados: Artagão Júnior: 1- qual é o maior legado para a CPI, do ponto de vista da Federação. Resposta: Auxiliar o Governo do Estado utilizando a Agência Reguladora, zerando as pendências judiciais, reduzindo tarifas, duplicando o anel de integração. 2- se a Federação tem levantamento de acidentes, mortes anteriores e posteriores ao pedágio. Resposta: Os acidentes se mantiveram com média razoável proporcional ao aumento de tráfego, e com redução de 25% no caso de morte. O Senhor Sérgio disponibilizou os estudos, pesquisas e estatísticas a esta Comissão. Deputado Kielse: se é justo, em sua opinião, obras serem reduzidas, retiradas e a arrecadação ser muito maior que os investimentos. Resposta: Não é justo, e é por esse motivo a existência da CPI. Deputado Adelino Ribeiro: Preocupou-se com o comentário da Federação, pois diverge com o posicionamento dos caminhoneiros do interior. Senhor Sérgio ressaltou ser representante de empresas de transporte e não caminhoneiro. Deputado Péricles de Mello: 1- Se existe decisão judicial proibindo a cobrança sobre o eixo suspenso. Resposta: Foi conseguida a suspensão, por acordo com as concessionárias, durante longo período até que um Sindicato ou um Transportador entrou com ação contra o benefício e a decisão do STJ foi favorável à cobrança. 2- Qual o motivo do Sindicato dos Engenheiros e o CREA não aceitarem o relatório da Comissão Tripartite. Resposta: O Relatório foi assinado conforme está previsto no Decreto dos Usuários; o Sindicato e o CREA, como profissionais de engenharia, fizeram relatório paralelo. 3- Se há disposição em colaborar com a Comissão no sentido de contratação de assessoria técnica. Resposta: Colocou à disposição da CPI o Dr. Geraldo Viana, Ex-Presidente da Associação de Transportes do Brasil. Deputado Douglas Fabrício: 1- O que é considerado preço justo. Resposta: O Poder Concedente, a concessionária e esta CPI devem chegar ao valor. 2- Se, em sua opinião, as concessionárias aceitariam reduzir os preços e concluir as obras. Resposta afirmativa, por ser o momento pontual. 3- Se, em sua opinião, seria conveniente para o transporte de carga, extinguir as concessões por um ato unilateral. Resposta: Seria mais uma disputa jurídica. O Deputado Douglas solicitou à assessoria providenciar os documentos, junto ao DER, sobre a prorrogação da concessão Rio-Petrópolis concedida pelo Governo Federal. O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Sérgio Malucelli e ressaltou que esta CPI oportuniza a todos os segmentos da sociedade para trazer informações e opiniões. Por questões de tempo, definiu-se que a próxima reunião de segunda-feira, marcada para encontro com os técnicos das entidades, iniciará às 13h00min na Casa da CPI. Em seguida, o Senhor Presidente passou à deliberação dos Requerimentos lidos na sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício que requer a expedição de ofício às 06 (seis) concessionárias de pedágio solicitando informações sobre o ISS – Aprovado; 2 – Requerimentos de autoria do Deputado Adelino Ribeiro; 2.1 – Requer envio de pedido de informações ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, na forma que especifica - Aprovado; 2.2 - Requer envio de pedido de informações ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, na forma que especifica – Aprovado; 3- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello; 3.1 – Requer a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio que se oficie a Polícia Rodoviária Federal para informar o número de passagem de veículo - Aprovado; 3.2 – Requer a contratação da empresa Engefoto para fazer análise orçamentária da obra no Contorno de Campo Largo – Retirado pelo Autor. O Deputado Nelson Luersen sugeriu solicitar ao CREA o levantamento do custo das obras para o Contorno de Campo Largo; 3.3 – Requer a contratação da Engefoto para fazer análise orçamentária da obra na Rodovia 177, trecho de Medianeira à Matelândia – Retirado pelo Autor; 4 – Requerimento dos Deputados Nelson Luersen e Artagão de Mattos Leão Júnior que requer a expedição de ofício ao DER solicitando cópia dos contratos celebrados com empresas de consultoria – Aprovado; 5- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a intimação do Senhor Raul Veloso – Aprovado; 6- Requerimento de autoria do Deputado Kielse, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello que solicita oitiva do Ex-Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, o Senhor Heinz Georg Herwig – Aprovado. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura da relação aprovada das pessoas solicitadas para oitivas, ficando determinada a convocação para a próxima sessão, do Presidente do Tribunal de Contas da União; dos Ex-Diretores do DER, Paulinho Dalmaz e Rogério Walbach Tizzot e do atual Diretor-Geral do DER, Nelson Leal Júnior. Para finalizar, o Senhor Presidente pronunciou os Requerimentos a serem votados na próxima sessão. 1– Requerimento de autoria do Deputado Artagão Júnior, requer a oitiva do Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados no Estado do Paraná – AGEPAR, Senhor Antônio José Correia Ribas; 2- Requerimento de autoria do Deputado Nereu Moura, requer a oitiva do Delegado Mário Sérgio Bradock; 3- Requerimento do Deputado Bernardo Carli, requer convocação do Senhor Ágide Meneguette para oitiva perante a CPI; 4- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, requer a convocação do Senhor Mauricio de Sá de Ferrante para oitiva perante a CPI do Pedágio; 5- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requer que seja oficiado ao DER para disponibilizar os documentos referentes à prorrogação da concessão da rodovia Rio-Petrópolis; 6- Requerimento de autoria dos membros da CPI que requer ao CREA que proceda levantamento do valor da obra do Contorno de CampoLargo. O Deputado Péricles de Mello propôs requerer o mesmo levantamento ao Sindicato dos Engenheiros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

97260/2013

1434

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 11ª Reunião Ordinária (1º/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 14/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 525.

Curitiba, 15 de outubro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

144

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 11ª Reunião Ordinária (1º/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 24/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 525.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 15 de outubro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

145

Ata da 12ª Reunião Ordinária

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 11ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Paulinho Dalmaz e Nelson Leal Júnior, ex-Diretor e Diretor atual do DER, respectivamente. Comentou sobre a sessão ordinária e as extraordinárias realizadas na semana anterior, bem como os objetivos desta CPI. Na sequência, convidou o Senhor Paulinho Dalmaz, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Paulinho iniciou a sua explanação pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; carência de recursos do Fundo Rodoviário Nacional; imposto sobre o combustível, nomeado CIDE – Contribuição Sobre Intervenção do Domínio Econômico; estudos da implantação do pedágio no Estado pela Secretaria de Estado dos Transportes; processo licitatório; trabalhos iniciais e cobrança do pedágio; decisão unilateral da redução da tarifa; tutela antecipada obtida pelas concessionárias e; aditivos de 2000 e 2002. O Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Paulinho Dalmaz. Deputado Nelson Luersen: 1- Se os aditivos tiveram anuência da União. Resposta afirmativa; 2- Qual o período da tarifa reduzida? Resposta: Em torno de 18 meses; 3- Se não há incoerência na proporção entre o período de 18 meses em que o pedágio ficou reduzido em 50%, representando pouco mais de 6% e as obras terem sido reduzidas em mais de 40%. Resposta: Acredita existir explicações técnicas; 4- Qual a metodologia usada para justificar a retirada das obras do contrato original? Resposta: No momento, não pode responder. Deputado Douglas Fabrício: Qual era a situação, à época, das rodovias? Resposta: Por falta de recurso, estavam se deteriorando; 2- A readequação dos investimentos, nos aditivos de 2000 e 2002, seguia o critério do DER ou das concessionárias? Resposta: Critério do DER; 3- Se, caso o valor da obra executada fosse maior que o aprovado, o Governo do Estado ressarciria a empresa? Resposta: O valor deveria ser o estipulado no contrato; 4- Se, em sua gestão, o DER fiscalizava as concessionárias? Resposta afirmativa. O Senhor Relator continuou com interpelações, sendo estas respondidas pelo senhor depoente. Deputado Nereu Moura: 1- Se confere que todas as empresas que participaram do processo licitatório foram contempladas? Resposta negativa; 2- Se faria mudanças no modelo implantado no Paraná, caso fosse Diretor do DER nos dias de hoje e se houve erro no modelo anterior? Resposta: Em função das condições econômicas, teria feito diferente e com relação ao modelo, à época, não houve erro; 3- Se não deveria ter tido uma preocupação maior com os interesses da comunidade, quando formalizados os aditivos de 2000 e 2002? Resposta: O modelo foi trazido do Governo Federal. Deputado Kielse. 1- O que o DER deve fazer para modificar o erro que ocorreu a partir dos aditivos? Resposta: Por estar em outra área, a pergunta deve ser para os atuais diretores; 2 – Como visualiza, pela experiência, se houvesse intervenção federal no contrato de pedágio? Resposta: O Governo Federal não o faria; 3- Se, em sua opinião, não seria justo quebrar o sigilo bancário e fiscal das concessionárias? Resposta: Não tem nada a dizer. Deputado Artagão Júnior: 1- De que forma foram referendados os aditivos de 2000 e 2002 pela justiça

Fls: 1462

e pelo Governo Federal? Resposta: Houve a anuência da justiça por entendimento entre as partes; 2- Quais eram as fiscalizações realizadas pelo DER e se havia para o fluxo de veículos? Resposta: Havia fiscalização das realizações dos serviços e acredita que o DER possua trabalhos de auditoria na questão do fluxo de veículos e; 3- Se existe cláusula contratual que possibilite o reequilíbrio financeiro a favor do Estado? Resposta: Na questão do reequilíbrio econômico do contrato, deve separar contratos de obras e contrato de concessão. Deputado Péricles de Mello: 1- Como se justifica o aditivo sobre as questões: mudança de medição por resultados e por insumos e superfaturamento de preço? Resposta: Não tem condições, no momento, de fazer análise técnica; 2- Porque o DER não fiscalizava e não fiscaliza as receitas das concessionárias? Resposta: Acredita que o fluxo de veículos era fiscalizado e que deve existir auditoria sobre o assunto; 3- Se lembra de algum momento, à sua época, do DER ter feito auditoria para checagem do fluxo de veículos? Resposta negativa. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Paulinho Dalmaz, disponibilizando-lhe espaço para as considerações finais. Agradeceu também a presença do Deputado Leonaldo Paranhos, bem como informou a justificativa de ausência do Senhor Rogério Tizzot. Em seguida, o Senhor Nelson Leal Júnior se fez presente à Tribuna, procedeu à leitura e assinou o termo de compromisso. Iniciou sua apresentação sobre o histórico do pedágio, com auxílio de *slides*, destacando as seguintes questões: o que é concessão; anel de integração; rodovias principais e de acessos, o objeto, tipo e prazo do contrato; onde é aplicado o valor da concessão; benefício aos usuários; etapas do contrato: recuperação inicial; restauração das rodovias principais; obras de melhoria e ampliação de capacidade; operação, conservação e manutenção das rodovias principais; alterações contratuais e seus efeitos nos termos aditivos de 2000 e 2002; o contrato inicial e suas alterações nos Lotes 01- ECONORTE, 02- VIAPAR, 03- ECOCATARATAS, 04- CAMINHOS DO PARANÁ, 05- RODONORTE e 06- ECOVIA e; premissas da negociação amigável. O Senhor Nelson Leal Júnior encerrou sua explicação, tendo sido aparteado pelos Senhores Deputados Kielse, Douglas Fabrício e Péricles de Mello. O Deputado Nelson Luersen deu inícios aos questionamentos, sendo estes esclarecidos pelo Diretor-Geral do DER: 1- Se as concessionárias possuem seguro e, se afirmativo, qual o valor, caso não realizem as obras? Resposta afirmativa e informou o valor de cobertura para cada lote; 2- Se, em sua opinião, a qualidade do asfalto obedece ao constante do contrato? Resposta: Atualmente cada concessão tem uma consultoria para dar apoio à fiscalização; 3- Se é permitido à mesma empresa prestar serviço para as concessionárias e para o DER? Resposta afirmativa; 4- Com o aumento da arrecadação acima do índice de inflação, se não seria motivo para rever o preço das tarifas? Resposta afirmativa; 5- Quais as conclusões retiradas da análise do relatório da FIA? Resposta: Com os trabalhos entregues até o momento, é o subsídio para a renegociação com as concessionárias. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se, comprovado em auditoria pelo Tribunal de Contas, haverá degrau tarifário para se concluir 14 quilômetros de duplicação? Resposta: O Tribunal de Contas não levou em consideração os aditivos; 2- Conforme denúncia existe uma ambulância em um trecho de 270 quilômetros, se confere com o contrato? Resposta: O contrato estabelece possuir ambulâncias de acordo com a demanda. Deputado Artagão Júnior: 1- Como é realizado o controle de fluxo de veículos? Resposta: Atualmente é feito por amostragem; 2- De que forma é feita a amostragem? Resposta: É feita dentro da necessidade de cada contrato, pelo gerente do contrato e sua equipe; 3- Se existia previsão contratual para avaliação do equilíbrio financeiro? Resposta negativa e; 4- Se os cupons entregues pelas concessionárias não deveriam ter valor fiscal? Resposta: Não é prerrogativa do DER e sim da Receita Federal do Brasil. Deputado Douglas Fabrício: 1- Qual é o teor das negociações em andamento com as concessionárias, se está em discussão a duplicação do Anel de Integração e a redução de tarifas? Resposta: O Governo espera chegar à redução de tarifas, antecipação e colocação de obras; 2- Se, caso as concessionárias não cheguem a um acordo com o Governo, não seria

147

mais interessante deixar a justiça julgar os aditivos? Resposta: Será o caminho, se não conseguir negociar; 3- O Governo do Estado pode ressarcir a concessionária, caso o valor das obras executadas, seja maior do que o aprovado pelo poder concedente, após a aprovação do projeto executivo. Resposta: O Governo Estadual e o Federal podem; 4- Se é possível detalhar os projetos executivos das obras em um contrato de 24 anos? Resposta: O que houve no contrato inicial não foram os projetos e sim, uma estimativa de custo das obras. O Senhor Relator continuou as indagações, sendo esclarecidas pelo Senhor Nelson Leal Júnior. Deputado Bernardo Carli: 1- Para quando é a previsão da duplicação no trecho do Trevo do Caetano à Apucarana. Resposta: Prevista para iniciar em 2015; 2- Porque os aditivos estão sendo questionados pelo DER? Resposta: Quem questionou foi o Governo em 2005, o atual governo cumpre os aditivos. Deputado Péricles de Mello: 1- O preço de uma obra é estabelecido pelo valor estimado ou pelo valor real? Resposta: Quando foi feito o contrato inicial os valores foram estimados e hoje é feito pelo custo real; 2- Se; o valor da obra do Contorno de Campo Largo é pelo custo real e se alguém assinou concordando com o valor? Respostas afirmativas; 3- No início do contrato existia uma fiscalização dos serviços reais prestados, sendo o ponto de equilíbrio a TIR? Resposta afirmativa; 4- Em sua opinião, se o valor de 70 milhões de reais para 11 quilômetros de obras no Contorno de Campo Largo não é muito alto? Resposta: Por ser perímetro urbano há várias obras de arte. Foram realizadas demais perguntas pelo Deputado Péricles de Mello, sendo esclarecidas pelo Diretor-Geral do DER. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados Ademar Traiano e Fernando Scanavaca. Pela ordem, o Deputado Wilson Quinteiro: 1- Qual é a diferença entre os aditivos de 2000 e 2002, com a Emenda 17 de 2005 e o que trouxe de benefício para o Estado ou para as concessionárias? Resposta: O aditivo de 2000 reequilibrou o contrato em relação à redução da tarifa; no aditivo de 2002 houve a colocação de dois trechos e o acordo de 2005 envolveu o Estado do Paraná e a ECOCATARATAS, reduzindo o valor do pedágio em 30% e retirando as obras; 2- Na questão da origem do contrato foi feita uma projeção muito alta, relacionada ao número de veículos e que hoje ainda não alcançaria para fins de se estabelecer como parâmetro do custo do pedágio? Resposta afirmativa; 3- Com um eventual acordo no sentido de redução do pedágio e a readequação para a realização das obras, parte também com a anuência e participação da União Federal. Resposta afirmativa; 4- Se existe, por parte do Governo, a preocupação de uma readequação dos valores dos seguros; em relação à segurança da execução das obras? Resposta: O seguro é estabelecido no contrato e pode ser negociado; 5- Indagou em nome do Deputado Fernando Scanavaca, qual o custo da obra entre Maringá-Paiçandu? Resposta: Em torno de 33 milhões de reais. Deputado Kielse: 1- Se, em sua opinião, foi conveniente o acordo feito para a construção dos 13,84 quilômetros da ECOCATARATAS? Resposta afirmativa. Deputado Nereu Moura: 1- Se a prorrogação dos contratos do pedágio está em discussão, neste momento, pelo DER com as concessionárias? Resposta: A prorrogação depende do Governo Federal; 2- Se o Governo do Estado pediu prorrogação da concessão ao Governo Federal? Resposta negativa; 3- Qual é o prazo para um possível entendimento com as concessionárias? Resposta: Este ano. Os Deputados Péricles de Mello e Cleiton Kielse fizeram outras interrogações ao Senhor Diretor, tendo sido atendidos. O Deputado Douglas Fabrício reforçou a solicitação ao Diretor do documento resumido ano a ano, trecho a trecho de cada lote de concessão, para auxiliar nos trabalhos desta Comissão. Após deliberação, o Senhor Presidente determinou a convocação, para a próxima sessão, do representante do Tribunal de Contas da União; do ex-Diretor do DER, Rogério Walbach Tizzot e do Presidente da FAEP, Senhor Ágide Meneguette. Para finalizar, passou-se à votação dos Requerimentos lidos na sessão anterior: 1– Requerimento de autoria do Deputado Artagão Júnior, requer a oitiva do Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados no Estado do Paraná, AGEPAR, Senhor Antônio José Correia Ribas - Aprovado; 2- Requerimento de autoria do

148

Deputado Nereu Moura, requer a oitiva do Delegado Mário Sérgio Bradock – Retirado pelo autor; 3- Requerimento do Deputado Bernardo Carli, requer convocação do Senhor Ágide Meneguette para oitiva perante a CPI - Aprovado; 4- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, requer a convocação do Senhor Maurício de Sá de Ferrante para oitiva perante a CPI do Pedágio - Aprovado; 5- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requer que seja oficiado ao DER para disponibilizar os documentos referentes à prorrogação da concessão da rodovia Rio-Petrópolis - Aprovado; 6- Requerimento de autoria dos membros da CPI que requerem ao CREA que proceda levantamento do valor da obra do Contorno de Campo Largo - Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura do Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informação à CCR RODONORTE sobre quantitativo e valor de insumos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor; **Projeto de Resolução 17/2013**, de autoria Comissão Parlamentar de Inquérito, que aprova Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e fiscalizar a baixa qualidade do serviço e as sucessivas quedas de sinal das empresas operadores de telefonia móvel no Paraná. Colocada em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
67ª REUNIÃO ORDINÁRIA

AOS SETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES, REUNIU-SE A COMISSÃO DE REDAÇÃO, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ALEXANDRE CURI. HAVENDO NÚMERO LEGAL, O SENHOR PRESIDENTE ABRIU OS TRABALHOS, PASSANDO A ORDEM DO DIA, OPORTUNIDADE EM QUE A DEPUTADA MARA LIMA APRESENTOU A REDAÇÃO FINAL AO **PROJETO DE LEI Nº 621/2011**, DE AUTORIA DO DEP. PARANHOS, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FUNDAÇÃO CORAL DE MEDIANEIRA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA; **PROJETO DE LEI Nº 636/2012**, DE AUTORIA DO DEP. NEY LEPREVOST, QUE INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O "GABON", A SER REALIZADO NO CARNAVAL; **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/2013**, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, QUE APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DESPESAS DOS SENHORES DEPUTADOS, MÊS DE MAIO DE 2013. RESOLUÇÕES Nº 3/2004 E 3/2009; **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/2013**, DE AUTORIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, QUE APROVA O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR A SITUAÇÃO E POSSÍVEIS FRAUDES NOS RESULTADOS DAS PESQUISAS, DIVULGADOS FORA DA MARGEM DE ERRO NOS VINTE DIAS QUE ANTECEDERAM AS ELEIÇÕES DE 2012, NO PRIMEIRO TURNO, PELO IBOPE NO PARANÁ; **PROJETO DE LEI Nº 146/2013**, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS, ORIUNDOS DAS OPERAÇÕES DE TITULARIDADE DO ESTADO DO PARANÁ, ADQUIRIDOS POR OCASIÃO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A; **PROJETO DE LEI Nº 359/2013**, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº 16.244, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009, ACRESCENTANDO-LHE O INCISO VII AO § 3º E OS §§ 9º E 10; **PROJETO DE LEI Nº 369/2013**, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DA LEI Nº 14.850, DE 5 DE OUTUBRO DE 2005, QUE AUTORIZOU A DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. COLOCADA EM VOTAÇÃO, TODAS AS REDAÇÕES FINAIS FORAM APROVADAS, SEM OBSERVAÇÕES. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, O SENHOR PRESIDENTE ENCERROU A REUNIÃO, DETERMINANDO A LAVRATURA DA PRESENTE ATA, QUE VAI ASSINADA PELO SENHOR PRESIDENTE E POR MIM, MARCELO REBELLO, SECRETÁRIO DA COMISSÃO.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
68ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final ao **Projeto de Lei nº 353/2013**, de autoria do Dep. Dr. Batista, que declara de Utilidade Pública a Aproama - Associação de Proteção aos Animais de Marialva - Amigo Fiel, com sede no Município de Marialva e foro no Foro Regional de Marialva da Comarca da Região Metropolitana de Maringá. Colocada em votação, a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3º Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
69ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Pastor Edson. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 659/2012, de autoria do Dep. Alexandre Curi, que dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência. Colocada em votação, a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

98313/2013

Comissões Especiais

REDAÇÃO FINAL

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO
PEC Nº 04/2013

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às 18h00min, reuniu-se, na sala de reuniões anexa ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado Paraná, a Comissão Especial de Reforma da Constituição, sob a presidência do Deputado Francisco Bührer, para apreciar a Redação Final da Proposta de Emenda Constitucional nº 4/2013 de autoria do Deputado Valdir Rossoni e coautoria do Deputado Nelson Justus, que "altera a redação do § 3º do artigo 57, da Constituição do Estado do Paraná". Constatada a existência do quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando a palavra ao senhor relator, Deputado Pedro Lupion, para que procedesse a leitura da Redação Final da proposta de Emenda à Constituição. Ato contínuo, seu texto foi submetido à discussão e votação pelo Senhor Presidente e aprovado por unanimidade, estando a Proposição em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída na Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, a presente Ata foi devidamente lavrada e, após lida e aprovada, assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, pelo Relator e pelos demais membros presentes.

Deputado Francisco Bührer
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputado Elton Welter
Membro Titular

Deputado Fernando Scanavaca
Membro Titular

Deputado Jonas Guimarães
Membro Titular

98314/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 12ª Reunião Ordinária

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Bernardo Carli e Artagão de Mattos Leão Júnior, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 11ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Paulinho Dalmaz e Nelson Leal Júnior, ex-Diretor e Diretor atual do DER, respectivamente. Comentou sobre a sessão ordinária e as extraordinárias realizadas na semana anterior, bem como os objetivos desta CPI. Na sequência, convidou o Senhor Paulinho Dalmaz, para se fazer presente à Tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Paulinho iniciou a sua explanação pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; carência de recursos do Fundo Rodoviário Nacional; imposto sobre o combustível, nomeado CIDE – Contribuição Sobre Intervenção do Domínio Econômico; estudos da implantação do pedágio no Estado pela Secretaria de Estado dos Transportes; processo licitatório; trabalhos iniciais e cobrança do pedágio; decisão unilateral da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

redução da tarifa; tutela antecipada obtida pelas concessionárias e; aditivos de 2000 e 2002. O Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Paulinho Dalmaz. Deputado Nelson Luersen: 1- Se os aditivos tiveram anuência da União. Resposta afirmativa; 2- Qual o período da tarifa reduzida? Resposta: Em torno de 18 meses; 3- Se não há incoerência na proporção entre o período de 18 meses em que o pedágio ficou reduzido em 50%, representando pouco mais de 6% e as obras terem sido reduzidas em mais de 40%. Resposta: Acredita existir explicações técnicas; 4- Qual a metodologia usada para justificar a retirada das obras do contrato original? Resposta: No momento, não pode responder. Deputado Douglas Fabrício: Qual era a situação, à época, das rodovias? Resposta: Por falta de recurso, estavam se deteriorando; 2- A readequação dos investimentos, nos aditivos de 2000 e 2002, seguia o critério do DER ou das concessionárias? Resposta: Critério do DER; 3- Se, caso o valor da obra executada fosse maior que o aprovado, o Governo do Estado ressarciria a empresa? Resposta: O valor deveria ser o estipulado no contrato; 4- Se, em sua gestão, o DER fiscalizava as concessionárias? Resposta afirmativa. O Senhor Relator continuou com interpelações, sendo estas respondidas pelo senhor depoente. Deputado Nereu Moura: 1- Se confere que todas as empresas que participaram do processo licitatório foram contempladas? Resposta negativa; 2- Se faria mudanças no modelo implantado no Paraná, caso fosse Diretor do DER nos dias de hoje e se houve erro no modelo anterior? Resposta: Em função das condições econômicas, teria feito diferente e com relação ao modelo, à época, não houve erro; 3- Se não deveria ter tido uma preocupação maior com os interesses da comunidade, quando formalizados os aditivos de 2000 e 2002? Resposta: O modelo foi trazido do Governo Federal. Deputado Kielse. 1- O que o DER deve fazer para modificar o erro que ocorreu a partir dos aditivos? Resposta: Por estar em outra área, a pergunta deve ser para os atuais diretores; 2 – Como visualiza, pela experiência, se houvesse intervenção federal no contrato de pedágio? Resposta: O Governo Federal não o faria; 3- Se, em sua opinião, não seria justo quebrar o sigilo bancário e fiscal das concessionárias? Resposta: Não tem nada a dizer. Deputado Artagão Júnior: 1- De que forma foram referendados os aditivos de 2000 e 2002 pela justiça e pelo Governo Federal? Resposta: Houve a anuência da justiça por entendimento entre as partes; 2- Quais eram as fiscalizações realizadas pelo DER e se havia para o fluxo de veículos? Resposta: Havia fiscalização das realizações dos serviços e acredita que o DER possua trabalhos de auditoria na questão do fluxo de veículos e; 3- Se existe cláusula contratual que possibilite o reequilíbrio financeiro a favor do Estado? Resposta: Na questão do reequilíbrio econômico do contrato, deve separar contratos de obras e contrato de concessão. Deputado Péricles de Mello: 1- Como se justifica o aditivo sobre as questões: mudança de medição por resultados e por insumos e superfaturamento de preço? Resposta: Não tem condições, no momento, de fazer análise técnica; 2- Porque o DER não fiscalizava e não fiscaliza as receitas das concessionárias? Resposta: Acredita que o fluxo de veículos era fiscalizado e que deve existir auditoria sobre o assunto; 3- Se lembra de algum momento, à sua época, do DER ter feito auditoria para checagem do fluxo de veículos? Resposta negativa. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Paulinho Dalmaz, disponibilizando-lhe espaço para as considerações finais. Agradeceu também a presença do Deputado Leonaldo Paranhos, bem como informou a justificativa de ausência do Senhor Rogério Tizzot. Em seguida, o Senhor Nelson Leal Júnior se fez presente à Tribuna, procedeu à leitura e assinou o termo de compromisso. Iniciou sua apresentação sobre o histórico do pedágio, com auxílio de *slides*, destacando as seguintes questões: o que é concessão; anel de integração; rodovias principais e de acessos, o objeto, tipo e prazo do contrato; onde é aplicado o valor da concessão; benefício aos usuários; etapas do contrato: recuperação inicial; restauração das rodovias principais; obras de melhoria e ampliação de capacidade; operação, conservação e manutenção das rodovias principais; alterações contratuais e seus efeitos nos termos aditivos de 2000 e 2002; o contrato inicial e suas alterações nos Lotes 01- ECONORTE, 02- VIAPAR, 03- ECOCATARATAS, 04-CAMINHOS DO PARANÁ, 05- RODONORTE e 06- ECOVIA e; premissas da negociação amigável. O Senhor Nelson Leal Júnior encerrou sua explicação, tendo sido aparteado pelos Senhores Deputados Kielse, Douglas Fabrício e Péricles de Mello. O Deputado Nelson Luersen deu início aos questionamentos, sendo estes esclarecidos pelo Diretor-Geral do DER: 1- Se as concessionárias possuem seguro e, se afirmativo, qual o valor, caso não realizem as obras? Resposta afirmativa e informou o valor de cobertura para cada lote; 2- Se, em sua opinião, a qualidade do asfalto obedece ao constante do contrato? Resposta: Atualmente cada concessão tem uma consultoria para dar apoio à fiscalização; 3- Se é permitido à mesma empresa prestar serviço para as concessionárias e para o DER? Resposta afirmativa; 4- Com o aumento da arrecadação acima do índice de inflação, se não seria motivo para rever o preço das tarifas? Resposta afirmativa; 5- Quais as conclusões retiradas da análise do relatório da FIA? Resposta: Com os trabalhos entregues até o momento, é o subsídio para a renegociação com as concessionárias. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se, comprovado em auditoria pelo Tribunal de Contas, haverá degrau tarifário para se concluir 14 quilômetros de duplicação? Resposta: O Tribunal de Contas não levou em consideração os aditivos; 2- Conforme denúncia existe uma ambulância em um trecho de 270 quilômetros, se confere com o contrato? Resposta: O contrato estabelece possuir ambulâncias de acordo com a demanda. Deputado Artagão Júnior: 1- Como é realizado o controle de fluxo de veículos? Resposta: Atualmente é feito por amostragem; 2- De que forma é feita a amostragem? Resposta: É feita dentro da necessidade de cada contrato, pelo gerente do contrato e sua equipe; 3- Se existia previsão contratual para avaliação do equilíbrio financeiro? Resposta negativa e; 4- Se os cupons entregues pelas concessionárias não deveriam ter valor fiscal? Resposta: Não é prerrogativa do DER e sim da Receita Federal do Brasil. Deputado Douglas Fabrício: 1- Qual é o teor das negociações em andamento com as concessionárias, se está em discussão a duplicação do Anel de Integração e a redução de tarifas? Resposta: O Governo espera chegar à redução de tarifas, antecipação e colocação de obras; 2- Se, caso as concessionárias não cheguem a um acordo com o Governo, não seria mais interessante deixar a justiça julgar os aditivos? Resposta: Será o caminho, se não conseguir negociar; 3- O Governo do Estado pode ressarcir a concessionária, caso o valor das obras executadas, seja maior do que o aprovado pelo poder concedente, após a aprovação do projeto executivo. Resposta: O Governo Estadual e o Federal podem; 4- Se é possível detalhar os projetos executivos das obras em um contrato de 24 anos? Resposta: O que houve no contrato inicial não foram os projetos e sim, uma estimativa de custo das obras. O Senhor Relator continuou as indagações, sendo esclarecidas pelo Senhor Nelson Leal Júnior. Deputado Bernardo Carli: 1- Para quando é a previsão da duplicação no trecho do Trevo do Caetano à Apucarana. Resposta: Prevista para iniciar em 2015; 2- Porque os aditivos estão sendo questionados pelo DER? Resposta: Quem questionou foi o Governo em 2005, o atual governo cumpre os aditivos. Deputado Péricles de Mello: 1- O preço de uma obra é estabelecido pelo valor estimado ou pelo valor real? Resposta: Quando foi feito o contrato inicial os valores foram estimados e hoje é feito pelo custo real; 2- Se; o valor da obra do Contorno de Campo Largo é pelo custo real e se alguém assinou concordando com o valor? Respostas afirmativas; 3- No início do contrato existia uma fiscalização dos serviços reais prestados, sendo o ponto de equilíbrio a TIR? Resposta afirmativa; 4- Em sua opinião, se o valor de 70 milhões de reais para 11 quilômetros de obras no Contorno de Campo Largo não é muito alto? Resposta: Por ser perímetro urbano há várias obras de arte. Foram realizadas demais perguntas pelo Deputado Péricles de Mello, sendo esclarecidas pelo Diretor-Geral do DER. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados Ademar Traiano e Fernando Scanavaca. Pela ordem, o Deputado Wilson Quinteiro: 1- Qual é a diferença entre os aditivos de 2000 e 2002, com a Emenda 17 de 2005 e o que trouxe de benefício para o Estado ou para as concessionárias? Resposta: O aditivo de 2000 reequilibrou o contrato em relação à redução da tarifa; no aditivo de 2002 houve a colocação de dois trechos e o acordo de 2005 envolveu o Estado do Paraná e a ECOCATARATAS, reduzindo o valor do pedágio em 30% e retirando as obras; 2- Na questão da origem do contrato foi feita uma projeção muito alta, relacionada ao número de veículos e que hoje ainda não alcançaria para fins de se estabelecer como parâmetro do custo do pedágio? Resposta afirmativa; 3- Com um eventual acordo no sentido de redução do pedágio e a readequação para a realização das obras, parte também com a anuência e participação da União Federal. Resposta afirmativa; 4- Se existe, por parte do Governo, a preocupação de uma readequação dos valores dos seguros; em relação à segurança da execução das obras? Resposta: O seguro é estabelecido no contrato e pode ser negociado; 5- Indagou em nome do Deputado Fernando Scanavaca, qual o custo da obra entre Maringá-Paiçandu? Resposta: Em torno de 33 milhões de reais. Deputado Kielse: 1- Se, em sua opinião, foi conveniente o acordo feito para a construção dos 13,84 quilômetros da ECOCATARATAS? Resposta afirmativa. Deputado Nereu Moura: 1- Se a prorrogação dos contratos do pedágio está em discussão, neste momento, pelo DER com as concessionárias? Resposta: A prorrogação depende do Governo Federal; 2- Se o Governo do Estado pediu prorrogação da concessão ao Governo Federal? Resposta negativa; 3- Qual é o prazo para um possível entendimento com as concessionárias? Resposta: Este ano. Os Deputados Péricles de Mello e Cleiton Kielse fizeram outras interrogações ao Senhor Diretor, tendo sido atendidos. O Deputado Douglas Fabrício reforçou a solicitação ao Diretor do documento resumido ano a ano, trecho a trecho de cada lote de concessão, para auxiliar nos trabalhos desta Comissão. Após deliberação, o Senhor Presidente determinou a convocação, para a próxima sessão, do representante do Tribunal de Contas da União; do ex-Diretor do DER, Rogério Walbach Tizzot e do Presidente da FAEP, Senhor Ágide Meneguette. Para finalizar, passou-se à votação dos Requerimentos lidos na sessão anterior: 1– Requerimento de autoria do Deputado Artagão Júnior, requer a oitiva do Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados no Estado do Paraná, AGEPAR, Senhor Antônio José Correia Ribas - Aprovado; 2- Requerimento de autoria do Deputado Nereu Moura, requer a oitiva do Delegado Mário Sérgio Bradock – Retirado pelo autor; 3- Requerimento do Deputado Bernardo Carli, requer convocação do Senhor Ágide Meneguette para oitiva perante a CPI - Aprovado; 4- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, requer a convocação do Senhor Maurício de Sá de Ferrante para oitiva perante a CPI do Pedágio - Aprovado; 5- Requerimento de autoria do Deputado Douglas Fabrício, requer que seja oficiado ao DER para disponibilizar os documentos referentes à prorrogação da concessão da rodovia Rio-Petrópolis - Aprovado; 6- Requerimento de autoria dos membros da CPI que requerem ao CREA que proceda levantamento do valor da obra do Contorno de Campo Largo - Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura do Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informação à CCR RODONORTE sobre quantitativo e valor de insumos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Fls. 151

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 12ª Reunião Ordinária (08/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 16/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 527.

Curitiba, 17 de outubro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

152

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 12ª Reunião Ordinária (08/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 16/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 527.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 17 de outubro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 153

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura - 2013

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO

APROVADO
À Diretoria Legislativa.
Em, 22 OUT. 2013
1º Secretário

REQUERIMENTO

Súmula: Requer a prorrogação do prazo de vigência da CPI do Pedágio, criada pelo Ato da Presidência nº 017/13.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamentos no parágrafo 3º, do artigo 36, do Regimento Interno, comparecem perante Vossa Excelência para **REQUERER**, após ouvido o douto Plenário, a dilação do prazo de vigência da CPI do Pedágio, criada pelo Ato da Presidência nº 017/13, por mais 60 dias.

Requer ainda, que o período de 22 de dezembro de 2013 a 01 de fevereiro de 2014, não seja computado para a prorrogação do prazo supracitado.

15406 22/10/2013 009129 ORP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, no fato de a Comissão Parlamentar de Inquérito ter recebido grande quantidade de documentação digital e física (aproximadamente 80 volumes de documentos, somando 100.000 páginas de documentos), situação que demandará tempo para que seja procedida uma perfeita análise e organização dos dados recebidos, permitindo assim ao Relator e demais membros da CPI, ter tempo razoável para melhor consubstanciar seus posicionamentos. Aliado a isto existem inúmeros requerimentos de oitivas já aprovadas de autoria de todos os deputados que integram a comissão e que ainda não foram realizadas. Em especial mencionamos a não realização da oitiva dos integrantes do tribunal de contas da união, representantes de cada uma das concessionárias, e presidente da ABCR. Tais oitivas são necessárias para oportunizar o direito de defesa e resposta aos diversos investigados, consoante o §5º, do artigo 117, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2.013.

Juntada-se e encaminhe-se
à Providências
22/10/13

NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL
Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO
DEPUTADO ESTADUAL
Relator

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 1941

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Ata da 13ª Reunião Ordinária

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Alceu Maron Filho, Bernardo Carli e Cleiton Kielse, Titulares e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 12ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente fez breve resumo da reunião anterior e lembrou aos Deputados sobre as sessões extraordinárias que acontecerão no dia 17 de outubro nos Municípios de Londrina e Maringá. Após, agradeceu a presença dos Senhores Antonio Correia Ribas, Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná, AGEPAR e Maurício de Sá Ferrante, ex-Diretor Jurídico do DER e atual Diretor Jurídico da AGEPAR. Convidou o Senhor Antonio José Correia Ribas para se dirigir à tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Douglas Fabrício solicitou ao Senhor Ribas informações sobre a Agência e a questão do Pedágio e também sobre as atribuições realizadas em benefício do paranaense. O Senhor Ribas iniciou a sua explanação pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; financiamento do setor rodoviário: criação e extinção do Fundo Rodoviário Nacional, Selo Pedágio, CIDE e iniciativa privada; missão da AGEPAR; início das concessões; serviços iniciais; início da cobrança da tarifa; empréstimo de curto e longo prazo; termo unilateral de redução da tarifa; ações judiciais das concessionárias e desobrigação dos investimentos; termo aditivo de 2000, Taxa Interna de Retorno, fluxo de caixa de projeto e fluxo de caixa alavancado e; proposta do DER. Dando continuidade à sua explanação, com auxílio de *slides*, o Senhor Ribas demonstrou, por meio de gráficos, a TIR Alavancada e a Taxa Selic, no período de 1997 a 2013, bem como o fluxo veicular anual real e projetado, no período de 1998 a 2012, dos seis lotes de concessão. Os Deputados Nelson Luersen, Péricles de Mello e Cleiton Kielse interpelaram o depoente que respondeu na sequência. O Senhor Ribas continuou sua demonstração com a questão da receita bruta das concessionárias com base em 2012 e as receitas acessórias, tendo sido aparteado pelos Deputados Douglas Fabrício, Péricles de Mello e Nelson Luersen. Após, o depoente esclareceu sobre: o recolhimento de Impostos, Tributos Federais e Impostos Municipais das concessionárias; momentos de lucro e momentos de prejuízo em qualquer concessão; tarifa quilométrica no Paraná e o comparativo das tarifas quilométricas no Brasil. O Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Antonio José Correia Ribas. Deputado Nelson Luersen: 1- Se não poderia, em sua opinião, fazer um reequilíbrio e um novo fluxo de caixa. Resposta: Deve ser mantida a forma como foi estabelecido o contrato original; 2- Se não teria como rever o preço da tarifa, se a taxa de retorno composta fosse, hoje, de no máximo 12%. Resposta: A taxa de retorno não é momentânea, vale para longo prazo; 3 – Se não teria como fazer a recomposição da taxa de retorno, tendo em vista o aumento do fluxo de automóveis e da arrecadação. Resposta: Existe o contrato e, o que pode acontecer é uma negociação entre as partes; 4- se, em sua opinião, a qualidade dos asfaltos no Paraná, correspondem com uma qualidade razoável. Resposta: Existem problemas. O Senhor Presidente continuou com interrogações ao Senhor Ribas, que foram esclarecidas em seguida. Deputado Alceu Maron: 1- se há possibilidade de antecipação de obra, sem prorrogar o prazo de concessão.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 1554

Resposta: É possível, com acordo entre as partes; 2- Como a Agência pode intervir no sentido de diminuir o prejuízo da população do litoral, redistribuindo as praças de pedágio. Resposta: Deve haver equilíbrio entre receitas e despesas. A AGEPAR trabalha na questão da abertura do mercado às empresas de cobrança eletrônica para pagamento do pedágio quilométrico, sendo ideal o maior número possível de praças de pedágio. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados Elton Welter e Tercílio Turini. Pela ordem, o Deputado Adelino Ribeiro comentou que espera que a Agência, os Governos Estadual e Federal cumpram a sua função para que o cidadão não seja mais uma vez penalizado com o aumento da tarifa no trecho de Cascavel a Foz do Iguaçu. O Senhor Antonio José Correia Ribas concordou com a explanação do Deputado Adelino. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se a Agência pode fazer alguma coisa em caso de falta de atendimento da concessionária. Resposta: A Agência necessita de projeto de lei para ter condições de aplicar sanções e informou que a ação inicial da Agência foi a estruturação da Ouvidoria. O Deputado solicitou apoio do depoente para a CPI apresentar tal projeto de lei, o qual foi atendido. 2- Qual é o teor das negociações em andamento com as concessionárias, qual o papel da AGEPAR no processo e qual é a base contratual para as negociações: o contrato original ou o aditivo de 2002? Resposta: A negociação acontece entre o DER e a concessionária com a mediação da AGEPAR. A Agência contratou a FIPE para apoio; 3- Se tem prazo para a conclusão do relatório da FIPE. Resposta: O prazo contratual é final de outubro; 4- Se existe a possibilidade de chegar a um acordo entre Governo do Estado e concessionárias. Resposta afirmativa. O Senhor Relator fez outras indagações ao depoente, que as esclareceu na sequência. Deputado Péricles de Mello solicitou que sejam encaminhados a esta Comissão os dados das concessionárias lote a lote e os investimentos, custos operacionais e receitas atualizadas desde o primeiro ano até hoje e, em seguida, passou à primeira pergunta: 1- Se existe a possibilidade de fiscalizar o gasto das concessionárias nos trabalhos iniciais. Resposta: O DER deve possuir os documentos; 2- Se a AGEPAR não teria autonomia para cobrar do Estado o cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União. Resposta afirmativa; 3- Se existe garantia dos contratos, caso a concessionária não cumpra com os investimentos. Resposta: Existe o seguro-garantia; 4- Se, pela sua experiência, foi correta a alteração da forma de medição: de resultado para insumo. Resposta: Se pudesse opinar à época, preferiria a medição por metro quadrado. O Deputado Péricles solicitou outros esclarecimentos, tendo sido atendido. Deputado Nereu Moura: 1- Se o depoente era diretor do DER na implantação do pedágio. Resposta negativa; 2- Se a negociação com as concessões teria fluído em favor do povo paranaense, caso a AGEPAR existisse antes. Resposta afirmativa; 3- De onde provêm os recursos para a manutenção da AGEPAR. Resposta: Foi estabelecida por lei, uma taxa de regulação que corresponde a um percentual da receita bruta de todas as empresas que são reguladas pela Agência; 4- Qual é o entendimento com relação às obras executadas sem amparo legal. O Senhor Ribas solicitou a resposta ao Senhor Maurício de Sá Ferrante, que foi autorizada pelo Senhor Presidente. Resposta: Foi detectado que alguns procedimentos feitos ao longo dos contratos de concessões pós 2002, não cumpriram os ritos processuais legais necessários. Para finalizar, o Deputado recomendou à AGEPAR que, num possível entendimento com as concessionárias, resolva a situação das praças de pedágio que dividem os municípios ao meio. Deputado Cleiton Kielse: 1- Se existem números oficiais para a AGEPAR apresentar, no mês de novembro. Resposta: Por não estar devidamente estruturada, os números são os apresentados pelo DER; 2- Se considera verdadeiros os números apresentados pelas concessionárias. Resposta: não há porque duvidar, pois são considerados números do DER; 3- Como a AGEPAR faz aferição sobre os dados administrativos das concessionárias. Resposta: Não é problema da AGEPAR a forma como a concessionária conduz os seus gastos administrativos. O Deputado Kielse sugeriu à assessoria propor que nenhum acordo seja feito, pela Agência ou pelo Governo do Estado, sem o aval do Plenário desta Casa de Leis e

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 156

continuou com interpelações ao depoente, que respondeu na sequência. Deputado Wilson Quinteiro: 1- Se está previsto em lei o poder de arbitragem por parte da Agência. Resposta afirmativa; 2- Se a arbitragem pode alcançar a questão do preço do pedágio, conforme os lotes, e também a questão do cronograma de obras e prazos. Resposta: Resposta afirmativa na questão da redução do valor; 3- Qual o prazo estabelecido na questão do processo de mediação. Resposta: O Governador estabeleceu o prazo de final de novembro; 4- Qual o valor da contratação do Instituto FIPE. Resposta: Valor total de um milhão e oitocentos mil reais, num prazo de sete meses de execução. Deputado Bernardo Carli: 1- Se haverá degrau tarifário para a conclusão da obra no trecho Guarapuava/Rio das Mortes. Resposta: A Agência não possui a informação oficial, 2- Se os aditivos de 2000 e 2002 prejudicaram os investimentos que seriam realizados, pois no trecho de Guarapuava a Cascavel, foram retiradas todas as obras. O Senhor Antonio opinou que o grande prejuízo das concessões foi o ato unilateral. 3- Se, em sua opinião, o convênio de delegação será prorrogado pelo Governo Federal. Resposta: O Governo Federal arrecada milhões anualmente em impostos e é desonerado das obrigações. O Deputado Bernardo Carli sugeriu à AGEPAR que busque o entendimento com relação às praças de pedágio situadas, praticamente, dentro de área urbana. Deputado Elton Welter comentou sobre os apontamentos evidentes obtidos pela CPI e que estes possam contribuir para a diminuição de tarifas e retorno dos investimentos. Os Deputados Nelson Luersen e Péricles de Mello apartearam o Senhor Ribas, tendo sido atendidos. Para finalizar, o Senhor Presidente agradeceu a toda a equipe da AGEPAR e passou à votação do Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer pedido de informação à CCR RODONORTE sobre quantitativo e valor de insumos das obras do Contorno de Campo Largo. Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura dos Requerimentos a serem aprovados na próxima Sessão. 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do representante legal de Vieceli & Furlan Soluções para oitiva perante a CPI. 2- Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 2.1- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a duplicação entre Matelândia e Medianeira. 2.2- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a obra de Campo Largo. O Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação, para a próxima sessão, do ex-Diretor do DER, Rogério Walbach Tizzot, do Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto, servidor do Tribunal de Contas da União e do Senhor Ágide Meneguette, Presidente da FAEP. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 157

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 158

Comissões Especiais

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO
Ata da 13ª Reunião Ordinária

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na Reunião os Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Alceu Maron Filho, Bernardo Carli e Cleiton Kielse, Titulares e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 12ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente fez breve resumo da reunião anterior e lembrou aos Deputados sobre as sessões extraordinárias que acontecerão no dia 17 de outubro nos Municípios de Londrina e Maringá. Após, agradeceu a presença dos Senhores Antonio Correia Ribas, Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná, AGEPAR e Maurício de Sá Ferrante, ex-Diretor Jurídico do DER e atual Diretor Jurídico da AGEPAR. Convidou o Senhor Antonio José Correia Ribas para se dirigir à tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Deputado Douglas Fabrício solicitou ao Senhor Ribas informações sobre a Agência e a questão do Pedágio e também sobre as atribuições realizadas em benefício do paranaense. O Senhor Ribas iniciou a sua explanação pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; financiamento do setor rodoviário: criação e extinção do Fundo Rodoviário Nacional, Selo Pedágio, CIDE e iniciativa privada; missão da AGEPAR; início das concessões; serviços iniciais: início da cobrança da tarifa; empréstimo de curto e longo prazo; termo unilateral de redução da tarifa; ações judiciais das concessionárias e desobrigação dos investimentos; termo aditivo de 2000, Taxa Interna de Retorno, fluxo de caixa de projeto e fluxo de caixa alavancado e; proposta do DER. Dando continuidade à sua explanação, com auxílio de *slides*, o Senhor Ribas demonstrou, por meio de gráficos, a TIR Alavancada e a Taxa Selic, no período de 1997 a 2013, bem como o fluxo veicular anual real e projetado, no período de 1998 a 2012, dos seis lotes de concessão. Os Deputados Nelson Luersen, Péricles de Mello e Cleiton Kielse interpelaram o depoente que respondeu na sequência. O Senhor Ribas continuou sua demonstração com a questão da receita bruta das concessionárias com base em 2012 e as receitas acessórias, tendo sido aparteado pelos Deputados Douglas Fabrício, Péricles de Mello e Nelson Luersen. Após, o depoente esclareceu sobre: o recolhimento de Impostos, Tributos Federais e Impostos Municipais das concessionárias; momentos de lucro e momentos de prejuízo em qualquer concessão; tarifa quilométrica no Paraná e o comparativo das tarifas quilométricas no Brasil. O Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Antonio José Correia Ribas. Deputado Nelson Luersen: 1- Se não poderia, em sua opinião, fazer um reequilíbrio e um novo fluxo de caixa. Resposta: Deve ser mantida a forma como foi estabelecido o contrato original; 2- Se não teria como rever o preço da tarifa, se a taxa de retorno composta fosse, hoje, de no máximo 12%. Resposta: A taxa de retorno não é momentânea, vale para longo prazo; 3 – Se não teria como fazer a recomposição da taxa de retorno, tendo em vista o aumento do fluxo de automóveis e da arrecadação. Resposta: Existe o contrato e, o que pode acontecer é uma negociação entre as partes; 4- se, em sua opinião, a qualidade dos asfaltos no Paraná, correspondem com uma qualidade razoável. Resposta: Existem problemas. O Senhor Presidente continuou com interrogações ao Senhor Ribas, que foram esclarecidas em seguida. Deputado Alceu Maron: 1- se há possibilidade de antecipação de obra, sem prorrogar o prazo de concessão. Resposta: É possível, com acordo entre as partes; 2- Como a Agência pode intervir no sentido de diminuir o prejuízo da população do litoral, redistribuindo as praças de pedágio. Resposta: Deve haver equilíbrio entre receitas e despesas. A AGEPAR trabalha na questão da abertura do mercado às empresas de cobrança eletrônica para pagamento do pedágio quilométrico, sendo ideal o maior número possível de praças de pedágio. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados Elton Welter e Tercílio Turini. Pela ordem, o Deputado Adelino Ribeiro comentou que espera que a Agência, os Governos Estadual e Federal cumpram a sua função para que o cidadão não seja mais uma vez penalizado com o aumento da tarifa no trecho de Cascavel a Foz do Iguaçu. O Senhor Antonio José Correia Ribas concordou com a explanação do Deputado Adelino. Deputado Douglas Fabricio: 1- Se a Agência pode fazer alguma coisa em caso de falta de atendimento da concessionária. Resposta: A Agência necessita de projeto de lei para ter condições de aplicar sanções e informou que a ação inicial da Agência foi a estruturação da Ouvidoria. O Deputado solicitou apoio do depoente para a CPI apresentar tal projeto de lei, o qual foi atendido. 2- Qual é o teor das negociações em andamento com as concessionárias, qual o papel da AGEPAR no processo e qual é a base contratual para as negociações: o contrato original ou o aditivo de 2002? Resposta: A negociação acontece entre o DER e a concessionária com a mediação da AGEPAR. A Agência contratou a FIPE para apoio; 3- Se tem prazo para a conclusão do relatório da FIPE. Resposta: O prazo contratual é final de outubro; 4- Se existe a possibilidade de chegar a um acordo entre Governo do Estado e concessionárias. Resposta afirmativa. O Senhor Relator fez outras indagações ao depoente, que as esclareceu na sequência. Deputado Péricles de Mello solicitou que sejam encaminhados a esta Comissão os dados das concessionárias lote a lote e os investimentos, custos operacionais e receitas atualizadas desde o primeiro ano até hoje e, em seguida, passou à primeira pergunta: 1- Se existe a possibilidade de fiscalizar o gasto das concessionárias nos trabalhos iniciais. Resposta: O DER deve possuir os documentos; 2- Se a AGEPAR não teria autonomia para cobrar do Estado o cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União. Resposta afirmativa; 3- Se existe garantia dos contratos, caso a concessionária não cumpra com os investimentos. Resposta: Existe o seguro-garantia; 4- Se, pela sua experiência, foi correta a alteração da forma de medição: de resultado para insumo. Resposta: Se pudesse opinar à época, preferiria a medição por metro quadrado. O Deputado Péricles solicitou outros esclarecimentos, tendo sido atendido. Deputado Nereu Moura: 1- Se o depoente era diretor do DER na implantação do pedágio. Resposta negativa; 2- Se a negociação com as concessões teria fluído em favor do povo paranaense, caso a AGEPAR existisse antes. Resposta afirmativa; 3- De onde provém os recursos para a manutenção da AGEPAR. Resposta: Foi estabelecida por lei, uma taxa de regulação que corresponde a um percentual da receita bruta de todas as empresas que são reguladas pela Agência; 4- Qual é o entendimento com relação às obras executadas sem amparo legal. O Senhor Ribas solicitou a resposta ao Senhor Mauricio de Sá Ferrante, que foi autorizada pelo Senhor Presidente. Resposta: Foi detectado que alguns procedimentos feitos ao longo dos contratos de concessões pós 2002, não cumpriram os ritos processuais legais necessários. Para finalizar, o Deputado recomendou à AGEPAR que, num possível entendimento com as concessionárias, resolva a situação das praças de pedágio que dividem os municípios ao meio. Deputado Cleiton Kielse: 1- Se existem números oficiais para a AGEPAR apresentar, no mês de novembro. Resposta: Por não estar devidamente estruturada, os números são os apresentados pelo DER; 2- Se considera verdadeiros os números apresentados pelas concessionárias. Resposta: não há porque duvidar, pois são considerados números do DER; 3- Como a AGEPAR faz aferição sobre os dados administrativos das concessionárias. Resposta: Não é problema da AGEPAR a forma como a concessionária conduz os seus gastos administrativos. O Deputado Kielse sugeriu à assessoria propor que nenhum acordo seja feito, pela Agência ou pelo Governo do Estado, sem o aval do Plenário desta Casa de Leis e continuou com interpelações ao depoente, que respondeu na sequência. Deputado Wilson Quinteiro: 1- Se está previsto em lei o poder de arbitragem por parte da Agência. Resposta afirmativa; 2- Se a arbitragem pode alcançar a questão do preço do pedágio, conforme os lotes, e também a questão do cronograma de obras e prazos. Resposta: Resposta afirmativa na questão da redução do valor; 3- Qual o prazo estabelecido na questão do processo de mediação. Resposta: O Governador estabeleceu o prazo de final de novembro; 4- Qual o valor da contratação do Instituto FIPE. Resposta: Valor total de um milhão e oitocentos mil reais, num prazo de sete meses de execução. Deputado Bernardo Carli: 1- Se haverá degrau tarifário para a conclusão da obra no trecho Guarapuava/Rio das Mortes. Resposta: A Agência não possui a informação oficial, 2- Se os aditivos de 2000 e 2002 prejudicaram os investimentos que seriam realizados, pois no trecho de Guarapuava a Cascavel, foram retiradas todas as obras. O Senhor Antonio opinou que o grande prejuízo das concessões foi o ato unilateral. 3- Se, em sua opinião, o convênio de delegação será prorrogado pelo Governo Federal. Resposta: O Governo Federal arrecada milhões anualmente em impostos e é desonerado das obrigações. O Deputado Bernardo Carli sugeriu à AGEPAR que busque o entendimento com relação às praças de pedágio situadas, praticamente, dentro de área urbana. Deputado Elton Welter comentou sobre os apontamentos evidentes obtidos pela CPI e que estes possam contribuir para a diminuição de tarifas e retorno dos investimentos. Os Deputados Nelson Luersen e Péricles de Mello apartearam o Senhor Ribas, tendo sido atendidos. Para finalizar, o Senhor Presidente agradeceu a toda a equipe da AGEPAR e passou à votação do Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer pedido de informação à CCR RODONORTE sobre quantitativo e valor de insumos das obras do Contorno de Campo Largo. Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura dos Requerimentos a serem aprovados na próxima Sessão. 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do representante legal de Vieceli & Furlan Soluções para oitiva perante a CPI. 2- Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 2.1- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a duplicação entre Matelândia e Medianeira. 2.2- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a obra de Campo Largo. O Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação, para a próxima sessão, do ex-Diretor do DER, Rogério Walbach Tizzot, do Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto, servidor do Tribunal de Contas da União e do Senhor Ágide Meneguette, Presidente da FAEP. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

101985/2013

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 159

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 13ª Reunião Ordinária (15/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 25/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 534.

Curitiba, 04 de novembro de 2013.

Ceni do Rocio Fátz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 160

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 13ª Reunião Ordinária (15/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 25/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 534.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 04 de novembro de 2013.

Jairo Guerezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 161

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Ata da 14ª Reunião Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Alceu Maron Filho, Bernardo Carli e Artagão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 13ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, FAEP; Rogério Wallbach Tizzot, ex-Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, DER, Deputado Elton Welter e Acir Mezzadri, ex-Deputado e Presidente do Fórum Nacional de Transportes. Após, fez breve comentário da sessão anterior e das sessões extraordinárias que aconteceram no dia 17 de outubro nos Municípios de Londrina e Maringá. A seguir, o Senhor Ágide Meneguette dirigiu-se à tribuna e assinou o termo de compromisso. Com a palavra, o Deputado Douglas Fabrício solicitou ao depoente, sua contribuição à CPI, com relação ao tema pedágio no Paraná. O Senhor Ágide fez a leitura do seu pronunciamento, esclarecendo que, para a FAEP, o importante é a realização das obras, a redução do preço do pedágio e que a Agência Reguladora fiscalize o cumprimento dos contratos. Passou a cópia da leitura do posicionamento da FAEP ao Senhor Presidente que, na sequência, abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, a seguir, pelo depoente. Deputado Nereu Moura: Se defende que haja renegociação do Governo com as concessionárias. Resposta: Defende a necessidade das obras de imediato, e se necessário renegociar, deve ser de forma transparente, com a participação da sociedade. Deputado Wilson Quinteiro: Se o caminho seria estabelecer o processo de mediação com as concessionárias. Resposta: O posicionamento da FAEP, para diminuir o prejuízo, é que haja negociação para que as obras sejam realizadas imediatamente. Deputado Douglas Fabrício: 1- Em sua opinião, quais as formas para redução do valor pedágio? Resposta: Não vê outra maneira a não ser passar por uma negociação. 2- Em sua opinião, quais foram as obras de duplicação mais importantes para o setor de agricultura e que não foram realizadas? Resposta: Todas as obras eram necessárias. 3- Se os serviços prestados pelas concessionárias são adequados. Resposta: O maior serviço seriam as duplicações das rodovias. Deputado Cleiton Kielse: 1- Se a FAEP tem representação junto à AGEPAR. Resposta negativa; 2- Se a Federação auxiliaria na auditoria sobre os números das concessionárias, caso a CPI consiga a quebra do sigilo bancário e fiscal. Resposta: Poderia participar, dentro da atribuição da Federação. Deputado Artagão Júnior: Se foi feita alguma planilha de levantamento do prejuízo financeiro e quantos por cento implica, no custo da produção até o consumidor final. Resposta: O trabalho foi realizado junto com a OCEPAR e encaminhado, inclusive, para a Assembleia. Deputado Péricles de Mello fez um apelo à FAEP para que, juntamente com outras forças, auxilie na mobilização da população para que a CPI obtenha vitória. O Senhor Ágide esclareceu que a Federação tem o princípio na defesa da Constituição, das Leis e dos Contratos. Deputado Bernardo Carli, propositor do convite, agradeceu a explanação com visão do agronegócio do Estado do Paraná. Deputado Elton Welter fez considerações quanto à importância da participação da Federação nos trabalhos da CPI. De acordo o Senhor Ágide, que lembrou a existência do relatório do Tribunal de Contas da União e que as medidas legais cabíveis não estão sendo tomadas. Deputado Nelson Luersen: 1- Qual a

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 162

porcentagem do aumento da produtividade de grãos, de 1998 a 2013? Resposta: Conforme sua assessoria, o aumento é de 218% (duzentos e dezoito por cento). 2- Se a produtividade é transportada por caminhões ou trem. Resposta: Por caminhões, pois o transporte ferroviário é mais caro. 3- Qual seria a sugestão para um preço razoável do pedágio? Resposta: Para o produtor rural, o menor preço possível, mas deve ser compatível com a viabilidade do negócio. Para finalizar, o Senhor Presidente fez breve comentário sobre os trabalhos da CPI e parabenizou o Senhor Ágide Meneguette pela condução da FAEP. Pela ordem, solicitou ao Senhor Rogério Tizzot para se dirigir à tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. Com a palavra o Deputado Nereu Moura que solicitou a sua contribuição para encaminhar uma solução para o pedágio do Paraná. O Senhor Tizzot deu início à sua explanação, com o auxílio de *slides*, pontuando sobre as seguintes questões: modelo de contrato adotado: prazo de concessão; trechos de acessos previstos pelo DER. Os Deputados Cleiton Kielse e Péricles de Mello interpelaram o depoente que respondeu na sequência. O Senhor Tizzot continuou sua demonstração sobre: tarifa, investimentos e cronogramas fixados pelo poder concedente; alterações de projeto e quantidades de serviços previstos para obras; riscos das concessionárias com tráfego de veículos; indefinição da quantidade mínima de trechos de acessos; projetos de engenharia utilizados na definição dos investimentos; apresentação da Proposta Comercial, pela proponente, para a área estimada de intervenção de restauração na pista; alteração dos serviços medidos, de área para insumos e; cronograma de investimentos. Os Deputados Nereu Moura e Péricles de Mello apartearam o depoente, tendo sido atendidos. Dando continuidade à sua explanação, o Senhor Tizzot informou sobre: os custos da restauração de rodovia; elevação da Taxa Interna de Retorno, por Lote; degraus tarifários; termos aditivos; equipe técnica do Estado e contratação da Fundação Instituto de Administração, FIA e; o estudo comparativo da TIR, realizado pela FIA. Para finalizar, o Senhor Tizzot procedeu à leitura do parecer, elaborado pela FIA, sobre o tema TIR. Em seguida, o Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Rogério Wallbach Tizzot. Deputado Nelson Luersen: 1- No seu ponto de vista, porque a disputa foi pequena para a concessão do pedágio no Paraná? Resposta: Talvez por haver poucas empresas com condições de participar, não viveu a época das licitações; 2- Outros depoentes informaram que houve acerto entre os participantes, qual a sua opinião a respeito. Resposta: Não teria como afirmar a respeito; 3- O que tem a informar sobre a fiscalização realizada pelo DER nas rodovias concessionadas. Resposta: A fiscalização existe e os profissionais são sérios; 4- Se, em sua opinião, as concessionárias cumprem o contrato quanto à qualidade do asfalto. Resposta: Provavelmente, a verba prevista em contrato não seja o suficiente para a recuperação asfáltica. O Senhor Presidente continuou com interrogações ao Senhor Tizzot, que foram esclarecidas em seguida. Deputado Nereu Moura: 1- Local de trabalho. Resposta: Funcionário de carreira do DER; 2- Porque o Governador Requião não baixou ou não acabou com o pedágio? Resposta: O Governador optou pela via judicial; 3- Porque foi homologada a Ata nº 17, no Governo Requião? Resposta: A Ata foi produzida pela discussão da comissão, gerada por um pré-contrato, com a Concessionária, para diminuir a tarifa em 30% (trinta por cento) e retirar a duplicação. O Governador não concordou e a Ata não está incorporada nos contratos, para isto, é necessário efetuar um termo aditivo assinado pelo Governo do Estado e pela União; 4- Se a União concedeu o aval para efetuar o aditivo. Resposta: Não foi procurada. O Deputado Nereu Moura fez outras indagações ao depoente, que as esclareceu na sequência. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Gilberto Martin, dos técnicos da FIEP e do Prefeito de Capitão Leônidas Marques, Ivar Barea. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior: 1- Se existe o aditivo de 2005. Resposta negativa; 2- Se foram feitas autuações pelo DER por conta de descumprimentos contratuais. Resposta: Não se recorda; 3- Se foram feitas autuações pelo DER por obrigações não realizadas, serviços mal feitos ou

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 1634

obras atrasadas. Resposta: Existem multas; 4- Se as multas foram pagas. Resposta: as concessionárias foram discutir a multa na justiça. O Deputado continuou com questionamentos ao Senhor Tizzot, que os respondeu em seguida e também sugeriu à CPI constituir uma comitiva para ir a Brasília. Pela ordem, o Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se as obras na região de Cascavel foram retiradas em 2005, admite-se que houve aditivo. Resposta: Não houve aditivo; 2- Se a retirada das obras não aconteceu na época do acordo. Resposta: O acordo não foi consumado. O Senhor Presidente aparteou o Senhor Tizzot, tendo sido esclarecido na sequência. Com a palavra o Deputado Alceu Maron Filho: 1- Em que ano o Senhor Tizzot foi Diretor Geral do DER. Resposta: De 2003 a 2010; 2- Se membros do Governo assinaram a Ata. Resposta afirmativa; 3- Se esses membros estavam falando em nome do Governo. Resposta afirmativa, porém, sem poder de decisão do Governo; 4- Se houve precaução, informando que a Ata só é considerada válida com a homologação do Governador. Resposta: Para firmar o acordo, deve-se alterar o contrato com termo aditivo. O Deputado continuou com interpelações ao depoente, que foram respondidas na sequência. Deputado Cleiton Kielse: 1- Se seria interessante a vinda do Senador Roberto Requião e do Governador Beto Richa. Resposta: Acredita que o Senador viria, se fosse convidado pela Comissão; 2- Se a Agência, no seu tempo, teve finalidade. Resposta: o Governador optou por não instituir a Agência e destinou ao DER o poder da fiscalização. O Deputado solicitou à assessoria formalizar o convite ao Senador Roberto Requião e ao Governador Beto Richa. Deputado Péricles de Mello: 1- Se foi o Governo do Estado quem definiu a licitação do pedágio do Paraná. Resposta afirmativa; 2- Se foi o Governo do Estado quem definiu as obras, o organograma e a equação de reajuste da tarifa. Resposta afirmativa; 3- Se as concessionárias podem reajustar o valor da obra, caso o valor real da obra não seja o valor apresentado na proposta comercial. Resposta afirmativa; 4- Se foi o Aditivo de 2000 que permitiu reajustar o valor da obra. Resposta afirmativa. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido atendido. O Senhor Presidente anunciou a presença do Deputado Fernando Scanavaca e passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício: 1-Qual era e quantas pessoas formavam a equipe do DER para fiscalização. Resposta: Não lembrou; 2- O atual Diretor do DER informou que havia um gerente para cada concessão e que não havia equipe, na época, para a fiscalização. Resposta: A equipe do gerente era a equipe do TECPAR; 3- Se existe outro documento, exceto a Ata 17, com o intuito de formalizar uma tratativa com as concessionárias. Resposta: Não lembrou, mas afirmou não ter assinado outro documento; 4- Em sua opinião, o que a CPI poderia fazer para baixar o valor da tarifa ou antecipar as obras. Resposta: Poderia fazer um movimento de conscientização na Justiça, pois considera difícil um acordo. O Deputado fez outros questionamentos, respondidos pelo depoente. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Tizzot e passou à votação dos Requerimentos. 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do representante legal de Vieceli & Furlan Soluções para oitiva perante a CPI. Aprovado 2- Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 2.1- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a duplicação entre Matelândia e Medianeira. Aprovado 2.2- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a obra de Campo Largo. Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura dos Requerimentos a serem aprovados na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria dos membros da CPI, que requerem audiências junto ao Supremo Tribunal Federal, STF, Tribunal de Contas da União, TCU e Ministério Público Federal, MPF; 2- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a convocação do Sócio-Diretor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para oitiva perante a CPI do Pedágio; 3- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello: 3.1- Requer que se oficie a FIPE para que encaminhe responsável pelo relatório apresentado à AGEPAR; 3.2- Requer que se oficie à FIPE para que encaminhe o relatório feito à AGEPAR; 3.3- Requer pedido de

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 164

informação ao Tribunal de Contas da União a respeito do Acórdão 346/2012; 3.4- Requer que se oficiem às seguintes concessionárias para que nos apresentem um relatório com todas as consultorias contratadas: ECONORTE, CAMINHOS DO PARANÁ,VIAPAR, ECOCATARATAS, , RODONORTE e ECOVIA; 3.5- Requer pedido de informação ao DER e à AGEPAR sobre as justificativas jurídicas e técnicas que levaram aos aditivos 1 e 2. O Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação, para a próxima sessão dos Senhores Helio Ogama e Evandro Viana, Presidentes da ECONORTE e ECOCATARATAS, respectivamente e João Chiminazzo Neto, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, ABCR. Informou que o representante do Tribunal de Contas da União comparecerá na reunião do dia 05 de novembro do corrente ano. Para finalizar, o Senhor Presidente colocou em discussão o Requerimento de Prorrogação da CPI, já contemplado no Plano de Trabalho desta Comissão, o qual foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente lembrou os Parlamentares das Sessões Extraordinárias que acontecerão na próxima semana, dia trinta e um de outubro, nos Municípios de Paranavaí e Campo Mourão e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 165

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CULTURA

17ª LEGISLATURA -3ª SESSÃO LEGISLATIVA –
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor Deputado Péricles de Holleben Mello e com a presença dos senhores Deputados: Rasca Rodrigues, Teruo Kato, Bernardo Carli, Caito Quintana, Pedro Lupion e Wilson Quinteiro, a Comissão de Cultura. Observada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente abriu os trabalhos passando a pauta de votações. Foi apreciado o Projeto de Lei nº484/2013 de autoria do Poder Executivo , tendo como relator o Deputado Bernardo Carli que apresenta a seguinte Súmula: - "Autoriza o Poder Executivo a Efetuar a Doação de Imóvel que Especifica ao Município de Curitiba, para Reativação das Atividades da Biblioteca da "Casa Kazák". Recebeu parecer favorável do relator e foi aprovado pelos demais presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado Péricles de Holleben Mello
Presidente

Roberto Mistrorigo Barbosa
Secretario Comissão de Cultura

104240/2013

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois do mês de outubro de dois mil e treze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, após Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch. Enio Verri, Francisco Buhrer, Wilson Quinteiro. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 458/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 114/13,** que extingue a Secretaria de Estado da Cultura e a Secretaria de Estado do Turismo e cria a Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo. Transforma a Coordenação de Controle Interno, incluindo as competências da Corregedoria e da Ouvidoria Geral, em Controladoria Geral do Estado. Relator Deputado **WILSON QUINTEIRO.** Parecer **FAVORÁVEL**. O Presidente informa que na reunião de ontem o Deputado Elio Rusch pediu vistas, sendo deferido. Consulto o Deputado Elio Rusch se vai apresentar Voto em Separado. Deputado Elio Rusch informa que não. Após as discussões o Parecer do Projeto foi **APROVADO com voto contrário do Deputado Enio Verri**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

WILSON PENKA
Secretário

104242/2013

Comissão de Finanças

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, após a Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Wilson Quinteiro, Waldyr Pugliesi, Enio Verri, Elio Rusch e Roberto Aciolli. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Waldyr Pugliesi pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 382/13, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 839/13,** que cria 06 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências. Relator Deputado **ENIO VERRI.** Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO, com Emenda Supressiva. 02) Projeto de Lei nº 36/13, de autoria do Deputado Hermas Brandão Júnior,** que altera os dispositivos da Lei nº 11.580/1996, alterada pela Lei nº 15.003/2006, incluindo produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias. Relator Deputado **ROBERTO ACIOLLI**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

Wilson Penka
Secretário

Republicar por incorreção

104244/2013

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, após a Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Enio Verri, Waldyr Pugliesi e Francisco Buhrer. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Waldyr Pugliesi pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Complementar Lei nº 020/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 119/13,** que estabelece para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove) por cento nas tabelas de vencimento básico e de subsidio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado. Relator Deputado **FRANCISCO BUHRER.** Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 483/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 120/13,** que aprova Crédito Especial, no valor de R$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) ao vigente orçamento da Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, visando atender despesas com aquisição de imóvel a ser utilizado para a nova sede da JUCEPAR. Relator Deputado **ROBERTO ACIOLLI**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. Em razão da ausência do Relator o parecer foi apresentado pelo Deputado Enio Verri. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

Wilson Penka
Secretário

104245/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 14ª Reunião Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Alceu Maron Filho, Bernardo Carli e Artagão Júnior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 13ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, FAEP; Rogério Wallbach Tizzot, ex-Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, DER, Deputado Elton Welter e Acir Mezzadri, ex-Deputado e Presidente do Fórum Nacional de Transportes. Após, fez breve comentário da sessão anterior e das sessões extraordinárias que aconteceram no dia 17 de outubro nos Municípios de Londrina e Maringá. A seguir, o Senhor Ágide Meneguette dirigiu-se à tribuna e assinou o termo de compromisso. Com a palavra, o Deputado Douglas Fabrício solicitou ao depoente, sua contribuição à CPI, com relação ao tema pedágio no Paraná. O Senhor Ágide fez a leitura do seu pronunciamento, esclarecendo que, para a FAEP, o importante é a realização das obras, a redução do preço do pedágio e que a Agência Reguladora fiscalize o cumprimento dos contratos. Passou a cópia da leitura do posicionamento da FAEP ao Senhor Presidente que, na sequência, abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, a seguir, pelo depoente. Deputado Nereu Moura: Se defende que haja renegociação do Governo com as concessionárias. Resposta: Defende a necessidade das obras de imediato, e se necessário renegociar, deve ser de forma transparente, com a participação da sociedade. Deputado Wilson Quinteiro: Se o caminho seria estabelecer o processo de mediação com as concessionárias. Resposta: O posicionamento da FAEP, para diminuir o prejuízo, é que haja negociação para que

SECRETARIA LEGISLATIVA
Fls.
166

as obras sejam realizadas imediatamente. Deputado Douglas Fabrício: 1- Em sua opinião, quais as formas para redução do valor pedágio? Resposta: Não vê outra maneira a não ser passar por uma negociação. 2- Em sua opinião, quais foram as obras de duplicação mais importantes para o setor de agricultura e que não foram realizadas? Resposta: Todas as obras eram necessárias. 3- Se os serviços prestados pelas concessionárias são adequados. Resposta: O maior serviço seriam as duplicações das rodovias. Deputado Cleiton Kielse: 1- Se a FAEP tem representação junto à AGEPAR. Resposta negativa; 2- Se a Federação auxiliaria na auditoria sobre os números das concessionárias, caso a CPI consiga a quebra do sigilo bancário e fiscal. Resposta: Poderia participar, dentro da atribuição da Federação. Deputado Artagão Júnior: Se foi feita alguma planilha de levantamento do prejuízo financeiro e quantos por cento implica, no custo da produção até o consumidor final. Resposta: O trabalho foi realizado junto com a OCEPAR e encaminhado, inclusive, para a Assembleia. Deputado Péricles de Mello fez um apelo à FAEP para que, juntamente com outras forças, auxilie na mobilização da população para que a CPI obtenha vitória. O Senhor Ágide esclareceu que a Federação tem o princípio na defesa da Constituição, das Leis e dos Contratos. Deputado Bernardo Carli, propositor do convite, agradeceu a explanação com visão do agronegócio do Estado do Paraná. Deputado Elton Welter fez considerações quanto à importância da participação da Federação nos trabalhos da CPI. De acordo o Senhor Ágide, que lembrou a existência do relatório do Tribunal de Contas da União e que as medidas legais cabíveis não estão sendo tomadas. Deputado Nelson Luersen: 1- Qual a porcentagem do aumento da produtividade de grãos, de 1998 a 2013? Resposta: Conforme sua assessoria, o aumento é de 218% (duzentos e dezoito por cento). 2- Se a produtividade é transportada por caminhões ou trem. Resposta: Por caminhões, pois o transporte ferroviário é mais caro. 3- Qual seria a sugestão para um preço razoável do pedágio? Resposta: Para o produtor rural, o menor preço possível, mas deve ser compatível com a viabilidade do negócio. Para finalizar, o Senhor Presidente fez breve comentário sobre os trabalhos da CPI e parabenizou o Senhor Ágide Meneguette pela condução da FAEP. Pela ordem, solicitou ao Senhor Rogério Tizzot para se dirigir à tribuna e solicitou-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. Com a palavra o Deputado Nereu Moura que solicitou a sua contribuição para encaminhar uma solução para o pedágio do Paraná. O Senhor Tizzot deu início à sua explanação, com o auxílio de *slides*, pontuando sobre as seguintes questões: modelo de contrato adotado: prazo de concessão; trechos de acessos previstos pelo DER. Os Deputados Cleiton Kielse e Péricles de Mello interpelaram o depoente que respondeu na sequência. O Senhor Tizzot continuou sua demonstração sobre: tarifa, investimentos e cronogramas fixados pelo poder concedente; alterações de projeto e quantidades de serviços previstos para obras; riscos das concessionárias com tráfego de veículos; indefinição da quantidade mínima de trechos de acessos; projetos de engenharia utilizados na definição dos investimentos; apresentação da Proposta Comercial, pela proponente, para a área estimada de intervenção de restauração na pista; alteração dos serviços medidos, de área para insumos e; cronograma de investimentos. Os Deputados Nereu Moura e Péricles de Mello apartearam o depoente, tendo sido atendidos. Dando continuidade à sua explanação, o Senhor Tizzot informou sobre: os custos da restauração de rodovia; elevação da Taxa Interna de Retorno, por Lote; degraus tarifários; termos aditivos; equipe técnica do Estado e contratação da Fundação Instituto de Administração, FIA e; o estudo comparativo da TIR, realizado pela FIA. Para finalizar, o Senhor Tizzot procedeu à leitura do parecer, elaborado pela FIA, sobre o tema TIR. Em seguida, o Senhor Presidente abriu espaço aos senhores Deputados para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo Senhor Rogério Wallbach Tizzot. Deputado Nelson Luersen: 1- No seu ponto de vista, porque a disputa foi pequena para a concessão do pedágio no Paraná? Resposta: Talvez por haver poucas empresas com condições de participar, não viveu a época das licitações; 2- Outros depoentes informaram que houve acerto entre os participantes. qual a sua opinião a respeito. Resposta: Não teria como afirmar a respeito; 3- O que tem a informar sobre a fiscalização realizada pelo DER nas rodovias concessionadas. Resposta: A fiscalização existe e os profissionais são sérios; 4- Se, em sua opinião, as concessionárias cumprem o contrato quanto à qualidade do asfalto. Resposta: Provavelmente, a verba prevista em contrato não seja o suficiente para a recuperação asfáltica. O Senhor Presidente continuou com interrogações ao Senhor Tizzot, que foram esclarecidas em seguida. Deputado Nereu Moura: 1- Local de trabalho. Resposta: Funcionário de carreira do DER; 2- Porque o Governador Requião não baixou ou não acabou com o pedágio? Resposta: O Governador optou pela via judicial; 3- Porque foi homologada a Ata nº 17, no Governo Requião? Resposta: A Ata foi produzida pela discussão da comissão, gerada por um pré-contrato, com a Concessionária, para diminuir a tarifa em 30% (trinta por cento) e retirar a duplicação. O Governador não concordou e a Ata não está incorporada nos contratos, para isto, é necessário efetuar um termo aditivo assinado pelo Governo do Estado e pela União; 4- Se a União concedeu o aval para efetuar o aditivo. Resposta: Não foi procurada. O Deputado Nereu Moura fez outras indagações ao depoente, que as esclareceu na sequência. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Gilberto Martin, dos técnicos da FIEP e do Prefeito de Capitão Leônidas Marques, Ivar Barea. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior: 1- Se existe o aditivo de 2005. Resposta negativa: 2- Se foram feitas autuações pelo DER por conta de descumprimentos contratuais. Resposta: Não se recorda; 3- Se foram feitas autuações pelo DER por obrigações não realizadas, serviços mal feitos ou obras atrasadas. Resposta: Existem multas; 4- Se as multas foram pagas. Resposta: as concessionárias foram discutir a multa na justiça. O Deputado continuou com questionamentos ao Senhor Tizzot, que os respondeu em seguida e também sugeriu à CPI constituir uma comitiva para ir a Brasília. Pela ordem, o Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se as obras na região de Cascavel foram retiradas em 2005, admite-se que houve aditivo. Resposta: Não houve aditivo; 2- Se a retirada das obras não aconteceu na época do acordo. Resposta: O acordo não foi consumado. O Senhor Presidente aparteou o Senhor Tizzot, tendo sido esclarecido na sequência. Com a palavra o Deputado Alceu Maron Filho: 1- Em que ano o Senhor Tizzot foi Diretor Geral do DER. Resposta: De 2003 a 2010; 2- Se membros do Governo assinaram a Ata. Resposta afirmativa; 3- Se esses membros estavam falando em nome do Governo. Resposta afirmativa, porém, sem poderem decisão do Governo; 4- Se houve precaução, informando que a Ata só é considerada válida com a homologação do Governador. Resposta: Para firmar o acordo, deve-se alterar o contrato com termo aditivo. O Deputado continuou com interpelações ao depoente, que foram respondidas na sequência. Deputado Cleiton Kielse: 1- Se seria interessante a vinda do Senador Roberto Requião e do Governador Beto Richa. Resposta: Acredita que o Senador viria, se fosse convidado pela Comissão; 2- Se a Agência, no seu tempo, teve finalidade. Resposta: o Governador optou por não instituir a Agência e destinou ao DER o poder da fiscalização. O Deputado solicitou à assessoria formalizar o convite ao Senador Roberto Requião e ao Governador Beto Richa. Deputado Péricles de Mello: 1- Se foi o Governo do Estado quem definiu a licitação do pedágio do Paraná. Resposta afirmativa; 2- Se foi o Governo do Estado quem definiu as obras, o organograma e a equação de reajuste da tarifa. Resposta afirmativa; 3- Se as concessionárias podem reajustar o valor da obra, caso o valor real da obra não seja o valor apresentado na proposta comercial. Resposta afirmativa; 4- Se foi o Aditivo de 2000 que permitiu reajustar o valor da obra. Resposta afirmativa. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido atendido. O Senhor Presidente anunciou a presença do Deputado Fernando Scanavaca e passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício: 1-Qual era e quantas pessoas formavam a equipe do DER para fiscalização. Resposta: Não lembrou; 2- O atual Diretor do DER informou que havia um gerente para cada concessão e que não havia equipe, na época, para a fiscalização. Resposta: A equipe do gerente era a equipe do TECPAR; 3- Se existe outro documento, exceto a Ata 17, com o intuito de formalizar uma tratativa com as concessionárias. Resposta: Não lembrou, mas afirmou não ter assinado outro documento; 4- Em sua opinião, o que a CPI poderia fazer para baixar o valor da tarifa ou antecipar as obras. Resposta: Poderia fazer um movimento de conscientização na Justiça, pois considera difícil um acordo. O Deputado fez outros questionamentos, respondidos pelo depoente. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Tizzot e passou à votação dos Requerimentos. 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do representante legal de Vieceli & Furlan Soluções para oitiva perante a CPI. Aprovado 2- Requerimentos do Deputado Péricles de Mello. 2.1- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a duplicação entre Matelândia e Medianeira. Aprovado 2.2- Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que se oficie o Tribunal de Contas da União para apresentar estudo sobre a obra de Campo Largo. Aprovado. A seguir, o Deputado Nelson Luersen procedeu à leitura dos Requerimentos a serem aprovados na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria dos membros da CPI, que requerem audiências junto ao Supremo Tribunal Federal, STF, Tribunal de Contas da União, TCU e Ministério Público Federal, MPF; 2- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a convocação do Sócio-Diretor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para oitiva perante a CPI do Pedágio; 3- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello: 3.1- Requer que se oficie a FIPE para que encaminhe responsável pelo relatório apresentado à AGEPAR; 3.2- Requer que se oficie à FIPE para que encaminhe o relatório feito à AGEPAR; 3.3- Requer pedido de informação ao Tribunal de Contas da União a respeito do Acórdão 346/2012; 3.4- Requer que se oficiem às seguintes concessionárias para que nos apresentem um relatório com todas as consultorias contratadas: ECONORTE, CAMINHOS DO PARANÁ, VIAPAR, ECOCATARATAS, , RODONORTE e ECOVIA; 3.5- Requer pedido de informação ao DER e à AGEPAR sobre as justificativas jurídicas e técnicas que levaram aos aditivos 1 e 2. O Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação, para a próxima sessão dos Senhores Helio Ogama e Evandro Viana, Presidentes da ECONORTE e ECOCATARATAS, respectivamente e João Chiminazzo Neto, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, ABCR. Informou que o representante do Tribunal de Contas da União comparecerá na reunião do dia 05 de novembro do corrente ano. Para finalizar, o Senhor Presidente colocou em discussão o Requerimento de Prorrogação da CPI, já contemplado no Plano de Trabalho desta Comissão, o qual foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente lembrou os Parlamentares das Sessões Extraordinárias que acontecerão na próxima semana, dia trinta e um de outubro, nos Municípios de Paranavaí e Campo Mourão e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 1671

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 14ª Reunião Ordinária (22/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 31/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 538.

Curitiba, 04 de novembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 168

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 14ª Reunião Ordinária (22/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 31/10/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 538.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 04 de novembro de 2013.

Mairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 169

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Ata da 15ª Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Alceu Maron Filho, Bernardo Carli e Artagão Junior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente, Elton Welter e Fernando Scanavaca. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 14ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente fez breve comentário da sessão anterior, agradeceu a presença do Senhor João Chiminazzo Neto, Diretor Regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, ABCR, solicitando-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente justificou a ausência do Senhor Evandro Couto Vianna, Diretor-Presidente da Ecocataratas. O Senhor João Chiminazzo Neto iniciou sua explanação, com auxílio de *slides*, pontuando sobre as seguintes questões: a representação da ABCR nos Estados brasileiros e no Paraná; diferença entre concessão e privatização; riscos do negócio de concessão; diferenças nos modelos de concessão entre o Programa do Anel de Integração em 1997 e o Programa Federal em 2007; relação das tarifas médias, por cem quilômetros, no Brasil e; recuperação das rodovias, com apresentação de vídeo. Na sequência, o Senhor João Chiminazzo Neto deu continuidade à sua explanação sobre: redução de tarifa em 50%, aditivos de 2000 e 2002 e acordos para a redução de tarifa em 30%, em 2004; relação das obras retiradas nos aditivos, das obras realizadas no período de 1998 a 2012 e das obras futuras e; com apresentação de vídeos, mostrou as diferenças e o avanço nas rodovias e na economia. A seguir, apresentou o estudo da TecTran, sobre o histórico do índice de mortes desde o início da concessão até 2010 e vídeos sobre a situação, à época, e a qualidade dos trabalhos hoje prestados. Para finalizar sua explanação com apresentação de *slides*, o depoente mostrou os números financeiros das receitas e despesas das concessionárias no período de 1998 a 2012; a geração de empregos diretos e indiretos; as práticas sustentáveis e os avanços na economia do Paraná. Após, procedeu à leitura do seu pronunciamento final. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Prefeito do Município de Nova Aurora e a seguir, destinou a palavra aos Senhores Parlamentares para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo depoente. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se o número de veículos aumentou, aumentou também o número de acidentes, e a estrutura não está sendo suficiente para atendimento e; 2- Se foi assinado o acordo em 2005. Respostas: A estrutura de atendimento nas rodovias foi definida pelo projeto do DER e está sendo cumprido e com relação ao acordo de 2005: houve e o Governo, na época, comprometeu-se em assumir a manutenção e a recuperação das rodovias, não cumpriu o acordo e a tarifa retornou. Deputado Nereu Moura: 1- Se as concessionárias ajuizaram a questão logo após a redução da tarifa em 50%. Resposta: Foi solicitada a tutela no mês de agosto; 2- Se a prorrogação dos contratos está fora da renegociação com o Governo do Estado. Resposta: A questão da prorrogação ainda não entrou em discussão; 3 – Se existem a Ata de 2005 e contrato definitivo. Resposta: A Justiça reconheceu, em decisão liminar, a Ata 17 de 2005 e não foi feito aditivo definitivo. Deputado Bernardo Carli: 1- Se existe previsão, por parte das concessionárias, de emitir cupom com valor fiscal no ato do pagamento. Resposta: Há um grupo de trabalho formado entre a Receita Federal e a ABCR estudando a questão. 2- Porque o aditivo de 2000 suprimiu tantas obras e não apenas 7,3% das obras, referentes aos meses da redução da tarifa. O

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 170

Senhor João Chiminazzo Neto pediu a permissão para que o Senhor Gildo Rodrigues, assessor econômico da ABCR, respondesse à questão. Resposta: O reequilíbrio do contrato deve ser pela TIR pactuada. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Prefeito e do Presidente da Câmara do Município de Barracão, dos Deputados Elton Welter, Tercílio Turini e Fernando Scanavaca. Com a palavra o Deputado Alceu Maron: 1- Onde é recolhido o ISS do "Via Fácil" e do "Sem Parar"? Resposta: Essas empresas prestam serviço para as concessionárias, portanto o gerador do tributo são as concessionárias; 2- Se essas empresas não recolhem o ISS da prestação de serviço às concessionárias. Resposta: Não tem informações da maneira da tributação que incide sobre a empresa; 3- Se pagando a tarifa em dinheiro ou no "Via Fácil" se recolhe o ISS da mesma maneira para os Municípios do litoral. Resposta afirmativa. As questões 1, 2 e 3 foram respondidas pelo Senhor Gildo Rodrigues; 4- A BR-277, de Curitiba à Paranaguá, ficou interditada por horas, no mês de fevereiro, qual é o padrão dos planos de emergência para desobstruções necessárias das vias pedagiadas? Resposta: Existem regras de atendimento que são fiscalizadas pelo DER, no caso da BR-277, preferiu que se questionasse à Ecovia. O Deputado solicitou o comprometimento do Senhor João Chiminazzo Neto para trazer à CPI, os valores pagos em multa ao DER e após, fez outros questionamentos, respondidos pelo depoente. Pela ordem, o Deputado Péricles de Mello solicitou visualizar novamente o quadro apresentado, referente aos números financeiros no período de 1998 a 2012 e iniciou os questionamentos a respeito do mesmo. As respostas foram dadas pelo depoente e pelo Senhor Gildo Rodrigues. O Senhor Presidente lembrou que o Senhor Gildo também está sob juramento. Para finalizar suas indagações, o Deputado Péricles perguntou sobre o cronograma de investimentos da Viapar. O Senhor João Chiminazzo Neto solicitou que as questões específicas das concessionárias sejam esclarecidas pelas mesmas. Deputado Artagão Júnior: 1- Qual o controle do Estado em relação ao fluxo de veículos? Resposta: O controle é feito pelos relatórios mensais entregues ao DER; 2- Se existe fiscalização sobre o sistema dos sensores nas praças de pedágio. Resposta: Está sob a tutela e responsabilidade das concessionárias e é auditado regularmente; 3- Se houve alguma multa paga em autuações feitas pelo DER. Resposta: A concessionária tem o direito de recurso, mas multas já foram pagas. O Senhor Presidente informou que já foi solicitado ao DER e às concessionárias se as multas e autuações foram cumpridas. Deputado Cleiton Kielse: 1- Há quantos funcionários diretos nas seis concessionárias? Resposta: São atualmente 2mil 168 funcionários; 2- Se o depoente pode ajudar em um Termo de Acordo Circunstanciado - TAC. Resposta afirmativa. O Deputado efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se o programa de obras seguido pelas concessionárias é constante do aditivo de 2002. Resposta: Aditivo de 2000; 2- Se as alterações de contratos foram anuídas pela União. Resposta afirmativa. O Deputado Kielse aparteou o Senhor Relator. 3- Se, nos aditivos de 2000 e 2002, a proposta de retirar as obras foi das concessionárias. Resposta: A proposta foi do Governo do Estado; 4- Se não seria necessário rever a TIR para valores mais próximos dos praticados hoje. Resposta: Um contrato de 24 anos possui um fluxo de caixa fechado, e o risco é analisado no momento da licitação. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, os quais foram esclarecidos, na sequência. Deputado Wilson Quinteiro: 1- Se existe a possibilidade de mediação. Resposta afirmativa e a Agepar poderá mediar; 2- Qual é a avaliação da ABCR para resolver a questão do pedágio no Paraná? Resposta: Assegura que as concessionárias têm interesse em ajustar a situação. O Deputado propôs que a CPI estabeleça, junto com o Governo do Estado, um ponto de equilíbrio para solucionar a questão do pedágio no Estado do Paraná. Deputado Elton Welter: 1- Se o pedágio pode baixar e fazer os investimentos. Resposta: Está sendo visto com o Governo do Estado; 2- Se os números apresentados pelo depoente são reais. Resposta afirmativa. O Deputado fez outros questionamentos ao Senhor João Chiminazzo Neto, sendo atendido. Deputado

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 1714

Fernando Scanavaca: 1- Se as negociações estão sendo realizadas em todas as concessionárias ou individualmente. Resposta: As tratativas estão sendo feitas individualmente. Para finalizar, o Senhor Presidente indagou sobre: 1- Se recebe salário como Presidente da ABCR. Resposta afirmativa; 2- Qual o vínculo com a empresa Chiminazzo Associados? Resposta: É um dos sócios; 3- Se a sua empresa presta serviço às concessionárias. Resposta afirmativa; 4- Se saberia informar o valor do contrato de prestação de serviço anual da sua empresa com as concessionárias. Resposta: Pode informar por via ofício. O Senhor Presidente informou que irá solicitar a informação. O depoente informou que deixará o relatório e o discurso apresentado à disposição desta Comissão. O Deputado Péricles de Mello sugeriu suspender a oitiva do Senhor Hélio Ogama. O Deputado Artagão Junior sugeriu iniciar a oitiva e, se necessário complementação, fazer nova convocação. O Senhor Presidente colocou em votação a sugestão do Deputado Artagão Junior, a qual; foi aprovada. Após, solicitou ao depoente que procedesse à leitura do Termo de Compromisso e que iniciasse a sua apresentação. O Senhor Helio Ogama cumpriu a determinação do Presidente e, com auxílio de *slides*, destacou sobre as seguintes questões: a empresa Econorte e a abrangência do Lote 1; a evolução do quadro acionário e a empresa TPI; o contrato de concessão e suas obrigações; o histórico contratual: Termo de Alteração Unilateral do Contrato e Termos Aditivos de 2000 e 2002; canais de comunicação com a empresa e o resumo de atendimentos; fluxo de veículos; ações realizadas para conscientização e redução de acidentes; receita e desembolso da empresa; comparativo do quadro de investimento em relação às alterações contratuais; quantitativo de obras realizadas e a realizar; fiscalização do DER/PR; avaliação dos usuários por meio de pesquisa de opinião; programas socioambientais; certificações e geração de empregos.O Senhor Presidente deu início aos questionamentos, respondidos na sequência, pelo depoente. 1- Em que ano foi instalada a praça de Jacarezinho? Resposta: novembro ou dezembro de 2002; 2- Se não seria mais prático ter instalado uma praça de pedágio no trecho da BR-153, ao invés de transferir de onde estava. Resposta: Foi resolvido entre as partes. O Deputado esclareceu que houve uma evolução na arrecadação na praça de Jataizinho de 363% e de Sertaneja de 524% de 2001 a 2012 e o depoente informou que depende do crescimento de tráfego e da economia; 3- Se, em sua opinião, não seria oportuno fazer um TAC em favor do contribuinte. Resposta: Está em negociação. Deputado Péricles de Mello solicitou ao depoente os valores atualizados das receitas e das despesas da Econorte e passou aos questionamentos: 1- Se poderia esclarecer sobre a prestação de serviços não ser mais por área de restauração, e sim por insumos. Resposta: O trecho da rodovia 303 estava previsto somente a restauração e foram construídas terceiras faixas. O valor foi consumido dentro da restauração; 2- Se essas obras não foram previstas. Resposta afirmativa. Deputado Cleiton Kielse: Se é justo a arrecadação de 1 bilhão 115 milhões até 2001 para 69,8 milhões de investimentos. Resposta: Não se deve fazer simples comparativo, existem outras obrigações contratuais; 2- Se o depoente teria autonomia de negociar um TAC junto com esta Casa. Resposta negativa. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se a mudança da praça de pedágio de Cambará/Andirá para Jacarezinho foi um ato legal. Resposta afirmativa; 2- Se uma praça de pedágio pode dividir dois bairros da mesma cidade. Resposta: Em resposta, procedeu à leitura da ação judicial; 3- Se a praça de pedágio de Jacarezinho é área ambiental. Resposta: A empresa obtém as licenças; 4- Se é distribuído um vale-pedágio. Resposta: Foi distribuída tarifa diferenciada para a comunidade lindeira à praça de pedágio.O Deputado solicitou todos os documentos ao depoente e continuou com outros questionamentos, sendo esclarecidos. Deputado Artagão Junior: 1- Se é convencional e qual o critério para a contratação de consultorias que possuem vínculo direto com a concessionária. Resposta esclarecida pelo assessor do Senhor Hélio Ogama: a contratação é feita por pesquisa de mercado e a Econorte não possui nenhuma consultoria vinculada ao grupo; 2- Se existe tabela do DER para a contração de consultorias. Resposta negativa; 3- Se a redução de obras e os gatilhos inseridos

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 172

no contrato foram necessários, único e exclusivamente, para o reequilíbrio do contrato. Resposta afirmativa. Para finalizar, o Senhor Presidente fez outros questionamentos ao Senhor Hélio Ogama e a seguir passou à deliberação dos Requerimentos: 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do Sócio-Diretor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para oitiva perante a CPI do Pedágio - Aprovado; 2- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello: 2.1- Requer que se oficie a FIPE para que encaminhe responsável pelo relatório apresentado à Agepar - Aprovado; 2.2- Requer pedido de informação ao Tribunal de Contas da União a respeito do Acórdão 346/2012- Aprovado; 2.3- Requer que se oficiem às seguintes concessionárias para que apresentem um relatório com todas as consultorias contratadas: Econorte, Caminhos do Paraná,Viapar, Ecocataratas, Rodonorte e Ecovia - Aprovado; 2.4- Requer pedido de informação ao DER e à Agepar sobre as justificativas jurídicas e técnicas que levaram aos aditivos 1 e 2 (2000 e 2002) – Aprovado; 2.5- Requer que se oficie à FIPE para que encaminhe o relatório feito à Agepar – Retirado; 3- Requerimento subscrito pelos membros da CPI, que requerem audiências junto ao Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal. – Aprovado. Não havendo mais Requerimentos a serem lidos, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima sessão, do representante do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Ecocataratas, Senhor Evandro Viana. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente lembrou aos Parlamentares das Sessões Extraordinárias na próxima quinta-feira, nos Municípios de Paranavaí e Campo Mourão e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário OFICIAL Paraná
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia no autenticidade desse documento, dando que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 173

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 15ª Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Parana, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Nereu Moura; Péricles de Mello, Alceu Maron Filho, Bernardo Carli e Artagão Junior, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente, Elton Welter e Fernando Scanavaca. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 14ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente fez breve comentario da sessão anterior, agradeceu a presença do Senhor João Chiminazzo Neto, Diretor Regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, ABCR, solicitando-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente justificou a ausência do Senhor Evandro Couto Vianna, Diretor-Presidente da Ecocataratas. O Senhor João Chiminazzo Neto iniciou sua explanação, com auxilio de *slides*, pontuando sobre as seguintes questões: a representação da ABCR nos Estados brasileiros e no Paraná; diferença entre concessão e privatização; riscos do negócio de concessão; diferenças nos modelos de concessão entre o Programa do Anel de Integração em 1997 e o Programa Federal em 2007; relação das tarifas medias, por cem quilômetros, no Brasil e; recuperação das rodovias, com apresentação de video. Na sequência, o Senhor João Chiminazzo Neto deu continuidade à sua explanação sobre: redução de tarifa em 30%, aditivos de 2000 e 2002 e acordos para a redução de tarifa em 30%, em 2004; relação das obras retiradas nos aditivos, das obras realizadas no periodo de 1998 a 2012 e das obras futuras e; com apresentação de videos, mostrou as diferenças e o avanço nas rodovias e na economia. A seguir, apresentou o estudo da TecTran, sobre o histórico do índice de mortes desde o início da concessão até 2010 e videos sobre a situação, à época, e a qualidade dos trabalhos hoje prestados. Para finalizar sua explanação com apresentação de *slides*, o depoente mostrou os números financeiros das receitas e despesas das concessionárias no período de 1998 a 2012; a geração de empregos diretos e indiretos; as praticas sustentáveis e os avanços na economia do Paraná. Após, procedeu à leitura de seu pronunciamento final. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Prefeito do Município de Nova Aurora e a seguir, destinou a palavra aos Senhores Parlamentares para questionamentos, sendo esclarecidos, na sequência, pelo depoente. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se o número de veículos aumentou, aumentou também o número de acidentes, e a estrutura não está sendo suficiente para atendimento e, 2- Se foi assinado o acordo em 2005. Respostas: A estrutura de atendimento nas rodovias foi definida pelo projeto do DER e está sendo cumprido e com relação ao acordo de 2005: houve e o Governo, na época, comprometeu-se em assumir a manutenção e a recuperação das rodovias, não cumpriu o acordo e a tarifa retornou. Deputado Nereu Moura: 1- Se as concessionárias ajuizaram a questão logo após a redução da tarifa em 30%. Resposta: Foi solicitada a tutela no mês de agosto, 2- Se a prorrogação dos contratos está fora da renegociação com o Governo do Estado. Resposta: A questão da prorrogação ainda não entrou em discussão; 3 – Se existem a Ata de 2005 e contrato definitivo. Resposta: A Justiça reconheceu, em decisão liminar, a Ata 17 de 2005 e não foi feito aditivo definitivo. Deputado Bernardo Carli: 1- Se existe previsão, por parte das concessionárias, de emitir cupom com valor fiscal no ato do pagamento. Resposta: Há um grupo de trabalho formado entre o Receita Federal e a ABCR estudando a questão. 2- Porque o aditivo de 2000 suprimiu tantas obras e não apenas 7,3% das obras, referentes aos meses da redução da tarifa. O Senhor João Chiminazzo Neto pediu a permissão para que o Senhor Gildo Rodrigues, assessor econômico da ABCR, respondesse à questão. Resposta: O reequilíbrio do contrato deve ser pela TIR pactuada. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Prefeito e do Presidente da Câmara do Município de Barracão, dos Deputados Elton Welter, Tercílio Turini e Fernando Scanavaca. Com a palavra o Deputado Alceu Maron: 1- Onde é recolhido o ISS do "Via Fácil" e do "Sem Parar"? Resposta: Essas empresas prestam serviço para as concessionárias, portanto o gerador do tributo são as concessionárias; 2- Se essas empresas não recolhem o ISS da prestação de serviço as concessionárias. Resposta: Não tem informações da maneira da tributação que incide sobre a empresa; 3- Se pagando a tarifa em dinheiro ou no "Via Fácil" se recolhe o ISS da mesma maneira para os Municípios do litoral. Resposta afirmativa. As questões 1, 2 e 3 foram respondidas pelo Senhor Gildo Rodrigues; 4- A BR-277, de Curitiba à Paranaguá, ficou interditada por horas, no mês de fevereiro, qual é o padrão dos planos de emergência para desobstruções necessárias das vias pedagiadas? Resposta: Existem regras de atendimento que são fiscalizadas pelo DER, no caso da BR- 277, preferiu que se questionasse à Ecovia. O Deputado solicitou o comprometimento do Senhor João Chiminazzo Neto para trazer à CPI, os valores pagos em multa ao DER e após, fez outros questionamentos, respondidos pelo depoente. Pela ordem, o Deputado Péricles de Mello solicitou visualizar novamente o quadro apresentado, referente aos números financeiros no período de 1998 a 2012 e iniciou os questionamentos a respeito do mesmo. As respostas foram dadas pelo depoente e pelo Senhor Gildo Rodrigues. O Senhor Presidente lembrou que o Senhor Gildo também está sob juramento. Para finalizar suas indagações, o Deputado Péricles perguntou sobre o cronograma de investimentos da Viapar. O Senhor João Chiminazzo Neto solicitou que as questões especificas das concessionárias sejam esclarecidas pelas mesmas. Deputado Artagão Júnior: 1- Qual o controle do Estado em relação ao fluxo de veículos? Resposta: O controle é feito pelos relatórios mensais entregues ao DER; 2- Se existe fiscalização sobre o sistema dos sensores nas praças de pedágio. Resposta: Está sob a tutela e responsabilidade das concessionárias e é auditado regularmente; 3- Se houve alguma multa paga em autuações feitas pelo DER. Resposta: A concessionária tem o direito de recurso, mas muitas já foram pagas. O Senhor Presidente informou que já foi solicitado ao DER e às concessionarias se as multas e autuações foram cumpridas. Deputado Cleiton Kielse: 1- Há quantos funcionários diretos nas seis concessionárias? Resposta: São atualmente 2mil 168 funcionários; 2- Se o depoente pode ajudar em um Termo de Acordo Circunstanciado - TAC. Resposta afirmativa. O Deputado efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Douglas Fabricio: 1- Se o programa de obras seguido pelas concessionárias é constante do aditivo de 2002. Resposta: Aditivo de 2000; 2- Se as alterações de contratos foram anuídas pela União. Resposta afirmativa. O Deputado Kielse aparteou o Senhor Relator. 3- Se, nos aditivos de 2000 e 2002, a proposta de retirar as obras foi das concessionárias. Resposta: A proposta foi do Governo do Estado; 4- Se não seria necessário rever a TIR para valores mais próximos dos praticados hoje. Resposta: Um contrato de 24 anos possui um fluxo de caixa fechado, e o risco é analisado no momento da licitação. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, os quais foram esclarecidos, na sequência. Deputado Wilson Quinteiro: 1- Se existe a possibilidade de mediação. Resposta afirmativa e a Agepar poderá mediar; 2- Qual é a anuência da ABCR para resolver a questão do pedágio no Paraná? Resposta: Assegura que as concessionárias têm interesse em ajustar a situação. O Deputado propôs que a CPI estabeleça, junto com o Governo do Estado, um ponto de equilíbrio para solucionar a questão do pedágio no Estado do Paraná. Deputado Elton Welter: 1- Se o pedágio pode baixar e fazer os investimentos. Resposta: Está sendo visto com o Governo do Estado; 2- Se os números apresentados pelo depoente são reais. Resposta afirmativa. O Deputado fez outros questionamentos ao Senhor João Chiminazzo Neto, sendo atendido. Deputado Fernando Scanavaca: 1- Se as negociações estão sendo realizadas em todas as concessionárias ou individualmente. Resposta: As tratativas estão sendo feitas individualmente. Para finalizar, o Senhor Presidente indagou sobre: 1- Se recebe salário como Presidente da ABCR. Resposta afirmativa; 2- Qual o vinculo com a empresa Chiminazzo Associados? Resposta: É um dos sócios; 3- Se a sua empresa presta serviço às concessionárias. Resposta afirmativa; 4- Se saberia informar o valor do contrato de prestação de serviço anual da sua empresa com as concessionárias. Resposta: Pode informar por via oficio. O Senhor Presidente informou que irá solicitar a informação. O depoente informou que deixará o relatório e o discurso apresentado à disposição desta Comissão. O Deputado Péricles de Mello sugeriu suspender a oitiva do Senhor Hélio Ogama. O Deputado Artagão Junior sugeriu iniciar a oitiva e, se necessário complementação, fazer nova convocação. O Senhor Presidente colocou em votação a sugestão do Deputado Artagão Junior, a qual, foi aprovada. Após, solicitou ao depoente que procedesse à leitura do Termo de Compromisso e que iniciasse a sua apresentação. O Senhor Helio Ogama cumpriu a determinação do Presidente e, com auxilio de *slides*, destacou sobre as seguintes questões: a empresa Econorte e a abrangência do Lote 1; a evolução do quadro acionário e a empresa TPI; o contrato de concessão e suas obrigações; o histórico contratual; Termo de Alteração Unilateral do Contrato e Termos Aditivos de 2000 e 2002, canais de comunicação com a empresa e o resumo de atendimentos; fluxo de veículos; ações realizadas para conscientização e redução de acidentes; receita e desembolso da empresa; comparativo do quadro de investimento em relação às alterações contratuais; quantitativo de obras realizadas e a realizar; fiscalização do DER/PR; avaliação dos usuários por meio de pesquisa de opinião; programas socioambientais; certificações e geração de empregos. O Senhor Presidente deu início aos questionamentos, respondidos na sequência, pelo depoente. 1- Em que ano foi instalada a praça de Jacarezinho? Resposta: novembro ou dezembro de 2002, 2- Se não seria mais prático ter instalado uma praça de pedágio no trecho da BR-153, ao invés de transferir do onde estava. Resposta: Foi resolvido entre as partes. O Deputado esclareceu que houve uma evolução na arrecadação na praça de Jataizinho de 363% e de Sertaneja de 524% de 2001 a 2012 e o depoente informou que depende do crescimento de tráfego e da economia; 3- Se, em sua opinião, não seria oportuno fazer um TAC em favor do contribuinte. Resposta: Está em negociação. Deputado Péricles de Mello solicitou ao depoente os valores atualizados das receitas e das despesas da Econorte e passou aos questionamentos: 1- Se poderia esclarecer sobre a prestação de serviços não ser mais por área de restauração, e sim por insumos. Resposta: O trecho da rodovia 303 estava previsto somente a restauração e foram construídas terceiras faixas. O valor foi consumido dentro da restauração; 2- Se essas obras não foram previstas. Resposta afirmativa. Deputado Cleiton Kielse: Se é justo a arrecadação de 1 bilhão 115 milhões até 2001 para 69,8 milhões de investimentos. Resposta: Não se deve fazer simples comparativo, existem outras obrigações contratuais; 2- Se o depoente teria autonomia de negociar um TAC junto com esta Casa. Resposta negativa. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se a mudança da praça de pedágio de Cambará/Andirá para Jacarezinho foi um ato legal. Resposta afirmativa; 2- Se uma praça de pedágio pode dividir dois bairros da mesma cidade. Resposta: Em resposta, procedeu à leitura da ação judicial; 3- Se a praça de pedágio de Jacarezinho é área ambiental. Resposta: A empresa obtém as licenças; 4- Se é distribuído um vale-pedágio. Resposta: Foi distribuída tarifa diferenciada para a comunidade lindeira à praça de pedágio. O Deputado solicitou todos os documentos ao depoente e continuou com outros questionamentos, sendo esclarecidos. Deputado Artagão Junior: 1- Se é convencional e qual o critério para a contratação de consultorias que possuem vínculo direto com a concessionária. Resposta esclarecida pelo assessor do Senhor Hélio Ogama: a contratação é feita por pesquisa de mercado e a Econorte não possui nenhuma consultoria vinculada ao grupo; 2- Se existe tabela do DER para a contração de consultorias. Resposta negativa; 3- Se a redução de obras e os gatilhos inseridos no contrato foram necessários, único e exclusivamente, para o reequilíbrio do contrato. Resposta afirmativa. Para finalizar, o Senhor Presidente fez outros questionamentos ao Senhor Hélio Ogama e a seguir passou à deliberação dos Requerimentos: 1- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Carli que requer a convocação do Sócio-Diretor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para oitiva perante a CPI do Pedágio - Aprovado; 2- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello: 2.1- Requer que se oficie a FIPE para que encaminhe resposta/el pelo relatório apresentado à Agepar - Aprovado; 2.2- Requer pedido de informação ao Tribunal de Contas da União a respeito do Acórdão 346/2012- Aprovado; 2.3- Requer que se oficiem às seguintes concessionárias para que apresentem um relatório com todas as consultorias contratadas: Econorte, Caminhos do Paraná, Viapar, Ecocataratas, Rodonorte e Ecovia - Aprovado; 2.4- Requer pedido de informação ao DER e à Agepar sobre as justificativas jurídicas e técnicas que levaram aos aditivos 1 e 2 (2000 e 2002) – Aprovado; 2.5- Requer que se oficie à FIPE para que encaminhe o relatório feito à Agepar – Retirado; 3- Requerimento subscrito pelos membros da CPI, que requerem audiências junto ao Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal. – Aprovado. Não havendo mais Requerimentos a serem lidos, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima sessão, do representante do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Ecocataratas, Senhor Evandro Viana. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente lembrou aos Parlamentares das Sessões Extraordinárias na próxima quinta-feira, nos Municípios de Paranavaí e Campo Mourão e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, parte integrante desta ata, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN Presidente	Deputado ADELINO RIBEIRO Vice-Presidente
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO Relator	Deputado WILSON QUINTEIRO Relator Adjunto
Deputado NEREU MOURA Titular	Deputado ALCEU MARON FILHO Titular
Deputado BERNARDO CARLI Titular	Deputado PERICLES DE MELLO Titular
Deputado ARTAGÃO JÚNIOR Titular	CENI DO ROCIO FITZ Secretária

106976/2013

Diretoria Legislativa

Portaria – DL nº 3/2013

A Diretora Legislativa, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de uniformizar, validar e quantificar a publicação de Atos da Comissão Executiva, exarados na 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura e no exercício de 2013,

RESOLVE:

Declarar inexistente, por erro na numeração sequencial e por não ter sido expedido e publicado, o Ato da Comissão Executiva nº 1311.

Palácio "XIX de Dezembro", em 7 de outubro de 2013.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

106980/2013

Editais e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2013

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: MARFLY VIAGENS E TURISMO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de passagens aérea e terrestre, nacional e internacional.

VALOR: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) anual, com desconto de 13,5% sobre o valor da passagem.

PRAZO: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO: 001.001.4000.3390.3301 e 001.001.4000.3390.3302

FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 063/2013

106977/2013

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 174

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 15ª Reunião Ordinária (29/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 07/11/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 542.

Curitiba, 11 de novembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 1754

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 15ª Reunião Ordinária (29/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 07/11/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 542.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 11 de novembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 176

Ata da 16ª Reunião Ordinária

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior; Bernardo Carli; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente; Gilberto Martin e Tercílio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, tecendo breve comentário a respeito da Sessão anterior e das Sessões Extraordinárias que aconteceram no dia 31 de outubro nos Municípios de Paranavaí e Campo Mourão. Após, solicitou ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 15ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, agradeceu a presença do Senhor Evandro Couto Viana, Diretor-Presidente da Ecocataratas e da Ecovia, solicitando-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente esclareceu que a oitiva do Senhor Evandro, nesta Sessão, será sobre a Ecocataratas. O Senhor Evandro Couto Viana iniciou sua explanação, com auxílio de *slides,* com informações de ordem pessoal e profissional e após, destacou as seguintes questões: participação societária e aquisição da empresa; contrato de concessão e suas observações; aplicação do valor da arrecadação; benefícios para os usuários; principais itens de serviços e histórico do contrato: concorrência pública, assinatura, início da cobrança do pedágio, ato unilateral, proposta da ação judicial pelas concessionárias, termos aditivos de 2000 e 2002. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen apartearam o depoente. O Senhor Evandro Couto Viana deu continuidade aos esclarecimentos sobre: assinatura e objeto do contrato preliminar, instituição da Comissão Paritária e sua conclusão, através da Ata nº 17 e; as ações e decisões judiciais. Os Deputados Nereu Moura, Douglas Fabrício, Nelson Luersen, Cleiton Kielse e Wilson Quinteiro interpelaram sobre as questões jurídicas, que foram esclarecidas, na sequência, pela Senhora Vanelis Mucelin, assessora jurídica da empresa. O Deputado Wilson Quinteiro solicitou à Senhora Vanelis Mucelin cópias, na íntegra, das peças processuais com as manifestações, por parte da União, em relação à Ata 17 de 2005. Após, o depoente retornou à sua oitiva, mostrando, ainda com apresentação de Após, o depoente retornou à sua oitiva, mostrando, ainda com apresentação de *slides*, o resumo das alterações contratuais; pesquisa de satisfação; serviços de atendimento ao usuário; geração de empregos e; sistema de arrecadação. Os Deputados Douglas Fabrício, Nelson Luersen e Tercílio Turini solicitaram esclarecimentos sobre o controle, fiscalização e projeção de tráfego, tendo sido atendidos pelo depoente. Prosseguiu sua explanação destacando a redução de acidentes e aumento do fluxo de veículos; receitas e desembolsos. Os Deputados Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Nelson Luersen e Douglas Fabrício indagaram os valores apresentados, no que foram respondidos pelo depoente. Após, o Senhor Evandro Couto Viana salientou as questões sobre fiscalização do Poder Concedente; certificações e projetos de responsabilidade social. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos ou comentários, esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se o contrato original previa a duplicação de Foz do Iguaçu à Guarapuava. Resposta: Previa a duplicação de Foz do Iguaçu até Cascavel e de Guarapuava até o Trevo de Três Pinheiros; 2- Se está no contrato a obrigação da duplicação do Trevo de Três Pinheiros a Guarapuava. Resposta negativa; 3- Se haverá gatilho para pagar a obra de duplicação de Medianeira a Matelândia. Resposta afirmativa, dois gatilhos de 3,82%, 4- Se esse aumento será nas cinco praças de pedágio. Resposta afirmativa; 5- Se quem pagará a obra será o usuário. Resposta afirmativa. O

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 1771

Deputado efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Nereu Moura: Se a empresa tem lucro. Resposta afirmativa; 2- O que a Ecocataratas espera na negociação com o Governo? Resposta: Relembrar e negociar o que foi feito nos oito anos de "guerra jurídica"; 3- Se qualquer negociação para a empresa seria prejuízo, se permanecer como está seria melhor. Resposta: Estão abertos para negociar; 4- Porque não foi iniciada a obra de duplicação do trecho de Cascavel a São João do Oeste? Resposta: O Poder concedente está fazendo a análise do projeto básico; 5- Se, referente à Ata nº 17, houver decisão desfavorável à empresa, esta não teria como cobrar as obras do povo do Paraná. Resposta: A empresa irá cumprir a sentença judicial. O Deputado Adelino Ribeiro comentou que: o Governo deveria ter obrigado a empresa a duplicar o trecho de 14 quilômetros, sem haver gatilho; morosidade na decisão judicial e melhoria na estrutura para atendimento de acidentados. Deputado Artagão Junior: 1- Se no início do contrato, a obrigação da Concessionária era apenas da conservação das rodovias adicionais. Resposta: Eram todos os serviços emergenciais para dar trafegabilidade ao usuário; 2- Qual a justificativa para um novo gatilho, tendo em vista já ter existido outros gatilhos para o reequilíbrio econômico financeiro? Resposta: Quando acontece o desequilíbrio dentro de algum fato, deve ser automaticamente reequilibrado; 3- Quando houve a redução da tarifa, por um ato unilateral, houve o primeiro aditivo? Resposta afirmativa; 4- Se houveram degraus tarifários para recompor as tarifas nesta oportunidade. Resposta negativa. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen interpelaram o Senhor Evandro Couto Viana sobre sua resposta, que esclareceu não ter conhecimento dos valores informados pelo Deputado Cleiton Kielse, mas comprometeu-se em levantar os dados. O Deputado Artagão Junior continuou com indagações, respondidas pelo depoente e após, solicitou à assessoria que requeresse a manifestação de defesa elaborada pelas concessionárias sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado. Deputado Alceu Maron solicitou esclarecimentos a respeito da incidência da CPMF, que deixou de ser cobrada em 2009. O Senhor Evandro Couto Viana informou que o Governo e as concessionárias estão analisando as contas. Deputado Bernardo Carli: Quantos quilômetros foram duplicados no trecho de concessão da Ecocataratas? Resposta: De 158,9 quilômetros no contrato original, passou para 57 quilômetros; 2- Já realizados ou a serem realizados? Reposta: Já realizados; 3- Se haverá alguma duplicação de Guarapuava a Cascavel. Resposta negativa; 4- O que justifica o degrau tarifário previsto para dezembro e por quanto tempo irá vigorar? Resposta: O degrau de 3,82 vigorará até o final do ano de 2021. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Pela ordem, o Deputado Péricles de Mello: 1- Onde está localizado o item consultorias? Resposta: Está localizado em despesas operacionais; 2- Como é a questão consultoria? Resposta: O depoente solicitou a permissão para apresentar o serviço de consultoria da Ecorodovias Concessões e Serviços, que possui um serviço compartilhado para todas as concessionárias. O Deputado Nelson Luersen interpelou o depoente sobre o tema em pauta tendo sido esclarecido na sequência. 3- Como é feita a contratação, pela concessionária, das empreiteiras que realizam a obra? Resposta: A contratação é feita pelo Centro de Serviço Compartilhado; 4- Se é feita licitação. Resposta afirmativa. O Deputado continuou com outros questionamentos que foram respondidos pelo Senhor Evandro Couto Viana. Deputado Douglas Fabrício: 1- Muitas vezes, existem filas para pagar nas praças de pedágio, e há cabines fechadas. Resposta: A Ecocataratas e a Ecovia cumprem os parâmetros estipulados no contrato; 2- O Tribunal de Contas analisou que existe desequilíbrio, se há condição de fazer um acordo com o Governo, com esta CPI para reduzir o preço do pedágio. Resposta: O Tribunal de Contas não considerou os termos aditivos e nem a Ata 17; 3- Qual é o prazo para negociar com o Governo? Resposta: Final deste ano; 4- Se já houve alguma proposta do Governo. Resposta negativa. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse que solicitou a permissão para apresentação de vídeo, tendo sido atendido e após iniciou os questionamentos. 1- Quanto, em contabilidade real, foi

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 1784

a terceirização das consultorias? Resposta: Não possuir os números no momento; 2- Quanto foi pago para a Rodovia das Cataratas na compra da concessão? Resposta: Não possuir os números no momento; 3- Se o depoente tem autonomia de decisão sobre um TAC, com esta CPI. Resposta: Não tem por que assinar um TAC, sendo que não estão inadimplentes. Deputado Gilberto Martin: 1- De quem é a responsabilidade das mortes que acontecem nas rodovias? Resposta: O que for relativo à segurança, deve ser fiscalizado pela Polícia Rodoviária Federal e Estadual. Os Deputados Nelson Luersen, Artagão Junior, Cleiton Kielse e Péricles de Mello fizeram outras interpelações ao Senhor Evandro Couto Viana, que as respondeu na sequência. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão aprovados na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer que seja encaminhado ofício para as seis concessionárias de pedágio, solicitando cópias das apólices de seguro quanto às obras a serem realizadas e; 2- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informações à ABCR, para que apresente o fluxo de caixa das concessionárias. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão o pedido à Justiça de Brasília para que encaminhe, sob Vara, um representante do Tribunal de Contas da União, o qual, colocado em votação foi aprovado. Para finalizar, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima Sessão, do Senhor Marcelo Stachow Machado, Presidente da Viapar e Rui Sérgio Giublin, Presidente da Caminhos do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente lembrou aos Parlamentares das Sessões Extraordinárias no próximo dia seis, no Município de Ponta Grossa e, no dia sete, no Município de Guarapuava e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 179

Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei nº 524/2013. V. Exa. tem a "*questão de ordem*".

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Pessoal, queria convidar os Deputados Evandro Junior, Anibelli Neto, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Professor Lemos e Tercio Kato, vamos ter uma reunião, daqui a pouco, para aprovação de dois pareceres em projetos importantes que estão na Casa, esperando a tramitação nessa Comissão. (Não havendo mais matéria a ser deliberada, passou-se à votação dos requerimentos.)

REQUERIMENTOS

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento nº 9.827/2013, do Deputado Tercilio Turini, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 596/2012; **Requerimento nº 9.847/2013**, do Deputado Bernardo Ribas Carli, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 99/2012, de sua autoria; **Requerimento nº 9.853/2013**, do Deputado Nelson Justus, Presidente da CCJ, solicitando a anexação do Projeto de Lei nº 549/2013 ao Projeto de Lei nº 521/2013, por tratarem de matérias correlatas; **Requerimento nº 9.854/2013**, do Deputado Nelson Justus, Presidente da CCJ, solicitando a anexação do Projeto de Lei nº 4/2013 ao 402/2012, por tratarem de matérias correlatas; **Requerimento nº 9.830/2013**, do Deputado Jonas Guimarães, para envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Silvio Menezes Rojo: **Requerimento nº 9.834/2013**, do Deputado Belinati, para envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Paulo Roberto de Oliveira, em 11.11.2013; **Requerimento nº 9.849/2013**, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de voto de pesar à família do Professor Rubens Lopes, pelo seu falecimento; **Requerimentos nºs 9.821** a **9.823/2013**, do Deputado Nelson Luersen, para envio de voto de congratulações à Prefeitura e à Câmara Municipal dos Municípios: de São Jorge do Oeste, pela comemoração de seu 50º aniversário de emancipação político-administrativa, em 23 de novembro; de Pérola d'Oeste, pela comemoração de seu 52º aniversário de emancipação político-administrativa, em 27 de novembro; e de Marmeleiro, pela comemoração de seu 52º aniversário de emancipação político-administrativa, em 25 de novembro: **Requerimentos nºs 9.824** e **9.825/2013**, do Deputado Stephanes Junior, para envio de votos de louvor e congratulações: ao Dr. Marcos Antônio Breony, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense; e ao Sr. Celso Hey, pela relevante atuação como empresário paranaense; **Requerimentos nºs 9.835** a **9.837/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos aos Municípios: de Rio Negro, pela comemoração de seus 143 anos de emancipação política, em 14 de novembro; de Uniflor pela comemoração de seu 52º aniversário de emancipação política e administrativa, em 15 de novembro; e de Floresta pela comemoração de seu 52º aniversário de emancipação política e administrativa, em 18 de novembro; **Requerimentos nºs 9.839** e **9.840/2013**, do Deputado Tercilio Turini, para envio de voto de congratulações pelo aniversário dos Municípios: de Bandeirantes, a ser comemorado em 14 de novembro e de Florestópolis, a ser comemorado em 14 de novembro; **Requerimento nº 9.842/2013**, da Deputada Cantora Mara Lima, para envio de voto de congratulações ao Pastor Fábio Pinheiro de Jesus, pela comemoração de seu aniversário; **Requerimento nº 9.843/2013**, do Deputado Dr. Batista, para envio de voto de congratulações à Igreja Cristã Maranata, pelos 45 anos de fundação, a ser comemorado no dia 14 de novembro; **Requerimento nº 9.855/2013**, do Deputado Toninho Wandscheer, para envio de voto de congratulações ao Município de Campina Grande do Sul, pelos 62 anos de emancipação política, em 14 de novembro; **Requerimento nº 9.848/2013**, dos Deputados Valdir Rossoni, Tercio Kato, Douglas Fabricio, Wilson Quinteiro, Luiz Carlos Martins, Evandro Junior, Gilberto Ribeiro, Duilio Genari, Belinati, Ademir Bier, Luiz Accorsi, Gilberto Martin, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Nelson Justus, Ademar Traiano, Adelino Ribeiro, Fernando Scanavaca, Rasca Rodrigues, Tercílio Turini, Gilson de Souza, Pedro Lupion, Rose "Litro", Pastor Edson Praczyk, Jonas Guimarães, Paranhos e Dr. Batista, solicitando o encaminhamento ao Procurador Geral da Justiça do Estado, de moção de apoio ao pedido apresentado pelo Governador do Estado para que o Procurador de Justiça, Cid Vasques, possa permanecer à frente da Secretaria de Estado da Segurança Pública; **Requerimento nº 9.833/2013**, do Deputado Paranhos, solicitando informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de que encaminhe, no prazo constitucional, as informações solicitadas; **Requerimento nº 9.844/2013**, do Deputado Professor Lemos, para envio de expediente ao Governador do Estado e ao Presidente da Cohapar, solicitando a construção de casas populares para o Distrito de Juvinópolis, no Município de Cascavel; **Requerimento nº 9.845/2013**, da Deputada Cantora Mara Lima, para envio de expediente à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando estudos para a implantação do curso de Medicina na Faculdade Integrada de Campo Mourão; **Requerimento nº 9.846/2013**, da Deputada Cantora Mara Lima, para envio de expediente ao Ministério da Saúde, solicitando ao Governo Federal a inclusão do Município de Goioerê no Programa Mais Médicos para o Brasil.

Requerimentos com despacho do Presidente: (À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências.) **Requerimento nº 9.831/2013**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 9.12.2013, para ouvir o Presidente da Associação Brasileira de Handebol em Cadeira de Rodas, Abrhacar, Sr. Décio Roberto Calegari, sobre acessibilidade e a conquista do título no 1º Campeonato Mundial de Handebol em Cadeira de Rodas.

Justificativas de Ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "b" do Regimento Interno (por motivo de viagem para acompanhar o Governador do Estado): Requerimento nº 9.832/2013, do Deputado Ademar Traiano, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11.11.2013.

Deferido conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): Requerimento nº 9.829/2013, do Deputado Adelino Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6.11.2013.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13 de novembro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei nº 84/2012; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 116/2013; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 113/2012, 500/2013 e 524/2013; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 315/2012, 417/2013 e 457/2013. "*LEVANTA-SE A SESSÃO*". (Sessão encerrada às 17h20, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

109839/2013

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 16ª Reunião Ordinária

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior; Bernardo Carli; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente; Gilberto Martin e Tercílio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, tecendo breve comentário a respeito da Sessão anterior e das Sessões Extraordinárias que aconteceram no dia 31 de outubro nos Municípios de Paranavaí e Campo Mourão. Após, solicitou ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 15ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, agradeceu a presença do Senhor Evandro Couto Viana, Diretor-Presidente da Ecocataratas e da Ecovia, solicitando-lhe que fizesse a leitura e assinasse o termo de compromisso, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente esclareceu que a oitiva do Senhor Evandro, nesta Sessão, será sobre a Ecocataratas. O Senhor Evandro Couto Viana iniciou sua explanação, com auxílio de *slides*, com informações de ordem pessoal e profissional e após, destacou as seguintes questões: participação societária e aquisição da empresa; contrato de concessão e suas observações; aplicação do valor da arrecadação; benefícios para os usuários; principais itens de serviços e histórico do contrato: concorrência pública, assinatura, início da cobrança do pedágio, ato unilateral, proposta da ação judicial pelas concessionárias, termos aditivos de 2000 e 2002. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen apartearam o depoente. O Senhor Evandro Couto Viana deu continuidade aos esclarecimentos sobre: assinatura e objeto do contrato preliminar, instituição da Comissão Paritária e sua conclusão, através da Ata nº 17 e; as ações e decisões judiciais. Os Deputados Nereu Moura, Douglas Fabricio, Nelson Luersen, Cleiton Kielse e Wilson Quinteiro interpelaram sobre as questões jurídicas, que foram esclarecidas, na sequência, pela Senhora Vanelis Mucelin, assessora jurídica da empresa. O Deputado Wilson Quinteiro solicitou à Senhora Vanelis Mucelin cópias, na íntegra, das peças processuais com as manifestações, por parte da União, em relação à Ata 17 de 2005. Após, o depoente retornou à sua oitiva, mostrando, ainda com apresentação de *slides*, o resumo das alterações contratuais; pesquisa de satisfação; serviços de atendimento ao usuário; geração de empregos e; sistema de arrecadação. Os Deputados Douglas Fabricio, Nelson Luersen e Tercílio Turini solicitaram esclarecimentos sobre o controle, fiscalização e projeção de tráfego, tendo sido atendidos pelo depoente. Prosseguiu sua explanação destacando a redução de acidentes e aumento do fluxo de veículos; receitas e desembolsos. Os Deputados Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Nelson Luersen e Douglas Fabricio indagaram os valores apresentados, no que foram respondidos pelo depoente. Após, o Senhor Evandro Couto Viana salientou as questões sobre fiscalização do Poder Concedente; certificações e projetos de responsabilidade social. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos ou comentários, esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se o contrato original previa a duplicação de Foz do Iguaçu à Guarapuava. Resposta: Previa a duplicação de Foz do Iguaçu até Cascavel e de Guarapuava até o Trevo de Três Pinheiros; 2- Se está no contrato a obrigação da duplicação do Trevo de Três Pinheiros a Guarapuava. Resposta negativa; 3- Se haverá gatilho para pagar a obra de duplicação de Medianeira a Matelândia. Resposta afirmativa, dois gatilhos de 3,82%. 4- Se esse aumento será nas cinco praças de pedágio. Resposta afirmativa; 5- Se quem pagará a obra será o usuário. Resposta afirmativa. O Deputado efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Nereu Moura: Se a empresa tem lucro. Resposta afirmativa; 2- O que a Ecocataratas espera na negociação com o Governo? Resposta: Relembrar e negociar o que foi feito nos oito anos de "guerra jurídica"; 3- Se qualquer negociação para a empresa seria prejuízo, se permanecer como está seria melhor. Resposta: Estão abertos para negociar; 4- Porque não foi iniciada a obra de duplicação do trecho de Cascavel a São João do Oeste? Resposta: O Poder concedente está fazendo a análise do projeto básico; 5- Se, referente à Ata nº 17, houver decisão desfavorável à empresa, esta não teria como cobrar as obras do povo do Paraná. Resposta: A empresa irá cumprir a sentença judicial. O Deputado Adelino Ribeiro comentou que: o Governo deveria ter obrigado a empresa a duplicar o trecho de 14 quilômetros, sem haver gatilho; morosidade na decisão judicial e melhoria na estrutura para atendimento de acidentados. Deputado Artagão Junior: 1- Se no início do contrato, a obrigação da Concessionária era apenas da conservação das rodovias adicionais. Resposta: Eram todos os serviços emergenciais para dar trafegabilidade ao usuário; 2- Qual a justificativa para um novo gatilho, tendo em vista já ter existido outros gatilhos para o reequilíbrio econômico financeiro? Resposta: Quando acontece o desequilíbrio dentro de algum fato, deve ser automaticamente reequilibrado; 3- Quando houve a redução da tarifa, por um ato unilateral, houve o primeiro aditivo? Resposta afirmativa; 4- Se houveram degraus

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade desta documento, dando que visualizado através do site: http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 180

tarifários para recompor as tarifas nesta oportunidade. Resposta negativa. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen interpelaram o Senhor Evandro Couto Viana sobre sua resposta, que esclareceu não ter conhecimento dos valores informados pelo Deputado Cleiton Kielse, mas comprometeu-se em levantar os dados. O Deputado Artagão Junior continuou com indagações, respondidas pelo depoente e após, solicitou à assessoria que requeresse a manifestação de defesa elaborada pelas concessionárias sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado. Deputado Alceu Maron solicitou esclarecimentos a respeito da incidência da CPMF, que deixou de ser cobrada em 2009. O Senhor Evandro Couto Viana informou que o Governo e as concessionárias estão analisando as contas. Deputado Bernardo Carli: Quantos quilômetros foram duplicados no trecho de concessão da Ecocataratas? Resposta: De 158,9 quilômetros no contrato original, passou para 57 quilômetros; 2- Já realizados ou a serem realizados? Reposta: Já realizados; 3- Se haverá alguma duplicação de Guarapuava a Cascavel. Resposta negativa; 4- O que justifica o degrau tarifário previsto para dezembro e por quanto tempo irá vigorar? Resposta: O degrau de 3,82 vigorará até o final do ano de 2021. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Pela ordem, o Deputado Péricles de Mello: 1- Onde está localizado o item consultorias? Resposta: Está localizado em despesas operacionais; 2- Como é a questão consultoria? Resposta: O depoente solicitou a permissão para apresentar o serviço de consultoria da Ecorodovias Concessões e Serviços, que possui um serviço compartilhado para todas as concessionárias. O Deputado Nelson Luersen interpelou o depoente sobre o tema em pauta tendo sido esclarecido na sequência. 3- Como é feita a contratação, pela concessionária, das empreiteiras que realizam a obra? Resposta: A contratação é feita pelo Centro de Serviço Compartilhado; 4- Se é feita licitação. Resposta afirmativa. O Deputado continuou com outros questionamentos que foram respondidos pelo Senhor Evandro Couto Viana. Deputado Douglas Fabrício: 1- Muitas vezes, existem filas para pagar nas praças de pedágio, e há cabines fechadas. Resposta: A Ecocataratas e a Ecovia cumprem os parâmetros estipulados no contrato; 2- O Tribunal de Contas analisou que existe desequilíbrio, se há condição de fazer um acordo com o Governo, com esta CPI para reduzir o preço do pedágio. Resposta: O Tribunal de Contas não considerou os termos aditivos e nem a Ata 17; 3- Qual é o prazo para negociar com o Governo? Resposta: Final deste ano; 4- Se já houve alguma proposta do Governo. Resposta negativa. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse que solicitou a permissão para apresentação de vídeo, tendo sido atendido e após iniciou os questionamentos. 1- Quanto, em contabilidade real, foi a terceirização das consultorias? Resposta: Não possuir os números no momento; 2- Quanto foi pago para a Rodovia das Cataratas na compra da concessão? Resposta: Não possuir os números no momento; 3- Se o depoente tem autonomia de decisão sobre um TAC, com esta CPI. Resposta: Não tem por que assinar um TAC, sendo que não estão inadimplentes. Deputado Gilberto Martin: 1- De quem é a responsabilidade das mortes que acontecem nas rodovias? Resposta: O que for relativo à segurança, deve ser fiscalizado pela Polícia Rodoviária Federal e Estadual. Os Deputados Nelson Luersen, Artagão Junior, Cleiton Kielse e Péricles de Mello fizeram outras interpelações ao Senhor Evandro Couto Viana, que as respondeu na sequência. Após, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos Requerimentos que serão aprovados na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer que seja encaminhado ofício para as seis concessionárias de pedágio, solicitando cópias das apólices de seguro quanto às obras a serem realizadas e; 2- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informações à ABCR, para que apresente o fluxo de caixa das concessionárias. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão o pedido à Justiça de Brasília para que encaminhe, sob Vara, um representante do Tribunal de Contas da União, o qual, colocado em votação foi aprovado. Para finalizar, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima Sessão, do Senhor Marcelo Stachow Machado, Presidente da Viapar e Rui Sérgio Giublin, Presidente da Caminhos do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente lembrou aos Parlamentares das Sessões Extraordinárias no próximo dia seis, no Município de Ponta Grossa e, no dia sete, no Município de Guarapuava e após, encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

109832/2013

Comissão de Orçamento
17ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 17ª-A - REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a Presidência do Senhor Deputado **NEREU MOURA**, com as presenças dos Senhores Deputados **DR.BATISTA PASTOR EDSON PRACZYK, ELIO RUSCH e PROF.LEMOS** membros da Comissão. Verificada existência de quorum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Reunião, solicitando a Secretária da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Pastor Edson Praczyk pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) **PROJETO DE LEI Nº 499/13** de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem nº 123/2013, que tem como proposta "aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil de reais)," visando atender despesas com aquisição de terreno no Município de Marechal Cândido Rondon, para a construção do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Paraná. Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, conforme Anexo II desta Lei. Devido o contido no art. 2º fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme o anexo III , e anexo IV desta Lei. O Presidente passou a palavra para o **Relator Dep. ELIO RUSCH,** que deu Parecer **FAVORÁVEL**, contando com **APROVAÇÃO** dos demais membros. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, Deputado Nereu Moura, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente Reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão.

DEP. NEREU MOURA
Presidente

ANA BEATRIZ S. DO PRADO
Secretária

109836/2013

Editais e Contratos

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2013

VENCEDOR: LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER

Item	Quant.	Especificações	Valor Unitário	Valor Total
1	03	**Tablets com:** * Tela de 10.1 polegadas; *Sistema operacional Android; *Conexão Wi-Fi + 3G, fone de ouvido e Bluetooth; *Resolução de tela 1280 X 800 pixels; *Memória interna 16 GB; *Câmera frontal e traseira; *Processador Dual Core.	R$ 1.242,52	R$ 3.727,56
5	03	**Telas de Projeção:** *Tecido tipo mate White; *Retrátil tripé 2,00 X 2,00-110 polegadas; *Estojo metálico pés com pintura eletrostática; *Haste de sustentação cromada; *Rolo de Tela em Tubo mecânico; *Suportes de Fixação do rolo no estojo com buchas; *Parada em qualquer ponto do desenrolar da tela.	R$ 507,92	R$ 1.523,76

VENCEDOR: ROMAZE IND E COM DE COMPUTADORES LTDA

Item	Quant.	Especificações	Valor Unitário	Valor Total
3	03	**Computadores Desktop:** *Monitor LED 18,5"; *Processador: Core i5; *Memória 4GB- suportada até 8GB;	R$ 1.629,90	R$ 4.889,70

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 1814

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 16ª Reunião Ordinária (05/11/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 14/11/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 547.

Curitiba, 18 de novembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 182

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 16ª Reunião Ordinária (05/11/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 14/11/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 547.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 18 de novembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 1834

Ata da 17 ª Reunião Ordinária

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior; Bernardo Carli; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 16ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente teceu breve comentário a respeito da Sessão anterior e das Sessões Extraordinárias que aconteceram nos dias seis e sete de novembro, nos Municípios de Ponta Grossa e Guarapuava, respectivamente. Após, agradeceu a presença dos Senhores Ruy Sérgio Giublin, Diretor-Presidente da Caminhos do Paraná e Marcelo Stachow Machado da Silva, Diretor-Presidente da Viapar. Solicitou ao Senhor Ruy para se dirigisse à tribuna, fizesse a leitura e assinasse o Termo de Compromisso, o que foi cumprido. O Senhor Ruy deu início à explanação, com auxílio de *slides,* com informações de ordem profissional e após, destacou as seguintes questões: constituição societária da empresa; contrato de concessão; objeto de concessão; rodovias concedidas, obrigações contratuais; histórico do contrato; comparativo do quadro de investimentos; resumo das alterações contratuais; dados financeiros. O Deputado Péricles de Mello interpelou o depoente com relação ao quadro apresentado sobre os números financeiros, tendo sido atendido. O Senhor Ruy deu continuidade aos esclarecimentos sobre: repasse de verbas contratuais; fluxo de veículos; seguro garantia; dados de operação; veículos e equipamentos; serviço de atendimento ao usuário; índice de acidentes e óbitos; fiscalização do Poder Concedente; pesquisa de satisfação; qualidade e sustentabilidade; principais obras realizadas e para finalizar, apresentou vídeo sobre a BR-476. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos, esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se existe expectativa de antecipar as obras do Rio das Mortes até o Trevo do Relógio. Resposta: Está em negociação com o Poder Concedente; 2-Se as concessionárias repassam 0,25% da arrecadação para a Agepar. Resposta: 0,25% este ano e 0,50% a partir do próximo ano; 3- Se está previsto uma trincheira ou um viaduto no acesso à cidade de Prudentópolis. Resposta: Está iniciando um viaduto no quilômetro 266. Deputado Artagão Junior: 1- Se procede a informação de que os impactos de diminuição de obras foram menores para a Concessionária Caminhos do Paraná. Resposta: Só pode falar pela Caminhos do Paraná, o Termo Unilateral penalizou o contrato; 2- Se existe diferença no número de mortes apresentado pela concessionária e o número de mortes ocorridas no hospital, após as primeiras horas de atendimento. Resposta: As mortes ocorridas no hospital não estão contabilizadas no controle da concessionária; 3- Se existe um levantamento da concessionária em relação ao fluxo de veículos, acidentes e mortes, antes e depois, das obras realizadas. Resposta: Mesmo com a evolução de tráfego, existe uma redução no índice de mortes.Deputado Bernardo Carli: 1- Se haverá degrau tarifário nas obras que estão sendo realizadas. Resposta: Se concluir a negociação, não haverá degrau, se não concluir, está previsto degrau de 4,86; 2- Se há previsão para definição das negociações. Resposta: Está em andamento junto ao Poder Concedente; 3- Qual é o teor da negociação? Resposta: Está sendo analisado o desequilíbrio existente no contrato; 4- Qual o prazo para finalizar a duplicação até o Rio das Mortes? Resposta: Até o final do próximo ano. O Deputado efetuou outras

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 184

interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Nereu Moura: 1- Se as negociações com o Governo estão amparadas na redução da tarifa e na ampliação dos investimentos. Resposta afirmativa; 2- Se existe margem para reduzir a tarifa. Resposta: Está sendo verificado o desequilíbrio existente nos contratos; 3- Se não existe previsão contratual, nem aditivo de antecipação da obra Guarapuava até o Rio das Mortes. Resposta: Existe um Termo de Ajuste; 4- Se o Termo de Ajuste não deveria ter o aval do Governo Federal. Resposta: Não necessariamente, quando for efetuado o Termo Aditivo, será levado ao Governo Federal. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se o trecho de Araucária à Lapa foi objeto de licitação. Resposta negativa; 2- Se a Caminhos do Paraná tem seguros e garantias que suportam os investimentos até o final do contrato. Resposta afirmativa. O Deputado continuou com questionamentos jurídicos, tendo sido respondido pelo depoente e também pelo Senhor Roberto Brzezinski Neto, assessor jurídico da empresa, e questionamentos sobre a negociação da empresa com o Governo, tendo sido esclarecido pelo depoente. Deputado Cleiton Kielse: 1- Quais as datas das execuções das obras restantes? Resposta: A duplicação da BR-476 é 2017/2018 e da BR-277 é 2019/2020; 2- Se, neste ano, os cálculos de arrecadação devam chegar à casa dos 200 milhões de reais. Resposta: afirmativa. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se há possibilidade de colocar maior estrutura para atendimento de acidentados. Resposta: Em nenhum momento foram notificados, pelo Poder Concedente, de não estar cumprindo os parâmetros de atendimento; 2- Se existe a possibilidade de não haver degrau tarifário em 2014. Resposta: Tem confiança na negociação com o Poder Concedente para não haver o degrau; Deputado Péricles de Mello: 1- Se os números apresentados, no quadro dos investimentos, são correntes e se foram atualizados. Resposta: São valores nominais, não atualizados; 2- Porque o item "consultoria" não aparece na subdivisão do quadro dos custos operacionais? Resposta: Foram encaminhados à CPI todos os contratos de consultoria; 3- Se está prevista a prorrogação de contrato na negociação com o Governo. Resposta negativa; 4- O que significa equilíbrio de contrato para a Caminhos do Paraná? Resposta: Retornar às condições inicialmente pactuadas. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Deputado Elton Welter: 1- Se é possível encaminhar um relatório nominal do lucro distribuído, de acordo com o percentual do consórcio formado. Resposta: Já foram encaminhadas as demonstrações contábeis auditadas para a CPI; 2- Se o depoente dispõe das informações de quanto foi gasto com consultoria. Resposta: Não possui o valor, no momento, mas foram encaminhadas as notas fiscais e os contratos de consultoria à CPI. O Deputado fez outras interpelações que foram respondidas pelo Senhor Ruy. Deputado Wilson Quinteiro: Se todas as concessionárias estão com a tese do reequilíbrio contratual: Resposta afirmativa; 2- Se o entendimento para o reequilíbrio, de forma genérica, seria estar investindo mais do que está recebendo. Resposta afirmativa. O Deputado evidenciou a necessidade de buscar o equilíbrio na questão do pedágio, em conjunto com a União Federal, Governo do Estado, Concessionárias e Assembleia Legislativa. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavaca e solicitou a presença do Senhor Marcelo Stachow Machado da Silva à tribuna, que procedeu à leitura e assinou o termo de compromisso. O Senhor Marcelo iniciou sua apresentação, com auxílio de *slides*, pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; constituição societária da empresa; anel de integração; dados do contrato; contrato de concessão; termos aditivos de 2000 e 2002; arrecadação e repasses; reequilíbrio do contrato. O Deputado Cleiton Kielse aparteou o depoente solicitando esclarecimentos sobre os números apresentados, tendo sido atendido. Continuou sua explanação sobre tarifa quilométrica no Brasil. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen interpelaram o depoente, que os respondeu na sequência. A seguir, o Senhor Marcelo prosseguiu com sua apresentação sobre: classificação do Estado em gestões concedida e pública; ações judiciais. O Deputado Douglas Fabrício solicitou

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 185

informações ao depoente, no que foi atendido. Ainda, com o auxílio de *slides*, o depoente explanou sobre: serviço de atendimento ao usuário. O Deputado Douglas Fabrício solicitou o envio de informações sobre a operação das balanças de pedágio e a receita encaminhada ao DER. Em seguida, o Senhor Marcelo continuou esclarecendo sobre: animais apreendidos, redução no índice de acidentes e atendimento ambulatorial; tráfego; reaparelhamento da Polícia Rodoviária; recursos humanos; itens extracontratuais; repasse do ISSQN; investimentos: obras realizadas, em andamento e a serem realizadas. Os Deputados Douglas Fabrício e Wilson Quinteiro indagaram o depoente, que os respondeu na sequência. Para finalizar, apresentou o total de rodovias administradas, valor em investimentos realizados e fluxo de caixa, do período de 1998 a 2012, e pesquisa de satisfação do usuário. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos esclarecidos, na sequência, pelo depoente. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se a arrecadação prevista para os próximos anos é suficiente para os custos das obras previstas. Resposta afirmativa; 2- Se a Viapar tem condições de cumprir o cronograma. Resposta afirmativa. O Deputado solicitou que seja encaminhada à CPI a contestação da concessionária referente ao Relatório do Tribunal de Contas do Estado; 3- Se existe outro aditivo, além de 2002, envolvendo a Viapar. Resposta negativa; 4- Se é possível baixar tarifa, incluir obras e não prorrogar o contrato. Resposta: Existem "n" possibilidades para equilibrar o contrato. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente. Deputado Alceu Maron Filho: 1- Qual a empresa seguradora contratada pela concessionária? Resposta: A Seguradora que faz parte dos Seguros Corporativos S/A; 2- Quem fixou o limite total de indenização? Resposta: Está previsto pelo contrato; 3- Se a natureza societária da Viapar é uma sociedade de propósito especifico. Resposta afirmativa; 4- Se o patrimônio dos sócios garante os investimentos. Resposta negativa. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se, no contrato de 97, foi previsto o índice de aumento de carros, no trecho Cascavel a Corbélia, devido ao grande número de acidentes. Resposta: Existe ociosidade em função da quantidade de acidentes; 2- O Deputado reforçou a necessidade de se investir na área do atendimento emergencial, com suporte de atendimento aéreo, tendo tido o acordo do Senhor Marcelo e; 3- O Deputado colocou a importância de que seja votado o Relatório do Tribunal de Contas do Estado e o depoente insistiu que os desvios observados neste Relatório são significativos. Deputado Artagão Junior: 1- Porque não cancelar os aditivos e voltar ao contrato original? Resposta: O prejuízo seria para o usuário em função do ônus dos desequilíbrios; 2- Se existem consultorias contratadas pela Viapar. Resposta afirmativa; 3- Qual a necessidade da contratação das consultorias? Resposta: Para serviços especializados. O Deputado fez outras interpelações ao depoente, tendo sido esclarecido e solicitou ao Relator, Deputado Douglas Fabrício, que inclua, no Relatório da CPI, a participação do Legislativo em toda alteração contratual que, eventualmente, possa ser realizado em concessões públicas. Deputado Cleiton Kielse: 1- Qual o valor de investimentos da Viapar para este ano? Resposta: Deve passar de R$ 100 milhões de reais; 2- Qual é o valor dos juros do BNDES? Resposta: Deve chegar perto de 10%; 3- Se teria autonomia de antecipar obras. Resposta: Dentro das regras contratuais, sim. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Deputado Wilson Quinteiro: 1- Se há previsão de viaduto para o acesso à Sarandi. Resposta: O acesso foi melhorado, mas é necessária uma intervenção mais profunda; 2- Se existe a possibilidade de intercessões na rodovia que liga Nova Esperança a Paranavaí. Resposta afirmativa; 3- Qual a previsão de duplicação de Mandaguaçu a Nova Esperança. Resposta: O Projeto está em desenvolvimento; 4- Se está prevista a duplicação de Floresta a Campo Mourão. Resposta: A obra deve começar em janeiro. O Deputado fez outras indagações ao depoente, enfatizou a necessidade de estabelecer um equilíbrio e solicitou que a Viapar assuma o contexto da região de Maringá, para ter melhores rodovias. Deputado Péricles de Mello: 1- Qual é o lucro médio da

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 186

empresa? Resposta: 10%, talvez 11%; 2- Se os grandes investimentos foram deixados para o final da concessão, a tendência é diminuir o lucro. Resposta afirmativa; 3- Se, na tabela apresentada pela empresa, o investimento é 25% da receita. Resposta afirmativa. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido respondido pelo depoente. O Deputado agradeceu a participação do Senhor Marcelo Stachow Machado da Silva e após, passou à deliberação dos Requerimentos lidos na Sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer que seja encaminhado ofício para as seis concessionárias de pedágio, solicitando cópias das apólices de seguro quanto às obras a serem realizadas – Aprovado e; 2- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informações à ABCR, para que apresente o fluxo de caixa das concessionárias- Aprovado. Após o Senhor Presidente informou sobre o Ofício da ABCR convidando os Senhores Parlamentares para verificarem, *in loco,* o sistema de controle de passagem de veículos e arrecadação das concessionárias. Em seguida, procedeu à leitura do Requerimento que será deliberado na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer que se oficie o Senhor Cássio José Ribas Macedo para depor nesta CPI. Para finalizar, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima Sessão, do Senhor Evandro Couto Vianna, Diretor-Presidente da Ecovia e José Alberto Moita, Diretor-Presidente da Rodonorte. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, dando que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 187

de Lei 553/2013 – Mensagem 134/2013 de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Sengés –Paraná. Projeto este relatado pelo Deputado **TERUO KATO**, que analisando positivamente o mérito da proposição, emitiu **PARECER FAVORÁVEL**, com apoiamento de todos os presentes. O terceiro item apreciado pela Comissão foi o **Projeto de Lei 558/2013 – Mensagem 139/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cruzeiro do Oeste, Paraná. Projeto este relatado pelo Deputado **ELTON WELTER**, que emitiu **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão, recebendo apoiamento de todos os presentes. O quarto item apreciado foi o **Projeto de Lei 554/2013 – Mensagem 135/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Castro, Paraná. Projeto este de relatoria do Deputado **PASTOR EDSON PRACZYK**, que enfatizou a importância da proposição ao município, destacando os pontos positivos ao salientar que referido imóvel será especificamente utilizado para as instalações do Aeroporto Regional de Castro, o que favorece sem dúvida alguma, o município e toda a região. Após realizar sua análise, o relator emitiu **PARECER FAVORÁVEL** ao projeto de lei 554/2013, recebendo apoiamento de todos os presentes. O quinto item apreciado pela Comissão foi o **Projeto de Lei 568/2013 – Mensagem 147/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Cruz Machado, Paraná. Projeto este relatado pelo Deputado **TERCÍLIO TURINI**, que emitiu **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão, com apoiamento de todos os presentes. O sexto item em pauta apreciado foi o **Projeto de Lei 562/2013 – Mensagem 143/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Cianorte, Paraná. Projeto este relatado pelo Deputado **JONAS GUIMARÃES**, que após manifestar-se positivamente ao mérito apresentado na proposição, emitiu **PARECER FAVORÁVEL**, recebendo apoiamento de todos os presentes. O sétimo item apreciado foi o **Projeto de Lei 563/2013 – Mensagem 144/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Itapejara D'Oeste, Paraná. Projeto este relatado pelo Deputado **TERUO KATO**, que manifestou-se favoravelmente à proposição, emitindo **PARECER FAVORÁVEL**, com apoiamento de todos os presentes. O oitavo item apreciado pela Comissão, foi o **Projeto de Lei 421/2013 – Mensagem 099/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Instituto Paranaense de Cegos. Projeto este relatado pelo Deputado **ELTON WELTER**, que após realizar sua análise, emitiu **PARECER FAVORÁVEL**, recebendo apoiamento de todos os presentes. O nono item analisado foi o **Projeto de Lei 560/2013 – mensagem 141/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Rolândia, Paraná. Projeto este relatado pelo Deputado **TERUO KATO**, que emitiu **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão, com apoiamento de todos os presentes. O décimo item em pauta apreciado pela Comissão foi o **Projeto de Lei 555/2013 – Mensagem 136/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo, através do departamento de Estradas de Rodagem – DER, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São João, Paraná. Projeto este de relatoria do Deputado **TERCÍLIO TURINI**, que após manifestar-se positivamente ao mérito apreciado, emitiu **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão, recebendo apoiamento de todos os presentes. O décimo primeiro item apreciado foi o **Projeto de Lei 567/2013 – Mensagem 146/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis, Paraná. Projeto este relatado pelo Deputado **JONAS GUIMARÃES**, que após manifestar-se positivamente, emitiu **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão, recebendo apoiamento de todos os presentes. O décimo segundo item apreciado pela Comissão foi o **Projeto de Lei 559/2013 – Mensagem 140/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Guaraniaçu, Paraná. Projeto este relatado pelo Deputado **ADELINO RIBEIRO**, que enfatizou a importância desta proposição para o município, emitindo seu **PARECER FAVORÁVEL**, com apoiamento de todos os presentes. O décimo terceiro e último item apreciado pela Comissão foi o **Projeto de Lei 556/2013 – Mensagem 137/2013** de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São José dos Pinhais, Paraná. Projeto este de relatoria do Deputado **TERCÍLIO TURINI**, que após realizar sua análise, emitiu **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão, com apoiamento de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente Ata que para constar, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos membros da Comissão e por mim, Daniele A. Santos, Secretária da Comissão, para que produza efeitos legais.

FRANCISCO BUHRER
PRESIDENTE

DANIELE A. SANTOS
SECRETÁRIA

112166/2013

Comissão de Assuntos Metropolitanos
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
Ata da 6ª Reunião Ordinária

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e treze, às quatorze horas e dez minutos, na sala de reuniões do Plenário, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Metropolitanos, sob a Presidência do Deputado Toninho Wandscheer, com a participação dos Deputados(as) Pedro Lupion, Belinati, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão. A Reunião foi proposta para opinar sobre a realização de Audiências Públicas, a respeito da Duplicação da BR-116, trecho Curitiba a Fazenda Rio Grande e Mandirituba: deliberação sobre convite para representante da ANTT e Superintendentes das Concessionárias Autopista Planalto Sul e Autopista Litoral Sul, prestarem esclarecimentos sobre o andamento e conclusão das obras na BR116; implantação de passarela no KM 118 da BR-116; implantação de balança rodoviária na BR-376 no município de Tijucas do Sul, bem como, por proposição do Deputado Belinati, foi discutida a possibilidade de viabilização de estudos e tratativas para implantação do transporte integrado entre Londrina e Região Metropolitana, e também a construção de um terminal metropolitano em Londrina para atendimento do transporte integrado. Discutidos os assuntos, recebendo apoio por unanimidade dos membros presentes a proposta da realização das Audiências Públicas, convites e solicitação de informações necessárias para os eventos. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eder Walter Niedzwiedz, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e por mim, para que produza os efeitos legais.

Sala de Reuniões do Plenário, em 05 de novembro de 2013.

Deputado Toninho Wandscheer
Presidente

Deputado Anibelli Neto

Deputado Belinati

Deputado Wilson Quinteiro

Eder Walter Niedzwiedz
Secretário

112167/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 17ª Reunião Ordinária

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior, Bernardo Carli; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 16ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente teceu breve comentário a respeito da Sessão anterior e das Sessões Extraordinárias que aconteceram nos dias seis e sete de novembro, nos Municípios de Ponta Grossa e Guarapuava, respectivamente. Após, agradeceu a presença dos Senhores Ruy Sérgio Giublin, Diretor-Presidente da Caminhos do Paraná e Marcelo Stachow Machado da Silva, Diretor-Presidente da Viapar. Solicitou ao Senhor Ruy para se dirigisse à tribuna, fizesse a leitura e assinasse o Termo de Compromisso, o que foi cumprido. O Senhor Ruy deu início à explanação, com auxílio de *slides*, com informações de ordem profissional e após, destacou as seguintes questões: constituição societária da empresa; contrato de concessão; objeto de concessão; rodovias concedidas, obrigações contratuais; histórico do contrato; comparativo do quadro de investimentos; resumo das alterações contratuais; dados financeiros. O Deputado Péricles de Mello interpelou o depoente com relação ao quadro apresentado sobre os números financeiros, tendo sido atendido. O Senhor Ruy deu continuidade aos esclarecimentos sobre: repasse de verbas contratuais; fluxo de veículos; seguro garantia; dados de operação; veículos e equipamentos; serviço de atendimento ao usuário; índice de acidentes e óbitos; fiscalização do Poder Concedente; pesquisa de satisfação; qualidade e sustentabilidade; principais obras realizadas e para finalizar, apresentou vídeo sobre a BR-476. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos, esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se existe expectativa de antecipar as obras do Rio das Mortes até o Trevo do Relógio. Resposta: Está em negociação com o Poder Concedente; 2-Se as concessionárias repassam 0,25% da arrecadação para a Agepar. Resposta: 0,25% este ano e 0,50% a partir do próximo ano; 3- Se está previsto uma trincheira ou um viaduto no acesso à cidade de Prudentópolis. Resposta: Está iniciando um viaduto no quilômetro 266. Deputado Artagão Junior: 1- Se procede a informação de que os impactos de diminuição de obras foram menores para a Concessionária Caminhos do Paraná. Resposta: Só pode falar pela Caminhos do Paraná, o Termo Unilateral penalizou o contrato; 2- Se existe diferença no número de mortes apresentado pela concessionária e o número de mortes ocorridas no hospital, após as primeiras horas de atendimento. Resposta: As mortes ocorridas no hospital não estão contabilizadas no controle da concessionária; 3- Se existe um levantamento da concessionária em relação ao fluxo de veículos, acidentes e mortes, antes e depois, das obras realizadas. Resposta: Mesmo com a evolução de tráfego, existe uma redução no índice de mortes.Deputado Bernardo Carli: 1- Se haverá degrau tarifário nas obras que estão sendo realizadas. Resposta: Se concluir a negociação, não haverá degrau, se não concluir, está previsto degrau de 4,86; 2- Se há previsão para definição das negociações. Resposta: Está em andamento junto ao Poder Concedente; 3- Qual é o teor da negociação? Resposta: Está sendo analisado o desequilíbrio existente no contrato; 4- Qual o prazo para finalizar a duplicação até o Rio das Mortes? Resposta: Até o final do próximo ano. O Deputado efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Nereu Moura: 1- Se as negociações com o Governo estão amparadas na redução da tarifa e na ampliação dos investimentos. Resposta afirmativa; 2- Se existe margem para reduzir a tarifa. Resposta: Está sendo verificado o desequilíbrio existente nos contratos; 3- Se não existe previsão contratual, nem aditivo de antecipação da obra Guarapuava até o Rio das Mortes. Resposta: Existe um Termo de Ajuste; 4- Se o Termo de Ajuste não deveria ter o aval do Governo Federal. Resposta: Não necessariamente, quando for efetuado o Termo Aditivo, será levado ao Governo Federal. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se o trecho de Araucária à Lapa foi objeto de licitação. Resposta negativa; 2- Se a Caminhos do Paraná tem seguros e garantias que suportam os investimentos até o final do contrato. Resposta afirmativa. O Deputado continuou com questionamentos jurídicos, tendo sido respondido pelo depoente e também pelo Senhor Roberto Brzezinski Neto, assessor jurídico da empresa, e questionamentos sobre a negociação da empresa com o Governo, tendo sido esclarecido pelo depoente. Deputado Cleiton Kielse: 1- Quais as datas das execuções das obras restantes? Resposta: A duplicação da BR-476 é 2017/2018 e da BR-277 é 2019/2020; 2- Se, neste ano, os cálculos de arrecadação devam chegar à casa dos 200 milhões de reais. Resposta: afirmativa. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se há

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 188

possibilidade de colocar maior estrutura para atendimento de acidentados. Resposta: Em nenhum momento foram notificados, pelo Poder Concedente, de não estar cumprindo os parâmetros de atendimento; 2- Se existe a possibilidade de não haver degrau tarifário em 2014. Resposta: Tem confiança na negociação com o Poder Concedente para não haver o degrau; Deputado Péricles de Mello: 1- Se os números apresentados, no quadro dos investimentos, são correntes e se foram atualizados. Resposta: São valores nominais, não atualizados; 2- Porque o item "consultoria" não aparece na subdivisão do quadro dos custos operacionais? Resposta: Foram encaminhados à CPI todos os contratos de consultoria; 3- Se está prevista a prorrogação de contrato na negociação com o Governo. Resposta negativa; 4- O que significa equilíbrio de contrato para a Caminhos do Paraná? Resposta: Retornar às condições inicialmente pactuadas. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Deputado Elton Welter: 1- Se é possível encaminhar um relatório nominal do lucro distribuído, de acordo com o percentual do consórcio formado. Resposta: Já foram encaminhadas as demonstrações contábeis auditadas para a CPI; 2- Se o depoente dispõe das informações de quanto foi gasto com consultoria. Resposta: Não possui o valor, no momento, mas foram encaminhadas as notas fiscais e os contratos de consultoria à CPI. O Deputado fez outras interpelações que foram respondidas pelo Senhor Ruy. Deputado Wilson Quinteiro: Se todas as concessionárias estão com a tese do reequilíbrio contratual: Resposta afirmativa; 2- Se o entendimento para o reequilíbrio, de forma genérica, seria estar investindo mais do que está recebendo. Resposta afirmativa. O Deputado evidenciou a necessidade de buscar o equilíbrio na questão do pedágio, em conjunto com a União Federal, Governo do Estado, Concessionárias e Assembleia Legislativa. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavaca e solicitou a presença do Senhor Marcelo Stachow Machado da Silva à tribuna, que procedeu à leitura e assinou o termo de compromisso. O Senhor Marcelo iniciou sua apresentação, com auxílio de *slides*, pontuando sobre as seguintes questões: formação profissional; constituição societária da empresa; anel de integração; dados do contrato; contrato de concessão; termos aditivos de 2000 e 2002; arrecadação e repasses; reequilíbrio do contrato. O Deputado Cleiton Kielse aparteou o depoente solicitando esclarecimentos sobre os números apresentados, tendo sido atendido. Continuou sua explanação sobre tarifa quilométrica no Brasil. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen interpelaram o depoente, que os respondeu na sequência. A seguir, o Senhor Marcelo prosseguiu com sua apresentação sobre: classificação do Estado em gestões concedida e pública; ações judiciais. O Deputado Douglas Fabrício solicitou informações ao depoente, no que foi atendido. Ainda, com o auxílio de *slides*, o depoente explanou sobre: serviço de atendimento ao usuário. O Deputado Douglas Fabrício solicitou o envio de informações sobre a operação das balanças de pedágio e a receita encaminhada ao DER. Em seguida, o Senhor Marcelo continuou esclarecendo sobre: animais apreendidos, redução no índice de acidentes e atendimento ambulatorial; tráfego; reaparelhamento da Polícia Rodoviária; recursos humanos; itens extracontratuais; repasse do ISSQN; investimentos: obras realizadas, em andamento e a serem realizadas. Os Deputados Douglas Fabrício e Wilson Quinteiro indagaram o depoente, que os respondeu na sequência. Para finalizar, apresentou o total de rodovias administradas, valor em investimentos realizados e fluxo de caixa, do período de 1998 a 2012, e pesquisa de satisfação do usuário. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos esclarecidos, na sequência, pelo depoente. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se a arrecadação prevista para os próximos anos é suficiente para os custos das obras previstas. Resposta afirmativa; 2- Se a Viapar tem condições de cumprir o cronograma. Resposta afirmativa. O Deputado solicitou que seja encaminhada à CPI a contestação da concessionária referente ao Relatório do Tribunal de Contas do Estado; 3- Se existe outro aditivo, além de 2002, envolvendo a Viapar. Resposta negativa; 4- Se é possível baixar tarifa, incluir obras e não prorrogar o contrato. Resposta: Existem "n" possibilidades para equilibrar o contrato. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente. Deputado Alceu Maron Filho: 1- Qual a empresa seguradora contratada pela concessionária? Resposta: A Seguradora que faz parte dos Seguros Corporativos S/A; 2- Quem fixou o limite total de indenização? Resposta: Está previsto pelo contrato; 3- Se a natureza societária da Viapar é uma sociedade de propósito específico. Resposta afirmativa; 4- Se o patrimônio dos sócios garante os investimentos. Resposta negativa. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Adelino Ribeiro: 1- Se, no contrato de 97, foi previsto o índice de aumento de carros, no trecho Cascavel a Corbélia, devido ao grande número de acidentes. Resposta: Existe ociosidade em função da quantidade de acidentes; 2- O Deputado reforçou a necessidade de se investir na área do atendimento emergencial, com suporte de atendimento aéreo, tendo tido o acordo do Senhor Marcelo e; 3- O Deputado colocou a importância de que seja votado o Relatório do Tribunal de Contas do Estado e o depoente insistiu que os desvios observados neste Relatório são significativos. Deputado Artagão Junior: 1- Porque não cancelar os aditivos e voltar ao contrato original? Resposta: O prejuízo seria para o usuário em função do ônus dos desequilíbrios; 2- Se existem consultorias contratadas pela Viapar. Resposta afirmativa; 3- Qual a necessidade da contratação das consultorias? Resposta: Para serviços especializados. O Deputado fez outras interpelações ao depoente, tendo sido esclarecido e solicitou ao Relator, Deputado Douglas Fabrício, que inclua, no Relatório da CPI, a participação do Legislativo em toda alteração contratual que, eventualmente, possa ser realizado em concessões públicas. Deputado Cleiton Kielse: 1- Qual o valor de investimentos da Viapar para este ano? Resposta: Deve passar de R$ 100 milhões de reais; 2- Qual é o valor dos juros do BNDES? Resposta: Deve chegar perto de 10%; 3- Se teria autonomia de antecipar obras. Resposta: Dentro das regras contratuais, sim. O Deputado solicitou outras informações do depoente, no que foi atendido. Deputado Wilson Quinteiro: 1- Se há previsão de viaduto para o acesso à Sarandi. Resposta: O acesso foi melhorado, mas é necessária uma intervenção mais profunda; 2- Se existe a possibilidade de intercessões na rodovia que liga Nova Esperança a Paranavaí. Resposta afirmativa; 3- Qual a previsão de duplicação de Mandaguaçu a Nova Esperança. Resposta: O Projeto está em desenvolvimento; 4- Se está prevista a duplicação de Floresta a Campo Mourão. Resposta: A obra deve começar em janeiro. O Deputado fez outras indagações ao depoente, enfatizou a necessidade de estabelecer um equilíbrio e solicitou que a Viapar assuma o contexto da região de Maringá, para ter melhores rodovias. Deputado Péricles de Mello: 1- Qual é o lucro médio da empresa? Resposta: 10%, talvez 11%; 2- Se os grandes investimentos foram deixados para o final da concessão, a tendência é diminuir o lucro. Resposta afirmativa; 3- Se, na tabela apresentada pela empresa, o investimento é 25% da receita. Resposta afirmativa. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido respondido pelo depoente. O Deputado agradeceu a participação do Senhor Marcelo Stachow Machado da Silva e após, passou à deliberação dos Requerimentos lidos na Sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Wilson Quinteiro que requer que seja encaminhado ofício para as seis concessionárias de pedágio, solicitando cópias das apólices de seguro quanto às obras a serem realizadas – Aprovado e; 2- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello, que requer pedido de informações à ABCR, para que apresente o fluxo de caixa das concessionárias- Aprovado. Após o Senhor Presidente informou sobre o Ofício da ABCR convidando os Senhores Parlamentares para verificarem, *in loco*, o sistema de controle de passagem de veículos e arrecadação das concessionárias. Em seguida, procedeu à leitura do Requerimento que será deliberado na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer que se oficie o Senhor Cássio José Ribas Macedo para depor nesta CPI. Para finalizar, o Senhor Presidente, após deliberação, determinou a convocação para a próxima Sessão, do Senhor Evandro Couto Vianna, Diretor-Presidente da Ecovia e José Alberto Moita, Diretor-Presidente da Rodonorte. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

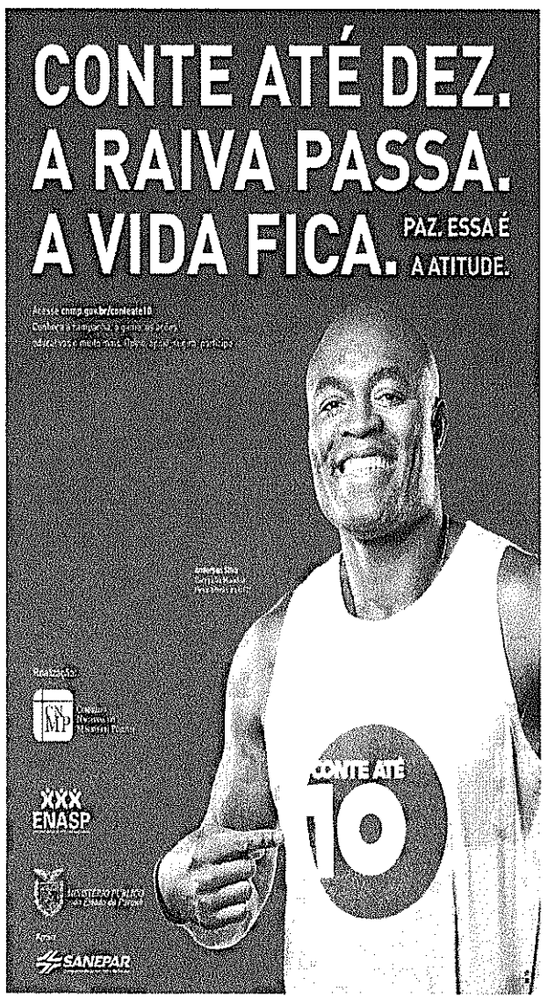
Deputado BERNARDO CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

112171/2013



DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 189

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 17ª Reunião Ordinária (12/11/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 21/11/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 551.

Curitiba, 25 de novembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 190

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 17ª Reunião Ordinária (12/11/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 21/11/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 551.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 25 de novembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 191

Ata da 18 ª Reunião Ordinária

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente, Elton Welter, Fernando Scanavaca e Plauto Miró Guimarães. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 17ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Evandro Couto Vianna, Diretor-Presidente da Ecovia Caminho do Mar e José Alberto Moita, Diretor-Presidente da Rodonorte. Após, solicitou ao Senhor José Alberto que fizesse a leitura e assinasse o Termo de Compromisso, o que foi cumprido. O Senhor Presidente, por sugestão do Deputado Nereu Moura, solicitou que os depoentes apresentassem sua equipe de apoio e autorizou que os mesmos participassem da reunião, se necessário fosse. O Senhor José Alberto iniciou a explanação apresentando a equipe de assessores e após, com auxílio de *slides,* pontuou as seguintes questões: formação profissional; constituição societária da empresa; área de atuação do Grupo CCR, estradas ofertadas; pesquisas de opinião; estrutura operacional; números de atendimento; investimentos; contrato de concessão e suas alterações; investimentos previstos; duplicação da BR-277 e o Contorno de Campo Largo e; projetos de responsabilidade social. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos, esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se a concessionária cumpre com a meta do IGG - Índice de Gravidade Global. Resposta afirmativa; 2- Se a empresa tem autorização do DER para a postergação da duplicação de Piraí do Sul. Resposta afirmativa; 3- Porque não iniciou a obra de duplicação de Ponta Grossa a Apucarana? Resposta: Está em negociação com o DER; 4- Se seria possível antecipar as duplicações com recursos do BNDES. Resposta: É uma solução que pode ser estudada. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido atendido e informou que uma das metas desta Comissão, é buscar a antecipação das obras. Deputado Douglas Fabrício: 1- A Rodonorte refere-se à qual aditivo? Resposta: Ao aditivo de 2002; 2- Se o depoente tem conhecimento que, ao final deste mês, encerra o prazo para as negociações. Resposta: A busca para conclusão das negociações é de ambas as partes; 3- Como, em sua opinião, seria sua apresentação se não houvesse o ato unilateral? Resposta: Acredita que o quadro de investimentos apresentado seria outro; 4- Se houve superfaturamento nos trabalhos iniciais da Rodonorte. Não participou da elaboração da proposta; 5- Qual a empresa contratada para realizar o Contorno de Campo Largo? Resposta. JMalucelli. O Deputado efetuou outros questionamentos, tendo sido esclarecido pelo depoente. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Plauto Miró Guimarães e após, passou a palavra ao Deputado Nereu Moura: 1- Se, em sua opinião, a CPI está auxiliando na negociação com o Governo. Resposta afirmativa; 2- Se existe relação dos atuais proprietários da Rodonorte com as demais concessões do Paraná. Resposta negativa; 3- Se existe o projeto da obra Apucarana a Ponta Grossa. Resposta: O projeto ligando Apucarana à Califórnia está em fase de execução; 4- E os projetos do restante da rodovia? Resposta: Serão elaborados conforme o cronograma das obras. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente e constatou que o problema existente na questão do Pedágio foi devido à intervenção, em 1998, do Poder Concedente.

DIRETORIA LEGISLATIVA 192 Pág.

Deputado Cleiton Kielse: 1- Quanto foi a arrecadação total corrigida? Resposta: Os números contábeis, até dezembro de 2012, são 3 bilhões, 760 milhões e 827 mil reais; 2- Se há condições em reduzir 50% as tarifas para os moradores de Ortigueira. Resposta negativa; 3- Qual é a previsão média de investimento ao ano? Resposta: São 150 milhões ao ano; 4- Qual é a previsão de arrecadação? Resposta: Expectativa de 598 milhões para 2013. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Artagão Junior: 1- Se o projeto executivo, aprovado pelo DER, está baseado na tabela do DER. Resposta: Na tabela de contrato; 2- Se a tabela de contrato é superior à do DER . Resposta: Hoje, de forma geral, está superior à do DER. O Deputado esclareceu que, no seu entendimento, foi absurdo o modelo de concessão em que a tabela de preços para a execução dos projetos está acima da tabela oficial do Poder Concedente e após, efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Péricles de Mello: 1- Se o depoente conhece alguma obra em que a tabela do DER fosse maior do que a praticada pela concessionária. Resposta: Não lembra; 2- Qual o lucro que a empresa JMalucelli teve com a obra do Contorno de Campo Largo? Resposta: O lucro das construtoras é uma questão até de sigilo empresarial. O Deputado considerou ser necessário, para análise da CPI, obter o contrato feito pela Rodonorte e JMalucelli, no caso do Contorno de Campo Largo e os dados atualizados da receita e das despesas da Rodonorte. 3- Se existe solicitação da Rodonorte junto ao DER, para adiamento do início da duplicação de Jaguariaíva a Piraí do Sul. Resposta negativa. Deputado Adelino Ribeiro parabenizou o depoente pelo baixo índice de acidentes na rodovia administrada pela Rodonorte e passou aos questionamentos. 1- Qual é o valor que pode chegar o CBUQ? A senhora Thais Labre , gestora administrativa-financeira da empresa, respondeu que pode chegar a 424; 2- Se é normal pagar o valor do CBUQ de 270 a uma empresa que já tem uma porcentagem de sociedade no Grupo. Resposta: Para a empresa, o importante é uma licitação correta, pagar o menor valor de mercado e garantir a qualidade dos serviços. Deputado Bernardo Ribas Carli: 1- Se existe a discussão com o Governo do Estado para a inclusão do contorno de Ponta Grossa até o final do contrato. Resposta negativa; 2- Se a negativa da Presidente Dilma Rousseff, em renovar as concessões, atrapalha as negociações da concessionária com o Governo do Estado. Resposta: Deve-se buscar outras soluções; 3- Se existe a possibilidade de isentar as motocicletas do pagamento do pedágio. Resposta: Deverá ser feita uma análise sobre essa questão. O Deputado informou que oficializará o referido questionamento. O Deputado Elton Welter questionou sobre a expressão: "as obras não são tão superfaturadas assim", usada pelo depoente, em resposta ao Deputado Adelino Ribeiro. O Senhor José Alberto retificou suas palavras, informando que não reconhece qualquer superfaturamento na proposta. Para encerrar a oitiva do Senhor José Alberto Moita, os Deputados Nelson Luersen, Nereu Moura e Adelino Ribeiro questionaram o Senhor Elvio Torres, gestor de atendimento, que esclareceu, na sequência. A seguir, o Senhor Presidente solicitou que o Senhor Evandro Couto Vianna se dirigisse à tribuna, procedesse à leitura e assinasse o termo de compromisso, que foi cumprido. Após, agradeceu a presença e convidou o Deputado Fernando Scanavaca para compor a Mesa. Passou a palavra ao Senhor Evandro que iniciou apresentando sua equipe de assessores e após, com auxílio de *slides*, esclareceu as seguintes questões: formação profissional; Grupo EcoRodovias; contrato de concessão: trecho concedido, objeto da concessão, obrigações contratuais e histórico do contrato; seguros; investimentos; valores acumulados, de 1998 a 2012; quadro de pessoal; impostos pagos; repasses de verbas contratuais; atendimento ao usuário; tráfego; índice de acidentes. O Deputado Alceu Maron Filho interpelou o depoente, solicitando os dados das vítimas fatais da PR-407. O Senhor Evandro deu continuidade à sua apresentação, esclarecendo sobre: estrutura de atendimento; comunicação com o usuário; fiscalização do Poder Concedente; sustentabilidade; certificações; preservação do meio

DIRETORIA LEGISLATIVA
193
Pág.

ambiente; monitoramento de encostas e de fauna; campanhas ambientais; ações para conscientização e redução de acidentes; apoio a projetos sociais; pesquisa de satisfação e; para finalizar apresentou vídeo sobre a catástrofe que aconteceu no litoral na data de 11 de março de 2011. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se a empresa tem planejamento para melhorar os congestionamentos nas épocas de feriado e temporada de verão. Resposta afirmativa; 2- Se existe possibilidade de antecipar a obra de duplicação da BR-277 à Pontal do Paraná. Resposta: Está em negociação junto ao DER; 3- Porque o gasto excessivo em consultoria? Resposta: A consultoria presta serviço para todo o grupo; 4- Se o custo da consultoria é debitado na conta da Ecovia. Resposta afirmativa; 5- Se o custo de consultoria compõe a TIR. Resposta negativa. Deputado Fernando Scanavaca: 1- Se a consultoria tem ações na Bolsa. Resposta negativa. O Deputado solicitou outras informações ao depoente, em relação à questão consultoria, no que foi atendido. Deputado Douglas Fabrício: 1- Qual a opinião do depoente a respeito do desvio de cargas do Porto de Paranaguá para o Porto de Santa Catarina? Resposta: O desvio ocorre devido a dificuldade na infraestrutura do Porto de Paranaguá; 2- Qual é o faturamento da empresa? Resposta: A receita é de 60% comercial e 40% veículos leves; 3- Qual é o Termo Aditivo seguido pela empresa? Resposta: Hoje segue o Termo de Ajuste de 2008. O Deputado efetuou outras indagações, respondidas pelo depoente. Após, sugeriu que esta Comissão contrate um Instituto de Pesquisa de Opinião Técnica e também sugeriu que, qualquer alteração contratual, esta Assembleia Legislativa seja consultada. Deputado Alceu Maron Filho: 1- Como analisa o fato de que, sendo o tráfego comercial a principal receita da Ecovia, esta não estar responsabilizada pela manutenção das vias que levam ao portão do Porto. Resposta: A Ecovia não tem autorização do Poder Concedente para entrar na cidade de Paranaguá; 2- Se a empresa estaria disposta a assumir a manutenção até o portão do Porto. Resposta afirmativa, desde que seja negociado com o Poder Concedente; 3- Quanto custaria para fixar uma passarela na PR-407? Resposta: Um milhão e meio de reais. O Deputado parabenizou o depoente pela agilidade da Ecovia na recuperação da BR- 277, após as fortes chuvas em 2011. Efetuou outros questionamentos, tendo sido atendido pelo Senhor Evandro Couto Vianna e, para concluir, o Deputado Alceu Maron Filho fez o apelo, em nome da população do litoral e de Paranaguá, que a empresa torne mais rápida as obras de segurança, para que as mortes sejam evitadas. Deputado Cleiton Kielse: 1- Quantos quilômetros de duplicação a Ecovia têm para fazer? Resposta: 19,5 quilômetros; 2- Quanto de investimento calculado? Resposta: Não possui os números, no momento; 3- Quanto será arrecadado em 2013?. Resposta: Em torno de 208 milhões de reais. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido respondido pelo depoente. Para finalizar, solicitou não à sensibilidade de números, mas à sensibilidade humana dos proprietários das concessionárias e, que esta CPI, visualiza a redução dos valores e as obras de duplicações para a segurança da população. Deputado Péricles de Mello: 1- Qual foi o lucro líquido, em porcentagem, da Ecovia no ano de 2012? Resposta: Não sabe, no momento 2- Se as consultorias não entram na questão do cálculo da tarifa. Resposta afirmativa, o custo é risco da concessionária; 3- Como é a fiscalização do DER em relação às consultorias. Resposta: Todos os números são comunicados para o DER mensalmente e trimestralmente. O Deputado fez outras interpelações ao depoente, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Evandro Couto Vianna e informou que a CPI solicitou ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Pepe Richa, o nome das pessoas que compõem a comissão que está discutindo a questão do pedágio com as concessionárias, para realizar uma reunião em conjunto com o DER, concessionárias e os Deputados. Após, passou à deliberação do Requerimento lido na Sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer que se oficie o Senhor Cássio José Ribas Macedo para depor nesta CPI – Aprovado. Em seguida, procedeu à leitura dos Requerimentos que serão deliberados na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria do

DIRETORIA LEGISLATIVA
194
Pág.

Deputado Alceu Maron, que requer a convocação do Senhor Luiz Afonso dos Santos Senna para oitiva perante a CPI do Pedágio; 2- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a convocação do Senhor Paulo Resende para oitiva perante a CPI do Pedágio. Para finalizar, o Senhor Presidente informou a confirmação da presença do representante do Tribunal de Contas da União, para a próxima Sessão e, após deliberação, também determinou a convocação do Senhor Laertes Freitas, Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros, Sindicam. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 195

Sessões Plenárias

Sessão Extraordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Palácio XIX de Dezembro
Diretoria Legislativa
Sessão Extraordinária do dia 25 de novembro de 2013 - Ata nº 23

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e treze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às dezesseis horas e quinze minutos, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Alexandre Curi (PMDB), Cleiton Kielse (PMDB), Douglas Fabricio (PPS), Dr. Batista (PMN), Duilio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Francisco Bührer (PSDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Nelson Justus (DEM), Ney Leprevost (PSD), Pastor Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Enio Verri (PT), Fernando Scanavaca (PDT), Professor Lemos (PT), Ademir Bier (PMDB), Wilson Quinteiro (PSB), Nelson Garcia (PSDB), Adelino Ribeiro (PSL), Anibelli Neto (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Evandro Junior (PSDB), Gilson de Souza (PSC), Gilberto Ribeiro (PSB), Paranhos (PSC), Rasca Rodrigues (PV), Marla Tureck (PSD), Nelson Luersen (PDT), Pedro Lupion (DEM), Gilberto Martin (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Tercilio Turini (PPS), Alceu Maron Filho (PSDB) e Belinati (PP) (**43 Parlamentares**). **Ausentes**, sem justificativa, os Deputados Ademar Traiano (PSDB), Andre Bueno (PDT, ausente do país no período de 25.11.2013 a 7.12.2013), Artagão Júnior (PMDB), Caíto Quintana (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Hermas Brandão Jr. (PSB), Luiz Carlos Martins (PSD), Mauro Moraes (PSDB) e Roberto Acioli (PV) (**9 Parlamentares**). **Ausentes**, justificadamente, os Deputados Nereu Moura (PMDB, conforme Protocolo nº 10.187/2013), e Rose "Litro" (PSDB, conforme Protocolo nº 10.189/2013), ambos de acordo com o art. 60, § 3º, alínea "b" do Regimento Interno, em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado.) (**2 Parlamentares**). O Sr. Presidente, Deputado **Valdir Rossoni**, secretariado pelos Srs. Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1º Secretário) e **Fernando Scanavaca** (na função de 2º Secretário), "*sob a proteção de DEUS*", iniciou os trabalhos da 23ª Sessão Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura, conforme requerimento aprovado do Deputado **Valdir Rossoni**, protocolado sob o **nº 10.176/2013**. O Sr. 2º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior (nº 22, de 20.11.2013), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço para zerar o painel. Srs. Deputados, registrem as suas presenças. Passamos à **ORDEM DO DIA**.

(Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Após a verificação do quórum necessário, procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório anexo.)

(Presidente sem voto.)

ITEM 1 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 654/2013, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que altera e revoga os dispositivos da Lei nº 16.522/2010, que estabelece requisitos para escolha e nomeação de servidores para cargos de provimento em comissão. Requerimento de Comissão Geral de Plenário. Com pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças em Comissão Geral de Plenário. Substitutivo geral da CCJ. Vamos votar o substitutivo geral. Em votação. Vamos concluir. Encerrada a votação. [*Votarum "sim": Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Belinati, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Douglas Fabricio, Dr. Batista, Duilio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marla Turvek, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (39 Deputados). Não votarum: Ademar Traiano, Andre Bueno, Artagão Junior, Caíto Quintana, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Hermas Brandão Jr., Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tercílio Turini e Valdir Rossoni (15 Deputados)*]. Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 654/2013.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária, marcando outra na sequência, com a seguinte Ordem do Dia: 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 654/2013. "*LEVANTA-SE A SESSÃO*". (Sessão encerrada às 16h18, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

116756/2013

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais
17ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA
25 DE NOVEMBRO DE 2013

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais. Sob a presidência do Deputado Nelson Garcia e havendo número legal, passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 560/12, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto** – institui a obrigatoriedade de instalação de aquecedor solar para o aquecimento de água em projetos de habitação popular no Estado. Parecer favorável do Deputado Fernando Scanavaca – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, e por mim, Luciane Andretta, secretária desta Comissão.

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

LUCIANE ANDRETTA
Secretária

116757/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 18ª Reunião Ordinária

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho; Artagão Junior; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente, Elton Welter, Fernando Scanavaca e Plauto Miró Guimarães. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 17ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Evandro Couto Vianna, Diretor-Presidente da Ecovia Caminho do Mar e José Alberto Moita, Diretor-Presidente da Rodonorte. Após, solicitou ao Senhor José Alberto que fizesse a leitura e assinasse o Termo de Compromisso, o que foi cumprido. O Senhor Presidente, por sugestão do Deputado Nereu Moura, solicitou que os depoentes apresentassem sua equipe de apoio e autorizou que os mesmos participassem da reunião, se necessário fosse. O Senhor José Alberto iniciou a explanação apresentando a equipe de assessores e após, com auxílio de *slides*, pontuou as seguintes questões: formação profissional; constituição societária da empresa: área de atuação do Grupo CCR, estradas ofertadas; pesquisas de opinião; estrutura operacional; números de atendimento; investimentos: contrato de concessão e suas alterações; investimentos previstos; duplicação da BR-277 e o Contorno de Campo Largo e; projetos de responsabilidade social. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos, esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se a concessionária cumpre com a meta do IGG - Índice de Gravidade Global. Resposta afirmativa; 2- Se a empresa tem autorização do DER para a postergação da duplicação de Piraí do Sul. Resposta afirmativa; 3- Porque não iniciou a obra de duplicação de Ponta Grossa a Apucarana? Resposta: Está em negociação com o DER; 4- Se seria possível antecipar as duplicações com recursos do BNDES. Resposta: É uma solução que pode ser estudada. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido atendido e informou que uma das metas desta Comissão, é buscar a antecipação das obras. Deputado Douglas Fabrício: 1- A Rodonorte refere-se à qual aditivo? Resposta: Ao aditivo de 2002; 2- Se o depoente tem conhecimento que, ao final deste mês, encerra o prazo para as negociações. Resposta: A busca para conclusão das negociações é de ambas as partes; 3- Como, em sua opinião, seria sua apresentação se não houvesse o ato unilateral? Resposta: Acredita que o quadro de investimentos apresentado seria outro; 4- Se houve superfaturamento nos trabalhos iniciais da Rodonorte. Não participou da elaboração da proposta; 5- Qual a empresa contratada para realizar o Contorno de Campo Largo? Resposta. JMalucelli. O Deputado efetuou outros questionamentos, tendo sido esclarecido pelo depoente. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Plauto Miró Guimarães e após, passou a palavra ao Deputado Nereu Moura: 1- Se, em sua opinião, a CPI está auxiliando na negociação com o Governo. Resposta afirmativa; 2- Se existe relação dos atuais proprietários da Rodonorte com as demais concessões do Paraná. Resposta negativa; 3- Se existe o projeto da obra Apucarana a Ponta Grossa. Resposta: O projeto ligando Apucarana à Califórnia está em fase de execução; 4- E os projetos do restante da rodovia? Resposta: Serão elaborados conforme o cronograma das obras. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo depoente e constatou que o problema existente na questão do Pedágio foi devido à intervenção, em 1998, do Poder Concedente. Deputado Cleiton Kielse: 1- Quanto foi a arrecadação total corrigida? Resposta: Os números contábeis, até dezembro de 2012, são 3 bilhões, 760 milhões e 827 mil reais; 2- Se há condições em reduzir 50% as tarifas para os moradores de Ortigueira. Resposta negativa; 3- Qual é a previsão média de investimento ao ano? Resposta: São 150 milhões ao

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 196

ano; 4- Qual é a previsão de arrecadação? Resposta: Expectativa de 598 milhões para 2013. O Deputado fez outros questionamentos, tendo sido atendido. Deputado Artagão Junior: 1- Se o projeto executivo, aprovado pelo DER, está baseado na tabela do DER. Resposta: Na tabela de contrato; 2- Se a tabela de contrato é superior à do DER . Resposta: Hoje, de forma geral, está superior à do DER. O Deputado esclareceu que, no seu entendimento, foi absurdo o modelo de concessão em que a tabela de preços para a execução dos projetos está acima da tabela oficial do Poder Concedente e após, efetuou outras interpelações ao depoente, sendo atendido na sequência. Deputado Péricles de Mello: 1- Se o depoente conhece alguma obra em que a tabela do DER fosse maior do que a praticada pela concessionária. Resposta: Não lembra; 2- Qual o lucro que a empresa JMalucelli teve com a obra do Contorno de Campo Largo? Resposta: O lucro das construtoras é uma questão até de sigilo empresarial. O Deputado considerou ser necessário, para análise da CPI, obter o contrato feito pela Rodonorte e JMalucelli, no caso do Contorno de Campo Largo e os dados atualizados da receita e das despesas da Rodonorte. 3- Se existe solicitação da Rodonorte junto ao DER, para adiamento do início da duplicação de Jaguariaíva a Piraí do Sul. Resposta negativa. Deputado Adelino Ribeiro parabenizou o depoente pelo baixo índice de acidentes na rodovia administrada pela Rodonorte e passou aos questionamentos. 1- Qual é o valor que pode chegar o CBUQ? A senhora Thais Labre , gestora administrativa-financeira da empresa, respondeu que pode chegar a 424; 2- Se é normal pagar o valor do CBUQ de 270 a uma empresa que já tem uma porcentagem de sociedade no Grupo. Resposta: Para a empresa, o importante é uma licitação correta, pagar o menor valor de mercado e garantir a qualidade dos serviços. Deputado Bernardo Ribas Carli: 1- Se existe a discussão com o Governo do Estado para a inclusão do contorno de Ponta Grossa até o final do contrato. Resposta negativa; 2- Se a negativa da Presidente Dilma Rousseff, em renovar as concessões, atrapalha as negociações da concessionária com o Governo do Estado. Resposta: Deve-se buscar outras soluções; 3- Se existe a possibilidade de isentar as motocicletas do pagamento do pedágio. Resposta: Deverá ser feita uma análise sobre essa questão. O Deputado informou que oficializará o referido questionamento. O Deputado Elton Welter questionou sobre a expressão: "as obras não são tão superfaturadas assim", usada pelo depoente, em resposta ao Deputado Adelino Ribeiro. O Senhor José Alberto retificou suas palavras, informando que não reconhece qualquer superfaturamento na proposta. Para encerrar a oitiva do Senhor José Alberto Moita, os Deputados Nelson Luersen, Nereu Moura e Adelino Ribeiro questionaram o Senhor Elvio Torres, gestor de atendimento, que esclareceu, na sequência. A seguir, o Senhor Presidente solicitou que o Senhor Evandro Couto Vianna se dirigisse à tribuna, procedesse à leitura e assinasse o termo de compromisso, que foi cumprido. Após, agradeceu a presença e convidou o Deputado Fernando Scanavaca para compor a Mesa. Passou a palavra ao Senhor Evandro que iniciou apresentando sua equipe de assessores e após, com auxílio de *slides*, esclareceu as seguintes questões: formação profissional; Grupo EcoRodovias; contrato de concessão: trecho concedido, objeto da concessão, obrigações contratuais e histórico do contrato; seguros; investimentos; valores acumulados, de 1998 a 2012; quadro de pessoal; impostos pagos; repasses de verbas contratuais; atendimento ao usuário; tráfego; índice de acidentes. O Deputado Alceu Maron Filho interpelou o depoente, solicitando os dados das vítimas fatais da PR-407. O Senhor Evandro deu continuidade à sua apresentação, esclarecendo sobre: estrutura de atendimento; comunicação com o usuário; fiscalização do Poder Concedente; sustentabilidade; certificações; preservação do meio ambiente; monitoramento de encostas e de fauna; campanhas ambientais; ações para conscientização e redução de acidentes; apoio a projetos sociais; pesquisa de satisfação e; para finalizar apresentou vídeo sobre a catástrofe que aconteceu no litoral na data de 11 de março de 2011. A seguir, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos esclarecidos, na sequência, pelo depoente. 1- Se a empresa tem planejamento para melhorar os congestionamentos nas épocas de feriado e temporada de verão. Resposta afirmativa; 2- Se existe possibilidade de antecipar a obra de duplicação da BR-277 à Pontal do Paraná. Resposta: Está em negociação junto ao DER; 3- Porque o gasto excessivo em consultoria? Resposta: A consultoria presta serviço para todo o grupo; 4- Se o custo da consultoria é debitado na conta da Ecovia. Resposta afirmativa; 5- Se o custo de consultoria compõe a TIR. Resposta negativa. Deputado Fernando Scanavaca: 1- Se a consultoria tem ações na Bolsa. Resposta negativa. O Deputado solicitou outras informações ao depoente, em relação à questão consultoria, no que foi atendido. Deputado Douglas Fabrício: 1- Qual a opinião do depoente a respeito do desvio de cargas do Porto de Paranaguá para o Porto de Santa Catarina? Resposta: O desvio ocorre devido a dificuldade na infraestrutura do Porto de Paranaguá; 2- Qual é o faturamento da empresa? Resposta: A receita é de 60% comercial e 40% veículos leves; 3- Qual é o Termo Aditivo seguido pela empresa? Resposta: Hoje segue o Termo de Ajuste de 2008. O Deputado efetuou outras indagações, respondidas pelo depoente. Após, sugeriu que esta Comissão contrate um Instituto de Pesquisa de Opinião Técnica e também sugeriu que, qualquer alteração contratual, esta Assembleia Legislativa seja consultada. Deputado Alceu Maron Filho: 1- Como analisa o fato de que, sendo o tráfego comercial a principal receita da Ecovia, esta não estar responsabilizada pela manutenção das vias que levam ao portão do Porto. Resposta: A Ecovia não tem autorização do Poder Concedente para entrar na cidade de Paranaguá; 2- Se a empresa estaria disposta a assumir a manutenção até o portão do Porto. Resposta afirmativa, desde que seja negociado com o Poder Concedente; 3- Quanto custaria para fixar uma passarela na PR-407? Resposta: Um milhão e meio de reais. O Deputado parabenizou o depoente pela agilidade da Ecovia na recuperação da BR- 277, após as fortes chuvas em 2011. Efetuou outros questionamentos, tendo sido atendido pelo Senhor Evandro Couto Vianna e, para concluir, o Deputado Alceu Maron Filho fez o apelo, em nome da população do litoral e de Paranaguá, que a empresa torne mais rápida as obras de segurança, para que as mortes sejam evitadas. Deputado Cleiton Kielse: 1- Quantos quilômetros de duplicação a Ecovia têm para fazer? Resposta: 19,5 quilômetros; 2- Quanto de investimento calculado? Resposta: Não possui os números, no momento; 3- Quanto será arrecadado em 2013?. Resposta: Em torno de 208 milhões de reais. O Deputado solicitou outros esclarecimentos, tendo sido respondido pelo depoente. Para finalizar, solicitou não à sensibilidade de números, mas à sensibilidade humana dos proprietários das concessionárias e, que esta CPI, visualiza a redução dos valores e as obras de duplicações para a segurança da população. Deputado Péricles de Mello: 1- Qual foi o lucro líquido, em porcentagem, da Ecovia no ano de 2012? Resposta: Não sabe, no momento 2- Se as consultorias não entram na questão do cálculo da tarifa. Resposta afirmativa, o custo é risco da concessionária; 3- Como é a fiscalização do DER em relação às consultorias. Resposta: Todos os números são comunicados para o DER mensalmente e trimestralmente. O Deputado fez outras interpelações ao depoente, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Evandro Couto Vianna e informou que a CPI solicitou ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Pepe Richa, o nome das pessoas que compõem a comissão que está discutindo a questão do pedágio com as concessionárias, para realizar uma reunião em conjunto com o DER, concessionárias e os Deputados. Após, passou à deliberação do Requerimento lido na Sessão anterior: 1- Requerimento de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer que se oficie o Senhor Cássio José Ribas Macedo para depor nesta CPI – Aprovado. Em seguida, procedeu à leitura dos Requerimentos que serão deliberados na próxima Sessão: 1- Requerimento de autoria do Deputado Alceu Maron, que requer a convocação do Senhor Luiz Afonso dos Santos Senna para oitiva perante a CPI do Pedágio; 2- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a convocação do Senhor Paulo Resende para oitiva perante a CPI do Pedágio. Para finalizar, o Senhor Presidente informou a confirmação da presença do representante do Tribunal de Contas da União, para a próxima Sessão e, após deliberação, também determinou a convocação do Senhor Luertes Freitas, Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros, Sindicam. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN Presidente	Deputado ADELINO RIBEIRO Vice-Presidente
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO Relator	Deputado WILSON QUINTEIRO Relator Adjunto
Deputado ALCEU MARON FILHO Titular	Deputado ARTAGÃO JUNIOR Titular
Deputado BERNARDO RIBAS CARLI Titular	Deputado NEREU MOURA Titular
Deputado PÉRICLES DE MELLO Titular	CENI DO ROCIO FITZ Secretária

116758/2013

Editais e Contratos

AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 077/2013

Data da abertura: 16/12/2013

Horário: 10h30min

Objeto: Contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de móveis para a ALEP.

Valor máximo: RS 700.000,00 (setecentos mil reais).

Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h as 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.4490.5206

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 03 de dezembro de 2013.

116760/2013

AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 078/2013

Data da abertura: 16/12/2013

Horário: 14h00min

Objeto: Aquisição de equipamentos para o Serviço Odontológico desta ALEP.

Valor máximo: RS 4.632,60 (quatro mil seiscentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h as 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.4490.5213

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 03 de dezembro de 2013.

116762/2013

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 197

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 18ª Reunião Ordinária (19/11/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 03/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 558.

Curitiba, 04 de dezembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
198
Pág.

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 18ª Reunião Ordinária (19/11/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 03/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 558.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 04 de dezembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
199
Pág.

Ata da 19ª Reunião Ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, informando sobre a oitiva dos Senhores Davi Ferreira Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes do Tribunal de Contas da União e José Roberto Pinto Carneiro, da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e em seguida, procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior. Convidou o Senhor José Roberto que se dirigisse à tribuna, e iniciasse sua explanação a respeito das rodovias pedagiadas do Estado do Paraná. O Senhor José Roberto iniciou sua apresentação, com auxílio de *slides,* sobre as seguintes questões: experiência profissional; serviços prestados pela empresa; estrutura de organização da empresa; trabalho do auditor; normas de auditoria e revisão; órgãos reguladores da profissão; exigências regulatórias e abordagem de auditoria. O Senhor Presidente interpelou o convidado solicitando que a apresentação fosse específica na questão das concessionárias de pedágio. O Senhor José Roberto continuou sua apresentação sobre o tema abordagem de auditoria relacionado ao pedágio. Os Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse indagaram ao Senhor José Roberto sobre quais seriam as concessionárias auditadas pela Deloitte, tendo sido respondido pelo convidado que, em seguida, finalizou sua explanação. O Senhor Presidente solicitou ao Deputado Bernardo Ribas Carli, propositor do requerimento, para que esclarecesse o objetivo do convite ao Senhor José Roberto. O Deputado informou que a empresa Deloitte é uma das maiores empresas de contabilidade do mundo e que atualmente presta serviço para a Rodonorte. Após, procedeu com os seguintes questionamentos: 1- Se, em sua opinião, há como mudar os valores, apresentados nesta CPI, sobre o Contorno de Campo Largo. Resposta: O trabalho de auditoria deste ano está em andamento e, nos anos anteriores, o relatório emitido foi sem nenhuma ressalva; 2- Se todas as concessionárias do Paraná têm os seus balanços auditados. Resposta: No seu conhecimento toda concessionária de rodovia têm o balanço auditado; 3- Se a Deloitte prestou serviço somente para a Rodonorte e EcoRodovias. Resposta: Com certeza à CCR EcoRodovias. A seguir, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício. 1- Por quem são pagas as auditorias? Resposta: Pelas concessionárias; 2- Se já aconteceu, no Paraná, algum erro no balanço das concessionárias. Resposta: Não tem conhecimento; 3- Como a auditoria analisa as despesas de consultoria? Resposta: Objetivamente procura identificar se o serviço foi necessário, se foi realizado e se, eventualmente, a companhia tem procedimentos para definição de preços; 4- Quais são as irregularidades mais comuns encontradas em balanços pela empresa Deloitte? Resposta: A grande parte dos erros identificados está vinculada à operações não usuais, complexas e de grande valor. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo Senhor José Roberto. Deputado Cleiton Kielse: 1- Se o convidado possui autonomia para dizer o que é certo ou errado na empresa. Resposta: O trabalho do Auditor não pode ser cerceado. O Deputado solicitou outras informações do Senhor David, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores José Airson Hortz e Germano Toledo Alves, Vereadores do Município de Guarapuava. A seguir, passou a palavra ao Deputado Péricles de Mello: Se uma auditoria averigua quando há valores significativos em uma obra. Resposta: Não é o objetivo do trabalho do auditor. Deputado Adelino Ribeiro lamentou a falta de investimentos em obras nas rodovias do Paraná e o alto valor gasto pelas concessionárias em consultorias e auditorias. Para encerrar a oitiva do Senhor José Roberto, o Deputado Nelson Luersen,

DIRETORIA LEGISLATIVA
200
Pág.

questionou sobre os impostos que são pagos pelas consultorias e auditorias, tendo sido atendido pelo Senhor José Roberto. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu e solicitou que o Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto se dirigisse à tribuna e após, passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro, propositor do Requerimento, para que justificasse o convite do representante do TCU nesta CPI. O Deputado argumentou a necessidade da CPI tomar conhecimento do procedimento da União nas questões das Rodovias Delegadas do Paraná, pelo sistema de concessão.Na sequência, o Senhor Presidente procedeu à leitura da determinação do TCU ao DER no ano de 2012 e após, solicitou ao Senhor Davi que iniciasse sua explanação. Com auxílio de *slides*, o convidado esclareceu que o tópico principal da apresentação é a auditoria nos contratos de concessão das rodovias delegadas do Estado do Paraná, nos anos de 2011 e 2012 e que resultou no acórdão 346/2012 do Tribunal de Contas da União. Iniciou explicando sobre o acompanhamento e controle externo da regulação pelo TCU; Órgãos Reguladores; Convênios de Delegação; Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná e na sequência, passou para o tópico principal da apresentação: histórico das rodovias; análise do TCU; determinações do TCU ao DER; monitoramento do Acórdão 346/2012 e recursos aos acórdãos protocolados pelo Tribunal. Os Deputados Nelson Luersen, Péricles de Mello, Cleiton Kielse e Wilson Quinteiro interpelaram o Senhor Davi sobre o prazo para o cumprimento do acórdão e sobre os recursos apresentados, no que foram atendidos. O Senhor Davi deu prosseguimento aos esclarecimentos sobre monitoramento diligenciando o DER no cumprimento das determinações, tendo este informado da necessidade de mais seis meses de prazo. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen apartearam o Senhor Davi, que os respondeu na sequência. O Senhor Davi finalizou sua apresentação, colocando-se à disposição para esclarecimentos. O Senhor Presidente informou que o Acórdão do Tribunal de Contas da União evidenciou que existem irregularidades nas concessões de rodovias do Paraná, fornecendo assim, mais argumentos para que a CPI fosse instalada. Deu início aos questionamentos que foram respondidos, na sequência, pelo Senhor Davi. 1- Qual é a sua opinião particular sobre as concessões das rodovias no Paraná? Resposta: Não consegue dar uma opinião mais qualitativa sobre as rodovias do Estado do Paraná, por não conhecer de fato a realidade de cada rodovia e de cada um dos pedágios; 2- Se é possível reduzir a tarifa de pedágio sem realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Resposta: O ente regulador deve fazer o reequilíbrio do contrato ou o Poder Concedente tem a opção de tomar a concessão, decretar, anular o contrato da concessão, mas o contrato deve ser respeitado no que está pactuado. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se, em sua opinião, os aditivos atendem o interesse público. Resposta: O TCU constatou que causaram desequilíbrios em desfavor dos usuários; 2- Se é exigida a anuência da União para alterar o cronograma de obras. Resposta negativa; 3- Se o Governo teria que indenizar as concessionárias, caso retome as rodovias para sua responsabilidade. Resposta: Deve ser analisado o contrato exatamente como foi escrito; 4- Se o Governo do Paraná poderia tomar a decisão de retomar as rodovias sem a anuência da União. Resposta: Deve ser analisado o convênio de delegação. O Deputado fez outras indagações e solicitou ao Senhor Davi o encaminhamento a esta CPI, do relatório enviado ao TCU sobre em que estágio se encontra a negociação com cada uma das concessionárias do Paraná, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavaca e passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro, que teceu comentários para que os presentes à Sessão pudessem entender a natureza jurídica do Tribunal de Contas. 1- Quais as consequências do julgado do TCU? Resposta: O Tribunal pode fazer dois tipos de ações: determinar ou recomendar; 2- Em um paralelo do acórdão do Tribunal de Contas da União e a decisão do Poder Judiciário, o que tem maior peso? Resposta: O Poder Judiciário é a última instância de decisão do País; 3- Se o TCU pode se opor a um acordo entre o Governo do Paraná, as Concessionárias e a União Federal. Resposta: Se houver irregularidade ou desrespeito à legislação, o TCU pode determinar que seja corrigido e que não seja feito;

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 201

4- Se o TCU pode interferir dentro da conveniência do Poder Discricionário do Gestor. Resposta: A discricionariedade do gestor está sujeita à Legislação, aos contratos vigentes e aos princípios consagrados da razoabilidade e proporcionalidade consagrados na jurisdição. Deputado Adelino Ribeiro parabenizou o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União e considerou que o prazo dado ao Governo do Estado, foi muito longo. Deputado Cleiton Kielse: 1- Porque o TCU não determinou no seu Relatório, o reequilíbrio de imediato? Resposta: O Tribunal, na decisão do seu Plenário, entendeu razoável o prazo de 360 dias. 2- Se existe alguma fórmula para proibir o aumento de 3,82% e se o Tribunal pode ajudar. Resposta: O Parlamentar ou a CPI tem o poder de representar o Tribunal destacando a irregularidade e o Órgão irá analisar e fazer as determinações possíveis. O Deputado expôs outras considerações ao convidado. O Deputado Péricles de Mello iniciou questionando sobre o prazo solicitado pelo DER para o cumprimento das determinações do TCU, que foram esclarecidas pelo Senhor Davi e após, indagou se: 1- O Tribunal pode analisar o contrato original e os preços das propostas comerciais a pedido da CPI. Resposta afirmativa se houver irregularidade apontada; 2- O gestor não cumprir as determinações, a sanção é puramente multa? Resposta: Há uma série de sanções previstas no Regimento Interno do Tribunal e na Legislação. O Deputado efetuou outras indagações, tendo sido atendido. Para finalizar a oitiva do Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto, o Senhor Presidente indagou se: 1- Os atos dos gestores, que não são publicados em Diário Oficial, são punidos pelos Tribunais de Contas. Resposta: A Lei determina publicidade dos atos, exceto os sigilosos e, caso haja irregularidade, o gestor está sujeito a sanções da Lei e; 2- Se os atos administrativos, que alteram um cronograma de obra com um contrato que não é publicado em Diário Oficial, são inválidos. Resposta: Não pode afirmar sem análise. O Senhor Presidente agradeceu a presença ao Senhor Davi e solicitou-lhe que estivesse presente na reunião que será marcada com o Presidente do Tribunal de Contas da União. A seguir, o Deputado Douglas Fabrício colocou-se à disposição para proceder à leitura da Ata da 18ª Reunião Ordinária. O Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Na sequência, o Senhor Presidente, por sugestão do Deputado Wilson Quinteiro e apoiado pelos demais membros presentes na reunião, determinou o convite ao representante da FIA para o dia 03 de dezembro, ao representante da FIPE para o dia 10 de dezembro e ao Secretário Estadual de Infraestrutura e Logística, Pepe Richa para o dia 17 de dezembro do corrente ano. Para finalizar, passou à deliberação dos Requerimentos lidos na Sessão anterior: 1- Requerimento do Deputado Alceu Maron, que requer a convocação do Senhor Luiz Afonso dos Santos Senna para oitiva perante a CPI do Pedágio; Retirado pelo Autor e 2- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a convocação do Senhor Paulo Resende para oitiva perante a CPI do Pedágio. Retirado pelo Autor. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 202

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 203

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA - 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 7ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às onze horas e trinta minutos, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos Senhores Deputados, Duilio Genari, Francisco Buhrer, Alexandre Curi, Antonio Anibelli Neto, Pedro Lupion, Péricles de Mello e Wilson Quinteiro, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposições nº. 042/2013-CTC e 043/2013-CTC. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Duilio Genari, abriu a reunião, passando a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Curi, Relator da Proposição nº. 042/2012-CTC, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2013, conforme Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009. Após exame dos documentos apresentados, o Senhor Relator, decidiu pelo Parecer Favorável-Aprovado, pois as contas estão de acordo com a legislação vigente, exatas e dentro das normas de sua regulamentação. A proposição foi aprovada por unanimidade. A seguir usou a palavra o Senhor Deputado Antonio Anibelli Neto, que relatou a Proposição nº. 043/2013-CTC, que se refere ao mesmo assunto, somente relativas ao mês de outubro de 2013 e, por não encontrar óbice que as desabone e atender as resoluções que as regem, declinou pelo Parecer Favorável-Aprovado. Essa proposição também foi aprovada por todos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Senhores Deputados presentes, e, por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

MARIA REGINA SUBTIL
Secretária da Comissão de Tomada de Contas

118363/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 19ª Reunião Ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, informando sobre a oitiva dos Senhores Davi Ferreira Gomes Barreto, Secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes do Tribunal de Contas da União e José Roberto Pinto Carneiro, da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e em seguida, procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior. Convidou o Senhor José Roberto que se dirigisse à tribuna, e iniciasse sua explanação a respeito das rodovias pedagiadas do Estado do Paraná. O Senhor José Roberto iniciou sua apresentação, com auxílio de *slides*, sobre as seguintes questões: experiência profissional; serviços prestados pela empresa; estrutura de organização da empresa; trabalho do auditor; normas de auditoria e revisão; órgãos reguladores da profissão; exigências regulatórias e abordagem de auditoria. O Senhor Presidente interpelou o convidado solicitando que a apresentação fosse específica na questão das concessionárias de pedágio. O Senhor José Roberto continuou sua apresentação sobre o tema abordagem de auditoria relacionado ao pedágio. Os Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse indagaram ao Senhor José Roberto sobre quais seriam as concessionárias auditadas pela Deloitte, tendo sido respondido pelo convidado que, em seguida, finalizou sua explanação. O Senhor Presidente solicitou ao Deputado Bernardo Ribas Carli, propositor do requerimento, para que esclarecesse o objetivo do convite ao Senhor José Roberto. O Deputado informou que a empresa Deloitte é uma das maiores empresas de contabilidade do mundo e que atualmente presta serviço para a Rodonorte. Após, procedeu com os seguintes questionamentos: 1- Se, em sua opinião, há como mudar os valores, apresentados nesta CPI, sobre o Contorno de Campo Largo. Resposta: O trabalho de auditoria deste ano está em andamento e, nos anos anteriores, o relatório emitido foi sem nenhuma ressalva; 2- Se todas as concessionárias do Paraná têm os seus balanços auditados. Resposta: No seu conhecimento toda concessionária de rodovia têm o balanço auditado; 3- Se a Deloitte presta serviço somente para a Rodonorte e EcoRodovias. Resposta: Com certeza à CCR EcoRodovias. A seguir, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício. 1- Por quem são pagas as auditorias? Resposta: Pelas concessionárias; 2- Se já aconteceu, no Paraná, algum erro no balanço das concessionárias. Resposta: Não tem conhecimento; 3- Como a auditoria analisa as despesas de consultoria? Resposta: Objetivamente procura identificar se o serviço foi necessário, se foi realizado e se, eventualmente, a companhia tem procedimentos para definição de preços; 4- Quais são as irregularidades mais comuns encontradas em balanços pela empresa Deloitte? Resposta: A grande parte dos erros identificados está vinculada à operações não usuais, complexas e de grande valor. O Deputado continuou com indagações, respondidas pelo Senhor José Roberto. Deputado Cleiton Kielse: 1- Se o convidado possui autonomia para dizer o que é certo ou errado na empresa. Resposta: O trabalho do Auditor não pode ser cerceado. O Deputado solicitou outras informações do Senhor David, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores José Airson Hortz e Germano Toledo Alves, Vereadores do Município de Guarapuava. A seguir, passou a palavra ao Deputado Péricles de Mello: Se uma auditoria averigua quando há valores significativos em uma obra. Resposta: Não é o objetivo do trabalho do auditor. Deputado Adelino Ribeiro lamentou a falta de investimentos em obras nas rodovias do Paraná e o alto valor gasto pelas concessionárias em consultorias e auditorias. Para encerrar a oitiva do Senhor José Roberto, o Deputado Nelson Luersen,

questionou sobre os impostos que são pagos pelas consultorias e auditorias, tendo sido atendido pelo Senhor José Roberto. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu e solicitou que o Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto se dirigisse à tribuna e após, passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro, propositor do Requerimento, para que justificasse o convite do representante do TCU nesta CPI. O Deputado argumentou a necessidade da CPI tomar conhecimento do procedimento da União nas questões das Rodovias Delegadas do Paraná, pelo sistema de concessão. Na sequência, o Senhor Presidente procedeu à leitura da determinação do TCU ao DER no ano de 2012 e após, solicitou ao Senhor Davi que iniciasse sua explanação. Com auxílio de *slides*, o convidado esclareceu que o tópico principal da apresentação é a auditoria nos contratos de concessão das rodovias delegadas do Estado do Paraná, nos anos de 2011 e 2012 e que resultou no acórdão 346/2012 do Tribunal de Contas da União. Iniciou explicando sobre o acompanhamento e controle externo da regulação pelo TCU; Órgãos Reguladores; Convênios de Delegação; Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná e na sequência, passou para o tópico principal da apresentação: histórico das rodovias; análise do TCU; determinações do TCU ao DER; monitoramento do Acórdão 346/2012 e recursos aos acórdãos protocolados pelo Tribunal. Os Deputados Nelson Luersen, Péricles de Mello, Cleiton Kielse e Wilson Quinteiro interpelaram o Senhor Davi sobre o prazo para o cumprimento do acórdão e sobre os recursos apresentados, no que foram atendidos. O Senhor Davi deu prosseguimento aos esclarecimentos sobre monitoramento diligenciando o DER no cumprimento das determinações, tendo este informado da necessidade de mais seis meses de prazo. Os Deputados Cleiton Kielse e Nelson Luersen apartearam o Senhor Davi, que os respondeu na sequência. O Senhor Davi finalizou sua apresentação, colocando-se à disposição para esclarecimentos. O Senhor Presidente informou que o Acórdão do Tribunal de Contas da União evidenciou que existem irregularidades nas concessões de rodovias do Paraná, fornecendo assim, mais argumentos para que a CPI fosse instalada. Deu início aos questionamentos que foram respondidos, na sequência, pelo Senhor Davi. 1- Qual é a sua opinião particular sobre as concessões das rodovias no Paraná? Resposta: Não consegue dar uma opinião mais qualitativa sobre as rodovias do Estado do Paraná, por não conhecer de fato a realidade de cada rodovia e de cada um dos pedágios; 2- Se é possível reduzir a tarifa de pedágio sem realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Resposta: O ente regulador deve fazer o reequilíbrio do contrato ou o Poder Concedente tem a opção de tomar a concessão, decretar, anular o contrato da concessão, mas o contrato deve ser respeitado no que está pactuado. Deputado Douglas Fabrício: 1- Se, em sua opinião, os aditivos atendem o interesse público. Resposta: O TCU constatou que causaram desequilíbrios em desfavor dos usuários; 2- Se é exigida a anuência da União para alterar o cronograma de obras. Resposta negativa; 3- Se o Governo teria que indenizar as concessionárias, caso retome as rodovias para sua responsabilidade. Resposta: Deve ser analisado o contrato exatamente como foi escrito; 4- Se o Governo do Paraná poderia tomar a decisão de retomar as rodovias sem a anuência da União. Resposta: Deve ser analisado o convênio de delegação. O Deputado fez outras indagações e solicitou ao Senhor Davi o encaminhamento a esta CPI, do relatório enviado ao TCU sobre em que estágio se encontra a negociação com cada uma das concessionárias do Paraná, tendo sido atendido. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Deputado Fernando Scanavaca e passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro, que teceu comentários para que os presentes à Sessão pudessem entender a natureza jurídica do Tribunal de Contas. 1- Quais as consequências do julgado do TCU? Resposta: O Tribunal pode fazer dois tipos de ações: determinar ou recomendar; 2- Em um paralelo do acórdão do Tribunal de Contas da União e a decisão do Poder Judiciário, o que tem maior peso? Resposta: O Poder Judiciário é a última instância de decisão do País; 3- Se o TCU pode se opor a um acordo entre o Governo do Paraná, as Concessionárias e a União Federal. Resposta: Se houver irregularidade ou desrespeito à legislação, o TCU pode determinar que seja corrigido e que não seja feito; 4- Se o TCU pode interferir dentro da conveniência do Poder Discricionário do Gestor. Resposta: A discricionariedade do gestor está sujeita à Legislação, aos contratos vigentes e aos princípios consagrados da razoabilidade e proporcionalidade consagrados na jurisdição. Deputado Adelino Ribeiro parabenizou o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União e considerou que o prazo dado ao Governo do Estado, foi muito longo. Deputado Cleiton Kielse: 1- Porque o TCU não determinou no seu Relatório, o reequilíbrio de imediato? Resposta: O Tribunal, na decisão do seu Plenário, entendeu razoável o prazo de 360 dias. 2- Se existe alguma fórmula para proibir o aumento de 3,82% e se o Tribunal pode ajudar. Resposta: O Parlamentar ou a CPI tem o poder de representar o Tribunal destacando a irregularidade e o Órgão irá analisar e fazer as determinações possíveis. O Deputado expôs outras considerações ao convidado. O Deputado Péricles de Mello iniciou questionando sobre o prazo solicitado pelo DER para o cumprimento das determinações do TCU, que foram esclarecidas pelo Senhor Davi e após, indagou se: 1- O Tribunal pode analisar o contrato original e os preços das propostas comerciais a pedido da CPI. Resposta afirmativa se houver irregularidade apontada; 2- O gestor não cumprir as determinações, a sanção é puramente multa? Resposta: Há uma série de sanções previstas no Regimento Interno do Tribunal e na Legislação. O Deputado efetuou outras indagações, tendo sido atendido. Para finalizar a oitiva do Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto, o Senhor Presidente indagou se: 1- Os atos dos gestores, que não são publicados em Diário Oficial, são punidos pelos Tribunais de Contas. Resposta: A Lei determina publicidade dos atos, exceto os sigilosos e, caso haja irregularidade, o gestor está sujeito a sanções da Lei e; 2- Se os atos administrativos,

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 204

que alteram um cronograma de obra com um contrato que não é publicado em Diário Oficial, são inválidos. Resposta: Não pode afirmar sem análise. O Senhor Presidente agradeceu a presença ao Senhor Davi e solicitou-lhe que estivesse presente na reunião que será marcada com o Presidente do Tribunal de Contas da União. A seguir, o Deputado Douglas Fabrício colocou-se à disposição para proceder à leitura da Ata da 18ª Reunião Ordinária. O Deputado Bernardo Ribas Carli requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Na sequência, o Senhor Presidente, por sugestão do Deputado Wilson Quinteiro e apoiado pelos demais membros presentes na reunião, determinou o convite ao representante da FIA para o dia 03 de dezembro, ao representante da FIPE para o dia 10 de dezembro e ao Secretário Estadual de Infraestrutura e Logística, Pepe Richa para o dia 17 de dezembro do corrente ano. Para finalizar, passou à deliberação dos Requerimentos lidos na Sessão anterior: 1- Requerimento do Deputado Alceu Maron, que requer a convocação do Senhor Luiz Afonso dos Santos Senna para oitiva perante a CPI do Pedágio; Retirado pelo Autor e 2- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a convocação do Senhor Paulo Resende para oitiva perante a CPI do Pedágio. Retirado pelo Autor. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

118366/2013

17ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
03 DE DEZEMBRO DE 2013

Ao terceiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Exmo. Deputado: Nelson Justus (Presidente), Pedro Lupion, Fernando Scanavaca, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Tercílio Turini, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk, Nereu Moura e Hermas Brandão Junior. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente sessão: **01- PROJETO DE LEI 666/2013 - Mensagem nº 152/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza a Transformação da Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR em Empresa Pública, sob a denominação de Serviço Geológico do Paraná - MINEROPAR e adota outras providências.* **RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: CONCEDIDO VISTA aos Deps. Péricles de Mello e Tadeu Veneri. 02- PROJETO DE LEI 667/2013 - Mensagem nº 154/2013. Autor: Poder Executivo.** *Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.* **RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 03- PROJETO DE LEI 668/2013 - Mensagem nº 155/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florai.* **RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 04- PROJETO DE LEI 669/2013 - Mensagem nº 156/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis.* **RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 05- PROJETO DE LEI 696/2013 - Mensagem nº 160/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza o Estado do Paraná a atuar de forma a reduzir o passivo do BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - em liquidação, e dá outras providências.* **RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 06- PROJETO DE LEI 695/2013 - Mensagem nº 161/2013. Autor: Poder Executivo.** *Disciplina os Procedimentos relativos ao repasse de Depósitos Judiciais Tributários ao estado do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006.* **RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Tadeu Veneri. 07- PROJETO DE LEI 694/2013 - Mensagem nº 162/2013. Autor: Poder Executivo.** *Dispõe que a*

Ambiental Paraná Florestas S.A. fica transformada em Autarquias sob a denominação de Instituto de Florestas do Paraná e adota outras providências. **RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Tadeu Veneri. 08- PROJETO DE LEI 693/2013 - Mensagem nº 163/2013. Autor: Poder Executivo.** *Dispõe sobre a Concessão de Garantias das Obrigações Pecuniárias Contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Paraná - Paraná Parcerias, criado pela Lei Estadual nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.* **RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Tadeu Veneri. 09- PROJETO DE LEI 698/2013 - Mensagem nº 167/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação, ao Município de Laranjal, do imóvel que especifica.* **RELATOR: DEP. TADEU VENERI. PARECER: ADIADO pelo Relator. 10- PROJETO DE LEI 699/2013 - Mensagem nº 168/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná DER, a efetuar a reversão da doação, ao Município de Ortigueira, do imóvel e benfeitorias que especifica.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 11- PROJETO DE LEI 700/2013 - Mensagem nº 169/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação, ao município de Almirante Tamandaré, do imóvel que especifica.* **RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 12- PROJETO DE LEI 701/2013 - Mensagem nº 170/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Tomazina.* **RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 13- PROJETO DE LEI 702/2013 - Mensagem nº 171/2013. Autor: Poder Executivo.** *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Reversão do Imóvel que especifica ao Município de Rolândia.* **RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 14- PROJETO DE LEI 609/2013. Autor: Tribunal de Justiça.** *Altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.* **RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 15- PROJETO DE LEI 670/2013. Autor: Tribunal de Justiça.** *Dá Nova Redação ao Artigo 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os quadros de pessoal do Poder Judiciário do estado do Paraná e as carreiras de seus servidores, conforme especifica.* **RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Tadeu Veneri. 16- PROJETO DE LEI 690/2013 . Autor: Tribunal de Justiça.** *Altera o anexo IV da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, pela exclusão do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Colombo e do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Foz do*

Iguaçu. **RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 17- PROJETO DE LEI 697/2013. Autor: Tribunal de Contas.** *Institui no âmbito do Tribunal de Contas do estado do Paraná o Auxílio-Alimentação.* **RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 18- SUBEMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO COMPLEMENTAR DE LEI 06/2013. Autor: Dep. Alexandre Curi. Autor da Emenda: Dep. Wilson Quinteiro.** *Altera a redação do Art. 1º da Lei Complementar nº 83/1998, Região Metropolitana de Maringá.* **RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI. PARECER: RETIRADO DE PAUTA a pedido do autor. 19- SUBEMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 752/2011. Autor: Dep. Hermas Brandão Junior. Autor da Emenda: Dep. Evandro Junior.** *Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem dos veículos.* **RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO. 20- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 539/2012. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. Autor da Emenda: Dep. Rasca Rodrigues.** *Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos de pequeno e grande porte.* **RELATOR: DEP. TADEU VENERI. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 21- EMENDA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS AO PROJETO DE LEI 332/2013. Autor: Dep. Gilberto Ribeiro. Autor da Emenda: Dep. Tadeu Veneri e Dep. Wilson Quinteiro.** *Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos e judiciais em que figure como parte cidadão portador de deficiência.* **RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 22- PROJETO DE LEI 475/2013. Autor: Dep. Tercílio Turini.** *Dispõe sobre a substituição imediata no caso de desocupação de cargo público nas áreas em que especifica.* **RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Ademar Traiano. 23- PROJETO DE LEI 379/2013. Autor: Dep. Anibelli Neto.** *Proíbe o uso de procedimento de radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.* **RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Fernando Scanavaca. 24- PROJETO DE LEI 202/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost.** *Isenta do ICMS e IPVA os automóveis de passageiros de fabricação nacional quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.* **RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: CONTRÁRIO-Aprovado. 25- PROJETO DE LEI 428/2013. Autor: Dep. Nereu Moura.** *Revoga a autorização concedida para construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no Estado do Paraná.* **RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: CONTRÁRIO-Rejeitado. Vencidos os Deps. Alexandre Curi, Ademar Traino, Fernando Scanavaca, Pedro Lupion e Bernardo Carli. NOMEADO NOVO RELATOR. 26- PROJETO DE LEI 291/2013. Autor: Dep. Paranhos.** *Proíbe o Descarte de Filtro de Cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do estado do Paraná.* **RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 27- PROJETO DE LEI 473/2013 . Autor: Dep. Péricles de Mello.** *Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. João Darcy Ruggeri.* **RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 28- PROJETO DE LEI 411/2013. Autor: Dep. Tadeu Veneri.** *Institui mecanismo de controle do patrimônio público, instituindo o fundo de provisões para quitação de encargos trabalhistas dos empregados das empresas prestadoras de serviços*

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2052

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 19ª Reunião Ordinária (26/11/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 06/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 561.

Curitiba, 09 de dezembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2068

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 19ª Reunião Ordinária (26/11/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 06/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 561.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 09 de dezembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2071

Ata da 20ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse, Suplente e Tercílio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 19ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e agradeceu a todos os presentes na reunião. No aguardo da presença do Senhor Fernando Albino de Oliveira, representante da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, FIPE, o Senhor Presidente teceu comentários sobre o alto preço das tarifas de pedágio no Paraná, e na sequência os Senhores Deputados fizeram uso da palavra. Deputado Douglas Fabrício: informou sobre a apresentação de Requerimento, subscrito pelos membros desta CPI, solicitando ao Governador a suspensão do aumento da tarifa concedida no início do mês de dezembro, para que seja aprovado em Plenário nesta data. Entendeu que, o referido aumento desmoralizou esta CPI e esta Assembleia Legislativa e que foi incoerente neste momento de renegociação entre o Governo do Estado e as Concessionárias. Deputado Adelino Ribeiro: lamentou sobre o gatilho, autorizado pelo Governo do Estado, nas tarifas das cinco praças de pedágio da Ecocataratas, pela duplicação do trecho Matelândia a Medianeira, e sobre o enfrentamento das empresas ao Poder Legislativo. Deputado Wilson Quinteiro: esclareceu que o apelo que está sendo feito na questão do Requerimento é no sentido de restabelecer um cenário de solução e que é necessário abrir o diálogo entre esta CPI, o Governo do Estado e as Concessionárias, restabelecendo a ordem, no Estado do Paraná, na questão do pedágio. O Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor Fernando Albino de Oliveira, Natália Poiatti e Paula Pereda. Na sequência, com a palavra o Deputado Tercílio Turini: frisou sobre a necessidade desta CPI em dar resposta contundente sobre o reajuste concedido sem justificativa. Deputado Nereu Moura: reforçou a posição de que as Concessionárias estão desmoralizando esta Casa e esta CPI e que fará análise do Regimento Interno da Casa e, havendo fundamento, irá propor o Requerimento para a quebra do sigilo bancário e fiscal das concessionárias, como resposta ao inaceitável aumento das tarifas. Deputado Bernardo Ribas Carli: ressaltou a importância da apresentação do Requerimento e que, o aumento das tarifas foi inoportuno e não vai ao encontro dos trabalhos da CPI e com o que a população espera. Na sequência, o Senhor Presidente procedeu à leitura das informações encaminhadas pela: Econorte, Viapar, Ecocataratas, Rodonorte e Ecovia, a respeito da relação de obras a serem realizadas até o final dos contratos com valores atualizados em novembro de 2013. Informou também, que o DER encaminhou a informação à CPI sobre a composição da equipe que trata da negociação do pedágio junto às Concessionárias. A seguir, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse: comentou sobre o atraso na negociação anunciado pelo Governador do Estado e avalizou a proposta do Deputado Nereu Moura. Deputado Alceu Maron: explanou sobre a falta de informação oficial dos termos que estão sendo propostos os acordos entre o DER e as Concessionárias, para que a CPI pudesse acompanhar, no sentido de colaborar para realização do acordo. Deputado Péricles de Mello: justificou, como Propositor do convite, a presença do Senhor Fernando Albino de Oliveira e solicitou esclarecimentos sobre a

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 208

auditoria realizada pela FIPE. Com a palavra o Deputado Artagão Junior: enfatizou o aumento do pedágio ser ofensivo aos trabalhos desta CPI e defendeu toda medida possível para a suspensão e participação imediata desta Comissão nas tratativas que estão sendo realizadas. Na sequência o Senhor Fernando iniciou sua explanação informando sua formação profissional e de sua equipe técnica; a instituição FIPE e os motivos pelos quais foi contratada. Após, passou a palavra à Senhora Paula Pereda que iniciou a apresentação, com o auxílio de *slides*, pontuando as seguintes questões: objetivo do estudo contratado pela AGEPAR; análise dos contratos vigentes; alterações contratuais; premissas para avaliação do equilíbrio dos contratos e fatores de desequilíbrios contratuais. Finalizada a apresentação, o Senhor Presidente destinou espaço aos Senhores Parlamentares para que efetuassem questionamentos ou comentários. O primeiro inscrito foi o Deputado Péricles de Mello e na sequência os Deputados Artagão Junior, Douglas Fabrício, Nereu Moura e Cleiton Kielse fizeram uso da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença da equipe técnica da FIPE e em seguida, sugeriu que fosse marcada para o dia 18 de dezembro a reunião com os Deputados que compõem a CPI, os membros da Comissão composta pelo DER, os representantes das concessionárias e a AGEPAR. Para finalizar, o Senhor Presidente passou à leitura do Requerimento, de autoria do Deputado Péricles de Mello, a ser deliberado na próxima Sessão, que requer, a partir da presente data, que todos os Requerimentos a serem apresentados junto a esta CPI, sejam entregues à Secretaria da Comissão, com prazo de 24 horas de antecedência, para serem deliberados na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 209

Martins, Luiz Accorsi, Andre Bueno, Pedro Lupion, Nelson Luersen, Alceu Maron Filho, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin, Marla Tureck, Rasca Rodrigues, Ademar Traiano, Duilio Genari, Anibelli Neto, Artagão Junior, Hermas Brandão Junior, Elio Rusch, Belinati, Wilson Quinteiro, Cleiton Kielse, Fernando Scanavaca, Gilberto Ribeiro, Francisco Bührer, Rose "Litro", Tercilio Turini, Terue Kato, Professor Lemos, Dr. Batista, Gilberto Martin, Stephanes Junior, Enio Verri, Nelson Justus, Caito Quintana, Cantora Mara Lima, Péricles de Mello, Evandro Junior, Nelson Garcia e Bernardo Ribas Carli, para envio de voto de pesar à família da Sra. Olga Olena Rossoni, pelo seu falecimento; **Requerimentos nºs 10.724 a 10.729/2013**, do Deputado Tercílio Turini, para envio de voto de congratulações: ao Sr. João Gilberto Escalada e à Sra. Elizabeth Soares Escalada; ao Sr. Michael Eymard Rocha de França; ao Sr. Jurandir Simplício da Costa; ao Sr. José Gabriel do Vale; à Sra. Maria Lucia de Souza; e ao Sr. Gerson Sabaine; **Requerimentos nºs 10.730 a 10.735/2013**, do Deputado Tercílio Turini, para envio de voto de congratulações pela comemoração de aniversário dos Municípios de: Jandaia do Sul, em 14 de dezembro; Cruzmaltina, em 13 de dezembro; Leópolis, em 14 de dezembro; Alvorada do Sul, em 14 de dezembro; Tamarana, em 13 de dezembro; e Londrina, em 10 de dezembro; **Requerimentos nºs 10.738 a 10.744/2013**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações: à Sra. Alzeli Bassetti, em razão da posse da Presidência do Centro de Letras do Paraná; à Escola Municipal CEI Júlio Moreira, pelos 40 anos dedicados ao ensino; à Associação Paranaense de Supermercados, Apras, fundada em 5.1.1971; ao Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto, por ocasião dos 60 anos de sua ordenação presbiterial; à Igreja Cristã Maranata, pelos 45 anos de fundação; aos integrantes do Coral Folclórico Italiano Santa Felicidade; e à primeira turma de formandos do Curso Técnico de Vigilância em Saúde, da Escola de Saúde Pública do Paraná; **Requerimentos nºs 10.747 a 10.776 e 10.795/2013**, do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações e regozijo pela comemoração do aniversário dos Municípios de: Enéas Marques, Itapejara d'Oeste, Indianópolis e Francisco Beltrão, em 14 de dezembro; Florai, em 15 de dezembro; Faxinal, Jandaia do Sul e Japira, em 14 de dezembro; Japurá, em 13 de dezembro; Leópolis, Mandaguaçu e Marilândia do Sul, em 14 de dezembro; Nova Esperança do Sudoeste, em 15 de dezembro; Nova Esperança, Ortigueira, Paranavaí, Pato Branco, Peabiru e Pinhalão, em 14 de dezembro; Pinhão e Pitangueiras, em 15 de dezembro; Porto Barreiro, em 13 de dezembro; Quedas do Iguaçu, em 15 de dezembro; Quinta do Sol, Salgado Filho, Santo Inácio e Sertaneja, em 14 de dezembro; Tamarana, em 13 de dezembro; Terra Roxa, Toledo e Nova Fátima, em 14 de dezembro; **Requerimento nº 10.778/2013**, do Deputado Dr. Batista, para envio de voto de congratulações ao Reverendíssimo Padre Jair Aparecido Faveretto, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Maringá, pelos 25 anos de sacerdócio, comemorado em 20 de dezembro; **Requerimento nº 10.779/2013**, do Deputado Gilberto Martin, para envio de voto de congratulações ao Município de Londrina pela comemoração do 79º aniversário, em 10 de dezembro; **Requerimentos nºs 10.783 a 10.789/2013**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos pela comemoração do aniversário dos Municípios de: Francisco Beltrão, 61 anos, em 14 de dezembro; Chopinzinho, 58 anos, em 14 de dezembro; Doutor Camargo, 49 anos, em 14 de dezembro; Coronel Vivida, 58 anos, em 14 de dezembro; Cruz Machado, 61 anos, em 14 de dezembro; São Carlos do Ivaí, 57 anos, em 16 de dezembro; e Astorga, 61 anos, em 14 de dezembro; **Requerimento nº 10.746/2013**, do Deputado Mauro Moraes, Presidente da Comissão de Segurança Pública, solicitando pedido de menção honrosa às pessoas cujos nomes constam no requerimento, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense; **Requerimento nº 10.736/2013**, do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando encaminhamento ao Diretor Geral do Detran, a indicação de um posto avançado do Detran para o Bairro Guarituba, no Município de Piraquara; **Requerimento nº 10.737/2013**, do Deputado Waldyr Pugliesi, para envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando a aquisição de um veículo para o Município de Bela Vista do Paraíso.

Requerimentos com despacho do Presidente:

Justificativas de Ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "d" do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento nº 10.723/2013**, do Deputado Pastor Edson Praczyk, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10.12.2013.

Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 10.780/2013**, do Deputado Andre Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4.12.2013; **Requerimento nº 10.781/2013**, do Deputado Jonas Guimarães, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9.12.2013; **Requerimento nº 10.782/2013**, do Deputado Anibelli Neto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4.12.2013; **Requerimento nº 10.794/2013**, do Deputado Caito Quintana, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11.12.2013.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando: uma Sessão Extraordinária, na sequência, com a seguinte Ordem do Dia: 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 695/2013; e uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 11 de dezembro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 261/2013 e 661/2013; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 378/2013; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 19/2013, 349/2013, 690/2013 e 702/2013; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 473/2013, 509/2013, 510/2013, 532/2013, 534/2013, 535/2013, 571/2013, 572/2013, 574/2013, 575/2013, 576/2013, 577/2013, 578/2013, 601/20313, 602/2013, 603/2013, 662/2013, 668/2013, 669/2013, 670/2013, 697/2013, 699/2013, 700/2013, 701/2013 e 724/2013. "*LEVANTA-SE A SESSÃO*". (Sessão encerrada às 17h42, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

120539/2013

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 20ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse, Suplente e Tercílio Turini. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 19ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e agradeceu a todos os presentes na reunião. No aguardo da presença do Senhor Fernando Albino de Oliveira, representante da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. FIPE, o Senhor Presidente teceu comentários sobre o alto preço das tarifas de pedágio no Paraná, e na sequência os Senhores Deputados fizeram uso da palavra. Deputado Douglas Fabrício: informou sobre a apresentação de Requerimento, subscrito pelos membros desta CPI, solicitando ao Governador a suspensão do aumento da tarifa concedida no início do mês de dezembro, para que seja aprovado em Plenário nesta data. Entendeu que, o referido aumento desmoralizou esta CPI e esta Assembleia Legislativa e que foi incoerente neste momento de renegociação entre o Governo do Estado e as Concessionárias. Deputado Adelino Ribeiro: lamentou sobre o gatilho, autorizado pelo Governo do Estado, nas tarifas das cinco praças de pedágio da Ecocataratas, pela duplicação do trecho Matelândia a Medianeira, e sobre o enfrentamento das empresas ao Poder Legislativo. Deputado Wilson Quinteiro: esclareceu que o apelo que está sendo feito na questão do Requerimento é no sentido de restabelecer um cenário de solução e que é necessário abrir o diálogo entre esta CPI, o Governo do Estado e as Concessionárias, restabelecendo a ordem, no Estado do Paraná, na questão do pedágio. O Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor Fernando Albino de Oliveira, Natália Poiatti e Paula Pereda. Na sequência, com a palavra o Deputado Tercílio Turini: frisou sobre a necessidade desta CPI em dar resposta contundente sobre o reajuste concedido sem justificativa. Deputado Nereu Moura: reforçou a posição de que as Concessionárias estão desmoralizando esta Casa e esta CPI e que fará análise do Regimento Interno da Casa e, havendo fundamento, irá propor o Requerimento para a quebra do sigilo bancário e fiscal das concessionárias, como resposta ao inaceitável aumento das tarifas. Deputado Bernardo Ribas Carli: ressaltou a importância da apresentação do Requerimento e que, o aumento das tarifas foi inoportuno e não vai ao encontro dos trabalhos da CPI e com o que a população espera. Na sequência, o Senhor Presidente procedeu à leitura das informações encaminhadas pela: Econorte, Viapar, Ecocataratas, Rodonorte e Ecovia, a respeito da relação de obras a serem realizadas até o final dos contratos com valores atualizados em novembro de 2013. Informou também, que o DER encaminhou a informação à CPI sobre a composição da equipe que trata da negociação do pedágio junto às Concessionárias. A seguir, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse: comentou sobre o atraso na negociação anunciado pelo Governador do Estado e avalizou a proposta do Deputado Nereu Moura. Deputado Alceu Maron: explanou sobre a falta de informação oficial dos termos que estão sendo propostos os acordos entre o DER e as Concessionárias, para que a CPI pudesse acompanhar, no sentido de colaborar para realização do acordo. Deputado Péricles de Mello: justificou, como Propositor do convite, a presença do Senhor Fernando Albino de Oliveira e solicitou esclarecimentos sobre a auditoria realizada pela FIPE. Com a palavra o Deputado Artagão Junior: enfatizou o aumento do pedágio ser ofensivo aos trabalhos desta CPI e defendeu toda medida possível para a suspensão e participação imediata desta Comissão nas tratativas que estão sendo realizadas. Na sequência o Senhor Fernando iniciou sua explanação informando sua formação profissional e de sua equipe técnica; a instituição FIPE e os motivos pelos quais foi contratada. Após, passou a palavra à Senhora Paula Pereda que iniciou a apresentação, com o auxílio de *slides*, pontuando as seguintes questões: objetivo do estudo contratado pela AGEPAR; análise dos contratos vigentes; alterações contratuais; premissas para avaliação do equilíbrio dos contratos e fatores de desequilíbrios contratuais. Finalizada a apresentação, o Senhor Presidente destinou espaço aos Senhores Parlamentares para que efetuassem questionamentos ou comentários. O primeiro inscrito foi o Deputado Péricles de Mello e na sequência os Deputados Artagão Junior, Douglas Fabrício, Nereu Moura e Cleiton Kielse fizeram uso da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença da equipe técnica da FIPE e em seguida, sugeriu que fosse marcada para o dia 18 de dezembro a reunião com os Deputados que compõem a CPI, os membros da Comissão composta pelo DER, os representantes das concessionárias e a AGEPAR. Para finalizar, o Senhor Presidente passou à leitura do Requerimento, de autoria do Deputado Péricles de Mello, a ser deliberado na próxima Sessão, que requer, a partir da presente data, que todos os Requerimentos a serem apresentados junto a esta CPI, sejam entregues à Secretaria da Comissão, com prazo de 24 horas de antecedência, para serem deliberados na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do sítio http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 210

por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN Presidente	Deputado ADELINO RIBEIRO Vice-Presidente
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO Relator	Deputado WILSON QUINTEIRO Relator Adjunto
Deputado ALCEU MARON FILHO Titular	Deputado ARTAGÃO JUNIOR Titular
Deputado BERNARDO RIBAS CARLI Titular	Deputado NEREU MOURA Titular
Deputado PÉRICLES DE MELLO Titular	CENI DO ROCIO FITZ Secretária

120531/2013

Comissão de Finanças
14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, após Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Enio Verri, Waldyr Pugliesi, Wilson Quinteiro, Francisco Buhrer e Pedro Lupion. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Waldyr Pugliesi pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 670/13, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1253/13,** dá nova redação ao artigo 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores, conforme especifica. Relator Deputado **FRANCISCO BUHRER.** Parecer **FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 667/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 154/13,** que altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 1996, que dispõe quanto ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Relator Deputado **ENIO VERRI.** Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 609/13,** de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1226/13, que altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores. Relator Deputado **WILSON QUINTEIRO.** Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

Wilson Penka
Secretário

120536/2013

Comissão de Finanças
13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, após Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Buhrer, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Enio Verri, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Waldyr Pugliesi pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 690/13, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1352/13,** altera o Anexo IV da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, pela exclusão do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo, do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Colombo e do 2º Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Foz do Iguaçu, conforme especifica. Relator Deputado **ROBERTO ACIOLLI.** Parecer **FAVORÁVEL - APROVADO.** Em razão da ausência do relator o parecer foi apresentado pelo Deputado Elio Rusch. **02) Projeto de Lei nº 697/13, de autoria do Tribunal de Contas – Ofício nº 571/13,** que institui no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná o auxílio-alimentação. Relator Deputado **ELIO RUSCH.** Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado FRANCISCO BUHRER
Presidente

Wilson Penka
Secretário

120537/2013

Comissão de Finanças
12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, após Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Waldyr Pugliesi, Wilson Quinteiro, Elio Rusch, Roberto Aciolli e Prof. Lemos. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Waldyr Pugliesi pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 662/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 158/13,** que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012 e 17.204, de 29 de junho de 2012. (Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES). Relator Deputado **ELIO RUSCH.** Parecer **FAVORÁVEL - APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

WILSON PENKA
Secretário

120538/2013

Atos de Pessoal

Diretorias

PORTARIA DA DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO Nº 0004/2013

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Artigo 16 da Lei n.º 17.398 de 18 de dezembro de 2012.

Resolve:

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei n.º 17.398 de 18 de dezembro de 2012 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 1400	4000	100	4.000.000,00
3390 3000	4000	100	10.000.000,00
3390 3700	4000	100	3.000.000,00
3390 3900	4000	100	18.000.000,00
		Total	**35.000.000,00**

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 0300	9000	100	4.000.000,00
3190 1100	4000	100	25.000.000,00
3190 1300	4000	100	5.000.000,00
3190 9600	4000	100	1.000.000,00
		Total	**35.000.000,00**

Gabinete da Diretoria Geral, 11 de Dezembro de 2013

Roberto Costa Curta
Diretor Geral

Plauto Miró
Primeiro Secretário

120527/2013

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 211

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 20ª Reunião Ordinária (03/12/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 12/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 565.

Curitiba, 12 de dezembro de 2013.

p/ Solange

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 21.2

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 20ª Reunião Ordinária (03/12/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 12/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 565.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 13 de dezembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Ata da 21ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 20ª Reunião Ordinária. O Deputado Péricles de Mello requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e anunciou a presença do Senhor Pedro Ricardo Furlan, da empresa Vieceli & Furlan Soluções e José Roberto Ferreira Savoia, Coordenador-Geral do Relatório Técnico de Apresentação dos Resultados das Simulações de Valores de Parâmetros do Desequilíbrio Econômico-Financeiro Atual realizado pela Fundação Instituto de Administração, FIA. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Pedro Ricardo que se dirigisse à tribuna e passou a palavra ao propositor do convite, Deputado Bernardo Ribas Carli, que justificou a necessidade de esclarecimentos a esta CPI, sobre o controle de tráfego nas praças de pedágio. O Senhor Pedro Ricardo agradeceu a oportunidade e em seguida, iniciou sua apresentação, com auxílio de *slides*, informando sobre as seguintes questões: características e histórico da empresa; áreas de atuação; serviços oferecidos; parceiros comerciais; sistema de arrecadação. Os Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse apartearam o convidado, no que foram atendidos. O Senhor Pedro Ricardo prosseguiu sua apresentação sobre: modelo de praça genérica, pista manual e pista automática; administração da praça e administração da concessão. O Senhor Pedro Ricardo finalizou sua explanação, colocando-se à disposição dos Senhores Parlamentares para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Deputados: Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, e que foram atendidos, na sequência, pelo Senhor Pedro Ricardo. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente sugeriu que a empresa Vieceli & Furlan Soluções fizesse um orçamento para esta CPI, do custo para realizar um aferimento paralelo ao das concessionárias, do número de veículos e eixos que transitam pelas rodovias pedagiadas do Paraná e após, convidou para a oitiva, o Senhor José Roberto Ferreira Savoia. O Senhor José Roberto iniciou com informações de ordem profissional e após, com o auxílio de *slides*, destacou as seguintes questões: escopo do contrato da FIA; relatórios produzidos; agentes envolvidos no processo de negociação; premissas do modelo de reequilíbrio; cenário econômico à época da celebração dos contratos; matriz de risco; metodologia de reequilíbrio; fluxo de caixa total e fluxo de caixa marginal; eventos de perda de receita; tráfego real versus tráfego projetado nos eventos de perda de receita; manutenção, conservação e operação; cláusula de revisão periódica e indexador do contrato. Os Deputados Douglas Fabrício, Péricles de Mello, Nelson Luersen e Cleiton Kielse efetuaram apartes ao convidado durante a apresentação, no que foram atendidos em seguida. Encerrada a explanação do Senhor José Roberto, o Senhor Presidente deu início aos questionamentos, solicitando ao convidado que procedesse a conclusão do estudo realizado pela FIA. O Senhor José Roberto iniciou a apresentação, com auxílio de *slides*, do relatório do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de cada lote de concessão. Os Deputados Nelson Luersen, Douglas Fabrício, Péricles de Mello, Cleiton Kielse interpelaram o convidado, que esclareceu na sequência. O Deputado Cleiton Kielse solicitou a presença à tribuna do Senhor Romeu

DIRETORIA LEGISLATIVA
214

Stencel, engenheiro aposentado do DER. Após, efetuaram indagações ao Senhor Romeu os seguintes Parlamentares: Cleiton Kielse, Nelson Luersen, Douglas Fabrício e Péricles de Mello, no que foram atendidos. O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Romeu Stencel e solicitou que o Senhor José Roberto desse continuidade à sua explicação, o que foi cumprido. Os Deputados Nelson Luersen, Douglas Fabrício, Cleiton Kielse apartearam o convidado, que os respondeu na sequência. O Senhor Presidente sugeriu que os questionamentos fossem efetuados após a conclusão da apresentação de todos os lotes de concessão. Encerrada a apresentação, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício que iniciou as indagações, seguida pelos seguintes Senhores Parlamentares: Péricles de Mello, tendo sido atendido pelos Senhores José Roberto e Romeu Stencel, Artagão Junior e Cleiton Kielse, no que foram atendidos pelo Senhor José Roberto. O Senhor Presidente agradeceu a presença da FIA e após, passou à discussão do Requerimento, de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer, a partir da presente data, que todos os Requerimentos a serem apresentados junto a esta CPI, sejam entregues à Secretaria da Comissão, com prazo de 24 horas de antecedência. Aprovado, com a alteração do prazo para 48 horas. Para finalizar, o Senhor Presidente passou à leitura dos Requerimentos, a serem deliberados na próxima Sessão. 1- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1- Oficiar o Governo do Estado para que encaminhe informações sobre a concessão de rodovia no trecho de Jaguariaiva a Piraí; 1.2- Requer que se oficie a ANTT para ser ouvida a respeito da concessão da Rodovia Federal BR-163 no Mato Grosso; 1.3- Oficiar o Governo do Estado e o DER para que encaminhe os estudos da nova PPP da rodovia PR-323 que liga Maringá a Guaíra; 1.4- Oficiar a ANTT para que encaminhe todo o processo de concessão das rodovias federais; 2- Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse que solicita oitiva do Ministro dos Transportes, César Augusto Rabello Borges; 3- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a expedição de ofício às Concessionárias para que se manifestem acerca da possibilidade de criação do benefício de isenção da tarifa de pedágio para as motocicletas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, informando a presença, para a próxima Sessão, do Senhor Secretário José Richa Filho, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
215

foi apresentado pelo Deputado Wilson Quinteiro. **03) Projeto de Lei nº 666/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 152/13**, autoriza a transformação da Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR em Empresa Pública, sob a denominação de Serviço Ecológico do Paraná – MINEROPAR e adota outras providências. Relator Deputado **ELIO RUSCH**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO.** O Deputado Francisco Buhrer, consulta ao Presidente se é possível incluir na pauta o **Projeto de Lei nº 696/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 160/13**, que autoriza o Estado do Paraná a atuar de forma a reduzir o passivo do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A – em liquidação, e dá outras providências, uma vez que o parecer está pronto. O Presidente e os demais membros concordaram. A seguir, o Deputado Francisco Buhrer apresentou o parecer **FAVORÁVEL. O Deputado Enio Verri solicitou vista ao Projeto, sendo deferida**. O Presidente informou que a matéria em questão, encontra-se em Regime e Urgência, portanto, deve constar na pauta da próxima reunião, em atenção ao preceituado no Regimento Interno desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos e solicitou aos integrantes da comissão, que relatem as matérias pendentes, na próxima reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES — Presidente
Wilson Penka — Secretário

123383/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 1ª Reunião Extraordinária

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Jacarezinho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares; e os senhores: Diogo Augusto Biato Filho, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho; Dr. Diogo Castor de Mattos, Procurador da República do Ministério Público Federal; Dr. Antonio Carlos Pereira, representante da Subseção da OAB; Francisco Carlos Moraes, Vereador do Município de Jacarezinho; José Pereira Godoi, representando o Presidente da Câmara de Santo Antonio da Platina; Rogério Frutuoso, Vereador do Município de Cambará; Aloísio Guerra, Vereador do Município de Siqueira Campos; Homero Pavan Filho, Secretário Municipal da Indústria e Comércio, representando neste ato, o Prefeito do Município de Jacarezinho; Maiara de Souza Guimarães, Chefe da Divisão do Procon; Walter José Conter Júnior, Diretor-Geral do Procon de Jacarezinho; Silvia Flores, Presidente das Coordenadorias das Associações Comerciais e Empresariais do Norte Pioneiro; Dr. Januário Paludo, Procurador Regional da República e Corregedor Auxiliar do Ministério Público Federal; Allan Marcos de Andrade, representando o Deputado Artagão Junior. O Senhor Presidente agradeceu a todos os presentes na Audiência e esclareceu os objetivos desta Comissão. Após, passou a palavra ao Deputado Cleiton Kielse que teceu breve comentário sobre a atuação da CPI e solicitou apoio da sociedade para que esta Comissão mude a realidade dos paranaenses. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho e na sequência aos senhores Parlamentares. O Senhor Diogo Augusto agradeceu a presença da Comissão Parlamentar de Inquérito e informou acreditar nas intenções da Comissão para solucionar os problemas do pedágio no Paraná. Também informou que o Município de Jacarezinho é uma exceção, por possuir uma praça de pedágio instalada irregularmente. Em seguida, o Deputado Adelino Ribeiro colocou a importância da participação da população para denunciar e opinar sobre a questão do pedágio. O Deputado Wilson Quinteiro destacou a necessidade de reavaliação de todo o processo do pedágio no Estado do Paraná e a relevância do encontro, neste Município, para debater construtivamente a questão do pedágio, tendo como finalidade, obter mais informações para a elaboração do Relatório Final. O Deputado Péricles de Mello explanou sobre: as condições de otimismo para o bom desempenho dos trabalhos da CPI; os pareceres dos Tribunais de Contas do Estado e da União e; a necessidade de assessoria técnica especializada para auxiliar os trabalhos da CPI. O Deputado Douglas Fabrício comentou sobre os trabalhos realizados e o histórico das informações recebidas por esta Comissão. O Senhor Presidente esclareceu que a CPI é o maior instrumento de fiscalização do Poder Legislativo e após passou a palavra ao Dr. Diogo Castor de Mattos. O Dr. Diogo pontuou sobre os seguintes temas: da praça de pedágio de Ourinhos-Jacarezinho; ações do Ministério Público Federal: força-tarefa composta por Procuradores de regiões do Estado e seu plano de trabalho; ação no Supremo Tribunal Federal: trabalhos realizados e poder de resolução da CPI. Os Senhores Deputados Cleiton Kielse; Wilson Quinteiro e Péricles de Mello questionaram o Senhor Procurador, tendo sido esclarecidos na sequência. O Senhor Presidente agradeceu a contribuição do Dr. Diogo Castor de Mattos e após passou a palavra ao Senhor André Luiz Ferreira de Castro, representante do Movimento "Fim do Pedágio" de Jacarezinho. O Senhor André Luiz enumerou sobre as irregularidades existentes na questão do Pedágio; as reivindicações do Movimento e da população; o desequilíbrio nos processos da Justiça; os contratos firmados; oportunidade da CPI ; o Movimento "Fim do Pedágio"em todo o Estado do Paraná; caminhos alternativos e; sobre o benefício de trafegar sem pagar tarifa com cartões. Os Deputados Péricles de Mello; Wilson Quinteiro; Cleiton Kielse; Douglas Fabrício e Nelson Luersen discorreram a respeito da explanação do Senhor André Luiz. O Senhor Presidente agradeceu e solicitou para a oitiva o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região – Sindicam. O Senhor Carlos discorreu sobre a esperança depositada nesta CPI; a ilegalidade da guarita construída à beira da ponte; desvio de curso de rodovia e; cobrança por eixo suspenso. Os Deputados Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Cleiton Kielse sugeriram apresentar Projeto de Lei suspendendo a cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos. Com a palavra o Senhor Auber Silva Pereira, Coordenador do Movimento Popular Contra a Corrupção Por Amor a Londrina, que explanou sobre as seguintes questões: direito de ir e vir; sistema de pedágio no exterior; mortes nas rodovias paranaenses; relação custo-benefício; obrigatoriedade do cupom fiscal; e falta de controle na informação dos dados. Após, os Senhores Francisco Carlos e Aloísio Guerra, Vereadores dos Municípios de Jacarezinho e Siqueira Campos, respectivamente, fizeram uso da palavra e comentaram sobre a dificuldade de lutar contra o pedágio. Como último orador, o Senhor José Pereira Godoi, representante do Presidente da Câmara de Santo Antônio da Platina, enfatizou a esperança nos trabalhos da CPI, devido ao grande número de acidentes que ocorrem na região, que já é penalizada por falta de investimentos. O Senhor Presidente disponibilizou a palavra aos senhores presentes na Audiência para que fizessem questionamentos ou comentários e agradeceu a presença de outras autoridades que se fizeram presentes. O primeiro inscrito foi o Senhor Alberto Bonardi Junior, sócio de empresa de transporte, que informou sobre a cobrança indevida dos eixos do caminhão e a segurança aos usuários da via. O Senhor Presidente solicitou cópia dos extratos da cobrança indevida. Após, o Senhor Pelegrini, morador da região, comentou sobre as irregularidades da Praça de Jacarezinho e sugeriu que as cancelas tivessem no mínimo cem quilômetros, uma da outra. O Senhor Rafael Bonito Pereira comentou sobre a lentidão dos processos que tramitam na justiça; as irregularidades na construção da praça perto da Ponte Velha e o prejuízo do Município de Jacarezinho por conta dos pedágios. O Senhor Luiz Antonio Volpato lamentou a perda de um ente familiar por falta de passarela para fazer a travessia. O Senhor João Carlos comentou sobre o direito de ir e vir e, como último orador inscrito, o Senhor Carlos Zanardo comunicou que famílias deixaram de se visitar, devido ao alto custo das tarifas. A seguir, os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Adelino Ribeiro fizeram suas considerações finais. O Deputado Kielse sugeriu verificar *in loco* a praça de Pedágio do Município, tendo sido acatada pelo Deputado Nelson Luersen que propôs que o Deputado Kielse seja o Presidente da Subcomissão para tratar da praça de Jacarezinho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN — Presidente
Deputado ADELINO RIBEIRO — Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO — Relator
Deputado WILSON QUINTEIRO — Relator Adjunto

Deputado PÉRICLES DE MELLO — Titular
Deputado CLEITON KIELSE — Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

123393/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 21ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 20ª Reunião Ordinária. O Deputado Péricles de Mello requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e anunciou a presença do Senhor Pedro Ricardo Furlan, da empresa Viceeli & Furlan Soluções e José Roberto Ferreira Savoia, Coordenador-Geral do Relatório Técnico de Apresentação dos Resultados das Simulações de Valores de Parâmetros do Desequilíbrio Econômico-Financeiro Atual realizado pela Fundação Instituto de Administração, FIA. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Pedro Ricardo que se dirigisse à tribuna e passou a palavra ao propositor do convite, Deputado Bernardo Ribas Carli, que justificou a necessidade de esclarecimentos a esta CPI, sobre o controle de tráfego nas praças de pedágio. O Senhor Pedro Ricardo agradeceu a oportunidade e em seguida, iniciou sua apresentação, com auxílio de *slides*, informando sobre as seguintes questões: características e histórico da empresa; áreas de atuação; serviços oferecidos; parceiros comerciais; sistema de arrecadação. Os Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse apartearam o convidado, no que foram atendidos. O Senhor Pedro Ricardo prosseguiu sua apresentação sobre: modelo de praça genérica, pista manual e pista automática; administração da praça e administração da concessão. O Senhor Pedro Ricardo finalizou sua explanação, colocando-se à disposição dos Senhores Parlamentares para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Deputados: Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, e que foram atendidos, na sequência, pelo Senhor Pedro Ricardo. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente sugeriu que a empresa Viceeli & Furlan Soluções fizesse um orçamento para esta CPI, do custo para realizar um aferimento paralelo ao das concessionárias, do número de veículos e eixos que transitam pelas rodovias pedagiadas do Paraná e após, convidou para a oitiva, o Senhor José Roberto Ferreira Savoia. O Senhor José Roberto iniciou com informações de ordem profissional e após, com o auxílio de *slides*, destacou as seguintes questões: escopo do contrato da FIA; relatórios produzidos; agentes envolvidos no processo de negociação; premissas do modelo de reequilíbrio; cenário econômico à época da celebração dos contratos; matriz de risco; metodologia de reequilíbrio; fluxo de caixa total e fluxo de caixa marginal; eventos de perda de receita; tráfego real versus tráfego projetado nos eventos de perda de receita; manutenção, conservação e operação; cláusula de revisão periódica e indexador do contrato. Os Deputados Douglas Fabrício, Péricles de Mello, Nelson Luersen e Cleiton Kielse efetuaram apartes ao convidado durante a apresentação, no que foram atendidos em seguida. Encerrada a explanação do Senhor José Roberto, o

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Senhor Presidente deu início aos questionamentos, solicitando ao convidado que procedesse a conclusão do estudo realizado pela FIA. O Senhor José Roberto iniciou a apresentação, com auxílio de *slides*, do relatório do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de cada lote de concessão. Os Deputados Nelson Luersen, Douglas Fabrício, Péricles de Mello, Cleiton Kielse interpelaram o convidado, que esclareceu na sequência. O Deputado Cleiton Kielse solicitou a presença à tribuna do Senhor Romeu Stencel, engenheiro aposentado do DER. Após, efetuaram indagações ao Senhor Romeu os seguintes Parlamentares: Cleiton Kielse, Nelson Luersen, Douglas Fabrício e Péricles de Mello, no que foram atendidos. O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Romeu Stencel e solicitou que o Senhor José Roberto desse continuidade à sua explicação, o que foi cumprido. Os Deputados Nelson Luersen, Douglas Fabrício, Cleiton Kielse apartearam o convidado, que os respondeu na sequência. O Senhor Presidente sugeriu que os questionamentos fossem efetuados após a conclusão da apresentação de todos os lotes de concessão. Encerrada a apresentação, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício que iniciou as indagações, seguida pelos seguintes Senhores Parlamentares: Péricles de Mello, tendo sido atendido pelos Senhores José Roberto e Romeu Stencel, Artagão Junior e Cleiton Kielse, no que foram atendidos pelo Senhor José Roberto. O Senhor Presidente agradeceu a presença da FIA e após, passou à discussão do Requerimento, de autoria do Deputado Péricles de Mello que requer, a partir da presente data, que todos os Requerimentos a serem apresentados junto a esta CPI, sejam entregues à Secretaria da Comissão, com prazo de 24 horas de antecedência. Aprovado, com a alteração do prazo para 48 horas. Para finalizar, o Senhor Presidente passou à leitura dos Requerimentos, a serem deliberados na próxima Sessão. 1- Requerimentos de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1- Oficiar o Governo do Estado para que encaminhe informações sobre a concessão de rodovia no trecho de Jaguariaiva a Piraí; 1.2- Requer que se oficie a ANTT para ser ouvida a respeito da concessão da Rodovia Federal BR-163 no Mato Grosso; 1.3- Oficiar o Governo do Estado e o DER para que encaminhe os estudos da nova PPP da rodovia PR-323 que liga Maringá a Guaíra; 1.4- Oficiar a ANTT para que encaminhe todo o processo de concessão das rodovias federais; 2- Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse que solicita oitiva do Ministro dos Transportes, César Augusto Rabello Borges; 3- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a expedição de ofício às Concessionárias para que se manifestem acerca da possibilidade de criação do benefício de isenção da tarifa de pedágio para as motocicletas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, informando a presença, para a próxima Sessão, do Senhor Secretário José Richa Filho, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

123388/2013

RESOLUÇÃO Nº 22/2013

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 2009, referente ao mês de setembro de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em16 de dezembro de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

123402/2013

RESOLUÇÃO Nº 23/2013

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 2009, referente ao mês de outubro de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em16 de dezembro de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

123405/2013

Publicações Administrativas

Atos de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 904/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 14.320 de 9 de dezembro de 2013,

R E S O L V E:

Comunicar que JOÃO DE ANDRADE, Matrícula nº 9642, servidor do Quadro de Pessoal desta Assembleia, lotado no Gabinete do DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ACIOLLI DOS SANTOS , estará em gozo de 10/12 avos (25 dias) de férias referente ao exercício 2013, a partir de 06/01/2014 até 30/01/2014, com pagamento proporcional da gratificação referente ao terço de férias em janeiro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 13 de dezembro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 905/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 14.322 de 9 de dezembro de 2013,

R E S O L V E:

Comunicar que OSMAR AQUILIO CARDOSO, Matrícula nº 9699, servidor do Quadro de Pessoal desta Assembleia, lotado no Gabinete do DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ACIOLLI DOS SANTOS , estará em gozo de 10/12 avos (25 dias) de férias referente ao exercício 2013, a partir de 06/01/2014 até 30/01/2014, com pagamento proporcional da gratificação referente ao terço de férias em janeiro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 13 de dezembro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 906/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12.765 de 31 de outubro de 2013,

R E S O L V E:

Comunicar que ROSA MARIA BASSETI MORAES, Matrícula nº 40.335, servidora do Quadro de Pessoal desta Assembleia, lotada na COMISSÃO DE AGRICULTURA , estará em gozo de férias referente ao exercício 2011, a partir de 19/11/2013 até 18/12/2013, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em janeiro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 17 de dezembro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 907/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 13.063 de 8 de novembro de 2013,

R E S O L V E:

Anular a Portaria 628/2013 e comunicar que RONALDO MOSELLI, Matrícula nº 40.952, servidor do Quadro de Pessoal desta Assembleia, lotado na DIRETORIA LEGISLATIVA, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 06/02/2014 até 07/03/2014. A gratificação referente ao terço de férias será paga em janeiro/14.

Palácio XIX de Dezembro, em 17 de dezembro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 908/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 14.190 de 5 de novembro de 2013,

R E S O L V E:

Comunicar que VITOR LUIZ COLLI JORDÃO, Matrícula nº 10.310, servidor do Quadro de Pessoal desta Assembleia, lotado no Gabinete do DEPUTADO EVANDRO BUQUERA F. OLIVEIRA JÚNIOR, estará em gozo de 6/12 avos (15 dias) de férias referente ao exercício de 2013, a partir de 06/01/2014

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 217

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 21ª Reunião Ordinária (10/12/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 19/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 570.

Curitiba, 19 de dezembro de 2013.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA Fls. 218

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 21ª Reunião Ordinária (10/12/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 19/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 570.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 19 de dezembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls 219

Ata da 22ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 21ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor José Richa Filho, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, convidado a prestar esclarecimentos por Requerimento do Deputado Douglas Fabrício. Após, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Dr. Diogo Castor de Mattos e Dr. Ercias Rodrigues de Souza, Procuradores da República dos Municípios de Jacarezinho e Foz do Iguaçu, respectivamente. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, que agradeceu a presença do Secretário e de sua equipe, informando que o objetivo desta reunião é conseguir encontrar uma solução em benefício da população. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor José Richa Filho que se dirigisse à tribuna e iniciasse sua explanação. O Senhor Secretário agradeceu o convite e em seguida, com auxílio de *slides*, pontuou sobre as seguintes questões: finalidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, SEIL; integração dos modais; corredores estaduais; investimento em conservação da malha; premissas do diálogo; investimentos das concessões e a questão tarifária. O Senhor Secretário finalizou sua explanação, enfatizando o empenho da Secretaria na questão do planejamento. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos ou comentários, autorizando o Senhor Secretário a utilizar a participação da equipe de apoio, se julgar necessário. O Deputado Nelson Luersen foi o primeiro a fazer o uso da palavra, seguido pelos seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício, Nereu Moura e Bernardo Ribas Carli. Por motivo de manifestações no Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, tendo sido reaberta após alguns instantes, dando continuidade ao uso da palavra o Deputado Bernardo Ribas Carli. Na sequência usaram da palavra os Deputados: Artagão Junior, Péricles de Mello, Adelino Ribeiro, Alceu Maron Filho, Cleiton Kielse e Elton Welter, e que foram atendidos pelos Senhores José Richa Filho e Nelson Leal Junior, Diretor-Geral do DER-PR. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Secretário e de sua equipe e informou o cancelamento da reunião marcada para o dia dezoito de dezembro do corrente ano. Após, passou à discussão dos Requerimentos, de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1- Oficiar o Governo do Estado do Paraná para que encaminhe informações sobre a concessão de rodovia no trecho de Jaguariaíva a Piraí do Sul - Aprovado; 1.2- Requer que se oficie a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT para ser ouvida a respeito da concessão da Rodovia Federal BR-163 no Mato Grosso - Aprovado; 1.3- Oficiar o Governo do Estado e o DER para que sejam encaminhados os estudos da nova PPP da rodovia PR-323 que liga Maringá a Guaíra - Aprovado; 1.4- Oficiar a ANTT para que encaminhe todo o processo de concessão das rodovias federais - aprovado; 2- Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, solicitando oitiva do Ministro dos Transportes, César Augusto Rabello Borges - Aprovado; 3- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a expedição de ofício às Concessionárias para

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls 220

que se manifestem acerca da possibilidade de criação do benefício de isenção da tarifa de pedágio para as motocicletas - Aprovado. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, informando que a próxima Sessão acontecerá no dia 04 de fevereiro de 2014, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que verificado através do site: http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA Fls. 221

*Marla Tureck, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (14 Deputados). **Votaram "não":** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Adenir Bier, Alexandre Curi, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Evandro Junior, Francisco Bührer, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Luiz Accorsi, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tercilio Turini, Teruo Kato e Wilson Quinteiro (23 Deputados). **Não votaram:** Alceu Maron Filho, Anibelli Neto, Artagão Junior, Caito Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabricio, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni (17 Deputados)*]. Com 14 votos favoráveis e 23 votos contrários está **rejeitado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**

Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento nº 466/2014, da Deputada Rose "Litro", solicitando o arquivamento do Requerimento protocolizado sob o nº 6.585-DAP, do ex-Deputado Fábio Camargo, no qual solicita a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a atuação administrativa dos síndicos e administradores judiciais nos processos de falência e recuperação judicial; **Requerimento nº 472/2014**, do Deputado Hermas Brandão Jr., solicitando autorização desta Casa para se ausentar do país no período de 16 a 26.2.2014; **Requerimentos nºs 480, 482, 483 e 485 a 487/2014**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Aleir Getúlio Pires, do Dr. Hamilton Leopoldo Glaser, do Sr. José Alves Mendes Pereira, do Sr. Geraldo Castellano Biscaia, do Sr. Paulo Munhoz da Rocha, e do Sr. Jurandir Paixão; **Requerimento nº 490/2014**, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Joaquim Romero Fontes; **Requerimento nº 471/2014**, do Deputado Luiz Carlos Martins, para envio de voto de congratulações ao Teatro Lala Schneider, seu fundador João Luiz Fiani, atores, atrizes, funcionários e colaboradores, pela comemoração dos 20 de fundação; **Requerimentos nºs 476 a 479, 481 e 484/2014**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações: ao Desembargador Edson Luiz Vidal Pinto; ao Desembargador Jucimar Novochadlo; ao apresentador Carlos Nascimento; à nova diretoria eleita da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP; ao Padre Zdzislaw Malczewski SChr.; e aos participantes do I Fórum Mundial de Ufologia; **Requerimentos nºs 474 e 475/2014**, do Deputado Mauro Moraes, para envio de voto de congratulações: ao efetivo do Batalhão de Polícia de Fronteira (nomes presentes no requerimento), pelos relevantes serviços prestados à segurança pública nas fronteiras do Estado do Paraná; e ao efetivo do Batalhão de Polícia Ambiental e ao 9º Batalhão de Polícia Militar (nomes presentes no requerimento), em reconhecimento aos relevantes trabalhos prestados à segurança pública do Estado do Paraná; **Requerimentos nºs 488 e 489/2014**, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de voto de congratulações: ao Sr. José Sanches Filho, em reconhecimento ao seu pioneirismo na área da publicidade em Maringá; e ao Sr. Joel Azevedo de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Maringá, Sincontábil, pela posse da nova diretoria gestão 2014/2016, a se realizar no dia 14.2.2014; **Requerimentos nºs 502 e 503/2014**, do Deputado Elio Rusch, para envio de voto de congratulações: à Diretoria da Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda., Coopavel, pela consagradora realização do Show Rural 2013; e à Paróquia Católica São José Operário, do Céu Azul, pela realização da 44ª Romaria e Festa de Nossa Senhora de Lourdes.

Requerimentos com despachos do Presidente:

À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências: Requerimento nº 468/2014, do Deputado Professor Lemos, solicitando a utilização do Plenarinho desta Casa no dia 20.2.2014, no período das 9h às 12h, para realização de Audiência Pública sobre a Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino do Paraná.

À Diretoria Legislativa para anotações: Requerimento nº 469/2014, do Deputado Duílio Genari, Líder do Bloco Parlamentar PP/PV/PSL, comunicando a indicação do Deputado Rasca Rodrigues como membro da Comissão Especial para Análise de Mudanças no Regimento Interno desta Casa, em substituição ao ex-Deputado Antônio Carlos Belinati; **Requerimento nº 470/2014**, do Deputado Duílio Genari, Líder do Bloco Parlamentar PP/PV/PSL, comunicando a indicação do Deputado Roberto Acciolli como membro titular, continuando o Deputado Rasca Rodrigues como membro suplente da Comissão de Assuntos Metropolitanos.

Justificativas de Ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "d" do Regimento Interno (para representar a Assembleia por indicação do Presidente): **Requerimento nº 465/2014**, do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 10 a 12.2.2014, por estar representando a Assembleia em Brasília durante os dias 10 a 14.2.2014.

Deferido conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 464/2014**, do Deputado Alexandre Curi, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4.2.2014.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11 de fevereiro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 646/2013, 653/2013, 658/2013 e 675/2013; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 680/2013, 681/2013, 682/2013, 683/2013 e do Projeto de Resolução nº 33/2013; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 711/2013, 712/2013, 713/2013 e 743/2013; Discussão Única do Veto nº 27/2013, aposto ao Projeto de Lei nº 620/2012. "***LEVANTA-SE A SESSÃO***". (Sessão encerrada às 15h54, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

11344/2014

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Ata da 5ª Reunião da Comissão Especial para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná (Ato do Presidente nº 19/2013)

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às 11h, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa, reuniram-se os Senhores Deputados Caito Quintana, André Bueno, Tadeu Veneri e Tercílio Turini, membros da Comissão Especial para averiguar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná, com a finalidade de deliberar sobre os trabalhos da Comissão. Havendo número legal, e sob a proteção de Deus, o Deputado Caito Quintana, Presidente da Comissão Especial, declarou aberta a reunião e lembrou os presentes que o prazo para a conclusão dos trabalhos é 19 de fevereiro de 2014. Com a palavra, a Dra. Lucília, Diretora Legislativa, apresentou ao Presidente da Comissão um resumo dos trabalhos desenvolvidos. O Deputado Caito Quintana fez a leitura do resumo cientificando os demais membros. Lembrou, ainda, que os Projetos de Lei referentes às revogações e alterações de Leis, deverão ser assinados pelos membros da Comissão, em face do prazo de encerramento da mesma. Comunicou ainda sobre o Veto parcial ao Projeto de Lei nº 538/2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública às Entidades no Estado do Paraná. Em seguida, colocou em discussão a sugestão do Deputado Tercílio Turini sobre a tramitação dos Projetos de Lei que não forem afetados pelo Veto, os quais devem prosseguir seu trâmite normalmente, o que foi aprovado. Com a palavra o Senhor Luiz, integrante do grupo de trabalho da Comissão, que esclareceu o questionamento do Deputado Pedro Lupion, na reunião anterior, sobre a exigibilidade de Lei de Utilidade Pública nos convênios celebrados no Estado do Paraná. Comentou que existe no Paraná a Lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, que trata do repasse de recursos públicos pelo Poder Executivo a entidades sem fins lucrativos. Por fim, o Senhor Presidente, deliberou que a Comissão deve aguardar a comunicação das razões do Veto ao Projeto de Lei nº 538/2013, para posterior discussão; além disso, solicitou o encaminhamento aos membros da Comissão, do estudo que a Vice-Governadoria realizou referente ao Projeto de Lei nº 538/2013, bem como a ratificação do ofício encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente ata que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Caito Quintana
Presidente

Deputado André Bueno
Titular

Deputado Tadeu Veneri
Titular

Deputado Tercílio Turini
Titular

11345/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 22ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e Elton Welter. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 21ª Reunião Ordinária. O Deputado Nereu Moura requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a presença do Senhor José Richa Filho, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, convidado a prestar esclarecimentos por Requerimento do Deputado Douglas Fabrício. Após, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Dr. Diogo Castor de Mattos e Dr. Ercias Rodrigues de Souza, Procuradores da República dos Municípios de Jacarezinho e Foz do Iguaçu, respectivamente. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, que agradeceu a presença do Secretário e de sua equipe, informando que o objetivo desta reunião é conseguir encontrar uma solução em benefício da população. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor José Richa Filho que se dirigisse à tribuna e iniciasse sua explanação. O Senhor Secretário agradeceu o convite e em seguida, com auxílio de *slides*, pontuou sobre as seguintes questões: finalidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, SEIL; integração dos modais; corredores estaduais; investimento em conservação da malha; premissas do diálogo; investimentos das concessões e a questão tarifária. O Senhor Secretário finalizou sua explanação, enfatizando o empenho da Secretaria na questão do planejamento. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos ou

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 222

comentários, autorizando o Senhor Secretário a utilizar a participação da equipe de apoio, se julgar necessário. O Deputado Nelson Luersen foi o primeiro a fazer o uso da palavra, seguido pelos seguintes Parlamentares: Douglas Fabricio, Nereu Moura e Bernardo Ribas Carli. Por motivo de manifestações no Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, tendo sido reaberta após alguns instantes, dando continuidade ao uso da palavra o Deputado Bernardo Ribas Carli. Na sequência usaram da palavra os Deputados: Artagão Junior, Péricles de Mello, Adelino Ribeiro, Alceu Maron Filho, Cleiton Kielse e Elton Welter, e que foram atendidos pelos Senhores José Richa Filho e Nelson Leal Junior, Diretor-Geral do DER-PR. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Secretário e de sua equipe e informou o cancelamento da reunião marcada para o dia dezoito de dezembro do corrente ano. Após, passou à discussão dos Requerimentos, de autoria do Deputado Péricles de Mello. 1.1- Oficiar o Governo do Estado do Paraná para que encaminhe informações sobre a concessão de rodovia no trecho de Jaguariaiva a Piraí do Sul - Aprovado; 1.2- Requer que se oficie a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT para ser ouvida a respeito da concessão da Rodovia Federal BR-163 no Mato Grosso - Aprovado; 1.3- Oficiar o Governo do Estado e o DER para que sejam encaminhados os estudos da nova PPP da rodovia PR-323 que liga Maringá a Guaíra - Aprovado; 1.4- Oficiar a ANTT para que encaminhe todo o processo de concessão das rodovias federais - aprovado; 2- Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Kielse, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, solicitando oitiva do Ministro dos Transportes, César Augusto Rabello Borges - Aprovado; 3- Requerimento de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli que requer a expedição de ofício às Concessionárias para que se manifestem acerca da possibilidade de criação do benefício de isenção da tarifa de pedágio para as motocicletas - Aprovado. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, informando que a próxima Sessão acontecerá no dia 04 de fevereiro de 2014, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

11347/2014

Editais e Contratos

AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão, na Forma Presencial para Registro de Preços nº 001/2014.

Data da abertura: 25/02/2014

Horário: 10h00min

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte aéreo executivo eventual para a ALEP.

Valor por hora de voo: R$ 8.350,00 (oito mil trezentos e cinquenta reais).

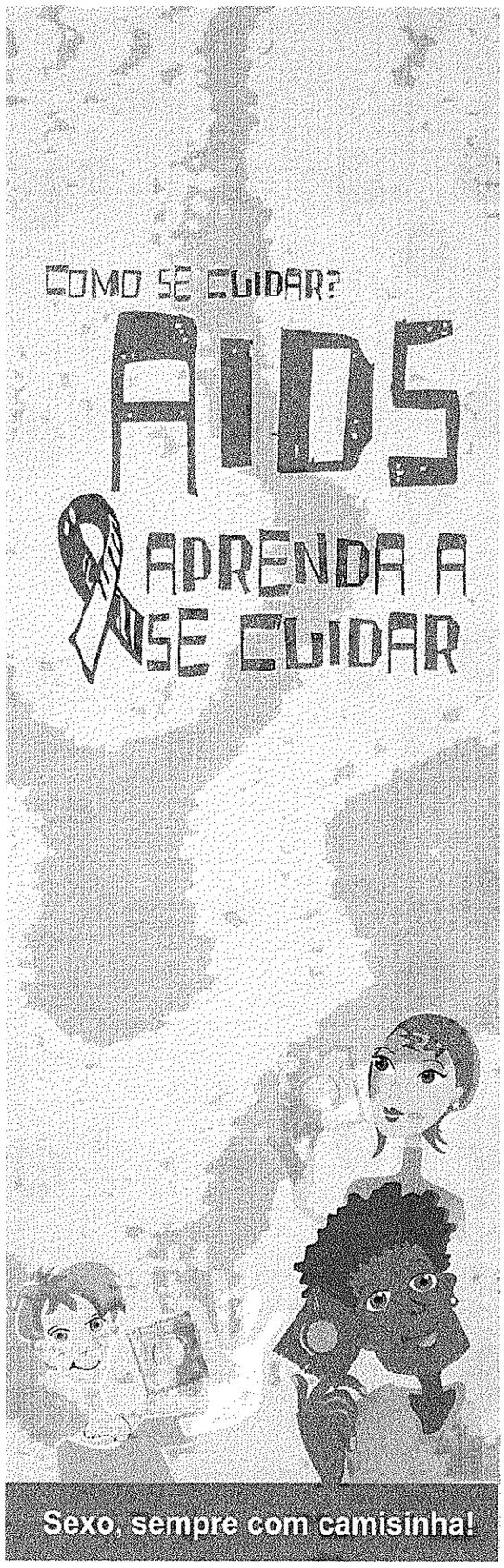
Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h as 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.3390.3968.

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 11 de fevereiro de 2014.

11350/2014



PARANÁ BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 223

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 22ª Reunião Ordinária (17/12/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 11/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 590.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls 224

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 22ª Reunião Ordinária (17/12/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 11/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 590.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls 225

Ata da 1ª Reunião Extraordinária

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Jacarezinho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares; e os senhores: Diogo Augusto Biato Filho, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho; Dr. Diogo Castor de Mattos, Procurador da República do Ministério Público Federal; Dr. Antonio Carlos Pereira, representante da Subseção da OAB; Francisco Carlos Moraes, Vereador do Município de Jacarezinho; José Pereira Godoi, representando o Presidente da Câmara de Santo Antonio da Platina; Rogério Frutuoso, Vereador do Município de Cambará; Aloísio Guerra, Vereador do Município de Siqueira Campos; Homero Pavan Filho, Secretário Municipal da Indústria e Comércio, representando neste ato, o Prefeito do Município de Jacarezinho; Maiara de Souza Guimarães, Chefe da Divisão do Procon; Walter José Conter Júnior, Diretor-Geral do Procon de Jacarezinho; Silvia Flores, Presidente das Coordenadorias das Associações Comerciais e Empresariais do Norte Pioneiro; Dr. Januário Paludo, Procurador Regional da República e Corregedor Auxiliar do Ministério Público Federal; Allan Marcos de Andrade, representando o Deputado Artagão Junior. O Senhor Presidente agradeceu a todos os presentes na Audiência e esclareceu os objetivos desta Comissão. Após, passou a palavra ao Deputado Cleiton Kielse que teceu breve comentário sobre a atuação da CPI e solicitou apoio da sociedade para que esta Comissão mude a realidade dos paranaenses. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho e na sequência aos senhores Parlamentares. O Senhor Diogo Augusto agradeceu a presença da Comissão Parlamentar de Inquérito e informou acreditar nas intenções da Comissão para solucionar os problemas do pedágio no Paraná. Também informou que o Município de Jacarezinho é uma exceção, por possuir uma praça de pedágio instalada irregularmente. Em seguida, o Deputado Adelino Ribeiro colocou a importância da participação da população para denunciar e opinar sobre a questão do pedágio. O Deputado Wilson Quinteiro destacou a necessidade de reavaliação de todo o processo do pedágio no Estado do Paraná e a relevância do encontro, neste Município, para debater construtivamente a questão do pedágio, tendo como finalidade, obter mais informações para a elaboração do Relatório Final. O Deputado Péricles de Mello explanou sobre: as condições de otimismo para o bom desempenho dos trabalhos da CPI; os pareceres dos Tribunais de Contas do Estado e da União e; a necessidade de assessoria técnica especializada para auxiliar os trabalhos da CPI. O Deputado Douglas Fabrício comentou sobre os trabalhos realizados e o histórico das informações recebidas por esta Comissão. O Senhor Presidente esclareceu que a CPI é o maior instrumento de fiscalização do Poder Legislativo e após passou a palavra ao Dr. Diogo Castor de Mattos. O Dr. Diogo pontuou sobre os seguintes temas: da praça de pedágio de Ourinhos-Jacarezinho; ações do Ministério Público Federal; força-tarefa composta por Procuradores de regiões do Estado e seu plano de trabalho; ação no Supremo Tribunal Federal; trabalhos realizados e poder de resolução da CPI. Os Senhores Deputados Cleiton Kielse; Wilson Quinteiro e Péricles de Mello questionaram o Senhor Procurador, tendo sido esclarecidos na sequência. O Senhor Presidente agradeceu a contribuição do Dr. Diogo Castor de Mattos e após passou a palavra ao Senhor André Luiz Ferreira de Castro, representante do Movimento "Fim do Pedágio" de Jacarezinho. O Senhor André Luiz enumerou sobre as irregularidades existentes na questão do Pedágio; as reivindicações do Movimento e da população; o desequilíbrio nos processos da Justiça; os contratos firmados; oportunidade da CPI ; o Movimento "Fim do Pedágio"em todo o Estado do Paraná;

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 226

caminhos alternativos e; sobre o benefício de trafegar sem pagar tarifa com cartões. Os Deputados Péricles de Mello; Wilson Quinteiro; Cleiton Kielse; Douglas Fabrício e Nelson Luersen discorreram a respeito da explanação do Senhor André Luiz. O Senhor Presidente agradeceu e solicitou para a oitiva o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região – Sindicam. O Senhor Carlos discorreu sobre a esperança depositada nesta CPI; a ilegalidade da guarita construída à beira da ponte; desvio de curso de rodovia e; cobrança por eixo suspenso. Os Deputados Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Cleiton Kielse sugeriram apresentar Projeto de Lei suspendendo a cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos. Com a palavra o Senhor Auber Silva Pereira, Coordenador do Movimento Popular Contra a Corrupção Por Amor a Londrina, que explanou sobre as seguintes questões: direito de ir e vir; sistema de pedágio no exterior; mortes nas rodovias paranaenses; relação custo-benefício; obrigatoriedade do cupom fiscal; e falta de controle na informação dos dados. Após, os Senhores Francisco Carlos e Aloísio Guerra, Vereadores dos Municípios de Jacarezinho e Siqueira Campos, respectivamente, fizeram uso da palavra e comentaram sobre a dificuldade de lutar contra o pedágio. Como último orador, o Senhor José Pereira Godoi, representante do Presidente da Câmara de Santo Antônio da Platina, enfatizou a esperança nos trabalhos da CPI, devido ao grande número de acidentes que ocorrem na região, que já é penalizada por falta de investimentos. O Senhor Presidente disponibilizou a palavra aos senhores presentes na Audiência para que fizessem questionamentos ou comentários e agradeceu a presença de outras autoridades que se fizeram presentes. O primeiro inscrito foi o Senhor Alberto Bonardi Junior, sócio de empresa de transporte, que informou sobre a cobrança indevida dos eixos do caminhão e a segurança aos usuários da via. O Senhor Presidente solicitou cópia dos extratos da cobrança indevida. Após, o Senhor Pelegrini, morador da região, comentou sobre as irregularidades da Praça de Jacarezinho e sugeriu que as cancelas tivessem no mínimo cem quilômetros, uma da outra. O Senhor Rafael Bonito Pereira comentou sobre a lentidão dos processos que tramitam na justiça; as irregularidades na construção da praça perto da Ponte Velha e o prejuízo do Município de Jacarezinho por conta dos pedágios. O Senhor Luiz Antonio Volpato lamentou a perda de um ente familiar por falta de passarela para fazer a travessia. O Senhor João Carlos comentou sobre o direito de ir e vir e, como último orador inscrito, o Senhor Carlos Zanardo comunicou que famílias deixaram de se visitar, devido ao alto custo das tarifas. A seguir, os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Adelino Ribeiro fizeram suas considerações finais. O Deputado Kielse sugeriu verificar *in loco* a praça de Pedágio do Município, tendo sido acatada pelo Deputado Nelson Luersen que propôs que o Deputado Kielse seja o Presidente da Subcomissão para tratar da praça de Jacarezinho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls: 227

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
fls. 228

foi apresentado pelo Deputado Wilson Quinteiro. **03) Projeto de Lei nº 666/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 152/13,** autoriza a transformação da Minerais do Paraná S/A – MINEROPAR em Empresa Pública, sob a denominação de Serviço Ecológico do Paraná – MINEROPAR e adota outras providências. Relator Deputado **ELIO RUSCH.** Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO.** O Deputado Francisco Buhrer, consulta ao Presidente se é possível incluir na pauta o **Projeto de Lei nº 696/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 160/13,** que autoriza o Estado do Paraná a atuar de forma a reduzir o passivo do BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A – em liquidação, e dá outras providências, uma vez que o parecer está pronto. O Presidente e os demais membros concordaram. A seguir, o Deputado Francisco Buhrer apresentou o parecer **FAVORÁVEL. O Deputado Enio Verri solicitou vista ao Projeto, sendo deferida.** O Presidente informou que a matéria em questão, encontra-se em Regime e Urgência, portanto, deve constar na pauta da próxima reunião, em atenção ao preceituado no Regimento Interno desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos e solicitou aos integrantes da comissão, que relatem as matérias pendentes, na próxima reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

Wilson Penka
Secretário

123383/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 1ª Reunião Extraordinária

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Jacarezinho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares; e os senhores: Diogo Augusto Bitto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho; Dr. Diogo Castor de Mattos, Procurador da República do Ministério Público Federal; Dr. Antonio Carlos Pereira, representante da Subseção da OAB; Francisco Carlos Moraes, Vereador do Município de Jacarezinho; José Pereira Gudoi, representando o Presidente da Câmara de Santo Antonio da Platina; Rogério Frutuoso, Vereador do Município de Cambará; Aloísio Guerra, Vereador do Município de Siqueira Campos; Homero Pavan Filho, Secretário Municipal da Indústria e Comércio, representando neste ato, o Prefeito do Município de Jacarezinho; Maiara de Souza Guimarães, Chefe da Divisão do Procon; Walter José Conter Júnior, Diretor-Geral do Procon de Jacarezinho; Silvia Flores, Presidente das Coordenadorias das Associações Comerciais e Empresariais do Norte Pioneiro; Dr. Januário Paludo, Procurador Regional da República e Corregedor Auxiliar do Ministério Público Federal; Allan Marcos de Andrade, representando o Deputado Artagão Junior. O Senhor Presidente agradeceu a todos os presentes na Audiência e esclareceu os objetivos desta Comissão. Após, passou a palavra ao Deputado Cleiton Kielse que teceu breve comentário sobre a atuação da CPI e solicitou apoio da sociedade para que esta Comissão mude a realidade dos paranaenses. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho e na sequência aos senhores Parlamentares. O Senhor Diogo Augusto agradeceu a presença da Comissão Parlamentar de Inquérito e informou acreditar nas intenções da Comissão para solucionar os problemas do pedágio no Paraná. Também informou que o Município de Jacarezinho é uma exceção, por possuir uma praça de pedágio instalada irregularmente. Em seguida, o Deputado Adelino Ribeiro colocou a importância da participação da população para denunciar e opinar sobre a questão do pedágio. O Deputado Wilson Quinteiro destacou a necessidade de reavaliação de todo o processo do pedágio no Estado do Paraná e a relevância do encontro, neste Município, para debater construtivamente a questão do pedágio, tendo como finalidade, obter mais informações para a elaboração do Relatório Final. O Deputado Péricles de Mello explanou sobre: as condições de otimismo para o bom desempenho dos trabalhos da CPI; os pareceres dos Tribunais de Contas do Estado e da União e; a necessidade de assessoria técnica especializada para auxiliar os trabalhos da CPI. O Deputado Douglas Fabrício comentou sobre os trabalhos realizados e o histórico das informações recebidas por esta Comissão. O Senhor Presidente esclareceu que a CPI é o maior instrumento de fiscalização do Poder Legislativo e após passou a palavra ao Dr. Diogo Castor de Mattos. O Dr. Diogo pontuou sobre os seguintes temas: da praça de pedágio de Ourinhos-Jacarezinho; ações do Ministério Público Federal; força-tarefa composta por Procuradores de regiões do Estado e seu plano de trabalho; ação no Supremo Tribunal Federal; trabalhos realizados e poder de resolução da CPI. Os Senhores Deputados Cleiton Kielse; Wilson Quinteiro e Péricles de Mello questionaram o Senhor Procurador, tendo sido esclarecidos na sequência. O Senhor Presidente agradeceu a contribuição do Dr. Diogo Castor de Mattos e após passou a palavra ao Senhor André Luiz Ferreira de Castro, representante do Movimento "Fim do Pedágio" de Jacarezinho. O Senhor André Luiz enumerou sobre as irregularidades existentes na questão do Pedágio; as reivindicações do Movimento e da população; o desequilíbrio nos processos da Justiça; os contratos firmados; oportunidade da CPI ; o Movimento "Fim do Pedágio"em todo o Estado do Paraná; caminhos alternativos e; sobre o benefício de trafegar sem pagar tarifa com cartões. Os Deputados Péricles de Mello; Wilson Quinteiro; Cleiton Kielse; Douglas Fabrício e Nelson Luersen discorreram a respeito da explanação do Senhor André Luiz. O Senhor Presidente agradeceu e solicitou para a oitiva o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região – Sindicam. O Senhor Carlos discorreu sobre a esperança depositada nesta CPI; a ilegalidade da guarita construída à beira da ponte; desvio de curso de rodovia e; cobrança por eixo suspenso. Os Deputados Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Cleiton Kielse sugeriram apresentar Projeto de Lei suspendendo a cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos. Com a palavra o Senhor Auber Silva Pereira, Coordenador do Movimento Popular Contra a Corrupção Por Amor a Londrina, que explanou sobre as seguintes questões: direito de ir e vir; sistema de pedágio no exterior; mortes nas rodovias paranaenses: relação custo-benefício; obrigatoriedade do cupom fiscal; e falta de controle na informação dos dados. Após, os Senhores Francisco Carlos e Aloísio Guerra, Vereadores dos Municípios de Jacarezinho e Siqueira Campos, respectivamente, fizeram uso da palavra e comentaram sobre a dificuldade de lutar contra o pedágio. Como último orador, o Senhor José Pereira Godoi, representante do Presidente da Câmara de Santo Antônio da Platina, enfatizou a esperança nos trabalhos da CPI, devido ao grande número de acidentes que ocorrem na região, que já é penalizada por falta de investimentos. O Senhor Presidente disponibilizou a palavra aos senhores presentes na Audiência para que fizessem questionamentos ou comentários e agradeceu a presença de outras autoridades que se fizeram presentes. O primeiro inscrito foi o Senhor Alberto Bonardi Junior, sócio de empresa de transporte, que informou sobre a cobrança indevida dos eixos do caminhão e a segurança aos usuários da via. O Senhor Presidente solicitou cópia dos extratos da cobrança indevida. Após, o Senhor Pelegrini, morador da região, comentou sobre as irregularidades da Praça de Jacarezinho e sugeriu que as cancelas tivessem no mínimo cem quilômetros, uma da outra. O Senhor Rafael Bonito Pereira comentou sobre a lentidão dos processos que tramitam na justiça; as irregularidades na construção da praça perto da Ponte Velha e o prejuízo do Município de Jacarezinho por conta dos pedágios. O Senhor Luiz Antonio Volpato lamentou a perda de um ente familiar por falta de passarela para fazer a travessia. O Senhor João Carlos comentou sobre o direito de ir e vir e, como último orador inscrito, o Senhor Carlos Zanardo comunicou que famílias deixaram de se visitar, devido ao alto custo das tarifas. A seguir, os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Adelino Ribeiro fizeram suas considerações finais. O Deputado Kielse sugeriu verificar *in loco* a praça de Pedágio do Município, tendo sido acatada pelo Deputado Nelson Luersen que propôs que o Deputado Kielse seja o Presidente da Subcomissão para tratar da praça de Jacarezinho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

123393/2013

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 21ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 20ª Reunião Ordinária. O Deputado Péricles de Mello requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e anunciou a presença do Senhor Pedro Ricardo Furlan, da empresa Viceeli & Furlan Soluções e José Roberto Ferreira Savoia, Coordenador-Geral do Relatório Técnico de Apresentação dos Resultados das Simulações de Valores de Parâmetros do Desequilíbrio Econômico-Financeiro Atual realizado pela Fundação Instituto de Administração, FIA. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Pedro Ricardo que se dirigisse à tribuna e passou a palavra ao propositor do convite, Deputado Bernardo Ribas Carli, que justificou a necessidade de esclarecimentos a esta CPI, sobre o controle de tráfego nas praças de pedágio. O Senhor Pedro Ricardo agradeceu a oportunidade e em seguida, iniciou sua apresentação, com auxílio de *slides*, informando sobre as seguintes questões: características e histórico da empresa; áreas de atuação; serviços oferecidos; parceiros comerciais: sistema de arrecadação. Os Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse apartearam o convidado, no que foram atendidos. O Senhor Pedro Ricardo prosseguiu sua apresentação sobre: modelo de praça genérica, pista manual e pista automática; administração da praça e administração da concessão. O Senhor Pedro Ricardo finalizou sua explanação, colocando-se à disposição dos Senhores Parlamentares para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Deputados: Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, e que foram atendidos, na sequência, pelo Senhor Pedro Ricardo. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente sugeriu que a empresa Viceeli & Furlan Soluções fizesse um orçamento para esta CPI, do custo para realizar um aferimento paralelo ao das concessionárias, do número de veículos e eixos que transitam pelas rodovias pedagiadas do Paraná e após, convidou para a oitiva, o Senhor José Roberto Ferreira Savoia. O Senhor José Roberto iniciou com informações de ordem profissional e após, com o auxílio de *slides*, destacou as seguintes questões: escopo do contrato da FIA; relatórios produzidos; agentes envolvidos no processo de negociação; premissas do modelo de reequilíbrio; cenário econômico à época da celebração dos contratos; matriz de risco; metodologia de reequilíbrio; fluxo de caixa total e fluxo de caixa marginal; eventos de perda de receita; tráfego real versus tráfego projetado nos eventos de perda de receita; manutenção, conservação e operação; cláusula de revisão periódica e indexador do contrato. Os Deputados Douglas Fabrício, Péricles de Mello, Nelson Luersen e Cleiton Kielse efetuaram apartes ao convidado durante a apresentação, no que foram atendidos em seguida. Encerrada a explanação do Senhor José Roberto, o

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 229

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 1ª Reunião Extraordinária (19/09/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 19/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 570.

Curitiba, 19 de dezembro de 2013.

Ceri do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

Fls. 230

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 1ª Reunião Extraordinária (19/09/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 19/12/13 no Diário Oficial da Assembleia nº 570.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 19 de dezembro de 2013.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 231

Ata da 2ª Reunião Extraordinária

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Paranaguá, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Alceu Maron Filho, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares e os senhores Marcus Antonio Elias Roque, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá e André Camargo, Vereador do Município de Pontal do Paraná. O Senhor Presidente saudou a todos os presentes na Audiência bem como comentou sobre a implantação e os trabalhos realizados pela CPI. Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá e na sequência, aos Senhores Parlamentares: O Senhor Marcus Antonio explicou sobre o padecimento do litoral em relação ao alto custo da tarifa e solicitou que a Concessionária Ecovia finalize os serviços até a entrada do Porto de Paranaguá. O Deputado Alceu Maron Filho, primeiro inscrito, esclareceu sobre: a importância da reunião ser realizada na cidade polo da região afetada pela mais alta tarifa do pedágio; a peculiaridade dos problemas do pedágio em cada lote de concessão; a necessidade das obras emergenciais como: duplicação e obras de arte na PR-407, viaduto na esquina da PR-407 com a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, acesso ao Porto de Paranaguá, viaduto de acesso à Morretes e Antonina; construção de viaduto na entrada da cidade e recuperação da Avenida Bento Rocha; os acordos entre as Concessionárias e o Governo e a subsequente retirada de obras. O Senhor Presidente destacou a presença do Senhor Antonio Saad Gebran Sobrinho, Secretário Municipal do Comércio e Indústria, representando o Prefeito de Paranaguá e dos Senhores representantes de transportadoras. O Deputado Péricles de Mello enfatizou as questões da instalação da CPI na Assembleia; citou breve histórico da implantação do pedágio no Paraná; a estratégia do Governo atual e; a necessidade de mobilização da população para a vitória da CPI e do povo do Paraná. O Deputado Cleiton Kielse frisou sobre o pedágio ser o mais caro, proporcionalmente, do mundo que dá acesso ao litoral e a consequente desvalorização da região; impacto na economia do Estado; falta de fiscalização fiscal; gastos administrativos dos pedágios e; convocação da sociedade organizada. O Deputado Douglas Fabrício esclareceu sobre: o surgimento do pedágio; benefícios recebidos pelos Governos Estadual e Federal e; defesa por um trabalho técnico da CPI. O Senhor Presidente observou aos presentes que a reunião estava sendo gravada para provar a veracidade da Sessão e concedeu a palavra ao Senhor Antonio Saad Gebran Sobrinho. O Senhor Antonio iniciou sua explanação objetivando sobre: o interesse do Município nos trabalhos da CPI pelo fato de o pedágio afetar diretamente a infraestrutura do Estado; a questão do cupom fiscal que, por não haver fiscalização, prejudica o desenvolvimento do Litoral do Paraná; preocupação com uma possível prorrogação de contrato e; clamor popular em função dos altos preços. Com a palavra o Senhor Paulo Henrique Coelho, sócio da empresa Ápice Transportes e Logística, esclareceu que muitos importadores e exportadores deixaram o mercado pelo motivo da elevação do custo e que muitas exportações desviam as cargas para os Portos de Santa Catarina. Os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello e Alceu Maron apartearam o Senhor Paulo Henrique. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e convidou para a oitiva o Senhor José Carlos Borba, Diretor do Grupo Transcap, Transportadora dos Carreteiros. O Senhor José Carlos ressaltou os apontamentos discorridos pelo Senhor Paulo Henrique; a necessidade de mobilização da população para que se concretizem as melhorias essenciais para o Município e também, a implantação da lei da parada obrigatória para o caminhoneiro, após seis horas de trabalho. Com a palavra o Senhor José Baka Filho, ex-Prefeito do Município de Paranaguá e representante do Fórum Nacional dos Transportes, que explanou sobre a paralisação da

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 2324

manutenção, pela concessionária, no Parque São João; perda da competitividade com os demais Estados e o custo final dos produtos. Recomendou à CPI que seja reduzido o valor do pedágio e a quebra do sigilo fiscal das concessionárias. Na sequência, fizeram uso da palavra os Vereadores Arnaldo Maranhão, Adalberto Marcos de Araújo e Marcio Costa. O Vereador Arnaldo recomendou à CPI a necessidade do marco zero se estender até o portão principal do Porto de Paranaguá; desdobramento de alguns trechos e tarifa equacionada e; incluir o trecho de dois quilômetros, da Ponte do Rio Ipanguaçu ao Porto de Paranaguá, para a Ecovia. O Vereador Adalberto sugeriu ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Marcos Roque, a constituição de uma Comissão Especial para acompanhar o trabalho referente ao pedágio. O Vereador Marcio comentou sobre os problemas da PR-407; retorno do marco zero ao portão do porto; construção de viadutos; pátio de descanso para os caminhoneiros; quebra do sigilo fiscal, bancário e financeiro da Ecovia. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Alceu Maron Filho e após, por "questão de ordem", usaram da palavra os Deputados Cleiton Kielse e Douglas Fabrício. Em seguida, o Deputado Péricles de Mello propôs a esta Comissão formalizar relação com as Câmaras Municipais para criar comissões colaboradoras nas questões do pedágio. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Vereadora Laryssa Thaiz de Castilho Pereira Poleti Moreira e após, ao Vereador Antonio Ricardo dos Santos. A Senhora Vereadora considerou a necessidade de revisão na questão dos repasses do ISS aos Municípios e o Vereador Antonio reforçou os apontamentos discorridos pelo Senhor Paulo Henrique. O Senhor Presidente disponibilizou a palavra aos senhores presentes na audiência para que fizessem questionamentos ou comentários. O primeiro inscrito foi o Senhor Luiz Carlos Gonçalves Souza, Presidente da Associação de Proprietários de Barcos do Estado do Paraná, Barcopar, que comentou sobre a reclamação dos turistas com relação ao pedágio, causando desta forma, prejuízo à cidade de Paranaguá; solicitou à CPI rever a questão do alto valor das tarifas. Após, o Senhor Gilmar Constantino, representando o Presidente da Ampec-Litoral que salientou a importância do trabalho da CPI ser técnico e não político. Senhor Leonardo Mamede solicitou a esta Comissão, a viabilização da segurança na travessia de crianças no Jardim Esperança, Jardim Paranaguá e região. O Senhor Paulo Sérgio de Carvalho, Presidente da União Municipal das Associações de Paranaguá, UMAMP solicitou que a CPI penalizasse criminalmente a Ecovia pelas mortes que acontecem por falta de segurança na travessia, no trecho Jardim Esperança a Jardim Paraná. O Senhor Adalto Mendes Luders, Presidente da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná, Adetur, sugeriu à CPI contratar um auditoria para verificar se as concessionárias realmente fizeram as manutenções e o valor real da arrecadação, bem como sugeriu à CPI a isenção de impostos nas tarifas. O Senhor Marcelo Elísio, Presidente da Associação dos Moradores de Pontal do Paraná, comentou sobre o entrave para o desenvolvimento turístico que é a longa duração da viagem em dias de feriado e final de ano. Também solicitou à CPI que averiguasse a concessão para a construção da ponte de Guaratuba e também a questão da estrada de Guaraqueçaba. O Senhor Mauro Bueno de Paula, morador da margem da rodovia, protestou sobre a forma como são tratados os usuários da Ecovia e a demora na coleta dos resíduos na rodovia. O Senhor Adilson Soares Zela afirmou a necessidade urgente nas obras. Para finalizar o representante do Conselho Municipal da Juventude de Paranaguá colocou o alto custo do pedágio para os jovens que estudam na capital e a falta de iluminação na PR-407 para que os alunos frequentem a escola, com segurança, no período da noite. A seguir, os Deputados Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício e Alceu Maron fizeram suas considerações finais. O Senhor Presidente agradeceu a todos pela receptividade e colaboração com esta Comissão e concedeu, para concluir, a palavra ao Presidente da Câmara, que considerou a importância da união de esforços para beneficiar o litoral e agradeceu à Comissão pela oportunidade.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 2334

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 234

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 2ª Reunião Extraordinária

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Paranaguá, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Alceu Maron Filho, Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares e os senhores Marcus Antonio Elias Roque, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá e André Camargo, Vereador do Município de Pontal do Paraná. O Senhor Presidente saudou a todos os presentes na Audiência bem como comentou sobre a implantação e os trabalhos realizados pela CPI. Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá e na sequência, aos Senhores Parlamentares: O Senhor Marcus Antonio explicou sobre o padecimento do litoral em relação ao alto custo da tarifa e solicitou que a Concessionária Ecovia finalize os serviços até a entrada do Porto de Paranaguá. O Deputado Alceu Maron Filho, primeiro inscrito, esclareceu sobre: a importância da reunião ser realizada na cidade polo da região afetada pela mais alta tarifa do pedágio; a peculiaridade dos problemas do pedágio em cada lote de concessão; a necessidade das obras emergenciais como: duplicação e obras de arte na PR-407, viaduto na esquina da PR-407 com a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, acesso ao Porto de Paranaguá, viaduto de acesso à Morretes e Antonina; construção de viaduto na entrada da cidade e recuperação da Avenida Bento Rocha; os acordos entre as Concessionárias e o Governo e a subsequente retirada de obras. O Senhor Presidente destacou a presença do Senhor Antonio Saad Gebran Sobrinho, Secretário Municipal do Comércio e Indústria, representando o Prefeito de Paranaguá e dos Senhores representantes de transportadoras. O Deputado Péricles de Mello enfatizou as questões da instalação da CPI na Assembleia; citou breve histórico da implantação do pedágio no Paraná; a estratégia do Governo atual e; a necessidade de mobilização da população para a vitória da CPI e do povo do Paraná. O Deputado Cleiton Kielse frisou sobre o pedágio ser o mais caro, proporcionalmente, do mundo que dá acesso ao litoral e a consequente desvalorização da região; impacto na economia do Estado; falta de fiscalização fiscal; gastos administrativos dos pedágios e; convocação da sociedade organizada. O Deputado Douglas Fabricio esclareceu sobre: o surgimento do pedágio; benefícios recebidos pelos Governos Estadual e Federal e; defesa por um trabalho técnico da CPI. O Senhor Presidente observou aos presentes que a reunião estava sendo gravada para provar a veracidade da Sessão e concedeu a palavra ao Senhor Antonio Saad Gebran Sobrinho. O Senhor Antonio iniciou sua explanação objetivando sobre: o interesse do Município nos trabalhos da CPI pelo fato de o pedágio afetar diretamente a infraestrutura do Estado; a questão do cupom fiscal que, por não haver fiscalização, prejudica o desenvolvimento do Litoral do Paraná; preocupação com uma possível prorrogação de contrato e; clamor popular em função dos altos preços. Com a palavra o Senhor Paulo Henrique Coelho, sócio da empresa Ápice Transportes e Logística, esclareceu que muitos importadores e exportadores deixaram o mercado pelo motivo da elevação do custo e que muitas exportações desviam as cargas para os Portos de Santa Catarina. Os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello e Alceu Maron apartearam o Senhor Paulo Henrique. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e convidou para a oitiva o Senhor José Carlos Borba, Diretor do Grupo Transcap, Transportadora dos Carreteiros. O Senhor José Carlos ressaltou os apontamentos discorridos pelo Senhor Paulo Henrique; a necessidade de mobilização da população para que se concretizem as melhorias essenciais para o Município e também, a implantação da lei da parada obrigatória para o caminhoneiro, após seis horas de trabalho. Com a palavra o Senhor José Baka Filho, ex-Prefeito do Município de Paranaguá e representante do Fórum Nacional dos Transportes, que explanou sobre a paralisação da manutenção, pela concessionária, no Parque São João; perda da competitividade com os demais Estados e o custo final dos produtos. Recomendou à CPI que seja reduzido o valor do pedágio e a quebra do sigilo fiscal das concessionárias. Na sequência, fizeram uso da palavra os Vereadores Arnaldo Maranhão, Adalberto Marcos de Araújo e Marcio Costa. O Vereador Arnaldo recomendou à CPI a necessidade do marco zero se estender até o portão principal do Porto de Paranaguá; desdobramento de alguns trechos e tarifa equacionada e; incluir o trecho de dois quilômetros, da Ponte do Rio Ipanguaçu ao Porto de Paranaguá, para a Ecovia. O Vereador Adalberto sugeriu ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Marcos Roque, a constituição de uma Comissão Especial para acompanhar o trabalho referente ao pedágio. O Vereador Marcio comentou sobre os problemas da PR-407; retorno do marco zero ao portão do porto; construção de viadutos; pátio de descanso para os caminhoneiros; quebra do sigilo fiscal, bancário e financeiro da Ecovia. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Alceu Maron Filho e após, por "questão de ordem", usaram da palavra os Deputados Cleiton Kielse e Douglas Fabrício. Em seguida, o Deputado Péricles de Mello propôs a esta Comissão formalizar relação com as Câmaras Municipais para criar comissões colaboradoras nas questões do pedágio. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Vereadora Laryssa Thaiz de Castilho Pereira Poleti Moreira e após, ao Vereador Antonio Ricardo dos Santos. A Senhora Vereadora considerou a necessidade de revisão na questão dos repasses do ISS aos Municípios e o Vereador Antonio reforçou os apontamentos discorridos pelo Senhor Paulo Henrique. O Senhor Presidente disponibilizou a palavra aos senhores presentes na audiência para que fizessem questionamentos ou comentários. O primeiro inscrito foi o Senhor Luiz Carlos Gonçalves Souza, Presidente da Associação de Proprietários de Barcos do Estado do Paraná, Barcopar, que comentou sobre a reclamação dos turistas com relação ao pedágio, causando desta forma, prejuízo à cidade de Paranaguá; solicitou à CPI rever a questão do alto valor das tarifas. Após, o Senhor Gilmar Constantino, representando o Presidente da Ampec-Litoral que salientou a importância do trabalho da CPI ser técnico e não político. Senhor Leonardo Mamede solicitou a esta Comissão, a viabilização da segurança na travessia de crianças no Jardim Esperança, Jardim Paranaguá e região. O Senhor Paulo Sérgio de Carvalho, Presidente da União Municipal das Associações de Paranaguá, UMAMP solicitou que a CPI penalizasse criminalmente a Ecovia pelas mortes que acontecem por falta de segurança na travessia, no trecho Jardim Esperança a Jardim Paraná. O Senhor Adalto Mendes Luders, Presidente da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná, Adetur, sugeriu à CPI contratar um auditoria para verificar se as concessionárias realmente fizeram as manutenções e o valor real da arrecadação, bem como sugeriu à CPI a isenção de impostos nas tarifas. O Senhor Marcelo Elísio, Presidente da Associação dos Moradores de Pontal do Paraná, comentou sobre o entrave para o desenvolvimento turístico que é a longa duração da viagem em dias de feriado e final de ano. Também solicitou à CPI que averiguasse a concessão para a construção da ponte de Guaratuba e também a questão da estrada de Guaraqueçaba. O Senhor Mauro Bueno de Paula, morador da margem da rodovia, protestou sobre a forma como são tratados os usuários da Ecovia e a demora na coleta dos resíduos na rodovia. O Senhor Adilson Soares Zela afirmou a necessidade urgente nas obras. Para finalizar o representante do Conselho Municipal da Juventude de Paranaguá colocou o alto custo do pedágio para os jovens que estudam na capital e a falta de iluminação na PR-407 para que os alunos frequentem a escola, com segurança, no período da noite. A seguir, os Deputados Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Douglas Fabricio e Alceu Maron fizeram suas considerações finais. O Senhor Presidente agradeceu a todos pela receptividade e colaboração com esta Comissão e concedeu, para concluir, a palavra ao Presidente da Câmara, que considerou a importância da união de esforços para beneficiar o litoral e agradeceu à Comissão pela oportunidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no site da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

11843/2014

Editais e Contratos

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2013

VENCEDOR: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA
OBJETO: Aquisição de material odontológico
VALOR: R$ 10.280,00
Pregoeira: Eliana Delezuk Inglez
Mais informações na Diretoria de Apoio Técnico.

11844/2014



DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 235

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 2ª Reunião Extraordinária (26/09/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 12/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 591.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 236

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 2ª Reunião Extraordinária (26/09/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 12/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 591.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 237

Ata da 3ª Reunião Extraordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares; Elton Welter e os Senhores Reni Pereira e José Carlos Neves da Silva, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, respectivamente. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e após, passou a palavra ao Senhor Reni Pereira. O Senhor Prefeito discorreu sobre o prejuízo causado pelo pedágio para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu e para todo o Estado do Paraná, esperando que os investimentos na infraestrutura sejam condizentes com o valor cobrado nas tarifas. O Senhor José Carlos comentou que a cidade de Foz do Iguaçu é uma das mais prejudicadas pelo pedágio, por sua questão geográfica e pelo traçado da cidade. Colocou-se à disposição para somar à iniciativa da Assembleia Legislativa para chegar a um resultado e esclarecer o motivo do alto preço das tarifas e a falta de investimentos em Foz do Iguaçu e em outras cidades lindeiras. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra aos Senhores Parlamentares. Deputado Adelino Ribeiro: comentou sobre a implantação da CPI na Assembleia Legislativa; a falta de investimentos no trecho de Cascavel a Foz do Iguaçu; a duplicação do trecho de Matelândia a Medianeira e a função desta Comissão em defesa do cidadão do Estado do Paraná. Deputado Cleiton Kielse: iniciou com apresentação de vídeo e após, solicitou apoio à CPI para que seja revisada a infraestrutura de todas as concessionárias, na questão de socorro às vítimas de acidentes, comentou sobre a dificuldade na instalação e os objetivos desta Comissão. Deputado Elton Welter: mencionou sobre a falta de controle do Estado sobre os dados das concessionárias e a necessidade de aferir os balanços que são feitos na prestação de contas dessas empresas. Deputado Péricles de Mello: citou duas manchetes de jornais: jornal Diário dos Campos informando as maiores empresas da região dos Campos Gerais e Jornal Folha de São Paulo noticiando sobre as consultorias; comentou sobre os Relatórios do TCE e TCU, suspensão das ações e necessidade da participação de toda sociedade civil. Deputado Douglas Fabrício: efetuou breve comentário do histórico do pedágio no Paraná e informou os objetivos desta CPI. Com a palavra o Dr. Ercias Rodrigues de Sousa, Procurador da República, que pontuou sobre os órgãos da Justiça que têm sido ineptos na resolução da questão do pedágio e sobre a importância da visão política. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Parlamentares: Elton Welter, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício e Péricles de Mello que foram atendidos, na sequência, pelo Dr. Ercias. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Gilberto Ivan dos Santos, Coordenador do Movimento de Vítimas de Trânsito em Foz do Iguaçu. O Senhor Gilberto reivindicou a construção de passarelas na BR-277 e apresentou vídeos sobre o tema. Para finalizar o Senhor Gilberto entregou um dossiê do trabalhado realizado à CPI e ao Procurador da República solicitando que a Assembleia Legislativa reconheça o terceiro domingo de novembro como o Dia em Memórias às Vítimas de Trânsito. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra aos seguintes Vereadores: Paulo Rocha: comentou sobre o documento protocolado no Palácio Iguaçu sobre as reivindicações de melhorias para o perímetro urbano de Foz do Iguaçu e indagou sobre a diferença do valor da tarifa com o Estado de Santa Catarina. Anice Nagib Gazzaoui: ressaltou a responsabilidade dos políticos. Dilto Vitorassi: ressaltou a discriminação

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 238

do oeste paranaense e a necessidade de formar um projeto de desenvolvimento para o Estado do Paraná. Chico Noroeste: mencionou sobre os altos preços das tarifas e obras não realizadas. O Senhor Presidente encerrou as oitivas das autoridades, destinando espaço aos participantes desta Audiência. Com a palavra o Senhor João Carlos Miranda, morador do Município, que solicitou que a abertura da "caixa preta" do pedágio. Senhora Dalva dos Santos, moradora do Município, proferiu sobre o caos que se encontra a cidade. Senhor Peixoto, Coordenador do Oeste da Central de Movimentos Populares comentou sobre o direito constitucional de ir e vir e que esta CPI se torne uma realidade. Senhor Lin, microempreendedor do Município sugeriu a redução do pedágio e a instalação das praças de pedágio a cada 200 quilômetros. Senhor Valter Negrão, representante da categoria dos ambulantes, comentou sobre a omissão da Justiça, dos Deputados e da população e sobre a redução dos benefícios no Município. A seguir, os Deputados Adelino Ribeiro, Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 139

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 3ª Reunião Extraordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Péricles de Mello e Cleiton Kielse, Titulares; Elton Welter e os Senhores Reni Pereira e José Carlos Neves da Silva, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, respectivamente. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e após, passou a palavra ao Senhor Reni Pereira. O Senhor Prefeito discorreu sobre o prejuízo causado pelo pedágio para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu e para todo o Estado do Paraná, esperando que os investimentos na infraestrutura sejam condizentes com o valor cobrado nas tarifas. O Senhor José Carlos comentou que a cidade de Foz do Iguaçu é uma das mais prejudicadas pelo pedágio, por sua questão geográfica e pelo traçado da cidade. Colocou-se à disposição para somar à iniciativa da Assembleia Legislativa para chegar a um resultado e esclarecer o motivo do alto preço das tarifas e a falta de investimentos em Foz do Iguaçu e em outras cidades lindeiras. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra aos Senhores Parlamentares. Deputado Adelino Ribeiro: comentou sobre a implantação da CPI na Assembleia Legislativa; a falta de investimentos no trecho de Cascavel a Foz do Iguaçu; a duplicação do trecho de Matelândia a Medianeira e a função desta Comissão em defesa do cidadão do Estado do Paraná. Deputado Cleiton Kielse: iniciou com apresentação de vídeo e após, solicitou apoio à CPI para que seja revisada a infraestrutura de todas as concessionárias, na questão de socorro às vítimas de acidentes, comentou sobre a dificuldade na instalação e os objetivos desta Comissão. Deputado Elton Welter: mencionou sobre a falta de controle do Estado sobre os dados das concessionárias e a necessidade de aferir os balanços que são feitos na prestação de contas dessas empresas. Deputado Péricles de Mello: citou duas manchetes de jornais: jornal Diário dos Campos informando as maiores empresas da região dos Campos Gerais e Jornal Folha de São Paulo noticiando sobre as consultorias; comentou sobre os Relatórios do TCE e TCU, suspensão das ações e necessidade da participação de toda sociedade civil. Deputado Douglas Fabrício: efetuou breve comentário do histórico do pedágio no Paraná e informou os objetivos desta CPI. Com a palavra o Dr. Ercias Rodrigues de Sousa, Procurador da República, que pontuou sobre os órgãos da Justiça que têm sido ineptos na resolução da questão do pedágio e sobre a importância da visão política. O Senhor Presidente agradeceu ao convidado e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Parlamentares: Elton Welter, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício e Péricles de Mello que foram atendidos, na sequência, pelo Dr. Ercias. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Gilberto Ivan dos Santos, Coordenador do Movimento de Vítimas de Trânsito em Foz do Iguaçu. O Senhor Gilberto reivindicou a construção de passarelas na BR-277 e apresentou vídeos sobre o tema. Para finalizar o Senhor Gilberto entregou um dossiê do trabalhado realizado à CPI e ao Procurador da República solicitando que a Assembleia Legislativa reconheça o terceiro domingo de novembro como o Dia em Memórias às Vítimas de Trânsito. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra aos seguintes Vereadores: Paulo Rocha: comentou sobre o documento protocolado no Palácio Iguaçu sobre as reivindicações de melhorias para o perímetro urbano de Foz do Iguaçu e indagou sobre a diferença do valor da tarifa com o Estado de Santa Catarina. Anice Nagib Gazzaoui: ressaltou a responsabilidade dos políticos. Dilto Vitorassi: ressaltou a discriminação do oeste paranaense e a necessidade de formar um projeto de desenvolvimento para o Estado do Paraná. Chico Noroeste: mencionou sobre os altos preços das tarifas e obras não realizadas. O Senhor Presidente encerrou as oitivas das autoridades, destinando espaço aos participantes desta Audiência. Com a palavra o Senhor João Carlos Miranda, morador do Município, que solicitou que a abertura da "caixa preta" do pedágio. Senhora Dalva dos Santos, moradora do Município, proferiu sobre o caos que se encontra a cidade. Senhor Peixoto, Coordenador do Oeste da Central de Movimentos Populares comentou sobre o direito constitucional de ir e vir e que esta CPI se torne uma realidade. Senhor Lin, microempreendedor do Município sugeriu a redução do pedágio e a instalação das praças de pedágio a cada 200 quilômetros. Senhor Valter Negrão, representante da categoria dos ambulantes, comentou sobre a omissão da Justiça, dos Deputados e da população e sobre a redução dos benefícios no Município. A seguir, os Deputados Adelino Ribeiro, Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

10845/2014

Atos de Pessoal

Comissão Executiva

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 085/2014

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe as Leis Estaduais nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 695 de 3 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Exonerar, IVI CAROLINE COSTA MAINARDES, Matrícula nº 11.459, portadora do RG 9.504.315-1/PR, do cargo em comissão de simbologia G3, junto à COMISSÃO DE CULTURA, a partir de 3 de fevereiro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de fevereiro de 2014

VALDIR ROSSONI
Presidente

PLAUTO MIRÓ
1º Secretário

ADEMIR BIER
2º Secretário

10854/2014

Diretorias

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 127/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 551de 27 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

Suspender integralmente o gozo das férias concedidas pela Portaria nº 612/2013, ao servidor ANTONIO MARCOS PIZZANO, Matrícula nº 40.200, por justificada exigência do trabalho, ficando o usufruto agendado para 30/06/2014 a 29/07/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 29 de janeiro de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 161/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 360 de 20 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que LIDIANI SCHULI MARCONDES, Matrícula nº 10.094, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na ADMINISTRAÇÃO, estará em gozo de 3/12 avos (7 dias) de férias referente ao exercício 2012, a partir de 24/03/2014 até 30/03/2014, com pagamento proporcional da gratificação referente ao terço de férias em fevereiro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 4 de fevereiro de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 162/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 517, de 23 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

Prorrogar a disposição funcional do servidor ULISSES ORLANDO OGIBOWSKI, Matrícula nº 40.790, para prestar serviços até 31/12/2014,

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 240

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 3ª Reunião Extraordinária (03/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 10/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 589.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 241

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 3ª Reunião Extraordinária (03/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 10/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 589.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 242

Ata da 23ª Reunião Ordinária

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 22ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior, anunciou a ausência do Senhor Laertes José de Freitas e a presença do Senhor Dilmar Deleo Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, CNTA. Após, solicitou ao Deputado Douglas Fabrício que fizesse a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Dilmar Deleo Cunha Bueno que ocupasse assento à Mesa, justificando o motivo, e iniciasse sua explanação. O Senhor Dilmar esclareceu sobre a participação e as dificuldades dos transportadores nos anos de concessão das estradas; a representação dos caminhoneiros autônomos no transporte e o vale-pedágio instituído pela Lei Federal nº 10.209/01. O Deputado Douglas Fabrício aparteou o depoente, tendo sido atendido. Dando continuidade, o Senhor Dilmar sugeriu a esta Comissão que solucionasse a questão dos transportadores autônomos com o cumprimento da Lei do Vale-Pedágio. Em seguida, comentou sobre a adequação nas prioridades das obras e o custo pedágio. Finalizada a explanação, o Senhor Presidente agradeceu ao convidado, ressaltando a importância dos caminhoneiros autônomos para o país e após, abriu espaço para questionamentos ou comentários, que foram efetuados pelos seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício, Nereu Moura, Adelino Ribeiro, Péricles de Mello e Cleiton Kielse. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente deu por encerrada a oitiva do Senhor Dilmar Deleo Cunha Bueno, concedendo-lhe espaço para as considerações finais. Na sequência, foi colocada em discussão e votação a presença do Senhor Heinz Georg Herwig, ex-Secretário de Transportes do Estado para a próxima Sessão e, o Senhor Raul Veloso, doutor em Economia, para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 243

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2.44

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 23ª Reunião Ordinária

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 22ª Reunião Ordinária. O Deputado Adelino Ribeiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior, anunciou a ausência do Senhor Laertes José de Freitas e a presença do Senhor Dilmar Deleo Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, CNTA. Após, solicitou ao Deputado Douglas Fabrício que fizesse a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Dilmar Deleo Cunha Bueno que ocupasse assento à Mesa, justificando o motivo, e iniciasse sua explanação. O Senhor Dilmar esclareceu sobre a participação e as dificuldades dos transportadores nos anos de concessão das estradas; a representação dos caminhoneiros autônomos no transporte e o vale-pedágio instituído pela Lei Federal nº 10.209/01. O Deputado Douglas Fabrício aparteou o depoente, tendo sido atendido. Dando continuidade, o Senhor Dilmar sugeriu a esta Comissão que solucionasse a questão dos transportadores autônomos com o cumprimento da Lei do Vale-Pedágio. Em seguida, comentou sobre a adequação nas prioridades das obras e o custo pedágio. Finalizada a explanação, o Senhor Presidente agradeceu ao convidado, ressaltando a importância dos caminhoneiros autônomos para o país e após, abriu espaço para questionamentos ou comentários, que foram efetuados pelos seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício, Nereu Moura, Adelino Ribeiro, Péricles de Mello e Cleiton Kielse. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente deu por encerrada a oitiva do Senhor Dilmar Deleo Cunha Bueno, concedendo-lhe espaço para as considerações finais. Na sequência, foi colocada em discussão e votação a presença do Senhor Heinz Georg Herwig, ex-Secretário de Transportes do Estado para a próxima Sessão e o Senhor Raul Veloso, doutor em Economia, para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

12303/2014

Comissão Executiva

RESOLUÇÃO Nº 1, de 11 de fevereiro de 2014

Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis irregularidades dos grandes devedores de tributos ao Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

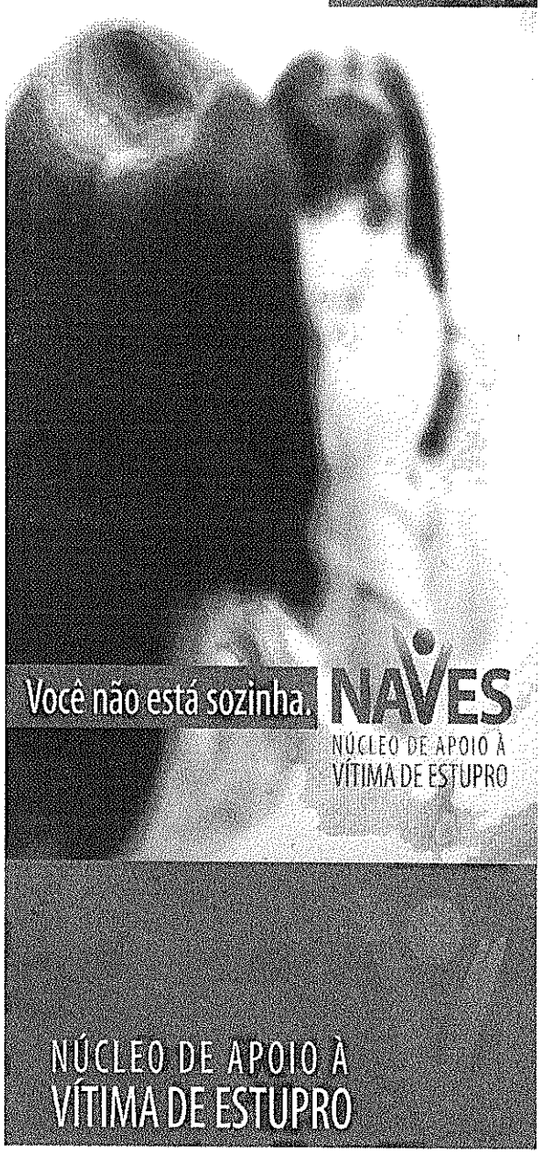
Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis irregularidades dos grandes devedores de tributos ao Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6 de novembro de 2012, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de fevereiro de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

12305/2014



Vítima de estupro: quebre o silêncio!
O Ministério Público do Paraná quer ajudar você.

Por meio do NAVES - Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro, o Ministério Público oferece atendimento especializado:
- recebendo e orientando a vítima;
- prestando apoio psicológico com profissional habilitado;
- acompanhando as investigações;
- denunciando o autor do crime à Justiça, para punição.

O serviço é gratuito e integralmente sigiloso.

NAVES
NÚCLEO DE APOIO À VÍTIMA DE ESTUPRO

Procure o NAVES:
Rua Tibagi, 779, 6º andar, sala 603 | Centro – Curitiba – PR
Fale conosco pelo telefone: (41) 3250-4022
ou pelo e-mail: naves.mp@mp.pr.gov.br

Em casos de emergência, procure:
Polícia Militar – 190 | Polícia Civil - 197
Hospital Evangélico – 3240-5000
Hospital de Clínicas – 3360-1000

MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Paraná

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 245

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 23ª Reunião Ordinária (04/02/14), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 13/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 592.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 246

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 23ª Reunião Ordinária (04/02/14), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 13/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 592.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 247

Ofício nº 23/2014/DL

Curitiba, 24 de fevereiro de 2014.

Senhor Deputado,

Servimo-nos do presente para informar a Vossa Excelência que até este momento, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio encaminhou para publicação as Atas de reuniões extraordinárias de nºs 1, 2, 3, 6, 7 e 10, **deixando de apresentar as Atas de nºs 4, 5, 8 e 9.**

Portanto, solicitamos providências no sentido de que sejam apresentadas as Atas faltantes para publicação, com a maior brevidade possível, para a sequência das demais publicações.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

COPIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 1642
EM 25/02/14
FUNCIONÁRIO

Exmo. Sr.
Deputado NELSON LUERSEN
Presidente da CPI do Pedágio
Nesta

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Ata da 6ª Reunião Extraordinária

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Maringá, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator-Adjunto; Péricles de Mello, Cleiton Kielse e Jonas Guimarães, Titulares, Dr. Batista, suplente; Enio Verri e os Senhores Ulisses Maia, Presidente da Câmara Municipal de Maringá e Marco Tadeu Barbosa, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Maringá, ACIM. O Senhor Presidente registrou a presença de outras autoridades presentes e comentou sobre a implantação e os trabalhos realizados pela CPI. Após, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá e na sequência aos Senhores Parlamentares. O Senhor Ulisses saudou aos Deputados e colocou a Câmara de Vereadores à disposição para contribuir com o que for necessário para o sucesso da CPI. Em seguida, o Deputado Dr. Batista mostrou preocupação quanto à grande arrecadação e poucos investimentos em obras. O Deputado Enio Verri parabenizou a iniciativa dos Deputados que compõem a CPI e enfatizou que as mudanças devem ser superiores ao interesse individual. O Deputado Jonas Guimarães comentou sobre a importância dos trabalhos da CPI para que a realidade seja mostrada ao povo do Paraná. Deputado Cleiton Kielse enfatizou que foram retirados mais de cento e oitenta quilômetros de obras na região, causando o maior prejuízo perante todas as concessionárias do Paraná. Informou que não existe controle fiscal e para tanto não se sabe exatamente qual é a arrecadação da Concessionária Viapar. Deputado Péricles de Mello enfatizou os objetivos básicos das Audiências Públicas: trazer informações à CPI e à comunidade; ouvir a comunidade e buscar a mobilização, pois somente a força popular pode conduzir a CPI à vitória. Deputado Wilson Quinteiro informou que foi em Maringá que a Justiça Federal concedeu a primeira liminar em ação civil pública, suspendendo a cobrança do pedágio no Estado do Paraná e que foi cassada posteriormente. Comentou que deve haver cautela, para que a questão jurídica seja finalizada e, para alcançar uma transformação do pedágio, faz-se necessário defender o povo do Paraná com equilíbrio. Deputado Douglas Fabrício comentou que a população não suporta mais os altos preços dos pedágios e que os objetivos desta Comissão é baixar as tarifas e aumentar as obras. Com a palavra o Deputado Adelino Ribeiro explicou a dificuldade da criação da CPI do Pedágio na Assembleia Legislativa e a falta de investimentos nas rodovias do Estado, ocasionando vários acidentes. Comentou sobre a omissão dos governos anteriores e atual e também do Poder Judiciário. Após, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Marco Tadeu Barbosa que primeiramente, esclareceu que a ACIM não é contra a privatização das estradas. Informou que os Municípios do interior perdem em vários aspectos em competitividade e entregou aos membros da CPI a revista editada no mês de março que mostra matéria construída com números de todo o Estado sobre o pedágio no Paraná e para finalizar, solicitou resultado da CPI para a referida questão. Após, o Senhor Hélio Costa Curta, membro do Conselho Superior da ACIM, propôs, como medida urgente, a aplicação imediata das terceiras faixas, para desafogar o trânsito e colocou a Associação à disposição para qualquer movimento em prol da melhoria na infraestrutura. Com a palavra o Senhor Ariovaldo Costa Paulo, integrante do Observatório Social de Maringá, informou que o Conselho de Desenvolvimento de Maringá possui uma análise do fluxo de veículos nas praças de pedágio da Viapar e que, a partir de agosto, os diretores da empresa proibiram o repasse dessas informações. Esclareceu que, pela análise efetuada, houve crescimento de 90% de veículos nas praças de pedágios e que seria inaceitável a prorrogação da concessão pelo Governo do Estado do Paraná. Em seguida, o Senhor João Batista Machado Neto, Coordenador do Fórum Nacional dos Transportes, parabenizou e colocou-se à disposição para apoiar e somar

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 249

à CPI e que o Governo do Paraná delegue ao DER uma fiscalização para se obter o valor real cobrado. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor João Luiz Regiani, Secretário Municipal de Defesa do Consumidor, que enfatizou acreditar nos trabalhos desta CPI e colocou-se à disposição, como Diretor do Procon de Maringá, para produzir uma pesquisa de opinião junto aos consumidores de Maringá e também com os demais 47 Procons do Estado, caso esta Comissão avalie como sugestão positiva. Após, o Senhor Aparecido Bianco frisou sobre a ocorrência dos atropelamentos de pessoas que trafegam com bicicletas na cidade de Sarandi. Com a palavra o Senhor Osvaldo Reginatto, do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens – Sindicam, que demonstrou sua indignação, como contribuinte, por não saber onde está sendo aplicado o dinheiro arrecadado e sobre a enganação do vale-pedágio. O Senhor Geasi de Souza do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logísticas de Maringá, Setcamar comentou sobre o descaso que o gestor público teve com o Estado do Paraná, desde a sua implantação do Pedágio e da necessidade de ampliar as discussões para uma renegociação do valor das tarifas. O Senhor Javan de Oliveira, cidadão maringaense, afirmou que o pedágio do Paraná é dos mais caros do mundo e que o contrato não pode ser prorrogado. O Senhor Roberto Peres, representante comercial, mostrou sua indignação quanto ao fato de não se conseguir rever os contratos de pedágio. Em seguida, o Senhor João Batista Lima, cidadão maringaense, propôs à CPI a colocação de um painel para se saber quanto é a arrecadação das empresas concessionárias de pedágio. Com a palavra o Senhor Anderson Borri, do Distrito de Iguatemi, que questionou qual é o compromisso que a Viapar tem com a construção da trincheira de acesso ao Distrito de Iguatemi, tendo sido respondido pelo Deputado Nelson Luersen. O Senhor Ronaldo José da Silva, Presidente do Sindicato dos funcionários do Setor Rodoviário, solicitou para que a CPI trabalhe no sentido de que sejam construídos locais de descanso para os trabalhadores de transporte rodoviário. Na sequência, o Senhor Idevaldo, ex-dirigente do Sindicato dos Bancários, comentou que não haverá mais duplicação na concessão da Viapar. O Senhor Antonio Caetano, do Sindicato dos Técnicos Agrícolas argumentou sobre a necessidade de se conseguir com que as propostas atendam a população menos favorecida, razão da existência de ter um poder público constituído. O Senhor Reinaldo Carraca, cidadão maringaense, comentou sobre a má-distribuição do dinheiro público e sobre o Contorno Norte. O Senhor Marco Antonio Dutra, advogado, enfatizou a necessidade da união e da força da população para baixar o preço do pedágio no Paraná. O Senhor Presidente declarou encerrados os depoimentos e as participações da população, destinando espaço para as considerações finais ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Vereador Ulisses Maia e aos Parlamentares presentes na Sessão. O Senhor Ulisses agradeceu à CPI pela oportunidade de acompanhar e apresentar a insatisfação da população com relação à questão do pedágio. Deputado Péricles de Mello agradeceu a receptividade e a dedicação de Maringá na luta para diminuir a tarifa de pedágio. Deputado Cleiton Kielse informou a necessidade da quebra do sigilo bancário e fiscal das concessionárias e solicitou que as Prefeituras e as Câmaras Municipais façam um projeto de aferição das praças de pedágio localizadas em Maringá. Deputado Wilson Quinteiro enfatizou ser necessário estabelecer o equilíbrio para obter a possibilidade das duplicações, e melhora de preço de tarifa. Para concluir, o Senhor Presidente agradeceu a todos pela participação e colaboração com esta Comissão, marcando outra Sessão no Município de Paranavaí e no Município de Campo Mourão, no dia 31 de outubro às nove horas e dezessete horas, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 350

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator-Adjunto

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

Deputado JONAS GUIMARÃES
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 251

à entrega de menção honrosa ao Sr. Marcos Traad. Diretor-Geral do Detran, Paraná. Solicitamos ao Deputado Mauro Moraes e ao Sr. Marcos Elias Traad da Silva, para que procedam à entrega dos diplomas. Convidamos para que os Deputados, por favor, venham à frente. (Chama homenageados para receber o diploma). Inicialmente convidamos: Adão Vieira do Prado, Icaraíma; Anacleto Basso, Dois Vizinhos; Anderson Cláudio Escobar, Posto Avançado Londrina; Cicero Pereira Da Silva, Cove - Coordenadoria de Veículos; Clemar Pelegrini, Divisão de Gestão de Pessoal Próprio; Edson James Rasera, Divisão de Controle e Fiscalização de Infrações; Erick Anastácio Nehring, Maringá; Eros Monteiro, Coad - Coordenadoria Administrativa; Favonia Teresinha Dileo, Cove - Setor de Análise de Processo de Registro de Veículos; Gil Vicente Assumpção, Posto Central; Gilson Ribeiro, Bandeirantes; Glaudiane Barbosa Krul, Posto Central; Herivelto do Carmo, representando Jeane do Carmo, esposa; Holigina de Souza, Divisão de Políticas da Informação; Ines Elizabete Falkowiski, Setor de Gestão de Pessoas; Ingrid Rosa Ghicksberg, Marechal Cândido Rondon; Juarez Framarim Roslindo, Coha; Jurema Marinho Marques, Divisão de Operações Tecnológicas; Ladomira Leuch, Coad - Setor de Protocolo; Larson Orlando, Coha - Coordenadoria de Habilitação; Lídia Ribeiro do Nascimento, Assessoria de Planejamento; Maria Aparecida da Silva Nascimento, Coinf; Maria Aparecida Farias, Coad - Divisão de Serviços Gerais; Maria de Jesus de Paulo, Cove; Marilene Meneguzzo, Pato Branco; Marli Nunes de Freitas Bacarin, Paranavaí; Mary Hellen Teles, CGI - Setor de Suporte ao Usuário; Nadir Gonçalves Moreira Watanabe, Paranavaí; Neiva Terezinha Martins Delgado, Coha; Pablo Nunes Lozove, Guarapuava; Silvia Eliane dos Santos Stoceo, Coordenadoria de Recursos Humanos; Sonia Regina Cabral, Assessoria de Assuntos Operacionais; Valdemir Américo Camozzato, Umuarama; Valmir Antonio Moreschi, Chefe da 1ª Ciretran de Curitiba; Vando Dobranski, Coeng - Setor de Manutenção; Vania Maria Faust, Atendimento Particular; Vera Lucia Dutkievicz, Barracão.
Convidamos as autoridades a retornarem aos seus lugares, por favor.
SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Moraes): Agradecemos a presença das autoridades civis, dos amigos e familiares dos nossos homenageados, dos telespectadores da TV Sinal, bem como dos demais convidados que aqui compareceram, honrando e dignificado o Poder Legislativo paranaense. Após esta solenidade, estão todos convidados para o coquetel que será servido no hall deste auditório. Convidamos os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que estará encerrada a presente Sessão Solene.
(Execução do Hino do Paraná).
Boa noite. "*LEVANTA-SE A SESSÃO*".

9890/2014

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão da Ecologia e Meio Ambiente
Ata da 6ª Reunião Ordinária
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ao décimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões do Plenário, sob a presidência do Deputado Rasca Rodrigues e com a presença dos senhores Deputados Elton Welter, Jonas Guimarães, Pedro Lupion, e do Deputado Wilson Quinteiro, a Comissão da Ecologia e Meio Ambiente - CEMA. Observada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente abriu os trabalhos passando à pauta de votações. **O primeiro item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 356/13** de autoria do Deputado Anibelli Neto que "Obriga os municípios paranaenses a criar conselhos municipais de proteção e defesa aos direitos dos animais". Projeto relatado pelo Deputado Jonas Guimarães teve parecer contrário haja vista que interfere na autonomia dos municípios. O projeto foi colocado em discussão e teve voto pela **rejeição** e sugestão de arquivamento do projeto, pelos Deputados Pedro Lupion, Jonas Guimarães, Elton Welter e Wilson Quinteiro, com o que discordou o presidente em exercício, Deputado Rasca Rodrigues, com voto vencido. No segundo item em pauta o Deputado Rasca Rodrigues passou a presidência ao Deputado Pedro Lupion para colocar em discussão o projeto de sua autoria, **Projeto de Lei Nº 679/2011** que "Estabelece critérios para a concessão ou manutenção de permissões ambientais de emissões de efluentes líquidos no Estado do Paraná para produtores ou empreendedores que exerçam atividades comerciais em propriedades e residências rurais, vinculadas à cadeia produtiva da agricultura familiar e adota outras providências. (Reservatórios impermeabilizados para a coleta de todos efluentes impossibilitando lançamento no solo e no lençol freático)". Projeto relatado pelo Deputado Wilson Quinteiro, teve parecer favorável, mas teve pedido de vistas pelo Deputado Pedro Lupion que irá apresentar voto em separado. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Pedro Lupion passou a Presidência ao Deputado Rasca Rodrigues, Presidente em exercício desta Comissão, que encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e eu, Alessandra Silva Eleutério, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata que segue assinada pelo Presidente e por mim.

DEP. RASCA RODRIGUES
Presidente em exercício da CEMA

ALESSANDRA S. ELEUTÉRIO
Secretária da CEMA

9896/2014

Comissão da Ecologia e Meio Ambiente
Ata da 7ª Reunião Ordinária
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões do Plenário, sob a presidência do Deputado Caito Quintana e com a presença dos senhores Deputados Elton Welter, Pedro Lupion, Rasca Rodrigues, Wilson Quinteiro e da Deputada Mara Lima, a Comissão da Ecologia e Meio Ambiente - CEMA. Observada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente abriu os trabalhos passando à pauta de votações. **O primeiro item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 381/13** de autoria do Deputado Bernardo Carli que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação do número de portaria de outorga nas sedes das empresas envasadoras de águas naturais, minerais e carbogasosas naturais e artificiais portáveis de mesa e purificadas adicionadas de sais, produzidas no Estado do Paraná". Projeto relatado pelo Deputado Pedro Lupion teve parecer favorável e foi colocado em discussão não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. **O segundo e último item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 291/13** de autoria do Deputado Paranhos que "Proíbe o descarte de filtro de cigarros no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do Estado do Paraná. Projeto relatado pela Deputada Mara Lima teve parecer favorável e foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente desta Comissão, o Senhor Deputado Caito Quintana, encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e eu, Alessandra Silva Eleutério, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata que segue assinada Pelo Presidente e por mim.

DEP. CAÍTO QUINTANA
Presidente da CEMA

ALESSANDRA S. ELEUTÉRIO
Secretária da CEMA

9897/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 6ª Reunião Extraordinária

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Câmara Municipal de Maringá, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator-Adjunto; Péricles de Mello, Cleiton Kielse e Jonas Guimarães, Titulares, Dr. Batista, suplente; Enio Verri e os Senhores Ulisses Maia, Presidente da Câmara Municipal de Maringá e Marco Tadeu Barbosa, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Maringá, ACIM. O Senhor Presidente registrou a presença de outras autoridades presentes e comentou sobre a implantação e os trabalhos realizados pela CPI. Após, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá e na sequência aos Senhores Parlamentares. O Senhor Ulisses saudou aos Deputados e colocou a Câmara de Vereadores à disposição para contribuir com o que for necessário para o sucesso da CPI. Em seguida, o Deputado Dr. Batista mostrou preocupação quanto à grande arrecadação e poucos investimentos em obras. O Deputado Enio Verri parabenizou a iniciativa dos Deputados que compõem a CPI e enfatizou que as mudanças devem ser superiores ao interesse individual. O Deputado Jonas Guimarães comentou sobre a importância dos trabalhos da CPI para que a realidade seja mostrada ao povo do Paraná. Deputado Cleiton Kielse enfatizou que foram retirados mais de cento e oitenta quilômetros de obras na região, causando o maior prejuízo perante todas as concessionárias do Paraná. Informou que não existe controle fiscal e para tanto não se sabe exatamente qual é a arrecadação da Concessionária Viapar. Deputado Péricles de Mello enfatizou os objetivos básicos das Audiências Públicas: trazer informações à CPI e à comunidade; ouvir a comunidade e buscar a mobilização, pois somente a força popular pode conduzir a CPI à vitória. Deputado Wilson Quinteiro informou que foi em Maringá que a Justiça Federal concedeu a primeira liminar em ação civil pública, suspendendo a cobrança do pedágio no Estado do Paraná e que foi cassada posteriormente. Comentou que deve haver cautela, para que a questão jurídica seja finalizada e, para alcançar uma transformação do pedágio, faz-se necessário defender o povo do Paraná com equilíbrio. Deputado Douglas Fabrício comentou que a população não suporta mais os altos preços dos pedágios e que os objetivos desta Comissão é baixar as tarifas e aumentar as obras. Com a palavra o Deputado Adelino Ribeiro explicou a dificuldade da criação da CPI do Pedágio na Assembleia Legislativa e a falta de investimentos nas rodovias do Estado, ocasionando vários acidentes. Comentou sobre a omissão dos governos anteriores e atual e também do Poder Judiciário. Após, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Marco Tadeu Barbosa que primeiramente, esclareceu que a ACIM não é contra a privatização das estradas. Informou que os Municípios do interior perdem em vários aspectos em competitividade e entregou aos membros da CPI a revista editada no mês de março que mostra matéria construída com números de todo o Estado sobre o pedágio no Paraná e para finalizar, solicitou resultado da CPI para a referida questão. Após, o Senhor Hélio Costa Curta, membro do Conselho Superior da ACIM, propôs, como medida urgente, a aplicação imediata das terceiras faixas, para desafogar o trânsito e colocou a Associação à disposição para qualquer movimento em prol da melhoria na infraestrutura. Com a palavra o Senhor Ariovaldo Costa Paulo, integrante do Observatório Social de Maringá, informou que o Conselho de Desenvolvimento de

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 252

Maringá possui uma análise do fluxo de veículos nas praças de pedágio da Viapar e que, a partir de agosto, os diretores da empresa proibiram o repasse dessas informações. Esclareceu que, pela análise efetuada, houve crescimento de 90% de veículos nas praças de pedágios e que seria inaceitável a prorrogação da concessão pelo Governo do Estado do Paraná. Em seguida, o Senhor João Batista Machado Neto, Coordenador do Fórum Nacional dos Transportes, parabenizou e colocou-se à disposição para apoiar e somar à CPI e que o Governo do Paraná delegue ao DER uma fiscalização para se obter o valor real cobrado. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor João Luiz Regiani, Secretário Municipal de Defesa do Consumidor, que enfatizou acreditar nos trabalhos desta CPI e colocou-se à disposição, como Diretor do Procon de Maringá, para produzir uma pesquisa de opinião junto aos consumidores de Maringá e também com os demais 47 Procons do Estado, caso esta Comissão avalie como sugestão positiva. Após, o Senhor Aparecido Bianco frisou sobre a ocorrência dos atropelamentos de pessoas que trafegam com bicicletas na cidade de Sarandi. Com a palavra o Senhor Osvaldo Reginatto, do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens – Sindicam, que demonstrou sua indignação, como contribuinte, por não saber onde está sendo aplicado o dinheiro arrecadado e sobre a enganação do vale-pedágio. O Senhor Gensi de Souza do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logísticas de Maringá, Setcamar comentou sobre o descaso que o gestor público teve com o Estado do Paraná, desde a sua implantação do Pedágio e da necessidade de ampliar as discussões para uma renegociação do valor das tarifas. O Senhor Javan de Oliveira, cidadão maringaense, afirmou que o pedágio do Paraná é dos mais caros do mundo e que o contrato não pode ser prorrogado. O Senhor Roberto Peres, representante comercial, mostrou sua indignação quanto ao fato de não se conseguir rever os contratos de pedágio. Em seguida, o Senhor João Batista Lima, cidadão maringaense, propôs à CPI a colocação de um painel para se saber quanto é a arrecadação das empresas concessionárias de pedágio. Com a palavra o Senhor Anderson Borri, do Distrito de Iguatemi, que questionou qual é o compromisso que a Viapar tem com a construção da trincheira de acesso ao Distrito de Iguatemi, tendo sido respondido pelo Deputado Nelson Luersen. O Senhor Ronaldo José da Silva, Presidente do Sindicato dos funcionários do Setor Rodoviário, solicitou para que a CPI trabalhe no sentido de que sejam construídos locais de descanso para os trabalhadores de transporte rodoviário. Na sequência, o Senhor Idevaldo, ex-dirigente do Sindicato dos Bancários, comentou que não haverá mais duplicação na concessão da Viapar. O Senhor Antonio Caetano, do Sindicato dos Técnicos Agrícolas argumentou sobre a necessidade de se conseguir com que as propostas atendam a população menos favorecida, razão da existência de ter um poder público constituído. O Senhor Reinaldo Carraca, cidadão maringaense, comentou sobre a má-distribuição do dinheiro público e sobre o Contorno Norte. O Senhor Marco Antonio Dutra, advogado, enfatizou a necessidade da união e da força da população para baixar o preço do pedágio no Paraná. O Senhor Presidente declarou encerrados os depoimentos e as participações da população, destinando espaço para as considerações finais ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Vereador Ulisses Maia e aos Parlamentares presentes na Sessão. O Senhor Ulisses agradeceu à CPI pela oportunidade de acompanhar e apresentar a insatisfação da população com relação à questão do pedágio. Deputado Péricles de Mello agradeceu a receptividade e a dedicação de Maringá na luta para diminuir a tarifa de pedágio. Deputado Cleiton Kielse informou a necessidade da quebra do sigilo bancário e fiscal das concessionárias e solicitou que as Prefeituras e as Câmaras Municipais façam um projeto de aferição das praças de pedágio localizadas em Maringá. Deputado Wilson Quinteiro enfatizou ser necessário estabelecer o equilíbrio para obter a possibilidade das duplicações, e melhora de preço de tarifa. Para concluir, o Senhor Presidente agradeceu a todos pela participação e colaboração com esta Comissão, marcando outra Sessão no Município de Paranavaí e no Município de Campo Mourão, no dia 31 de outubro às nove horas e dezessete horas, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator-Adjunto

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

Deputado JONAS GUIMARÃES
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

9904/2014

Editais e Contratos

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2013

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: SABOR DO SOM PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de clipping eletrônico para a Assembleia.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em prorrogar o prazo de execução em 12 (doze) meses.
FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Pregão Presencial nº 094/2012

9906/2014

ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Ministério Público do Paraná

MINISTÉRIO PÚBLICO do PARANÁ

O PROJETO
Projeto Estratégico do Ministério Público do Paraná, a Central de Atendimento ao Cidadão foi criada para se tornar a "porta de entrada" preferencial da instituição. Trata-se de uma Promotoria de Justiça voltada para o atendimento primário das demandas trazidas pela população.

COMO FUNCIONA
O atendimento primário compreende a análise das situações, a definição do melhor encaminhamento, a articulação de ações intersetoriais quando a demanda envolver mais de uma área e o agendamento de atendimentos nas Promotorias Especializadas, quando não for possível a resolução de conflitos no âmbito da Central.
As demandas que não competem ao MP-PR são igualmente registradas e encaminhadas aos órgãos responsáveis, com o devido acompanhamento, a fim de garantir o atendimento ao cidadão.

OBJETIVOS
Com este Projeto Estratégico, o Ministério Público do Paraná busca:
- Alcançar o reconhecimento do MP como instituição fundamental na defesa e garantia de direitos;
- Fortalecer a imagem institucional;
- Facilitar o acesso da população ao Ministério Público;
- Melhorar o índice de satisfação da população em relação ao MP.

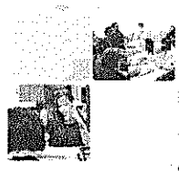
EM AÇÃO
O projeto vem sendo implantado nas comarcas de médio e grande porte, que concentram 67 % da população do Paraná. A metodologia de atendimento ao público será replicada em todas as comarcas do Estado.

As comarcas de Londrina (abril de 2012) e Cianorte (abril de 2013) foram as primeiras a receber o projeto. Até setembro de 2013, foram realizados 2.467 atendimentos, nas seguintes áreas:

FAMÍLIA · CIDADANIA · EDUCAÇÃO · CRIMINAL · CONSUMIDOR · DIREITOS DO IDOSO · DIREITOS HUMANOS · SAÚDE

VANTAGENS
- Assegura que o cidadão encontre atendimento para sua demanda;
- Amplia as opções de horário para o atendimento ao público;
- Integra as ações das Promotorias Especializadas, quando a demanda apresentada possui característica intersetorial.
- Reduz o fluxo de pessoas nas demais Promotorias de Justiça, privilegiando o atendimento agendado;

GESTÃO
O projeto vem sendo desenvolvido pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, por meio do Departamento de Desenvolvimento Organizacional (DDO).



CONTATO
Bruno Sérgio Galatti
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional
bsgalatti@mp.pr.gov.br
Telefone: (41) 3250-4200

Sandra Mancino
Diretora do DDO
smancino@mp.pr.gov.br
Telefone: (41) 3250-4244



MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Paraná
ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Ministério Público do Paraná

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 153

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 6ª Reunião Extraordinária (17/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 06/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 587.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 254

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 6ª Reunião Extraordinária (17/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 06/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 587.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 155

Ata da 24ª Reunião Ordinária

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 23ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e do comunicado do Senhor Heinz Georg Herwig, adiando sua presença para a próxima Sessão. Após, comentou a respeito das conclusões dos trabalhos da CPI, passando a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, que explanou sobre o esboço do Relatório Final desta CPI, pontuando os seguintes itens: relatório da formação e desenvolvimento das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito; as investigações precedentes: CPI de 2003 e CEI de 2007; A CPI de 2013/2014: introdução, a modelagem e os critérios utilizados na criação do Anel de Integração – Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná, histórico dos contratos e dos aditivos, as principais denúncias e irregularidades que ensejaram a abertura da CPI e as denúncias que surgiram no decorrer da CPI a partir dos depoimentos e documentos obtidos. Na sequência, o Senhor Presidente enfatizou o bom desempenho dos trabalhos desta Comissão e argumentou sobre a taxa de retorno; as ações judiciais; alteração de obras; os aditivos e a Ata nº 17; a revisão dos contratos; valores arrecadados; fiscalização do DER e atuação da Agepar; qualidade da pavimentação e contagem de veículos. Após, passou a palavras aos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro que colocou a importância dos depoimentos para a elaboração do Relatório Final; a incapacidade dos governos e ressaltou que esta Comissão deverá solicitar a quebra de contrato das empresas, por não cumprirem o acordo nos dezesseis anos de cobrança no Estado do Paraná. Péricles de Mello informou que vários encaminhamentos solicitados ao DER e órgãos do Estado, ainda não foram recebidos e que, pelo estudo realizado, a CPI contém elementos substanciais para fortalecer as ações judiciais da TIR do acionista e de anulação dos aditivos. O Senhor Presidente comunicou que a visita ao Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e da União, Ministério Público Estadual e Federal, Poder Executivo Estadual e União será realizada após a conclusão do Relatório Final. Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse que enfatizou sobre a omissão de alguns representantes do Estado, do Governo Federal e da Justiça e solicitou um comparativo de números das outras concessionárias que atendem o Estado do Paraná. A seguir, o Senhor Presidente comentou sobre as propostas de concessão e cobrança de pedágio no trecho Maringá a Guaíra; as concessões do Governo Federal e o trajeto entre Horizonte, em Palmas e o Município de Realeza. Deputado Artagão Júnior esclareceu sobre as parcerias público-privadas nas licitações, que estas deveriam ser realizadas no próximo ano, após as eleições e comentou sobre o resumo do Relatório apresentado pelo Deputado Douglas Fabrício.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 256

Deputado Bernardo Ribas Carli discorreu sobre os trabalhos e os resultados desta Comissão. Deputado Wilson Quinteiro explanou sobre o sistema de pedágio adotado no Paraná; que o melhor modelo não fosse da iniciativa privada e fosse do Estado, cobrando um valor menor, sem a busca do lucro; os atores do contexto pedágio do Paraná são a União, o Estado e o Judiciário; sugeriu à União a isenção de impostos para diminuir as tarifas e que a CPI já possui um relatório robusto e equilibrado. Deputado Nereu Moura comentou sobre os esclarecimentos, obtido pela CPI, da história do pedágio e que ao concluir o Relatório, se resolva o grave problema do Paraná. O Senhor Presidente agradeceu a participação de todos, informou que os trabalhos da CPI se encerram no dia quatro de março e passou a palavra ao Relator para suas colocações. O Deputado Douglas Fabrício informou que necessita dos documentos que ainda não foram entregues à CPI para, dentro do prazo de sessenta dias, finalizar o Relatório Final. O Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário OFICIAL Paraná
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA 257 Folha

Altera lei nº 13.694,de 9 de julho de 2002. **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 30- PROJETO DE LEI 793/2013. Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e André Bueno.** *Altera a lei nº 10.934, de 24 de novembro de 1994.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 31- PROJETO DE LEI 794/2013. Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e André Bueno.** *Altera a lei nº 10.624, de 13 de dezembro de 1993.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 32- PROJETO DE LEI 795/2013. Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e André Bueno.** *Altera a lei nº 7.331, de 10 de junho de 1980.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 33- PROJETO DE LEI 796/2013. Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e André Bueno.** *Altera a lei nº 13.789, de 10 de setembro de 2002.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 34- PROJETO DE LEI 797/2013. Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e André Bueno.** *Altera a lei nº 7.240, de 24 de outubro de 1979.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 35 - PROJETO DE LEI 798/2013. Autor: Dep. Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e André Bueno.** *Altera a lei nº 6.811, de 8 de julho de 1976.* **RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado.** Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.____

Deputado Nelson Justus
Presidente

Caline Favretto Gondim
Coordenadora
Mat. 6246

14736/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 24ª Reunião Ordinária

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 23ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e do comunicado do Senhor Heinz Georg Herwig, adiando sua presença para a próxima Sessão. Após, comentou a respeito das conclusões dos trabalhos da CPI, passando a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, que explanou sobre o esboço do Relatório Final desta CPI, pontuando os seguintes itens: relatório da formação e desenvolvimento das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito; as investigações precedentes: CPI de 2003 e CEI de 2007; A CPI de 2013/2014: introdução, a modelagem e os critérios utilizados na criação do Anel de Integração – Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná, histórico dos contratos e dos aditivos, as principais denúncias e irregularidades que ensejaram a abertura da CPI e as denúncias que surgiram no decorrer da CPI a partir dos depoimentos e documentos obtidos. Na sequência, o Senhor Presidente enfatizou o bom desempenho dos trabalhos desta Comissão e argumentou sobre a taxa de retorno; as ações judiciais: alteração de obras; os aditivos e a Ata nº 17; a revisão dos contratos; valores arrecadados; fiscalização do DER e atuação da Agepar; qualidade da pavimentação e contagem de veículos. Após, passou a palavras aos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro que colocou a importância dos depoimentos para a elaboração do Relatório Final; a incapacidade dos governos e ressaltou que esta Comissão deverá solicitar a quebra de contrato das empresas, por não cumprirem o acordo nos dezesseis anos de cobrança no Estado do Paraná. Péricles de Mello informou que vários encaminhamentos solicitados ao DER e órgãos do Estado, ainda não foram recebidos e que, pelo estudo realizado, a CPI contém elementos substanciais para fortalecer as ações judiciais da TIR do acionista e de anulação dos aditivos. O Senhor Presidente comunicou que a visita ao Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e da União, Ministério Público Estadual e Federal, Poder Executivo Estadual e União será realizada após a conclusão do Relatório Final. Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse que enfatizou sobre a omissão de alguns representantes do Estado, do Governo Federal e da Justiça e solicitou um comparativo de números das outras concessionárias que atendem o Estado do Paraná. A seguir, o Senhor Presidente comentou sobre as propostas de concessão e cobrança de pedágio no trecho Maringá a Guaíra; as concessões do Governo Federal e o trajeto entre Horizonte, em Palmas e o Município de Realeza. Deputado Artagão Júnior esclareceu sobre as parcerias público-privadas nas licitações, que estas deveriam ser realizadas no próximo ano, após as eleições e comentou sobre o resumo do Relatório apresentado pelo Deputado Douglas Fabrício. Deputado Bernardo Ribas Carli discorreu sobre os trabalhos e os resultados desta Comissão. Deputado Wilson Quinteiro explanou sobre o sistema de pedágio adotado no Paraná; que o melhor modelo não fosse da iniciativa privada e fosse do Estado, cobrando um valor menor, sem a busca do lucro; os atores do contexto pedágio do Paraná são a União, o Estado e o Judiciário; sugeriu à União a isenção de impostos para diminuir as tarifas e que a CPI já possui um relatório robusto e equilibrado. Deputado Nereu Moura comentou sobre os esclarecimentos, obtido pela CPI, da história do pedágio e que ao concluir o Relatório, se resolva o grave problema do Paraná. O Senhor Presidente agradeceu a participação de todos, informou que os trabalhos da CPI se encerram no dia quatro de março e passou a palavra ao Relator para suas colocações. O Deputado Douglas Fabrício informou que necessita dos documentos que ainda não foram entregues à CPI para, dentro do prazo de sessenta dias, finalizar o Relatório Final. O Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

14737/2014

Atos de Pessoal

Comissão Executiva

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 086/2014

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o Regimento Interno, art. 33, inciso IV, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 17.634, de 22 de novembro de 2010,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a **MARCO AURÉLIO SALDANHA ROCHA**, servidor do Quadro de Pessoal da desta Assembleia Legislativa, Matrícula nº 377, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-06, contando até a data em que completou 70 anos de idade, com **38 (trinta e oito) anos, 4 (quatro) meses e 26 (vinte e seis) dias** de tempo de contribuição, sendo **31 (trinta e um) anos, 7 (sete) meses e 24 (vinte e quatro) dias** de serviço público e **5 (cinco) anos** no exercício do cargo em que se dará a aposentadoria com proventos mensais e integrais correspondentes a totalidade a última remuneração de seu cargo efetivo nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional 47/05, acrescidos de **7 (sete) adicionais** de acordo com o artigo 170, da Lei Estadual 6.174/70 e resultando em proventos de aposentadoria.

CÓD.	VANTAGEM	BASE LEGAL	VALOR
1102	Vcto Efetivo – NTC-06	Lei nº 16.390/10, Anexo V	R$ 2.660,98
1107	Verba Representação 20%	Lei 16.390/10	R$ 538,19
1109	07 Adic T. Serv. = 35%	Lei nº 6.174/70, art. 170	R$ 1.126,00
TOTAL			R$ 4.343,17

Palácio XIX de Dezembro, em 10 de fevereiro de 2014

VALDIR ROSSONI
Presidente

PLAUTO MIRÓ
1º Secretário

ADEMIR BIER
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 087/2014

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o Regimento Interno, art. 33, inciso IV, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 4111, de 10 de abril de 2013,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria voluntária, a **ZEDINIR RUIZ RODRIGUES YOCOTA**, servidora do Quadro de Pessoal desta Assembleia Legislativa, Matrícula nº 40.680, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-02, contando, com **34 (trinta e quatro) anos, 8 (oito) meses e 21 (vinte e um) dias**, dentro os quais **29**

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 158

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 24ª Reunião Ordinária (11/02/14), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 20/02/14 Diário Oficial da Assembleia nº 597.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 159

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 24ª Reunião Ordinária (11/02/14), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 20/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 597.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 267

Ofício nº 27/2014/DL Curitiba, 26 de fevereiro de 2014.

Senhor Deputado,

Servimo-nos do presente para comunicar a Vossa Excelência que estamos devolvendo a essa Comissão as Atas das reuniões extraordinárias nºs 7 e 10.

Comunicamos ainda, que as referidas Atas, somente serão recebidas por esta Diretoria para publicação, juntamente com as Atas nº 4, 5, 8 e 9.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

CÓPIA

Exmo. Sr.
Deputado NELSON LUERSEN
Presidente da CPI do Pedágio
Nesta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 1686
EM 26/02/14
FUNCIONÁRIO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
LIDERANÇA DO PSDB

DIRETORIA LEGIS. Pág. 261

Of. 02/14 – LID

Curitiba, 18 de março de 2014

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.
DATA: 18 MAR 2014
PRESIDENTE

Senhor Presidente:

Com os melhores cumprimentos, venho solicitar a substituição do Deputado Nelson Garcia como suplente na CPI do Pedágio, pelo Dep. Francisco Bührer.

Na oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DEP. FRANCISCO BÜHRER
Líder do PSDB

Excelentíssimo Deputado
VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná
Neste Edifício

Atendo-se e encaminhe-se
Para Providências
18/3/14

16:29 18/03/2014 001177 09 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 01 PROTOCOLO

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 262

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PEDÁGIO

Of. Nº 1788/14/CPI

Curitiba, 16 de abril de 2014.

Senhora Diretora,

Em resposta ao Of. 23/2014/DL, encaminhamos a Vossa Senhoria as Atas das reuniões extraordinárias de nºs 4, 5, 8 e 9, bem como as Atas nºs 7 e 10, devolvidas por essa Diretoria, através do Of. Nº 27/2014/DL.

Comunicamos ainda, que as Atas nºs 7 e 10 foram retiradas do processo protocolado sob o nº 1686 de 26/02/14, e serão reencaminhadas, por já se encontrarem assinadas pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio.

Portanto, solicitamos providências para a continuidade das publicações, por estarem devidamente na sequência, conforme sua solicitação.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente da CPI

Ilma. Sra.
LUCÍLIA FELICIDADE DIAS
Diretora Legislativa
Nesta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 3403
EM 24/04/14
FUNCIONÁRIO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Fls. 03
PROTOCOLO
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 263

Ata da 4ª Reunião Extraordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Cascavel, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse, neste ato, Titular; Elton Welter; Paranhos; Professor Lemos e o Senhor Marcio José Pacheco Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, comentando sobre o tema pedágio no Paraná, os trabalhos realizados e os objetivos da CPI e após, passou a palavra ao Vereador Marcio José Pacheco Ramos. Em seguida, o Senhor Presidente convidou outras autoridades municipais a participarem da Mesa e, na sequência, concedeu a palavra aos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro; Paranhos; Elton Welter; Professor Lemos; Cleiton Kielse; Péricles de Mello; Nereu Moura e Douglas Fabrício. Finalizada as considerações iniciais dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outros vereadores e representantes da sociedade civil organizada e após, abriu espaço para as oitivas, sendo o Senhor Gilmar Trento, representante da Associação de Moradores do Jardim Maria Luiza, o primeiro orador. O Senhor Gilmar reivindicou que a população seja representada pela CPI; que o aumento previsto da tarifa seja combatido e comentou sobre o número de mortes nas estradas pedagiadas. O Deputado Adelino Ribeiro solicitou um aparte ao orador, tendo sido, na sequência, esclarecido pelo Senhor Gilmar. O Senhor Oscar Agostineto, Diretor do Sindicato das Empresas de Transporte do Oeste do Paraná, explanou sobre o posicionamento do Sintropar em relação ao pedágio do Paraná. A seguir, os Deputados Péricles de Mello, Adelino Ribeiro, Douglas Fabrício e Cleiton Kielse teceram comentários a respeito do pronunciamento do Senhor Oscar, tendo esse, espaço para a consideração final. O Senhor Nei Hamilton Haveroth, Vereador, apresentou a indignação contra a situação do pedágio, solicitou ação da CPI para a não prorrogação dos contratos, sugeriu investigação quanto ao atendimento aos acidentados e a reativação da comissão de fiscalização do pedágio no Paraná. Pela ordem, com a palavra o Senhor João Paulo de Lima, Vereador, que solicitou averiguação no atendimento de emergências na rodovia e construção de trincheiras e viadutos para atender a comunidade da região sul do Município. O Senhor Rômulo Quintino, Vereador, ressaltou a relevância do tema e comunicou sobre o ofício recebido do Departamento de ISSQN da Prefeitura Municipal e entregue à CPI. A seguir, o Deputado Péricles de Mello solicitou a palavra para esclarecimentos do orador, tendo sido atendido. Após, o Senhor Fabio Rocha Quintela, empresário, conclamou que o Relatório Final desta CPI seja condizente com os anseios da população. O Senhor Mauro Luiz Becher, representante comercial, comentou sobre a criação do Movimento "Fora Pedágio"; lamentou a falta de atitude dos brasileiros para reivindicar os direitos e a ausência de entidades representativas na luta contra o pedágio, solicitou à CPI atitudes para conseguir o objetivo final da Comissão e ressaltou que a luta contra os direitos continuará. Os Deputados Elton Welter e Péricles de Mello comentaram a explanação do Senhor Mauro Luiz, que em seguida, fez sua colocação final. Após, com a palavra o Senhor Yves Consentino Cordeiro, advogado,que ressaltou a existência da minoria combativa, solicitou o empenho da Comissão para defender os direitos da população e repudiou o poder econômico das concessionárias obtido à custa do povo. O Senhor Antonio Cezar Kleinhans, representante do Conselho Regional de Odontologia, comentou sua indignação com relação ao pedágio e indagou a falta de transparência quanto aos nomes dos donos das concessionárias, tendo o Senhor Presidente esclarecido que estes estão disponibilizados no *site* na Assembleia Legislativa. O Senhor

Fls. 04
PROTOCOLO
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 264

Jeová Pereira, Presidente da Associação de Caminhoneiros Autônomos de Cascavel, explanou sobre a esperança depositada nesta CPI e o prejuízo que o pedágio e os impostos causam aos caminhoneiros e à população do Estado. O Senhor Presidente agradeceu a todos, passando a palavra ao Presidente da Câmara e na sequência aos Deputados Nereu Moura; Adelino Ribeiro; Cleiton Kielse; Péricles de Mello; Elton Welter e Douglas Fabrício para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice- Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado CLEITON KIELSE

Deputado NEREU MOURA

Deputado PÉRICLES DE MELLO

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLA
Pág 265

1.929/2014, do Deputado Caito Quintana, solicitando registro de voto de louvor aos funcionários que colaboraram com os trabalhos da Comissão Especial para averiguar o número de entidades declaradas de utilidade pública no Paraná. Os trabalhos da Comissão foram auxiliados pelos servidores Dra. Lucilia Felicidade Dias, Dra. Solange Cordeiro Faria, Jairo Guarezi, Raphael Batista Marques e Maria Henrique da Silva de Paula, com a colaboração dos servidores Daniela Elisa Bonkoski, Ronaldo Moselli, Carlos Henrique de Oliveira, Ernestina Chuz, Fátima Regina Vicente, Márcia do Rocio Remins Pimentel, Márcia Arlete Santos, Jussara Regina de Castro, Zeny Barbosa, Wilmar José Gouveia, Ana Cristina Leitoles Correa, Danuta Sabai, Fátima Piazentin Rolim Roos, Odete Sosnitzki, Sônia Oliveira Carvalho, Edson Baron, Maria Joaquina de Paula, Tais Serafim, Gianna Carneiro, Miriam Percinoto e Silsso Antonio Corso; **Requerimento nº 1.923/2014**, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de expediente ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, solicitando que sejam envidados estudos técnicos para a implantação de convênio entre a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná - OAB/PR e a Defensoria Pública Estadual, visando manter o serviço de assistência judiciária à população carente, principalmente nas localidades onde a Defensoria Pública Estadual ainda não está instalada, por meio de nomeações de advogados conveniados.

Requerimentos com despacho do Presidente:

À Diretoria Legislativa para anotações: Requerimento nº 1.917/2014, do Deputado Ney Leprevost, solicitando a inclusão da Deputada Luciana Rafagnin à Frente Parlamentar Estadual em Defesa dos Comerciários, constituída na data de 24.3.2014.

Justificativas de ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento nº 1.914/2014**, do Deputado Nelson Garcia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22.4.2014.

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "b" do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador): **Requerimento** nº 1.920/2014, do Deputado Bernardo Ribas Carli, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15.4.2014.

Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 1.911/2014**, do Deputado Ademir Bier, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22.4.2014; **Requerimento nº 1.912/2014**, do Deputado Waldyr Pugliesi, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16.4.2014; **Requerimento nº 1.921/2014**, do Deputado Paranhos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16.4.2014; **Requerimento nº 1.922/2014**, do Deputado Caito Quintana, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16.4.2014; **Requerimento nº 1.927/2014**, da Deputada Maria Tureck, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14.4.2014. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 23 de abril, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 61/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014, 127/2014, 128/2014, 130/2014, 131/2014 e do Projeto de Resolução nº 4/2014; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 775/2013, 73/2014, 75/2014 e 78/2014; 2ª Discussão dos Projetos de Resolução nºs 5/2014 e 7/2014; e 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 664/2013. "***LEVANTA-SE A SESSÃO***". (Sessão encerrada às 16h52min, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

38077/2014

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 4ª Reunião Extraordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Cascavel, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse, neste ato, Titular; Elton Welter; Paranhos; Professor Lemos e o Senhor Marcio José Pacheco Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, comentando sobre o tema pedágio no Paraná, os trabalhos realizados e os objetivos da CPI e após, passou a palavra ao Vereador Marcio José Pacheco Ramos. Em seguida, o Senhor Presidente convidou outras autoridades municipais a participarem da Mesa e, na sequência, concedeu a palavra aos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro; Paranhos; Elton Welter; Professor Lemos; Cleiton Kielse; Péricles de Mello; Nereu Moura e Douglas Fabrício. Finalizada as considerações iniciais dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outros vereadores e representantes da sociedade civil organizada e após, abriu espaço para as oitivas, sendo o Senhor Gilmar Trento, representante da Associação de Moradores do Jardim Maria Luiza, o primeiro orador. O Senhor Gilmar reivindicou que a população seja representada pela CPI; que o aumento previsto da tarifa seja combatido e comentou sobre o número de mortes nas estradas pedagiadas. O Deputado Adelino Ribeiro solicitou um aparte ao orador, tendo sido, na sequência, esclarecido pelo Senhor Gilmar. O Senhor Oscar Agostineto, Diretor do Sindicato das Empresas de Transporte do Oeste do Paraná, explanou sobre o posicionamento do Sintropar em relação ao pedágio do Paraná. A seguir, os Deputados Péricles de Mello, Adelino Ribeiro, Douglas Fabrício e Cleiton Kielse teceram comentários a respeito do pronunciamento do Senhor Oscar, tendo esse, espaço para a consideração final. O Senhor Nei Hamilton Haveroth, Vereador, apresentou a indignação contra a situação do pedágio, solicitou ação da CPI para a não prorrogação dos contratos, sugeriu investigação quanto ao atendimento aos acidentados e a reativação da comissão de fiscalização do pedágio no Paraná. Pela ordem, com a palavra o Senhor João Paulo de Lima, Vereador, que solicitou averiguação no atendimento de emergências na rodovia e construção de trincheiras e viadutos para atender a comunidade da região sul do Município. O Senhor Rômulo Quintino, Vereador, ressaltou a relevância do tema e comunicou sobre o ofício recebido do Departamento de ISSQN da Prefeitura Municipal e entregue à CPI. A seguir, o Deputado Péricles de Mello solicitou a palavra para esclarecimentos do orador, tendo sido atendido. Após, o Senhor Fabio Rocha Quintela, empresário, conclamou que o Relatório Final desta CPI seja condizente com os anseios da população. O Senhor Mauro Luiz Becher, representante comercial, comentou sobre a criação do Movimento "Fora Pedágio"; lamentou a falta de atitude dos brasileiros para reivindicar os direitos e a ausência de entidades representativas na luta contra o pedágio, solicitou à CPI atitudes para conseguir o objetivo final da Comissão e ressaltou que a luta contra os direitos continuará. Os Deputados Elton Welter e Péricles de Mello comentaram a explanação do Senhor Mauro Luiz, que em seguida, fez sua colocação final. Após, com a palavra o Senhor Yves Consentino Cordeiro, advogado,que ressaltou a existência da minoria combativa, solicitou o empenho da Comissão para defender os direitos da população e repudiou o poder econômico das concessionárias obtido à custa do povo. O Senhor Antonio Cezar Kleinhans, representante do Conselho Regional de Odontologia, comentou sua indignação com relação ao pedágio e indagou a falta de transparência quanto aos nomes dos donos das concessionárias, tendo o Senhor Presidente esclarecido que estes estão disponibilizados no *site* na Assembleia Legislativa. O Senhor Jeová Pereira, Presidente da Associação de Caminhoneiros Autônomos de Cascavel, explanou sobre a esperança depositada nesta CPI e o prejuízo que o pedágio e os impostos causam aos caminhoneiros e à população do Estado. O Senhor Presidente agradeceu a todos, passando a palavra ao Presidente da Câmara e na sequência aos Deputados Nereu Moura; Adelino Ribeiro; Cleiton Kielse; Péricles de Mello; Elton Welter e Douglas Fabrício para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN Presidente	Deputado ADELINO RIBEIRO Vice- Presidente
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO Relator	Deputado CLEITON KIELSE
Deputado NEREU MOURA	Deputado PÉRICLES DE MELLO

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38078/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 5ª Reunião Extraordinária

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Associação Comercial e Industrial de Londrina, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Péricles de Mello, Titular e Cleiton Kielse, neste Ato, Titular; Gilberto Martin; Tercilio Turini; Antonio Carlos Belinati, o Senhor Flávio Montenegro Balan, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina e Vereadores: Tio Douglas; Elza Correia e outros vereadores do Município e Região. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, comentando sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e, na sequência, concedeu a palavra ao Senhor Flávio Montenegro. Após, agradeceu outras autoridades presentes e também a participação dos manifestantes do Movimento "Por Amor a Londrina". Na sequência, fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício, Adelino Ribeiro, Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Wilson Quinteiro, Gilberto Martin, Tercilio Turini e Antonio Carlos Belinati e, na sequência, os vereadores: Tio Douglas e Elza Correia. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Senhor Carlos Delarrosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, Sindicam, o primeiro orador. Em seguida, fizeram uso da palavra os Senhores: Osmar Paloco, representando os segmentos da indústria, agricultura e assentados do Município de Ortigueira; Professor Fabinho, Vereador; Auber Silva Pereira e Jorge Custódio Ferreira, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina; José do Carmo Garcia, Ex-Prefeito do Município de Cambé; Claudio Albano Raineri, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Londrina e André Moreira Aguiar, do Sindicato dos Transportadores de Cargas do Paraná, Setcepar. Encerradas as oitivas, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos seguintes representantes da comunidade local: Luiz Gustavo Pihintz, Engenheiro Civil; Gelson dos Santos, Professor; Marcos Junior Libanio, do Movimento Fora Pedágio do Município de Assaí; Elizeu Vidotti, Vereador do Município de Cambé e Denildo Dias Alves, do Sinttrol. Para finalizar, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Parlamentares para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN Presidente	Deputado ADELINO RIBEIRO Vice-Presidente
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO Relator	Deputado WILSON QUINTEIRO Relator Adjunto
Deputado PÉRICLES DE MELLO Titular	Deputado CLEITON KIELSE Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38080/2014

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 266

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 4ª Reunião Extraordinária (3/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 267

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 4ª Reunião Extraordinária (03/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Fls. 05
Protocolo
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 268

Ata da 5ª Reunião Extraordinária

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Associação Comercial e Industrial de Londrina, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Péricles de Mello, Titular e Cleiton Kielse, neste Ato, Titular; Gilberto Martin; Tercílio Turini; Antonio Carlos Belinati, o Senhor Flávio Montenegro Balan, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina e Vereadores: Tio Douglas; Elza Correia e outros vereadores do Município e Região. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, comentando sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e, na sequência, concedeu a palavra ao Senhor Flávio Montenegro. Após, agradeceu outras autoridades presentes e também a participação dos manifestantes do Movimento "Por Amor a Londrina". Na sequência, fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício, Adelino Ribeiro, Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Wilson Quinteiro, Gilberto Martin, Tercilio Turini e Antonio Carlos Belinati e, na sequência, os vereadores: Tio Douglas e Elza Correia. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Senhor Carlos Delarrosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, Sindicam, o primeiro orador. Em seguida, fizeram uso da palavra os Senhores: Osmar Paloco, representando os segmentos da indústria, agricultura e assentados do Município de Ortigueira; Professor Fabinho, Vereador; Auber Silva Pereira e Jorge Custódio Ferreira, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina; José do Carmo Garcia, Ex-Prefeito do Município de Cambé; Claudio Albano Raineri, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Londrina e André Moreira Aguiar, do Sindicato dos Transportadores de Cargas do Paraná, Setcepar. Encerradas as oitivas, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos seguintes representantes da comunidade local: Luiz Gustavo Pihintz, Engenheiro Civil; Gelson dos Santos, Professor; Marcos Junior Libanio, do Movimento Fora Pedágio do Município de Assaí; Elizeu Vidotti, Vereador do Município de Cambé e Denildo Dias Alves, do Sinttrol. Para finalizar, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Parlamentares para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Fls. 06
PROTOCOLO

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 269

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 270

1.929/2014, do Deputado Caito Quintana, solicitando registro de voto de louvor aos funcionários que colaboraram com os trabalhos da Comissão Especial para averiguar o número de entidades declaradas de utilidade pública no Paraná. Os trabalhos da Comissão foram auxiliados pelos servidores Dra. Lucilia Felicidade Dias, Dra. Solange Cordeiro Faria, Jairo Guarezi, Raphael Batista Marques e Maria Henrique da Silva de Paula, com a colaboração dos servidores Daniela Elisa Bonkoski, Ronaldo Moselli, Carlos Henrique de Oliveira, Ernestina Chuz, Fátima Regina Vicente, Márcia do Rocio Remins Pimentel, Márcia Arlete Santos, Jussara Regina de Castro, Zeny Barbosa, Wilmar José Gouveia, Ana Cristina Leitoles Correa, Danuta Sabai, Fátima Piazentin Rolim Roos, Odete Sosnitzki, Sônia Oliveira Carvalho, Edson Baron, Maria Joaquina de Paula, Tais Serafim, Gianna Carneiro, Miriam Percinoto e Silsso Antonio Corso; **Requerimento nº 1.923/2014**, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de expediente ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, solicitando que sejam envidados estudos técnicos para a implantação de convênio entre a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná - OAB/PR e a Defensoria Pública Estadual, visando manter o serviço de assistência judiciária à população carente, principalmente nas localidades onde a Defensoria Pública Estadual ainda não está instalada, por meio de nomeações de advogados conveniados.

Requerimentos com despacho do Presidente:

À Diretoria Legislativa para anotações: Requerimento nº 1.917/2014, do Deputado Ney Leprevost, solicitando a inclusão da Deputada Luciana Rafagnin à Frente Parlamentar Estadual em Defesa dos Comerciários, constituída na data de 24.3.2014.

Justificativas de ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento nº 1.914/2014**, do Deputado Nelson Garcia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22.4.2014.

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "b" do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador): **Requerimento** nº 1.920/2014, do Deputado Bernardo Ribas Carli, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15.4.2014.

Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 1.911/2014**, do Deputado Ademir Bier, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22.4.2014; **Requerimento nº 1.912/2014**, do Deputado Waldyr Pugliesi, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16.4.2014; **Requerimento nº 1.921/2014**, do Deputado Paranhos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16.4.2014; **Requerimento nº 1.922/2014**, do Deputado Caito Quintana, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 16.4.2014; **Requerimento nº 1.927/2014**, da Deputada Marla Tureck, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14.4.2014.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 23 de abril, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 61/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014, 127/2014, 128/2014, 130/2014, 131/2014 e do Projeto de Resolução nº 4/2014; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 775/2013, 73/2014, 75/2014 e 78/2014; 2ª Discussão dos Projetos de Resolução nºs 5/2014 e 7/2014; e 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 664/2013. "***LEVANTA-SE A SESSÃO***". (Sessão encerrada às 16h52min, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

38077/2014

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 4ª Reunião Extraordinária

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Cascavel, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse, neste ato, Titular; Elton Welter; Paranhos; Professor Lemos e o Senhor Marcio José Pacheco Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, comentando sobre o tema pedágio no Paraná, os trabalhos realizados e os objetivos da CPI e após, passou a palavra ao Vereador Marcio José Pacheco Ramos. Em seguida, o Senhor Presidente convidou outras autoridades municipais a participarem da Mesa e, na sequência, concedeu a palavra aos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro; Paranhos; Elton Welter; Professor Lemos; Cleiton Kielse; Péricles de Mello; Nereu Moura e Douglas Fabrício. Finalizada as considerações iniciais dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outros vereadores e representantes da sociedade civil organizada e após, abriu espaço para as oitivas, sendo o Senhor Gilmar Trento, representante da Associação de Moradores do Jardim Maria Luiza, o primeiro orador. O Senhor Gilmar reivindicou que a população seja representada pela CPI; que o aumento previsto da tarifa seja combatido e comentou sobre o número de mortes nas estradas pedagiadas. O Deputado Adelino Ribeiro solicitou um aparte ao orador, tendo sido, na sequência, esclarecido pelo Senhor Gilmar. O Senhor Oscar Agostineto, Diretor do Sindicato das Empresas de Transporte do Oeste do Paraná, explanou sobre o posicionamento do Sintropar em relação ao pedágio do Paraná. A seguir, os Deputados Péricles de Mello, Adelino Ribeiro, Douglas Fabrício e Cleiton Kielse teceram comentários a respeito do pronunciamento do Senhor Oscar, tendo esse, espaço para a consideração final. O Senhor Nei Hamilton Haveroth, Vereador, apresentou a indignação contra a situação do pedágio, solicitou ação da CPI para a não prorrogação dos contratos, sugeriu investigação quanto ao atendimento aos acidentados e a reativação da comissão de fiscalização do pedágio no Paraná. Pela ordem, com a palavra o Senhor João Paulo de Lima, Vereador, que solicitou averiguação no atendimento de emergências na rodovia e construção de trincheiras e viadutos para atender a comunidade da região sul do Município. O Senhor Rômulo Quintino, Vereador, ressaltou a relevância do tema e comunicou sobre o ofício recebido do Departamento de ISSQN da Prefeitura Municipal e entregue à CPI. A seguir, o Deputado Péricles de Mello solicitou a palavra para esclarecimentos do orador, tendo sido atendido. Após, o Senhor Fabio Rocha Quintela, empresário, conclamou que o Relatório Final desta CPI seja condizente com os anseios da população. O Senhor Mauro Luiz Becher, representante comercial, comentou sobre a criação do Movimento "Fora Pedágio"; lamentou a falta de atitude dos brasileiros para reivindicar os direitos e a ausência de entidades representativas na luta contra o pedágio, solicitou à CPI atitudes para conseguir o objetivo final da Comissão e ressaltou que a luta contra os direitos continuará. Os Deputados Elton Welter e Péricles de Mello comentaram a explanação do Senhor Mauro Luiz, que em seguida, fez sua colocação final. Após, com a palavra o Senhor Yves Consentino Cordeiro, advogado,que ressaltou a existência da minoria combativa, solicitou o empenho da Comissão para defender os direitos da população e repudiou o poder econômico das concessionárias obtido à custa do povo. O Senhor Antonio Cezar Kleinhans, representante do Conselho Regional de Odontologia, comentou sua indignação com relação ao pedágio e indagou a falta de transparência quanto aos nomes dos donos das concessionárias, tendo o Senhor Presidente esclarecido que estes estão disponibilizados no *site* na Assembleia Legislativa. O Senhor Jeová Pereira, Presidente da Associação de Caminhoneiros Autônomos de Cascavel, explanou sobre a esperança depositada nesta CPI e o prejuízo que o pedágio e os impostos causam aos caminhoneiros e à população do Estado. O Senhor Presidente agradeceu a todos, passando a palavra ao Presidente da Câmara e na sequência aos Deputados Nereu Moura; Adelino Ribeiro; Cleiton Kielse; Péricles de Mello; Elton Welter e Douglas Fabrício para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice- Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado CLEITON KIELSE

Deputado NEREU MOURA

Deputado PÉRICLES DE MELLO

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38078/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 5ª Reunião Extraordinária

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Associação Comercial e Industrial de Londrina, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Péricles de Mello, Titular e Cleiton Kielse, neste Ato, Titular; Gilberto Martin; Tercílio Turini; Antonio Carlos Belinati, o Senhor Flávio Montenegro Balan, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina e Vereadores: Tio Douglas; Elza Correia e outros vereadores do Município e Região. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, comentando sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e, na sequência, concedeu a palavra ao Senhor Flávio Montenegro. Após, agradeceu outras autoridades presentes e também a participação dos manifestantes do Movimento "Por Amor a Londrina". Na sequência, fizeram uso da palavra os seguintes Parlamentares: Douglas Fabrício, Adelino Ribeiro, Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Wilson Quinteiro, Gilberto Martin, Tercílio Turini e Antonio Carlos Belinati e, na sequência, os vereadores: Tio Douglas e Elza Correia. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Senhor Carlos Delarrosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, Sindicam, o primeiro orador. Em seguida, fizeram uso da palavra os Senhores: Osmar Paloco, representando os segmentos da indústria, agricultura e assentados do Município de Ortigueira; Professor Fabinho, Vereador; Auber Silva Pereira e Jorge Custódio Ferreira, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina; José do Carmo Garcia, Ex-Prefeito do Município de Cambé; Claudio Albano Raineri, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Londrina e André Moreira Aguiar, do Sindicato dos Transportadores de Cargas do Paraná, Setcepar. Encerradas as oitivas, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos seguintes representantes da comunidade local: Luiz Gustavo Pihintz, Engenheiro Civil; Gelson dos Santos, Professor; Marcos Junior Libanio, do Movimento Fora Pedágio do Município de Assaí; Elizeu Vidotti, Vereador do Município de Cambé e Denildo Dias Alves, do Sintrol. Para finalizar, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Parlamentares para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38080/2014

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 271

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 5ª Reunião Extraordinária (17/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 272

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 5ª Reunião Extraordinária (17/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Fls. 07 PROTOCOLO
DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 273
Fls. 01 PROTOCOLO

Ata da 7ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Paranavaí, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, Titular; Teruo Kato, Senhores Mohamad Hassan Smaili e Claudemir Barini, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, respectivamente; Rogério Lorenzetti, Prefeito de Paranavaí; Beto Vizzoto, Prefeito de Paraíso do Norte e Guto Costa, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Douglas Fabrício esclareceu sobre os trabalhos realizados e o objetivo da CPI. Deputado Cleiton Kielse comentou sobre o histórico do pedágio; comparativo entre arrecadação e investimento das concessionárias e mortes nas rodovias. Deputado Teruo Kato destacou o prejuízo na região devido ao alto custo das tarifas; valor do pedágio incompatível com os serviços prestados pelas concessionárias e anseio por resultados efetivos desta CPI. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Mohamad Hassan Smaili que evidenciou a necessidade de melhoria na malha rodoviária do Estado; dificuldade de acesso a Paranavaí; arrecadação e investimento das concessionárias e valor abusivo das tarifas de pedágio. Após, o Senhor Guto Costa destacou o padecimento da classe empresarial devido ao custo do pedágio e os acidentes nas rodovias. Com a palavra o Prefeito de Paraíso do Norte, Beto Vizzotto que explanou sobre: prejuízos ao Estado devido ao pedágio ser dos mais caros do mundo; mortes nas rodovias; trabalhos realizados pela CPI e concedeu sugestões para o relatório final da CPI. O Prefeito de Paranavaí, Rogério Lorenzetti comentou sobre a arrecadação do ISSQN; impedimento ao desenvolvimento do Paraná; arrecadação e investimento das concessionárias; projeto de vias paralelas, oferecido à Viapar; acidentes nas rodovias e falta de diálogo com as concessionárias. O Deputado Douglas Fabrício solicitou que seja fornecida cópia do projeto referido pelo Prefeito Lorenzetti. Na sequência, o Senhor Presidente saudou a presença e passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro que teceu breve comentário sobre o histórico do pedágio e argumentou sobre a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio para solucionar a questão do pedágio. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e convidou para a oitiva os Senhores: Ivan Ramos Bernardo, da Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas que defendeu a estatização das rodovias do Paraná e a união dos trabalhadores para acabar com o pedágio no Estado. Alcione Messias de Jesus que efetuou indagações aos membros da CPI. Auber Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção por Amor à Londrina comentou sobre a ideia do cálculo para sustação do pedágio no Paraná e a discrepância da margem de lucro das concessionárias. Após, procedeu à leitura do requerimento protocolado na Audiência Pública de Londrina. Senhor Demerval Silvestre, Coordenador da Sociedade Civil de Paranavaí sugeriu a esta Comissão uma reunião com o Governo do Paraná e do Mato Grosso do Sul para discutir a questão da ponte ligando os dois Estados; enfatizou a importância da duplicação da BR-376; a redução do custo do pedágio e a integração com as outras regiões. Professor Fauze Kfouri indagou sobre a questão do pedágio e esclareceu a necessidade de se efetuarem ações concretas de visibilidade. Vereador Claudemir Barini informou que as principais reivindicações dos transportadores é a redução das tarifas de pedágio e a melhoria das condições das rodovias paranaenses e após, solicitou apoio desta CPI para outros recursos necessários para a região. Vereadora Cassilda Marconi

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 274 Fls. 04 PROTOCOLO
Fls. 03 PROTOCOLO

registrou a indignação pela ausência dos Prefeitos na audiência, indagou se a concessão e os aditivos concedidos obtiveram a aprovação da Assembleia, tendo sido, na sequência, atendida, pelo Senhor Presidente. Vereador Aldrey Azevedo informou que a modicidade da tarifa pública e a compensação dos serviços ou obras executadas não estão sendo respeitadas no caso específico do pedágio do Paraná e que o contrato pode ser anulado ou revogado pelo Poder Público. O Senhor Presidente concedeu a palavra a outros representantes da comunidade. Senhor Paulo Roberto Sanita, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirmou que deve haver pressão da sociedade e compromisso de quem foi eleito pelo povo. Senhor Antonio Longo, motorista autônomo, comentou sobre a distorção dos valores das tarifas com relação a outros Estados e a falta de estradas alternativas. Senhor Carlino Mirador, usuário da rodovia, enfatizou a discriminação a Paranavai e a má localização da Polícia Federal. Senhor Rubens Loureiro, do Movimento Popular Contra a Corrupção Por Amor à Londrina, salientou sobre a disparidade dos valores gastos de Londrina à Maringá e efetuou indagações ao Deputado Wilson Quinteiro, que o atendeu, na sequência. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Wilson Quinteiro e o Senhor Claudemir Barini fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 275

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 7ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Paranavaí, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, Titular; Teruo Kato, Senhores Mohamad Hassan Smaili e Claudemir Barini, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, respectivamente; Rogério Lorenzetti, Prefeito de Paranavaí; Beto Vizzoto, Prefeito de Paraíso do Norte e Guto Costa, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Douglas Fabrício esclareceu sobre os trabalhos realizados e o objetivo da CPI. Deputado Cleiton Kielse comentou sobre o histórico do pedágio; comparativo entre arrecadação e investimento das concessionárias e mortes nas rodovias. Deputado Teruo Kato destacou o prejuízo na região devido ao alto custo das tarifas; valor do pedágio incompatível com os serviços prestados pelas concessionárias e anseio por resultados efetivos desta CPI. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Mohamad Hassan Smaili que evidenciou a necessidade de melhoria na malha rodoviária do Estado; dificuldade de acesso a Paranavaí; arrecadação e investimento das concessionárias e valor abusivo das tarifas de pedágio. Após, o Senhor Guto Costa destacou o padecimento da classe empresarial devido ao custo do pedágio e os acidentes nas rodovias. Com a palavra o Prefeito de Paraíso do Norte, Beto Vizzotto que explanou sobre: prejuízos ao Estado devido ao pedágio ser dos mais caros do mundo; mortes nas rodovias; trabalhos realizados pela CPI e concedeu sugestões para o relatório final da CPI. O Prefeito de Paranavaí, Rogério Lorenzetti comentou sobre a arrecadação do ISSQN; impedimento ao desenvolvimento do Paraná; arrecadação e investimento das concessionárias; projeto de vias paralelas, oferecido à Viapar; acidentes nas rodovias e falta de diálogo com as concessionárias. O Deputado Douglas Fabrício solicitou que seja fornecida cópia do projeto referido pelo Prefeito Lorenzetti. Na sequência, o Senhor Presidente saudou a presença e passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro que teceu breve comentário sobre o histórico do pedágio e argumentou sobre a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio para solucionar a questão do pedágio. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e convidou para a oitiva os Senhores: Ivan Ramos Bernardo, da Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas que defendeu a estatização das rodovias do Paraná e a união dos trabalhadores para acabar com o pedágio no Estado. Alcione Messias de Jesus que efetuou indagações aos membros da CPI. Auber Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção por Amor à Londrina comentou sobre a ideia do cálculo para sustação do pedágio no Paraná e a discrepância da margem de lucro das concessionárias. Após, procedeu à leitura do requerimento protocolado na Audiência Pública de Londrina. Senhor Demerval Silvestre, Coordenador da Sociedade Civil de Paranavaí sugeriu a esta Comissão uma reunião com o Governo do Paraná e do Mato Grosso do Sul para discutir a questão da ponte ligando os dois Estados; enfatizou a importância da duplicação da BR-376; a redução do custo do pedágio e a integração com as outras regiões. Professor Fauze Kfouri indagou sobre a questão do pedágio e esclareceu a necessidade de se efetuarem ações concretas de visibilidade. Vereador Claudemir Barini informou que as principais reivindicações dos transportadores é a redução das tarifas de pedágio e a melhoria das condições das rodovias paranaenses e após, solicitou apoio desta CPI para outros recursos necessários para a região. Vereadora Cassilda Marconi registrou a indignação pela ausência dos Prefeitos na audiência, indagou se a concessão e os aditivos concedidos obtiveram a aprovação da Assembleia, tendo sido, na sequência, atendida, pelo Senhor Presidente. Vereador Aldrey Azevedo informou que a modicidade da tarifa pública e a compensação dos serviços ou obras executadas não estão sendo respeitadas no caso específico do pedágio do Paraná e que o contrato pode ser anulado ou revogado pelo Poder Público. O Senhor Presidente concedeu a palavra a outros representantes da comunidade. Senhor Paulo Roberto Sanita, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirmou que deve haver pressão da sociedade e compromisso de quem foi eleito pelo povo. Senhor Antonio Longo, motorista autônomo, comentou sobre a distorção dos valores das tarifas com relação a outros Estados e a falta de estradas alternativas. Senhor Carlino Mirador, usuário da rodovia, enfatizou a discriminação a Paranavaí e a má localização da Polícia Federal. Senhor Rubens Loureiro, do Movimento Popular Contra a Corrupção Por Amor à Londrina, salientou sobre a disparidade dos valores gastos de Londrina à Maringá e efetuou indagações ao Deputado Wilson Quinteiro, que o atendeu, na sequência. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Wilson Quinteiro e o Senhor Claudemir Barini fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38083/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 8ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, neste Ato, Titular e os Senhores Ivan Marcelo Chiroli, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão e Rodrigo Salvadori, Vice-Prefeito de Campo Mourão. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e na sequência, concedeu a palavra aos Senhores: Deputado Wilson Quinteiro, Ivan Marcelo Chiroli, Cleiton Kielse, Adelino Ribeiro, Rodrigo Salvadori e Douglas Fabrício. Na sequência, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo a Vereadora Nelita Piacentini a primeira oradora, que comentou sobre a concessionária Viapar; a duplicação Campo Mourão a Maringá; a segurança na rodovia e o pronto atendimento e apoio à CPI. Pela ordem, com a palavra o Senhor José Severino Provasi, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Campo Mourão e Região, Sinditac, que explanou sobre o alto valor do pedágio do Paraná; a cobrança indevida do eixo suspenso; a falta da terceira pista e sugeriu o valor ideal a ser cobrado aos caminhoneiros e que a cobrança de pedágio ocorra apenas em pista duplicada. Após, o Senhor Jurandir Ferreira, representante do Rotary Club de Mamborê, esclareceu sobre o prejuízo do Município em relação ao pedágio; o alto índice de acidentes; a falta de duplicação nas rodovias; a concordância do Poder Público e o apoio à CPI. O Senhor José Nelson Botega, Presidente do Observatório Social de Campo Mourão, questionou o Deputado Douglas Fabrício sobre a instalação da CPI, tendo sido atendido e, em seguida, comentou sobre a falta de duplicação das rodovias; o cupom fiscal e a falta de informação quanto à arrecadação das concessionárias e, para finalizar, cobrou resultados desta Comissão. O Senhor Presidente deu por encerradas as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Renato Fernandes Silva Junior, Presidente da OAB de Campo Mourão, que enfatizou sobre o prejuízo que a Viapar deu ao povo do Paraná. O Senhor José Carlos Barboni, Coordenador Regional da SANEPAR em Campo Mourão, afirmou acreditar nos trabalhos da CPI, ressaltou o direito constitucional de ir e vir e as dificuldades decorrentes do pedágio. O Senhor Marcese Maschietto, da Empresa Unimake, lamentou a falta de investimento no Estado devido ao custo pedágio e efetuou questionamentos, no que foi atendido pelos Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse, tendo este, efetuado suas considerações finais, seguidos pelos Parlamentares: Adelino Ribeiro; Douglas Fabrício e Nelson Luersen. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38085/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 9ª Reunião Extraordinária

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse,, neste Ato, Titular e o Senhor Aliel Machado Bark, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse suas considerações. O Senhor Aliel agradeceu a presença da Comissão e esclareceu a importância de proporcionar o debate sobre o tema pedágio, colocando a Câmara Municipal à disposição da CPI. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados por esta Comissão e os seus objetivos, concedendo na sequência, a palavra aos seguintes Parlamentares: Nereu Moura, Cleiton Kielse, Péricles de Mello e Douglas Fabrício. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Dr. Osvaldo Sowek, Procurador da República do Município de Ponta Grossa o primeiro orador. O Senhor Procurador explanou sobre: a falta de conhecimento, por parte da população, do contrato do pedágio; a falta de esperança na solução do problema; excesso de poder do atual Diretor do DER, Nelson Leal Junior; proximidade do atual Governo e base governista da Assembleia Legislativa com as concessionárias e falta de respaldo do Poder Judiciário; lucro excessivo das empresas; cancelamento do contrato; falta de duplicação das estradas e preocupação com o Relatório Final da CPI. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, citado pelo Senhor Procurador, tendo sido esclarecido, na sequência. Pela ordem, com a palavra a Senhora Ana Lucia Bacon, Coordenadora do Movimento Popular Fim do Pedágio de Jacarezinho, que ressaltou o direito de o eleitor cobrar o seu representante e a luta pela sociedade justa e democrática, comentou sobre o modelo inverso de pedágio nos países europeus; a ilegalidade e imoralidade do pedágio do Município de Jacarezinho e a falta de critério na cobrança das tarifas e do controle público. A seguir, o Senhor Édis Luiz Moro Conche, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Ponta Grossa, Sindíponta, expôs sobre o lucro excessivo das concessionárias de pedágio; a confiança nos trabalhos da CPI; a não prorrogação dos contratos; a necessidade de liderança constituída; a cobrança indevida dos eixos suspensos; a propaganda enganosa do Estado e apoio à Comissão. Após, o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, ressaltou que os eixos suspensos não devem ser cobrados, os contratos devem ser sustados; e que a CPI represente o desejo da população com relação ao tema pedágio. O Senhor Presidente deu por encerrada as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Sergio Leopoldo, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa. O Senhor Sergio enfatizou a necessidade da força conjunta da comunidade e sociedade organizada para auxiliar nos trabalhos da CPI e indagou ao Deputado Péricles de Mello sobre o caminho a ser usado por esta Comissão, no que foi atendido. A seguir, com a palavra os representantes da comunidade: Senhor Auber

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 276

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 7ª Reunião Extraordinária (31/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mát. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2774

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 7ª Reunião Extraordinária (31/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Ata da 8ª Reunião Extraordinária

Fls. 09
PROTOCOLO
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág.
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2784

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, neste Ato, Titular e os Senhores Ivan Marcelo Chiroli, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão e Rodrigo Salvadori, Vice-Prefeito de Campo Mourão. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e na sequência, concedeu a palavra aos Senhores: Deputado Wilson Quinteiro, Ivan Marcelo Chiroli, Cleiton Kielse, Adelino Ribeiro, Rodrigo Salvadori e Douglas Fabrício. Na sequência, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo a Vereadora Nelita Piacentini a primeira oradora, que comentou sobre a concessionária Viapar; a duplicação Campo Mourão a Maringá; a segurança na rodovia e o pronto atendimento e apoio à CPI. Pela ordem, com a palavra o Senhor José Severino Provasi, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Campo Mourão e Região, Sinditac, que explanou sobre o alto valor do pedágio do Paraná; a cobrança indevida do eixo suspenso; a falta da terceira pista e sugeriu o valor ideal a ser cobrado aos caminhoneiros e que a cobrança de pedágio ocorra apenas em pista duplicada. Após, o Senhor Jurandir Ferreira, representante do Rotary Club de Mamborê, esclareceu sobre o prejuízo do Município em relação ao pedágio; o alto índice de acidentes; a falta de duplicação nas rodovias; a concordância do Poder Público e o apoio à CPI. O Senhor José Nelson Botega, Presidente do Observatório Social de Campo Mourão, questionou o Deputado Douglas Fabrício sobre a instalação da CPI, tendo sido atendido e, em seguida, comentou sobre a falta de duplicação das rodovias; o cupom fiscal e a falta de informação quanto à arrecadação das concessionárias e, para finalizar, cobrou resultados desta Comissão. O Senhor Presidente deu por encerradas as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Renato Fernandes Silva Junior, Presidente da OAB de Campo Mourão, que enfatizou sobre o prejuízo que a Viapar deu ao povo do Paraná. O Senhor José Carlos Barboni, Coordenador Regional da SANEPAR em Campo Mourão, afirmou acreditar nos trabalhos da CPI, ressaltou o direito constitucional de ir e vir e as dificuldades decorrentes do pedágio. O Senhor Marcese Maschietto, da Empresa Unimake, lamentou a falta de investimento no Estado devido ao custo pedágio e efetuou questionamentos, no que foi atendido pelos Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse, tendo este, efetuado suas considerações finais, seguidos pelos Parlamentares: Adelino Ribeiro; Douglas Fabrício e Nelson Luersen. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

FLS. 10
PROTOCOLO
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 279

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 280

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 7ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Paranavaí, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, Titular; Teruo Kato, Senhores Mohamad Hassan Smaili e Claudemir Barini, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, respectivamente; Rogério Lorenzetti, Prefeito de Paranavaí; Beto Vizzoto, Prefeito de Paraíso do Norte e Guto Costa, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Douglas Fabrício esclareceu sobre os trabalhos realizados e o objetivo da CPI. Deputado Cleiton Kielse comentou sobre o histórico do pedágio; comparativo entre arrecadação e investimento das concessionárias e mortes nas rodovias. Deputado Teruo Kato destacou o prejuízo na região devido ao alto custo das tarifas; valor do pedágio incompatível com os serviços prestados pelas concessionárias e anseio por resultados efetivos desta CPI. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Mohamad Hassan Smaili que evidenciou a necessidade de melhoria na malha rodoviária do Estado; dificuldade de acesso a Paranavaí; arrecadação e investimento das concessionárias e valor abusivo das tarifas de pedágio. Após, o Senhor Guto Costa destacou o padecimento da classe empresarial devido ao custo do pedágio e os acidentes nas rodovias. Com a palavra o Prefeito de Paraíso do Norte, Beto Vizzotto que explanou sobre: prejuízos ao Estado devido ao pedágio ser dos mais caros do mundo; mortes nas rodovias; trabalhos realizados pela CPI e concedeu sugestões para o relatório final da CPI. O Prefeito de Paranavaí, Rogério Lorenzetti comentou sobre a arrecadação do ISSQN; impedimento ao desenvolvimento do Paraná; arrecadação e investimento das concessionárias; projeto de vias paralelas, oferecido à Viapar; acidentes nas rodovias e falta de diálogo com as concessionárias. O Deputado Douglas Fabrício solicitou que seja fornecida cópia do projeto referido pelo Prefeito Lorenzetti. Na sequência, o Senhor Presidente saudou a presença e passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro que teceu breve comentário sobre o histórico do pedágio e argumentou sobre a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio para solucionar a questão do pedágio. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e convidou para a oitiva os Senhores: Ivan Ramos Bernardo, da Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas que defendeu a estatização das rodovias do Paraná e a união dos trabalhadores para acabar com o pedágio no Estado. Aleione Messias de Jesus que efetuou indagações aos membros da CPI. Auber Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção por Amor à Londrina comentou sobre a ideia do cálculo para sustação do pedágio no Paraná e a discrepância da margem de lucro das concessionárias. Após, procedeu à leitura do requerimento protocolado na Audiência Pública de Londrina. Senhor Demerval Silvestre, Coordenador da Sociedade Civil de Paranavaí sugeriu a esta Comissão uma reunião com o Governo do Paraná e do Mato Grosso do Sul para discutir a questão da ponte ligando os dois Estados; enfatizou a importância da duplicação da BR-376; a redução do custo do pedágio e a integração com as outras regiões. Professor Fauze Kfouri indagou sobre a questão do pedágio e esclareceu a necessidade de se efetuarem ações concretas de visibilidade. Vereador Claudemir Barini informou que as principais reivindicações dos transportadores é a redução das tarifas de pedágio e a melhoria das condições das rodovias paranaenses e após, solicitou apoio desta CPI para outros recursos necessários para a região. Vereadora Cassilda Marconi registrou a indignação pela ausência dos Prefeitos na audiência, indagou se a concessão e os aditivos concedidos obtiveram a aprovação da Assembleia, tendo sido, na sequência, atendida, pelo Senhor Presidente. Vereador Aldrey Azevedo informou que a modicidade da tarifa pública e a compensação dos serviços ou obras executadas não estão sendo respeitadas no caso específico do pedágio do Paraná e que o contrato pode ser anulado ou revogado pelo Poder Público. O Senhor Presidente concedeu a palavra a outros representantes da comunidade. Senhor Paulo Roberto Sanita, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirmou que deve haver pressão da sociedade e compromisso de quem foi eleito pelo povo. Senhor Antonio Longo, motorista autônomo, comentou sobre a distorção dos valores das tarifas com relação a outros Estados e a falta de estradas alternativas. Senhor Carlino Mirador, usuário da rodovia, enfatizou a discriminação a Paranavaí e a má localização da Polícia Federal. Senhor Rubens Loureiro, do Movimento Popular Contra a Corrupção Por Amor à Londrina, salientou sobre a disparidade dos valores gastos de Londrina à Maringá e efetuou indagações ao Deputado Wilson Quinteiro, que o atendeu, na sequência. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Wilson Quinteiro e o Senhor Claudemir Barini fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38083/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 8ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, neste Ato, Titular e os Senhores Ivan Marcelo Chiroli, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão e Rodrigo Salvador, Vice-Prefeito de Campo Mourão. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e na sequência, concedeu a palavra aos Senhores: Deputado Wilson Quinteiro, Ivan Marcelo Chiroli, Cleiton Kielse, Adelino Ribeiro, Rodrigo Salvadori e Douglas Fabrício. Na sequência, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo a Vereadora Nelita Piacentini a primeira oradora, que comentou sobre a concessionária Viapar; a duplicação Campo Mourão a Maringá: a segurança na rodovia e o pronto atendimento e apoio à CPI. Pela ordem, com a palavra o Senhor José Severino Provasi, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Campo Mourão e Região, Sinditac, que explanou sobre o alto valor do pedágio do Paraná; a cobrança indevida do eixo suspenso; a falta da terceira pista e sugeriu o valor ideal a ser cobrado aos caminhoneiros e que a cobrança de pedágio ocorra apenas em pista duplicada. Após, o Senhor Jurandir Ferreira, representante do Rotary Club de Mamborê, esclareceu sobre o prejuízo do Município em relação ao pedágio; o alto índice de acidentes; a falta de duplicação nas rodovias; a concordância do Poder Público e o apoio à CPI. O Senhor José Nelson Botega, Presidente do Observatório Social de Campo Mourão, questionou o Deputado Douglas Fabrício sobre a instalação da CPI, tendo sido atendido e, em seguida, comentou sobre a falta de duplicação das rodovias; o cupom fiscal e a falta de informação quanto à arrecadação das concessionárias e, para finalizar, cobrou resultados desta Comissão. O Senhor Presidente deu por encerradas as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Renato Fernandes Silva Junior, Presidente da OAB de Campo Mourão, que enfatizou sobre o prejuízo que a Viapar deu ao povo do Paraná. O Senhor José Carlos Barboni, Coordenador Regional da SANEPAR em Campo Mourão, afirmou acreditar nos trabalhos da CPI, ressaltou o direito constitucional de ir e vir e as dificuldades decorrentes do pedágio. O Senhor Marcese Maschietto, da Empresa Unimake, lamentou a falta de investimento no Estado devido ao custo pedágio e efetuou questionamentos, no que foi atendido pelos Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse, tendo este, efetuado suas considerações finais, seguidos pelos Parlamentares: Adelino Ribeiro; Douglas Fabrício e Nelson Luersen. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38085/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 9ª Reunião Extraordinária

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse,, neste Ato, Titular e o Senhor Aliel Machado Bark, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse suas considerações. O Senhor Aliel agradeceu a presença da Comissão e esclareceu a importância de proporcionar o debate sobre o tema pedágio, colocando a Câmara Municipal à disposição da CPI. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados por esta Comissão e os seus objetivos, concedendo na sequência, a palavra aos seguintes Parlamentares: Nereu Moura, Cleiton Kielse, Péricles de Mello e Douglas Fabrício. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Dr. Osvaldo Sowek, Procurador da República do Município de Ponta Grossa o primeiro orador. O Senhor Procurador explanou sobre: a falta de conhecimento, por parte da população, do contrato do pedágio; a falta de esperança na solução do problema; excesso de poder do atual Diretor do DER, Nelson Leal Junior; proximidade do atual Governo e base governista da Assembleia Legislativa com as concessionárias e falta de respaldo do Poder Judiciário; lucro excessivo das empresas; cancelamento do contrato; falta de duplicação das estradas e preocupação com o Relatório Final da CPI. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, citado pelo Senhor Procurador, tendo sido esclarecido, na sequência. Pela ordem, com a palavra a Senhora Ana Lucia Bacon, Coordenadora do Movimento Popular Fim do Pedágio de Jacarezinho, que ressaltou o direito de o eleitor cobrar o seu representante e a luta pela sociedade justa e democrática, comentou sobre o modelo inverso de pedágio nos países europeus; a ilegalidade e imoralidade do pedágio do Município de Jacarezinho e a falta de critério na cobrança das tarifas e do controle público. A seguir, o Senhor Édis Luiz Moro Conche, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Ponta Grossa, Sindiponta, expôs sobre o lucro excessivo das concessionárias de pedágio; a confiança nos trabalhos da CPI; a não prorrogação dos contratos; a necessidade de liderança constituída; a cobrança indevida dos eixos suspensos; a propaganda enganosa do Estado e apoio à Comissão. Após, o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, ressaltou que os eixos suspensos não devem ser cobrados, os contratos devem ser sustados; e que a CPI represente o desejo da população com relação ao tema pedágio. O Senhor Presidente deu por encerrada as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Sergio Leopoldo, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa. O Senhor Sergio enfatizou a necessidade da força conjunta da comunidade e sociedade organizada para auxiliar nos trabalhos da CPI e indagou ao Deputado Péricles de Mello sobre o caminho a ser usado por esta Comissão, no que foi atendido. A seguir, com a palavra os representantes da comunidade: Senhor Auber

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 281

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 8ª Reunião Extraordinária (31/10/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 282

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 8ª Reunião Extraordinária (31/10/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Fls. 11
PROTOCOLO

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 283

Ata da 9ª Reunião Extraordinária

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse,, neste Ato, Titular e o Senhor Aliel Machado Bark, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse suas considerações. O Senhor Aliel agradeceu a presença da Comissão e esclareceu a importância de proporcionar o debate sobre o tema pedágio, colocando a Câmara Municipal à disposição da CPI. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados por esta Comissão e os seus objetivos, concedendo na sequência, a palavra aos seguintes Parlamentares: Nereu Moura, Cleiton Kielse, Péricles de Mello e Douglas Fabrício. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Dr. Osvaldo Sowek, Procurador da República do Município de Ponta Grossa o primeiro orador. O Senhor Procurador explanou sobre: a falta de conhecimento, por parte da população, do contrato do pedágio; a falta de esperança na solução do problema; excesso de poder do atual Diretor do DER, Nelson Leal Junior; proximidade do atual Governo e base governista da Assembleia Legislativa com as concessionárias e falta de respaldo do Poder Judiciário; lucro excessivo das empresas e cancelamento do contrato falta de duplicação das. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, citado pelo Senhor Procurador, tendo sido esclarecido, na sequência. Pela ordem, com a palavra a Senhora Ana Lucia Bacon, Coordenadora do Movimento Popular Fim do Pedágio de Jacarezinho, que ressaltou o direito de o eleitor cobrar o seu representante e a luta pela sociedade justa e democrática, comentou sobre o modelo inverso de pedágio nos países europeus; a ilegalidade e imoralidade do pedágio do Município de Jacarezinho e a falta de critério na cobrança das tarifas e do controle público. A seguir, o Senhor Édis Luiz Moro Conche, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Ponta Grossa, Sindiponta, expôs sobre o lucro excessivo das concessionárias de pedágio; a confiança nos trabalhos da CPI; a não prorrogação dos contratos; a necessidade de liderança constituída; a cobrança indevida dos eixos suspensos; a propaganda enganosa do Estado e apoio à Comissão. Após, o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, ressaltou que os eixos suspensos não devem ser cobrados, os contratos devem ser sustados; e que a CPI represente o desejo da população com relação ao tema pedágio. O Senhor Presidente deu por encerrada as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Sergio Leopoldo, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa. O Senhor Sergio enfatizou a necessidade da força conjunta da comunidade e sociedade organizada para auxiliar nos trabalhos da CPI e indagou ao Deputado Péricles de Mello sobre o caminho a ser usado por esta Comissão, no que foi atendido. A seguir, com a palavra os representantes da comunidade: Senhor Auber Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina que, esclareceu haver solução para o problema com a sustação do pedágio e procedeu à leitura do aditivo do requerimento realizado na Audiência Pública no Município de Londrina. Senhor Rubens Loureiro, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina comentou sobre as vidas perdidas nos acidentes; a intenção de renovação dos contratos, por parte das concessionárias e enfatizou que a presença do Movimento nas Audiências foi com recursos próprios.

Fls. 12
PROTOCOLO
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 284

Senhor Waldir de Mário, empresário do segmento de transportes, sugeriu que a CPI acompanhe a perícia técnica, nos casos de acidente graves, para responsabilizar, se houver falha, a concessionária; alterar o projeto da Avenida Ernesto Vilela e que o poder das Concessionárias seja retirado por quem o concedeu. Senhor Reinaldo Mendes, Presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa comentou sobre o Projeto de Lei, aprovado, que concedeu o direito aos estudantes a meia entrada do pedágio e que não há fiscalização para que ela seja respeitada. Senhora Gisele Bombieri, moradora local que questionou se a CPI fez o levantamento do gasto do dinheiro público investido antes da concessão e qual o motivo dos carros oficiais serem isentos do pedágio. Senhor Kennedi de Oliveira, militante do Partido Socialista e Liberdade solicitou mais respeito ao direito de voz e o fim do pedágio. Como último participante, o Vereador Antonio Aguinel Ferreira Batista sugeriu a sustação do contrato e a encampação das praças de pedágio pelo Governo do Estado e que a CPI desempenhe um bom trabalho ao povo paranaense. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado CLEITON KIELSE

Deputado NEREU MOURA

Deputado PÉRICLES DE MELLO

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

ASSESSORIA LEGISLATIVA
2857

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 7ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Paranavaí, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, Titular; Teruo Kato, Senhores Mohamad Hassan Smaili e Claudemir Barini, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, respectivamente; Rogério Lorenzetti, Prefeito de Paranavaí; Beto Vizzoto, Prefeito de Paraíso do Norte e Guto Costa, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Douglas Fabrício esclareceu sobre os trabalhos realizados e o objetivo da CPI. Deputado Cleiton Kielse comentou sobre o histórico do pedágio; comparativo entre arrecadação e investimento das concessionárias e mortes nas rodovias. Deputado Teruo Kato destacou o prejuízo na região devido ao alto custo das tarifas; valor do pedágio incompatível com os serviços prestados pelas concessionárias e anseio por resultados efetivos desta CPI. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Mohamad Hassan Smaili que evidenciou a necessidade de melhoria na malha rodoviária do Estado; dificuldade de acesso a Paranavaí; arrecadação e investimento das concessionárias e valor abusivo das tarifas de pedágio. Após, o Senhor Guto Costa destacou o padecimento da classe empresarial devido ao custo do pedágio e os acidentes nas rodovias. Com a palavra o Prefeito de Paraíso do Norte, Beto Vizzotto que explanou sobre: prejuízos ao Estado devido ao pedágio ser dos mais caros do mundo; mortes nas rodovias; trabalhos realizados pela CPI e concedeu sugestões para o relatório final da CPI. O Prefeito de Paranavaí, Rogério Lorenzetti comentou sobre a arrecadação do ISSQN; impedimento ao desenvolvimento do Paraná; arrecadação e investimento das concessionárias; projeto de vias paralelas, oferecido à Viapar; acidentes nas rodovias e falta de diálogo com as concessionárias. O Deputado Douglas Fabrício solicitou que seja fornecida cópia do projeto referido pelo Prefeito Lorenzetti. Na sequência, o Senhor Presidente saudou a presença e passou a palavra ao Deputado Wilson Quinteiro que teceu breve comentário sobre o histórico do pedágio e argumentou sobre a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio para solucionar a questão do pedágio. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e convidou para a oitiva os Senhores: Ivan Ramos Bernardo, da Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas que defendeu a estatização das rodovias do Paraná e a união dos trabalhadores para acabar com o pedágio no Estado. Aleione Messias de Jesus que efetuou indagações aos membros da CPI. Auber Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção por Amor à Londrina comentou sobre a ideia do cálculo para sustação do pedágio no Paraná e a discrepância da margem de lucro das concessionárias. Após, procedeu à leitura do requerimento protocolado na Audiência Pública de Londrina. Senhor Demerval Silvestre, Coordenador da Sociedade Civil de Paranavaí sugeriu a esta Comissão uma reunião com o Governo do Paraná e do Mato Grosso do Sul para discutir a questão da ponte ligando os dois Estados; enfatizou a importância da duplicação da BR-376; a redução do custo do pedágio e a integração com as outras regiões. Professor Fauze Kfouri indagou sobre a questão do pedágio e esclareceu a necessidade de se efetuarem ações concretas de visibilidade. Vereador Claudemir Barini informou que as principais reivindicações dos transportadores é a redução das tarifas de pedágio e a melhoria das condições das rodovias paranaenses e após, solicitou apoio desta CPI para outros recursos necessários para a região. Vereadora Cassilda Marconi registrou a indignação pela ausência dos Prefeitos na audiência, indagou se a concessão e os aditivos concedidos obtiveram a aprovação da Assembleia, tendo sido, na sequência, atendida, pelo Senhor Presidente. Vereador Aldrey Azevedo informou que a modicidade da tarifa pública e a compensação dos serviços ou obras executadas não estão sendo respeitadas no caso específico do pedágio do Paraná e que o contrato pode ser anulado ou revogado pelo Poder Público. O Senhor Presidente concedeu a palavra a outros representantes da comunidade. Senhor Paulo Roberto Sanita, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais afirmou que deve haver pressão da sociedade e compromisso de quem foi eleito pelo povo. Senhor Antonio Longo, motorista autônomo, comentou sobre a distorção dos valores das tarifas com relação a outros Estados e a falta de estradas alternativas. Senhor Carlino Mirador, usuário da rodovia, enfatizou a discriminação a Paranavaí e a má localização da Polícia Federal. Senhor Rubens Loureiro, do Movimento Popular Contra a Corrupção Por Amor à Londrina, salientou sobre a disparidade dos valores gastos de Londrina à Maringá e efetuou indagações ao Deputado Wilson Quinteiro, que o atendeu, na sequência. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Wilson Quinteiro e o Senhor Claudemir Barini fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38083/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 8ª Reunião Extraordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Cleiton Kielse, neste Ato, Titular e os Senhores Ivan Marcelo Chiroli, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão e Rodrigo Salvadori, Vice-Prefeito de Campo Mourão. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e seus objetivos, a importância da participação da sociedade organizada e na sequência, concedeu a palavra aos Senhores: Deputado Wilson Quinteiro, Ivan Marcelo Chiroli, Cleiton Kielse, Adelino Ribeiro, Rodrigo Salvadori e Douglas Fabrício. Na sequência, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo a Vereadora Nelita Piacentini a primeira oradora, que comentou sobre a concessionária Viapar; a duplicação Campo Mourão a Maringá: a segurança na rodovia e o pronto atendimento e apoio à CPI. Pela ordem, com a palavra o Senhor José Severino Provasi, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Campo Mourão e Região, Sinditac, que explanou sobre o alto valor do pedágio do Paraná; a cobrança indevida do eixo suspenso; a falta da terceira pista e sugeriu o valor ideal a ser cobrado aos caminhoneiros e que a cobrança de pedágio ocorra apenas em pista duplicada. Após, o Senhor Jurandir Ferreira, representante do Rotary Club de Mamborê, esclareceu sobre o prejuízo do Município em relação ao pedágio; o alto índice de acidentes; a falta de duplicação nas rodovias; a concordância do Poder Público e o apoio à CPI. O Senhor José Nelson Botega, Presidente do Observatório Social de Campo Mourão, questionou o Deputado Douglas Fabrício sobre a instalação da CPI, tendo sido atendido e, em seguida, comentou sobre a falta de duplicação das rodovias; o cupom fiscal e a falta de informação quanto à arrecadação das concessionárias e, para finalizar, cobrou resultados desta Comissão. O Senhor Presidente deu por encerradas as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Renato Fernandes Silva Junior, Presidente da OAB de Campo Mourão, que enfatizou sobre o prejuízo que a Viapar deu ao povo do Paraná. O Senhor José Carlos Barboni, Coordenador Regional da SANEPAR em Campo Mourão, afirmou acreditar nos trabalhos da CPI, ressaltou o direito constitucional de ir e vir e as dificuldades decorrentes do pedágio. O Senhor Marcese Maschietto, da Empresa Unimake, lamentou a falta de investimento no Estado devido ao custo pedágio e efetuou questionamentos, no que foi atendido pelos Deputados Nelson Luersen e Cleiton Kielse, tendo este, efetuado suas considerações finais, seguidos pelos Parlamentares: Adelino Ribeiro; Douglas Fabrício e Nelson Luersen. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado CLEITON KIELSE
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38085/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 9ª Reunião Extraordinária

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Nereu Moura e Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse,, neste Ato, Titular e o Senhor Aliel Machado Bark, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse suas considerações. O Senhor Aliel agradeceu a presença da Comissão e esclareceu a importância de proporcionar o debate sobre o tema pedágio, colocando a Câmara Municipal à disposição da CPI. O Senhor Presidente comentou sobre os trabalhos realizados por esta Comissão e os seus objetivos, concedendo na sequência, a palavra aos seguintes Parlamentares: Nereu Moura, Cleiton Kielse, Péricles de Mello e Douglas Fabrício. Após, o Senhor Presidente abriu espaço para as oitivas, sendo o Dr. Osvaldo Sowek, Procurador da República do Município de Ponta Grossa o primeiro orador. O Senhor Procurador explanou sobre: a falta de conhecimento, por parte da população, do contrato do pedágio; a falta de esperança na solução do problema; excesso de poder do atual Diretor do DER, Nelson Leal Junior; proximidade do atual Governo e base governista da Assembleia Legislativa com as concessionárias e falta de respaldo do Poder Judiciário; lucro excessivo das empresas; cancelamento do contrato; falta de duplicação das estradas e preocupação com o Relatório Final da CPI. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, citado pelo Senhor Procurador, tendo sido esclarecido, na sequência. Pela ordem, com a palavra a Senhora Ana Lucia Bacon, Coordenadora do Movimento Popular Fim do Pedágio de Jacarezinho, que ressaltou o direito de o eleitor cobrar o seu representante e a luta pela sociedade justa e democrática, comentou sobre o modelo inverso de pedágio nos países europeus; a ilegalidade e imoralidade do pedágio do Município de Jacarezinho e a falta de critério na cobrança das tarifas e do controle público. A seguir, o Senhor Édis Luiz Moro Conche, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Ponta Grossa, Sindiponta, expôs sobre o lucro excessivo das concessionárias de pedágio; a confiança nos trabalhos da CPI; a não prorrogação dos contratos; a necessidade de liderança constituída; a cobrança indevida dos eixos suspensos; a propaganda enganosa do Estado e apoio à Comissão. Após, o Senhor Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região, ressaltou que os eixos suspensos não devem ser cobrados, os contratos devem ser sustados; e que a CPI represente o desejo da população com relação ao tema pedágio. O Senhor Presidente deu por encerrada as oitivas concedendo, na sequência, a palavra ao Senhor Sergio Leopoldo, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa. O Senhor Sergio enfatizou a necessidade da força conjunta da comunidade e sociedade organizada para auxiliar nos trabalhos da CPI e indagou ao Deputado Péricles de Mello sobre o caminho a ser usado por esta Comissão, no que foi atendido. A seguir, com a palavra os representantes da comunidade: Senhor Auber

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág 2864

Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina que, esclareceu haver solução para o problema com a sustação do pedágio e procedeu à leitura do aditivo do requerimento realizado na Audiência Pública no Município de Londrina. Senhor Rubens Loureiro, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina comentou sobre as vidas perdidas nos acidentes; a intenção de renovação dos contratos, por parte das concessionárias e enfatizou que a presença do Movimento nas Audiências foi com recursos próprios. Senhor Waldir de Mário, empresário do segmento de transportes, sugeriu que a CPI acompanhe a perícia técnica, nos casos de acidente graves, para responsabilizar, se houver falha, a concessionária; alterar o projeto da Avenida Ernesto Vilela e que o poder das Concessionárias seja retirado por quem o concedeu. Senhor Reinaldo Mendes, Presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa comentou sobre o Projeto de Lei, aprovado, que concedeu o direito aos estudantes a meia entrada do pedágio e que não há fiscalização para que ela seja respeitada. Senhora Gisele Bombieri, moradora local que questionou se a CPI fez o levantamento do gasto do dinheiro público investido antes da concessão e qual o motivo dos carros oficiais serem isentos do pedágio. Senhor Kennedi de Oliveira, militante do Partido Socialista e Liberdade solicitou mais respeito ao direito de voz e o fim do pedágio. Como último participante, o Vereador Antonio Aguinel Ferreira Batista sugeriu a sustação do contrato e a encampação das praças de pedágio pelo Governo do Estado e que a CPI desempenhe um bom trabalho ao povo paranaense. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado CLEITON KIELSE

Deputado NEREU MOURA

Deputado PÉRICLES DE MELLO

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38087/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 10ª Reunião Extraordinária

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Guarapuava, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Péricles de Mello, Artagão Junior, Nereu Moura e Bernardo Ribas Carli, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e o Senhor Edony Antonio Kluber, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra ao Senhor Edony Antonio Kluber que comentou sobre: a importância do referido evento para se obter maiores esclarecimentos a respeito das concessões de rodovias; aumento do número de acidentes no trecho Três Pinheiros - Relógio; duplicação da rodovia; prejuízo no setor produtivo e moção de apoio de todos os Vereadores à CPI. O Senhor Presidente agradeceu e passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Artagão Junior: explanou sobre o objetivo desta Audiência Pública; modelo de licitação e histórico do pedágio; degrau tarifário; cupom fiscal; fluxo de veículos e acordo do Governo com as Concessionárias. Bernardo Ribas Carli: destacou as obras retiradas, a necessidade da duplicação da Rodovia até o trevo do Relógio e a importância da participação da sociedade. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Deputado Nereu Moura, que teceu comentários sobre a condução política do pedágio, ações no Poder Judiciário e o papel da CPI. Cleiton Kielse: pontuou sobre a implantação da CPI na Assembleia; acordo com o Governador atual e valores de arrecadação e de investimentos. Adelino Ribeiro: comentou sobre a função do legislador, gatilho pela duplicação do trecho Matelândia a Medianeira, retirada de obras e prejuízo ao cidadão paranaense. Péricles de Mello: enfatizou a importância da mobilização da sociedade; pareceres dos Tribunais de Contas da União e do Estado; comparação do pedágio do Paraná com outras concessões de rodovias licitadas no Brasil e a suspensão da ação de anulação dos aditivos pelo Governo do Estado. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Dr. Bernardo Fazolo, Juiz de Direito, para compor a Mesa e após, passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício. O Deputado esclareceu sobre a responsabilidade do representante eleito pelo povo; valor arrecadado pelo Governo Federal; papel da CPI e politização do tema pedágio. O Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Airson Horst, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. O Vereador reforçou a importância da CPI: o alto custo do pedágio e aprovação do requerimento para formação da Comissão Especial para acompanhar a CPI. Tomou a palavra o Senhor João Cavalheiro, representante do Sindicato das Transportadoras Autônomas de Carga de Guarapuava e Região, Sinditac, que evidenciou o prejuízo ao usuário devido o alto custo das tarifas, a necessidade de devolver as estradas ao Estado e a esperança nos resultados desta Comissão. Após, o Senhor Júlio Cesar Pacheco Agnez, da Coordenadoria Regional da FIEP, explanou sobre o modelo de concessão, papel da Assembleia Legislativa, perda de competitividade, controle dos custos do pedágio e a importância da CPI. Após o Vereador Cleto Tamanini informou sobre o requerimento encaminhado às concessionárias Ecocataratas e Caminhos do Paraná e a consequente discussão sobre a infraestrutura do Município na Comissão de Assuntos Relevantes, moção de apoio da Comissão e apelo à CPI do Pedágio. Com a palavra o Dr. Jean Ricardo Nicareta, médico, que iniciou a oitiva com auxílio de slides, e enfatizou sobre as seguintes questões: número de óbitos no Hospital São Vicente,em Guarapuava; falha na estatística apresentada pelas concessionárias; necessidade de levantamento, pela CPI, do número de óbitos em outros hospitais e falha no atendimento pré-hospitalar. Para finalizar, o Dr. Jean apresentou sugestões à CPI para que o direito à vida seja preservado. Em seguida, os Deputados Cleiton Kielse, Nelson Luersen, Adelino Ribeiro e Artagão Júnior teceram comentários a respeito da explanação do Dr. Jean e após, com a palavra o Vereador Milton de Lacerda. O Vereador comentou sobre o prejuízo causado ao consumidor final, a utilização dos dados apresentados na Comissão de Assuntos Relevantes e otimismo nos resultados desta CPI. A seguir, o Senhor Valdevino Batista Estefanes, caminhoneiro, explanou sobre a esperança depositada nesta Comissão, a suspensão de eixos e o alto custo nas tarifas. Com a palavra o Senhor Anderson Luís Neitzke, Secretário Municipal de Finanças, sugerindo que, em conjunto com os Municípios, seja fiscalizado o número de veículos e que os Municípios que contém as praças de pedágio implementem uma legislação de implantação de emissão do cupom fiscal. Após, o Senhor José Neri Mendes, proprietário de terra à beira da rodovia, relatou sobre a pressão recebida pelo fiscal da concessionária Caminhos do Paraná. Com a palavra a Senhora Jucimara, moradora do Município, que efetuou questionamentos, no que foi atendida pelo Deputado Nelson Luersen. A seguir, o Senhor Edony Antonio Kluber e os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli, Artagão Junior, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38088/2014

Republicada para incluir justificativa

PEC - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSIÇÃO Nº 06/2012

SÚMULA: Altera o § 3º do **art. 61**, atribuindo nova redação à Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica.

Os deputados, abaixo-assinados, no uso de suas atribuições, em consonância com os termos do **Item I do art. 64** da Constituição do Estado do Paraná, resolvem alterar parágrafo do artigo 61 da Constituição do Estado como segue:

Art. 1º Fica alterado o § 3º do art. 61 da Constituição do Estado, passando a constar com a seguinte redação:

"Art. 61 . . .
§ 1º. . .
§ 2º. . .

§ 3º. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente." (NR)

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.

Assinaram os Deputados: Stephanes Junior, Artagão Junior, Dr. Batista, Pastor Edson Praczyk, Gilberto Ribeiro, Anibelli Neto, Nelson Luersen, Luiz Accorsi, Rasca Rodrigues, Paranhos, Fernando Scanavaca, Pedro Lupion, Gilson de Souza, Nelson Justus, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi, Cleiton Kielse, Élio Rusch e Cantora Mara Lima.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a democratização dos trabalhos desta Casa de Leis, é importante oportunizar a outros Deputados a ocupação de cargos diretivos da mesa, posto que, a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 61º não faz menção quanto ao impedimento no que tange à recondução para a eleição subsequente.

38089/2014

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 287

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 9ª Reunião Extraordinária (6/11/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2884

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 9ª Reunião Extraordinária (6/11/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Fls. 05 PROTOCOLO
DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 2892
Fls. 13 PROTOCOLO

Ata da 10ª Reunião Extraordinária

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Guarapuava, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Péricles de Mello, Artagão Junior, Nereu Moura e Bernardo Ribas Carli, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e o Senhor Edony Antonio Kluber, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra ao Senhor Edony Antonio Kluber que comentou sobre: a importância do referido evento para se obter maiores esclarecimentos a respeito das concessões de rodovias; aumento do número de acidentes no trecho Três Pinheiros - Relógio; duplicação da rodovia; prejuízo no setor produtivo e moção de apoio de todos os Vereadores à CPI. O Senhor Presidente agradeceu e passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Artagão Junior: explanou sobre o objetivo desta Audiência Pública; modelo de licitação e histórico do pedágio; degrau tarifário; cupom fiscal; fluxo de veículos e acordo do Governo com as Concessionárias. Bernardo Ribas Carli: destacou as obras retiradas, a necessidade da duplicação da Rodovia até o trevo do Relógio e a importância da participação da sociedade. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Deputado Nereu Moura, que teceu comentários sobre a condução política do pedágio, ações no Poder Judiciário e o papel da CPI. Cleiton Kielse: pontuou sobre a implantação da CPI na Assembleia; acordo com o Governador atual e valores de arrecadação e de investimentos. Adelino Ribeiro: comentou sobre a função do legislador, gatilho pela duplicação do trecho Matelândia a Medianeira, retirada de obras e prejuízo ao cidadão paranaense. Péricles de Mello: enfatizou a importância da mobilização da sociedade; pareceres dos Tribunais de Contas da União e do Estado; comparação do pedágio do Paraná com outras concessões de rodovias licitadas no Brasil e a suspensão da ação de anulação dos aditivos pelo Governo do Estado. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Dr. Bernardo Fazolo, Juiz de Direito, para compor a Mesa e após, passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício. O Deputado esclareceu sobre a responsabilidade do representante eleito pelo povo; valor arrecadado pelo Governo Federal; papel da CPI e politização do tema pedágio. O Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Airson Horst, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. O Vereador reforçou a importância da CPI; o alto custo do pedágio e aprovação do requerimento para formação da Comissão Especial para acompanhar a CPI. Tomou a palavra o Senhor João Cavalheiro, representante do Sindicato das Transportadoras Autônomas de Carga de Guarapuava e Região, Sinditac, que evidenciou o prejuízo ao usuário devido o alto custo das tarifas, a necessidade de devolver as estradas ao Estado e a esperança nos resultados desta Comissão. Após, o Senhor Júlio Cesar Pacheco Agnez, da Coordenadoria Regional da FIEP, explanou sobre o modelo de concessão, papel da Assembleia Legislativa, perda de competitividade, controle dos custos do pedágio e a importância da CPI. Após o Vereador Cleto Tamanini informou sobre o requerimento encaminhado às concessionárias Ecocataratas e Caminhos do Paraná e a consequente discussão sobre a infraestrutura do Município na Comissão de Assuntos Relevantes, moção de apoio da Comissão e apelo à CPI do Pedágio. Com a palavra o Dr. Jean Ricardo Nicareta, médico, que iniciou a oitiva com auxílio de slides, e enfatizou sobre as seguintes questões: número de óbitos no Hospital São Vicente,em Guarapuava; falha na estatística apresentada pelas concessionárias; necessidade de levantamento, pela CPI, do número de óbitos em outros hospitais e falha no

DIRETORIA LEGISLATIVA Pág. 2904 Fls. 06 PROTOCOLO
Fls. 14 PROTOCOLO

atendimento pré-hospitalar. Para finalizar, o Dr. Jean apresentou sugestões à CPI para que o direito à vida seja preservado. Em seguida, os Deputados Cleiton Kielse, Nelson Luersen, Adelino Ribeiro e Artagão Júnior teceram comentários a respeito da explanação do Dr. Jean e após, com a palavra o Vereador Milton de Lacerda. O Vereador comentou sobre o prejuízo causado ao consumidor final, a utilização dos dados apresentados na Comissão de Assuntos Relevantes e otimismo nos resultados desta CPI. A seguir, o Senhor Valdevino Batista Estefanes, caminhoneiro, explanou sobre a esperança depositada nesta Comissão, a suspensão de eixos e o alto custo nas tarifas. Com a palavra o Senhor Anderson Luis Neitzke, Secretário Municipal de Finanças, sugerindo que, em conjunto com os Municípios, seja fiscalizado o número de veículos e que os Municípios que contém as praças de pedágio implementem uma legislação de implantação de emissão do cupom fiscal. Após, o Senhor José Neri Mendes, proprietário de terra à beira da rodovia, relatou sobre a pressão recebida pelo fiscal da concessionária Caminhos do Paraná. Com a palavra a Senhora Jucimara, moradora do Município, que efetuou questionamentos, no que foi atendida pelo Deputado Nelson Luersen. A seguir, o Senhor Edony Antonio Kluber e os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli, Artagão Junior, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia
da autenticidade deste documento, pode ser visualizado através do site
http://www.imprensaoficial.pr.gov.br
DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 291

Silva Pereira, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina que, esclareceu haver solução para o problema com a sustação do pedágio e procedeu à leitura do aditivo do requerimento realizado na Audiência Pública no Município de Londrina. Senhor Rubens Loureiro, do Movimento Popular Contra a Corrupção: Por Amor a Londrina comentou sobre as vidas perdidas nos acidentes; a intenção de renovação dos contratos, por parte das concessionárias e enfatizou que a presença do Movimento nas Audiências foi com recursos próprios. Senhor Waldir de Mário, empresário do segmento de transportes, sugeriu que a CPI acompanhe a perícia técnica, nos casos de acidente graves, para responsabilizar, se houver falha, a concessionária; alterar o projeto da Avenida Ernesto Vilela e que o poder das Concessionárias seja retirado por quem o concedeu. Senhor Reinaldo Mendes, Presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa comentou sobre o Projeto de Lei, aprovado, que concedeu o direito aos estudantes a meia entrada do pedágio e que não há fiscalização para que ela seja respeitada. Senhora Gisele Bombieri, moradora local que questionou se a CPI fez o levantamento do gasto do dinheiro público investido antes da concessão e qual o motivo dos carros oficiais serem isentos do pedágio. Senhor Kennedi de Oliveira, militante do Partido Socialista e Liberdade solicitou mais respeito ao direito de voz e o fim do pedágio. Como último participante, o Vereador Antonio Aguinel Ferreira Batista sugeriu a sustação do contrato e a encampação das praças de pedágio pelo Governo do Estado e que a CPI desempenhe um bom trabalho ao povo paranaense. A seguir os Senhores Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros presentes na Audiência e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado CLEITON KIELSE

Deputado NEREU MOURA

Deputado PÉRICLES DE MELLO

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38087/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 10ª Reunião Extraordinária

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Câmara Municipal de Guarapuava, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Deputados Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabricio, Relator; Péricles de Mello, Artagão Junior, Nereu Moura e Bernardo Ribas Carli, Titulares, Cleiton Kielse, Suplente e o Senhor Edony Antonio Kluber, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. O Senhor Presidente anunciou a presença de outras autoridades, e agradeceu a todos. Após, comentou sobre os trabalhos realizados pela CPI e na sequência, passou a palavra ao Senhor Edony Antonio Kluber que comentou sobre: a importância do referido evento para se obter maiores esclarecimentos a respeito das concessões de rodovias; aumento do número de acidentes no trecho Três Pinheiros - Relógio; duplicação da rodovia; prejuízo no setor produtivo e moção de apoio de todos os Vereadores à CPI. O Senhor Presidente agradeceu e passou a palavra aos Senhores Parlamentares: Artagão Junior: explanou sobre o objetivo desta Audiência Pública; modelo de licitação e histórico do pedágio; degrau tarifário; cupom fiscal; fluxo de veículos e acordo do Governo com as Concessionárias. Bernardo Ribas Carli: destacou as obras retiradas, a necessidade da duplicação da Rodovia até o trevo do Relógio e a importância da participação da sociedade. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra ao Deputado Nereu Moura, que teceu comentários sobre a condução política do pedágio, ações no Poder Judiciário e o papel da CPI. Cleiton Kielse: pontuou sobre a implantação da CPI na Assembleia; acordo com o Governador atual e valores de arrecadação e de investimentos. Adelino Ribeiro: comentou sobre a função do legislador, gatilho pela duplicação do trecho Matelândia a Medianeira, retirada de obras e prejuízo ao cidadão paranaense. Péricles de Mello: enfatizou a importância da mobilização da sociedade; pareceres dos Tribunais de Contas da União e do Estado; comparação do pedágio do Paraná com outras concessões de rodovias licitadas no Brasil e a suspensão da ação de anulação dos aditivos pelo Governo do Estado. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Dr. Bernardo Fazolo, Juiz de Direito, para compor a Mesa e após, passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício. O Deputado esclareceu sobre a responsabilidade do representante eleito pelo povo; valor arrecadado pelo Governo Federal; papel da CPI e politização do tema pedágio. O Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Airson Horst, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. O Vereador reforçou a importância da CPI; o alto custo do pedágio e aprovação do requerimento para formação da Comissão Especial para acompanhar a CPI. Tomou a palavra o Senhor João Cavalheiro, representante do Sindicato das Transportadoras Autônomas de Carga de Guarapuava e Região, Sinditac, que evidenciou o prejuízo ao usuário devido o alto custo das tarifas, a necessidade de devolver as estradas ao Estado e a esperança nos resultados desta Comissão. Após, o Senhor Júlio Cesar Pacheco Agnez, da Coordenadoria Regional da FIEP, explanou sobre o modelo de concessão, papel da Assembleia Legislativa, perda de competitividade, controle dos custos do pedágio e a importância da CPI. Após o Vereador Cleto Tamanini informou sobre o requerimento encaminhado às concessionárias Ecocataratas e Caminhos do Paraná e a consequente discussão sobre a infraestrutura do Município na Comissão de Assuntos Relevantes, moção de apoio da Comissão e apelo à CPI do Pedágio. Com a palavra o Dr. Jean Ricardo Nicareta, médico, que iniciou a oitiva com auxílio de slides, e enfatizou sobre as seguintes questões: número de óbitos no Hospital São Vicente,em Guarapuava; falha na estatística apresentada pelas concessionárias; necessidade de levantamento, pela CPI, do número de óbitos em outros hospitais e falha no atendimento pré-hospitalar. Para finalizar, o Dr. Jean apresentou sugestões à CPI para que o direito à vida seja preservado. Em seguida, os Deputados Cleiton Kielse, Nelson Luersen, Adelino Ribeiro e Artagão Júnior teceram comentários a respeito da explanação do Dr. Jean e após, com a palavra o Vereador Milton de Lacerda. O Vereador comentou sobre o prejuízo causado ao consumidor final, a utilização dos dados apresentados na Comissão de Assuntos Relevantes e otimismo nos resultados desta CPI. A seguir, o Senhor Valdevino Batista Estefanes, caminhoneiro, explanou sobre a esperança depositada nesta Comissão, a suspensão de eixos e o alto custo nas tarifas. Com a palavra o Senhor Anderson Luis Neitzke, Secretário Municipal de Finanças, sugerindo que, em conjunto com os Municípios, seja fiscalizado o número de veículos e que os Municípios que contém as praças de pedágio implementem uma legislação de implantação de emissão do cupom fiscal. Após, o Senhor José Neri Mendes, proprietário de terra à beira da rodovia, relatou sobre a pressão recebida pelo fiscal da concessionária Caminhos do Paraná. Com a palavra a Senhora Jucinara, moradora do Município, que efetuou questionamentos, no que foi atendida pelo Deputado Nelson Luersen. A seguir, o Senhor Edony Antonio Kluber e os Deputados Cleiton Kielse, Péricles de Mello, Bernardo Ribas Carli, Artagão Junior, Douglas Fabrício e Nelson Luersen fizeram suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

38088/2014

Republicada para incluir justificativa

PEC - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSIÇÃO Nº 06/2012

SÚMULA: Altera o **§ 3º** do **art. 61,** atribuindo nova redação à Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica.

Os deputados, abaixo-assinados, no uso de suas atribuições, em consonância com os termos do **Item I do art. 64** da Constituição do Estado do Paraná, resolvem alterar parágrafo do artigo 61 da Constituição do Estado como segue:

Art. 1º Fica alterado o § 3º do art. 61 da Constituição do Estado, passando a constar com a seguinte redação:

"Art. 61 ...
§ 1º...
§ 2º...

§ 3º. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente." (NR)

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.

Assinaram os Deputados: Stephanes Junior, Artagão Junior, Dr. Batista, Pastor Edson Praczyk, Gilberto Ribeiro, Anibelli Neto, Nelson Luersen, Luiz Accorsi, Rasca Rodrigues, Paranhos, Fernando Scanavaca, Pedro Lupion, Gilson de Souza, Nelson Justus, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi, Cleiton Kielse, Élio Rusch e Cantora Mara Lima.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a democratização dos trabalhos desta Casa de Leis, é importante oportunizar a outros Deputados a ocupação de cargos diretivos da mesa, posto que, a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 61º não faz menção quanto ao impedimento no que tange à recondução para a eleição subsequente.

38089/2014

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 292

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 10ª Reunião Extraordinária (7/11/13), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 293

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 10ª Reunião Extraordinária (7/11/13), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 25/4/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 637.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 28 de abril de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 294

Ata da 25ª Reunião Ordinária

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto, Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 24ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e anunciou a presença dos Senhores Heinz Georg Herwig, ex-Secretário de Estado de Transportes e Raul Velloso, doutor em Economia. Após, solicitou ao Senhor Heinz que se dirigisse à tribuna e passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício para que fizesse a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. Em seguida, o Senhor Heinz agradeceu a oportunidade, justificou a ausência na Sessão anterior e explanou sobre sua participação como Secretário dos Transportes, no período de junho de 1999 a outubro de 2000, pontuando sobre: a situação das estradas, à época e a consequente necessidade de melhoria para a industrialização do interior do Estado; o ganho do Governo Federal com as concessões das estradas; o modelo de concessão à época; a politização do pedágio; a redução de 50% das tarifas e a redução de obras; aditivo de 2000 e condições e risco das concessões. O Senhor Heinz finalizou sua explanação, colocando-se à disposição dos Senhores Parlamentares para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao depoente e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Deputados: Douglas Fabrício, Nereu Moura, Adelino Ribeiro, Péricles de Mello e Cleiton Kielse e que foram atendidos, na sequência, pelo Senhor Heinz. Após, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Guaraci Andrade, do Deputado Tercílio Turini e de todos os presentes nesta Sessão, passando na sequência, a palavra ao último orador inscrito, Deputado Artagão Junior. Encerrada a oitiva do Senhor Heinz Georg Herwig, o Senhor Presidente agradeceu e concedeu-lhe a palavra para as considerações finais. Após, solicitou a presença na tribuna do Senhor Raul Velloso e requereu ao Deputado Bernardo Ribas Carli, propositor do convite, para a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. O Senhor Raul agradeceu a participação nos trabalhos desta CPI, teceu breve relato da vida profissional e, com o auxílio de *slides*, comentou sobre: as condições, para efeito de reequilíbrio, estabelecidas nos contratos de concessão; a relação investimento PIB do Ministério dos Transportes; os gastos do Governo Federal com o modelo de inclusão social. O Deputado Péricles de Mello aparteou o depoente e, na sequência, o Senhor Raul encerrou sua participação, enfatizando a importância de investimentos na infraestrutura. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra para que efetuassem questionamentos ou comentários aos Deputados: Douglas Fabrício, Bernardo Ribas Carli e Péricles de Mello. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente deu por encerrada a oitiva do Senhor Raul Velloso, concedendo-lhe espaço para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2957

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 2964

serviços prestados à segurança pública do Paraná; **Requerimento nº 838/2014**, do Deputado Toninho Wandscheer, para envio de ofício ao Secretário de Estado de Governo, solicitando o encaminhamento de pedido ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde Pública, pleiteando uma ambulância para o Município de Cafezal do Sul; **Requerimento nº 839/2014**, do Deputado Toninho Wandscheer, para envio de ofício ao Secretário de Estado de Governo, solicitando o encaminhamento de pedido ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, pleiteando um micro-ônibus para o Município de Antonina; **Requerimento nº 842/2014**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando ao Secretário de Estado de Governo, envio de expediente à SEDU, para a viabilidade de recursos para o Município de Mangueirinha; **Requerimento nº 843/2014**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando ao Secretário de Estado de Governo envio de expediente à Sesa, solicitando recursos para aquisição de equipamentos de informática para as Unidades de Saúde do Município de Três Barras no Paraná; **Requerimento nº 844/2014**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando ao Secretário de Estado de Governo envio de expediente à Secretaria da Educação, solicitando recursos para reforma e ampliação da Escola Estadual Dr. Felipe Silveira Bittencourt, no Município de Marialva; **Requerimento nº 845/2014**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando ao Secretário de Estado de Governo envio de expediente à Secretaria competente, solicitando o envio de um equipamento ora denominado Video Gastro Bronco Coloscopia, para a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas de Curitiba; **Requerimento nº 846/2014**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando ao Secretário de Estado de Governo envio de expediente à Secretaria de Desenvolvimento Social, para a viabilidade de recursos para o Município de Três Barras; **Requerimento nº 856/2014**, da Deputada Marla Tureck, para envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a reforma urgente da quadra poliesportiva do Colégio Estadual João Farias, no Município de Nova Cantú; **Requerimento nº 857/2014**, da Deputada Marla Tureck, para envio de expediente à Superintendência Regional do DNIT/PR, solicitando a instalação de lombadas eletrônicas ou radares fixos próximos aos trevos de Farol e Martinópolis, na BR-272; **Requerimento nº 859/2014**, do Deputado Francisco Bührer, solicitando envio de expediente ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para a possibilidade de alteração do trecho da marginal da rodovia BR-376, Km 628, em frente à fábrica da Simoldes, no Município de São José dos Pinhais.

Requerimentos com despacho do Presidente:

À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências: Requerimento nº 829/2014, do Deputado Professor Lemos, solicitando alteração de data do Requerimento nº 468/2014, aprovado em 10.2.2014, que solicita a utilização do Plenarinho para realização de Audiência Pública sobre a Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino do Paraná. O pedido anteriormente solicitado para 20.2.2014 passa para o dia 26.2.2014, no período das 9h às 12h; **Requerimento nº 834/2014**, da Deputada Rose "Litro", solicitando realização de Sessão Solene denominada "Honraria de Méritos dos Trabalhadores - 20ª Edição" em comemoração ao Dia Internacional do Trabalho, no Plenário desta Casa, no dia 8.5.2014, às 18h30; **Requerimento nº 853/2014**, do Deputado Teruo Kato, solicitando realização de Sessão Solene de entrega de título de Cidadão Honorário ao Sr. Euclides Bogoni, no dia 27.3.2014, no Município de Paranavaí, com auxílio do cerimonial da Casa.

Tratando-se de ano eleitoral, encaminhamos à Diretoria Geral para avaliação da solicitação: Requerimento nº 852/2014, do Deputado Mauro Moraes, Presidente da Comissão de Segurança, solicitando a utilização do Plenário desta Casa no dia 20.3.2014, no período das 18h às 20h, para realização de uma solenidade em homenagem ao Batalhão de Polícia Ambiental, com confecção de 200 convites e coquetel para 200 pessoas.

Justificativas de ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "c" do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com Ministro de Estado, fora da capital): **Requerimento nº 810/2014**, do Deputado Enio Verri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25.2.2014.

Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 831/2014**, do Deputado Mauro Moraes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19.2.2014; **Requerimento nº 848/2014**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26.2.2014; **Requerimento nº 855/2014**, da Deputada Marla Tureck, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26.2.2014; **Requerimento nº 858/2014**, do Deputado Teruo Kato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4.2.2014.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando: uma Sessão Extraordinária na sequência, com a seguinte Ordem do Dia: 2ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 22/2013 e dos Projetos de Lei nºs 726/2013 e 801/2013; e uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 26 de fevereiro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 565/2013, 579/2013, 628/2013, 629/2013, 687/2013, 688/2013, 709/2013 e 726/2013; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 57/2013, 634/2013, 635/2013, 636/2013, 637/2013, 763/2013, 15/2014 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2013; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 638/2013, 645/2013, 647/2013 e 648/2013. Sempre lembrando que teremos Sessões Extraordinárias para votar os projetos que estão em Comissão Geral. "***LEVANTA-SE A SESSÃO***". (Sessão encerrada às 18h51, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

17785/2014

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 25ª Reunião Ordinária

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto, Alceu Maron Filho, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Nereu Moura, Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 24ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura da Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior e anunciou a presença dos Senhores Heinz Georg Herwig, ex-Secretário de Estado de Transportes e Raul Velloso, doutor em Economia. Após, solicitou ao Senhor Heinz que se dirigisse à tribuna e passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício para que fizesse a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. Em seguida, o Senhor Heinz agradeceu a oportunidade, justificou a ausência na Sessão anterior e explanou sobre sua participação como Secretário dos Transportes, no período de junho de 1999 a outubro de 2000, pontuando sobre: a situação das estradas, à época e a consequente necessidade de melhoria para a industrialização do interior do Estado; o ganho do Governo Federal com as concessões das estradas; o modelo de concessão à época; a politização do pedágio; a redução de 50% das tarifas e a redução de obras; aditivo de 2000 e condições e risco das concessões. O Senhor Heinz finalizou sua explanação, colocando-se à disposição dos Senhores Parlamentares para esclarecimentos. O Senhor Presidente agradeceu ao depoente e abriu espaço para questionamentos, tendo sido o primeiro a efetuar as indagações, seguido pelos seguintes Deputados: Douglas Fabrício, Nereu Moura, Adelino Ribeiro, Péricles de Mello e Cleiton Kielse e que foram atendidos, na sequência, pelo Senhor Heinz. Após, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Guaraci Andrade, do Deputado Tercílio Turini e de todos os presentes nesta Sessão, passando na sequência, a palavra ao último orador inscrito, Deputado Artagão Junior. Encerrada a oitiva do Senhor Heinz Georg Herwig, o Senhor Presidente agradeceu e concedeu-lhe a palavra para as considerações finais. Após, solicitou a presença na tribuna do Senhor Raul Velloso e requereu ao Deputado Bernardo Ribas Carli, propositor do convite, para a apresentação do depoente, o qual foi cumprido. O Senhor Raul agradeceu a participação nos trabalhos desta CPI, teceu breve relato da vida profissional e, com o auxílio de *slides*, comentou sobre: as condições, para efeito de reequilíbrio, estabelecidas nos contratos de concessão; a relação investimento PIB do Ministério dos Transportes; os gastos do Governo Federal com o modelo de inclusão social. O Deputado Péricles de Mello aparteou o depoente e, na sequência, o Senhor Raul encerrou sua participação, enfatizando a importância de investimentos na infraestrutura. O Senhor Presidente agradeceu a presença de outras autoridades e após, passou a palavra para que efetuassem questionamentos ou comentários aos Deputados: Douglas Fabrício, Bernardo Ribas Carli e Péricles de Mello. Não havendo mais inscritos, o Senhor Presidente deu por encerrada a oitiva do Senhor Raul Velloso, concedendo-lhe espaço para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ALCEU MARON FILHO
Titular

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

17763/2014

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 297

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 25ª Reunião Ordinária (18/02/14), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 28/02/14 Diário Oficial da Assembleia nº 603.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 298

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 25ª Reunião Ordinária (18/02/14), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 28/02/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 603.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucilia Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 299

Ata da 26ª Reunião Ordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Artagão Junior; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 25ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo a Ata ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior, comentando a respeito do não comparecimento do Senhor Nelson Leal Junior, Diretor-Geral do DER, agradeceu a todos que colaboraram com os trabalhos desta CPI e após, passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício. O Deputado comentou sobre os trabalhos realizados pela Comissão e a elaboração do Relatório Final. A seguir, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos nomes dos membros que compuseram a Comissão de Licitação, o Contrato de Concessão, o Termo de Alteração Unilateral e os Termos Aditivos de 2000 e 2002 e discorreu sobre os objetivos alcançados por esta CPI, passando em seguida, a palavra ao Deputado Cleiton Kielse. O Deputado lamentou sobre a questão da não abertura e quebra dos sigilos bancário e fiscal; das vítimas de acidentes; do prejuízo na economia do Estado e do não comparecimento do atual Diretor do DER. Na sequência, com a palavra o Deputado Bernardo Ribas Carli, que parabenizou a forma como foi conduzida esta CPI e que o Relatório Final contemplará o anseio da população paranaense. Após, o Deputado Péricles de Mello cumprimentou a participação de algumas entidades da sociedade civil organizada, lamentou a ausência do Senhor Nelson Leal Junior na Sessão e a recusa do DER, no fornecimento de informações à CPI. Registrou a importância da análise dos dados apresentados e o estudo efetuado pela empresa Cogito-Engefoto. A seguir, o Deputado Wilson Quinteiro ressaltou que a CPI estabeleceu pontos de equilíbrio, obtendo um conjunto probatório robusto, e que no relatório constará a verdade dos fatos narrados nesta CPI. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior que lastimou a participação equivocada do Poder Concedente no processo da concessão e destacou ser inaceitável que os preços dos custos operacionais propostos pelas concessionárias sejam maiores do que os custos da tabela do DER. Na sequência, o Deputado Nereu Moura comentou sobre a implantação do pedágio no Paraná e os elementos que a CPI possui para apresentar ao Governo, auxiliando nas negociações a favor dos interesses do povo do Paraná. Após, o Senhor Presidente explanou sobre a necessidade da opinião do Judiciário quanto às questões que envolvem o pedágio no Paraná e em seguida, deu por encerrada a Sessão, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 300

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 301

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão de Finanças
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e quatorze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, após sessão, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Wilson Quinteiro, Enio Verri, Waldyr Pugliesi e Francisco Buhrer. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Wilson Quinteiro pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 33/14, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 001/14**, que dispõe sobre o Quadro dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná – QPPO, conforme especifica e adota outras providências. Relator Deputado **WILSON QUINTEIRO.** Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 115/14, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 014/14**, que autoriza o aumento do Capital Social da SANEPAR, mediante inclusão de cláusula de Capital autorizado e dá outras providências. Relator Deputado **WILSON QUINTEIRO**. Parecer **FAVORÁVEL.** Deputado Enio Verri pediu vista. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, membros e, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

WILSON PENKA
Secretário

41228/2014

Comissão de Finanças
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e quatorze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões do Plenário, sob a presidência do Senhor Deputado Jonas Guimarães, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Francisco Buhrer, Wilson Quinteiro, Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch pediu dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 054/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 009/14**, que institui o regime de compensação de horas para os servidores da administração direta e indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná. Relator Deputado **WILSON QUINTEIRO. Solicitou adiamento de discussão e votação em razão de não ter concluído o estudo da matéria. Deferido. 02) Projeto de Lei Nº 120/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 009/14**, que dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 2013, para as áreas de educação e saúde, no âmbito do Estado do Paraná. Relator Deputado **ELIO RUSCH**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 121/14, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 008/14**, que autoriza a COPEL Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, alienar o imóvel que especifica ao Município de Boa Vista da Aparecida. Relator Deputado **WALDYR PUGLIESI**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 122/14, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 007/14**, da nova redação ao artigo 8º da Lei nº 17.639 de 2013, concedendo dilação de prazo à adequação aos requisitos para manutenção dos benefícios do Programa Luz Fraterna às famílias com o benefício de prestação continuada (BPC). Relator Deputado **ENIO VERRI**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. Em razão da ausência do relator, tal parecer foi apresentado pelo Deputado Elio Rusch. Na sequência o Deputado Elio Rusch comunicou que está com o parecer exarado do **Projeto de Lei nº 142/14, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 011/14**, que está em **Regime de Urgência**, objetivando autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o montante de R$250.000.000,00(duzentos e cinquenta milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com vistas à implementação do Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná, e solicitou ao Presidente a possibilidade de incluí-lo na pauta desta Sessão, no que foi atendido. O Deputado **ELIO RUSCH** apresentou o Parecer **FAVORÁVEL**, qual foi **APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, membros e, por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente

Wilson Penka
Secretário

41229/2014

Comissões Especiais

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio
Ata da 26ª Reunião Ordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Artagão Junior; Bernardo Ribas Carli; Nereu Moura; Péricles de Mello, Titulares e Cleiton Kielse, Suplente. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, solicitando ao Relator que procedesse à leitura da Ata da 25ª Reunião Ordinária. O Deputado Wilson Quinteiro requereu a dispensa da leitura, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo a Ata ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. Em seguida, o Senhor Presidente procedeu à leitura do resumo da Sessão anterior, comentando a respeito do não comparecimento do Senhor Nelson Leal Junior, Diretor-Geral do DER, agradeceu a todos que colaboraram com os trabalhos desta CPI e após, passou a palavra ao Deputado Douglas Fabrício. O Deputado comentou sobre os trabalhos realizados pela Comissão e a elaboração do Relatório Final. A seguir, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos nomes dos membros que compuseram a Comissão de Licitação, o Contrato de Concessão, o Termo de Alteração Unilateral e os Termos Aditivos de 2000 e 2002 e discorreu sobre os objetivos alcançados por esta CPI, passando em seguida, a palavra ao Deputado Cleiton Kielse. O Deputado lamentou sobre a questão da não abertura e quebra dos sigilos bancário e fiscal; das vítimas de acidentes; do prejuízo na economia do Estado e do não comparecimento do atual Diretor do DER. Na sequência, com a palavra o Deputado Bernardo Ribas Carli, que parabenizou a forma como foi conduzida esta CPI e que o Relatório Final contemplará o anseio da população paranaense. Após, o Deputado Péricles de Mello cumprimentou a participação de algumas entidades da sociedade civil organizada, lamentou a ausência do Senhor Nelson Leal Junior na Sessão e a recusa do DER, no fornecimento de informações à CPI. Registrou a importância da análise dos dados apresentados e o estudo efetuado pela empresa Cogito-Engefoto. A seguir, o Deputado Wilson Quinteiro ressaltou que a CPI estabeleceu pontos de equilíbrio, obtendo um conjunto probatório robusto, e que no relatório constará a verdade dos fatos narrados nesta CPI. Com a palavra o Deputado Artagão Júnior que lastimou a participação equivocada do Poder Concedente no processo da concessão e destacou ser inaceitável que os preços dos custos operacionais propostos pelas concessionárias sejam maiores do que os custos da tabela do DER. Na sequência, o Deputado Nereu Moura comentou sobre a implantação do pedágio no Paraná e os elementos que a CPI possui para apresentar ao Governo, auxiliando nas negociações a favor dos interesses do povo do Paraná. Após, o Senhor Presidente explanou sobre a necessidade da opinião do Judiciário quanto às questões que envolvem o pedágio no Paraná e em seguida, deu por encerrada a Sessão, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI, disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa, determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

41230/2014

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 302

CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 26ª Reunião Ordinária (25/2/14), relativa à CPI do Pedágio, publicada em 6/5/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 642.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 7 de maio de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 303

CERTIDÃO

Certifico que recebi a cópia da ata da 26ª Reunião Ordinária (25/2/14), relativa à CPI do Pedágio, que confere com a original publicada em 6/5/14 Diário Oficial da Assembleia nº 642.

Curitiba, 7 de maio de 2014.

Ceni do Rocio Fitz
Secretária
Mat. 40.990

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 304

Informação

Informo que a Comissão Parlamentar de Inquérito, de autoria do Deputado Nelson Luersen, constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2013, para investigar possíveis irregularidades vinculadas à concessão e execução dos contratos de pedágio no Estado do Paraná, teve o prazo para conclusão dos trabalhos no dia 6 de março de 2014 e até a presente data não apresentou o Relatório Final.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

Ciente:

1.Encaminhe-se à Secretaria Geral da Presidência para ciência.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

DIRETORIA LEGISLATIVA
305

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 03-DEZ-2014
1° Secretário

RELATÓRIO FINAL

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Artagão Junior; Bernardo Ribas Carli; Francisco Bührer; Nereu Moura; Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse, Suplente, e Plauto Miró. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, informando que o objetivo da reunião seria a apresentação, análise e votação do Relatório Final. Agradeceu a todos que contribuíram com os trabalhos da Comissão, e após, procedeu à leitura de breve relato sobre a instalação e os objetivos da CPI, bem como dos trabalhos realizados. Em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Relator, Douglas Fabrício, que agradeceu a todos que contribuíram com os trabalhos da Comissão, e teceu um breve comentário acerca do resumo do Relatório Final, enfatizando que esse foi elaborado com fundamentação nos documentos oficiais recebidos pela CPI. Na sequência, os Deputados Nereu Moura, Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Wilson Quinteiro, Douglas Fabrício e Artagão Junior fizeram sugestões sobre a forma de apresentação do Relatório, tendo, por fim, o Senhor Presidente concedido o tempo necessário ao Relator para efetuar a apresentação. Em seguida, o Deputado Relator, Douglas Fabrício, procedeu à leitura do resumo das Conclusões Gerais. Finalizada a leitura, na sequência, com o auxílio de slides, iniciou a apresentação do Relatório, pontuando sobre os principais itens: Introdução; Resumo dos Trabalhos; Pessoas Ouvidas, Itens Investigados; Principais Números do Pedágio; Conclusões e Recomendações. Encerrada a apresentação, o Senhor Presidente declarou aberta as inscrições para que os Senhores Parlamentares fizessem seus questionamentos, tendo sido o Deputado Nereu Moura o primeiro orador inscrito, seguidos pelos seguintes Parlamentares: Artagão Junior, Adelino Ribeiro, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Péricles de Mello e Wilson Quinteiro. Em seguida, o Deputado Douglas Fabrício agradeceu novamente a todos os colaboradores da CPI e comunicou que foram feitas recomendações aos órgãos competentes, para estes procedam com as medidas cabíveis. O Deputado Péricles de Mello solicitou a palavra e justificou a abstenção do voto. O Senhor Presidente agradeceu ao Deputado Douglas Fabrício e colocou o Relatório em votação: os Deputados Adelino Ribeiro, Douglas Fabrício, Wilson Quinteiro, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Francisco Bührer e Nereu Moura votaram a favor e o Deputado Péricles de Mello, absteve-se. O Senhor Presidente declarou APROVADO o RELATÓRIO FINAL da Comissão Parlamentar de Inquérito, com sete votos a favor e uma abstenção. O Senhor Presidente declarou ainda o encaminhamento do referido Relatório Final para posterior apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

03-DEZ-2014 10:16 0066033 1/1

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 306

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado FRANCISCO BÜHRER
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária

DIRETORIA LEGISLATIVA
Fls. 387

Processo Legislativo

Comissões Especiais

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio

RELATÓRIO FINAL

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às nove hora, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Fizeram-se presentes na reunião os seguintes Parlamentares: Nelson Luersen, Presidente; Adelino Ribeiro, Vice-Presidente; Douglas Fabrício, Relator; Wilson Quinteiro, Relator Adjunto; Artagão Junior; Bernardo Ribas Carli; Francisco Bührer; Nereu Moura; Péricles de Mello, Titulares; Cleiton Kielse, Suplente, e Plauto Miró. O Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, informando que o objetivo da reunião seria a apresentação, análise e votação do Relatório Final. Agradeceu a todos que contribuíram com os trabalhos da Comissão, e após, procedeu à leitura de breve relato sobre a instalação e os objetivos da CPI, bem como dos trabalhos realizados. Em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Relator, Douglas Fabrício, que agradeceu a todos que contribuíram com os trabalhos da Comissão, e teceu um breve comentário acerca do resumo do Relatório Final, enfatizando que esse foi elaborado com fundamentação nos documentos oficiais recebidos pela CPI. Na sequência, os Deputados Nereu Moura, Péricles de Mello, Cleiton Kielse, Wilson Quinteiro, Douglas Fabrício e Artagão Junior fizeram sugestões sobre a forma de apresentação do Relatório, tendo, por fim, o Senhor Presidente concedido o tempo necessário ao Relator para efetuar a apresentação. Em seguida, o Deputado Relator, Douglas Fabrício, procedeu à leitura do resumo das Conclusões Gerais. Finalizada a leitura, na sequência, com o auxílio de slides, iniciou a apresentação do Relatório, pontuando sobre os principais itens: Introdução; Resumo dos Trabalhos; Pessoas Ouvidas, Itens Investigados; Principais Números do Pedágio; Conclusões e Recomendações. Encerrada a apresentação, o Senhor Presidente declarou aberta as inscrições para que os Senhores Parlamentares fizessem seus questionamentos, tendo sido o Deputado Nereu Moura o primeiro orador inscrito, seguidos pelos seguintes Parlamentares: Artagão Junior, Adelino Ribeiro, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Péricles de Mello e Wilson Quinteiro. Em seguida, o Deputado Douglas Fabrício agradeceu novamente a todos os colaboradores da CPI e comunicou que foram apontados indícios, através de recomendações feitas aos órgãos competentes, para proceder com as medidas cabíveis. O Deputado Péricles de Mello solicitou a palavra e justificou a abstenção do voto. O Senhor Presidente agradeceu ao Deputado Douglas Fabrício e colocou o Relatório em votação: os Deputados Adelino Ribeiro, Douglas Fabrício, Wilson Quinteiro, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Francisco Bührer e Nereu Moura votaram a favor e o Deputado Péricles de Mello, absteve-se. O Senhor Presidente declarou APROVADO o RELATÓRIO FINAL da Comissão Parlamentar de Inquérito, com sete votos a favor e uma abstenção. O Senhor Presidente declarou ainda o encaminhamento do referido Relatório Final para posterior apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação da CPI determinando, para que produza os efeitos legais, a lavratura da presente Ata, que segue assinada pelos senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado NELSON LUERSEN
Presidente

Deputado ADELINO RIBEIRO
Vice-Presidente

Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Relator

Deputado WILSON QUINTEIRO
Relator Adjunto

Deputado ARTAGÃO JUNIOR
Titular

Deputado BERNARDO RIBAS CARLI
Titular

Deputado FRANCISCO BÜHRER
Titular

Deputado NEREU MOURA
Titular

Deputado PÉRICLES DE MELLO
Titular

CENI DO ROCIO FITZ
Secretária